



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2332

Sexta-feira - 01 de Setembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Garuva	240	Morro da Fumaça	478
Água Doce	4	Gaspar	243	Morro Grande	480
Anchieta	6	Governador Celso Ramos	245	Navegantes	481
Anitápolis	9	Grão Pará	265	Nova Trento	501
Antônio Carlos	10	Gravatal	269	Novo Horizonte	511
Apiuna	14	Guaraciaba	270	Orleans	512
Arabutã	16	Guaramirim	272	Ouro	531
Arroio Trinta	17	Guarujá do Sul	276	Ouro Verde	532
Ascurra	27	Guatambú	277	Paial	533
Atalanta	28	Herval d'Oeste	278	Palhoça	535
Balneário Rincão	30	Ibiam	281	Palma Sola	541
Barra Bonita	49	Ibirama	284	Papanduva	542
Barra Velha	55	Ilhota	285	Passo de Torres	544
Benedito Novo	56	Imarui	307	Passos Maia	555
Biguaçu	58	Imbituba	308	Paulo Lopes	556
Blumenau	62	Indaial	322	Penha	557
Bom Jardim da Serra	69	Iporã do Oeste	325	Peritiba	558
Bom Jesus do Oeste	70	Ipuacú	326	Pinheiro Preto	562
Bom Retiro	71	Ipumirim	328	Pomerode	563
Braço do Trombudo	72	Iraceminha	333	Ponte Serrada	564
Brunópolis	74	Irani	338	Porto Belo	565
Brusque	129	Irineópolis	339	Porto União	566
Caçador	133	Itá	341	Pouso Redondo	578
Camboriú	134	Itapema	344	Praia Grande	579
Campo Alegre	137	Itapiranga	363	Princesa	580
Campo Erê	141	Itapoá	364	Rio das Antas	581
Campos Novos	145	Jaborá	410	Rio do Sul	582
Canoinhas	146	Jacinto Machado	411	Rio Rufino	586
Capinzal	150	Jaraguá do Sul	412	Romelândia	587
Catanduvas	151	Joaçaba	427	Salto Veloso	589
Caxambu do Sul	152	José Boiteux	429	Santa Rosa de Lima	590
Celso Ramos	153	Lacerdópolis	430	Santa Rosa do Sul	591
Chapadão do Lageado	159	Lages	438	Santa Terezinha do Progresso	600
Cocal do Sul	160	Laguna	440	São Bento do Sul	601
Concórdia	167	Lauro Muller	442	São Bonifácio	604
Cordilheira Alta	173	Lebon Regis	446	São Carlos	605
Coronel Freitas	174	Lindóia do Sul	452	São Domingos	606
Coronel Martins	175	Lontras	453	São João Batista	607
Correia Pinto	177	Luis Alves	460	São João do Oeste	608
Corupá	184	Luzerna	462	São Joaquim	609
Cunha Porã	195	Macieira	463	São José	610
Curitibanos	196	Mafra	464	São José do Cedro	634
Doutor Pedrinho	199	Maracajá	468	São Lourenço do Oeste	635
Flor do Sertão	201	Maravilha	469	São Miguel do Oeste	636
Formosa do Sul	205	Marema	470	São Pedro de Alcântara	639
Forquilha	208	Meleiro	471	Schroeder	642
Fraiburgo	212	Modelo	475	Seara	653
Frei Rogério	236	Mondaí	476	Serra Alta	670
Garopaba	238	Monte Carlo	477	Sul Brasil	684

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2332

Sexta-feira - 01 de Setembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Tangará.....	686	Trombudo Central.....	738	Videira.....	753
Tigrinhos.....	690	Tunápolis.....	739	Xanxerê.....	758
Tijucas.....	699	Turvo.....	742	Xavantina.....	759
Timbé do Sul.....	700	União do Oeste.....	743	Xaxim.....	769
Timbó.....	701	Urussanga.....	744	Zortéa.....	771
Três Barras.....	735	Vargem Bonita.....	746		
Treze Tílias.....	736	Vidal Ramos.....	752		

Associações

EGEM.....	772
-----------	-----

Consórcios

AGIR.....	780
CIGA.....	780
CISAM.....	786
CIAPS.....	787



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 321 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Portaria nº 321/2017

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à DIENEFER BORGES DE ARAUJO, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, referente ao período aquisitivo de 01.09.2016 a 31.08.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de setembro de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de setembro de 2017.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 322 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 322/2017

PRORROGA VIGENCIA DE CONTRATO DE CONSELHEIRA QUE MENCIONA

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 450/2004 e,

Considerando que a titular encontra-se em gozo de férias;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de contrato temporário de CAMILA CORREA, portadora do CPF nº 080.515.149-47, para o Cargo de Conselheira Tutelar, carga horária 40h/semanais, junto a Secretaria de Assistência Social, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º - A vigência do contrato será até o retorno da titular.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, em 01 de setembro de 2017.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

PORTARIA 323 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Portaria nº 323/2017

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal em de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 70 da Lei 420/2002 e,

Considerando requerimento protocolado junto ao departamento de Recursos Humanos;

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a JONAS PALAVRO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico de Controle Interno, referente ao quinquênio de 03.11.2011 a 03.11.2016.

Art. 2º - O período de gozo da licença Prêmio será de 30 dias: 01 a 30 de setembro de 2017.

Art. 3º - Os 60 dias restantes serão gozados conforme acordo com a Administração Pública.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de setembro de 2017.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

Água Doce

PREFEITURA

305/2017

PORTARIA Nº 305/2017 – DE 31 DE AGOSTO DE 2017

“RETIFICA PORTARIA Nº 279/2016 E CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que o veículo Ford Fiesta placa MFG 4121, usado na Secretaria de Agricultura ficará à disposição da Secretaria de Administração e Fazenda a partir de 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando o parágrafo único da Portaria nº 279/2016.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

CONVOCAÇÃO AMANDA LARA BRESSANELLI CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.
Convoca o(a) Senhor(a) Amanda Lara Bressanelli, aprovada no Concurso Público nº 015/2014, no cargo de Fonoaudióloga, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.
O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 31 de agosto de 2017
Antonio José Bissani
Prefeito

DECRETO Nº 114/2017

DECRETO Nº 114/2017 – DE 30 DE AGOSTO DE 2017

“DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VIII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas

Municipais em virtude do feriado da Independência do Brasil, no dia 08 de setembro de 2017 – Sexta-feira, durante o qual não haverá expediente nos órgãos públicos municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 012/2017

EDITAL Nº 012/2017 - DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na seção III, artigos 29 e 30 da Lei Complementar nº022/02 de 26 de fevereiro/02 torna público, para conhecimento do Membro do Magistério Público Municipal, que a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte estará recebendo, no período de 01.09.2017 a 15.09.2017, solicitação para PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, por comprovação de Nova Titulação ou Habilitação Profissional, nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

1. DOS REQUISITOS

- 1.1 Ser membro efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal;
- 1.2 Ter nova titulação ou habilitação profissional correlata à área de ensino, atuação disciplina ou local de trabalho.
- 1.3 Estar em exercício em Unidade Escolar ou no órgão de Administração da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

- 2.1 Requerimento devidamente assinado pelo candidato, acompanhado de:
 - a) Certificado ou Diploma de curso Superior de Licenciatura Plena ou certificado de Pós-Graduação a nível de Especialização;
 - b) Histórico escolar correspondente ao curso frequentado.

3. DA ANÁLISE

- 3.1 A análise da solicitação para Progressão por Nova Titulação ou Habilitação, de que trata o presente Edital, caberá à Secretaria da Educação, Cultura e Esporte;
- 3.2 A solicitação será indeferida quando não atender às disposições da Legislação Vigente e normas deste Edital.

4. DA PUBLICAÇÃO

- 4.1 O Departamento de Pessoal fará publicar portaria concedendo a Progressão de que trata o presente Edital, bem como a listagem das solicitações indeferidas e dos motivos do indeferimento.

5. DA RECONSIDERAÇÃO

- 5.1 A contar da data da publicação da listagem das solicitações indeferidas, o membro do magistério terá o prazo de 10 (dez) dias para solicitar a reconsideração, devendo, para tanto, apresentar:
 - a) Requerimento devidamente assinado;

b) Documento que justifique a solicitação de reconsideração;

6. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Serão aceitas para a solicitação da progressão por Nova Titulação ou Habilitação, de que trata o Edital, as declarações de conclusão de cursos de Pedagogia e Pós-Graduação, quando estes tenham sido realizados em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficando, contudo, a expedição da portaria concedendo o benefício, condicionada à apresentação do certificado ou diploma do respectivo curso, motivo da solicitação.

6.2 O membro do Magistério que, na solicitação da progressão, prestar declaração falsa ou apresentar documento adulterado, terá cancelado o ato dela decorrente, sem prejuízo de ação penal competente;

6.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação, Cultura e Esporte.

Água Doce, 01 de setembro de 2017

ANTÔNIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 107/2017

DECRETO Nº. 107 /2017, de 30 de agosto de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.122.0021.2.035 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Plan.e Serv Urbanos

(101)	4.4.90.00.00.00.00.00.0131	-Aplicações	Diretas
.....		R\$ 2.000,00	

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

12.122.0021.2.013 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Adm. Educação

(33)	3.3.90.00.00.00.00.00.0334	-Aplicações	Diretas
.....		R\$ 4.000,00	

Total R\$ 6.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.122.0021.2.035 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Plan.e Serv Urbanos

(98)	3.1.90.00.00.00.00.00.0131	-Aplicações	Diretas
.....		R\$ 2.000,00	

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

12.122.0021.2.013 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Adm. Educação

(34)	4.4.90.00.00.00.00.00.0334	-Aplicações	Diretas
.....		R\$ 4.000,00	
Total		R\$ 6.000,00	

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.278, de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
30 de agosto de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 30/08/2017.

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 108/2017

DECRETO Nº 108 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EXAME DE CONHECIMENTO DE LOCALIZAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2017 DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO E DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final do exame de conhecimento de localização de logradouros públicos conforme Edital nº 001/2017:

NOME	NOTA	SITUAÇÃO
Anuar Mantelli	9,00	Aprovado
Derico Perin	10,00	Aprovado
Evandro Scopel	10,00	Aprovado
Fioravante Meneghini	8,00	Aprovado
Genir de Souza	9,00	Aprovado
Ilario Alberton	7,00	Aprovado
José Lavarini da Silva	9,00	Aprovado

José Ortolan	10,00	Aprovado
Oriovaldo Martins de Lima	8,00	Aprovado
Oswalino Ivone do Prado	9,00	Aprovado
Paulo Cesar Sartori	10,00	Aprovado
Pedro Benatti	10,00	Aprovado
Pedro Lasarotto	10,00	Aprovado
Valério Bassotto	8,00	Aprovado
Vanderlei Scopel	9,00	Aprovado
Vilmar Borges	10,00	Aprovado
Vilson Dario Wille	9,00	Aprovado

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 31 de agosto de 2017

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 109/2017

DECRETO Nº 109 de 31 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO ORDINÁRIA E DIRETA DE IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, COMO FAZ CONSTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 84, incisos I, IV e XIV da Lei Orgânica Municipal, o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações posteriores;

Considerando o disposto no Decreto nº 093 de 01 de agosto de 2017, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, parte da área de terras com 1.200 m² (Um mil e duzentos quadrados), parte constante da matrícula número 149 do Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta – SC;

Considerando o atendimento ao interesse público, manifesto na necessidade de o Município de Anchieta possuir área destinada para extração de cascalho tendo em vista a manutenção das estradas municipais.

Considerando a previsão legal estabelecida no art. 5º, alíneas “d”, “g” e “h” do Decreto Lei 3.365/1941;

DECRETA

Art. 1º. Fica desapropriado, ordinária e diretamente por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável ou judicial, a área de terra rural medindo 1.200 m² (Um mil e duzentos metros quadrados), constante de parte do lote rural nº 149, situado em Linha Macaco, Gleba Três, atual Linha Gaúcha, município de Anchieta – SC, matrícula imobiliária nº 149 do Cartório do Registro de Imóveis de Anchieta, que consta pertencer à AGENOR DOS SANTOS SEVERO e ENILDE DAVI SEVERO, conforme a seguinte descrição:

LESTE: com parte do lote rural nº 47, medindo 90,80 metros, do Município de Anchieta, por linha seca;

SUL: com parte do mesmo lote rural nº 48, medindo 51,20 metros, de Agenor dos Santos Severo e outros, por linha seca;

OESTE: com parte do mesmo lote rural nº 48, medindo 54,20 metros, de Agenor dos Santos Severo e outros, por linha seca.

Parágrafo único. O imóvel de que trata o caput deste artigo é destinado para extração de cascalho para manutenção das estradas municipais com base nas alíneas “d”, “g” e “h” do art. 5º do

Decreto-Lei 3.365/41 e suas alterações posteriores.

Art. 2º. Fica, outrossim, declarada de caráter urgente a desapropriação, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41 e suas alterações posteriores.

Art. 3º. Para fazer face às despesas decorrentes deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios, a seguir destacados:

07 – Secretaria de Infraestrutura

02 – Obras e Serviços Rodoviários

1.155 – Aquisição de área para Extração de Cascalho

176 4.4.90.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 31 de agosto de 2017

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 053/2017 – Pregão Presencial nº 034/2017

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 053/2017, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial de Registro de Preço para Aquisição de Sêmen Bovino da Raça Holandesa, Raça Jersey, Raça Red Angus e Raça Braford, Luvas, Bainhas e Nitrogênio Líquido Refrigerado, utilizados no Programa de Inseminação Artificial da Secretaria de Agricultura do Município de Anchieta/SC, para o período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório.

EMPRESAS VENCEDORAS:

NITROTEC – COM DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – ME.

VALOR R\$: 8.880,00

AMARILDO NARDI – ME.

VALOR R\$: 37.008,00

FÁBIO JOSÉ RECKZIEGEL – EPP.

VALOR R\$: 35.370,00

GENUTRI COM DE SÊMEN LTDA – EPP.

VALOR R\$: 25.010,00

DNA GENÉTICA DO BRASIL COM. LTDA – EPP.

VALOR R\$: 2.810,00

VALOR TOTAL R\$: 109.078,00

Anchieta, 31 de Agosto de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 052/2017 – Pregão Presencial nº 033/2017

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 052/2017, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial de Registro de preço visando à aquisição de pneus novos destinados aos veículos, máquinas, Ônibus e Micro-Ônibus lotados nas Secretarias de Infraestrutura, Educação Cultura e Esporte, Agricultura,

Desenvolvimento Local, Administração e Gestão, Fazenda, Gabinete do Prefeito e Polícia Militar de Anchieta-SC, utilizados pelos profissionais para o desempenho das suas atividades diárias no município de Anchieta-SC, durante um período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório.

EMPRESAS VENCEDORAS:

NACIONAL PNEUS EIRELI EPP.

VALOR R\$: 31.170,00

RODA BRASIL COM DE P. P/VEÍ. LTDA.

VALOR R\$: 93.896,00

LUIZ CARLOS ZWIRTES – EPP.

VALOR R\$: 56.910,00

VALOR TOTAL R\$: 181.976,00

Anchieta, 31 de Agosto de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL N 036/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 036/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item de Registro de Preço visando à Aquisição de óleos lubrificantes, fluidos e graxas (óleos lubrificantes somente serão aceitos de companhias) para veículos e máquinas das Secretarias de Infraestrutura, Agricultura, Educação Cultura e Esportes, por um período de até 12 (doze) meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 15/09/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 31 de Agosto de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 010/2017 - FMS

RETIFICAÇÃO AO PREGAO PRESENCIAL Nº 010/2017 - O Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis, comunica a retificação ao edital 010/2017, onde se lê: monitor portátil com memória de no mínimo de 350 resultados de medições, leia-se: monitor portátil com memória de no mínimo de 300 resultados de medições, fica marcada para dia 19/09/2017 as 09:00 horas a abertura da sessão do pregão presencial.. Objeto: registro de preços para aquisição futura, eventual e parcelada de tiras reagentes para medição de glicemia para a Secretaria Municipal de Saúde de Anitápolis, com as especificações do ANEXO II deste edital. Anitápolis, 31/08/2017. Adriana Motta Probst – Secretária de Saúde.

Antônio Carlos**PREFEITURA****126º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2014**

126º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 01/09/2017 a 30/09/2017 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 31 de agosto de 2017.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MOTORISTA (CATEGORIA D)

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
25º	DANIEL BENTO	0538

AVISO DE MODIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2017

AVISO DE MODIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 102/2017

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 74/2017

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a MODIFICAÇÃO, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório 102/2017 – modalidade Pregão Presencial nº. 074/2017, que possui como objeto "AQUISIÇÃO PARCELADA DE LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIANÇAS E ADULTOS CARENTES E/OU COM DEFICIÊNCIA EM CASO GRAVE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC".

CONSIDERANDO, que as alterações do edital de licitação, mesmo as mais singelas, que não impliquem em nova divulgação, estão disciplinadas no § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma: § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

CONSIDERANDO, que a Administração, após a publicação do aviso de licitação, se obriga a promover alterações no instrumento convocatório. Tais alterações podem ocorrer por conveniência do órgão licitador para uma melhor adequação, por exemplo, do objeto do certame às suas reais necessidades, como também em razão de provocações de terceiros, através da figura jurídica da impugnação ao instrumento convocatório. Dessa forma, trazemos o posicionamento do Prof. Marçal Justen Filho, que registra o seguinte ensinamento: "A Administração tem total liberdade para alterar as condições inseridas no instrumento convocatório (respeitada a lei, é claro). □ (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 3. ed. Aide, 1994. p.252.). Na mesma linha de pensamento, o Prof. Jessé Torres Pereira Junior escreve: "As regras do edital não são imutáveis; sobrevindo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender ao interesse público, desde, é curial, que o faça antes de iniciada a competição." (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1994. p. 129.)

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação do Anexo I, do certame licitatório para melhor atender as necessidades do Município, especialmente pela provocação recebida, o que possibilita a participação de outros licitantes, desde que atentam as necessidades exigidas pela Municipalidade.

Desse modo, restou consolidado o Anexo I, nos termos que seguem:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	-----	------	-----------	-------------	-------------

01	800	LATA	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, COM 100%PROTEÍNAS MODIFICADAS COM PREDOMINANCIA DO SORO DE LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA, ACRESCIDA DE PREBIÓTICOS ENTRE 0,4 A 0,8G/100ML DE FÓRMULA, COM MAIS DE 90% DE GORDURAS VEGETAIS (ÓLEOS DE PALMA, CANOLA, COCO E GIRASSOL). QUE ATENDA O CODEX ALIMENTAR PARA USO DURANTE OS SEIS PRIMEIROS MESES DE VIDA. LATA DE 400GR.	R\$ 35,00	R\$ 28.000,00
02	800	LATA	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, COM 100%PROTEÍNAS MODIFICADAS COM PREDOMINANCIA DO SORO DE LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA, ACRESCIDA DE PREBIÓTICOS ENTRE 0,4 A 0,8G/100ML DE FÓRMULA, COM MAIS DE 90% DE GORDURAS VEGETAIS (ÓLEOS DE PALMA, CANOLA, COCO E GIRASSOL). QUE ATENDA O CODEX ALIMENTAR PARA USO APARTIR DOS SEIS MESES DE VIDA. LATA DE 400GR.	R\$ 30,00	R\$ 24.000,00
03	300	LATA	FÓRMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE PARA LACTENTES DE 0 A 1 ANO DE IDADE, COM PROTEÍNAS MODIFICADAS NA SUA RELAÇÃO CASEÍNA/PROTEÍNA DO SORO DO LEITE DE 60:40 OU 100% CASEÍNA, 100% MALTODEXTRINA E CONTENDO GORDURA VEGETAL E/OU GORDURA LÁCTEA. LATA DE 400G.	R\$ 67,00	R\$ 20.100,00
04	200	LATA	FORMULA INFANTIL SEMI-ELEMENTAR HIPOALERGENICA, A BASE DE 100% PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DO SORO DO LEITE, PARA LACTANTES DE 0-12 MESES, QUE APRESENTAM ALERGIA A PROTEINA DO LEITE DE VACA E/OU DE SOJA ISENTA DE SACAROSE E LACTOSE, FRUTOSE E GLUTEN, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS. LATA 400GR.	R\$ 120,00	R\$ 39.000,00
05	200	LATA	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ PARA CRIANÇAS A PARTIR DA PRIMEIRA INFANCIA, PARA USO ORAL OU ENTERAL, POLIMÉRICO, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, HIPERCALÓRICO (1,5 KCAL), FORNECENDO ALTO APORTE DE NUTRIENTES EM PEQUENO VOLUME, ISENTA DE LACTOSE E GLÚTEN. – COM 9 a 12% DE PROTEÍNA (PROTEÍNA DO SORO DO LEITE E/OU CASEINATO, 50 A 53% CARBOIDRATO (MALTOSE E SACAROSE E/OU XAROPE DE MILHO), 35 A 41% LÍPIDIOS. OSMOLARIDADE A PARTIR DE 300MOSM/L ACRESCIDO DE TODAS AS VITAMINAS E SAIS MINERAIS, ALEM DE COLINA, CARNITINA E TAURINA. ISENTA DE SABOR. LATA 400 GR	R\$ 98,00	R\$ 19.600,00
06	200	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTANTES DE 0 A 1 ANO DE IDADE, A BASE DE 100% PROTEINA ISOLADA DE SOJA, ISENTA DE LACTOSE, 100% GORDURAS VEGETAIS (ÓLEOS DE PALMA, CANOLA, COCO E GIRASSOL) RICO EM VITAMINAS A B12, E, D.: FOSFORO E ZINCO. LATA 400GR	R\$ 44,00	R\$ 8.800,00
07	800	LATA	COMPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ ENRIQUECIDO COM NO MINIMO 27 VITAMINAS E MINERAIS, PARA ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS, SABOR BAUNILHA. LATA A PARTIR DE 400 GR.	R\$ 34,00	R\$ 27.200,00
				TOTAL	R\$ 166.700,00

Fica mantida a data do presente certame para o dia 06/09/2017 as 09:00 horas.

Antônio Carlos, 31 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2017, 151/2017, 152/2017, 153/2017, 154/2017 E 155/2017
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 150/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 063/2017 – Processo Licitatório nº 085/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente e material didático pedagógico para o ano letivo de 2017, de uso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 46, 47, 48, 49, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 154, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182 e 183, no valor estimado de R\$ 20.049,68 (vinte mil, quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos). Prazo: 01/09/2017 - 01/09/2018.

Ata de Registro de Preço nº 151/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 063/2017 – Processo Licitatório nº 085/2017;

Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente e material didático pedagógico para o ano letivo de 2017, de uso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 03, 07, 08, 09, 11, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 37, 39, 40, 43, 44, 50, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 119, 130, 132, 133, 134, 135, 141, 144, 184, 185, 192, 195, 196, 197 e 204, no valor estimado de R\$ 22.770,07 (vinte e dois mil, setecentos e setenta reais e sete centavos). Prazo: 01/09/2017 - 01/09/2018.

Ata de Registro de Preço nº 152/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 063/2017 – Processo Licitatório nº 085/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CÉLIA REGINA W. SANI - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente e material didático pedagógico para o ano letivo de 2017, de uso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 148, no valor estimado de R\$ 237,00 (duzentos e trinta e

sete reais). Prazo: 01/09/2017 - 01/09/2018.

Ata de Registro de Preço nº 153/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 063/2017 – Processo Licitatório nº 085/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente e material didático pedagógico para o ano letivo de 2017, de uso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 04, 05, 06, 25, 53, 128, 129, 131, 137, 188, 189, 193 e 201, no valor estimado de R\$ 4.900,50 (quatro mil, novecentos reais e cinquenta centavos). Prazo: 01/09/2017 - 01/09/2018.

Ata de Registro de Preço nº 154/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 063/2017 – Processo Licitatório nº 085/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente e material didático pedagógico para o ano letivo de 2017, de uso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 10, 17, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 45, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 143, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 187, 194, 198, 199, 200 e 203, no valor estimado de R\$ 12.984,50 (doze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos). Prazo: 01/09/2017 - 01/09/2018.

Ata de Registro de Preço nº 155/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 063/2017 – Processo Licitatório nº 085/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente e material didático pedagógico para o ano letivo de 2017, de uso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 2, 12, 14, 15, 16, 34, 35, 38, 41, 42, 51, 108, 109, 110, 111, 136, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 150, 151, 155, 186, 190 e 191, no valor estimado de R\$ 14.636,00 (quatorze mil, seiscentos e trinta e seis reais). Prazo: 01/09/2017 - 01/09/2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 156/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 156/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 071/2017 – Processo Licitatório nº 097/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: PONTO UM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTD; Objeto: aquisição de veículo mini van novo, capacidade mínima de 7 lugares, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do item 01, no valor estimado de R\$ 74.900,00 (setenta e quatro mil e novecentos reais). Prazo: 01/09/2017 - 01/09/2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 433/2017

PORTARIA Nº 433/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor PEDRO NAZARENO JUNKES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 04 de setembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 02/09/2013 a 01/09/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2017.

PORTARIA N 434/2017

PORTARIA nº 434, de 01 de setembro de 2017.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 845/1999, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, da servidora ANA PAULA WEBER KINDERMANN, a partir de 01/09/2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 845/1999, à servidora ANA PAULA WEBER KINDERMANN, detentora da matrícula funcional nº 536, portadora do CPF nº 027.685.309-13, inscrita no PASEP nº 1333501372-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Técnico de Informática – 40H, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.979,33 (um mil novecentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos), que será pago mensalmente pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei municipal nº 558/92 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos se operam a partir de 01/09/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de setembro de 2017.
Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

PORTARIA N 435/2017

PORTARIA Nº 435/2017

Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PRÊMIO, por 30 dias, ao servidor MAURICIO WEBER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 40H, a partir de 04 de setembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 12/07/2009 a 11/07/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2017.

PORTARIA N 436/2017

PORTARIA Nº 436/2017

Nomeia integrantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Antônio Carlos/SC - CONDEMA.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, em especial o conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os integrantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Antônio Carlos, delegando-lhes todas as competências instituídas pela Lei Municipal 1.443/2013 e alterações posteriores.

Artigo 2º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, será composto pelos seguintes membros:

- I – Silvia Zimmermann Pereira Guesser, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- II – Gilberto Bertoldo Elias, representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Esporte e Turismo;
- III – João Anastácio Pereira neto, representante da Associação de Moradores e Amigos do Parque Residencial São Carlos (AMAPARC);
- IV – Sandro Roberto Pauli, representante da Sociedade Amigos da Melhor Idade;
- V – José Gilson Garcia, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos;
- VI – Lino Koch, representante da Associação dos Pequenos Produtores de Rachadel;
- VII – Maria Carolina Mannes, representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

- VIII – Mario Luís Junkes, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Antônio Carlos;
- IX – Lucas Lafratta Calandrelli, representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- X – Rodrigo Conrat, representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
- XI – Matheus Bresolin, representante da Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) do Caraguatá;

- XII – Edson Lair Decker, representante da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e serviços Públicos;
- XIII – Sérgio Roberto Campos Junior, representante da Procuradoria Jurídica Municipal;
- XIV – Marli Guesser, representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;
- XV – Rodrigo Ferrarini, representante do Grupo de Escoteiros de Antônio Carlos (GEAC);
- XVI – Sérgio Besen, representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Antônio Carlos (ACIAC).

Artigo 3º - Os representantes nomeados por este decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2017.

PORTARIA N 437/2017

PORTARIA Nº 437/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, LIDIANE VENTURA FRAGA, para o Cargo Comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, a partir de 01 de setembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revoga-se a Portaria 022/2017.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

PORTARIA Nº0369/2017

PORTARIA Nº 0369/2017

De 30 de agosto de 2017

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE
DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 64, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de 03 de abril de 1990,

CONSIDERANDO, a edição do Decreto nº 2.793/2017, que declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado, terreno rural neste município de Apiúna;

CONSIDERANDO, que a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação é apenas o ato inicial do procedimento expropriatório;

CONSIDERANDO, que devem ser cumpridos os requisitos constitucionais para o aperfeiçoamento das desapropriações desejadas;

CONSIDERANDO, que a fase executória da desapropriação se dá através do processo administrativo com a sucessão de fases que compreende a avaliação, citação e possível composição de interesses entre o município de Apiúna e o proprietário do imóvel desapropriado;

RESOLVE

Art. 1º. Promover a abertura de Processo Administrativo para fins de formalizar a desapropriação do imóvel descrito no Decreto nº 2.793 de 16 de Agosto de 2017;

Art. 2º. Nomear os Servidores Aldo José Koth, Luiz Conrado Schmidt e Carlos Alberto Peixer Vinci para que façam parte da Comissão para os fins previstos no artigo anterior;

Art. 3º. Designar o servidor Carlos Alberto Peixer Vinci para presidir a dita Comissão, fixando prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período para a conclusão dos trabalhos.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 30 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0370/2017

PORTARIA Nº 0370/2017

De 31 de agosto de 2017

DEMITE SERVIDORES CONTRATADOS
TEMPORARIAMENTE

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 121/2012 de 24/02/2012,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir em 31 de agosto de 2017, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 001/2017, PAULA NICOLE TIGRE, contrato 158003-1, ocupante do cargo de MEDICO GERAL COMUNITÁRIO – P.S.F. – 40h, face término de contrato.

Art. 2º - Demitir em 31 de agosto de 2017, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 004/2016, MARISTELA PRUBE VIEIRA, contrato 124184-1, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM – 40h, face término de contrato.

Art. 3º - Demitir em 31 de agosto de 2017, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 004/2016, SHANSHALY COSTA, contrato 156221-1, ocupante do cargo de

DENTISTA – P.S.F. – 40h, face término de contrato.

Art. 4º - Demitir em 31 de agosto de 2017, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 004/2016, MARIA EDUARDA STUPP, contrato 151378-1, ocupante do cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL– 44h, devido retorno da servidora Angelica Alessandra Krepsky.

Art. 5º - Demitir em 31 de agosto de 2017, funcionário contratado em caráter temporário via Processo Seletivo nº 002/2015, MILTON CESAR NUNES, contrato 48550-1, ocupante do cargo de MOTORISTA – 40h, face término de contrato.

Art. 6º - Demitir em 31 de agosto de 2017, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 004/2016, MARLI MACHADO DE MOURA, contrato 67075-5, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40h, face término de contrato.

Art. 7º - Demitir em 31 de agosto de 2017, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 004/2016, ADRIANA ALVES GOULART, contrato 119890-1, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40h, face término de contrato.

Art. 8º - Demitir em 31 de agosto de 2017, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 004/2016, DEBORA APARECIDA MORAIS, contrato 99120-1, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40h, face término de contrato.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 31 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0371/2017

PORTARIA Nº 0371/2017

De 31 de agosto de 2017

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EM COMISSAO
LUCAS XAVIER DOS REIS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 65,

RESOLVE

Demitir em 31 de agosto de 2017, LUCAS XAVIER DOS REIS do cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO – 44H, sem justa causa a pedido do empregado.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 31 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0372/2017

PORTARIA Nº 0372/2017

De 31 de agosto de 2017

DEMITE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSAO
ETINEIA BERKEMBROCK

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 65,

RESOLVE

Demitir em 31 de agosto de 2017, ETINEIA BERKEMBROCK do

cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO – 44H, sem justa causa a pedido do empregado.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 31 de agosto de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0373/2017

PORTARIA Nº 0373/2017
De 31 de agosto de 2017

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORES CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 121/2012 de 24/02/2012,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar o contrato de trabalho até 15/12/2017 dos servidores abaixo elencados visando evitar a interrupção no processo de ensino e aprendizagem:

NOME	CARGO
ANA FLAVIA VANELLI	PROFESSOR
ANDREIK EDVAN ROCHA	PROFESSOR
AURELIA LUCIANA GONCALVES TOMAZI	PROFESSOR
CLEBER VITORIA	PROFESSOR
DANILO ZIMATH	PROFESSOR
DENISE NUNES FORMAGI	PROFESSOR
DJESSICA MORGANA DE AVIZ	PROFESSOR
FABRICIO EVANDRO MOSER	PROFESSOR
GABRIEL VALDIR DOS SANTOS	PROFESSOR
GABRIELA DE SOUZA	PROFESSOR
GISELE PATRICI NUNES	PROFESSOR
JESSICA KLETTENBERG	PROFESSOR
JULIANA APARECIDA ALVES DE ANDRADE	PROFESSOR
JULIANA HONORATO DO CANTO	PROFESSOR
LOHAN GABRIEL DA ROCHA	PROFESSOR
LUCAS VANELLI	PROFESSOR
MARCELO ELEOTERIO	PROFESSOR
NAIR APARECIDA FAVERO ZUCHI	PROFESSOR
RICARDO JOSE PINTO	PROFESSOR
SERGIO FOSS	PROFESSOR
VALERIA DA SILVA	PROFESSOR

Art. 2º-Prorrogar o contrato de trabalho até 15/12/2017 da servidora contratada temporariamente, DENISE JOSEANE BOEIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40H, para substituir a servidora efetiva Cacilde Tobia que está em benefício do Auxílio Doença.

Art. 3º- Prorrogar o contrato de trabalho até 28/10/2017 do servidor contratado temporariamente, EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO, ocupante do cargo de DENTISTA – P.S.F – 40H, para substituir a servidora efetiva Larissa Zonta que está em Licença Maternidade.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 31 de agosto de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0374/2017

PORTARIA Nº 0374/2017
De 31 de agosto de 2017
EXONERA SERVIDOR EFETIVO
SANTO EDUARDO ELIAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Exonerar SANTO EDUARDO ELIAS, servidor efetivo ocupante do cargo de MECANICO – 40H, face sua aposentadoria.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 31 de agosto de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017 FMS

Fundo Municipal de Saúde de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 08/2017
Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 05, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 15/09/2017 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 15/09/2017 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA 02/2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC,
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA
Nº 002/ 2017.

Modalidade: Chamada Pública n.º 002/2017, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme a Resolução FNDE n.º 04/2015. §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 25/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 30 de agosto de 2017.
RUBIA CRISTINA PATZLAFF KIEKOW
Secretaria de Educação

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0066/2017 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

CONTRATO Nº 0066/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017, PREGÃO 0028/2017, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E NUTRI SC COM. DE ALIMENTOS LTDA - ME.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina e de outro lado à empresa NUTRI SC – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.814.016/0001-87, com sede na Rua Brasília 220D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó- SC, nos autos qualificada que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0090/2017, Pregão nº 0028/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme processo licitatório epigrafado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
3	27321 - Achocolatado em Pó Solúvel Instantâneo. Ingredientes Básicos: açúcar e cacau em pó. Deverá conter cerca de 30% de cacau em pó, rico em vitaminas. A embalagem deve conter aproximadamente 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de Validade: mínimo de 5 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. SOLEY	KG	40	5,94	237,60
4	27322 - Açúcar Cristal Especial Características técnicas: de primeira qualidade, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, sólido com cristais bem definidos, cor branca. Embalagem: intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máx. 30 dias. CEDRO	Un	55	10,75	591,25
7	27325 - Açúcar Refinado. Característica técnicas: produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração e misturas e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, em polietileno leitoso ou transparente, atóxica, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. sabor doce	Un	25	12,24	306,00
10	27328 - Amido de Milho. Produto amiláceo, extraído do milho. Não poderá apresentar umidade, fermentação ou ranço. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: deve estar intacta, vedada, acondicionada em sacos plásticos reforçados ou caixas, com peso líquido de até 1 kg contendo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Amafil	KG	30	3,74	112,20
18	27336 - Biscoito Cream Cracker com Gergelim. O produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradáveis. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina B9). A embalagem deve conter aproximadamente 400 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Validade de 12 meses a partir da data de entrega do produto. Orquídea	Un	70	4,04	282,80
19	27337 - Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Laminado de Maisena. Não podendo apresentar biscoitos quebradiços em excesso. Sem lactose. Embalagem de 400 g, de polietileno, impermeáveis e lacrados, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses. luam	Un	190	3,13	594,70
20	27338 - Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Rosquinha de Chocolate. Características: o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Embalagem com aproximadamente 400g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses. Prodasa	Un	190	3,14	596,60

21	27339 - Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Rosquinha de Leite Características: o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Sem lactose. Embalagem com 400g devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses. luam	Un	200	2,98	596,00
28	27346 - Canjiquinha de Milho (Quirera). Embalagem: deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de 500 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Data de fabricação: 30 dias. Prazo de validade: mínimo 4 meses. Daju	Un	55	1,70	93,50
40	27358 - Cereal Matinal de Milho com Açúcar. . Características: cereal de milho em flocos com açúcar, rico em vitaminas e sais minerais. Embalagem em caixa de 300g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. GOLDFLAKES	Un	75	4,99	374,25
41	27359 - Chá Mate de Saquinho. Acondicionados em caixas de 40 g, contendo 25 saquinhos cada, devidamente rotuladas conforme órgão fiscalizador. Sabores: laranja, limão e doce de leite. Leão	Un	30	3,69	110,70
42	27360 - Coco Ralado Sem Adição de Açúcar. Em flocos finos, acondicionado em embalagem aluminizada ou de polietileno atóxico contendo 100g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega. ITALY	Un	15	2,70	40,50
43	27361 - Colorau. Condimento colorífico em pó de primeira, constituído de matéria prima de boa qualidade. Apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, contendo no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. Registro no MS. Embalagem de polietileno transparente, resistente, atóxica de 100g. SOLEY	Un	30	0,80	24,00
47	27365 - Doce de Leite em Pasta. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas e em perfeito estado de conservação. Não deve conter glúten nem soro de leite. Deve apresentar selo do SIF. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Consistência cremosa ou pastosa, sem cristais perceptíveis sensorialmente, cor castanho caramelado, sabor e odor doce característico. Embalagem: potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Peso líquido de 900g. Data de fabricação: máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 08 meses a partir da data da entrega. docito	Un	35	9,09	318,15
49	27367 - Extrato de Tomate Concentrado. Características técnicas: deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sementes, massa mole, vermelha, cheiro e sabor próprios. O produto deve estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso. Ingredientes: tomate, sal e açúcar. Embalagem: deve estar intacta, em sachês ou latas de 350g em perfeito estado. Prazo de validade: mínimo de 12 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. OLE	Un	200	1,99	398,00
54	27372 - Farinha de Trigo Especial Tradicional. Farinha de trigo tipo 1, de cor branca, enriquecida com ferro e ácido fólico. Cada 100g deve fornecer, no mínimo, 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 Kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Deve apresentar rotulagem com registro no Ministério da Saúde. Prazo de fabricação: máximo 30 dias. MARX	Un	20	7,84	156,80
57	27375 - Fermento Biológico Seco, Instantâneo. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes resistentes à vácuo de 125g. Prazo de validade: mínimo de 8 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Apti	Un	5	4,79	23,95
58	27376 - Fermento Químico em Pó. Aspecto de pó fino, cor branca. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em potes de 250 g. Prazo de Validade: mínimo de 8 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. trizante	Un	20	4,49	89,80

65	27383 - Lentilha. Classe graúda, tipo 1, conforme a Portaria nº 65, de 16/02/93. O produto deverá estar em bom estado de conservação, isento de processos de fermentação, mofo, odor estranho e substâncias nocivas à saúde. Deve possuir registro no Ministério da Agricultura. Cor, odor e sabor próprios. Embalagem deve ser limpa, resistente e estar intacta, em bom estado de conservação e higiene. Acondicionada em pacotes de polietileno incolor e transparente, bem vedados, conteúdo 500 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de fabricação: máx. 30 dias. Daju	Un	25	6,54	163,50
67	27385 - Macarrão Cabelinho de Anjo. Características técnicas: macarrão tipo cabelinho de anjo, com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas, fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagem de polietileno bem vedado, de 500g. Pós-cozção a massa não poderá apresentar textura ou consistência de empapamento. Prazo de Validade: mínimo de 5 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Rosane	Un	100	2,99	299,00
94	27412 - Sal Refinado Iodado. Pacote com até 1 kg, em polietileno transparente. Prazo de validade: 12 meses. Data de fabricação: 30 dias, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. 5 ESTRELA	KG	45	1,10	49,50
Total					5.458,80

Parágrafo único – Todos os produtos deverão ser entregue na contratada no SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Arroio Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, pão, leite e frios deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará pelos produtos da Merenda Escolar, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais e estaduais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global de cada contrato é de R\$ 5.458,80 (CINCO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS). A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá seu início em de 10 de AGOSTO de 2017 e terminará em 31 de DEZEMBRO de 2017, ou até que as mercadorias/produtos forem totalmente entregue, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados,

prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Contratante

NUTRI SC – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP

CNPJ nº 07.814.016/0001-87

CONTRATADA

GISELE DOS SANTOS,

TESTEMUNHAS:

EVERTON CAMPAGNIN

CPF: 715.611.619-34

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0066/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017

PREGÃO Nº 0028/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS AGOSTO A DEZEMBRO/17

EMPRESAS CONTRATADA: NUTRI SC – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

VALOR R\$5.458,80

CONTRATO Nº 0067/2017 - CASA BIANEMA LTDA

CONTRATO Nº 0067/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017, PREGÃO 0028/2017, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E CASA BIANEMA LTDA - ME.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina e de outro lado à empresa CASA BIANEMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 82.826.363/0001-45, com sede na Rua Orlando Zardo, nº 93 no município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Senhora ILDA BIAVA NESI, nos autos qualificada que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0090/2017, Pregão nº 0028/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme processo licitatório epígrafado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
5	27323 - Açúcar de Baunilha. Características: cor e aroma próprios. Embalagem de 100g, rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	15	1,34	20,10

6	27324 - Açúcar Mascavo. De primeira qualidade, embalagem de 500 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	5	4,49	22,45
12	27330 - Arroz Parboilizado Tipo I. Características técnicas: grupo beneficiado, subgrupo parboilizado polido, classe: longo fino, Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes, percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos), cheiro forte, intenso e não característico. Com rendimentos após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem de 5 kg de polietileno transparente resistente e intacto, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 6 meses.	Un	90	9,89	890,10
13	27331 - Aveia em Flocos Finos. Rica em fibras e proteínas. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Embalagem de 250g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	15	2,69	40,35
16	27334 - Bebida Láctea Fermentada. Elaborada a partir de soro de leite em pó reconstituído, leite pasteurizado e polpa de fruta. Embalagem em polietileno contendo 900 ml. Nos sabores: morango, coco, pêssego ou abacaxi. Refrigerado a no máximo 10º C. Prazo de validade 45 dias. Deverá constar registro no Ministério da Agricultura e estar devidamente rotulada.	Un	350	2,89	1.011,50
24	27342 - Café Solúvel Granulado. Intensidade do sabor: forte. Embalagem de vidro contendo 200g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	50	11,10	555,00
25	27343 - Canela em Pó Produto alimentício em pó fino, puro. Deve apresentar coloração marrom claro, cheiro aromático e sabor característico de canela. Embalagem plástica, pote com 30 g. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	Un	3	1,89	5,67
27	27345 - Canjica de Milho Branca. Características: tipo 1, classe branca, subgrupo despelculada, de acordo com a Portaria nº 109, de 24/02/1989. O produto deve ser proveniente de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e de detritos animais ou vegetais. Cor branca, odor e sabor próprios. Embalagem primária: em sacos de polietileno transparente, contendo 500 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data da entrega.	Un	40	1,80	72,00
50	27368 - Farinha de Arroz. Farinha de arroz sem glúten, para pães e bolos, cor branca. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 Kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de fabricação: máximo 30 dias.	KG	5	3,59	17,95
69	27387 - Macarrão de Arroz, Isento de Glúten. Macarrão de arroz com ovos, corte parafuso 500g. Sem glúten – sem lactose. O produto deveria estar em conformidade com as leis específicas vigentes. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Un	5	2,89	14,45
72	27390 - Maionese Tradicional. Isenta de glúten e de gordura trans. Embalagem em sachê de 472g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	8	3,19	25,52
89	27407 - Pó para Pudim. Sabores: caramelo, coco, baunilha e morango. Acondicionados em embalagem de 35 g, contendo rotulagem, informações nutricionais e modo de preparo, sem umidade, sem sujidades. Validade mínima: de 10 meses fabricação: 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	90	0,54	48,60
103	27421 - Vinagre Branco. Vinagre de álcool em embalagem plástica de 900ml, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	10	1,27	12,70
105	27450 - Chaleira em alumínio, capacidade de 3L	Un	1	34,99	34,99
106	27451 - Pote de vidro, quadrado, fundo, com tampa plástica, capacidade acima de 2L	Un	4	21,00	84,00
109	27454 - Prato fundo em melamina, branco decorado, com 23 a 25 cm de diâmetro.	Un	50	4,49	224,50
110	27455 - Peneira de plástico grande, número 20, com cabo	Un	4	6,50	26,00
Total					3.105,88

Parágrafo único – Todos os produtos deverão ser entregue na contratada no SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Arroio Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, pão, leite e frios deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará pelos produtos da Merenda Escolar, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais e estaduais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global de cada contrato é de R\$3.105,88 (TRÊS MIL CENTO E CINCO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS). A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá seu início em de 10 de AGOSTO de 2017 e terminará em 31 de DEZEMBRO de 2017, ou até que as mercadorias/produtos forem totalmente entregue, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal
Contratante

CASA BIANEMA EPP – LTDA
CNPJ nº. 82.826.363/0001-45
CONTRATADA
ILDA BIAVA NESI

TESTEMUNHAS:

EVERTON CAMPAGNIN
CPF: 715.611.619-34

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0067/2017
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017
 PREGÃO Nº 0028/2017
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS AGOSTO A DEZEMBRO/17
 EMPRESAS CONTRATADA: CASA BIANEMA LTDA
 VALOR R\$3.105,88

CONTRATO Nº 0071/2017 - MERCADO XV LTDA ME

CONTRATO Nº 0071/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017, PREGÃO 0028/2017, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E MERCADO XV LTDA - ME.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina e de outro lado à empresa MERCADO XV LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 04.861.458/0001-96, com sede na Rua XV de Novembro, Centro, Município de Arroio Trinta, neste ato representado por FLAVIA BIAVA, nos autos qualificada, CONTRATADA que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0090/2017, Pregão nº 0028/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme processo licitatório epigrafo, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
22	27340 - Biscoito Salgado Tipo Água e Sal. Textura crocante, deverá estar em perfeito estado de conservação, inteiros. Embalagem de aproximadamente 700g a 800 g, de polietileno transparente, impermeáveis e lacrados devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Validade de 12 meses a partir da data de entrega do produto.	Un	80	5,18	414,40
26	27344 - Canela em Rama. Produto íntegro, com características adequadas para o consumo. Embalagem contendo 100g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	4	6,00	24,00
44	27362 - Cravo da Índia. Produto alimentício. O cravo deve ser constituído por botões florais de espécimes vegetais genuínos, são e limpos. Deve apresentar aspecto e cor característica, cheiro fortemente aromático característico de cravo da índia e sabor pungente. Ausente de sujidades, parasitas ou larvas. Embalagem plástica íntegra, atóxica, de 100g. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente.	Un	6	10,80	64,80
51	27369 - Farinha de Mandioca Torrada . De primeira qualidade, fina, sem glúten. Embalagem de 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	KG	5	3,20	16,00
53	27371 - Farinha de Rosca. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, gordura, fermento biológico e sal. Sem odor rançoso, cor e cheiro característicos. Embalagem de 1 kg em polietileno contendo data de fabricação e validade, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	5	4,80	24,00
55	27373 - Farinha de Trigo Integral. Não poderá estar úmida, fermentada, nem rançosa, mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. Especificidade de uso: preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de papel, bem vedada, contendo 1 kg. Prazo de Validade: mínimo de 4 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	3	2,80	8,40
56	27374 - Fécula de Batata. Para o preparo de pratos doces e salgados, não deve conter glúten. Embalagem deve estar intacta, conter 200 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de fabricação: máximo 30 dias.	Un	5	6,68	33,40
60	27378 - Granola Tradicional. Composta de cereais como: aveia, trigo, centeio, cevada, amaranto, quinoa ou um mix destes ingredientes; grãos como: castanhas (mên, pará, nozes, mendoa, avelã, etc), semente de linhaça, girassol, gergelim, ou um mix destes ingredientes; frutas secas ou liofilizadas ou desidratadas; açúcar e gordura, o açúcar pode ser na forma de: mel, melado de cana, açúcar (cristal ou mascavo ou demerara) e a gordura normalmente é na forma de óleo. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	10	12,00	120,00

64	27382 - Leite Semi-Desnatado Sem Lactose. Leite UHT semi-desnatado sem lactose (0%), indicado para crianças com intolerância a lactose. O produto deve apresentar cor branca interior e sabor característico. Contendo até 1 L. Embalagem em perfeito estado: acondicionada em embalagem Tetra Pack ou Tetra Brick Asseptic. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem.	Un	40	3,25	130,00
74	27392 - Manteiga Sem Sal. De primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, com teor mínimo de 80% de lipídeos, embalagens com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ DIPOA. Validade de, no mínimo, 4 meses.	KG	5	13,00	65,00
75	27393 - Margarina Vegetal Sem Sal. Produto de consistência cremosa, aromatizada artificialmente e vitaminada, com 60 a 80% de lipídios, livre de gordura trans. Não deve apresentar massa não cremosa, cheiro desagradável, cor não característica do produto, pote violado. Embalagem: deve estar intacta, em pote de polietileno resistente, contendo 500g. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	20	4,90	98,00
77	27395 - Milho Verde Congelado. Características: sabor, aroma e textura próprios, 100% natural. Congelado a -18°C. Embalagem de polietileno contendo 350 g e as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	60	4,50	270,00
78	27396 - Mingau de Banana e Maçã Zero Açúcar. Cereal para alimentação infantil a base de trigo, arroz, milho, aveia e cevada rico em vitaminas e minerais. Zero adição de açúcares, para crianças a partir de 6 meses. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias. Embalagem em sachê de 150g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	15	7,35	110,25
79	27397 - Mingau Multicereais Zero Açúcar. Cereal para alimentação infantil a base de trigo, arroz, milho, aveia e cevada rico em vitaminas e minerais. Zero adição de açúcares, para crianças a partir de 6 meses. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias. Embalagem em sachê de 150g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	15	7,40	111,00
81	27399 - Orégano. Condimento de folhas secas, picadas e desidratadas. Embalagem com 10g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	10	1,50	15,00
95	27413 - Salsicha Tipo Hot-dog. À base de carnes íntegras de aves, suíno e bovino, sal e água, conservado em salmoura, contendo data de fabricação, validade e ingredientes. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, respeitando as recomendações do fabricante.	KG	60	7,10	426,00
96	27414 - Sequilho Doce, Isento de Glúten. Sabor leite, nata, coco ou polvilho. Isento de glúten e lactose. Não poderá conter nenhum ingrediente que contenha glúten, deve ser crocante e saboroso, livre de gordura trans e adoçantes artificiais. Na embalagem deverá conter as seguintes informações: indicação do fabricante, ingredientes, validade e peso.	KG	2	7,05	14,10
97	27415 - Suco Natural Concentrado Sabor Abacaxi Sabor 100% natural da fruta, sem aditivos químicos, nem corantes e conservantes. Sabor abacaxi, em embalagem de 500 ml e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Com armazenamento à temperatura ambiente. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	60	6,30	378,00
98	27416 - Suco Natural Concentrado Sabor Manga. Sabor 100% natural da fruta, sem aditivos químicos, nem corantes e conservantes. Sabor manga, em embalagem de 500 ml e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Com armazenamento à temperatura ambiente. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	60	6,90	414,00
99	27417 - Suco Natural Concentrado Sabor Maracujá. Sabor 100% natural da fruta, sem aditivos químicos, nem corantes e conservantes. Sabor maracujá, em embalagem de 500 ml e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Com armazenamento à temperatura ambiente. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	80	7,70	616,00
100	27418 - Suco Natural Concentrado Sabor Pêssego. Sabor 100% natural da fruta, sem aditivos químicos, nem corantes e conservantes. Sabor pêssego, em embalagem de 500 ml e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Com armazenamento à temperatura ambiente. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	60	6,20	372,00

104	27422 - Vinagre Tinto. Características técnicas: Fermentado acético de álcool, acidez 4%. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 2 L. Prazo de Validade: mínimo de 8 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	30	5,90	177,00
Total					3.901,35

Parágrafo único – Todos os produtos deverão ser entregue na contratada no SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Arroio Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, pão, leite e frios deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará pelos produtos da Merenda Escolar, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais e estaduais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global de cada contrato é de R\$ 3.901,35 (TRÊS MIL NOVECIENTOS E UM REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS). A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá seu início em de 10 de AGOSTO de 2017 e terminará em 31 de DEZEMBRO de 2017, ou até que as mercadorias/produtos forem totalmente entregue, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal
Contratante

MERCADO XV LTDA – ME
CNPJ nº 04.861.458/0001-96
FLAVIA BIAVA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EVERTON CAMPAGNIN
CPF: 715.611.619-34

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0071/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017
PREGÃO Nº 0028/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS AGOSTO A DEZEMBRO/17
EMPRESAS CONTRATADA: MERCADO XV LTDA ME LTDA
VALOR R\$5.458,80

TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO Nº 0059/2017 - LUIZ ALTAMIR RODRIGUES

TERMO ADITIVO 0001/2017 - TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO Nº 0059/2017 – ALTERAÇÃO RAZÃO SOCIAL

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, e LUIZ ALTAMIR RODRIGUES, brasileiro, casado, motorista, Portador do CPF sob nº 787.644.839-91 e CI sob nº 7.746.162, residente e domiciliado na Rua Albino Possenti nº 30, Centro de Arroio Trinta - SC doravante denominada CONTRATADO e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Administrativo nº0067/2017, EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 0002/2017, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

A Permissão de Uso de bem público, que se regerá pelas cláusulas e condições do presente Termo, pelas normas e princípios das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95, pelo Procedimento Licitatório modalidade CONCORRÊNCIA DE PERMISSÃO DE USO Nº 0002/2017.

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA: RAZÃO SOCIAL

Pelo presente Termo Aditivo, fica alterada a Razão social, DE PESSOA FÍSICA PARA PESSOA JURÍDICA, LUIZ ALTAMIR RODRIGUES para LUIZ ALTAMIR RODRIGUES, - nome Fantasia de LANCHONETE LBJ, com CNPJ, 28.086.804/0001-74, com endereço na Rua Padre Augustinho s/n, Sal, Centro Próximo ao Estádio Municipal, Arroio Trinta – SC.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA – As presentes alterações passam a integrar e complementar o CONTRATO e obrigam as partes e seus sucessores.

Ficam expressamente ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do CONTRATO, naquilo que não conflitam com o conteúdo deste Aditivo.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta - SC, 14 de AGOSTO de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

LUIZ ALTAMIR RODRIGUES
CPF nº 787.644.839-91
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

MARILIA BORGIA FERRONATO
CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI
CPF Nº: 088.733.359-18

TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 AO CONTRATO Nº: 0059/2017
PROCESSO Nº: 0067/2017
CONCORRÊNCIA Nº 0002/2017
CONTRATADO: LUIZ ALTAMIR RODRIGUES
FINALIDADE: ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DE PESSOA FÍSICA PARA PESSOA JURÍDICA

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 69/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato n. 69/2017 ref. Credenciamento n. 34/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Hewerton Jose Bertoldi

CPF: 004.104.879-29

Objeto: Serviços de arbitragem e/ou mesário e/ou assistente, para atender, em regime de rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da CME, para o ano de 2017, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 34/2017.

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 1º de setembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 70/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato n. 70/2017 ref. Dispensa de Licitação n. 58/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Odair dos Santos

CPF: 814.374.639-91

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de Assessoria à Secretaria de Educação deste Município, pelo período de 4 (quatro) meses, com os seguintes objetivos: revisar e adequar as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação; conduzir o processo de avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação; participar de reuniões com as equipes de avaliação do Plano Municipal de Educação; participar de grupos de estudo para o desenvolvimento de projetos nas áreas de interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social, conforme informações previstas no termo de referência do edital de dispensa de licitação de n. 58/2017

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 1º de setembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 71/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato n. 71/2017 ref. Dispensa de Licitação n. 59/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: JM SOLDAS LTDA. – ME

CNPJ: 11.425.175/0001-67

Objeto: Fornecimento e instalação de kits rolo e arco de lona completo em três veículos da frota do Município de Ascurra (SC)

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 1º de setembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 7/2017 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE O Prefeito Municipal de Ascurra e o Secretário Municipal de Saúde comunicam aos interessados que acontecerá no dia 18/9/2017 às 08h30min, licitação na modalidade Pregão Presencial para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPLEMENTAR DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER A DEMANDA CONTÍNUA DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO E DE SUAS UNIDADES, conforme informações adicionais previstas no termo de referência e edital.

Ascurra, 1º de setembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

ENILSON ERLEY DE FREITAS

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 033/2017

DECRETO Nº 033/2017

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1507 de 18 de agosto de 2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 192.000,00 (Cento e noventa e dois mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 192.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.1.001 – Construção da Sede Própria da Câmara de Vereadores
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 155.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Priv. Sem fins Lucr R\$ 4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 23.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 21 de agosto de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 034/2017

DECRETO Nº 034/2017

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1506 de 10 de agosto de 2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 293.000,00 (Duzentos e noventa e três mil reais) destinados a reforçar as seguintes

dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 33.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 – Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) e por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.123.0016.2.006 – Amortização da Dívida Pública
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
04.123.0019.2.009 – Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 24 de agosto de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 035/2017

DECRETO Nº 035/2017

“Nomeia Membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, e dá Outras Providências”

O Prefeito Municipal de Atalanta, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, de acordo com a Medida provisória nº 2.178-36/01.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal da Alimentação Escolar – CAE:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Wagner Bechtold

Suplente: Greicy Carine Mannrich Justen

II - Representantes dos professores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Simoni Gomes Defrein

Suplente: Ana Cláudia Lichtenfels

Titular: Mariléia Zanelato Bagio

Suplente: Indiana Van Den Boom

III - Representantes dos Pais e Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Kevelin Jamile May Chiquetti

Suplente: Marize Boeng

Titular: Josiane Maria Ozório Sebold

Suplente: Sirlene Aparecida Alves

IV - Representantes da Sociedade Civil Organizada:

Titular: Osmar Junkes

Suplente: Nádia Eliani Antunes Chiquett

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogado o decreto nº 023/2016, e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, SC, 28 de agosto de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2017

“Altera o artigo 8º da Lei nº 940/2006 e dá Outras Providências.”

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 8º da Lei nº 940/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º - Progressão é a passagem do titular de cargo de Professor ou Especialista em Assuntos Educacionais de uma classe para outra, imediatamente superior, da seguinte forma:

I – a progressão decorrerá de avaliação que considerará o desempenho e a qualificação em instituições credenciadas;

II – a progressão será concedida ao titular de cargo público de Professor ou Especialista em Assuntos Educacionais que tenha cumprido o interstício mínimo de três anos de estágio probatório.

III – será requisito para a progressão, que o ocupante de cargo de Professor ou Especialista em Assuntos Educacionais, que no interstício da avaliação, tenha cumprido no mínimo um ano de exercício em funções de magistério, consideradas aquelas exercidas no desempenho de atividades educativas, em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de Direção de Unidade Escolar e

as de Coordenação e Assessoramento Pedagógico.

IV – a avaliação do desempenho será realizada anualmente, enquanto a pontuação de qualificação ocorrerá a cada dois anos;

V – a avaliação do desempenho e a aferição da qualificação serão realizadas de acordo com os critérios definidos em regulamento próprio;

VI – a progressão ocorrerá no mês de março, com efeitos financeiros a partir do mês de abril.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 24 de agosto de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 033/2017

“Altera a Redação dos Artigos 2º e 3º da Lei Complementar nº 031/2017 e dá Outras Providências”.

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Os débitos de que trata o “caput” deste artigo poderão ser regularizados, em parcelas mensais e sucessivas, desde que a primeira parcela ou parcela única seja quitada até 30 de setembro de 2017, com redução de multa e juros da seguinte forma:

I. Quando regularizado em parcela única na data do requerimento, com redução de 100% (cem por cento) de juros e multa;

II. Quando regularizado em até 03 (três) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) de juros e multa;

III. Quando regularizada em até 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, sem redução de juros e multas.

Art. 2º - O Artigo 3º da Lei Complementar nº 031/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - A opção para benefício do programa de Recuperação Econômico Fiscal deverá ser formalizado até o dia 30 de setembro de 2017, mediante requerimento específico, que conterà os seguintes dados:

I. O tipo de débito que deseja incluir;

II. Período a que faz referência e o valor devido;

III. Qual a opção preferencial de parcelas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 4º - Revogam-se as disposições editadas em contrário.

Atalanta, 24 de agosto de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

ATA 010/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/PMBR/2017

Ata de Registro de Preços Nº. 010/PMBR/2017 Modalidade: Pregão Presencial Nº. 034/PMBR/2017 Objeto: Registro de Preços de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas, no âmbito nacional e internacional, para aquisições futuras, no atendimento às Secretarias da Administração Municipal e Autarquia do Município de Balneário Rincão/SC. Fornecedores Registrados: 01 (um). Assinatura: 31/05/2017. Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, no valor de R\$ 150.00,00, valor de desconto: 30%.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/PMBR/2017

Considerando a imperiosa necessidade de aquisição pelo Município dos abrigos de ônibus estipulados na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;

Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/PMBR/2017, cujo objeto é o Registro de Preços para futuras instalações com fornecimentos de abrigos de passageiros, para serem utilizados pelos usuários de ônibus do Município de Balneário Rincão - SC., com abertura programada para o dia 31/08/2017, às 14h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 14/09/2017, 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 31 de Agosto de 2017.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

ATA 014/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/PMBR/2017

Página: 1/18

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 24/08/2017		Válido até: 24/08/2018				
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º GP/3º P/1º CIA/GEIC DA POLICIA MILITAR DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	ABRACADEIRA DE NYLON	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,0000	1	
2	ALAVANCA COMPLETA EMBREAGEM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	180,0000	1	
3	AMORTECEDOR TRASEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	650,0000	1	
4	ARO RODA DIANTEIRA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	180,0000	1	
5	ARO RODA TRASEIRA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	250,0000	1	
6	ARRUELA 10MM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,0000	1	
7	ARRUELA 8mm	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,0000	1	
8	ARRUELA 6mm	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,0000	1	
9	BAGAGEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	110,0000	1	
10	BALANÇA TRASEIRA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	870,0000	1	
11	BALANCEADOR DO VIRABREQUIM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	270,0000	1	
12	BALANCIM DE VALVULAS	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	310,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 2/18

Número do Registro de Preços: 14/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
13	BATERIA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	180.0000
14	BAU.	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	160.0000
15	BIELA DO MOTOR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	850.0000
16	BLOCO ÓPTICO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1.260.0000
17	BOMBA COMBUSTIVEL	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	750.0000
18	BUCHA BALANÇA EXTERNA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	220.0000
19	BUCHA BALANÇA INTERNA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	70.0000
20	BUJAO DO OLEO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	25.0000
21	CABO ACCELERADOR A	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	80.0000
22	CABO ACCELERADOR B	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	73.0000
23	CABO DE EMBREAGEM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	80.0000
24	CACHIMBO DE VELA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	20.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 3/18

Número do Registro de Preços: 14/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
25	CAIXA DE BATERIA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	75.0000
26	CAIXA DO FILTRO DE AR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	125.0000
27	CAMARA DE AR PNEU DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35.0000
28	CAMARA DE AR PNEU TRASEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35.0000
29	CAPA CORRENTE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35.0000
30	CAPA DE BANCO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	140.0000
31	CARENAGEM FAROL	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	75.0000
32	ODI COMPLETO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	850.0000
33	CHAVE DE IGNICAO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	520.0000
34	CILINDRO INTERNO BENGALA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	999.0000
35	CILINDRO MESTRE FREIO DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	320.0000
36	CILINDRO MESTRE FREIO TRASEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	980.0000

Página: 4/18

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2017

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 24/08/2017		Válido até: 24/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º GP73º, P/1º CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

37	CONJUNTO GUIAS DE PARTIDA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	390.0000	1
38	CONJUNTO RESISTOR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	390.0000	1
39	COROA CORRENTE PINHÃO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	245.0000	1
40	COROA MOTOR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	290.0000	1
41	CORPO ACELERAÇÃO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1.600.0000	1
42	CORRENTE COMANDO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	145.0000	1
43	CUBO RODA DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	320.0000	1
44	CUBO RODA TRASEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	370.0000	1
45	DESENGRIPANTE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	10.0000	1
46	DISCO DE EMBREAGEM.	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	85.0000	1
47	DISCO FREIO DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	420.0000	1
48	DISCO FREIO TRASEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	420.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 5/18

Número do Registro de Preços: 14/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
49	EIXO RODA DIANTEIRA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	70.0000
50	EIXO RODA TRASEIRA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	99.0000
51	EIXO BALANÇIM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	790.0000
52	EIXO DO MOTOR CONJUNTO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	497.0000
53	EIXO PEDAL CAMBIO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	280.0000
54	ELEMENTO FILTRO AR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	50.0000
55	EMENDA CORRENTE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	15.0000
56	ENGRENAGEM PRIMARIA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	565.0000
57	ENGRENAGEM SECUNDARIA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	565.0000
58	ENGRENAGEM PRIMARIA MOTRIZ	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	580.0000
59	ESCAPAMENTO COMPLETA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	2.300.0000
60	ESPAÇADOR CUBO DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 6/18

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 24/08/2017		Válido até: 24/08/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	ESPAÇADOR RODA DIANTEIRA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35.0000	1
62	ESTATOR CONJUNTO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	750.0000	1
63	ESTRIBO DIANTEIRO ESQUERDO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	55.0000	1
64	FAROL AUXILIAR REDONDO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	320.0000	1
65	FAROL AUXILIAR RETANGULAR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	320.0000	1
66	FIACAO PRINCIPAL	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	899.0000	1
67	FILTRO DE AR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	65.0000	1
68	FILTRO DE COMBUSTIVEL,	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	260.0000	1
69	FILTRO DE OLEO,	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	20.0000	1
70	FLUIDO DE FREIO,	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	15.0000	1
71	FUSÍVEIS LÂMINA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	2.0000	1
72	GIROLED	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	190.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 7/18

Número do Registro de Preços: 14/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
73	GRAXA BRANCA BISNAGA 80g	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	5,0000
74	GUIA CORRENTE DE TRANSMISSAO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35,0000
75	GUIDAO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	80,0000
76	HASTE CONECTORA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	290,0000
77	HASTE IMPULSORA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	290,0000
78	INTERRUPTOR DESCANSO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	280,0000
79	INTERRUPTOR EMBREAGEM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	45,0000
80	INTERRUPTOR FREIO DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	55,0000
81	INTERRUPTOR FREIO TRASEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	65,0000
82	INTERRUPTOR GUIDÃO DIREITO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	215,0000
83	INTERRUPTOR GUIDÃO ESQUERDO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	190,0000
84	JG DE ANEIS	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	230,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2017

Página: 8/18

Número do Registro de Preços: 14/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
85	JOGO DE RAIO DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	110,0000
86	JOGO DE RAIO TRASEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	110,0000
87	JOGO JUNTA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	95,0000
88	JOGO DE PISTAO,	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	280,0000
89	JUNTA CILINDRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	20,0000
90	JUNTA DO CABECOTE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	55,0000
91	JUNTA TAMPA LATERAL DIREITA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	20,0000
92	JUNTA TAMPA LATERAL ESQUERDA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	20,0000
93	LAMPADA BÍODO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	45,0000
94	LAMPADA DO FREIO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	2,0000
95	LAMPADA DO PISCA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	2,0000
96	LAMPADA FAROL SUPER BRANCA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	60,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2017

Página: 9/18

Número do Registro de Preços: 14/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
97	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	130.0000
98	LENTE LANTERNA TRASEIRA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	70.0000
99	MANETE DIREITO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	30.0000
100	MANETE ESQUERDO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	30.0000
101	MANGUEIRA COMBUSTIVEL	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	180.0000
102	MANGUEIRA DO OLEO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	499.0000
103	MANGUEIRA FILTRO OLEO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	180.0000
104	MANICOTO ESQUERDO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	30.0000
105	MANICOTO ESQUERDO INFERIOR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	20.0000
106	MATA CACHORRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	100.0000
107	MESA GUIÃO COMPLETA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	380.0000
108	OLEO DE MOTOR,	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	25.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 10/18

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 24/08/2017		Válido até: 24/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º GP/3º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	PAINEL COMPLETO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,400,0000	1
110	PAR DE MANOPLA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	25,0000	1
111	PARALAMA DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	85,0000	1
112	PARALAMA TRASEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	60,0000	1
113	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	50,0000	1
114	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	40,0000	1
115	PEDAL CÂMBIO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	90,0000	1
116	PEDAL FREIO COMPLETO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	100,0000	1
117	PINHÃO 15D	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	60,0000	1
118	PINO PISTÃO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	90,0000	1
119	PINO DO VIRABREQUIM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	300,0000	1
120	PISCA COMPLETO DIANTEIRO DIREITO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 11/18

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 24/08/2017	Válido até: 24/08/2018
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	PISCA TRASEIRO DIREITO CONJUNTO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35,0000	1
122	PLACA FRICÇÃO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	90,0000	1
123	PLACA PRESSÃO DA EMBREAGEM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	70,0000	1
124	PNEU DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	210,0000	1
125	PNEU TRASEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	220,0000	1
126	PORCA 10MM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,0000	1
127	PORCA 8MM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,0000	1
128	PORCA 6MM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,0000	1
129	PORCA MESA GUIDÃO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	45,0000	1
130	PORCA PINHÃO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	45,0000	1
131	PROTETOR ESCAPAMENTO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	55,0000	1
132	PROTETOR DO CAMBIO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	160,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 12/18

Número do Registro de Preços: 14/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
133	PROTETOR DO MANETE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	10,0000
134	PROTETOR TUBO DE ESCAPE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	150,0000
135	RELE PARTIDA CONJUNTO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	55,0000
136	RELE DO PISCA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35,0000
137	REPARO DO FREIO A DISCO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	79,0000
138	RESFRIADOR OLEO CONJUNTO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,400,0000
139	RETENTOR DO CAMBIO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	15,0000
140	RETENTOR DO PINHAO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	45,0000
141	RETENTOR HASTE EMBREAGEM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	15,0000
142	RETENTOR SUSPENSÃO DIANTEIRA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	25,0000
143	RETIFICADOR E REGULADOR CONJUNTO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	250,0000
144	RETIFICADOR DE BATERIA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	280,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 13/18

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 24/08/2017	Válido até: 24/08/2018
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	ROLAMENTO CAIXA DIREÇÃO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	100,0000	1
146	ROLAMENTO 6202	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	28,0000	1
147	ROLAMENTO RODA 6302	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	28,0000	1
148	ROLAMENTO VIRABREQUIM HR6328	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	140,0000	1
149	ROLAMENTO VIRABREQUIM KT3240	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	140,0000	1
150	ROSCA 12mm	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	18,0000	1
151	ROSCA 6mm	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	18,0000	1
152	ROSCA 8MM	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	18,0000	1
153	SANFONA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	70,0000	1
154	SENSOR DE VELOCIDADE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	499,0000	1
155	SILENCIADOR CONJUNTO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	2.300,0000	1
156	SIRENE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	190,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 14/18

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 24/08/2017	Válido até: 24/08/2018
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	SUPORTE ESTRIBO TRASEIRO DIREITO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	150,0000	1
158	SUPORTE ESTRIBO TRASEIRO ESQUERDO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	190,0000	1
159	SUPORTE FAROL	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	590,0000	1
160	SUPORTE INFERIOR DO GARFO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	600,0000	1
161	SUPORTE PARALAMAS DIANTEIRO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	65,0000	1
162	SUPORTE PLACA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	35,0000	1
163	TAMPA CARCAÇA MOTOR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,400,0000	1
164	TAMPA LAT DIREITA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	410,0000	1
165	TAMPA LATERAL DO CABEÇOTE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	105,0000	1
166	TAMPA LAT ESQUERDA	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	285,0000	1
167	TAMPA PINHÃO TRANSMISSÃO CORRENTE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	85,0000	1
168	TANQUE COMBUSTÍVEL	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	1,450,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2017

Página: 15/18

Número do Registro de Preços: 14/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARAAS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP73º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
169	TERMINAL DE ENCAIXE MINI	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	3,0000
170	TENSIONADOR CORRENTE COMANDO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	4,0000
171	TRAVA DE DIREÇÃO/INTERRUPTOR	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	580,0000
172	TRAVA PINHÃO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	15,0000
173	UNIDADE SENSOR DE COMBUSTIVEL	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	280,0000
174	VALVULA DE ADMISSAO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	120,0000
175	VALVULA DE ESCAPE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	290,0000
176	VELA DE IGNICAO,	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	25,0000
177	VISEIRA DE CAPACETE ESCAMOTEAVEL ANTIRISCO	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	30,0000
178	VISEIRA DE CAPACETE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	20,0000
179	SERVIÇO DE MONTAGEM BIELA	HS	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	45,0000
180	SERVIÇO DE PINTURA DO BÁU	HS	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	120,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 16/18

Número do Registro de Preços: 14/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018									
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º GP/3º P/1º CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
181	SERVIÇO DE PINTURA COMPLETA	HS	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	700.0000	1		
182	SERVICO DE RETIFICA	HS	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	60.0000	1		
183	SERVIÇO DE RETIFICA CABEÇOTE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	55.0000	1		
184	SERVIÇO DE ROSCA DO CABEÇOTE	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	50.0000	1		
185	SERVIÇO DE SOLDA,	HS	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	60.0000	1		
186	SERVIÇO DE SOLDA DO CHASSI	UN	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	60.0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 17/18

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 24/08/2017		Válido até: 24/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º GP/3º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
187	MÃO DE OBRA MECÂNICA YAMAHA XTZ 250 TÊNÉRÉ	HS	JUANIR PEREIRA ME (1506)		0	60.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 18/18

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 24/08/2017		Válido até: 24/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AS FUTURAS MANUTENÇÕES MECÂNICAS DAS MOTOCICLETAS, PERTENCENTES AO 1º. GP/3º. P/1º. CIA/GEIC DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017
PROCESSO Nº 50/2017
(1506) - JUANIR PEREIRA ME

Balneário Rincão, 24 de Agosto de 2017.

Barra Bonita**PREFEITURA****EDITAL Nº. 05/2017****PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

EDITAL Nº. 05/2017

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Moacir Piroca no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, e considerando a necessidade excepcional de interesse publico, torna público aos interessados, que se encontram abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para admissão de Engenheiro Civil, em caráter EMERGENCIAL TEMPORÁRIO, de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo simplificado para contratação imediata, será regido por este Edital e coordenado pela comissão instituída pela Portaria nº.276 de 30 de agosto 2017.

1.2 - A seleção de que se trata este Edital será realizada mediante análise curricular caráter classificatório e eliminatório.

1.3 - Serão aceitos apenas os documentos entregues pessoalmente ou através de procurador com assinatura reconhecida em cartório.

1.4 - O candidato poderá obter informações referentes ao processo seletivo simplificado junto ao setor de Recursos Humanos, na Prefeitura de Barra Bonita/SC, situada na Avenida Buenos Aires, nº. 600, centro.

2- DAS VAGAS/CARGA HORÁRIA/VENCIMENTOS

2.1 - A vaga destina-se ao preenchimento temporário do cargo de Engenheiro Civil, e será preenchida pelos candidatos classificados neste edital e de acordo com a ordem de classificação dele resultante.

2.2 - A carga horária é de 20 horas semanais

2.3 - Os vencimentos é de R\$ 2.336,73 (dois mil, trezentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos)

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

3.2 - Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

3.3 - Ter idade mínima de dezoito anos completos;

3.4 - Possuir aptidão física e mental para o exercício das suas atribuições;

3.5 - Não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.6 - Possuir escolaridade de nível superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão

3.7 - Atender aos requisitos para a vaga a qual concorre e cumprir todas as determinações deste Edital.

4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - A inscrição deverá ser efetuada por meio de entrega da ficha de inscrição (ANEXO I), currículo (ANEXO II) e demais documentos, no período de 04 a 12 de setembro de 2017, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador, no setor de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, situada na Avenida Buenos Aires, nº. 600, centro;

4.2 - Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição;

4.3 - As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do Processo Seletivo o direito de excluir do processo seletivo simplificado as fichas de inscrições e currículos, que estiverem preenchidos de forma incompleta, incorreta e ilegível e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

4.4 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

5 - ANÁLISE CURRICULAR - CLASSIFICATÓRIA E ELIMINATÓRIA

5.1 - A seleção será procedida da contagem de pontos e serão apurados conforme descrito nos quadros de critérios abaixo:

CRITÉRIOS AVALIADOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Tempo de experiência na área publica	1,0 ponto por mês	50
Tempo de experiência na área privada	0,5 ponto por mês	25
Cursos na Área	0,5 ponto cada 10 horas de cursos	25
VALOR MÁXIMO DE PONTOS		100

5.2 - Será considerado como tempo de experiência os serviços correlacionados com as funções típicas do cargo a ser preenchido, conforme descrição do anexo III.

5.3 - Documentos Comprobatórios Para Tempo de Serviço:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS): fotocópias que incluam as páginas com os dados de identificação do trabalhador – folha de rosto e de qualificação civil – e com o registro do contrato de trabalho com todos os campos preenchidos, inclusive o da rescisão, se for o caso, e assinaturas;

c) Declaração Funcional ou Portaria que expresse claramente a função exercida pelo candidato e indique o período de trabalho, em caso de ter prestado serviço em órgão público.

5.4 - As seleções dos currículos serão realizadas pela Comissão de Processo Seletivo designada por Portaria Interna.

5.5 - A classificação será feita em ordem decrescente da pontuação final obtida individualmente, considerando todos os candidatos aprovados.

5.6 - Havendo empate na análise curricular o critério para desempate será:

1º - O candidato com mais tempo de experiência na área pública;

2º - O candidato com mais experiência na área privada;

3º - O candidato de maior idade.

6 - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS/CONVOCAÇÃO

6.1 – Todos os atos do processo seletivo serão devidamente divulgados no site [www. barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br), da Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC.

6.2 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as etapas do processo seletivo simplificado nos canais de comunicação supracitados.

6.3 - A convocação para contratação obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos.

6.4 - O candidato que não comparecer no prazo de 02 (dois) dias úteis, após convocação de que trata o item anterior, será considerado desistente.

6.5 – A homologação das inscrições será divulgada no dia 13 de setembro de 2017.

6.6 – O resultado Preliminar será divulgado no dia 15 de setembro de 2017.

6.7 - O resultado final será divulgado no dia 19 de setembro de 2017.

7 - DOS RECURSOS

7.1 - Recursos a fatos extraordinários deverão ser dirigidos à Prefeitura Municipal de Barra Bonita, e sua admissão será analisada pela Comissão de Processo Seletivo designada.

7.2 – As razões serão formuladas e devidamente fundamentadas pelo candidato interessado, devendo constar o nome do candidato, número da inscrição, endereço para correspondência e telefone.

7.3 - O prazo para interposição de recursos, quanto à homologação de inscritos e classificação final, será de 01 (um) dia útil após publicação dos respectivos editais, no site [www. barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br).

7.4 - Admitido o recurso, caberá a Assessoria Jurídica manifestar-se pela reforma ou manutenção do ato ocorrido, cuja decisão será comunicada por telefone ou endereço informado pelo candidato no currículo.

8. DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E O REGIME JURÍDICO DE CONTRATAÇÃO

8.1 – Os contratos serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

8.2 – O Regime Jurídico de contratação será por tempo determinado.

9. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

9.1 – Para efeito de contratação, os candidatos deverão comparecer munidos dos seguintes documentos, em original e 01 (uma) fotocópia:

a) Cédula de identidade;

b) C.P.F.;

c) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição;

d) Carteira de Trabalho e Cartão PIS/PASEP;

e) Número de conta corrente no Banco Sicoob;

f) Certidão de casamento ou nascimento;

g) Certidão de nascimento de filho(s), se menor de idade;

h) Atestado de saúde ocupacional

i) Certificado de reservista, se do sexo masculino;

j) Declaração de não acúmulo de cargo público.

l) Declaração de bens.

9.2 - São condições para a designação e/ou contratação:

a) Ter sido aprovado/classificado no processo seletivo simplificado;

b) Apresentar documentação completa, devidamente relacionada no item 9.1 deste edital.

10- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o processo seletivo simplificado contido neste Edital.

10.2 - A participação do candidato no processo seletivo gera apenas a expectativa de designação e/ ou contratação aos candidatos classificados.

10.3 - Os casos omissos no presente neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, e se necessário, encaminhados a Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal.

10.4 - Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de retificação divulgada no Diário Oficial, site da prefeitura e mural publico da Prefeitura de Barra Bonita/SC.

10.5 – O prazo de vigência do presente edital será até a realização de Concurso Público.

Barra Bonita/SC, 30 de agosto de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

ANEXO I
PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EDITAL Nº. 05/2017

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do candidato:		
Sexo: M () F ()	Identidade:	Órgão expedidor:
Data de nascimento:	CPF:	
Nacionalidade:	Estado civil:	
Endereço:		Nº.
Bairro:	Município:	
Escolaridade:		
Telefone:	E-mail:	

DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA PARA DESIGNAÇÃO DO EDITAL Nº 05/2017.

DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, SER VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

Data da inscrição: ____/____/____.

Assinatura do candidato: _____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA/SC

Endereço: Av. Buenos Aires, nº. 600, centro;

Descrição: Recebi a ficha de inscrição nº ____/2017, Anexo I do Edital nº05/2017.

Assinatura do recebedor: _____

Barra Bonita/SC, ____ de ____ de 2017. ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ENGENHEIRO CIVIL –EDITAL Nº. 05/2017

MODELO DE CURRÍCULO

I - DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Endereço: _____ Nº _____

Bairro: _____ Município _____ UF: _____ Telefone: () _____

E-mail: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Estado civil _____ Sexo: ()F ()M

Naturalidade: _____ UF: _____

Profissão: _____

FORMAÇÃO

CAPACIDADE TÉCNICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Instituição onde trabalhou: _____

Cargos ocupados ou funções exercidas: _____

Período: ____/____/____.

Atividades desenvolvidas: _____

2. Instituição onde trabalhou: _____

Cargos ocupados ou funções exercidas: _____

Período: ____/____/____.

Atividades desenvolvidas: _____

3. Instituição onde trabalhou: _____

Cargos ocupados ou funções exercidas: _____

Período: ____/____/____.

Atividades desenvolvidas: _____

Tempo de experiência profissional na função/cargo a que concorre: _____

ANEXAR OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TODOS OS ELEMENTOS
 DECLARADOS.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

ANEXO III

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE –
ENGENHEIRO CIVIL, EDITAL Nº. 05/2017

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Engenheiro Civil

-Executar ou supervisionar trabalhos topográficos; executar projetos dando o respectivo parecer; dirigir ou fiscalizar a construção de sistemas de vias urbanas e estradas de rodagem, bem como obras de captação e abastecimento de água de drenagem e de irrigação; saneamento urbano e rural; realizar perícias e fazer arbitramentos; estudar, projetar e elaborar avaliações de vistoria com os devidos laudos; elaborar projetos complementares, elétrico, hidráulico, e outros, executar outras tarefas correlatas ao cargo.

PORTARIA N.º 277, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 277, de 01 de setembro de 2017.

“Altera carga horária de servidora e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011

Resolve;

Art. 1º - Altera carga horária da servidora, Bernardete Aparecida Furlan Buratti, ocupante do cargo de Professor, Anexo II, Grupo I, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 20 horas semanais para 40 horas semanais pelo período de 01 a 30 de setembro de 2017, em substituição a professora Melia Martinelli, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 01 de setembro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º 278, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N.º 278, de 01 de setembro de 2017.

“Admite servidora e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011, e resultado do Processo Seletivo Edital nº002/2016.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário a senhora Elaine Neumann Paula, brasileira, CPF854.033.939-00,, para ocupar o cargo de Professor, Anexo II, Grupo I, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, para atuar nas series iniciais em substituição a servidora Melia Tereza Martinelli, pelo período de 01 a 30 de setembro de 2017, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 01 de setembro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º279 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA N.º279 de 01 de setembro de 2017

Nomeia servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 047/2013.

Resolve,

Art.1º. Nomear o senhor, Antoninho Nunes de Arnote CPF nº032.920.719-92 para ocupar o cargo de Diretor Geral de Departamento de Esportes, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº.280 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº.280 DE 01 de setembro de 2017.

Autoriza a realização e pagamento de horas extras.

Moacir Piroca, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997 .

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a realização, bem como o pagamento de eventuais horas extras, para atender situações excepcional e necessidade de interesse público, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Viação e Obras, aos Motoristas do Transporte Escolar lotados na Secretaria de Educação, a Medica Veterinária e ao servidor designado a serviço da CASAN, no mês de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, em 01 de setembro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 275, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 275, de 29 de agosto de 2017.

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Vanderlei Pelozato matrícula nº221304, ocupante do cargo de Motorista, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, na importância de R\$340,00 (trezentos e quarenta reais), conforme Memorando nº024/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, esporte e Turismo.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA 29 de agosto de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº276 DE 30 DE AGOSTO 2017.

PORTARIA Nº276 de 30 de agosto 2017.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º Designar:, Robert Francisco Giongo, Delcira Gubert e Leliandra Luciana Vilanova todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo instaurado através do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 05/2017.

Art.2º Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º Fica vedada a inscrição de parentes no referido Processo Seletivo, das pessoas acima nomeadas para a comissão e dos profissionais contratados para a elaboração das referidas provas;

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita- SC, 30 de agosto de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 008/2017 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 008/2017

Contratada: D SANTANA PROD ART E CINEMATOGRAFICAS LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 026/2017 - INEX. nº 019/2017

Objeto: Contratação do artista DEDÉ SANTANA para participação em eventos organizados pela Prefeitura de Barra Velha e a Fundação Municipal de Turismo Esporte e Cultura.

Valor do Contrato: R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)

Data da assinatura: 31/08/2017

Data do vencimento: 30/04/2018

Barra Velha, 31 de agosto de 2017

CARLOS ALBERTO BALZER –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2017
ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que efetuou alterações no Edital supracitado que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA MOTONIVELADORA NOVA. A errata na íntegra poderá ser obtida diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, localizada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br. Tendo em vista as alterações efetuadas, fica estabelecido novo prazo para realização do certame, que será dia 19/09/2017, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, encerrando o recebimento das propostas às 9h e com abertura às 9:05h, permanecendo inalterados os demais dispositivos do Edital. Maiores informações pelo Fone (47) 3385-0487. Maiores informações pelo Fone (47) 3385-0487. Benedito Novo (SC), 31 de agosto de 2017.
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 84/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: AQUISIÇÃO DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA ENXADA ROTATIVA MEC-RUL. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 18 de setembro de 2017. ABERTURA: às 09:05h do dia 18 de setembro de 2017. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br. Benedito Novo (SC), 01 de setembro de 2017.
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - IN 65/2017

DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CREDENCIAMENTO DA EMPRESA CENTRAL MED LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2017.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação/Credenciamento – 65/2017.
DATA: 31/08/2017
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (CONSULTAS) E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Na data de 14/08/2017 às 10 horas reuniram-se os membros da Comissão de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para abertura, análise e julgamento dos documentos apresentados pela

empresa CENTRAL MED LTDA (01.147.588/0001-73), referente ao Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento nº 65/2017, no qual foram constatadas várias inconformidades conforme relatado na referida ata.

Na ocasião foi oportunizado a empresa que apresentasse nova documentação e/ou nova proposta corrigidas das causas que ocasionaram a sua inabilitação no certame, conforme Art. 48 § 3º da Lei nº 8666/93.

Decorrido o prazo concedido, a empresa não se manifestou nem apresentou nova documentação.

Neste sentido, fica mantida a inabilitação da referida empresa e em consequência não credenciada para os serviços escolhidos.

Os documentos apresentados ficam arquivados nos autos do processo da licitação.

Publique-se e intime-se.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

DECRETO Nº 067/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE

DECRETO Nº 067, DE 29 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 13.060,00 (treze mil e sessenta reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

07.002.0015.0452.0072.2043.3339000000000000	01000000
10.000,00	06.001.0027.0812.0060.2039.3339000000000000
01000000	3.060,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

07.002.0015.0452.0072.2043.3449000000000000	01000000
10.000,00	06.001.0027.0812.0060.2039.3449000000000000
01000000	3.060,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 29 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 067/2017 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 29 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativa

DECRETO Nº 068/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO VIGENTE

DECRETO Nº 068, de 29 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 2.577,75 (dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

001.001004.0301.0041.2017.3449000000000000 03380101
2.577,75

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit 03380101 2.577,75

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 29 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 068/2017 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 29 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativa

DECRETO Nº 069/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE

DECRETO Nº 069, DE 29 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0041.2053.3339000000000000 01020000
23.500,00 04.001.0010.0301.0041.2053.3449000000000000
01380101 9.200,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0041.2053.3449000000000000 01020000
15.000,00 04.001.0010.0301.0041.2053.3319000000000000
01380101 9.200,00 04.001.0010.0301.0041.2053.33190000000000
00 01020000 8.500,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 29 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 069/2017 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 29 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativa

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 173/2017

DECRETO Nº 173/2017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.
PRORROGA A DATA FINAL PARA REQUERER A ADESÃO AO PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS – REFIS – MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 107/2016, fica prorrogada para o dia 30/09/2017 (trinta de setembro do ano de dois mil e dezessete) a data final para requerer a adesão ao REFIS Municipal.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31/07/2017.

Biguaçu, 31 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 174/2017

DECRETO Nº 174/2017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2006, declara a vacância do cargo público da servidora SIREN VILMA AURELIO, a partir de 01/09/2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora SIREN VILMA AURELIO, detentora da matrícula funcional nº 260-01, portadora do CPF nº 429.383.509-10, inscrita no PASEP nº 1055147208-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.319,67 (três mil, trezentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/09/2017, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 178/2017

DECRETO Nº 178/2017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor WANDERLEY DELLA GUSTINA, a partir de 31/08/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República ao servidor WANDERLEY DELLA GUSTINA, detentor da matrícula funcional nº 7464-05, portador do CPF nº 294.304.889-53, inscrito no PASEP nº 1064092058-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.639,66 (um mil seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 31/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 179/2017

DECRETO Nº 179/2017 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, declara a vacância do cargo público da ELIS MAURINA CUNHA DE SOUSA, a partir de 01/09/2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, à servidora ELIS MAURINA CUNHA DE SOUSA, detentora da matrícula funcional nº 6451-01, portadora do CPF nº 728.202.179-15, inscrita no RG nº 2.303.545, no PIS/PASEP nº 1703311936-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 40h - Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 6.018,79 (seis mil e dezoito reais e setenta e nove centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/09/2017, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de setembro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

LEI Nº 3759/2017

LEI Nº 3759/017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º Os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de terrenos baldios, ou não, são obrigados a mantê-los limpos, roçados e drenados, nos termos desta lei.

Parágrafo único. Consideram-se terrenos limpos, para efeitos desta lei, aqueles cuja vegetação não ultrapasse 0,50m (cinquenta centímetros), considerando-se qualquer ponto dos mesmos, e que não sirvam como depósitos de lixo, entulhos e materiais inservíveis.

Art.2º Estando o terreno em desconformidade com o disposto no parágrafo único do artigo anterior, o proprietário ou possuidor de terreno será notificado para que, no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do seu terreno.

Art.3º O proprietário ou possuidor de terreno de que trata esta Lei, será considerado regularmente notificado mediante as seguintes providências, alternativamente:

I – Simples entrega da notificação no endereço de correspondência constante no Cadastro Imobiliário Municipal, indicado pelo

proprietário e/ou possuidor ou por seu representante;
II – Por edital publicado na Imprensa Oficial do Município;
III – Por edital publicado em jornal de circulação local.

Parágrafo único. A entrega das intimações poderá ser efetuada diretamente pela Administração Pública Municipal, por via postal ou por empresa regularmente contratada para tal fim.

Art.4º Após a notificação, realizada de acordo com uma das formas previstas no art. 3º desta lei, e ultrapassado o prazo do art. 2º, a fiscalização do Município retornará ao local para verificar o cumprimento da notificação.

Art.5º Constatado o não cumprimento da notificação, será lavrado Auto de Infração, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) acrescido de mais R\$ 1,00 (um real) a cada metro quadrado do imóvel, deferindo-se o prazo de 05 (cinco) dias, para que o proprietário ou possuidor do terreno apresente Defesa, a ser protocolada no Pró Cidadão da Prefeitura Municipal, e encaminhada à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, para análise e parecer.

§1º A Defesa deverá ser instruída com a comprovação da regularização da situação do lote, sem prejuízo da verificação, pela fiscalização, no local.

§2º Comprovado pela fiscalização que o lote foi limpo, roçado e/ou drenado, após a aplicação do Auto de Infração, e até o julgamento final da defesa, pela Secretaria Municipal

de Planejamento e Gestão Participativa, a multa poderá sofrer redução de até 30% (trinta por cento), ficando o imóvel sujeito a novas fiscalizações durante o exercício, para comprovação do cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da presente Lei.

§3º Em caso de reincidência, será aplicada multa em dobro.

Art.6º Vencido o prazo da Defesa sem a manifestação ou providências pelo proprietário ou possuidor, fica o Município autorizado a proceder a limpeza do terreno, diretamente ou por intermédio de empresas credenciadas, lançando esses custos em nome do proprietário ou possuidor constante no Cadastro Imobiliário Municipal, em dívida ativa municipal.

Art.7º Fica estabelecido, para os fins previstos no art. 6º desta Lei, o valor de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de terreno limpo, em valores a serem atualizados anualmente, de acordo com o INPC.

Art.8º Nos casos em que a situação do imóvel ofereça riscos à saúde ou à segurança pública, fica autorizado o Município de Biguaçu a efetuar sua limpeza, através do setor competente, independente de intimação ou multa, após parecer da Vigilância Sanitária, observando-se, nesses casos, o disposto no art. 6º desta Lei.

Art.9º Fica estabelecida a multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) acrescido de mais R\$100,00 (cem reais) a cada metro cúbico de lixo e/ou entulho a quem lançá-los em terrenos baldios, próprios ou de terceiros.

Parágrafo único. Na falta de identificação do infrator, o proprietário ou possuidor responderá solidariamente pela obrigação.

Art.10 As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento.

Art.11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.12. Revoga-se o artigo 43 da Lei n.º 385/84 e as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Lei nº 3759/2017, de 31/08/2017
Sancionada em 31/08/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3760/2017

LEI Nº 3760/017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O PERÍODO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração Municipal de Biguaçu para o período: 2018/2021 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo I desta Lei, que prevê para o período uma meta de arrecadação de R\$ 896.991.000,00 (Oitocentos e noventa e seis milhões, novecentos e noventa e um mil reais), sendo: R\$ 642.961.000,00 da Unidade Gestora: Prefeitura, R\$ 147.479.000,00 da Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e R\$ 105.862.000,00 da Unidade Gestora: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município e R\$ 689.000,00 da Unidade Gestora: Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme Anexo I desta lei e demonstrativo abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
UNIDADE GESTORA PREFEITURA	
1. RECEITAS CORRENTES	626.990.000,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	131.560.000,00
1.2. Receita de Contribuição	24.871.000,00
1.3. Receita Patrimonial	2.226.000,00
1.4. Receita de Serviços	2.723.000,00
1.5. Transferências Correntes	460.603.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	5.007.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	90.692.000,00
2.1. Operações de Crédito	33.500.000,00
2.2. Alienação de Bens	92.000,00
2.3. Transferências de Capital	57.100.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	74.721.000,00
SOMA	642.961.000,00
UNIDADE GESTORA BIGUAÇUPREV	
1. RECEITAS CORRENTES	75.356.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	13.186.000,00
1.2. Receita Patrimonial	59.708.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	2.462.000,00
2. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	30.506.000,00
2.1. Receitas de Contribuições	23.774.000,00
2.2. Outras Receitas Correntes	6.732.000,00
SOMA	105.862.000,00
UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1. RECEITAS CORRENTES	144.509.000,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.314.000,00
1.2. Receita Patrimonial	2.485.000,00
1.3. Transferências Correntes	140.710.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.970.000,00
2.1. Alienação de Bens	0,00
2.2. Transferências de Capital	2.970.000,00
SOMA	147.479.000,00
UNIDADE GESTORA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
1. RECEITAS CORRENTES	689.000,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	475.000,00
1.2. Receita Patrimonial	38.000,00
1.3. Transferências Correntes	0,00
1.4. Outras Receitas Correntes	176.000,00
SOMA	689.000,00
TOTAL	896.991.000,00

(-) Receita Intraorçamentária	30.506.000,00
META FISCAL DE ARRECADAÇÃO	866.485.000,00

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Biguaçu para o período 2018/2021, contemplará todas as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as despesas relativas aos programas de duração continuada, conforme apresentação nas planilhas constantes do Anexo III e integrante desta Lei, com identificação dos programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, classificação funcional da despesa e denominação das ações com indicação do produto, unidade de medida, meta física, meta financeira e fontes de financiamento.

Art. 3º A despesa consolidada prevista para o período 2018/2021 e classificada por programas e ações, função e sub-função de governo, está demonstrada nos Anexos IV e V desta lei, conforme abaixo:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	29.836.000,00
02. JUDICIÁRIO	3.924.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	67.602.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	42.586.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	26.494.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	32.488.000,00
10. SAÚDE	246.477.000,00
11. TRABALHO	1.787.000,00
12. EDUCAÇÃO	190.022.000,00
13. CULTURA	40.000,00
14. DIREITOS DA CIDADANIA	286.000,00
15. URBANISMO	64.661.000,00
16. HABITAÇÃO	837.000,00
17. SANEAMENTO	118.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	4.362.000,00
20. AGRICULTURA	12.212.000,00
22. INDÚSTRIA	900.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	320.000,00
26. TRANSPORTE	52.367.000,00
27. DESPORTO E LAZER	11.309.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	29.168.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	79.195.000,00
TOTAL	896.991.000,00
(-) Despesas Intra-Orçamentárias	30.506.000,00
META FISCAL DE DESPESA	866.485.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	44.535.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	57.977.000,00
0003. EDUCAÇÃO: INVESTIMENTO COM RETORNO GARANTIDO	190.022.000,00
0004. MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE.	246.595.000,00
0005. BOM PARA TODOS	11.349.000,00
0006. CONSOLIDAÇÃO DO SUAS	26.467.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	28.866.000,00
0008. CUINDANDO DO MEIO AMBIENTE	4.242.000,00
0009. BIGUAÇU CADA VEZ MELHOR	142.401.000,00
0010. GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	1.858.000,00
0011. MAIS SEGURANÇA PÚBLICA	3.686.000,00
0012. ENCARGOS GERAIS	59.798.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	79.195.000,00
TOTAL	896.991.000,00

(-) Despesas Intra-Orçamentárias	30.506.000,00
META FISCAL DE DESPESA	866.485.000,00

Art. 4º As metas físicas e financeiras por ações de governo, estão demonstradas nos Anexos III e VI desta Lei.

Art. 5º A origem e destinação dos recursos, na forma estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2014 está demonstrado no Anexo VII desta lei com o objetivo de evidenciar o equilíbrio entre as receitas e as despesas em cada fonte de recurso.

Art. 6º A previsão do cumprimento do gasto mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino básico e do gasto mínimo de 15% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde, está demonstrado nos Anexos VIII e IX desta lei.

Art. 7º Para fins desta Lei considera-se:

I – Função de governo, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – Sub-Função de governo, a partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – Programa de governo, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração das potencialidades, necessidades e dificuldades no contexto de cada programa;

V – Diretrizes, o conjunto de critérios a serem adotados na execução das ações que integram cada programa para alcançar os objetivos estabelecidos;

VI – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais integrantes do programa;

VII – Ações de Governo, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VIII – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

IX – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 8º Os valores constantes dos Anexos I a X desta Lei estão quantificados a preços correntes.

Art. 9º A inclusão de novas ações de governo no Plano Plurianual ocorrerá de forma automática quando da abertura do respectivo crédito adicional especial e sua inclusão como prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 10 Na definição das prioridades e metas da administração extraídas desta lei para constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, fica autorizada a elevação ou diminuição das metas físicas e financeiras constantes dos anexos desta lei, de forma a preservar o equilíbrio de caixa quando da execução da Lei Orçamentária.

Art. 11 Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Biguaçu, 31 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3760/2017, de 31/08/2017

Sancionada em 31/08/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.437/2017

DECRETO Nº 11.437, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0211.00000, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3302 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 33.03.06.122.0005.2220 – Manutenção do Convênio de Trânsito - SSPSC

Modalidade 3.3.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Fonte de Recursos 0211.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de agosto de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 146/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº. 146/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA MJRE CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: O objeto do Contrato é a construção do Terminal Integrado Oeste (Água Verde) e do Terminal Integrado Norte (Itoupavas), obras estas do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Projeto nº. BR-L1272), contrato de empréstimo 2746/OC-BR.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 1015/2017.

PREÇO: Valor total dos serviços: R\$ 29.874.888,84 (vinte e nove milhões oitocentos e setenta e quatro mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), dividido em: I - Terminal Oeste: R\$ 14.896.940,09 (quatorze milhões oitocentos e noventa e seis mil novecentos e quarenta reais e nove centavos); II - Terminal Norte: R\$ 14.977.948,75 (quatorze milhões novecentos e setenta e sete mil novecentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

PRAZO: De execução das Obras: 420 (quatrocentos e vinte) dias, a contar da data da entrega da Ordem de Serviço. De Vigência do

Contrato: 480 (quatrocentos e oitenta) dias, a contar da data de celebração do contrato.

DATA: 09 de agosto de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 154/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº. 154/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua: Antônio Bittelbrunn (Bairro Velha), localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes no edital. Contrato de Repasse 1029785-31/2016 – Ministério das Cidades – CEF – SEINFRA (LOTE 01).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 008/2017.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago à CONTRATADA o valor total de R\$ 109.999,98 (cento e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

PRAZO: I. DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 (dois) meses, a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada; II. PRAZO DE VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses.

DATA: 15 de agosto de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 155/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº. 155/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, nas Ruas João José Ferreira e transversais - Lotário Federico Dennebrock e Francisco Siebert (Bairro Itoupavazinha), localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes neste edital. Contrato de Repasse 1029785-31/2016 – Ministério das Cidades – CEF – SEINFRA (LOTE 02).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 008/2017.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago à CONTRATADA o valor total de R\$ 197.600,00 (cento e noventa e sete mil e seiscentos reais).

PRAZO: I. DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses, a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada; II. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses.

DATA: 15 de agosto de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 163/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 163/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CERVEJA BLUMENAU LTDA ME.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precário e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração comercial de cerveja e/ou chopp artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica, nas condições existentes no edital, no período correspondente as edições OKTOBERFEST 2017 e durante a SOMMERFEST 2018 – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-010/2017.

PREÇO: Será paga ao PERMITENTE/PROEB, a importância de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

PRAZO: I. Oktoberfest 2017, que se realizará de 04 a 22 de outubro de 2017; II. Sommerfest 2018, que se realizará de 04 a 26 de janeiro de 2018.

DO PRAZO CONTRATUAL: Este contrato terá seu prazo de sua assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2018.

DATA: 22 de agosto de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 164/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 164/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CERVEJA BLUMENAU LTDA ME.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precário e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração comercial de cerveja e/ou chopp artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica, nas condições existentes no edital, no período correspondente a edição da OKTOBERFEST 2017 - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-010/2017.

PREÇO: Pela permissão de uso, a PERMISSONÁRIA pagará ao PERMITENTE/PROEB, a importância de R\$ 7.103,33 (sete mil cento e três reais e trinta e três centavos).

PRAZO: I - DO PRAZO DE REALIZAÇÃO DO EVENTO: se realizará de 04 a 22 de outubro de 2017. II - DO PRAZO CONTRATUAL: Este contrato terá seu prazo de sua assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2018.

DATA: 22 de agosto de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 165/2017

EXTRATO - CONTRATO Nº. 165/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

OBJETO: Concessão de empréstimo, pela CREDENCIADA, sob a garantia de consignação em folha de pagamento aos servidores públicos municipais ativos, aposentados e pensionistas pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração direta, autárquica e fundacional do Município – SEDEAD.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-92/2017.

PRAZO: O prazo de vigência do presente CREDENCIAMENTO é de 12 (doze) meses, contados do dia 18 (dezoito) de agosto de 2017.

DATA: 22 de agosto de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 181/2017

EXTRATO - CONTRATO Nº. 181/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COMUNHÃO MARTIM LUTERO.

OBJETO: Locação de um imóvel na Rua Erich Belz, nº. 161, Bairro Itoupava Central, destinado ao funcionamento do Centro de Educação Infantil Irmgard Zoschke - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-097/2017.

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 1º de setembro de 2017 até 31 de agosto de 2018.

PREÇO: O valor pago à LOCADORA pela utilização do imóvel é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, totalizando R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DATA: 24 de agosto de 2017.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2014

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 194/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 02 (DOIS) ELEVADORES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 048/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 21 de agosto de 2017 até 20 de agosto de 2018.

PREÇO: Renova o valor da prestação dos serviços que se mantêm em 26.588,24 (vinte e seis mil quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos), sendo R\$ 6.588,24 (seis mil quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos) para a manutenção preventiva e corretiva e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) destinados a reposição de peças.

DATA: 02 de agosto de 2017.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 244/2012

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 244/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A
EMPRESA AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS EM 29 ÁREAS, DIVIDIDAS EM 03 LOTES.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços 02-028/2012.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ou seja, de 1º de setembro de 2017 até 30 de agosto de 2018.

DATA: 12 de julho de 2017.

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A LIGA BLUMENAUENSE DE GINCANEIROS

OBJETO: Concessão de auxílio financeiro visando a realização da etapa final da 25ª Gincana Cidade de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 31, inciso II, da Lei nº 13.019/14 e alterações; Decreto Municipal nº 11.235/17 e Lei Ordinária Municipal nº 8.458/2017 – Processo Administrativo ERP/GRP nº 09/2017.

FUNDAÇÃO GESTORA: Fundação Cultural de Blumenau - FCB
PRAZO: 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura.
VALOR TOTAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

PAGAMENTO: 01 parcela de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que será paga até o dia 31 de agosto de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 23 de agosto de 2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017
Objeto: Aquisição e instalação de 01 grupo moto gerador, tipo: estacionário carenado, modelo: a diesel, de energia elétrica emergencial, conforme especificações constantes no edital, para uso na sede do 3º Batalhão de Bombeiros Militar De Blumenau - (Convenio Estadual N. 2013/193006) - SEDECI. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 21 de setembro de 2017, às 09h00min. Início da sessão: dia 21 de setembro de 2017, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no sítio oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 31/08/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA SEDEAD Nº 31.727/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.727/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
23091-6	ARYANA LINGNER	2017/502	20/07/2017	12/08/2017
21807-3	FERNANDA HELOISA CIPRIANI	2017/551	12/08/2017	21/08/2017
20083-2	LIANE GIROLAMO	2017/545	18/07/2017	07/08/2017
21052-8	ISOLDE KRUEGER COELHO	2017/549	06/08/2017	25/08/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2220/2017 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2220/2017 -Processo Licitação Pregão Presencial 2215/2017

OBJETO: Registro de preço para futura e possível aquisição de destiladores, eletrodos, termômetros, micropipeta, ponteira, vidrarias e kit reagentes para uso nos equipamentos e nas análises realizadas pelos laboratórios da autarquia, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Empresa: PRÓ-ANÁLISE QUÍMICA E DIAGNÓSTICA LTDA. – CNPJ: 00.398.022/0001-51

Item 03: Valor unitário R\$ 138,45 (cento e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos) e valor total R\$ 276,90 (duzentos e setenta e seis reais e noventa centavos).

Item 04: Valor unitário R\$ 192,45 (cento e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos) e valor total R\$ 384,90 (trezentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos).

Item 06: Valor unitário R\$ 71,00 (setenta e um reais) e valor total R\$ 426,00 (quatrocentos e vinte e seis reais).

Item 07: Valor unitário R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) e valor total R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Item 08: Valor unitário R\$ 81,00 (oitenta e um reais) e valor total R\$ 486,00 (quatrocentos e oitenta e seis reais).

Item 09: Valor unitário R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e valor total R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais).

Item 10: Valor unitário R\$ 138,00 (cento e trinta e oito reais) e valor total R\$ 1.656,00 (um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais).

Item 11: Valor unitário R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais) e valor total R\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais).

Item 12: Valor unitário R\$ 305,00 (trezentos e cinco reais) e valor total R\$ 1.830,00 (um mil, oitocentos e trinta reais).

Item 13: Valor unitário R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) e valor total R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

Item 14: Valor unitário R\$ 66,50 (sessenta e seis reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 798,00 (setecentos e noventa e oito reais).

Item 15: Valor unitário R\$ 92,00 (noventa e dois reais) e valor total R\$ 1.104,00 (um mil, cento e quatro reais).

Item 16: Valor unitário R\$ 60,00 (sessenta reais) e valor total R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais).

Item 17: Valor unitário R\$ 1,093 (um real e nove centavos) e valor total R\$ 1.093,00 (um mil e noventa e três reais).

Item 18: Valor unitário R\$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais) e valor total R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

Item 19: Valor unitário R\$ 18,73 (dezoito reais e setenta e três centavos) e valor total R\$ 1.873,00 (um mil, oitocentos e setenta e três reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 22 de Agosto de 2017.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2216/2017 - SAMAE

ERRATA PP 06-2216/2017

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no uso de suas atribuições, torna público que alterou o Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL 06-2216/2017, incluindo-se no item 1.1 – Solução de armazenamento de dados – Storage (Discos e Gavetas) e no item 4.1.7.5.5 a seguinte exigência:

“ O equipamento na configuração ofertada deverá garantir o desempenho mínimo de 70.000 IOPS de front-end com tempo de resposta máximo de 2ms considerando perfil de leitura/gravação de 70/30, comprovado através de estimativa apresentada pela ferramenta de dimensionamento (sizing) do fabricante do equipamento, que deve ser incluída na proposta”

Em consequência, alteram-se as datas de abertura do referido pregão para: ENTREGA ENVELOPES: dia 13 de setembro de 2017, às 08:30 horas,

ABERTURA ENVELOPES: dia 13 de setembro de 2017, às 09:00 horas.

EDITAL COMPLETO: sem custos site oficial do município

(www.blumenau.sc.gov.br) e/ou (www.samae.com.br) e/ou via e-mail

compraslicitacoes@samae.com.br e/ou jonathangirardi@samae.com.br,

Fernando da Cunha Gomes

Pregoeiro

EXTRATO Nº 385/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 385/2017

Dispensa de Licitação nº. 410/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o Pagamento de inscrição de servidor da DAM para o curso de formação sobre licitações públicas, promovido pela empresa Premier Capacitação e Sistemas Ltda. Contratada: Premier Capacitação e Sistemas Ltda. (CNPJ 18.994.912/0001-91). Forma de Pagamento: Imediato através de depósito Bancário. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) / 01.09.12..364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/ 3.3.90.39 (Outros serviços de terceiros – pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.48 (Serviços de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 31 de Agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 388/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 388/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

PROFESSOR CRISTIAM BALDISSERA DE OLIVEIRA

OBJETO: Contratação direta de professores para o Projeto Startup FURB com recursos provenientes do Convênio com o SEBRAE através da Chamada Pública Nº 02/2016 – Educação Empreendedora em Instituição de Ensino Superior no Estado de SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 370/2017 e Contrato nº 221/2017 firmado em 17 de agosto de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 370/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas 46 e 47, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
3	37037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso: Projeto Startup – SEBRAE, com carga horária de 24 horas, conforme cronograma de fls. 46 dos autos. Prestação do serviço: 14/08/2017 a 18/08/2017.	3.840,00
Preço Total (em R\$)				3.840,00	
Preço Total (em reais, por extenso)				Três mil oitocentos e quarenta reais.	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/08/2017

EXTRATO Nº 389/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 389/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

PROFESSORA DEYSE ELISABETH ORTIZ SUMAN CARPENTER

OBJETO: Contratação de professor para atuar no Curso de Especialização em Engenharia de Materiais da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 288/2017 e Contrato nº 199/2017 firmado em 07 de agosto de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.566,32 (três mil quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 288/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas 57, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
3	37037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso: Especialização em Engenharia de Materiais, com carga horária de 27 horas, conforme cronograma de fls. 22 a 24 dos autos.	3.566,32
Preço Total (em R\$)				3.566,32	
Preço Total (em reais, por extenso)				Três mil quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos.	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão da disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/08/2017

EXTRATO Nº 390/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 390/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

PROFESSORA ELISÂNGELA GUZI DE MORAES

OBJETO: Contratação de professor para atuar no Curso de Especialização em Engenharia de Materiais da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 288/2017 e Contrato nº 200/2017 firmado em 07 de agosto de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.161,40 (dois mil cento e sessenta e um reais e quarenta centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 288/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas 83, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
3	37037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso: Especialização em Engenharia de Materiais, com carga horária de 18 horas, conforme cronograma de fls. 22 a 24 dos autos.	2.161,40
Preço Total (em R\$)				2.161,40	
Preço Total (em reais, por extenso)				Dois mil cento e sessenta e um reais e quarenta centavos.	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão da disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/08/2017

EXTRATO Nº 391/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 391/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

PROFESSORA Msc. GLÁUCIA GEBIEN

OBJETO: Contratação de professor para atuar no Curso de Especialização em Sustentabilidade em Ambientes Urbanos e Edificações da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 308/2017 e Contrato nº 204/2017 firmado em 14 de agosto de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 1.319,90 (hum mil trezentos e dezenove reais e noventa centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 308/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas 73, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
3	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso: Especialização em Sustentabilidade em Ambientes Urbanos. Disciplina: Ambientes Urbanos e Edificações com carga horária de 24 horas, conforme cronograma de fls. 03 a 26 dos autos.	1.319,90
Preço Total (em R\$)				1.319,90	
Preço Total (em reais, por extenso)				Hum mil trezentos e dezenove reais e noventa centavos.	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão da disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/08/2017

EXTRATO Nº 392/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 392/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

PROFESSORA DRA. CLÁUDIA ARARIPE FREITAS SIEBERT

OBJETO: Contratação de professor para atuar no Curso de Especialização em Sustentabilidade em Ambientes Urbanos e Edificações da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 308/2017 e Contrato nº 205/2017 firmado em 19 de Julho de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.105,65 (três mil cento e cinco reais e sessenta e cinco centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 308/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas 42, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
3	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso: Especialização em Sustentabilidade em Ambientes Urbanos. Disciplina: Sustentabilidade e Resiliência Urbana com carga horária de 24 horas, conforme cronograma de fls. 03 a 26 dos autos.	3.105,65
Preço Total (em R\$)				3.105,65	
Preço Total (em reais, por extenso)				Três mil cento e cinco reais e sessenta e cinco centavos.	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão da disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/08/2017

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PORTARIA Nº 470/2017

PORTARIA Nº 470/2017
De 31 de agosto de 2017

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO DE INQUÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 95, inciso II, letra "C" e Lei Municipal 737/1999 "Estatuto do Servidor Público Municipal de Bom Jardim da Serra- SC, considerando:

RESOLVE

RETIFICAR a Portaria 469/2017 de 29/08/2017 em seu Art. 1º onde Lê-se : DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apurar a responsabilidade pelas multas existentes nos veículos pertencentes à Municipalidade. Tipificadas nos Art. Nº 120 inciso VI, e Art. 121 inciso XV da Lei municipal 737/99 "Estatuto do Servidor público Municipal", estando sujeito a pena prevista no Art.55, da mesma Lei.

Deverá ler-se: Art. 1º DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apurar a responsabilidade pelas multas existentes nos veículos pertencentes à Municipalidade. Tipificadas nos Art. Nº 120 inciso VI, e Art. 121 inciso XV da Lei municipal 737/99 "Estatuto do Servidor público Municipal", estando sujeito a pena prevista no Art.55, da mesma Lei. A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento das multas para liberação dos devidos documentos, até que se apure a responsabilidade e cobrança devida.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Inquérito será composta pelos servidores, Luiza Helena Benedet, professora municipal Portaria de nomeação 012/90, que a presidirá, Arlete Aparecida Machado, cargo de telefonista Portaria de nomeação 11/90, e, Geila Prezza Vieira Ribeiro cargo de Professora Portaria 040/2003, todos servidores efetivos e estáveis.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, tudo de acordo com a Lei Municipal 737/1999.

Art. 4º A comissão, ora constituída, terá o prazo de 60(sessenta) dias, a partir da data de publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 31 de agosto de 2017.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

PR 21/2017

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC
Processo/ Ano nº 40/2017

Modalidade: Pregão presencial para registro de preços 21/2017
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM CAMINHÃO PRANCHA, CAÇAMBAS E MOTONIVELADORA PARA PROMOVER REVESTIMENTO PRIMÁRIO, ABERTURA DE VALETAS E BUEIROS NAS ESTRADAS MUNICIPAIS.
Forma de julgamento: menor preço por item

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que após sanados os motivos que suspenderam o certame, abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia 14/09/2017 às 10horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 30 de agosto de 2017.
Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

PR 25/2017

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC
Processo/ Ano nº 45/2017

Modalidade: Pregão presencial para registro de preços 25/2017
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL e FRACIONADA PARA PEÇAS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE RE-TOESCAVADEIRAS DAS MARCAS CASE 580M 4X4, CATERPILLAR 416 E e FIAT FM 80.3
Forma de julgamento: menor preço por lote.

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia 14/09/2017 às 14horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 30 de agosto de 2017.
Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 079/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2017

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 091/2016,
ADITADO PELO CONTRATO Nº 134/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público o seguinte contrato:

Contratada: Executa Projetos e Construções Eireli EPP

Objeto: Termo Aditivo de Supressão Contratual – Obra de Construção de Pavilhão Industrial.

Valor Supressão: R\$ 3.404,58 (três mil quatrocentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos), referentes a redução executada das estimativas orçamentárias (ADEQUAÇÃO TÉCNICA)

Bom Jesus do Oeste (SC), 30 de agosto de 2017.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 169/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. Sirlane Maria Schwartz, inscrita na matrícula sob nº 769-2, portadora do CPF sob nº 670.051.870-91, ocupante do cargo de Professor I Educação Infantil, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 29 de agosto de 2017 à 02 de setembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 31 de agosto de 2017.

RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 170/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. Denise Aparecida Prêmio, inscrita na matrícula sob nº 767-6, portadora do CPF sob nº 085.405.659-94, ocupante do cargo de Professor II Ensino Fundamental, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 29 de agosto de 2017 à 02 de setembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 31 de agosto de 2017.

RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA ERRATA CONTRATO 193/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ERRATA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 02/2017 FMAS

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Minuta Dispensa de Chamamento Público N° 02/2017 FMAS. Alterar:

ONDE SE LÊ: Valor total: 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

LEIA-SE: Valor total: 8.000,00 (oito mil reais).

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

ERRATA

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Extrato Contrato 193/2017, publicado dia 29/08/2017. Alterar

ONDE SE LÊ:

Extrato Contrato 193/2017 Dispensa Chamamento Público 02/2017 FMAS

Contratante: Município de Bom Retiro - FMAS

Contratado: Associação de Assistência Social de Bom Retiro

Objeto: Desenvolvimento do Projeto "A Escola de nossos filhos é a gente que faz".

Valor Total: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

LEIA-SE:

Extrato Contrato 193/2017 Dispensa Chamamento Público 02/2017 FMAS

Contratante: Município de Bom Retiro - FMAS

Contratado: Associação de Assistência Social de Bom Retiro

Objeto: Desenvolvimento do Projeto "A Escola de nossos filhos é a gente que faz".

Valor Total: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 01 de setembro de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 075 2017

DECRETO Nº. 075/2017.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezessete, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 142.000,00 (Cento e quarenta e dois mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(3) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

(7) – 3.3.93.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos R\$ 92.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 142.000,00 (Cento e quarenta e dois mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(6) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas R\$ 142.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 28 de agosto de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 26 2017 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 37/2017

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 26/2017 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 18.09.2017, estará selecionando a melhor proposta para Registro para aquisição de peças para manutenção da máquina carregadeira Komatsu WA180 da Secretaria de Obras de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 31 de agosto de 2017.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 28/2017

EXTRATO DE CONTRATO 28/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25,

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: E 3 Eventos e Negócios Imobiliários Eireli EPP

CNPJ sob o nº 27.331.731/0001-76

Rua 23 de julho, 1.100 - Bairro Boa Vista

Pouso Redondo, Santa Catarina

Objeto: Contratação de empresa especializada em organização de eventos para prestação de serviços de promoção de eventos, para realização da V Festa da Integração Cultural, a ser realizada nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2017, no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento das estruturas, divulgação, segurança, limpeza, produção dos shows e demais serviços

Valor: R\$ 69.900,00 (sessenta e nove mil e novecentos reais)

Vigência até 31.10.2017.

Data da assinatura: 31.08.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

LEI 0882 2017

LEI Nº 0882/2017

Aprova a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento da Política Municipal de Saneamento criado pela Lei nº 0711/2012, de 04 de abril de 2012.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado revisão no Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento da Política Municipal de Saneamento, criado pela Lei nº 0711/2012 de 04 de abril de 2012 e que se traduz nos atuais anexos I e II, sem emendas nem rasuras editados respectivamente em 03/08/2016 e dezembro de 2016, também paginados de folha de rosto a 330 e folha de rosto à 23.

Art. 2º Suprimido.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de agosto de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito

LEI 0883 2017

LEI Nº 0883/2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual - P.P.A. do Município de Braço do Trombudo para o quadriênio 2018/2021 e dá outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Braço do Trombudo para o quadriênio 2018/2021, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nos Anexos desta Lei.

Art. 2º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos referidos no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em programa, justificativa, objetivo, indicador, órgão/unidade, meta, iniciativas, público alvo, produto, unidade medida, meta física, valor e fonte de recurso.

Parágrafo único. Para fins desta Lei considera-se:

I - Programa - é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

II - Justificativa - Identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização dos problemas e necessidades. Deve abordar o diagnóstico e as causas da situação-problema para a qual o programa foi proposto; alertar quanto às consequências da não implementação do programa; e informar a existência de condicionantes favoráveis ou desfavoráveis ao programa. Além disso, para programas novos, é necessário estimar a despesa prevista para o período do Plano e a origem dos recursos que irão custear o programa.

III - Objetivo do Programa - expressa o resultado que se deseja alcançar, ou seja, a transformação da situação a qual o programa se propõe modificar. Deve ser expresso de modo conciso, evitando a generalidade, dando a ideia do que se pretende de forma clara, categórica e determinante.

IV - Indicador - parâmetros que permitem o acompanhamento da evolução de um programa.

V - Órgão / Unidade - que vai ser responsável pela execução do programa.

VI - Meta - são os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

VII - Iniciativas - declaram as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias (atividades, projetos ou operações especiais).

VIII - Público Alvo - especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que se beneficia(m) direta e legitimamente com sua execução. São os grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores que serão atingidos diretamente pelos resultados do programa. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.

IX - Produto - são os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

X - Unidade de medida - Padrão selecionado para mensurar a produção do bem ou serviço.

XI - Meta Física - É uma medida do alcance do objetivo vinculada ao indicador de desempenho.

XII - Valor - expressa o custo estimado para execução do programa.

XIII - Fonte de Recursos - identifica a fonte de custeio para execução do programa.

Art. 3º As alterações, inclusão ou exclusão de programas somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor do respectivo programa.

Art. 4º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita arrecadada e estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 6º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 30 de agosto de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 24/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 24/2017

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 24/2017. Processo licitatório 35/2017. Objeto: Contratação de empresa especializada em organização de eventos para prestação de serviços de promoção de eventos, para realização da V Festa da Integração Cultural, a ser realizada nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2017, no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento das estruturas, divulgação, segurança, limpeza, produção dos shows e demais serviços. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame:

EMPRESA	ITEM	R\$ VALOR
E 3 EVENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS EIRELI ME CNPJ: 10.607.178/0001-59	1	69.900,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeiro Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 29/08/2017.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 54/2017

DECRETO EXECUTIVO Nº 054, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.
DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 08/09/2017.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

Considerando o Feriado Nacional de 07 de setembro, que acontece numa quinta-feira;

DECRETA:

Art. 1º. Não haverá expediente no dia 08 de setembro de 2017, nas repartições públicas municipais, considerando-se ponto facultativo.

Art. 2º. Os serviços considerados essenciais, aqueles relacionados à saúde, a vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução, serão mantidos, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será de responsabilidade de cada órgão ou secretaria.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, em 31 de agosto de 2017.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN
Secretária Municipal de Administração Planejamento e Fazenda

Registrado e publicado o presente Decreto no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

LEI MUN. Nº 899

LEI Nº 899, DE 30 DE AGOSTO DE 2017
DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2018 A 2021.

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1st Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I a VII.

Art. 2nd A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de lei específico.

Art. 3rd A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 4th Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 5th Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Brunópolis/SC, em 30 de agosto de 2017.
Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

Maria Gorete do Nascimento Kern
Secretária de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada a Presente Lei no DOM.

LEI MUN. Nº 900

LEI DO LEGISLATIVO Nº 900, 30 DE AGOSTO DE 2017.
DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS DE BAIXA DE BENS MÓVEIS PERMANENTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal Faz saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis SC, que os Vereadores votaram, aprovaram e Eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA DISCIPLINA E TIPOS DE BENS

Art. 1º Os bens móveis patrimoniais do Poder Legislativo Municipal serão descartados e procedidos à baixa patrimonial na forma do disposto nesta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei considera-se:

I - Patrimônio: conjunto de bens, direitos e obrigações suscetíveis de apreciação econômica, obtida por meio de compra, doação, permuta ou por outra forma de aquisição, devidamente identificada e registrada;

II - Bens móveis: aqueles que, pelas suas características e natureza, podem ser transportados sem perda de forma e valor, sendo classificados como materiais permanentes;

III - Bens inservíveis: todo material que esteja em desuso, obsoleto ou irreversível para o serviço público municipal;

IV - Alienação: procedimento de transferência da posse e propriedade de bens móveis patrimoniais;

V - Baixa de bens: procedimento de exclusão de bem do acervo patrimonial do Poder Legislativo Municipal;

VI - Descarte de bens: inutilização de bens móveis patrimoniais.

CAPÍTULO II DAS MODALIDADES DE BAIXA DE BENS

Art. 3º A baixa dos bens móveis permanentes consiste na inativação do respectivo registro patrimonial e na sua exclusão do ativo

não circulante e imobilizado.

Art. 4º A baixa de bens móveis permanentes far-se-á quando resultante de perda (roubo, furto, desaparecimento, acidente ou extravio), ou por meio de descarte, doação ou permuta.

- 1º A baixa em caso de roubo, furto, desaparecimento, acidente ou extravio, será comprovada com documentos que constituirão o respectivo processo de baixa;

- 2º O descarte de bens móveis permanentes dar-se-á nos seguintes casos:

I - Bens baixados do registro dos bens permanentes na condição de perdas por avarias decorrentes de ataque de praga, manuseio, condição de armazenamento ou ação da natureza e data de validade vencida;

II - Bens móveis permanentes inservíveis considerados ociosos, antieconômicos e irre recuperáveis, segundo os seguintes critérios:

1. a) ocioso é o bem que, embora em condições de uso, não estiver sendo ocupado em razão da perda de sua utilidade, demonstrando-se defasado ou ultrapassado em relação à necessidade da instituição;

1. b) antieconômico, quando sua manutenção for excessivamente onerosa, ultrapassando 50% de seu valor atualizado a preço de mercado;

2. c) irre recuperável é o bem para o qual não exista no mercado peça de reposição para conserto e que, consequentemente, perdeu as características para a sua utilização.

Art. 5º Será procedida à doação do bem ocioso, antieconômico e irre recuperável para outro órgão da administração pública, para entidades culturais e associações filantrópicas, assim definidas em lei, que demonstrem interesse, a critério do Poder Legislativo Municipal, quando presentes as razões do elevado interesse social.

Art. 6º O poder legislativo municipal é autorizado a realizar leilões.

Art. 7º Havendo interesse mútuo, a permuta será permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública.

Art. 8º Poderá ocorrer a inutilização, por meios próprios, consistente na destruição total ou parcial dos bens inservíveis que ofereçam risco de dano ecológico, ameaça à integridade das pessoas ou que se demonstrem inconveniente para o Poder Legislativo Municipal.

Art. 9º Nos casos de inutilização ou descarte serão retirados dos bens inservíveis as partes economicamente aproveitáveis, porventura existentes, bem como as plaquetas de patrimônio ou qualquer outro tipo de identificação que relacione o objeto ao Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO PERMANENTE E DO PROCESSO DE BAIXA DE BENS

Art. 10. A Comissão Permanente de Baixa de Bens será composta por 03 (três) membros designados pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 11. A Comissão Permanente de Baixa de Bens deve providenciar análise, classificação, valoração de bens e emissão de relatório conclusivo, além dos seguintes documentos:

I - Cópia do ato de designação da comissão permanente de baixa de bens;

II - Termo de Vistoria e Avaliação correspondente à natureza do material, com sua descrição, modelo, número de patrimônio, valor de aquisição, valor de mercado, classificação do bem e indicação da modalidade de baixa: perda, descarte, doação ou permuta.

- 1º No caso de doação, a comissão deverá efetuar a valoração dos bens por meio de pesquisa mercadológica, conforme prevê o artigo 17 da Lei 8.666/93.

- 2º A doação será feita através de resolução com assinatura do termo de doação.

Art. 12. Fixada a destinação dos bens inservíveis, será procedido descarte, doação, ou permuta, lavrando-se o respectivo termo.

Art. 13. Compete à Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais:

I - Efetuar, o levantamento dos bens móveis patrimoniais da Câmara Municipal de Vereadores considerados inservíveis para o serviço público municipal;

II - Avaliar os bens inservíveis, classificando-os passíveis para alienação e para descarte;

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS DE BAIXA DE BENS

Art. 18. Nos casos de inutilização, descarte e doação, as plaquetas de patrimônio ou qualquer outro tipo de identificação que relacione o objeto ao Poder Legislativo Municipal deverão ser retirados e guardados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Presidente da Câmara.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Brunópolis/SC, em 30 de agosto de 2017.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

Maria Gorete do Nascimento Kern

Secretária de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada a Presente Lei no DOM

Página: 1/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código	Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS									
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receitas Correntes				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				380.380,00	398.380,00	416.380,00	436.380,00	1.631.520,00
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.00	Impostos				359.020,00	377.020,00	395.020,00	415.020,00	1.546.080,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza				152.000,00	158.000,00	165.000,00	172.000,00	647.000,00
4.1.1.1.3.03.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte				152.000,00	158.000,00	165.000,00	172.000,00	647.000,00
4.1.1.1.3.03.1.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho				94.000,00	98.000,00	103.000,00	108.000,00	403.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal				94.000,00	98.000,00	103.000,00	108.000,00	403.000,00
		00.01.0000	00.00.00		56.400,00	58.800,00	61.800,00	64.800,00	241.800,00
		00.01.0001	01.00.00		23.500,00	24.500,00	25.750,00	27.000,00	100.750,00
		00.01.0002	02.00.00		14.100,00	14.700,00	15.450,00	16.200,00	60.450,00
4.1.1.1.3.03.4.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos				58.000,00	60.000,00	62.000,00	64.000,00	244.000,00
4.1.1.1.3.03.4.1.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal				58.000,00	60.000,00	62.000,00	64.000,00	244.000,00
		00.01.0000	00.00.00		34.800,00	36.000,00	37.200,00	38.400,00	146.400,00
		00.01.0001	01.00.00		14.500,00	15.000,00	15.500,00	16.000,00	61.000,00
		00.01.0002	02.00.00		8.700,00	9.000,00	9.300,00	9.600,00	36.600,00
4.1.1.1.8.0.0.0.0.0.0.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios				207.020,00	219.020,00	230.020,00	243.020,00	899.080,00
4.1.1.1.8.01.0.0.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF Municípios				136.780,00	143.780,00	149.780,00	156.780,00	587.120,00
4.1.1.1.8.01.1.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana				24.900,00	25.900,00	26.900,00	27.900,00	105.600,00
4.1.1.1.8.01.1.1.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal				24.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	102.000,00
		00.01.0000	00.00.00		14.400,00	15.000,00	15.600,00	16.200,00	61.200,00
		00.01.0001	01.00.00		6.000,00	6.250,00	6.500,00	6.750,00	25.500,00
		00.01.0002	02.00.00		3.600,00	3.750,00	3.900,00	4.050,00	15.300,00
9.1.1.1.8.01.1.1.0.0.00	Dedução Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principa				-2.520,00	-2.520,00	-2.520,00	-2.520,00	-10.080,00
		00.01.0000	00.00.00		-1.512,00	-1.512,00	-1.512,00	-1.512,00	-6.048,00
		00.01.0001	01.00.00		-630,00	-630,00	-630,00	-630,00	-2.520,00
		00.01.0002	02.00.00		-378,00	-378,00	-378,00	-378,00	-1.512,00
4.1.1.1.8.01.1.2.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
		00.01.0001	01.00.00		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
		00.01.0002	02.00.00		18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
4.1.1.1.8.01.1.3.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa				1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	7.200,00
		00.01.0000	00.00.00		1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	4.320,00
		00.01.0001	01.00.00		450,00	450,00	450,00	450,00	1.800,00
		00.01.0002	02.00.00		270,00	270,00	270,00	270,00	1.080,00
4.1.1.1.8.01.1.4.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mult				1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
		00.01.0000	00.00.00		900,00	900,00	900,00	900,00	3.600,00

Página: 2/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
	00.01.0001	01.00.00		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
	00.01.0002	02.00.00		375,00	375,00	375,00	375,00	1.500,00
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00 Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Rea				225,00	225,00	225,00	225,00	900,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00 Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Rea				111.880,00	117.880,00	122.880,00	128.880,00	481.520,00
	00.01.0000	00.00.00		112.000,00	118.000,00	123.000,00	129.000,00	482.000,00
	00.01.0001	01.00.00		67.200,00	70.800,00	73.800,00	77.400,00	289.200,00
	00.01.0002	02.00.00		28.000,00	29.500,00	30.750,00	32.250,00	120.500,00
	00.01.0000	00.00.00		16.800,00	17.700,00	18.450,00	19.350,00	72.300,00
9.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00 Dedução Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Dir				-120,00	-120,00	-120,00	-120,00	-480,00
	00.01.0000	00.00.00		-72,00	-72,00	-72,00	-72,00	-288,00
	00.01.0001	01.00.00		-30,00	-30,00	-30,00	-30,00	-120,00
	00.01.0002	02.00.00		-18,00	-18,00	-18,00	-18,00	-72,00
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00 Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços				70.240,00	75.240,00	80.240,00	86.240,00	311.960,00
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza				70.240,00	75.240,00	80.240,00	86.240,00	311.960,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal				70.000,00	75.000,00	80.000,00	86.000,00	311.000,00
	00.01.0000	00.00.00		42.000,00	45.000,00	48.000,00	51.600,00	186.600,00
	00.01.0001	01.00.00		17.500,00	18.750,00	20.000,00	21.500,00	77.750,00
	00.01.0002	02.00.00		10.500,00	11.250,00	12.000,00	12.900,00	46.650,00
9.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00 Dedução Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal				-240,00	-240,00	-240,00	-240,00	-960,00
	00.01.0000	00.00.00		-144,00	-144,00	-144,00	-144,00	-576,00
	00.01.0001	01.00.00		-60,00	-60,00	-60,00	-60,00	-240,00
	00.01.0002	02.00.00		-36,00	-36,00	-36,00	-36,00	-144,00
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros				240,00	240,00	240,00	240,00	960,00
	00.01.0000	00.00.00		144,00	144,00	144,00	144,00	576,00
	00.01.0001	01.00.00		60,00	60,00	60,00	60,00	240,00
	00.01.0002	02.00.00		36,00	36,00	36,00	36,00	144,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
	00.01.0000	00.00.00		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
	00.01.0001	01.00.00		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
	00.01.0002	02.00.00		18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juro:				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
	00.01.0000	00.00.00		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
	00.01.0001	01.00.00		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
	00.01.0002	02.00.00		18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
4.1.1.2.0.0.0.0.00.00.00 Taxas				21.360,00	21.360,00	21.360,00	21.360,00	85.440,00
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia				16.680,00	16.680,00	16.680,00	16.680,00	66.720,00
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização				16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	64.320,00

Página: 3/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização				16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	64.320,00
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal				16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	64.320,00
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária				2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00 Taxa de Licença p/ func. estabelec. com ind prest serv	00.01.0000	00.00.00		2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00 Taxa de Licença p/ execução de obras	00.01.0000	00.00.00		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00 Taxa de Licença p/ execução de obras	00.01.0000	00.00.00		1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	7.200,00
4.1.1.2.1.01.1.1.99.00.00 Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	00.01.0000	00.00.00		1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	7.200,00
9.1.1.2.1.01.1.1.99.00.00 Ded. Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	00.01.0000	00.00.00		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.99.00.00 Ded. Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	00.01.0000	00.00.00		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
4.1.1.2.1.04.0.0.00.00.00 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental				-120,00	-120,00	-120,00	-120,00	-480,00
4.1.1.2.1.04.1.0.00.00.00 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.00 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.1.2.1.04.1.1.01.00.00 Taxa de Fiscalização Ambiental				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.1.2.2.0.0.0.0.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	00.01.0000	00.00.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços				4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	18.720,00
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços				4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	18.720,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal				4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	18.720,00
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00 Taxa de Limpeza Pública				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.1.2.2.01.1.1.99.00.00 Outras Taxas p/ Prestação de Serviços	00.01.0000	00.00.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
9.1.1.2.2.01.1.1.99.00.00 Ded. de Outras Taxas p/ Prestação de Serviços	00.01.0000	00.00.00		4.200,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	16.800,00
4.1.1.2.2.01.1.1.99.00.00 Ded. de Outras Taxas p/ Prestação de Serviços	00.01.0000	00.00.00		4.200,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	16.800,00
4.1.2.0.0.0.0.0.00.00.00 Contribuições				-120,00	-120,00	-120,00	-120,00	-480,00
4.1.2.4.0.0.0.0.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública				112.000,00	118.000,00	123.000,00	130.000,00	483.000,00
4.1.2.4.0.0.1.0.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública				112.000,00	118.000,00	123.000,00	130.000,00	483.000,00
4.1.2.4.0.0.1.1.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal				112.000,00	118.000,00	123.000,00	130.000,00	483.000,00
4.1.3.0.0.0.0.0.00.00.00 Receita Patrimonial	00.01.0008	00.00.00		112.000,00	118.000,00	123.000,00	130.000,00	483.000,00
4.1.3.1.0.0.0.0.00.00.00 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				173.320,00	173.320,00	173.320,00	173.320,00	693.280,00
4.1.3.1.0.0.1.0.00.00.00 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação				840,00	840,00	840,00	840,00	3.360,00
4.1.3.1.0.0.1.1.00.00.00 Aluguéis e Arrendamentos				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00

Página: 4/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE BRUNOPOLIS				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.3.1.0.01.1.1.00.00.00 Aluguéis e Arrendamentos - Principal				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.3.1.0.02.0.0.00.00.00 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens I	00.01.0000	00.00.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.3.1.0.02.1.0.00.00.00 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens I				240,00	240,00	240,00	240,00	960,00
4.1.3.1.0.02.1.1.00.00.00 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens I				240,00	240,00	240,00	240,00	960,00
4.1.3.2.0.0.0.0.00.00.00 Valores Mobiliários	00.01.0000	00.00.00		240,00	240,00	240,00	240,00	960,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00 Juros e Correções Monetárias				172.480,00	172.480,00	172.480,00	172.480,00	689.920,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários				172.480,00	172.480,00	172.480,00	172.480,00	689.920,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal				172.480,00	172.480,00	172.480,00	172.480,00	689.920,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00 Rem. Dep Banc - FUNDEB				7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	31.200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.00.00 Rem. Dep Banc - Vincul. Educação	00.01.0018	01.02.00		4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	18.720,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.01.00 Rem. Dep Banc - Salário Educação	00.01.0019	01.02.00		3.120,00	3.120,00	3.120,00	3.120,00	12.480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.02.00 Rem. Dep Banc - PDDE				2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	10.800,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.03.00 Rem. Dep Banc - PNAE Ens Fundamental	00.01.0036	01.03.01		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.04.00 Rem. Dep Banc - PNAE Creche	00.01.0037	01.03.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.05.00 Rem. Dep Banc - PNAE Pré-Escolar	00.01.0037	01.03.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.06.00 Rem. Dep Banc - PNATE	00.01.0037	01.03.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.99.00 Rem. Dep Banc - Outras Transf FNDE	00.01.0037	01.03.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.09.00.00 Rem. Dep Banc - CIDE	00.01.0037	01.03.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.00 Rem. Dep Banc - Recursos Vincul. FNAS	00.01.0007	04.00.00		480,00	480,00	480,00	480,00	1.920,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.01.00 Rem. Dep Banc - Piso Básico Fixo				3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	15.360,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.02.00 Rem. Dep Banc - SCFV	00.01.0035	04.00.00		1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
	00.01.0035	04.00.00		1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00

Página: 5/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.03.00 Rem. Dep Banc - IGDSUAS	00.01.0035	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.04.00 Rem. Dep Banc - IGD Bolsa Família	00.01.0035	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.05.00 Rem. Dep Banc - PTMC	00.01.0035	04.00.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.99.00 Rem. Dep Banc - Outras Transf do FNAS	00.01.0035	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.11.00.00 Rem. Dep Banc - FEP	00.01.0035	04.00.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.3.2.1.00.1.1.12.00.00 Rem. Dep Banc - Alienação Bens	00.01.0039	04.00.00		2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	8.400,00
4.1.3.2.1.00.1.1.13.00.00 Rem. Dep Banc - Conv Transito Militar	00.01.0089	04.01.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.14.00.00 Rem. Dep Banc - Conv Transito Civil	00.01.0010	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.15.00.00 Rem. Dep Banc - Conv Transito Prefeitura	00.01.0011	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.16.00.00 Rem. Dep Banc - COSIP	00.01.0012	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.17.00.00 Rem. Dep Banc - Transf de Conv União/Educação	00.01.0008	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.18.00.00 Rem. Dep Banc - Transf de Conv União/Outros	00.01.0032	01.06.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.19.00.00 Rem. Dep Banc - Transf de Conv Estado/Educação	00.01.0034	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.00 Rem. Dep Banc - Transf de Conv Estado/Assist Social	00.01.0062	01.06.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.21.00.00 Rem. Dep Banc - Transf de Conv Estado/Outros	00.01.0061	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.22.00.00 Rem. Dep Banc - Recursos Vincul. SUAS/Estado	00.01.0064	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.22.01.00 Rem. Dep Banc - Custeio				360,00	360,00	360,00	360,00	1.440,00
4.1.3.2.1.00.1.1.22.02.00 Rem. Dep Banc - Investimento	00.01.0065	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.22.03.00 Rem. Dep Banc - Concessão Benef Eventuais	00.01.0065	04.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00

Página: 6/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS								
4.1.3.2.1.00.1.1.98.00.00 Rem Dep Banc - Recursos Não Vinculados				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.00.00 Receita de Serviços	00.01.0000	00.00.00		154.000,00	154.000,00	154.000,00	154.000,00	616.000,00
4.1.6.1.0.0.0.0.0.0.00.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				154.000,00	154.000,00	154.000,00	154.000,00	616.000,00
4.1.6.1.0.01.0.0.0.0.00.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				67.560,00	70.560,00	73.560,00	75.560,00	287.240,00
4.1.6.1.0.01.1.0.0.0.00.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				65.520,00	68.520,00	71.520,00	73.520,00	279.080,00
4.1.6.1.0.01.1.1.0.0.00.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal				60.520,00	63.520,00	66.520,00	68.520,00	259.080,00
4.1.6.1.0.01.1.1.05.00.00 Serviços de Captação/Adução/Trat/Res e Distribuição de Água				60.520,00	63.520,00	66.520,00	68.520,00	259.080,00
4.1.6.1.0.01.1.1.05.01.00 Tarifa de Consumo de Água Residencial				59.320,00	62.320,00	65.320,00	67.320,00	254.280,00
4.1.6.1.0.01.1.1.05.02.00 Tarifa de Consumo de Água Comercial/Industrial	00.01.0000	00.00.00		50.000,00	53.000,00	56.000,00	58.000,00	217.000,00
4.1.6.1.0.01.1.1.05.03.00 Tarifa de Consumo de Água - Órgãos Públicos	00.01.0000	00.00.00		50.000,00	53.000,00	56.000,00	58.000,00	217.000,00
4.1.6.1.0.01.1.1.05.04.00 Tarifa de Ligação de Água	00.01.0000	00.00.00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
4.1.6.1.0.01.1.1.05.05.00 Outros Serviços de Captação/Distribuição	00.01.0000	00.00.00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
4.1.6.1.0.01.1.1.99.00.00 Outros Serviços Administrativos	00.01.0000	00.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.6.1.0.02.0.0.0.0.00.00 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	00.01.0000	00.00.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.6.1.0.02.1.0.0.0.00.00 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos				1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	00.01.0000	00.00.00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
4.1.6.9.0.0.0.0.0.0.00.00 Outros Serviços	00.01.0000	00.00.00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
4.1.6.9.0.99.0.0.0.0.00.00 Outros Serviços				5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
4.1.6.9.0.99.1.0.0.0.00.00 Outros Serviços - Principal				2.040,00	2.040,00	2.040,00	2.040,00	8.160,00
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00 Serviços de Preparação da Terra em Prop. Particular	00.01.0000	00.00.00		2.040,00	2.040,00	2.040,00	2.040,00	8.160,00
4.1.6.9.0.99.1.1.99.00.00 Outros Serviços	00.01.0000	00.00.00		2.040,00	2.040,00	2.040,00	2.040,00	8.160,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00.00 Transferências Correntes				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00.00 Transferências da União e de suas Entidades				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.1.8.0.0.0.0.0.00.00 Transferências da União - Específica E/M				1.920,00	1.920,00	1.920,00	1.920,00	7.680,00
4.1.7.1.8.01.0.0.0.0.00.00 Participação na Receita da União				12.126.102,00	12.928.382,00	13.796.222,00	14.719.262,00	53.569.968,00
				6.941.462,00	7.402.342,00	7.897.382,00	8.425.422,00	30.666.608,00
				6.941.462,00	7.402.342,00	7.897.382,00	8.425.422,00	30.666.608,00
				6.478.400,00	6.928.400,00	7.412.400,00	7.928.400,00	28.747.600,00

Página: 7/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS								
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal			12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Princ			5.680.000,00	6.080.000,00	6.504.000,00	6.960.000,00	25.224.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Princ			7.100.000,00	7.600.000,00	8.130.000,00	8.700.000,00	31.530.000,00
				4.260.000,00	4.560.000,00	4.878.000,00	5.220.000,00	18.918.000,00
				1.775.000,00	1.900.000,00	2.032.500,00	2.175.000,00	7.882.500,00
				1.065.000,00	1.140.000,00	1.219.500,00	1.305.000,00	4.729.500,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Dedução da Cota-Parte do FPM Mensal - Principal			-1.420.000,00	-1.520.000,00	-1.626.000,00	-1.740.000,00	-6.306.000,00
				-1.420.000,00	-1.520.000,00	-1.626.000,00	-1.740.000,00	-6.306.000,00
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no			380.000,00	405.000,00	435.000,00	465.000,00	1.685.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no			380.000,00	405.000,00	435.000,00	465.000,00	1.685.000,00
				285.000,00	303.750,00	326.250,00	348.750,00	1.263.750,00
				95.000,00	101.250,00	108.750,00	116.250,00	421.250,00
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no			380.000,00	405.000,00	435.000,00	465.000,00	1.685.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no			380.000,00	405.000,00	435.000,00	465.000,00	1.685.000,00
				285.000,00	303.750,00	326.250,00	348.750,00	1.263.750,00
				95.000,00	101.250,00	108.750,00	116.250,00	421.250,00
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural			48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	192.000,00
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal			28.800,00	28.800,00	28.800,00	28.800,00	115.200,00
				12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	48.000,00
				7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	28.800,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Dedução Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Prin			-9.600,00	-9.600,00	-9.600,00	-9.600,00	-38.400,00
				-9.600,00	-9.600,00	-9.600,00	-9.600,00	-38.400,00
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira de Recursos Hídricos			73.200,00	78.200,00	83.200,00	89.200,00	323.800,00
4.1.7.1.8.02.1.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos			600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.7.1.8.02.1.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos			600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM			600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Phi			600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP			72.000,00	77.000,00	82.000,00	88.000,00	319.000,00
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal			72.000,00	77.000,00	82.000,00	88.000,00	319.000,00
				72.000,00	77.000,00	82.000,00	88.000,00	319.000,00
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNA			180.636,00	180.636,00	180.636,00	180.636,00	722.544,00
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNA			180.636,00	180.636,00	180.636,00	180.636,00	722.544,00
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNA			180.636,00	180.636,00	180.636,00	180.636,00	722.544,00
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Piso Básico Fixo			72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	288.000,00
				72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	288.000,00

Página: 8/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00 SCFV				84.600,00	84.600,00	84.600,00	84.600,00	338.400,00
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00 IGD SUAS	00.01.0035	04.00.00		84.600,00	84.600,00	84.600,00	84.600,00	338.400,00
4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00 IGD Bolsa Família	00.01.0035	04.00.00		6.756,00	6.756,00	6.756,00	6.756,00	27.024,00
4.1.7.1.8.04.1.1.99.00.00 Outras Transf. do FNAS	00.01.0035	04.00.00		6.756,00	6.756,00	6.756,00	6.756,00	27.024,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Ed.	00.01.0035	04.00.00		17.160,00	17.160,00	17.160,00	17.160,00	68.640,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00 Transferências do Salário-Educação				17.160,00	17.160,00	17.160,00	17.160,00	68.640,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00 Transferências do Salário-Educação - Principal				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alinei	00.01.0036	01.03.01		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alinei				171.026,00	176.026,00	181.026,00	186.026,00	714.104,00
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00 PNAE Ens. Fundamental				105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
4.1.7.1.8.05.3.1.02.00.00 PNAE Creche				105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
4.1.7.1.8.05.3.1.03.00.00 PNAE Pré-Escolar				32.306,00	32.306,00	32.306,00	32.306,00	129.224,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio	00.01.0037	01.03.00		32.306,00	32.306,00	32.306,00	32.306,00	129.224,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio				8.352,00	8.352,00	8.352,00	8.352,00	33.408,00
4.1.7.1.8.05.9.0.00.00.00 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da E	00.01.0037	01.03.00		8.352,00	8.352,00	8.352,00	8.352,00	33.408,00
4.1.7.1.8.05.9.1.00.00.00 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da E				10.700,00	10.700,00	10.700,00	10.700,00	42.800,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96				10.700,00	10.700,00	10.700,00	10.700,00	42.800,00
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96				13.254,00	13.254,00	13.254,00	13.254,00	53.016,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				13.254,00	13.254,00	13.254,00	13.254,00	53.016,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				33.600,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00	134.400,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				33.600,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00	134.400,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				33.600,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00	134.400,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				14.080,00	14.080,00	15.120,00	16.160,00	58.560,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				14.080,00	14.080,00	15.120,00	16.160,00	58.560,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				16.500,00	17.600,00	18.900,00	20.200,00	73.200,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				9.900,00	10.560,00	11.340,00	12.120,00	43.920,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				4.125,00	4.400,00	4.725,00	5.050,00	18.300,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				2.475,00	2.640,00	2.835,00	3.030,00	10.960,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				-3.300,00	-3.520,00	-3.780,00	-4.040,00	-14.640,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				-3.300,00	-3.520,00	-3.780,00	-4.040,00	-14.640,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Princ				25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00

Página: 9/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00 Outras Transferências da União - Principal				25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00.00 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	00.01.0000	00.00.00		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
4.1.7.2.8.0.0.0.0.0.0.00.00 Transferências dos Estados - Especifica E/M				4.114.640,00	4.381.040,00	4.673.840,00	4.981.840,00	18.151.360,00
4.1.7.2.8.01.0.0.0.0.0.0.00.00 Participação na Receita dos Estados				4.114.640,00	4.381.040,00	4.673.840,00	4.981.840,00	18.151.360,00
4.1.7.2.8.01.1.0.0.0.0.0.00.00 Cota-Parte do ICMS				3.915.200,00	4.181.600,00	4.474.400,00	4.782.400,00	17.353.600,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 Cota-Parte do ICMS - Principal				3.696.000,00	3.952.000,00	4.232.000,00	4.528.000,00	16.408.000,00
				4.620.000,00	4.940.000,00	5.290.000,00	5.660.000,00	20.510.000,00
	00.01.0000	00.00.00		2.772.000,00	2.964.000,00	3.174.000,00	3.396.000,00	12.306.000,00
	00.01.0001	01.00.00		1.155.000,00	1.235.000,00	1.322.500,00	1.415.000,00	5.127.500,00
	00.01.0002	02.00.00		693.000,00	741.000,00	793.500,00	849.000,00	3.076.500,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 Dedução Cota-Parte do ICMS - Principal				-924.000,00	-988.000,00	-1.058.000,00	-1.132.000,00	-4.102.000,00
				-924.000,00	-988.000,00	-1.058.000,00	-1.132.000,00	-4.102.000,00
4.1.7.2.8.01.2.0.0.0.0.0.00.00 Cota-Parte do IPVA				156.800,00	164.800,00	174.400,00	182.400,00	678.400,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 Cota-Parte do IPVA - Principal				156.800,00	164.800,00	174.400,00	182.400,00	678.400,00
				196.000,00	206.000,00	218.000,00	228.000,00	848.000,00
	00.01.0000	00.00.00		117.600,00	123.600,00	130.800,00	136.800,00	508.800,00
	00.01.0001	01.00.00		49.000,00	51.500,00	54.500,00	57.000,00	212.000,00
	00.01.0002	02.00.00		29.400,00	30.900,00	32.700,00	34.200,00	127.200,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 Dedução Cota-Parte do IPVA - Principal				-39.200,00	-41.200,00	-43.600,00	-45.600,00	-169.600,00
				-39.200,00	-41.200,00	-43.600,00	-45.600,00	-169.600,00
	00.01.0001	01.00.00		46.400,00	48.800,00	52.000,00	56.000,00	203.200,00
4.1.7.2.8.01.3.0.0.0.0.0.00.00 Cota-Parte do IPI - Municípios				58.000,00	61.000,00	65.000,00	70.000,00	254.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal				58.000,00	61.000,00	65.000,00	70.000,00	254.000,00
				34.800,00	36.600,00	39.000,00	42.000,00	152.400,00
	00.01.0000	00.00.00		14.500,00	15.250,00	16.250,00	17.500,00	63.500,00
	00.01.0001	01.00.00		8.700,00	9.150,00	9.750,00	10.500,00	38.100,00
	00.01.0002	02.00.00		-11.600,00	-12.200,00	-13.000,00	-14.000,00	-50.800,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 Dedução Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal				-11.600,00	-12.200,00	-13.000,00	-14.000,00	-50.800,00
				-11.600,00	-12.200,00	-13.000,00	-14.000,00	-50.800,00
4.1.7.2.8.01.4.0.0.0.0.0.00.00 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico				16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	64.000,00
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal				16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	64.000,00
				16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	64.000,00
4.1.7.2.8.10.0.0.0.0.0.0.00.00 Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	00.01.0007	04.00.00		183.320,00	183.320,00	183.320,00	183.320,00	733.280,00
4.1.7.2.8.10.2.0.0.0.0.0.00.00 Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação				180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
4.1.7.2.8.10.2.1.00.00.00 Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação				180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
				180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
	00.01.0062	01.06.00		3.320,00	3.320,00	3.320,00	3.320,00	13.280,00
4.1.7.2.8.10.9.0.0.0.0.0.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados				3.320,00	3.320,00	3.320,00	3.320,00	13.280,00
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal				3.320,00	3.320,00	3.320,00	3.320,00	13.280,00
4.1.7.2.8.10.9.1.01.00.00 Convênio de Trânsito				3.320,00	3.320,00	3.320,00	3.320,00	13.280,00
	00.01.0010	04.00.00		1.040,00	1.040,00	1.040,00	1.040,00	4.160,00

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 11/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				12.884.632,00	13.714.632,00	14.604.632,00	15.554.632,00	56.758.528,00
4.1.9.0.0.99.1.2.00.00.00 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros				6.960,00	6.960,00	6.960,00	6.960,00	27.840,00
00.01.0000		00.00.00		6.960,00	6.960,00	6.960,00	6.960,00	27.840,00
4.1.9.0.0.99.1.3.00.00.00 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
00.01.0000		00.00.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS				715.368,00	715.368,00	715.368,00	715.368,00	2.861.472,00
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00 RECEITAS				715.368,00	715.368,00	715.368,00	715.368,00	2.861.472,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00 Receitas Correntes				715.368,00	715.368,00	715.368,00	715.368,00	2.861.472,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00 Receita Patrimonial				23.040,00	23.040,00	23.040,00	23.040,00	92.160,00
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.00 Valores Mobiliários				23.040,00	23.040,00	23.040,00	23.040,00	92.160,00
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.00 Juros e Correções Monetárias				23.040,00	23.040,00	23.040,00	23.040,00	92.160,00
4.1.3.2.1.0.1.0.0.0.0.00 Remuneração de Depósitos Bancários				23.040,00	23.040,00	23.040,00	23.040,00	92.160,00
4.1.3.2.1.0.1.1.00.0.0.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal				23.040,00	23.040,00	23.040,00	23.040,00	92.160,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.0.0.00 Rem. Dep Banc - Recursos Vincul. Saúde				17.040,00	17.040,00	17.040,00	17.040,00	68.160,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.01.00 Rem. Dep Banc - PAB Fixo				6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
00.01.0038		02.04.00		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.02.00 Rem. Dep Banc - NASF União				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
00.01.0038		02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.03.00 Rem. Dep Banc - PSF				480,00	480,00	480,00	480,00	1.920,00
00.01.0038		02.04.00		480,00	480,00	480,00	480,00	1.920,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.04.00 Rem Dep Banc - Saúde Bucal				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
00.01.0038		02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.05.00 Rem Dep Banc - PACS				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
00.01.0038		02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.06.00 Rem Dep Banc - PMAQ				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
00.01.0038		02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.07.00 Rem Dep Banc - Alienações Saúde				1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
00.01.0088		02.03.00		1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.08.00 Rem Dep Banc - Vigil Sanitária				1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	7.200,00
00.01.0038		02.04.00		1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	7.200,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.09.00 Rem Dep Banc - ECD				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
00.01.0038		02.04.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.10.00 Rem Dep Banc - MAC União				900,00	900,00	900,00	900,00	3.600,00
00.01.0038		02.04.00		900,00	900,00	900,00	900,00	3.600,00
4.1.3.2.1.0.1.1.02.11.00 Rem Dep Banc - Assist Farmacêutica Básica				1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
00.01.0038		02.04.00		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS		Código	Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.02.12.00	Rem Dep Banc - NASF Estado			00.01.0067	02.04.00		715.368,00	715.368,00	715.368,00	715.368,00	2.861.472,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.13.00	Rem Dep Banc - Farm Básica Estado			00.01.0067	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.14.00	Rem Dep Banc - Incentivo Atenção Básica Estado			00.01.0067	02.04.00		3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.15.00	Rem Dep Banc - Convênios União/Saúde			00.01.0067	02.04.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.16.00	Rem Dep Banc - Convênios Estado/Saúde			00.01.0033	02.06.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.99.00	Rem Dep Banc - Outras Transf do SUS/União			00.01.0063	02.06.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.3.2.1.00.1.1.98.00.00	Rem Dep Banc - Recursos Não Vinculados			00.01.0038	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências Correntes			00.01.0002	02.00.00		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades						692.328,00	692.328,00	692.328,00	692.328,00	2.769.312,00
4.1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União - Especifica E/M						631.728,00	631.728,00	631.728,00	631.728,00	2.526.912,00
4.1.7.1.8.0.3.0.0.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses						631.728,00	631.728,00	631.728,00	631.728,00	2.526.912,00
4.1.7.1.8.0.3.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses						631.728,00	631.728,00	631.728,00	631.728,00	2.526.912,00
4.1.7.1.8.0.3.1.1.01.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses						631.728,00	631.728,00	631.728,00	631.728,00	2.526.912,00
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	NASF União			00.01.0038	02.04.00		77.784,00	77.784,00	77.784,00	77.784,00	311.136,00
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	PSF			00.01.0038	02.04.00		96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	384.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	Saúde Bucal			00.01.0038	02.04.00		48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	192.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	PACS			00.01.0038	02.04.00		26.760,00	26.760,00	26.760,00	26.760,00	107.040,00
4.1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	PMAQ			00.01.0038	02.04.00		109.512,00	109.512,00	109.512,00	109.512,00	438.048,00
4.1.7.1.8.03.1.1.07.00.00	Compensação de Especificidades Regionais			00.01.0038	02.04.00		136.800,00	136.800,00	136.800,00	136.800,00	547.200,00
4.1.7.1.8.03.1.1.08.00.00	Vigilância Sanitária			00.01.0038	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
							16.800,00	16.800,00	16.800,00	16.800,00	67.200,00
							16.800,00	16.800,00	16.800,00	16.800,00	67.200,00

Página: 13/13
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS				715.368,00	715.368,00	715.368,00	715.368,00	2.861.472,00
4.1.7.1.8.03.1.1.09.00.00 ECD				600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.7.1.8.03.1.1.10.00.00 MAC União	00.01.0038	02.04.00		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
4.1.7.1.8.03.1.1.11.00.00 Assistência Farmacêutica Básica	00.01.0038	02.04.00		104.112,00	104.112,00	104.112,00	104.112,00	416.448,00
4.1.7.1.8.03.1.1.12.00.00 Outras Transf do PAB Variável	00.01.0038	02.04.00		104.112,00	104.112,00	104.112,00	104.112,00	416.448,00
4.1.7.1.8.03.1.1.99.00.00 Outras Transf do SUS	00.01.0038	02.04.00		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
	00.01.0038	02.04.00		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
	00.01.0038	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
	00.01.0038	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
	00.01.0038	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00.00 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	00.01.0038	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.2.8.00.0.0.0.0.00.00 Transferências dos Estados - Especifica E/M				60.600,00	60.600,00	60.600,00	60.600,00	242.400,00
4.1.7.2.8.03.0.0.0.0.00.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse				60.600,00	60.600,00	60.600,00	60.600,00	242.400,00
4.1.7.2.8.03.1.0.0.0.00.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse				60.480,00	60.480,00	60.480,00	60.480,00	241.920,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse				60.480,00	60.480,00	60.480,00	60.480,00	241.920,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00 Farmácia Básica Estado				60.480,00	60.480,00	60.480,00	60.480,00	241.920,00
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00 Incentivo Atenção Básica	00.01.0067	02.04.00		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00 NASF Estado	00.01.0067	02.04.00		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00 Cofinanciamento estado	00.01.0067	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.2.8.03.1.1.05.00.00 Vigilância Sanitária Estado	00.01.0067	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.2.8.10.0.0.0.0.00.00 Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Er	00.01.0067	02.04.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.2.8.10.1.0.0.0.00.00 Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde -				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
4.1.7.2.8.10.1.1.00.00.00 Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde -				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
	00.01.0063	02.06.00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
Total geral:				13.600.000,00	14.430.000,00	15.320.000,00	16.270.000,00	59.620.000,00

Página: 1/1
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
 ANEXO II - Identificação dos Programas
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Macroobjeto: Não informado						59.620.000,00
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	750.000,00	787.000,00	826.000,00	867.000,00	—	3.230.000,00
0002 - ADMINISTRAÇÃO	2.150.830,00	2.103.550,00	2.246.200,00	2.338.500,00	—	8.839.080,00
0003 - EDUCAÇÃO	3.231.766,00	3.420.766,00	3.770.766,00	3.786.766,00	—	14.210.064,00
0004 - CULTURA	50.000,00	40.000,00	160.000,00	40.000,00	—	290.000,00
0005 - ESPORTE	72.000,00	327.000,00	147.000,00	67.000,00	—	613.000,00
0006 - SAÚDE	3.153.388,00	3.470.148,00	3.563.938,00	3.695.428,00	—	13.882.882,00
0007 - DEFESA CIVIL	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	—	20.000,00
0008 - BEM ESTAR SOCIAL	878.576,00	906.576,00	1.073.576,00	1.049.576,00	—	3.908.304,00
0009 - SEGURANÇA PÚBLICA	55.560,00	15.560,00	15.560,00	15.560,00	—	102.240,00
0010 - TRANSPORTES	1.573.340,00	1.738.740,00	1.682.240,00	1.761.740,00	—	6.756.060,00
0011 - URBANISMO	686.460,00	671.160,00	692.820,00	1.196.530,00	—	3.246.970,00
0012 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	567.000,00	680.000,00	833.000,00	913.000,00	—	2.993.000,00
0013 - ENCARGOS ESPECIAIS	319.100,00	177.500,00	186.900,00	196.900,00	—	880.400,00
0014 - HABITAÇÃO	92.000,00	72.000,00	102.000,00	322.000,00	—	588.000,00
0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	—	60.000,00
Total Geral:	13.600.000,00	14.430.000,00	15.320.000,00	16.270.000,00	---	59.620.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO III - Identificação das Ações

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 1 / 2

Data: 30/08/2017

Ação	Título da ação	Tipo	Produto (Unidade de medida)	Origem
0.001	Pagamento de Sentenças Judiciais	Operação especial	AMORTIZAÇÃO(UN)	Nova
0.002	Amortização da Dívida Interna	Operação especial	AMORTIZAÇÃO(UN)	Nova
0.003	Contribuições ao PASEP	Operação especial	CONTRIBUIÇÃO(ANO)	Nova
1.001	Construção, Ampliação e Reformas do Paço Municipal	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.002	Pavimentação de Ruas, Estradas e Passeios	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.003	Construção de Portais	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.004	Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Sec Transportes	Projeto	EQUIPAMENTOS(UN)	Nova
1.005	Ampliação e Reformas da Garagem da Sec. Transportes	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.006	Construção, Ampliação e Reformas de Praças e Parques	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.007	Construção e Reformas de Pontes	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.008	Aquisição de Veículos - Educação	Projeto	EQUIPAMENTOS(UN)	Nova
1.009	Construções, Ampliações e Reformas - Ens. Fundamental	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.010	Construções, Ampliações e Reformas - Educ. Infantil	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.011	Construções, Ampliações e Reformas de Espaços Culturais	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.012	Aquisição de Terrenos - Esporte	Projeto	TERRENO(UN)	Nova
1.013	Construções, Ampliações e Reformas de Espaços Esportivos	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.014	Aquisição de Equipamentos Agropecuários	Projeto	EQUIPAMENTOS(UN)	Nova
1.015	Telecomunicação Rural	Projeto	EQUIPAMENTOS(UN)	Nova
1.016	Construção, Ampliação e Reformas da Garagem da Sec. Agricultura	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.017	Aquisição de Terrenos - Desenvolvimento Econômico	Projeto	TERRENO(UN)	Nova
1.018	Construção de Parque de Eventos, Feiras e Exposições	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.019	Construção de Sistema de Saneamento Básico	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.020	Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Socioassistenciais	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.021	Aquisição de Terrenos - Habitação	Projeto	TERRENO(UN)	Nova
1.022	Construção de Unidades Habitacionais Populares	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.023	Construções, Ampliações e Reformas de Espaços para a Saúde	Projeto	OBRAS(UN)	Nova
1.024	Aquisição de Veículos - Saúde	Projeto	EQUIPAMENTOS(UN)	Nova
2.001	Manutenção do Poder Legislativo	Atividade	SESSÕES LEGISLATIVAS(UN)	Nova
2.002	Manutenção dos Gabinetes do Prefeito e Vice	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.003	Manutenção das Atividades de Controle Interno	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.004	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.005	Manutenção das Atividades da Secretaria de Adm Planej e Fazenda	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.006	Consórcios Públicos	Atividade	CONTRIBUIÇÃO(UN)	Nova
2.007	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.008	Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.009	Serviços de Coleta e Destinação Final de Lixo	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.010	Serviços de Iluminação Pública	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.011	Apoio à Segurança Pública	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.012	Manutenção do Departamento de Água	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.013	CISAM	Atividade	CONTRIBUIÇÃO(UN)	Nova
2.014	Merenda Escolar - Ens. Fundamental	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.015	Merenda Escolar - Creches	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.016	Merenda Escolar - Pré-Escolar	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.017	Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.018	Manutenção do Ensino Fundamental	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.019	Manutenção do Transporte Escolar	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.020	Manutenção de Creches	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.021	Manutenção do Pré-Escolar	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.022	Apoio ao Desenvolvimento Cultural	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.023	Festividades Municipais	Atividade	EVENTOS(UN)	Nova
2.024	Apoio ao Esporte Amador	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.025	Manutenção das Atividades da Sec Agricultura Ind e Comércio	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.026	Apoio ao Desenvolvimento Turístico	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.027	Proteção Social Básica	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.028	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Atividade	MÊS(UN)	Nova

Página: 2 / 2
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
 ANEXO III - Identificação das Ações
 Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Ação	Título da ação	Tipo	Produto (Unidade de medida)	Origem
2.029	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.030	Bloco de Gestão - IGDSUAS	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.031	Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.032	Concessão de Benefícios Eventuais	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.033	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.034	Manutenção do Fundo Mun de Habitação	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.035	Melhoramentos em Unidades Habitacionais Populares	Atividade	CONTRIBUIÇÃO(UN)	Nova
2.036	Manutenção do FIA	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.037	Manutenção da Secretaria de Saúde	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.038	Manutenção dos Serviços de Atenção Básica	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.039	Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.040	Manutenção da Assistência Hospitalar	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.041	Manutenção da Vigilância Sanitária	Atividade	MÊS(UN)	Nova
2.042	Manutenção da Vigilância Epidemiológica	Atividade	MÊS(UN)	Nova
9.999	Reserva de Contingência	Reserva de contingência	RESERVA DE CONTINGÊNCIA(UN)	Nova

Total de ações: 70

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 1/18
Data: 30/08/2017

Programa					
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO					
Objetivos					
DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR, MELHORAR O CONTROLE EXTERNO.					
Justificativas					
O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, COMPOSTO DE NOVE VEREADORES, COM AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA, COM APOIO DE SERVIDORES.					
Diretrizes (Forma de implementação)					
REALIZAÇÃO DE SESSÕES ORDINÁRIAS CONFORME REGIMENTO INTERNO; REALIZAÇÃO DE SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS QUANDO CONVOCADAS; REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PELAS DIVERSAS COMISSÕES, PARA ESTUDO E ANÁLISES DOS PROCESSOS LEGISLATIVO; RECEBIMENTO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS LEIS; APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEIS, PROJETOS DE RESOLUÇÕES E INDICAÇÕES; FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO; JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DO PREFEITO E OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS.					
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas		
			Física	Financeira	
2.001 - Manutenção do Poder Legislativo	SESSÕES LEGISLATIVAS (UN)	00.01.0000	48.000	3.230.000,00	
			Total:		
			3.230.000,00		

Legenda:
00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 2/18
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa

0002 - ADMINISTRAÇÃO

Objetivos

MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO, PRODUZINDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS PARA TOMADA DE DECISÕES; DESENVOLVER AÇÕES RELACIONADAS A COBRANÇA, PAGAMENTOS E FISCALIZAÇÃO.

Justificativas

ESTE PROGRAMA SERÁ EXECUTADO PELA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DESENVOLVENDO FUNÇÕES ATINENTES A ADMINISTRAÇÃO GERAL, BEM COMO PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, PELO SETOR DE PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E SETOR DE SERVIÇOS GERAIS, SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, SOB COORDENAÇÃO GERAL DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO. ÁREA FINANCEIRA E CONTADORIA GERAL, RELACIONADA AOS SERVIÇOS DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, TESOURARIA, CONTROLE DE CADASTROS E SETOR DE REGISTROS CONTÁBEIS E PAGAMENTOS.

Diretrizes (Forma de implementação)

GERENCIAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO, FREQUÊNCIA, REMUNERAÇÃO E ASSENTAMENTO FUNCIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS; CONTROLE DA LOTACÃO DOS CARGOS, CÁLCULO DA FOLHA MENSAL E DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS; CADASTRO, IDENTIFICAÇÃO E LOTACÃO DOS BENS PATRIMONIAIS; INVENTÁRIO PERIÓDICO E ATUALIZAÇÃO DO VALOR DOS BENS, CONTROLE DOS PROCESSOS; CONTROLE DE FROTA; DO ALMOX. E CONS. DO PATRIMÔNIO PUBL.; ELABORAÇÃO DOS PROC. LICITATORIOS E DE COMPRAS; CONSERVAR EM BOM ESTADO O CENTRO ADMIN. ATUALIZAÇÃO DOS CADASTROS IMOBILIÁRIO E ECONÔMICO, LANÇAMENTO E BAIXA DE TRIBUTOS, CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA, FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, DE OBRAS E POSTURAS, ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E OUTRAS RECEITAS, PAGAMENTO A FORNECEDORES, CONTROLE DOS SALDOS DE CAIXA E BANCOS, REGISTRO CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA ADMINISTRAÇÃO; CONTROLE DE RELATÓRIOS GERENCIAIS, EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS, APRESENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEMAIS ATIVIDADES FINANCEIRAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.001 - Construção, Ampliação e Reformas do Paço Municipal	OBRAS (UN)	00.01.0000	2.000	80.000,00
2.002 - Manutenção dos Gabinetes do Prefeito e Vice	MÊS (UN)	00.01.0000	48.000	2.700.000,00
2.003 - Manutenção das Atividades de Controle Interno	MÊS (UN)	00.01.0000	48.000	138.700,00
2.005 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Adm Planej e Fazenda	MÊS (UN)	00.01.0000	48.000	5.613.330,00
2.006 - Consórcios Públicos	CONTRIBUIÇÃO (UN)	00.01.0000	48.000	307.050,00
Total:			8.839.080,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 3/18
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa

0003 - EDUCAÇÃO

Objetivos

MELHORIAS E AMPLIAÇÃO NO ESPAÇO FÍSICO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TRANSPORTE ESCOLAR, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA AMPLIAR E MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.

Justificativas

ESTE PROGRAMA É MANTIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL. COMPÕEM-SE DE PROFESSORES, MERENDEIRAS, SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTE ESCOLAR.

Diretrizes (Forma de implementação)

MANTER E REFORMAR AS UNIDADES ESCOLARES EXISTENTES, AMPLIAR A REDE FÍSICA ESCOLAR DE ENSINO FUNDAMENTAL, EQUIPAR AS ESCOLAS MUNICIPAIS COM MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, DIDÁTICOS, TECNOLÓGICOS, MANter E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE ESCOLAR, CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, MANter E AMPLIAR PROGRAMAS SÓCIO-EDUCATIVOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.008 - Aquisição de Veículos - Educação	EQUIPAMENTOS (UN)	00.01.0032	4,000	480,00
1.009 - Construções, Ampliações e Reformas - Ens. Fundamental	OBRAS (UN)	00.01.0001	2,000	50.000,00
1.010 - Construções, Ampliações e Reformas - Educ. Infantil	OBRAS (UN)	00.01.0001	2,000	200.000,00
2.014 - Merenda Escolar - Ens. Fundamental	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	240.000,00
2.015 - Merenda Escolar - Creches	MÊS (UN)	00.01.0037		35.808,00
		00.01.0000	48,000	190.000,00
2.016 - Merenda Escolar - Pré-Escolar	MÊS (UN)	00.01.0037		43.280,00
		00.01.0000	48,000	40.000,00
		00.01.0037		53.496,00
2.017 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	MÊS (UN)	00.01.0001	48,000	198.000,00
2.018 - Manutenção do Ensino Fundamental	MÊS (UN)	00.01.0001	48,000	2.934.000,00
		00.01.0018		2.391.600,00
		00.01.0036		114.000,00
		00.01.0037		1.440,00
2.019 - Manutenção do Transporte Escolar	MÊS (UN)	00.01.0001	48,000	3.238.000,00
		00.01.0019		478.320,00
		00.01.0036		342.000,00
		00.01.0037		134.880,00
		00.01.0062		720.480,00
2.020 - Manutenção de Creches	MÊS (UN)	00.01.0001	48,000	391.000,00
		00.01.0018		956.640,00

Página: 4/18

Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.021 - Manutenção do Pré-Escolar	MÊS (UN)	00.01.0001	48.000	500.000,00
		00.01.0018		956.640,00
		Total:	14.210.064,00	

- Legenda:
- 00.01.0000 - Recursos Ordinários
 - 00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-EDUCAÇÃO
 - 00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%
 - 00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%
 - 00.01.0032 - Transferências de Convênios - União/Educação
 - 00.01.0036 - Salário-Educação
 - 00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE
 - 00.01.0062 - Transferências de Convênios - Estado/Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 5/18

Data: 30/08/2017

Programa

0004 - CULTURA

Objetivos

DIFUNDIR A CULTURA EM GERAL A TODAS AS CAMADAS DA POPULAÇÃO, DESENVOLVER O HÁBITO DE LEITURA, PROPORCIONAR MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA A POPULAÇÃO E PROPORCIONAR O DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS MUNICIPAIS.

Justificativas

DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS, COMO GRUPOS DE DANÇAS, CORAIS, MÚSICAS; RESGATAR A MEMÓRIA HISTÓRICA E CULTURAL, TRABALHO COM ARTISTAS LOCAIS, ARTESÃOS E DEMAIS ENTIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO.

Diretrizes (Forma de implementação)

APOIAR GRUPOS ORGANIZADOS E INCENTIVAR A FORMAÇÃO DE NOVOS GRUPOS; INCENTIVAR A LITERATURA; CRIAR, COLETAR, ORGANIZAR E MANTER O ACERVO CULTURAL E DEMAIS ATIVIDADES, PROPORCIONAR ATIVIDADES CULTURAIS ENVOLVENDO A POPULAÇÃO COMO UM TODO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.011 - Construções, Ampliações e Reformas de Espaços Culturais	OBRAS (UN)	00.01.0000	2.000	130.000,00
2.022 - Apoio ao Desenvolvimento Cultural	MÊS (UN)	00.01.0000	48.000	40.000,00
2.023 - Festividades Municipais	EVENTOS (UN)	00.01.0000	4.000	120.000,00
Total:			290.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 6/18

Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa

0005 - ESPORTE

Objetivos

ESTIMULAR A PRÁTICA ESPORTIVA; DESENVOLVER O ESPÍRITO COMPETITIVO E A INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS COMUNIDADES, DESCOBRIR NOVOS TALENTOS, INTEGRAR ATLETAS EM ATIVIDADES QUE PROMOVAM O LAZER E O BEM-ESTAR, MANTENDO EM CONDIÇÕES E CRIANDO ESPAÇOS FÍSICOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS NECESSÁRIOS, ACOMPANHAR E AUXILIAR AS ASSOCIAÇÕES OU EQUIPES QUE REPRESENTEM O MUNICÍPIO.

Justificativas

É DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, APOIAR ATIVIDADES ESPORTIVAS QUE PROMOVAM O LAZER, A EDUCAÇÃO E TREINAMENTO DESPORTIVO.

Diretrizes (Forma de implementação)

CONSTRUÇÃO DE CENTROS DESPORTIVOS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES, PROMOVER ATIVIDADES ESPORTIVAS QUE ENVOLVAM A POPULAÇÃO EM GERAL, MANTER O DEPARTAMENTO DE ESPORTES, AUXILIAR ENTIDADES ESPORTIVAS E DEMAIS ATIVIDADES INERENTES AO ESPORTE CRIAR ESPAÇOS FÍSICOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.012 - Aquisição de Terrenos - Esporte	TERRENO (UN)	00.01.0000	1,000	80.000,00
1.013 - Construções, Ampliações e Reformas de Espaços Esportivos	OBRAS (UN)	00.01.0000	2,000	265.000,00
2.024 - Apoio ao Esporte Amador	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	268.000,00
Total:			613.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 7/18
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa				
0006 - SAÚDE				
Objetivos				
PROPORCIONAR À COMUNIDADE UMA INFRAESTRUTURA PARA A MELHOR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PREVENTIVOS, AMBULATORIAIS, ODONTOLÓGICOS E OUTROS, VISANDO A PREVENÇÃO, A RECUPERAÇÃO E A REABILITAÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO EM GERAL.				
Justificativas				
O ATENDIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE É FEITO PELA SEC MUN DE SAÚDE, NOS POSTOS DE SAÚDE, VIA PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, PROG. DE HIGIENE BUCAL, AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, FARMÁCIA BÁSICA, VIGILÂNCIA EM SAÚDE.				
Diretrizes (Forma de implementação)				
MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS PARA SAÚDE, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, INFORMATIZAÇÃO, CONTRATAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE PESSOAL, MANUTENÇÃO DA VIG SANITÁRIA, EPIDEMIOLÓGICA E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.				
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.023 - Construções, Ampliações e Reformas de Espaços para a Saúde	OBRAS (UN)	00.01.0002	3,000	120.000,00
1.024 - Aquisição de Veículos - Saúde	EQUIPAMENTOS (UN)	00.01.0002	2,000	170.000,00
2.037 - Manutenção da Secretaria de Saúde	MÊS (UN)	00.01.0002	48,000	616.000,00
2.038 - Manutenção dos Serviços de Atenção Básica	MÊS (UN)	00.01.0002	48,000	8.165.410,00
		00.01.0033		480,00
		00.01.0038		2.429.232,00
		00.01.0063		960,00
		00.01.0067	4.320,00	
		00.01.0088		4.800,00
2.039 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	MÊS (UN)	00.01.0002	48,000	1.250.000,00
		00.01.0038		66.000,00
		00.01.0067		252.000,00
2.040 - Manutenção da Assistência Hospitalar	MÊS (UN)	00.01.0002	48,000	432.000,00
2.041 - Manutenção da Vigilância Sanitária	MÊS (UN)	00.01.0002	48,000	292.000,00
		00.01.0038		74.400,00
		00.01.0067		480,00
2.042 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	MÊS (UN)	00.01.0038	48,000	4.800,00
Total:			13.882.882,00	

Legenda:

00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE
00.01.0033 - Transferências de Convênios - União/Saúde

Página: 8/18
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Legenda:

00.01.0038 - Transferências do SUS/União
00.01.0063 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde
00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado
00.01.0088 - Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 9/18

Data: 30/08/2017

Programa					
0007 - DEFESA CIVIL					
Objetivos					
DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO E PROTEÇÃO À DEFESA CIVIL.					
Justificativas					
DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO E PROTEÇÃO À DEFESA CIVIL.					
Diretrizes (Forma de implementação)					
PROMOVER APOIO ÀS PESSOAS QUE VENHAM A SOFRER DANOS POR VENDÁVAIS, GRANIZOS, GEADAS, INUNDAÇÕES, DESLIZAMENTOS, RAIOS E TEMPESTADES, ETC.					
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas		
			Física	Financeira	
2.007 - Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	MÊS (UN)	00.01.0000	48.000	20.000,00	
Total:			20.000,00		

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 10/18
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa

0008 - BEM ESTAR SOCIAL

Objetivos

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO À SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS À SOCIEDADE.

Justificativas

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Diretrizes (Forma de implementação)

MANUTENÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENVOLVIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS CARENTES, FORTALECIMENTO DOS GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, EXPLORAÇÃO DE SUAS POTENCIALIDADES, ENVOLVENDO O MUNICÍPIO, OS CONSELHOS E AS FAMÍLIAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.020 - Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Socioassistenciais	OBRAS (UN)	00.01.0000	4,000	100.000,00
		00.01.0061		480,00
2.004 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	456.000,00
2.027 - Proteção Social Básica	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	462.000,00
		00.01.0035		638.880,00
		00.01.0065		64.960,00
2.028 - Proteção Social Especial de Média Complexidade	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	8.000,00
		00.01.0035		480,00
2.029 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	258.000,00
2.030 - Bloco de Gestão - IGDSUAS	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	2.000,00
		00.01.0035		71.040,00
2.031 - Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	2.000,00
		00.01.0035		27.504,00
2.032 - Concessão de Benefícios Eventuais	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	4.000,00
		00.01.0065		960,00
2.033 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	1.752.000,00
2.036 - Manutenção do FIA	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	60.000,00
Total:			3.908.304,00	

Página: 11/18
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0035 - Transferências do SUAS/União
00.01.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
00.01.0065 - Transferências do SUAS/Estado

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 12/18

Data: 30/08/2017

Programa					
0009 - SEGURANÇA PÚBLICA					
Objetivos					
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE.					
Justificativas					
MANTER O BEM ESTAR, A INTEGRIDADE. PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE.					
Diretrizes (Forma de implementação)					
APOIO ÀS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E PROJETOS EDUCACIONAIS.					
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas		
			Física	Financeira	
2.011 - Apoio à Segurança Pública	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	88.000,00	
		00.01.0010		4.640,00	
		00.01.0011		4.640,00	
		00.01.0012		4.960,00	
Total:			102.240,00		

Legenda:

- 00.01.0000 - Recursos Ordinários
- 00.01.0010 - Convênio Trânsito - Militar
- 00.01.0011 - Convênio Trânsito - Civil
- 00.01.0012 - Convênio Trânsito - Prefeitura

Página: 13/18

Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa				
0010 - TRANSPORTES				
Objetivos				
OFERECER AS CONDIÇÕES VIÁRIAS MÍNIMAS AO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO A QUALQUER TEMPO, PRIORIZANDO AS JÁ CONTEMPLADAS EM PROGRAMAS ESPECÍFICOS, BEM COMO MANter E CONSTRUIr ABRIGOS DE PASSAGEIROS, DESENVOLVER AÇÕES RELATIVAS A CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, OFERECENDO BOAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO A QUALQUER TEMPO NAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.				
Justificativas				
O MUNICÍPIO POSSUI DEZENAS DE QUILOMETROS DE ESTRADAS, E A MANUTENÇÃO DAS MESMAS É FEITA PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS, VEÍCULOS E OUTROS, BEM COMO, PESSOAL DO QUADRO MUNICIPAL, SENDO NECESSÁRIA GRANDES MELHORIAS E CONSERVAÇÃO DAS MESMAS.				
Diretrizes (Forma de implementação)				
ENSABRAMENTO, PATROLAMENTO E LIMPEZA DAS ESTRADAS VICINAIS, CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PONTES E BOEIROS, ABERTURA DE NOVAS ESTRADAS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS. MELHORIA NO PARQUE DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E GARAGEM, PROPORCIONANDO MAIOR E MELHOR DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DESTA SECRETARIA.				
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.004 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Sec Transportes	EQUIPAMENTOS (UN)	00.01.0000 00.01.0089	4,000	355.000,00 480,00
1.005 - Ampliação e Reformas da Garagem da Sec. Transportes	OBRAS (UN)	00.01.0000	1,000	15.000,00
1.007 - Construção e Reformas de Pontes	OBRAS (UN)	00.01.0000	2,000	80.000,00
2.008 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	MÊS (UN)	00.01.0000 00.01.0007 00.01.0039 00.01.0064	48,000	5.945.000,00 65.120,00 294.500,00 960,00
Total:			6.756.060,00	

- Legenda:
- 00.01.0000 - Recursos Ordinários

00.01.0007 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE

00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo e Transf. Compens. Financeira Explor. recursos naturais

00.01.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros

00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas

Página: 14/18
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa

0011 - URBANISMO

Objetivos

OFERECER SEGURANÇA AOS USUÁRIOS DAS VIAS URBANAS E DAS ÁREAS DE LAZER, PREVENIR DOENÇAS, MANTER A CIDADE LIMPA E MELHORAR CONSIDERAVELMENTE A INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS DE INTERESSE PÚBLICO.

Justificativas

O MUNICÍPIO POSSUI VÁRIAS VIAS URBANAS NÃO PAVIMENTADAS, HÁ NECESSIDADE DE PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS, ABERTURAS E CONSERVAÇÃO DE RUAS E EMBELEZAMENTO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DEPOSIÇÃO FINAL DE LIXO TERCEIRIZADOS.

Diretrizes (Forma de implementação)

MANTER, MELHORAR E AMPLIAR O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DA CIDADE, REALIZAR COLETA SELETIVA DO LIXO, LIMPEZA DAS VIAS URBANAS, VIABILIZAR PAVIMENTAÇÕES NAS RUAS E AVENIDAS QUE NÃO POSSUEM CALÇAMENTO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.002 - Pavimentação de Ruas, Estradas e Passeios	OBRAS (UN)	00.01.0000 00.01.0034	4,000	460.000,00 480,00
1.003 - Construção de Portais	OBRAS (UN)	00.01.0000	1,000	40.000,00
1.006 - Construção, Ampliação e Reformas de Praças e Parques	OBRAS (UN)	00.01.0000	1,000	100.000,00
1.019 - Construção de Sistema de Saneamento Básico	OBRAS (UN)	00.01.0000	1,000	350.000,00
2.009 - Serviços de Coleta e Destinação Final de Lixo	MÊS (UN)	00.01.0000	48.000	461.000,00
2.010 - Serviços de Iluminação Pública	MÊS (UN)	00.01.0000	48.000	247.000,00
2.012 - Manutenção do Departamento de Água	MÊS (UN)	00.01.0008		483.480,00
2.013 - CISAM	CONTRIBUIÇÃO (UN)	00.01.0000	48.000	1.048.000,00
		00.01.0000	48,000	57.010,00
Total:				3.246.970,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0008 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP
00.01.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros

Página: 15/18
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa

0012 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL

Objetivos

ALIMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativas

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Diretrizes (Forma de implementação)

PROMOVER ASSISTÊNCIA TÉCNICA, AMPLIAR A PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA, DESENVOLVER NOVAS ATIVIDADES PRODUTIVAS, PROFISSIONALIZAR A POPULAÇÃO, TRAZER EMPREENDIMENTOS QUE GEREM RENDA E EMPREGOS A POPULAÇÃO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.014 - Aquisição de Equipamentos Agropecuários	EQUIPAMENTOS (UN)	00.01.0000	7,000	225.000,00
1.015 - Telecomunicação Rural	EQUIPAMENTOS (UN)	00.01.0000	1,000	70.000,00
1.016 - Construção, Ampliação e Reformas da Garagem da Sec. Agricultura	OBRAS (UN)	00.01.0000	1,000	30.000,00
1.017 - Aquisição de Terrenos - Desenvolvimento Econômico	TERRENO (UN)	00.01.0000	4,000	410.000,00
1.018 - Construção de Parque de Eventos, Feiras e Exposições	OBRAS (UN)	00.01.0000	1,000	50.000,00
2.025 - Manutenção das Atividades da Sec Agricultura Ind e Comércio	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	2.200.000,00
2.026 - Apoio ao Desenvolvimento Turístico	MÊS (UN)	00.01.0000	48,000	8.000,00
Total:			2.993.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 16/18
Data: 30/08/2017

Programa		0013 - ENCARGOS ESPECIAIS	
Objetivos		PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS	
Justificativas		PAGAMENTO DE DESPESAS QUE, PELA SUA NATUREZA, NÃO PODEM SER ASSOCIADAS A UM BEM OU SERVIÇO, COMO PAGAMENTO DE INATIVOS, DÍVIDAS, SENTENÇAS JUDICIAIS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS DO MUNICÍPIO.	
Diretrizes (Forma de implementação)		PAGAMENTO MENSAL DOS COMPROMISSOS.	
Ações	Recursos	Produto (Un. de medida)	Metas
			Física Financeira
0.001 - Pagamento de Sentenças Judiciais	00.01.0000	AMORTIZAÇÃO (UN)	4,000150.500,00
0.002 - Amortização da Dívida Interna	00.01.0000	AMORTIZAÇÃO (UN)	48,000100.000,00
0.003 - Contribuições ao PASEP	00.01.0000	CONTRIBUIÇÃO (ANO)	48,000596.200,00
	00.01.0007		800,00
	00.01.0039		32.900,00
Total:			880.400,00

Legenda:
00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0007 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo e Transf. Compens. Financeira Explor. recursos naturais

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 17/18

Data: 30/08/2017

Programa					
0014 - HABITAÇÃO					
Objetivos					
OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.					
Justificativas					
NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE..					
Diretrizes (Forma de implementação)					
CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, MELHORIA DAS HABITAÇÕES EXISTENTES, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS, COMPRA DE ÁREA DE TERRAS PARA CRIAÇÃO DE LOTEAMENTO.					
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas		Financeira
			Física		
1.021 - Aquisição de Terrenos - Habitação	TERRENO (UN)	00.01.0000	2.000		85.000,00
1.022 - Construção de Unidades Habitacionais Populares	OBRAS (UN)	00.01.0000	8.000		185.000,00
2.034 - Manutenção do Fundo Mun de Habitação	MÊS (UN)	00.01.0000	4.000		8.000,00
2.035 - Melhoramentos em Unidades Habitacionais Populares	CONTRIBUIÇÃO (UN)	00.01.0000	62.000		310.000,00
Total:					588.000,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 18/18

Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/04/2017 (C)

Programa

0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivos

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Justificativas

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Diretrizes (Forma de implementação)

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
9.999 - Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (UN)	00.01.0000	4.000	60.000,00
Total:			60.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 1/9
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano, Alteração em 01/04/2017 (C)

Planej.	Ação	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS												
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO												
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito												
2	1.001 - Construção, Ampliação e Reformas do Paço Municipal OBRAS(UN)	P	3	04.122.0002		4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	80.000,00
3	2.003 - Manutenção das Atividades de Controle Interno MES(UN)	A	3	04.124.0002		3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	31.500,00	32.800,00	34.400,00	36.000,00	134.700,00
4	2.002 - Manutenção dos Gabinetes do Prefeito e Vice MES(UN)	A	3	04.122.0002		3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Unidade: 02.02 - Conselho Tutelar												
5	2.004 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar MES(UN)	A	3	08.243.0008		3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	90.000,00	94.000,00	99.000,00	173.000,00	456.000,00
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA												
Unidade: 03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda												
6	2.005 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Adm Planej e Fazenda MES(UN)	A	3	04.122.0002		3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	630.000,00	660.000,00	692.000,00	725.000,00	2.707.000,00
7	2.006 - Consórcios Públicos CONTRIBUIÇÃO(UN)	A	3	04.122.0002		3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	182.000,00	191.000,00	200.000,00	210.000,00	783.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	463.000,00	486.000,00	510.000,00	561.000,00	2.020.000,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	88.330,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	103.330,00
8	0.003 - Contribuições ao PASEP CONTRIBUIÇÃO(ANO)	O	3	28.846.0013		3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	18.500,00	19.500,00	20.400,00	21.400,00	79.800,00
						3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	7.000,00	7.350,00	7.700,00	8.100,00	30.150,00
						3.3.72.00.00.00.00.00	00.01.0000	36.000,00	37.800,00	40.000,00	41.700,00	155.500,00
						3.3.93.00.00.00.00.00	00.01.0000	8.500,00	9.000,00	9.500,00	10.000,00	37.000,00
						4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	1.000,00	1.100,00	1.200,00	1.300,00	4.600,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	136.000,00	144.300,00	153.200,00	162.700,00	596.200,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0039	7.400,00	8.000,00	8.500,00	9.000,00	32.900,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0007	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00

Página: 2/9
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/04/2017 (C)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA										
Unidade: 03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda										
9 0.002 - Amortização da Dívida Interna	O	3	28.843.0013	4.6.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
AMORTIZAÇÃO(UN)										
10 0.001 - Pagamento de Sentenças Judiciais	O	3	28.846.0013	4.6.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	150.500,00	0,00	0,00	0,00	150.500,00
AMORTIZAÇÃO(UN)										
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO										
Unidade: 04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo										
11 2.011 - Apoio à Segurança Pública	A	3	06.181.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0010	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	4.640,00
MES(UN)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0012	620,00	620,00	620,00	620,00	2.480,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0011	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	4.640,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	48.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0012	620,00	620,00	620,00	620,00	2.480,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
12 1.002 - Pavimentação de Ruas, Estradas e Passeios	P	3	15.451.0011	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0034	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
OBRAS(UN)										
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	125.000,00	130.000,00	55.000,00	150.000,00	460.000,00
13 1.003 - Construção de Portais	P	3	15.451.0011	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
OBRAS(UN)										
14 2.008 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	A	3	26.782.0010	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	600.000,00	629.000,00	659.000,00	690.000,00	2.578.000,00
MES(UN)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0007	16.280,00	16.280,00	16.280,00	16.280,00	65.120,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0064	240,00	240,00	240,00	240,00	960,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0039	66.700,00	71.100,00	75.600,00	81.100,00	294.500,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	760.000,00	802.000,00	891.000,00	914.000,00	3.367.000,00
15 2.009 - Serviços de Coleta e Destinação Final de Lixo	A	3	15.452.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	107.000,00	112.000,00	118.000,00	124.000,00	461.000,00
MES(UN)										
16 2.010 - Serviços de Iluminação Pública	A	3	15.452.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
MES(UN)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0008	112.120,00	118.120,00	123.120,00	130.120,00	483.480,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	0,00	70.000,00	0,00	75.000,00

Página: 3/9
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/04/2017 (C)

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS												
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO												
Unidade: 04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo												
17	1.004 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Sec Transportes		P	3	26.782.0010	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0089	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
EQUIPAMENTOS(UN)												
18	1.005 - Ampliação e Reformas da Garagem da Sec. Transportes		P	3	26.782.0010	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	115.000,00	180.000,00	0,00	60.000,00	355.000,00
OBRAS(UN)												
19	1.006 - Construção, Ampliação e Reformas de Praças e Parques		P	3	15.451.0011	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
OBRAS(UN)												
20	1.007 - Construção e Reformas de Pontes		P	3	26.782.0010	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	80.000,00
OBRAS(UN)												
Unidade: 04.02 - Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico												
21	2.013 - CISAM		A	3	17.512.0011	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	257.220,00	268.920,00	282.580,00	646.290,00	1.455.010,00
CONTRIBUIÇÃO(UN)												
22	2.012 - Manutenção do Departamento de Água		A	3	15.452.0011	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	67.000,00	70.000,00	73.000,00	77.000,00	287.000,00
MES(UN)												
23	1.019 - Construção de Sistema de Saneamento Básico		P	3	17.512.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	175.000,00	183.000,00	193.000,00	202.000,00	753.000,00
OBRAS(UN)												
23	1.019 - Construção de Sistema de Saneamento Básico		P	3	17.512.0011	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
OBRAS(UN)												
23	1.019 - Construção de Sistema de Saneamento Básico		P	3	17.512.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
OBRAS(UN)												
23	1.019 - Construção de Sistema de Saneamento Básico		P	3	17.512.0011	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	0,00	320.000,00	320.000,00
OBRAS(UN)												
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO												
Unidade: 05.01 - Educação												
24	1.009 - Construções, Ampliações e Reformas - Ens. Fundamental		P	3	12.361.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	10.000,00	40.000,00	0,00	0,00	50.000,00
OBRAS(UN)												
25	1.010 - Construções, Ampliações e Reformas - Educ. Infantil		P	3	12.365.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	50.000,00	0,00	0,00	150.000,00	200.000,00
OBRAS(UN)												
26	1.008 - Aquisição de Veículos - Educação		P	3	12.361.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0032	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
EQUIPAMENTOS(UN)												

Página: 4/9
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/04/2017 (C)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Corta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO										
Unidade: 05.01 - Educação										
27 2.018 - Manutenção do Ensino Fundamental	A	3	12.361.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018	538.900,00	576.400,00	616.400,00	659.900,00	2.391.600,00
MÊS(UN)										
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	571.000,00	587.000,00	603.000,00	617.000,00	2.378.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	84.000,00	87.000,00	91.000,00	94.000,00	356.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0036	26.625,00	27.875,00	29.125,00	30.375,00	114.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	360,00	360,00	360,00	360,00	1.440,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	40.000,00	40.000,00	70.000,00	50.000,00	200.000,00
28 2.019 - Manutenção do Transporte Escolar	A	3	12.361.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	350.000,00	366.000,00	384.000,00	403.000,00	1.503.000,00
MÊS(UN)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	334.000,00	358.000,00	383.000,00	410.000,00	1.485.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0036	79.875,00	83.625,00	87.375,00	91.125,00	342.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0062	180.120,00	180.120,00	180.120,00	180.120,00	720.480,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	107.780,00	115.280,00	123.280,00	131.980,00	478.320,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	33.720,00	33.720,00	33.720,00	33.720,00	134.880,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
29 2.014 - Merenda Escolar - Ens. Fundamental	A	3	12.306.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	51.000,00	55.000,00	63.000,00	71.000,00	240.000,00
MÊS(UN)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	8.952,00	8.952,00	8.952,00	8.952,00	35.808,00
30 2.015 - Merenda Escolar - Creches	A	3	12.306.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	40.000,00	45.000,00	50.000,00	55.000,00	190.000,00
MÊS(UN)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	10.820,00	10.820,00	10.820,00	10.820,00	43.280,00
31 2.016 - Merenda Escolar - Pré-Escolar	A	3	12.306.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	13.374,00	13.374,00	13.374,00	13.374,00	53.496,00
MÊS(UN)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
32 2.017 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	A	3	12.361.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	30.000,00	32.000,00	34.000,00	36.000,00	132.000,00
MÊS(UN)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00
33 2.021 - Manutenção do Pré-Escolar	A	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018	215.560,00	230.560,00	246.560,00	263.960,00	956.640,00
MÊS(UN)										
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	90.000,00	90.000,00	88.000,00	87.000,00	355.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Página: 5/9
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/04/2017 (C)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO										
Unidade: 05.01 - Educação										
34 2.020 - Manutenção de Creches MÊS(UN)	A	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	9.696.632,00	10.172.852,00	10.930.062,00	11.707.572,00	42.507.118,00
						3.353.766,00	3.787.766,00	4.077.766,00	3.893.766,00	15.113.064,00
						3.231.766,00	3.420.766,00	3.770.766,00	3.786.766,00	14.210.064,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	10.000,00	80.000,00	15.000,00	0,00	105.000,00
34 2.020 - Manutenção de Creches MÊS(UN)	A	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	60.000,00	58.000,00	56.000,00	52.000,00	226.000,00
						215.560,00	230.560,00	246.560,00	263.960,00	956.640,00
						35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	140.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	10.000,00	0,00	15.000,00	0,00	25.000,00
Unidade: 05.02 - Cultura										
35 2.022 - Apoio ao Desenvolvimento Cultural MÊS(UN)	A	3	13.392.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	50.000,00	40.000,00	160.000,00	40.000,00	290.000,00
						10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
36 2.023 - Festividades Municipais EVENTOS(UN)	A	3	13.392.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
37 1.011 - Construções, Ampliações e Reformas de Espaços Culturais	P	3	13.392.0004	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	10.000,00	0,00	120.000,00	0,00	130.000,00
OBRAS(UN)										
Unidade: 05.03 - Esporte										
38 2.024 - Apoio ao Esporte Amador MÊS(UN)	A	3	27.812.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	72.000,00	327.000,00	147.000,00	67.000,00	613.000,00
						30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
						35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	140.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
39 1.013 - Construções, Ampliações e Reformas de Espaços Esportivos	P	3	27.812.0005	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	260.000,00	0,00	0,00	265.000,00
OBRAS(UN)										
40 1.012 - Aquisição de Terrenos - Esporte TERRENQ(UN)	P	3	27.812.0005	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO										
Unidade: 06.01 - Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio										
41 1.018 - Construção de Parque de Eventos, Feiras e Exposições OBRAS(UN)	P	3	20.606.0012	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	567.000,00	680.000,00	833.000,00	913.000,00	2.993.000,00
						0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
42 2.025 - Manutenção das Atividades da Sec Agricultura Ind e Comercio	A	3	20.606.0012	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	370.000,00	388.000,00	406.000,00	426.000,00	1.590.000,00
						25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
				3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000					

Página: 6/9
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/04/2017 (C)

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS												
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO												
Unidade: 06.01 - Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio												
						3,3,30,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	110.000,00	130.000,00	120.000,00	150.000,00	510.000,00
43	1.015 - Telecomunicação Rural		P	3	20.606.0012	4,4,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	0,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
EQUIPAMENTOS(UN)												
44	1.016 - Construção, Ampliação e Reformas da Garagem da Sec. Agricultura		P	3	20.606.0012	4,4,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
OBRAS(UN)												
45	1.014 - Aquisição de Equipamentos Agropecuários		P	3	20.606.0012	4,4,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	30.000,00	95.000,00	40.000,00	60.000,00	225.000,00
EQUIPAMENTOS(UN)												
46	1.017 - Aquisição de Terrenos - Desenvolvimento Econômico		P	3	20.606.0012	4,4,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	0,00	40.000,00	170.000,00	200.000,00	410.000,00
TERRENO(UN)												
47	2.026 - Apoio ao Desenvolvimento Turístico		A	3	20.606.0012	3,3,30,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
MÉS(UN)												
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO												
Unidade: 08.01 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação												
55	2.033 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social		A	3	08.244.0008	3,1,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	235.000,00	246.000,00	257.000,00	268.000,00	1.006.000,00
MÉS(UN)												
						3,3,50,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
						3,3,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	165.000,00	173.000,00	181.000,00	189.000,00	708.000,00
						4,4,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	3.000,00	0,00	30.000,00	0,00	33.000,00
56	1.020 - Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Socioassistenciais		P	3	08.244.0008	4,4,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
OBRAS(UN)												
						4,4,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0061	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
Unidade: 08.02 - Fundo Municipal de Habitação												
57	1.021 - Aquisição de Terrenos - Habitação		P	3	16.482.0014	4,4,90,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	92.000,00	72.000,00	102.000,00	322.000,00	588.000,00
TERRENO(UN)												
								40.000,00	0,00	0,00	45.000,00	85.000,00
58	2.034 - Manutenção do Fundo Mun de Habitação		A	3	16.482.0014	3,3,30,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
MÉS(UN)												
59	2.035 - Melhoramentos em Unidades Habitacionais Populares		A	3	16.482.0014	3,3,30,00,00,00,00,00,00	00.01.0000	5.000,00	0,00	30.000,00	275.000,00	310.000,00
CONTRIBUIÇÃO(UN)												

Página: 7/9
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/04/2017 (C)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO										
Unidade: 08.02 - Fundo Municipal de Habitação										
60 1.022 - Construção de Unidades Habitacionais Populares	P	3	16.482.0014	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	45.000,00	70.000,00	70.000,00	0,00	185.000,00
OBRAS(UN)										
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social										
48 2.027 - Proteção Social Básica	A	3	08.244.0008	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	365.456,00	378.456,00	391.456,00	404.456,00	1.539.824,00
MES(UN)										
						365.456,00	378.456,00	391.456,00	404.456,00	1.539.824,00
						95.400,00	95.400,00	95.400,00	95.400,00	381.600,00
						97.000,00	107.000,00	117.000,00	127.000,00	448.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	14.000,00
						6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	24.480,00
						64.320,00	64.320,00	64.320,00	64.320,00	257.280,00
						10.120,00	10.120,00	10.120,00	10.120,00	40.480,00
49 2.028 - Proteção Social Especial de Média Complexidade	A	3	08.244.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
MES(UN)										
						2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
50 2.029 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade	A	3	08.244.0008	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
MES(UN)										
51 2.030 - Bloco de Gestão - IGDSUAS	A	3	08.244.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
MES(UN)										
						12.760,00	12.760,00	12.760,00	12.760,00	51.040,00
						5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
52 2.031 - Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família	A	3	08.244.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	4.376,00	4.376,00	4.376,00	4.376,00	17.504,00
MES(UN)										
						500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
						2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
54 2.032 - Concessão de Benefícios Eventuais	A	3	08.244.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
MES(UN)										
						240,00	240,00	240,00	240,00	960,00
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE										
Unidade: 11.01 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente										
61 2.036 - Manutenção do FIA	A	3	08.243.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
MES(UN)										
						15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/04/2017 (C)

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 9/9
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/04/2017 (C)

Planej. Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Corta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUNOPOLIS											
Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE											
Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde											
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	3.153.368,00	3.470.148,00	3.563.938,00	3.695.428,00	13.882.882,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	3.153.368,00	3.470.148,00	3.563.938,00	3.695.428,00	13.882.882,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	0,00	5.780,00	15.570,00	50.000,00	71.350,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0033	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0088	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
66 2.039 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	MÊS(UN)	A	3	10.301.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	290.000,00	305.000,00	320.000,00	335.000,00	1.250.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	252.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	66.000,00
67 2.040 - Manutenção da Assistência Hospitalar	MÊS(UN)	A	3	10.302.0006	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0002	102.000,00	106.000,00	110.000,00	114.000,00	432.000,00
68 2.041 - Manutenção da Vigilância Sanitária	MÊS(UN)	A	3	10.304.0006	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	65.000,00	69.000,00	73.000,00	77.000,00	284.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	48.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	18.400,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
69 2.042 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	MÊS(UN)	A	3	10.305.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
Total geral:							13.600.000,00	14.430.000,00	15.320.000,00	16.270.000,00	59.620.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO VI - Resumo das Receitas e Despesas por Fontes de Recurso

Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 1/4

Data: 30/08/2017

Recurso	Descrição do Recurso	2018 à 2021		Diferença
		Receita	Despesa	
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS		56.758.528,00	42.507.118,00	14.251.410,00
00.01.0000	Recursos Ordinários	36.689.828,00	27.069.790,00	9.620.038,00
	2018	8.303.742,00	6.158.050,00	2.145.692,00
	2019	8.856.222,00	6.443.270,00	2.412.952,00
	2020	9.449.562,00	6.853.480,00	2.596.082,00
	2021	10.080.302,00	7.614.990,00	2.465.312,00
00.01.0001	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-EDUCAÇÃO	3.899.380,00	7.511.000,00	-3.611.620,00
	2018	881.680,00	1.699.000,00	-817.320,00
	2019	940.385,00	1.799.000,00	-858.615,00
	2020	1.004.750,00	2.051.000,00	-1.046.250,00
	2021	1.072.565,00	1.962.000,00	-889.435,00
00.01.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	8.242.992,00	0,00	8.242.992,00
	2018	1.859.628,00	0,00	1.859.628,00
	2019	1.987.443,00	0,00	1.987.443,00
	2020	2.124.738,00	0,00	2.124.738,00
	2021	2.271.183,00	0,00	2.271.183,00
00.01.0007	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	65.920,00	65.920,00	0,00
	2018	16.480,00	16.480,00	0,00
	2019	16.480,00	16.480,00	0,00
	2020	16.480,00	16.480,00	0,00
	2021	16.480,00	16.480,00	0,00
00.01.0008	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	483.480,00	483.480,00	0,00
	2018	112.120,00	112.120,00	0,00
	2019	118.120,00	118.120,00	0,00
	2020	123.120,00	123.120,00	0,00
	2021	130.120,00	130.120,00	0,00
00.01.0010	Convênio Trânsito - Militar	4.640,00	4.640,00	0,00
	2018	1.160,00	1.160,00	0,00
	2019	1.160,00	1.160,00	0,00
	2020	1.160,00	1.160,00	0,00
	2021	1.160,00	1.160,00	0,00
00.01.0011	Convênio Trânsito - Civil	4.640,00	4.640,00	0,00
	2018	1.160,00	1.160,00	0,00
	2019	1.160,00	1.160,00	0,00
	2020	1.160,00	1.160,00	0,00
	2021	1.160,00	1.160,00	0,00
00.01.0012	Convênio Trânsito - Prefeitura	4.960,00	4.960,00	0,00
	2018	1.240,00	1.240,00	0,00
	2019	1.240,00	1.240,00	0,00
	2020	1.240,00	1.240,00	0,00
	2021	1.240,00	1.240,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 2/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

Data: 30/08/2017

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO VI - Resumo das Receitas e Despesas por Fontes de Recurso

Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/04/2017 (C)

Recurso	Descrição do Recurso	2018 à 2021		Diferença
		Receita	Despesa	
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS		56.758.528,00	42.507.118,00	14.251.410,00
00.01.0018	Transferências do FUNDEB - 60%	2.869.920,00	4.304.880,00	-1.434.960,00
	2018	646.680,00	970.020,00	-323.340,00
	2019	691.680,00	1.037.520,00	-345.840,00
	2020	739.680,00	1.109.520,00	-369.840,00
	2021	791.880,00	1.187.820,00	-395.940,00
00.01.0019	Transferências do FUNDEB - 40%	1.913.280,00	478.320,00	1.434.960,00
	2018	431.120,00	107.780,00	323.340,00
	2019	461.120,00	115.280,00	345.840,00
	2020	493.120,00	123.280,00	369.840,00
	2021	527.920,00	131.980,00	395.940,00
00.01.0032	Transferências de Convênios - União/Educação	480,00	480,00	0,00
	2018	120,00	120,00	0,00
	2019	120,00	120,00	0,00
	2020	120,00	120,00	0,00
	2021	120,00	120,00	0,00
00.01.0034	Transferências de Convênios - União/Outros	480,00	480,00	0,00
	2018	120,00	120,00	0,00
	2019	120,00	120,00	0,00
	2020	120,00	120,00	0,00
	2021	120,00	120,00	0,00
00.01.0035	Transferências do SUAS/União	737.904,00	737.904,00	0,00
	2018	184.476,00	184.476,00	0,00
	2019	184.476,00	184.476,00	0,00
	2020	184.476,00	184.476,00	0,00
	2021	184.476,00	184.476,00	0,00
00.01.0036	Salário-Educação	456.000,00	456.000,00	0,00
	2018	106.500,00	106.500,00	0,00
	2019	111.500,00	111.500,00	0,00
	2020	116.500,00	116.500,00	0,00
	2021	121.500,00	121.500,00	0,00
00.01.0037	Outras Transferências do FNDE	268.904,00	268.904,00	0,00
	2018	67.226,00	67.226,00	0,00
	2019	67.226,00	67.226,00	0,00
	2020	67.226,00	67.226,00	0,00
	2021	67.226,00	67.226,00	0,00
00.01.0039	Fundo Especial do Petróleo e Transf. Compens. Financeira Explor. recu	327.400,00	327.400,00	0,00
	2018	74.100,00	74.100,00	0,00
	2019	79.100,00	79.100,00	0,00
	2020	84.100,00	84.100,00	0,00
	2021	90.100,00	90.100,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO VI - Resumo das Receitas e Despesas por Fontes de Recurso

Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 3/4

Data: 30/08/2017

Recurso	Descrição do Recurso	2018 à 2021		Diferença
		Receita	Despesa	
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS		56.758.528,00	42.507.118,00	14.251.410,00
00.01.0061	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	480,00	480,00	0,00
	2018	120,00	120,00	0,00
	2019	120,00	120,00	0,00
	2020	120,00	120,00	0,00
	2021	120,00	120,00	0,00
00.01.0062	Transferências de Convênios - Estado/Educação	720.480,00	720.480,00	0,00
	2018	180.120,00	180.120,00	0,00
	2019	180.120,00	180.120,00	0,00
	2020	180.120,00	180.120,00	0,00
	2021	180.120,00	180.120,00	0,00
00.01.0064	Transferências de Convênios - Estado/Outros	960,00	960,00	0,00
	2018	240,00	240,00	0,00
	2019	240,00	240,00	0,00
	2020	240,00	240,00	0,00
	2021	240,00	240,00	0,00
00.01.0065	Transferências do SUAS/Estado	65.920,00	65.920,00	0,00
	2018	16.480,00	16.480,00	0,00
	2019	16.480,00	16.480,00	0,00
	2020	16.480,00	16.480,00	0,00
	2021	16.480,00	16.480,00	0,00
00.01.0089	Alienação de Bens destinados a Outros Programas	480,00	480,00	0,00
	2018	120,00	120,00	0,00
	2019	120,00	120,00	0,00
	2020	120,00	120,00	0,00
	2021	120,00	120,00	0,00
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS		0,00	3.230.000,00	-3.230.000,00
00.01.0000	Recursos Ordinários	0,00	3.230.000,00	-3.230.000,00
	2018	0,00	750.000,00	-750.000,00
	2019	0,00	787.000,00	-787.000,00
	2020	0,00	826.000,00	-826.000,00
	2021	0,00	867.000,00	-867.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS		2.861.472,00	13.882.882,00	-11.021.410,00
00.01.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	24.000,00	11.045.410,00	-11.021.410,00
	2018	6.000,00	2.444.000,00	-2.438.000,00
	2019	6.000,00	2.760.780,00	-2.754.780,00
	2020	6.000,00	2.854.570,00	-2.848.570,00
	2021	6.000,00	2.986.060,00	-2.980.060,00
00.01.0033	Transferências de Convênios - União/Saúde	480,00	480,00	0,00
	2018	120,00	120,00	0,00
	2019	120,00	120,00	0,00
	2020	120,00	120,00	0,00
	2021	120,00	120,00	0,00

Página: 4/4
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021

ANEXO VI - Resumo das Receitas e Despesas por Fontes de Recurso

Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/04/2017 (C)

Recurso	Descrição do Recurso	2018 à 2021		Diferença
		Receita	Despesa	
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS				
00.01.0038	Transferências do SUS/União			
	2018	2.861.472,00	13.882.882,00	-11.021.410,00
		2.574.432,00	2.574.432,00	0,00
	2018	643.608,00	643.608,00	0,00
	2019	643.608,00	643.608,00	0,00
	2020	643.608,00	643.608,00	0,00
	2021	643.608,00	643.608,00	0,00
00.01.0063	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			
		960,00	960,00	0,00
	2018	240,00	240,00	0,00
	2019	240,00	240,00	0,00
	2020	240,00	240,00	0,00
	2021	240,00	240,00	0,00
00.01.0067	Transferências do SUS/Estado			
		256.800,00	256.800,00	0,00
	2018	64.200,00	64.200,00	0,00
	2019	64.200,00	64.200,00	0,00
	2020	64.200,00	64.200,00	0,00
	2021	64.200,00	64.200,00	0,00
00.01.0088	Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde			
		4.800,00	4.800,00	0,00
	2018	1.200,00	1.200,00	0,00
	2019	1.200,00	1.200,00	0,00
	2020	1.200,00	1.200,00	0,00
	2021	1.200,00	1.200,00	0,00
Total Geral:		59.620.000,00	59.620.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 1/5
 Data: 30/08/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 1 - Legislativa						3.230.000,00
Subfunção: 31 - Ação Legislativa						3.230.000,00
Programa: 0001 - PROCESSO LEGISLATIVO						3.230.000,00
2.001 - Manutenção do Poder Legislativo	750.000,00	787.000,00	826.000,00	867.000,00	0,00	3.230.000,00
Função: 4 - Administração						8.839.080,00
Subfunção: 122 - Administração Geral						8.700.380,00
Programa: 0002 - ADMINISTRAÇÃO						8.700.380,00
1.001 - Construção, Ampliação e Reformas do Paço Municipal	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	80.000,00
2.002 - Manutenção dos Gabinetes do Prefeito e Vice	644.000,00	653.000,00	685.000,00	718.000,00	0,00	2.700.000,00
2.005 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Adm Planej e Fazenda	1.363.330,00	1.342.000,00	1.407.000,00	1.501.000,00	0,00	5.613.330,00
2.006 - Consórcios Públicos	71.000,00	74.750,00	78.800,00	82.500,00	0,00	307.050,00
Subfunção: 124 - Controle Interno						138.700,00
Programa: 0002 - ADMINISTRAÇÃO						138.700,00
2.003 - Manutenção das Atividades de Controle Interno	32.500,00	33.800,00	35.400,00	37.000,00	0,00	138.700,00
Função: 6 - Segurança Pública						122.240,00
Subfunção: 181 - Policiamento						102.240,00
Programa: 0009 - SEGURANÇA PÚBLICA						102.240,00
2.011 - Apoio à Segurança Pública	55.560,00	15.560,00	15.560,00	15.560,00	0,00	102.240,00
Subfunção: 182 - Defesa Civil						20.000,00
Programa: 0007 - DEFESA CIVIL						20.000,00
2.007 - Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00
Função: 8 - Assistência Social						3.908.304,00
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente						516.000,00
Programa: 0008 - BEM ESTAR SOCIAL						516.000,00
2.004 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	90.000,00	94.000,00	99.000,00	173.000,00	0,00	456.000,00
2.036 - Manutenção do FIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	60.000,00
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária						3.392.304,00
Programa: 0008 - BEM ESTAR SOCIAL						3.392.304,00
1.020 - Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Socioassistenciais	120,00	120,00	100.120,00	120,00	0,00	100.480,00
2.027 - Proteção Social Básica	276.460,00	286.460,00	296.460,00	306.460,00	0,00	1.165.840,00
2.028 - Proteção Social Especial de Média Complexidade	2.120,00	2.120,00	2.120,00	2.120,00	0,00	8.480,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 2/5
 Data: 30/08/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 8 - Assistência Social						3.908.304,00
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária						3.392.304,00
Programa: 0008 - BEIM ESTAR SOCIAL						3.392.304,00
2.029 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	0,00	258.000,00
2.030 - Bloco de Gestão - IGDSUAS	18.260,00	18.260,00	18.260,00	18.260,00	0,00	73.040,00
2.031 - Bloco de Gestão - IGD Bolsa Família	7.376,00	7.376,00	7.376,00	7.376,00	0,00	29.504,00
2.032 - Concessão de Benefícios Eventuais	1.240,00	1.240,00	1.240,00	1.240,00	0,00	4.960,00
2.033 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social	408.000,00	419.000,00	468.000,00	457.000,00	0,00	1.752.000,00
Função: 10 - Saúde						13.882.882,00
Subfunção: 301 - Atenção Básica						13.079.202,00
Programa: 0006 - SAÚDE						13.079.202,00
1.023 - Construções, Ampliações e Reformas de Espaços para a Saúde	10.000,00	70.000,00	40.000,00	0,00	0,00	120.000,00
1.024 - Aquisição de Veículos - Saúde	0,00	100.000,00	70.000,00	0,00	0,00	170.000,00
2.037 - Manutenção da Secretaria de Saúde	145.000,00	151.000,00	157.000,00	163.000,00	0,00	616.000,00
2.038 - Manutenção dos Serviços de Atenção Básica	2.439.948,00	2.567.728,00	2.692.518,00	2.905.008,00	0,00	10.605.202,00
2.039 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	369.500,00	384.500,00	399.500,00	414.500,00	0,00	1.568.000,00
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial						432.000,00
Programa: 0006 - SAÚDE						432.000,00
2.040 - Manutenção da Assistência Hospitalar	102.000,00	106.000,00	110.000,00	114.000,00	0,00	432.000,00
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária						366.880,00
Programa: 0006 - SAÚDE						366.880,00
2.041 - Manutenção da Vigilância Sanitária	85.720,00	89.720,00	93.720,00	97.720,00	0,00	366.880,00
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica						4.800,00
Programa: 0006 - SAÚDE						4.800,00
2.042 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	0,00	4.800,00
Função: 12 - Educação						14.210.064,00
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição						602.584,00
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO						602.584,00
2.014 - Merenda Escolar - Ens. Fundamental	59.952,00	63.952,00	71.952,00	79.952,00	0,00	275.808,00
2.015 - Merenda Escolar - Creches	50.820,00	55.820,00	60.820,00	65.820,00	0,00	233.280,00
2.016 - Merenda Escolar - Pré-Escolar	23.374,00	23.374,00	23.374,00	23.374,00	0,00	93.496,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Atualização em 01/04/2017 (C)

Página: 3/5
 Data: 30/08/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 12 - Educação						14.210.064,00
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental						10.603.200,00
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO						10.603.200,00
1.008 - Aquisição de Veículos - Educação	120,00	120,00	120,00	120,00	0,00	480,00
1.009 - Construções, Ampliações e Reformas - Ens. Fundamental	10.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2.017 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	45.000,00	48.000,00	51.000,00	54.000,00	0,00	198.000,00
2.018 - Manutenção do Ensino Fundamental	1.260.885,00	1.318.635,00	1.409.885,00	1.451.635,00	0,00	5.441.040,00
2.019 - Manutenção do Transporte Escolar	1.085.495,00	1.136.745,00	1.441.495,00	1.249.945,00	0,00	4.913.680,00
Subfunção: 365 - Educação Infantil						3.004.280,00
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO						3.004.280,00
1.010 - Construções, Ampliações e Reformas - Educ. Infantil	50.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	200.000,00
2.020 - Manutenção de Creches	320.560,00	323.560,00	352.560,00	350.960,00	0,00	1.347.640,00
2.021 - Manutenção do Pré-Escolar	323.560,00	410.560,00	359.560,00	360.960,00	0,00	1.456.640,00
Função: 13 - Cultura						290.000,00
Subfunção: 392 - Difusão Cultural						290.000,00
Programa: 0004 - CULTURA						290.000,00
1.011 - Construções, Ampliações e Reformas de Espaços Culturais	10.000,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	130.000,00
2.022 - Apoio ao Desenvolvimento Cultural	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	40.000,00
2.023 - Festividades Municipais	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	120.000,00
Função: 15 - Urbanismo						2.839.960,00
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana						600.480,00
Programa: 0011 - URBANISMO						600.480,00
1.002 - Pavimentação de Ruas, Estradas e Passeios	125.120,00	130.120,00	55.120,00	150.120,00	0,00	460.480,00
1.003 - Construção de Portais	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
1.006 - Construção, Ampliação e Reformas de Praças e Parques	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos						2.239.480,00
Programa: 0011 - URBANISMO						2.239.480,00
2.009 - Serviços de Coleta e Destinação Final de Lixo	107.000,00	112.000,00	118.000,00	124.000,00	0,00	461.000,00
2.010 - Serviços de Iluminação Pública	157.120,00	160.120,00	237.120,00	176.120,00	0,00	730.480,00
2.012 - Manutenção do Departamento de Água	244.000,00	255.000,00	268.000,00	281.000,00	0,00	1.048.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 4/5
 Data: 30/08/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 16 - Habitação						588.000,00
Subfunção: 482 - Habitação Urbana						588.000,00
Programa: 0014 - HABITAÇÃO						588.000,00
1.021 - Aquisição de Terrenos - Habitação	40.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	85.000,00
1.022 - Construção de Unidades Habitacionais Populares	45.000,00	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	185.000,00
2.034 - Manutenção do Fundo Mun de Habitação	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	8.000,00
2.035 - Melhoramentos em Unidades Habitacionais Populares	5.000,00	0,00	30.000,00	275.000,00	0,00	310.000,00
Função: 17 - Saneamento						407.010,00
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano						407.010,00
Programa: 0011 - URBANISMO						407.010,00
1.019 - Construção de Sistema de Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
2.013 - CISAM	13.220,00	13.920,00	14.580,00	15.290,00	0,00	57.010,00
Função: 20 - Agricultura						2.993.000,00
Subfunção: 606 - Extensão Rural						2.993.000,00
Programa: 0012 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL						2.993.000,00
1.014 - Aquisição de Equipamentos Agropecuários	30.000,00	95.000,00	40.000,00	60.000,00	0,00	225.000,00
1.015 - Telecomunicação Rural	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
1.016 - Construção, Ampliação e Reformas da Garagem da Sec. Agricultura	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
1.017 - Aquisição de Terrenos - Desenvolvimento Econômico	0,00	40.000,00	170.000,00	200.000,00	0,00	410.000,00
1.018 - Construção de Parque de Eventos, Feiras e Exposições	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
2.025 - Manutenção das Atividades da Sec Agricultura Ind e Comércio	505.000,00	543.000,00	551.000,00	601.000,00	0,00	2.200.000,00
2.026 - Apoio ao Desenvolvimento Turístico	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	8.000,00
Função: 26 - Transporte						6.756.060,00
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário						6.756.060,00
Programa: 0010 - TRANSPORTES						6.756.060,00
1.004 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Sec Transportes	115.120,00	180.120,00	120,00	60.120,00	0,00	355.480,00
1.005 - Ampliação e Reformas da Garagem da Sec. Transportes	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.007 - Construção e Reformas de Pontes	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	80.000,00
2.008 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	1.443.220,00	1.518.620,00	1.642.120,00	1.701.620,00	0,00	6.305.580,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/04/2017 (C)

Página: 5/5
 Data: 30/08/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 27 - Desporto e Lazer						613.000,00
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário						613.000,00
Programa: 0005 - ESPORTE						613.000,00
1.012 - Aquisição de Terrenos - Esporte	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
1.013 - Construções, Ampliações e Reformas de Espaços Esportivos	5.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	265.000,00
2.024 - Apoio ao Esporte Amador	67.000,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00	0,00	268.000,00
Função: 28 - Encargos Especiais						880.400,00
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna						100.000,00
Programa: 0013 - ENCARGOS ESPECIAIS						100.000,00
0.002 - Amortização da Dívida Interna	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais						780.400,00
Programa: 0013 - ENCARGOS ESPECIAIS						780.400,00
0.001 - Pagamento de Sentenças Judiciais	150.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.500,00
0.003 - Contribuições ao PASEP	143.600,00	152.500,00	161.900,00	171.900,00	0,00	629.900,00
Função: 99 - Reserva de Contingência						60.000,00
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência						60.000,00
Programa: 0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						60.000,00
9.999 - Reserva de Contingência	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	60.000,00
Total Geral:	13.600.000,00	14.430.000,00	15.320.000,00	16.270.000,00	0,00	59.620.000,00

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 004/2017**

resolução LEGISLATIVA Nº 004, DE 28 de agosto DE 2017.
"APROVA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BRUNÓPOLIS PARA EXERCÍCIO DE 2017."

ALEXANDRE AUDÁLIO UNZANARO, Presidente da Câmara de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a necessidade de desenvolver ações de Controle Interno da Câmara Municipal de Brunópolis, prevista na Resolução 003/2017 de 15 de Maio de 2017;

Resolve:

Art.1º Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria para o ano de 2017 do sistema de controle interno da Câmara Municipal de Brunópolis – SC.

Art.2º - O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) em 2017, será executado no período de setembro a dezembro de 2017 de acordo com programação constante no anexo único.

Parágrafo único. O cronograma de execução de trabalhos de auditoria não é fixo, podendo ele ser alterado, suprimindo em parte ou ampliado em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar sua execução.

Art.3º- Os resultados das atividades de auditoria serão levados ao conhecimento do Presidente da Câmara e dos responsáveis pelas áreas envolvidas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessária.

Art.4º O Controlador Interno poderá a qualquer tempo requisitar informações as unidades executoras, independente do cronograma previsto no Plano Anual de Auditoria de 2017.

Parágrafo único. A recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da Controladoria interna será comunicado oficialmente ao Presidente e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Art.5º A Controladoria Interna será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brunópolis (SC), 28 de Agosto de 2017.

Publicado no D.O.M. em 01/09/2017

Alexandre Audálio Unzanaro
Presidente da Câmara

ANEXO ÚNICO RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 004/2017.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA 2017

Atividades Mensais	Acompanhar e controlar o repasse financeiro à Câmara pelo Executivo Municipal
	Acompanhar as admissões e demissões do setor de Recursos Humanos.
	Atestar a regularidade e conferir a documentação apresentada nos processos de adiantamento ou Diárias realizados aos servidores da Câmara e Vereadores
	Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos Planos Orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados.
	Acompanhar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
	Acompanhar por amostragem a posição dos empenhos, visando seu controle, com verificação das fontes de recursos e históricos.
	Realizar orientações bem como emissão de relatórios, orientações e pareceres por escrito quando solicitados, ou ainda, quando identificadas irregularidades ou ineficiências.
	Acompanhar a evolução do percentual de gastos com a folha de pagamento do Legislativo, limites à remuneração do Vereador e outros Limites de Gastos
	Em conjunto com autoridades da Administração Financeira da Câmara, assinar o Relatório de Gestão Fiscal.
	Controlar a entrada e saída de informações no Sistema de Informação ao Cidadão.
	Avaliar os processos de licitação e contratação, de acordo com a Lei 8.666/1993 e/ou IN 21/2015.

MESES	SETORES PARA AUDITAR
Setembro	Elaboração do Relatório do 4º Bimestre da Câmara Municipal (julho/agosto).
Outubro	Proceder verificação in loco para conferência do patrimônio, confrontando o Termo de Responsabilidade de posse de cada responsável com os bens móveis efetivamente existentes no setor.
	Verificar, por amostragem, se os bens imóveis e bens duráveis móveis adquiridos no período de janeiro a setembro de 2017 foram devidamente registrados e inventariados no sistema de patrimônio conforme disposto no Decreto 68/2016
Novembro	Elaboração do Relatório do 5º Bimestre da Câmara Municipal (setembro/outubro).
Dezembro	Acompanhar o fechamento contábil.
	Elaborar e aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para 2018.

Brunópolis, 28 de Agosto de 2017.

Alexandre Audálio Unzanaro
Presidente da Câmara

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 046-2017 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 046/2017

ESPÉCIE: aquisição de hidrometros. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 011/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2017.80.002.2293.333903099000000.2000000; VIGÊNCIA: ate 30/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 30/08/2017; VALOR: R\$ 65.500,00. CONTRATADA: Igor Fernando Simidamore Viciania EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 30 de agosto de 2017.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO 047-2017 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 047/2017

ESPÉCIE: aquisição de hidrometros. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 011/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2017.80.002.2293.333903099000000.2000000; VIGÊNCIA: ate 30/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 30/08/2017; VALOR: R\$ 193.920,00. CONTRATADA: LAO Industria Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 30 de agosto de 2017.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 12160-2017

PORTARIA N. 12.160, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maria Cristina Setragni Couceiro de Sousa Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a contar de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de agosto de 2017.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 2899- 2017

PORTARIA Nº 2899/2017, de 28 de agosto de 2017.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2017, instaurado pela Portaria nº 0658/2017 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando a disponibilidade / agendamento da Sala de Comissões, onde agregam-se, mediante programação, todas as demais Comissões Municipais;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2017 (com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013), movido em desfavor do servidor Guilherme Madeira Schambeck, ocupante do cargo de Educador Social, inscrito no CPF sob nº 087.831.869-05 (matrícula nº 4139666-01), lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes junto ao Memorando nº 133/2017 e anexos, de 24/02/2017, encaminhado pela Secretaria de Assistência Social e Habitação desta Prefeitura desta Municipalidade, bem como para apuração dos fatos envolvendo o servidor supra-mencionado, em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados no Despacho de 1º de março de 2017, e anexos, do Diretor Geral da Secretaria de Fazenda, Orçamento e Gestão, bem como dos Termos Circunstanciados – PMSC Registros nºs 02034-2016-02098; 02034-2016-03331; 02034-2016-01443; na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se as condutas praticadas, se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos artigos 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); II (assiduidade); III (pontualidade); IV (discrição); VI (observar as normas legais e regulamentares); VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais); e 175 (Ao servidor público é proibido:); I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, VI (insubordinação grave em serviço), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, Lei Complementar 147/2009; e nos dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992; Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; para servidores que pratiquem infrações no exercício da função

com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;

Art. 2º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor Guilherme Madeira Schambeck do cargo por 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a tramitação regular do feito;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 2694-2017

Portaria nº 2694/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) ELAINE PRZYSIEZNY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 07/08/2017 a 05/09/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 29/02/2000.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 07/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 2767-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 2767/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
845361	0	LINDAURA MERCHOL	Secretaria de Saúde	14/08/2016	24/08/2016	11

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/08/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2761-2017

Portaria nº 2761/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) JANE SILVIA BENVENUTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 14/08/2017 a 12/09/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 18/06/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 14/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2846-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2846/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
8958	0	LUCIA REGINA WINTER	Secretaria de Saúde	21/08/2016	30/08/2016	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/08/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2895-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2895/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
724637	0	ARIANE BEATRIZ COSTA	Secretaria de Saúde	28/08/2017	06/09/2017	10
761397	1	CARINA RAQUEL PODIATSKY	Secretaria de Saúde	28/08/2017	16/09/2017	20
898597	0	JOÃO CARLOS MARINHO JUNIOR	Secretaria de Saúde	28/08/2017	15/09/2017	19
1088297	2	KATIA MARQUES CALDEIRA	Secretaria de Saúde	28/08/2017	06/09/2017	10
4248813	2	LETICIA GOMES DOS SANTOS	Secretaria de Saúde	28/08/2017	06/09/2017	10
4287894	1	NELSON GABRIEL DE OLIVEIRA NUNES	Secretaria de Saúde	28/08/2017	11/09/2017	15
722707	0	NICIA PORTAL MUNIZ	Secretaria de Saúde	28/08/2017	06/09/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28/08/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053-2017

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 053/2017

CONCORRENCIA nº 001/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A APLICAÇÃO DE CAPA ASFÁLTICA SOBRE PAVIMENTO ASFALTICO E PAVIMENTO COM PARALELEPÍPEDOS JÁ EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global, a empresa PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA, com valor global de R\$ 2.006.415,32 (Dois milhões, seis mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e dois centavos), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

31/08/2017

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07-2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07-2017 - FMAS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO:

1.1 O presente pregão tem como objeto A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, LICENÇA DE USO MENSAL E MENSALIDADE PARA HOSPEDAGEM DE BANCO DE DADOS E APLICATIVO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 15/09/2017

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 15/09/2017.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor e o Edital completo no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, editais, editais 2017.

Caçador, 31 de agosto de 2017.

SANDRA APUTZ GRANEMANN

Secretária de Assistência Social e Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 61-2017- PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

LICITAÇÃO COM COTA 25% DOS ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E/OU MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO 110/2017 – Pregão Presencial – 61-2017- PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, FRESA E SOLDA DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/09/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 27/09/2017 às 14h10min.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor e o Edital completo no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais.

Caçador, 31 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 17/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 17/2017

A Comissão Especial de Pregão da CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 15/09/2017, às 14:00 horas, no endereço RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 17/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, podendo ser acessado em www.camaracacador.sc.gov.br ou solicitada cópia digital pelo e-mail licitacao@camaracacador.sc.gov.br.

Objeto da Licitação:

O presente Pregão tem por objeto a prestação do serviço de publicidade institucional através de emissora de rádio com frequência AM, destinada à cobertura jornalística das atividades da câmara municipal durante o exercício de 2017, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência (ANEXO I) do edital.

Caçador, 30 de agosto de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

PORTARIA 065 - 2017 - NOMEAÇÃO ASSESSOR CAMILA

PORTARIA nº 065 de 31 de agosto de 2017.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 10 e 33, III da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CAMILA MABONI para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para prestar assessoramento ao vereador Adriano Pares.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor em 1º de setembro de 2017, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 31 de agosto de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

Camboriú

PREFEITURA

CARTA DE CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO

A
SALETE RODRIGUES DA ROSA

Camboriú, 31 de Agosto de 2017.

Prezado (a) Senhor (a):

Solicitamos o comparecimento de Vossa Senhoria no Departamento de Recursos Humano da Prefeitura Municipal de Camboriú, á Rua Getulio Vargas, 77 – Centro – Camboriú/SC, no prazo improrrogável de 05(cinco) dias, no intuito de justificar suas faltas que vêm ocorrendo desde o dia 01/02/2017, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, conforme artigo 215, parágrafo único, da LC 039/2012.

Atenciosamente.

CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO

A
MARIA ROSANE DA SILVA

Camboriú, 31 de Agosto de 2017.

Prezado (a) Senhor (a):

Solicitamos o comparecimento de Vossa Senhoria no Departamento de Recursos Humano da Prefeitura Municipal de Camboriú, á Rua Getulio Vargas, 77 – Centro – Camboriú/SC, no prazo improrrogável de 05(cinco) dias, no intuito de justificar suas faltas que vêm ocorrendo desde o dia 01/02/2017, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, conforme artigo 215, parágrafo único, da LC 039/2012.

Atenciosamente.

CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO

AO
ROBERTO CARLOS FERREIRA

Camboriú, 31 de Agosto de 2017.

Prezado (a) Senhor (a):

Solicitamos o comparecimento de Vossa Senhoria no Departamento de Recursos Humano da Prefeitura Municipal de Camboriú, á Rua Getulio Vargas, 77 – Centro – Camboriú/SC, no prazo improrrogável de 05(cinco) dias, no intuito de justificar suas faltas que vêm ocorrendo desde o dia 01/02/2017, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, conforme artigo 215, parágrafo único, da LC 039/2012.

Atenciosamente.

CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO

AO
SEBASTIAO INACIO DE OLIVEIRA

Camboriú, 31 de Agosto de 2017.

Prezado (a) Senhor (a):

Solicitamos o comparecimento de Vossa Senhoria no Departamento de Recursos Humano da Prefeitura Municipal de Camboriú, á Rua Getulio Vargas, 77 – Centro – Camboriú/SC, no prazo improrrogável de 05(cinco) dias, no intuito de justificar suas faltas que vêm ocorrendo desde o dia 01/02/2017, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, conforme artigo 215, parágrafo único, da LC 039/2012.

Atenciosamente.

CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO

A
LAUDICEIA NUNES

Camboriú, 31 de Agosto de 2017.

Prezado (a) Senhor (a):

Solicitamos o comparecimento de Vossa Senhoria no Departamento de Recursos Humano da Prefeitura Municipal de Camboriú, á Rua Getulio Vargas, 77 – Centro – Camboriú/SC, no prazo improrrogável de 05(cinco) dias, no intuito de justificar suas faltas que vêm ocorrendo desde o dia 01/02/2017, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, conforme artigo 215, parágrafo único, da LC 039/2012.

Atenciosamente.

CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO

AO
SERGIO DANIEL DA SILVA

Camboriú, 31 de Agosto de 2017.

Prezado (a) Senhor (a):

Solicitamos o comparecimento de Vossa Senhoria no Departamento de Recursos Humano da Prefeitura Municipal de Camboriú, á Rua Getulio Vargas, 77 – Centro – Camboriú/SC, no prazo improrrogável de 05(cinco) dias, no intuito de justificar suas faltas que vêm ocorrendo desde o dia 01/02/2017, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, conforme artigo 215, parágrafo único, da LC 039/2012.

Atenciosamente.

DECRETO N.º 3.263/2017

DECRETO N.º 3.263/2017

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a área de terra que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei n.º 3.365/1941, determina que a municipalidade tem competência para desapropriar área de particular para fins de melhoria dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei n.º 3.365/1941, considera caso de utilidade pública a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios (alínea "m" do art. 5º);

CONSIDERANDO que a desapropriação do imóvel abaixo descrito oportunizará a execução da obra de ampliação do Cemitério Jardim das Acácias, situado na Localidade do Rio do Meio, Camboriú/SC;

CONSIDERANDO que a presente desapropriação contribuirá para melhora da capacidade dos cemitérios no Município com a abertura de novas sepulturas;

CONSIDERANDO que a obra de ampliação do Cemitério Jardim das Acácias visa atender relevante interesse de ordem pública, bem como impedir o colapso no sistema público de sepultamentos;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as seguintes áreas:

I - um terreno sem benfeitorias (edificações), com área de 248,45 m², situado na Rua Joaquim Garcia, s/n.º, na Localidade Rio do Meio, zona urbana do Município de Camboriú/SC, o qual se encontra do lado "par" (direito) da Rua Joaquim Garcia, cujo ponto "V6" do imóvel se localiza a uma distância de 152,00 metros da Rua Prefeito Hermínio Vieira;

II - um terreno, sem benfeitorias (edificações), com área de 963,56 m², situado na Rua Joaquim Garcia, s/n.º, na Localidade Rio do Meio, zona urbana do Município de Camboriú/SC, o qual se encontra do lado "par" (direito) da Rua Joaquim Garcia, cujo ponto "V1" do imóvel se localiza a uma distância de 56,00 metros da Rua Prefeito Hermínio Vieira.

Parágrafo único. As áreas de terras declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, no caput deste artigo, estão delimitadas nas plantas anexas e possuem as seguintes medidas e confrontações:

I - a área descrita no inciso I deste artigo, com área de 248,45 m², tem início no vértice de n.º V6 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=731660.2084m – Y=7009488.7340m), com um ângulo (interno) de 136º48'50" sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 11.690 metros, até encontrar o vértice de n.º V6A, confrontando ao OESTE com a Rua Joaquim Garcia; deste segue com um ângulo (interno) de 43º11'10" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731648.6484m – Y=7009490.4699m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 34.590 metros, até encontrar o vértice de n.º V6B, confrontando ao NORTE com terras de Inscrição Cadastral do Espólio de Maria Bittencourt Saut; deste segue com um ângulo (interno) de 100º18'16" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731677.1051m – Y=7009510.1346m) sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 8.131 metros, até encontrar o vértice de n.º V6C, confrontando ao LESTE com a Rua Projetada "A"; deste segue com um ângulo (interno) de 79º41'44" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731682.8497m – Y=7009504.3801m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 27.521 metros, até encontrar o vértice de n.º V6 = Ponto Final, confrontando ao SUL com terras de Inscrição Cadastral do Espólio de Maria Bittencourt Saut;

II - a área descrita no inciso II deste artigo, com área de 963,56 m², tem início no vértice de n.º V1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=731696.4503m – Y=7009454.3215m), com um ângulo (interno) de 36º19'12" sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 9.846 metros, até encontrar o vértice de n.º V2,

confrontando ao OESTE com a Rua Joaquim Garcia; deste segue com um ângulo (interno) de 181º07'35" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731691.4831m – Y=7009462.8224m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 10.814 metros, até encontrar o vértice de n.º V3, confrontando ao OESTE com a Rua Joaquim Garcia; deste segue com um ângulo (interno) de 195º46'45" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731685.8446m – Y=7009472.0505m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 8.694 metros, até encontrar o vértice de n.º V4, confrontando ao OESTE com a Rua Joaquim Garcia; deste segue com um ângulo (interno) de 191º52'51" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731680.1118m – Y=7009478.5868m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 10.409 metros, até encontrar o vértice de n.º V5, confrontando ao SUL com a Rua Joaquim Garcia; deste segue com um ângulo (interno) de 198º14'05" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731671.7845m – Y=7009484.8313m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 12.216 metros, até encontrar o vértice de n.º V6, confrontando ao SUL com a Rua Joaquim Garcia; deste segue com um ângulo (interno) de 53º16'37" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731660.2084m – Y=7009488.7340m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 41.521 metros, até encontrar o vértice de n.º V7, confrontando ao NORTE com terras da Inscrição Cadastral n.º 01.04.094.0510.001, do Espólio de Maria Bittencourt Saut e com a Rua Projetada "A"; deste segue com um ângulo (interno) de 25º07'13" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731694.3672m – Y=7009512.3391m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 3.370 metros; até encontrar o vértice de n.º V8, confrontando ao SUL com terras da Inscrição Cadastral n.º 01.04.094.0189.001, de propriedade da Prefeitura Municipal de Camboriú; deste segue com um ângulo (interno) de 239º50'18" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731692.6702m – Y=7009509.4273m) sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 16.378 metros, até encontrar o vértice de n.º V9, confrontando ao LESTE com terras de Inscrição Cadastral n.º 01.04.094.0189.001, de Propriedade da Prefeitura Municipal de Camboriú; deste segue com um ângulo (interno) de 144º22'27" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731700.7609m – Y=7009495.1877m) sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 41.093 metros, até encontrar o vértice de n.º V1 = Ponto Final, confrontando ao LESTE com terras de Inscrição Cadastral n.º 01.04.094.0369.001, de propriedade da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Art. 2º As áreas descritas no artigo 1º deste Decreto se destinam a execução da obra de ampliação do Cemitério Jardim das Acácias, situado na Localidade do Rio do Meio, Camboriú/SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 31 de agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

PR 28/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2017-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MONITORES DESTINADOS AO ATENDIMENTO A EMENDA DE NÚMERO 11312.860000/1160-03 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, VISANDO AUXILIAR OS TRABALHOS

DESENVOLVIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:15 horas do dia 18 (Dezoito) de Setembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 31 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.721 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.721 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.10 -	Manutenção das Atividades Estratégia Saúde da Família			
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família			
300000.00.120 -	Despesas Correntes			
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.120 -	Aplicações Diretas			
339030.00.120 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00		
339030.00.511 -	Material de Consumo	R\$ 4.000,00		
339039.00.511 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00		
	Total	R\$ 10.000,00		

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.10 -	Manutenção das Atividades Estratégia Saúde da Família		
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família		
300000.00.120 -	Despesas Correntes		
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.120 -	Aplicações Diretas		
339039.00.120 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00	
400000.00.120 -	Despesas de Capital		
440000.00.120 -	Investimentos		
449000.00.120 -	Aplicações Diretas		
449052.00.511 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 8.000,00	

Total R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 31 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.722 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.722 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE APROVAÇÃO, ANÁLISE E DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o disposto no Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Nomear os membros para comporem a "Comissão de Aprovação, análise e Deferimento do Requerimento do Processo de Credenciamento de Profissionais e ou Clínicas Especializadas para a Realização de Exames e Consultas", referente aos PROCESSOS LICITATÓRIOS DE INEXIGIBILIDADE Nº 28 e 29/2017, integrada pelos seguintes membros:

DEISI ESTELA AMORIM - Registro no Sistema nº 955172;
LUCIELLE KAROLYNE CUBAS - Registro no Sistema nº 954556;
SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO - Registro no Sistema nº 954286.

Art. 2º Cabe a Comissão de Aprovação e deferimento do Credenciamento a Aprovação do pedido de inscrição para o credenciamento na forma do Edital nº 01 e 02/2017 e Análise dos Documentos que compõe a solicitação de Credenciamento.

Parágrafo único. para a realização das atribuições descritas no caput deste artigo, a Comissão deverá emitir Relatório devidamente assinado pelos membros.

Art. 3º A documentação a que se refere o artigo anterior são as seguintes:

PESSOA JURÍDICA

- Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento), conforme Modelo (Anexo I);
- Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta para tal;
- Cópia do CNPJ/MF;
- Cópia do Contrato Social, declaração de firma individual, Estatuto Social ou documento constitutivo, devidamente registrado no órgão competente e suas devidas alterações;
- Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do(s) responsável(is) técnico(s);
- Comprovante de inscrição e regularidade da unidade (clínica) e dos profissionais no respectivo "Conselho Regional";
- No caso de prestadores de serviços em exames relacionar os equipamentos disponíveis (à prestação do serviço);
- Cópia de Certidão Negativa de débito junto ao INSS;
- Certidão Negativa do FGTS.

PESSOA FÍSICA

- Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento), conforme Modelo (Anexo I);
- Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta(o) para tal;
- Cópia do CPF/MF;
- Cópia do RG;
- Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do profissional;
- Comprovante de inscrição e regularidade do profissional no respectivo "Conselho Regional".

Parágrafo único. A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da solicitação, uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços será convocado para firmar o Termo de Contrato, a Empresa ou Profissional deverá manter atualizados, os documentos relacionados nos itens, sob pena de anulação da inscrição.

Art. 4º Após o deferimento os pedidos serão encaminhados ao Serviço de Suprimentos para a Homologação da Inscrição e assinatura do Termo de Contrato.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.723 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.723 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM CARGO DE PROVIMENTO COMISSÃO DIRETOR DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao inciso II do Artigo 18, Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 030 de 22 de dezembro de 2005; Decreta:

Art. 1º Nomear o Senhor MARCELO LUCAS MACHADO, Registro no Sistema sob nº 955733, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Planejamento, Transporte e Obras, Código 09, com dedicação em tempo integral, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
01 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 130 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 130 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a extinção do cargo público de Médico IV (Médico Plantonista) e altera dispositivo da LEI COMPLEMENTAR Nº 006, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002, e ESTABELECE outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 81 da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81. A jornada de trabalho dos servidores é fixada em razão das atribuições, pertinentes aos respectivos cargos, não poderá ultrapassar a 8 (oito) horas diárias, nem a 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as eventuais hipóteses de compensação, e a necessidade de serviços médicos fora do plantão médico.”

Art. 2º Fica revogado o § 6º do art. 81 da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002.

Art. 3º O § 6º do art. 83 da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83

§ 6º A hipótese prevista no inciso III do §1º deste artigo, não se aplica aos cargos de Médico I, II e III;”

Art. 4º O caput do art. 125 da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 125. É devido aos ocupantes dos cargos de Médico I, II, III e Médico Clínico Geral a gratificação referida no art. 117, V, desta lei, no importe de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o vencimento.”

Art. 5º Fica revogado o § 2º do art. 125 da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002.

Art. 6º Fica revogado o Código 32 do Anexo I - “ESTRUTURA DOS CARGOS EFETIVOS” da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002.

Art. 7º Fica revogado o Código 32 do Anexo I-A - “TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE” da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002.

Art. 8º Ficam revogadas todas as disposições relacionadas ao cargo público de “médico IV” ou “médico plantonista”, previsto no “Anexo IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções, Atribuições e Responsabilidades” da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 039, de 12 de dezembro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.656 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.656 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

altera o anexo 4.1 da LEI Nº 3.137, DE 30 DE AGOSTO DE 2006, que DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o anexo 4.1 da Lei nº 3.137, de 30 de agosto de 2006.

Art. 2º O anexo único é parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.679 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.679 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – FUNMDEC DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso VII do Artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Autorizar o Coordenador da Defesa Civil Sr. FABIANO CLEBER MUNHOZ, CPF/MF nº 694.310.869-72 e o Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, CPF/MF nº 304.385.869-72, a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – FUNMDEC DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrarordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.547 de 04 de novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.680 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.680 DE 31 DE AGOSTO DE 2017
ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 10.116 DE 19 DE JULHO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 1º da Portaria nº 10.116 de 19 de julho de 2013, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo III, ocupando atualmente o cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Administração, LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 á 31 de dezembro de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal deste Poder Executivo Municipal”.

Art. 2º A alteração de que trata o caput do referido Artigo 1º, se dá em razão de engano no período aquisitivo das referidas férias da Servidora Pública Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 10.116 de 19 de julho de 2016 permanecem vigentes na íntegra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de julho de 2013.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.681 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.681 DE 31 DE AGOSTO DE 2017
DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa nº TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art. 1º Averbar a seguinte Certidão do Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitida em data de 08 de dezembro de 2016, sob Protocolo nº 20024050.1.00201/16-0, da Servidora Pública Municipal, TERESINHA WIELIVICK, Matrícula Funcional nº 000072, Registro no Sistema sob nº 294320, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Averbação do Tempo de Contribuição de que trata o caput deste artigo, corresponde ao período total da contribuição de 03 (zero três) anos e 17 (dezessete) dias, conforme Parecer nº 06/2017 expedido em data de 30 de agosto de 2017, pelo Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º A averbação de que trata o caput do artigo 1º desta Portaria, em razão do Procedimento Administrativo nº 944/2017, devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 23 de agosto de 2017, sob nº 12475.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 29/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 029/2017

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA RADIO ATALAIA LTDA, OBJETIVANDO A SUPRESSÃO DE VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ESPAÇO DE RÁDIO (AM) E DIFUSÃO EM DIVULGAÇÕES INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ SC.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736, Centro, na cidade de Campo Erê – SC, inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312.584/SSP/SC e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa RADIO ATALAIA LTDA, CNPJ 01.746.813/0001-98, com sede a Rua Maranhão 700, sala 02, Edifício Ulisses Viganó na cidade de Campo Erê SC, representada no ato pelo seu procurador Sr. ADILSON LUIZ BALDISSERA, CPF nº 563.475.299-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 29/2017, oriundo do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2017, Inexigibilidade de Licitação nº 03/2017, com fundamento no art. 65, II, “d”, § 1º, da lei n.º 8.666/93, e nas condições a seguir mencionadas:

Considerando a necessidade de readequação dos valores contratados em razão de acordo entre as partes e, estas culminaram na supressão do valor deste contrato.

Considerando as disposições legais que amparam o ato;

Celebra-se o presente Termo Aditivo de Supressão de valores.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica suprimido o valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais, a partir do mês de setembro de 2017, totalizando R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

CLAUSULA SEGUNDA

Fica alterado o valor do Constante na Clausula Segunda do Contrato 029/2017 para R\$ 83.600,00 (oitenta e três mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 31 de agosto de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Contratante

RADIO ATALAIA LTDA
CNPJ 01.746.813/0001-98
Contratada

TESTEMUNHAS:

Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18
--	---

Visto da assessoria jurídica
JULIANA CRISTINA ZANINI
Consultora Jurídica
OAB/SC 45.930

EXTRATO CONTRATO 64/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 64/2017.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: MARCELO JOSUÉ ROEHRHS - ME, CNPJ 17.453.147/0001-30. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NO CVT - CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO. De acordo com convênio nº 825568/2015. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1727/2017, Pregão Presencial nº 70/2017. DOTAÇÃO: 07.01-1099-3390-7239-134 - Implantação do Centro Vocacional Tecnológico – CVT – Regional das Oliveiras. VALOR: R\$: 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 31/08/2017. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Marcelo Josué Roehrs pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 1727/2017**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1727/2017, na modalidade Pregão de nº 70/2017 tendo como objeto é a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NO CVT - CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
MARCELO JOSUÉ ROEHRS ME	1	1	1,00	24.000,0000	24.000,0000
MARCELO JOSUÉ ROEHRS ME	2	1	1,00	17.400,0000	17.400,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
MARCELO JOSUÉ ROEHRS ME	41.400,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, 31 de agosto de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

PORTARIA 570/2017

PORTARIA N. 570, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

Considerando o Parecer AJU/CJU nº 165/2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal REGINA MARIA BRITO, matrícula nº 10506-6, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2012/2017, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/05/2017.

Campo Erê/SC, 28 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 571/2017

PORTARIA N. 571, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, IVANETE FRANCIELE LAUFER, matrícula nº 15920, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 29 de agosto de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 28 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 573/2017

PORTARIA N. 573, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, IRACILDA FEGNA ENGLER, matrícula nº 10477-9, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 28 de agosto de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 28/08/2017.

Campo Erê/SC, 28 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 573/2017

PORTARIA N. 573, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, IRACILDA FEGNA ENGLER, matrícula nº 10477-9, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 28 de agosto de 2017, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 28/08/2017.

Campo Erê/SC, 28 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 574/2017

PORTARIA N. 574, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, DANIELA MARTINS BONI, para o cargo de Professor de Educação infantil - Habilitado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 28/08/2017 à 11/09/2017.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 28/08/2017.

Campo Erê/SC, 29 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PREGÃO PRESENCIAL FMS 72/2017 - REPUBLICADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1773/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 72/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE EDITAL - REPUBLICADO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Ere - SC, através de seu Gestor Sr. Gelso Paloschi, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até as 08:00horas do dia 13 de setembro de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório FMS nº 1773/2017, na modalidade de Pregão Presencial FMS Nº 72/2017 – Ata de Registro de Preços, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a Contratação de PESSOA JURIDICA (HOSPITAL) para prestação de serviço hospitalar de plantão de urgência e emergência médica, incluindo serviços de plantão em obstetrícia e clínica geral, através do corpo clínico nas dependências e instalações do próprio Hospital, para pacientes do Município de Campo Erê, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar do Sistema Único de Saúde -SUS, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações serão fornecidas pelo Departamento de Licitações - Centro Administrativo Municipal, Rua 1º de Maio, 736 - Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário

das 7:30hs. às 11:30hs e das 13:15 às 17:15hs. ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br , Campo Ere - SC, 29 de agosto de 2017, Gelso Paloschi - Gestor do FMS.

PREGÃO PRESENCIAL FMS 73/2017 - REPUBLICADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1776/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 73/2017

ATA DE REGISTRO DE PEÇOS

EXTRATO DE EDITAL - REPUBLICADO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Ere - SC, através de seu Gestor Sr. Gelso Paloschi, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até as 11:00horas do dia 13 de setembro de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório FMS nº 1776/2017, na modalidade de Pregão Presencial FMS Nº 73/2017 – Ata de Registro de Preços, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a seleção de propostas para a Contratação de PESSOA JURIDICA para prestação de serviços de plantão médico de urgência/emergência para atendimento a pacientes do Município de Campo Erê (PRONTO ATENDIMENTO noturno, sábados, domingos e feriados), conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações serão fornecidas pelo Departamento de Licitações - Centro Administrativo Municipal, Rua 1º de Maio, 736 - Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs. às 11:30hs e das 13:15 às 17:15hs. ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br , Campo Ere - SC, 29 de agosto de 2017. Gelso Paloschi - Gestor do FMS.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO - PP 35/2017 SAUDE

AVISO DE CANCELAMENTO
ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que cancela o processo licitatório nº 53/2017, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item nº 35/2017, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Informamos que será realizado outro processo em outra data maiores informações entrar em contato com o Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 08:00 às 13h00min horas diariamente.

Campos Novos, 31 de agosto de 2.017.
SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA
Secretaria Municipal de Saúde

AVISO DE PP Nº 76/2017.ESPORTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 117/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 15 de setembro de 2017 às 09 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA A SECRETARIA DE ESPORTES, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 E PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 8h15min às 11h e das 13h15min às 17h diariamente.

Campos Novos, 01 de Setembro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2017

EXTRATO DE CONTRATO - CMV Nº 14/2017
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: MAURICIO DE TOFFOL BOCH & CIA LTDA-ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET), ATRAVÉS DE REDE ÓPTICA OU WIRELESS, VELOCIDADE DE 30M/12M.

VALOR MENSAL R\$ 299,90

DATA: 26/06/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2017

EXTRATO DE CONTRATO - CMV Nº 15/2017
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO

VALOR MENSAL R\$ 900,00

DATA: 02/05/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO 2ª ALTERAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 23/2017 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 37/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 23/2017 (PRESENCIAL)
2ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/09/2017, às 14h00min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LONAS PARA TOLDO COM INSTALAÇÃO EM ESTRUTURAS JÁ EXISTENTES E PARA O FORNECIMENTO DE LONAS PARA TOLDO MAIS AS ESTRUTURAS, INSTALADOS EM DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 13h55min do dia 19/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto do Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº PMC 02/2017

CONVITE Nº 2/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/17
HOMOLOGAÇÃO: 31/08/17
CONTRATADO: QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 85.000,80 (oitenta e cinco mil reais e oitenta centavos)

DATA: 31/08/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 13/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/17
HOMOLOGAÇÃO: 31/08/17
CONTRATADO: INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR LEVANTAMENTO DO FLUXO VIÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM EMISSÃO DE DIAGNOSTICO DE SENTIDO DE FLUXO DE VEÍCULOS, AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)

DATA: 31/08/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CARTA CONVITE Nº PMC 02/2017

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		137/2017	Processo Administrativo:		12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO				Total dos Itens Vencedores:		85.000,80
Licitação.....:		2/2017 - CV									
Modalidade.....:		Convite p/ Obras e Serv. Engenharia									
Objeto.....:		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ENERGIAS ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE.									
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação			
Item.....: 1 - 1569 - MATERIAL - Unidade: UN											
7065	QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA		1,000	0,0000	53.800,8000	53.800,80	Venceu	1	****		
17602	L E Z COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME		1,000	0,0000	86.597,2400	86.597,24	Perdeu	2			
15135	SICOL INSTALADORA ELÉTRICA - EIRELI - EPP		1,000	0,0000	86.597,2600	86.597,26	Perdeu	3			
17596	CLERCIO FRANCISCO GEMRA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0			
Item.....: 2 - 9205 - MÃO DE OBRA - Unidade: SER											
7065	QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA		1,000	0,0000	31.200,0000	31.200,00	Venceu	1	****		
17602	L E Z COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME		1,000	0,0000	19.802,7600	19.802,76	Perdeu	2			
15135	SICOL INSTALADORA ELÉTRICA - EIRELI - EPP		1,000	0,0000	40.000,0000	40.000,00	Perdeu	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 137/2017

Licitação.....: 2/2017 - CV

Modalidade....: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ENGERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE.

Processo Administrativo: 12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO

85.000,80

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 2	-	9205	-	MÃO DE OBRA - Unidade: SER				
17596	CLERCIO FRANCISCO GEMRA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Canoinhas, Em/...../.....
ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - Presidente da Comissão
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - - SECRETÁRIA
DIOGO CARLOS SEIDEL - - MEMBRO TITULAR
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - MEMBRO TITULAR
LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO - - MEMBRO SUPLENTE
TAYNA MACHADO - - MEMBRO SUPLENTE
JANICE DE FATIMA STEMPINHAK - - MEMBRO SUPLENTE
MARINA HAAG - - 25.933/SC
DANIELA CRISTINA DA SILVA - - MEMBRO SUPLENTE

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2017

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		126/2017	Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:				14.950,00	
Licitação.....:		13/2017 - TP								
Modalidade.....:		Tomada de Preço p/ Compras e Serviços								
Objeto.....:		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR LEVANTAMENTO DO FLUXO VIARIO DA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM EMISSÃO DE DIAGNOSTICO DE SENTIDO DE FLUXO DE VEÍCULOS, AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor		Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	

Item.....: 1	- 411048951	- LEVANTAMENTO DO FLUXO VIÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO - Unidade: SER						
17380	INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. - ME		1,000	0,0000	14.950,0000	14.950,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	- Presidente da Comissão
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	- SECRETÁRIA
DIOGO CARLOS SEIDEL -	- MEMBRO TITUTAR
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	- MEMBRO TITUTAR
LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO -	- MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	- MEMBRO SUPLENTE
JANICE DE FATIMA STEMPINHAK -	- MEMBRO SUPLENTE
MARINA HAAG -	- 25.933/SC
DANIELA CRISTINA DA SILVA -	- MEMBRO SUPLENTE

Capinzal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/44/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/44/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 02.089.950/0001-60

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/39/2016, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, IMPRESSÃO E ENVELOPAMENTO DE FATURAS DE ÁGUA.

VALOR: R\$ 0,19 (DEZENOVE CENTAVOS) POR FATURA CONFECCIONADA, IMPRESSA, ENVELOPADA E ENTREGUE AO SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 31/08/2017

VIGÊNCIA: 01/09/2017 A 31/08/2018

Pela Contratante: Sidnei Penzo

Pela Contratada: Wagner Cordenonsi Tombi

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2017 - PREGÃO Nº 0068/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2017
PREGÃO Nº 0068/2017

Objeto: Aquisição de um Rolo Compactador, conforme Convênio Federal nº840802/2016, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

Dotação Orçamentária:

1.107.4490.00 - 401 - 135/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI
1.107.4490.00 - 100 - 66/2017 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI

Abertura das Propostas: 14h15min, do dia 18 de setembro de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 31 de agosto de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 31 de agosto de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 114/2017

DECRETO Nº. 114/2017

"Dispõe sobre ponto facultativo e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Feriado Nacional de Independência do Brasil, no dia 07 de Setembro;

Considerando a economia do erário público municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído PONTO FACULTATIVO, nas Repartições Públicas Municipais, no dia 08 de setembro de 2017.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 31 de agosto de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 164/2017

PORTARIA Nº 164/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal ELTON ANZILIEIRO, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, lotado na Secretaria Municipal de Transporte, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/09/2015 à 31/08/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/09/2017 à 30/09/2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 31 de agosto de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATO ATA 56

PREGÃO PRESENCIAL 28/2017

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC

CONTRATO: 56 AO 62/ 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2017

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343//0001-22, no ato representado pelo Sr. ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 00802002/0001-02, sito à rua Estrada Boa esperança 2320 – Fundo Canoas – Rio do Sul/SC, neste ato representada pelo Sr. DOUGLAS BECKER PISKE, CPF: 066129249-50

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 02520829/0001-40, sito à Rodovia BR 480 n 180 – Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. RENAN JOSÉ GIACOMEL, CPF: 020502160/33;

CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 03652030/0001-70, sito à Rodovia BR 480 n 795 – Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. DOUGLAS MARTIN, CPF: 014887280-89.

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 76386283/0001-13, sito à RUA ARGENTINA, 645 – JARDIM PRIMAVERA – PATO BRANCO/PR, neste ato representada pelo Sr. LUIZ AUGUSTO VARNIER, CPG: 396.067.919-04

MAURO MARCIANO DIST DE MEDICAMENTOS, inscrita no CNPJ: 94.894.169/0001-86, sito à Rua Samuel Kruschim, 200 – Patronato – Santa Maria/RS, neste ato representada pelo VINICIUS RONI MOURA, CPF: 012.999.330-17,

PROMEDIC – A.G. KIENEM E CIA LTDA, inscrita no CNPJ: 82.225.947/0001-65, sito à Avenida Brasil, 98 – Centro – Pato Branco/PR, SEM REPRESENTANTE NA SESSÃO;

PROMEFARMA PRODUTOS MEDICOS FARMACEUTICOS, inscrita no CNPJ: 81.706.251/0001-98, sito à Rua Prof. Leonidasferreira da Costa, 847 – Parolin – Curitiba/PR, sem representante na sessão, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

1.1 O DETENTOR obriga-se a entregar os medicamentos, de acordo com as especificações do Edital de REGISTRO DE PREÇOS/PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, seus Anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

2.2- DOS ITENS

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado na sede do Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, sito à Rua José Martinelli, 198 - Centro, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data do pedido.

3.2 Todos os materiais e medicamentos entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como

possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

3.4 As respectivas notas fiscais deverão ser OBRIGATORIAMENTE remetidas ao endereço eletrônico compras@celsoramos.sc.gov.br. Notas físicas não serão aceitas e não serão empenhadas.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

5. ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado em dez dias úteis do recebimento da requisição (A.F) de material.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos, bem com o com a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 45 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado

dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando – se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega dá no no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 31/08/2017 a 31/12/2017.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93 e 10520/02.

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas

leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Fundo Municipal de Saúde do Município de Ananás poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias próprias a seguir:

PROJETO/ATIVIDADE	SECRETARIA/DESTINO
10	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE BASICA
14	PISO ATENÇÃO BASICA- PAB FIXO
16	PROGRAMA ASSIST. FARMACIA BASICA ESTADUAL
19	PROGRAMA ASSIST. FARMACIA BASICA- SUS

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 31 de agosto de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

JOAO GUILHERME BISCARO

ASSESSOR JURIDICO – OAB/SC 28375

DETENTORES:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP

MAURO MARCIANO DIST DE MEDICAMENTOS

CONTRATO 56 AO 62

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 28/2017 Licitação: 28/2017 - PR Fornecedor: 9208 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. Data da Homologação:									
1	5794	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10MG	Torrent	COMP	2.000,000	0,0000	1,2500	2.500,00	Venceu
3	4372	PROPINATO DE FLUTICASONA AEROSSOL 250MCG	GSK	UN	300,000	0,0000	77,7700	23.331,00	Venceu
4	5788	ROSUVASTATINA CALCICA 20MG	Torrent	COMP	2.000,000	0,0000	0,9900	1.980,00	Venceu
6	4547	GLICAZIDA 30 MG	Torrent	COMP	2.000,000	0,0000	0,2180	436,00	Venceu
8	5582	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	Teuto	COMP	20.000,000	0,0000	0,0144	288,00	Venceu
11	4422	BUDESONIDA PEDIÁTRICO AEROSOL - 50MCG/DOSE	Biosintetica	UN	100,000	0,0000	23,8000	2.380,00	Venceu
12	4600	PERMETRINA 5% LOÇÃO	Nativita	FR	40,000	0,0000	2,5000	100,00	Venceu
28	4544	FUROSEMIDA 20MG/2ML INJETAVEL	Teuto	AMP	150,000	0,0000	0,4200	63,00	Venceu
33	5582	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	Teuto	COMP	25.000,000	0,0000	0,0150	375,00	Venceu
35	5800	TOPIRAMATO 25MG	E.M.S	COMP	3.000,000	0,0000	0,2060	618,00	Venceu
36	4659	NISTATINA SUSP. ORAL 30ML	Prati Donaduzzi	FR	50,000	0,0000	2,7060	135,30	Venceu
45	4396	ALOPURINOL 300MG	Prati Donaduzzi	COMP	500,000	0,0000	0,1620	81,00	Venceu
48	4390	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG	Imec	COMP	15.000,000	0,0000	0,0180	270,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	32.557,30			
					70.140,000				
Nr. do Processo: 28/2017 Licitação: 28/2017 - PR Fornecedor: 9247 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA Data da Homologação:									
5	5801	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG	OSÓRIO	COMP	2.000,000	0,0000	0,0140	28,00	Venceu
13	4681	TIBOLONA 2,5MG	BRAINFARMA	COMP	300,000	0,0000	0,5300	159,00	Venceu
31	5801	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG	OSÓRIO	COMP	8.000,000	0,0000	0,0140	112,00	Venceu
39	4381	VENALOT - CUMARINA + TROXERRUTINA (15MG + 90MG)	CIFARMA	COMP	2.000,000	0,0000	0,1450	290,00	Venceu
42	4363	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100MG	EUROFARMA	COMP	500,000	0,0000	0,6500	325,00	Venceu
43	4362	MESILATO DE DOXAZOSINA 2MG	APSEN	COMP	2.000,000	0,0000	0,1150	230,00	Venceu
44	5005	BUPROPIONA 150MG	NOVA QUÍMICA/E.M.S.	COMP	2.000,000	0,0000	0,3490	698,00	Venceu
59	6507	APEVITIN BC	GLOBO	UN	100,000	0,0000	8,9000	890,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	2.732,00			
					16.900,000				

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 28/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data da Homologação:									
Fornecedor: 9347 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA									
7	5588	GLIBENCLAMIDA 5MG	MEDQUIMICA	COMP	20.000,000	0,0000	0,0189	378,00	Venceu
16	5802	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG	HYPERMARCAS	COMP	10.000,000	0,0000	0,0430	430,00	Venceu
21	5581	LOSARTANA POTASSICA 50MG	PRATI	COMP	40.000,000	0,0000	0,0289	1.156,00	Venceu
29	5000	LABIRIN 16MG	PRATI	COMP	10.000,000	0,0000	0,2140	2.140,00	Venceu
34	5959	IMIPRAMINA 25MG	CRISTALIA	COMP	2.000,000	0,0000	0,2800	560,00	Venceu
41	5584	CAPTROPIL 25MG	SANVAL	COMP	15.000,000	0,0000	0,0140	210,00	Venceu
47	4631	SULFATO FERROSO 5MG XAROPE	NATULAB	FR	200,000	0,0000	1,3800	276,00	Venceu
49	5802	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG	HYPERMARCAS	COMP	10.000,000	0,0000	0,0430	430,00	Venceu
60	6508	CLORIDRATO PROPAFENONA 300MG	PRATI	COMP	5.000,000	0,0000	0,5090	2.545,00	Venceu
64	6503	KOID D (BETAMETASONA +DEXCLORFENIRAMINA) 120ML	PRATI	UN	1.000,000	0,0000	3,5900	3.590,00	Venceu
66	6505	RITMONORM 300 MG	PRATI	COMP	5.000,000	0,0000	0,5300	2.650,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					118.200,000			14.365,00	

Nr. do Processo: 28/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data da Homologação:									
Fornecedor: 9710 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA									
2	4534	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625MG	MABRA	COMP	5.000,000	0,0000	1,1700	5.850,00	Venceu
10	5805	ATENOLOL 25MG	PRATI D	COMP	15.000,000	0,0000	0,0280	420,00	Venceu
14	5800	TOPIRAMATO 25MG	EUROFARMA	COMP	2.000,000	0,0000	0,1270	254,00	Venceu
17	4674	NEOMICINA+BACITRACINA POMADA	GREEN PHARMA	TB	1.000,000	0,0000	1,0200	1.020,00	Venceu
32	6152	FOSFATO DE CODEINA 30MG	CRISTALIA	COMP	8.000,000	0,0000	0,8000	6.400,00	Venceu
37	4526	DIPIRONA SODICA 500MG	GREEN PHARMA	COMP	10.000,000	0,0000	0,0640	640,00	Venceu
46	4606	POLIVITAMINICO	VITAMED	COMP	1.000,000	0,0000	0,0400	40,00	Venceu
50	6495	SORO ORAL REIDRATANTE 450 ML	IFAL	UN	500,000	0,0000	0,5090	254,50	Venceu
65	6514	CIPROFIBRATO 100 MG	BRAINFARMA	COMP	10.000,000	0,0000	0,3780	3.780,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					52.500,000			18.658,50	
Nr. do Processo: 28/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data da Homologação:									
Fornecedor: 9990 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP									
26	5790	VIMOCETINA 5MG	MARJAN	COMP	2.000,000	0,0000	0,6600	1.320,00	Venceu
40	4655	TEOFILINA 200MG	ABBOTT	COMP	3.000,000	0,0000	0,7600	2.280,00	Venceu
51	6496	TROPICAL CAIXA COM 20 COMP	EMS	UN	100,000	0,0000	15,9900	1.599,00	Venceu

Página: 3/4

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtd. Cotada	Descrto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 28/2017									
Fornecedor: 9990 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP									
			Licitação: 28/2017 - PR		Data da Homologação:				
52	6497	MAGNEN B6 CAIXA COM 30 COMP	MARJAN	UN	100,000	0,0000	73,9900	7.399,00	Venceu
53	6498	PROLIVE 55MG COM 30 CPS	ACHE	UN	100,000	0,0000	90,0000	9.000,00	Venceu
55	6500	AMILORIDA 25MG+HIDRO 25MG	EMS	COMP	5,000,000	0,0000	0,1100	550,00	Venceu
61	6509	LOTAR 100/5MG	BIOSINTETICA	COMP	5,000,000	0,0000	2,0000	10.000,00	Venceu
62	6510	NESINA 850/12,5MG	TAKEDA	COMP	5,000,000	0,0000	1,2390	6.195,00	Venceu
63	6504	HEDERA (ABRILAR) FR -100ML	FARMOQUIMICA	UN	100,000	0,0000	35,4100	3.541,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					20,400,000			41.884,00	
Nr. do Processo: 28/2017									
Fornecedor: 10006 - A G KIENEN & CIA LTDA									
			Licitação: 28/2017 - PR		Data da Homologação:				
24	5511	GALVUS 50MG	NOVARTIS	COMP	2,000,000	0,0000	3,0600	6.120,00	Venceu
25	4726	VILDAGLIPTINA 50mg+ Metformina 1000mg	NOVARTIS	COMP	1,000,000	0,0000	3,0500	3.050,00	Venceu
30	5552	XARELTO 20MG- CAIXA COM 28 COMP	BAYER	CX	20,000	0,0000	190,0000	3.800,00	Venceu
54	6499	ZOLPIDEM 10MG	EMS	COMP	5,000,000	0,0000	0,3540	1.770,00	Venceu
56	6501	CONCARDIO 2,5MG	EMS	COMP	5,000,000	0,0000	0,4500	2.250,00	Venceu
57	6502	CONCARDIO 5MG	EMS	COMP	5,000,000	0,0000	0,5500	2.750,00	Venceu
58	6506	NORTRIPTILINA 75MG	MEDLEY	COMP	5,000,000	0,0000	0,6300	3.150,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					23,020,000			22.890,00	
Nr. do Processo: 28/2017									
Fornecedor: 10075 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA									
			Licitação: 28/2017 - PR		Data da Homologação:				
9	5590	SINVASTATINA 20MG	SANDOZ	COMP	40,000,000	0,0000	0,0550	2.200,00	Venceu
15	4361	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG	MERCK	COMP	40,000,000	0,0000	0,0800	3.200,00	Venceu
19	5586	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG	MERCK	COMP	20,000,000	0,0000	0,0400	800,00	Venceu
20	4557	IBUPROFENO 600MG	PRATI	COMP	40,000,000	0,0000	0,0800	3.200,00	Venceu
22	5583	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG	MEDQUIMICA	COMP	20,000,000	0,0000	0,0300	600,00	Venceu
27	4590	NITRATO DE MICONAZOL CREME 2%	PRATI	TB	200,000	0,0000	1,4600	292,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 28/2017 Licitação: 28/2017 - PR Fornecedor: 10075 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA Data da Homologação:									
38	5797	EZETIMIBA 10MG	ALTHAIA	COMP	200,000	0,0000	0,5900	118,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	160.400,000			

Celso Ramos, 31 de Agosto de 2017.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

371.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 371/2017

- CONSIDERANDO, a apresentação dos Atestados Médicos da Servidora Pública Marcia Schroder Hintemann.

- CONSIDERANDO, o Comprovante de Agendamento do Benefício n. 61183036442.

- CONSIDERANDO, a Comunicação de Decisão do Benefício n.6185951936, datado de 24.07.17.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar em favor da servidora pública MARCIA SCHRODER HINTEMANN, licença para tratamento de saúde, pelo período de 01.03.17 a 24.07.17, a ser remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.03.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

372.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 372/2017

- CONSIDERANDO, a concessão do Benefício Previdenciário de Aposentadoria por Invalidez conforme consta no Benefício de nº 611830364-2 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

- CONSIDERANDO a impossibilidade de acumulação da remuneração de cargo, emprego ou função com proventos de aposentadoria, ressalvadas as acumulações previstas no art.37, inciso XVI da Constituição Federal/88;

- CONSIDERANDO, que a função pública ocupada pela servidora não é passível de acumulação remunerada e;

- CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 29, inciso IV e art. 32, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a Srª. MARCIA SCHRODER HINTEMANN, que exerce a função pública de Conselheira Tutelar, em virtude da concessão do Benefício Previdenciário de Aposentadoria por Invalidez, conforme Comunicação de Decisão do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos legais a partir de 24.07.17.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 31 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

373.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 373/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível III para o Nível IV, por Tempo de Serviço prestado ao município, a Servidora Pública SILVIA KERSCHBAUM MACIEL, matriculada sob nº 2576/02, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais 40 - horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01/08/2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/PMCS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/PMCS/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/PMCS/2017

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL leva ao conhecimento dos interessados que o edital acima epígrafado está suspenso, conforme informações abaixo.

Objeto: Contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço apurado pela Menor Taxa de Comissão.

Motivo: Falta de tempo hábil para análise de Impugnação ao Edital oferecida em 31/08/2017.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 31 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 40/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 40/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 44/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 37/PMCS/2017.

Objeto: Contratação de empresa para execução de toda a assessoria técnica para realização de concurso público, estando aí incluídos a preparação e elaboração de 3 editais (1. PREFEITURA; 2. ESF'S e 3. FUNDAC) do concurso público bem como toda a preparação, elaboração, confecção, aplicação e correção das provas, processamento de resultados de todo o processo (inclusive respostas a recurso e outros).

Assinatura: 17/08/2017.

Vigência: Início: 17/08/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais).

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
02.01.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00	04	Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessoria

EXTRATO DO CONTRATO 41/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 41/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: ANGELO DEMO – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 46/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 39/PMCS/2017.

Objeto: Aquisição de 01 (uma) Plotter de impressão e 01 (uma) Plotter de recorte, para uso da Secretária de Obras de Cocal do Sul.

Assinatura: 18/08/2017.

Vigência: Início: 18/08/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
09.01.2.038.4.4.90.00.00.00.00.00	136	Manutenção da Infraestrutura Operacional

LEI 1.365

LEI Nº. 1.365, de 30 de agosto de 2017.

AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO E FIXAR PERCENTUAL À ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, CONCOMITANTE NOS CURSOS TÉCNICOS EM CERÂMICA E/OU ELETROMECÂNICA, DO "COLÉGIO MAXIMILIANO GAIDZINSKI – CMG", PESSOA JURÍDICA "INSTITUTO MAXIMILIANO GAIDZINSKI – IMG", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio de assistência financeira com o Colégio Maximiliano Gaidzinski – CMG, tendo como pessoa jurídica o Instituto Maximiliano Gaidzinski – IMG de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº. 07.125.953/0001-25, Unidade Cocal do Sul, com sede na Rua Dr. Edson Gaidzinski, nº. 352, Centro, Cocal do Sul/SC.

Art. 2º O Município de Cocal do Sul prestará assistência financeira de que trata esta Lei a alunos residentes neste município, matriculados nos cursos de Ensino Médio com concomitância, nos Cursos Técnicos em Cerâmica e/ou Eletromecânica do Colégio Maximiliano Gaidzinski - CMG, tendo como pessoa jurídica o Instituto Maximiliano Gaidzinski – IMG.

Art. 3º Os recursos relativos à assistência financeira somam o montante de R\$ 50.000,04 (cinquenta mil reais e quatro centavos) representados pelo convenio a ser homologado após a aprovação desta, a serem distribuídos em (12) doze parcelas no valor de R\$ 4.166,67 (quatro mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), a serem pagas mensalmente, até o 5º dia de cada mês, em conformidade com o Plano de Trabalho, cuja distribuição do subsídio possibilitará 14 bolsas de 50% de desconto na mensalidade concedida para alunos carentes.

Art. 4º As despesas com a execução da assistência financeira prevista no art. 3º desta lei, correrá por conta da seguinte dotação: Órgão: 07

Unidade: 01

Projeto/Atividade: 2017 – Manutenção de outros níveis de ensino
Dotação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0110 – Transferência a Instituição Privadas sem fins lucrativos.

Art. 5º Os critérios de seleção de alunos beneficiários serão

regulamentados por ato do Poder Executivo Municipal, e no convênio e a avaliação do grau de carência e do desempenho escolar dos alunos, a escolha dos beneficiários das bolsas e a fiscalização do cumprimento dos critérios para a sua obtenção e manutenção ficará a cargo de uma Comissão na qual estará assegurada a participação do Município, facultado ainda ao do Poder Legislativo Municipal compô-la, em conjunto com o Instituto Maximiliano Gaidzinski - IMG.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2018.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI COMPLEMENTAR 74

LEI COMPLEMENTAR Nº. 74, de 30 de agosto de 2017.

DÁ NOVA REDAÇÃO E ACRESCENTA NOVOS DISPOSITIVOS À LEI Nº. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do Art. 35, altera os incisos X, XIV, XVII, acrescenta os incisos XXI, XXII e XXIII, e inclui o § 3º, da Lei n. 303, de 23 de dezembro de 1997, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

- I - (...);
- II - (...);
- III - (...);
- IV - (...);
- V - (...);
- VI - (...);
- VII - (...);
- VIII - (...);
- IX - (...);

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

- XI - (...);
- XII - (...);
- XIII - (...);

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

- XV - (...);
- XVI - (...);

XVII - do município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XVIII - (...);

XIX - (...);

XX - (...);

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23

e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º. (...)

I - (...);

II - (...).

§ 2º. (...);

§ 3º Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do art 40º-A desta lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado".

Art. 2º Acrescenta o inciso XI, os § 7º e § 8º, ao artigo 39, da Lei n. 303, de 23 de dezembro de 1997, passando a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 39. (...)

§ 1º. (...):

I - (...);

II - (...):

a) (...);

b) (...).

III - (...);

IV - (...);

V - (...);

VI - (...);

VII - (...);

VIII - (...);

IX - (...);

X - (...).

a) (...);

b) (...);

c) (...)

XI - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 3º do art. 35 desta Lei Complementar.

§ 2º. (...).

§ 3º. (...):

I - (...);

II - (...);

§ 4º. (...):

I - (...);

II - (...).

§ 5º. (...).

§ 6º. (...).

§ 7º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestado por este.

§ 8º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço".

Art. 3º Acrescenta o Art. 40A, na Lei n. 303, de 23 de dezembro de 1997, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se

referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula”.

Art. 4º Dá nova redação ao Anexo I – Lista de Serviços, da Lei nº 303, de 23 de dezembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Anexo I – Lista de Serviços

ITEM	SERVIÇO	ALÍQ.
1	Serviços de informática e congêneres	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas	2%
1.02	Programação	2%
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	2%
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	2%
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	2%
1.06	Assessoria e consultoria em informática	2%
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	2%
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas	2%
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS)	2%
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	2%
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres	
3.01	Vetado	
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	2%
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza	2%
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	2%
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	2%

4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres	
4.01	Medicina e biomedicina	2%
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radio-terapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	2%
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres	2%
4.04	Instrumentação cirúrgica	2%
4.05	Acupuntura	2%
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	2%
4.07	Serviços farmacêuticos	2%
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	2%
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	2%
4.10	Nutrição	2%
4.11	Obstetrícia	2%
4.12	Odontologia	2%
4.13	Ortóptica	2%
4.14	Próteses sob encomenda	2%
4.15	Psicanálise	2%
4.16	Psicologia	2%
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres	2%
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	2%
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres	2%
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	2%
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	2%
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	2%
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	2%
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia	2%
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária	2%
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária	2%
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	2%
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	2%
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	2%
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	2%
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	2%
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária	2%
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	2%
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	2%
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	2%
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	2%

6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres	2%
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	2%
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	2%
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	2%
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	2%
7.04	Demolição	2%
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	2%
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço	2%
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres	2%
7.08	Calafetação.	2%
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer	2%
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres	2%
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores	2%
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos	2%
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres	2%
7.14	Vetado	
7.15	Vetado	
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	2%
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	2%
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres	2%
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo	2%
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	2%

7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais	2%
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	2%
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza	
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior	2%
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	2%
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)	2%
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	2%
9.03	Guias de turismo	2%
10	Serviços de intermediação e congêneres	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	2%
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	2%
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	2%
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)	5%
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios	2%
10.06	Agenciamento marítimo	2%
10.07	Agenciamento de notícias	2%
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios	2%
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	2%
10.10	Distribuição de bens de terceiros	2%
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações	2%
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	2%
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas	2%
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie	2%
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres	
12.01	Espectáculos teatrais.	2%
12.02	Exibições cinematográficas	2%
12.03	Espectáculos circenses	2%
12.04	Programas de auditório	2%
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres	2%

12.06	Boates, táxi-dancing e congêneres	2%
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	2%
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres	2%
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não	2%
12.10	Corridas e competições de animais	2%
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador	2%
12.12	Execução de música	2%
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres(*)	2%
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	2%
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	2%
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	2%
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	2%
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia	
13.01	Vetado	
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	2%
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	2%
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização	2%
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	2%
14	Serviços relativos a bens de terceiros	
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	2%
14.02	Assistência Técnica	2%
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	2%
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus	2%
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	2%
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2%
14.07	Colocação de molduras e congêneres	2%
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	2%
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	2%
14.10	Tinturaria e lavanderia	2%
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	2%

14.12	Funilaria e lanternagem	2%
14.13	Carpintaria e serralheria	2%
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	2%
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	5%
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	5%
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral	5%
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	5%
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	5%
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	5%
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo	5%
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins	5%
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)	5%
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	5%
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados	5%
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários	5%

15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio	5%
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres	5%
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento	5%
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral	5%
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	5%
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário	5%
16	Serviços de transporte de natureza municipal	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	2%
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	2%
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	2%
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres	2%
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	2%
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra	2%
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço	2%
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	2%
17.07	Vetado	
17.08	Franquia (franchising)	2%
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	2%
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	2%

17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICMS)	2%
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	2%
17.13	Leilão e congêneres	2%
17.14	Advocacia	2%
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	2%
17.16	Auditoria	2%
17.17	Análise de Organização e Métodos	2%
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza	2%
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	2%
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira	2%
17.21	Estatística	2%
17.22	Cobrança em geral	2%
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	2%
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	2%
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	2%
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	4%
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	4%
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários	
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres	2%
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres	2%
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	2%
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	2%
22	Serviços de exploração de rodovia	

22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais	2%
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	2%
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	2%
25	Serviços funerários	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	2%
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	2%
25.03	Planos ou convênio funerários	2%
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	2%
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	2%
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	4%
27	Serviços de assistência social	
27.01	Serviços de assistência social	2%
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	2%
29	Serviços de biblioteconomia	
29.01	Serviços de biblioteconomia	2%
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química	2%
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	2%
32	Serviços de desenhos técnicos	
32.01	Serviços de desenhos técnicos	2%
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	2%
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	2%
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	2%

36	Serviços de meteorologia	
36.01	Serviços de meteorologia	2%
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	2%
38	Serviços de museologia	
38.01	Serviços de museologia	2%
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	2%
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	2%

Art. 5º Fica revogada toda e qualquer isenção, benefício do ISSQN inclusive redução de base de cálculo ou qualquer outra forma que resulte direta ou indiretamente em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima, de acordo com a Lei Complementar Federal n. 157/2016.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 PMC – AQUISIÇÃO DE BENS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 – PMC
AQUISIÇÃO DE BENS

Objeto: Aquisição de veículos novos (passeio, station wagon, pick-up e motocicletas), zero km, original de fábrica, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, Fundo Municipal de Saúde e Polícia Militar, com recursos próprios e oriundos do convênio de Radio Patrulha e Trânsito, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/09/2017.

Abertura: dia 19/09/2017 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 31 de agosto de 2017.

Wagner Isidoro Simioni

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 148/2016 - PMC

Contrato Nº : 148/2016

Aditivo Nº : 5TA Ctr 148/2016/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GEOVIAS ENGENHARIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 56/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos, para loteamento de área para fins industriais, no município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "C" e "D" do edital.

Execução : Início: 17/08/2017 Término: 15/11/2017

Vigência : Início: 22/04/2018 Término: 19/09/2018

Assinatura : 16/08/2017

EXTRATO 8º TA CONTRATO Nº 71/2015 - PMC

Contrato Nº : 71/2015

Aditivo Nº : 8TA CTR 71/2015/2017

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IPM SISTEMAS LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 2/2014

Objeto : A presente licitação tem por objeto obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas, específicos para Planejamento (PPA, LDO e LOA), Contabilidade, Orçamento, LRF e Tesouraria, Administração Tributária, Controle de Compras, Licitações e Contratos, Recursos

Humanos e Folha de Pagamento, Controle de Bens Patrimoniais, Controle de Estoque (Almoxarifado), Controle e Gerenciamento de Frota, Legislação, Cadastro Técnico Imobiliário, IPTU - Inter-vivos e Taxas, Cadastro Econômico-Fiscal, ISSQN e Alvarás, Fiscalização de Obras e Posturas, Taxas e Tarifas Municipais, Contribuição de Melhoria, Escrita Fiscal, Fiscalização Fazendária, Gestão de Arrecadação e Contabilização, Gestão do Simples Nacional, Dívida Ativa e Executivo-Fiscal, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Ouvidoria, Controle Protocolo e Processos, Portal de Serviços Web: Auto Atendimento via Web e Portal do Município, Procuradoria, Gestão de Obras, Gestão de Convênios, Business Intelligence (B.I), INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, constante no anexo "D" deste Edital

Vigência : Início: 02/08/2017 Término: 01/02/2018

Assinatura : 16/08/2017

Valor R\$: 39.002,04 (Trinta e Nove Mil, Dois Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 9 - 02.001.2002.333903911000000.01000001

Dotação : 10 - 02.001.2003.333903911000000.01000001

Dotação : 11 - 02.001.2004.333903911000000.01000001

Dotação : 13 - 02.001.2005.333903911000000.01000001

Dotação : 21 - 04.001.2007.333903911000000.01000001

Dotação : 30 - 04.003.2351.333903911000000.01000003

Dotação : 35 - 05.001.2010.333903911000000.01000001

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903911000000.01010000

Dotação : 115 - 08.001.2027.333903911000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903911000000.01000001

Dotação : 133 - 09.001.2032.333903911000000.01000001

Dotação : 168 - 11.001.1013.344903911000000.01000001

Dotação : 173 - 11.001.2040.333903911000000.01000001

Dotação : 201 - 13.001.2101.333903911000000.01020000

Dotação : 243 - 15.001.2201.333903911000000.01000001

Dotação : 286 - 16.001.2401.333903911000000.01000001

Dotação : 301 - 17.001.2451.333903911000000.01000001

Dotação : 318 - 18.001.2501.333903911000000.01000001

Dotação : 332 - 19.001.2601.333903911000000.02030000

EXTRATO 8º TA CONTRATO 50/2015 - FMS

Contrato Nº : 50/2015

Aditivo Nº : 8TA CT 50/2015/2017

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MH TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação, em lote único, serviço de transporte de dados em tecnologia MultiProtocol Label Switching (MPLS) em fibra ótica ou par metálico, para interligação das Unidades de Saúde ao Centro de Processamento de dados da Prefeitura de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 31/03/2018

Assinatura : 16/08/2017

Valor R\$: 100,00 (Cem Reais) / Mês

Dotação : 201 - 13.001.2101.333903997000000.01020000

Dotação : 207 - 13.001.2102.333903997000000.01380002

Dotação : 219 - 13.001.2103.333903997000000.02000000

Dotação : 234 - 13.001.2615.333903997000000.01380004

Dotação : 318 - 18.001.2501.333903958000000.01000001

Dotação : 332 - 19.001.2601.333903958000000.02030000

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903958000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2017 - PMC

Contrato Nº : 175/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : J.R.S MOTO CENTER LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 43/2017

Objeto : Aquisição de capacetes e de veículos novos (pick-up e motocicletas) na cor branca original de fábrica, para uso da Diretoria de Trânsito, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 17/08/2017 Término: 16/10/2018

Assinatura : 17/08/2017

Valor R\$: 25.446,00 (Vinte e Cinco Mil e Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais)

Dotação : 128 - 08.001.2031.344905224000000.01000001

Dotação : 417 - 08.001.2031.344905252000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2017 - PMC

Contrato Nº : 174/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BMBB SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 30/2017

Objeto : Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades STFC (serviço Telefônico Fixo Comutado) analógico e/ou Digital, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/08/2017 Término: 14/10/2017

Assinatura : 15/08/2017

Valor R\$: 319.600,00 (Trezentos e Dezenove Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 9 - 02.001.2002.333903958000000.01000001

Dotação : 16 - 03.001.2006.333903958000000.01000001

Dotação : 21 - 04.001.2007.333903958000000.01000001

Dotação : 35 - 05.001.2010.333903958000000.01000001

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903958000000.01010000

Dotação : 59 - 06.002.2017.333903958000000.01010000

Dotação : 77 - 06.004.2608.333903958000000.01010000

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903958000000.01000001

Dotação : 133 - 09.001.2032.333903958000000.01000001

Dotação : 151 - 10.001.2036.333903958000000.01000001

Dotação : 173 - 11.001.2040.333903958000000.01000001

Dotação : 201 - 13.001.2101.333903958000000.01020000

Dotação : 286 - 16.001.2401.333903958000000.01000001

Dotação : 301 - 17.001.2451.333903958000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2017 - PMC

Contrato Nº : 176/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 25/2017

Objeto : credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço fisioterápico para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999 e alterações posteriores.

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 01/09/2018

Assinatura : 23/08/2017

Valor R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2017 - PMC

Contrato Nº : 177/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINIFISIO CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 25/2017

Objeto : credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço fisioterápico para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999 e alterações posteriores.

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 01/09/2018

Assinatura : 23/08/2017

Valor R\$: 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2017 - FMAS

Contrato Nº : 21/2017

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA

Licitação : Inexigibilidade 6/2017

Objeto : Contratação serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos, para a Sra. Iracy Terezinha Segala, conforme encaminhamento do CREAS, nos termos do Credenciamento 1/2017 FMAS, a contar do dia 21 de Agosto de 2017.

Vigência : Início: 21/08/2017 Término: 20/08/2018

Assinatura : 18/08/2017

Valor R\$: 39.600,00 (Trinta e Nove Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 270 - 15.001.2204.333903999000000.01000001

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2017 PMC – AQUISIÇÃO DE BENS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2017 - PMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017 – PMC Republicado

Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível e eventual aquisição de material impresso, visando ao atendimento das necessidades da 14ª DRP-CIRETRAN e Fundos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO

Considerando o ocorrido registrado na ata da sessão pública do dia 30 de agosto de 2017, o cancelamento da sessão por extravio dos envelopes da empresa NERCI LEOMAR HEGELE 78726379953 e o respeito devido aos princípios administrativos, o Secretário de Urbanismo e Obras, no uso de suas atribuições legais, fundamentada no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, declara REVOGADO o processo licitatório autuado sob o nº 179/2017, na modalidade Pregão Presencial SRP nº. 37/2017 – PMC, em razão do interesse público e demais razões expostas.

Sendo assim, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar de sua publicação, para o direito ao contraditório e a ampla defesa, conforme previsto no § 3º, do art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Concórdia, SC, 31 de agosto de 2017.

WAGNER SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 7/2017**

CONTRATO N.º 07/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.321.406/0001-75 com sede à R. Leonel Mosele, 96, CEP 89700-176 na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor ARTÊMIO ORTIGARA, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.149.098-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n.º 477.268.819-68, doravante denominada CONTRATANTE, e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autarquia, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1.885, Centro Executivo Imperatriz, sala 1.307, Bairro Estreito, CEP 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor GILSONI LUNARDI ALBINO, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei

Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 4131, de 15/12/2009.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades:

I –promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina;

II –inclusão digital das Câmaras de Vereadores;

III –disponibilização de informações e serviços ao cidadão;

IV –acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;

V –divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;

VI –promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal;

VII –economia dos recursos públicos.

Parágrafo único.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no "Caderno de Serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 01 de setembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor mensal de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para os serviços previstos na Cláusula Primeira e para a

totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

Parágrafo primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2017, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, será corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento no valor de R\$ 0,80/Km (oitenta centavos o quilômetro) e hora técnica no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

Parágrafo quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA em 01(uma) parcela o valor total de 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), sendo efetuada por meio de boleto de pagamento referente aos serviços prestados, emitido diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o dia 15 do mês de setembro.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2017.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de rescisão contratual, após prévia suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- c) A rescisão contratual não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- d) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- e) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- f) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- g) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- h) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões do sistema contratado pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e rescisão do presente contrato.

Parágrafo primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato.

Parágrafo terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a rescisão unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Florianópolis – SC, 23 de agosto de 2017.

ARTÊMIO ORTIGARA Presidente CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Divaléia Salete Casagrande Assessora de Comunicação Câmara de Vereadores de Concórdia
--

FERNANDA ROSA SOCAL Assistente Administrativo do CIGA
--

ANEXO I**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE**

A Câmara Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, constituiu o Senhor Artêmio Ortigara, casado, vereador, presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia, inscrito no CPF sob o n.º 477.268.819-68, como seu representante no Contrato n.º 07/2017, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis – SC, 01 de setembro de 2017.

Artêmio Ortigara Presidente da Câmara Municipal de Concórdia CONTRATANTE

ANEXO II**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constituiu a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º 07/2017, celebrado com o Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Florianópolis – SC, 01 de setembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 627/2017

DECRETO Nº 627/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.207/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.044 – Manutenção Programa de Atenção Básica – PAB.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 18

Fonte de Recursos: 10.64 – Vinculados - R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (10.64) – Incremento Temporário do Componente de Custeio do PAB (2017).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO RECEBIMENTO TRANSPORTE ESCOLAR 2017

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Médio

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 6ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Médio no valor de R\$ 10.152,55 (dez mil cento e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Cordilheira Alta SC, 30 de Agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Fundamental

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 6ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Fundamental no valor de R\$ 6.118,11 (seis mil cento e dezoito reais e onze centavos).

Cordilheira Alta SC, 30 de Agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 97.2017

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº38/2017

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 97/2017

SOLICITANTES: SECRETARIA DE AGRICULTURA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE SEMENTES, DO TIPO CAPIM SUDÃO, PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE TROCA-TROCA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$27.750,00(Vinte e sete mil setecentos e cinquenta reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa: COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE LTDA, no valor total de R\$27.750,00, adjudicado em favor da empresa mencionada, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 31 de Agosto de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco

Pregoeiro

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL FMS RP Nº 07/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 07/2017.
Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL.
Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 19/09/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 19/09/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 31 agosto de 2017.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº 101/2017

PORTARIA Nº. 101, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias a partir do dia 04/09/2017 à 03/10/2017.

Nome Cargo Referência

Marihone C. Maraschin Agente. Com vigilância Sanitária 02/06/2016 à 01/06/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 28 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 102/2017

PORTARIA Nº. 102, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

Considerando o disposto no Artigo 113, §4º da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014 para a concessão de licença prêmio;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 28 de

Agosto à 26 de Setembro de 2017.

Nome Cargo Referências

Cleiton Andre Fenes da Silva Vigia 2014/2017

Ricardo José Pertille Vigia 2014/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 28 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 103/2017

PORTARIA Nº. 103, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

Considerando o disposto no Artigo 113, §4º da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014 para a concessão de licença prêmio;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 29 de Agosto à 27 de Setembro de 2017.

Nome Cargo Referências

Rudimar Campanha da Trindade Vigia 2014/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 28 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 104/2017

PORTARIA Nº 104 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Rudinei Chittó, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Vigia na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, a partir de 29 de Agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 28 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 105/2017

PORTARIA Nº 105, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 104 da Lei Complementar nº 040/2014 de 29/04/2014 e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;
Considerando a data de nascimento conforme certidão de nascimento entregue dia 30 de Agosto de 2017.

CONCEDE:

Art. 1º Licença Gestante à Servidora Pública Municipal, Senhora Camila Paulina Brum, ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 18 de Agosto de 2017 a 13 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 30 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretario de Administração Planejamento e Finanças

Correia Pinto**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2017 FMS – PROCESSO 09/2017 FMS/FHMCP**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2017 – FMS/FHMCP

PREGÃO PRESENCIAL nº 09/2017 – FMS/FHMCP

No dia 31 do mês de agosto do ano de 2017, compareceram de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr. CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017 PMCP, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 09/2017, Processo Licitatório nº. 09/2017 FMS/FHMCP, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a): REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO E REVISÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue o licitante que sagrou-se vencedor do certame e os respectivos itens:

Empresa: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME, CNPJ: 05.021.932/0001-34

Fundo Municipal de Saúde, CNPJ: 14.741.096/0001-53

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unid.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA "MANUNTEÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS" NAS UNIDADES DE SAÚDE DE CORREIA PINTO.	12	MÊS	2.000,00	24.000,00
				TOTAL	24.000,00

Fundação Municipal Hospitalar, CNPJ: 05.021.932/0001-34

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unid.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
02	SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA "MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS" NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.	12	MÊS	2.000,00	24.000,00
				TOTAL	24.000,00

A empresa, DETENTORA DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2017, de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo acima especificado, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO E REVISÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos,

lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço por item e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço por item.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do

município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;

5.3.4. Substituir os produtos/serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a

ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar

documentação falsa, não manter a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor.

Correia Pinto 31 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Celso Rogerio Alves Ribeiro

Prefeito

Empresa DETENTORA DA ATA:

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME

DECRETO Nº 1201/2017

DECRETO nº 1201/2017

DE 28 DE Agosto DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto e pela Lei Municipal nº 2060/2017, DECRETA:

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Correia Pinto:

I - Mauro do Amarante Melo – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II - Ester Noeli Marques – Representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - Rosangela Delfes – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - Gilmar Wilson de Souza – Representante da CASAN;

V - Leticia de Lorenzi – Representante do CDL;

VI - Angela Maria Goulart – Representante do Sindicato dos Trabalhadores;

VII - Pedro Barbosa Bleichnhl – Representante da Associação de Moradores;

VIII – Malba Costa da Silva – Representante da Associação Comunitária Dona Ema Sevei;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2017.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, em 28 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1202/2017

DECRETO Nº 1202/2017

DE 28 DE AGOSTO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, chamada cidadã, buscou dar dignidade à pessoa humana, reduzindo as desigualdades sociais e assegurando o tratamento isonômico a cada indivíduo, valorizando as capacidades individuais e garantindo o acesso à cidadania.

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o Decreto Lei nº 5.296/2004 regulamentou as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000 e a NBR 9050/2015 estabeleceu critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 109/86 de 15 de maio de 1986, Plano Diretor Físico Territorial Urbano do Município, o Código de Obras e a Lei de Loteamentos.

CONSIDERANDO que as normas técnicas de acessibilidade da ABNT estabelecem os padrões que devem ser respeitados quanto à construção de calçadas para a circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas;

CONSIDERANDO que, diante da complexidade das normas que tratam da acessibilidade, é necessário estabelecer os critérios para aplicabilidade dos conceitos de universalização do acesso, pautados nas exigências legais para a prática de projetar e edificar obras públicas, de forma a se cumprirem alguns dos programas constitucionais a fim de que, dessa forma, reconheça-se um padrão mínimo de dignidade às Pessoas Portadoras de Deficiência Física;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público Municipal, viabilizar e fiscalizar a execução de obras dentro de seu território.

DECRETA:

"APROVA "PROJETO PADRÃO DE CALÇADAS" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica aprovado o "Projeto Padrão de Calçadas", no âmbito do Município de Correia Pinto, de acordo com as normas de acessibilidade vigentes.

Art. 2º - Os padrões estabelecidos no projeto anexo a este Decreto deverão ser observados por todos os profissionais, desde a projeção das calçadas até sua completa execução.

Art. 3º - A fiscalização da observância dos critérios estabelecidos no "Projeto Padrão de Calçadas" ficará a cargo da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Turismo, Diretoria de Planejamento e Fiscal de Obras.

Art. 4º - Este Decreto, acompanhado do "Projeto Padrão de Calçadas", que é parte integrante, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 28 de agosto de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 28 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1203/2017

DECRETO Nº 1203/2017

DE 28 DE AGOSTO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

ALTERA O DECRETO Nº 0088/2002, QUE REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 837/1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - As atribuições, competências e habilitações profissionais dos cargos de Agente de Serviços Gerais "A" e Agente de Serviços Gerais "B", do Grupo III - Atividades Operacionais de Administração Geral - OAG, do Anexo I, do Decreto nº 0088, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Municipal nº 0837, de 24 de agosto de 1998, que instituiu a Reforma Administrativa no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Município de Correia Pinto, passam a vigorar com a seguinte redação:

Anexo I

(...)

Grupo III - Atividades Operacionais de Administração Geral – OAG

(...)

- AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS "A" - Atividade de nível primário, de menor complexidade e de natureza repetitiva, envolvendo serviços de limpeza e manutenção dos próprios municipais, serviços de merenda escolar e cafezinho, executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Alfabetizado, com experiência e habilidade na área de atuação.

- AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS "B" - Atividade de nível primário, de menor complexidade e de natureza repetitiva, envolvendo serviços braçais de limpeza, manutenção, conservação, recuperação e pequenos reparos dos próprios municipais, executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Alfabetizado, com experiência e habilidade na área de atuação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 28 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 26/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 26/2015

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 0804.1/2017

O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 0314/2015, de 02 de junho de 2015, da Tomada de Preços nº 26/2015, se faz

com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 57, conforme parecer jurídico 298/2017/PROGEM.

Objeto: REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DE BANHEIROS E CHURRASQUEIRA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 791914/2013, ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

Considerando que tem-se possível a alteração do contrato de forma cronológica, consoante se verifica da exposição de motivos e

solicitação de aditivo, cuja solicitação é aceita.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa J. C. RODRIGUES DE FREITAS - ME
CNPJ: 14.035.035/0001-70

Vigência: 30/08/2017 à 14/10/2017.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 09/2017 FMS/FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2017 FMS/FHMCP

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO E REVISÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME

CNPJ: 05.021.932/0001-34

Instrumento:

Contrato nº 0805/2017 FMS;

Fundo Municipal de Saúde, CNPJ: 14.741.096/0001-53

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unid.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA "MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS" NAS UNIDADES DE SAÚDE DE CORREIA PINTO.	12	MÊS	2.000,00	24.000,00
				TOTAL	24.000,00

Contrato nº 0806/2017 FHMCP;

Fundação Municipal Hospitalar, CNPJ: 05.021.932/0001-34

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unid.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
02	SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA "MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS" NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.	12	MÊS	2.000,00	24.000,00
				TOTAL	24.000,00

Valor total: R\$ 48.000,00

Vigência: de 31/08/2017 a 31/12/2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1351/17

DECRETO Nº 1351/17

EXONERA A PEDIDO O SR. EVERALDO MOKWA, DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o SR. EVERALDO MOKWA, do cargo de Secretário Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1349/17

DECRETO Nº 1349/17

NOMEIA O SERVIDOR MARCIO REESE, COMO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, PERANTE ENCAMINHAMENTOS E RETIRADAS DE DOCUMENTAÇÃO DE VEÍCULOS, JUNTO A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, o servidor MARCIO REESE, portador do RG nº 2.987.244 e CPF nº 020.656.429-55, como representante do Município de Corupá, perante encaminhamentos e retiradas de documentação de veículos, junto a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3654/16.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1350/2017

DECRETO Nº 1350/2017

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA DO BAIXO VALE DO ITAPOCU – ACONSEG, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO DA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a ASSOCIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA DO BAIXO VALE DO ITAPOCU – ACONSEG, a fazer uso do espaço público da Praça Municipal Artur Müller, no dia 2 de setembro de 2017, com início às 9:00 horas e término às 12:00 horas, para a promoção do projeto denominado “Vai dar BO”, tendo como responsável a Sra. Karin Krause, Presidente da Associação.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da ACONSEG.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009

PORTARIA Nº 4421/17

PORTARIA Nº 4421/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT DE PORTUGUÊS, A SRA. ALESSANDRA JANSSEN.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ALESSANDRA JANSSEN, a partir de 17 de agosto de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act

de Português, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal Francisco Mees, em virtude de substituição da professora Magaret Hass que está em licença maternidade, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de agosto de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4422/17

PORTARIA Nº 4422/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT DE 5º ANO, A SRA. CATIANA ADLER.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. CATIANA ADLER, a partir de 20 de abril de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act de 5º ano, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora Act Noemi da Silva Stratmann que pediu demissão, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de abril de 2017, revogada a Portaria nº 4300/17.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4423/17

PORTARIA Nº 4423/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT DE PRÉ, A SRA. IVONETE TERE-SINHA ANDRUKIU.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de

Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. IVONETE TERE-SINHA ANDRUKIU, a partir de 04 de julho de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act de Pré, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal São José, em virtude de substituição da professora Aline Moreland Bossle que pediu demissão, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de julho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4424/17

PORTARIA Nº 4424/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT A SRA. SUSAN NARA VIEIRA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. SUSAN NARA VIEIRA, a partir de 06 de julho de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal José Pasqualini, em virtude de substituição da professora Irene Aparecida Lima da Silva que está em licença saúde, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de julho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4425/17

PORTARIA Nº 4425/17

NOMEIA O SR. ELCIO KAUS GOMES, PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FÍSICA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia para ocupar o cargo de Professor II – Educação Física, o SR. ELCIO KAUS GOMES, classificado em 2º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 18 de julho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4426/17

PORTARIA Nº 4426/17

NOMEIA A SRA. JEANINE LEILA MEROS, PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia para ocupar o cargo de Auxiliar de Setor, a SRA. JEANINE LEILA MEROS, classificada em 37º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator - 09, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 16 de agosto de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4427/17

PORTARIA Nº 4427/17

NOMEIA A SRA. KATIANE KÜHNE WACKERHAGE, PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia para ocupar o cargo de Auxiliar de Setor, a SRA. KATIANE KÜHNE WACKERHAGE, classificada em 36º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator - 09, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de julho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4428/17

PORTARIA Nº 4428/17

NOMEIA O SR. LUCAS ROWEDER, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, o SR. LUCAS ROWEDER, classificado em 3º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator - 15, com carga horária de 35 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de julho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4429/17

PORTARIA Nº 4429/17

EXONERA A SRA. JÉSSICA LEMOS GASPERIN, DO CARGO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. JÉSSICA LEMOS GASPERIN, do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4430/17

PORTARIA Nº 4430/17

EXONERA A SRA. ANGELA SANTILIA BIRR DE LIMA, DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. ANGELA SANTILIA BIRR DE LIMA, do cargo de AUXILIAR DE SETOR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4431/17

PORTARIA Nº 4431/17

EXONERA A SRA. RENATA SCHAADT, DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. RENATA SCHAADT, do cargo de AUXILIAR DE SETOR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4432/17

PORTARIA Nº 4432/17

EXONERA A SRA. DAISY DAIANE ZECH, DO CARGO DE NUTRICIONISTA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. DAISY DAIANE ZECH, do cargo de NUTRICIONISTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4433/17

PORTARIA Nº 4433/17

EXONERA O SR. NILTON PAULO PADILHA DE LIMA, DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40H.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. NILTON PAULO PADILHA DE LIMA, do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40H.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4434/17

PORTARIA Nº 4434/17

EXONERA A SRA. SARAH SPIEKER, DO CARGO DE ENFERMEIRO ESF.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. SARAH SPIEKER, do cargo de ENFERMEIRO ESF.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4435/17

PORTARIA Nº 4435/17

EXONERA O SR. JOSÉ LEONARDO VALÉRIO, DO CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. JOSÉ LEONARDO VALÉRIO, do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4436/17

PORTARIA Nº 4436/17

EXONERA O SR. LOURENÇO PIONTKIEWICZ, DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINA I.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. LOURENÇO PIONTKIEWICZ, do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4437/17

PORTARIA Nº 4437/17

EXONERA O SR. ODOLIR ELOI, DO CARGO DE MOTORISTA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. ODOLIR ELOI, do cargo de MOTORISTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4438/17

PORTARIA Nº 4438/17

EXONERA O SR. DENIS ROGER GONÇALVES RIBEIRO, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. DENIS ROGER GONÇALVES RIBEIRO, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4439/17

PORTARIA Nº 4439/17

EXONERA O SR. ANTONIO DA SILVA, DO CARGO DE TRABALHADOR BRAÇAL.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. ANTONIO DA SILVA, do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 23 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4440/17

PORTARIA Nº 4440/17

EXONERA A SRA. GABRIELLE ENGELHARDT, DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. GABRIELLE ENGELHARDT, do cargo de AUXILIAR DE SETOR, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4441/17

PORTARIA Nº 4441/17

EXONERA A SRA. GENIFFER CAROLINE PEGGAU, DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. GENIFFER CAROLINE PEGGAU, do cargo de AUXILIAR DE SETOR, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 19 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4442/17

PORTARIA Nº 4442/17

EXONERA A SRA. MARIZETE APARECIDA DOS SANTOS HOEFT, DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. MARIZETE APARECIDA DOS SANTOS HOEFT, do cargo de AUXILIAR DE SETOR, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4443/17

PORTARIA Nº 4443/17

EXONERA A SRA. AFONSINA ROCHA TEJADA, DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL 20H, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. AFONSINA ROCHA TEJADA, do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL 20H, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4444/17

PORTARIA Nº 4444/17

EXONERA O SR. GABRIEL MAZZINI BAPTISTA, DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. GABRIEL MAZZINI BAPTISTA, do cargo de FISIOTERAPEUTA, admitido em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4445/17

PORTARIA Nº 4445/17

EXONERA A SRA. FRANCISCA BARBOSA DA SILVA FERREIRA, DO CARGO DE PROFESSOR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. FRANCISCA BARBOSA DA SILVA FERREIRA, do cargo de PROFESSOR, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4446/17

PORTARIA Nº 4446/17

EXONERA A SRA. ILCE CRISTINA VIEIRA PROBST, DO CARGO DE PROFESSOR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. ILCE CRISTINA VIEIRA PROBST, do cargo de PROFESSOR, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 29 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4447/17

PORTARIA Nº 4447/17

EXONERA A SRA. NOEMI BARROS DA SILVA STRATMANN, DO CARGO DE PROFESSOR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. NOEMI BARROS DA SILVA STRATMANN, do cargo de PROFESSOR, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4448/17

PORTARIA Nº 4448/17

EXONERA A SRA. PATRICIA BOZ DA SILVA, DO CARGO DE PROFESSOR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. PATRICIA BOZ DA SILVA, do cargo de PROFESSOR, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4449/17

PORTARIA Nº 4449/17

EXONERA A SRA. SIMONI SIQUEIRA GALLO GESSNER, DO CARGO DE PROFESSOR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. SIMONI SIQUEIRA GALLO GESSNER, do cargo de PROFESSOR, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 28 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4450/17

PORTARIA Nº 4450/17

EXONERA A SRA. ZENAIDE IDALENCIO, DO CARGO DE PROFESSOR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. ZENAIDE IDALENCIO, do cargo de PROFESSOR, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4451/17

PORTARIA Nº 4451/17

EXONERA O SR. GEOVANE KREHNKE, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. GEOVANE KREHNKE, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, admitido em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4452/17

PORTARIA Nº 4452/17

EXONERA A SRA. LUCIANE BEATRIZ MOZZER, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a SRA. LUCIANE BEATRIZ MOZZER, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, admitida em caráter temporário – ACT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4453/17

PORTARIA Nº 4453/17

REDUZ A PEDIDO, A CARGA HORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA ALINE HANEMANN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Reduzir a pedido, a carga horária da jornada de trabalho da servidora ALINE HANEMANN, matrícula nº 9590-02, de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, admitida no Concurso Público 001/2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 21 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4454/17

PORTARIA Nº 4454/17

EXONERA POR FALECIMENTO A SRA. IRENE MARIA DA ROSA MARASKI.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua o artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada por falecimento, a servidora IRENE MARIA DA ROSA MARASKI, matrícula nº 2825-01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida no Concurso Público 001/1998.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de agosto de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4455/17

PORTARIA Nº 4455/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, AO SERVIDOR LINDOMAR DOS SANTOS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do art. 66, da Lei Orgânica do Município e amparado

no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 2, ao servidor LINDOMAR DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, para desempenhar as funções de motorista de caminhões da frota da secretaria de infra estrutura e fazer o transporte do maquinário hidráulico até as localidades em manutenção da cidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4456/17

PORTARIA Nº 4456/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, AO SERVIDOR MARINHO RIBAMAR POERNER.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do art. 66, da Lei Orgânica do Município e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 2, ao servidor MARINHO RIBAMAR POERNER, ocupante do cargo efetivo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, para desempenhar as funções de motorista de caminhões da frota da secretaria de infra estrutura e auxiliar no abastecimento da frota.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4457/17

PORTARIA Nº 4457/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, AO SERVIDOR PEDRO BATISTA RIBEIRO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do art. 66, da Lei Orgânica do Município e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 2, ao servidor PEDRO BATISTA RIBEIRO, ocupante do cargo

efetivo de calceteiro, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte E Lazer, para desempenhar as funções de gelador do ginásio de esportes, manutenção dos parquinhos e campos de areia e auxiliando na limpeza dos pontos de ônibus.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de julho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4458/17

PORTARIA Nº 4458/17
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, AO SERVIDOR SEBASTIÃO SIQUEIRA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do art. 66, da Lei Orgânica do Município e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 2, ao servidor SEBASTIÃO SIQUEIRA, ocupante do cargo efetivo de, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, para desempenhar as funções de motorista de caminhões da frota da secretaria de infra estrutura e fazer o transporte do maquinário hidráulico até as localidades em manutenção.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4459/17

PORTARIA Nº 4459/17
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3, AO SERVIDOR MARCELO DOS SANTOS

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do art. 66, da Lei Orgânica do Município e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 3, ao servidor MARCELO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de técnico em atividades de engenharia, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para desempenhar as ações conjuntas, atendimento ao público, numeração de edificações, vistoria para habite-se, vistoria para demolição e edificação e auxílio de cadastro para a tributação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de agosto de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4460/17

PORTARIA Nº 4460/17
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 5, AO SERVIDOR LUCAS TREVISAN.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do art. 66, da Lei Orgânica do Município e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 5, ao servidor LUCAS TREVISAN, ocupante do cargo efetivo de engenheiro agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, para desempenhar a elaboração de projetos para angariar recursos para a secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, elaboração do PRAD e auxílio na execução de atividades de educação ambiental .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de agosto de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de setembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 064/2017
Processo Licitatório nº 168/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II e XVII, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo nº 168/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o nº 064/2017, da empresa JAIR ROMÃO 45805890925, inscrita no CNPJ sob nº 13.253.351/0001-56, visando o cumprimento do objeto "AQUISIÇÃO DE "RECORTES DE MADEIRA PARA AULAS DE ARTESANATO" PARA UTILIZAÇÃO NAS OFICINAS MINISTRADAS PARA O GRUPO DE MULHERES DO SCFV E PAIF, ATENDIDAS PELO CRAS – CENTRO DE REFÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL" tendo como valor global, a monta de R\$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário,

têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93.". Contudo, vislumbra-se na redação da lei, que os valores até os limites fixados no art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 31 de Agosto de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2017
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 029/2017
Processo Licitatório nº 170 /2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 25, inc. I, da Lei nº. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 170/2017, AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob o n.º 029/2017, da empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.797.967/0001-95, visando o cumprimento do objeto, qual seja, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE "FERRAMENTA DE PESQUISA DE PREÇOS" BASEADOS EM RESULTADOS DE LICITAÇÕES ADJUDICADAS E HOMOLOGADAS, VISANDO TORNAR O PROCESSO DE COTAÇÃO DE PREÇOS (ART. 15, V, LEI 8666/93) SIMPLES E RÁPIDO, BEM COMO FACILITAR A ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERENCIA, CONSOLIDAÇÃO E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA", tendo como valor global a ser pago a monta de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93.". Desta feita, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO, que pelo presente TERMO DE RATIFICAÇÃO, seja efetivada a publicação do ato, nos termos da lei.

Publique-se e cumpra-se.
Corupá, 31 de Agosto de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 088, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 088, de 30 de agosto de 2017.

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI 2.716 QUE DISPÕE SOBRE O BÔNUS FISCAL A ENTIDADES E INSTITUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as disposições do Art. 2º, § 1º e § 3º da Lei 2.716;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, para o exercício de 2017, as disposições da Lei nº 2.716, referente ao Bônus Fiscal a Entidades e Instituições do Município de Cunha Porã.

Art. 2º. Fica fixado em 0,15% (zero vírgula quinze por cento) o percentual de base de cálculo das notas fiscais de consumidor e prestação de serviços.

Art. 3º. Os incentivos previstos na Lei nº 2.716 serão pagos no dia 11 de setembro de 2017.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2017.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAER
Secretario de Administração e Fazenda

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 049/2017

Partes: Município de Cunha Porã e as Empresas COMÉRCIO DE CONFECÇÕES GRINWALD LTDA – ME, E.M. INFORMATICA LTDA, TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP, BAVARESCO E CIA LTDA, JP EQUIPAMENTOS LTDA ME e TECIMAI COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME

Processo Licitatório 01460/2017. Pregão Presencial 075/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.

Empresa Proponente Vencedora:	Valor Total R\$
COMÉRCIO DE CONFECÇÕES GRINWALD LTDA – ME	9.236,44
E.M. INFORMATICA LTDA	7.749,20
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	26.109,83
BAVARESCO E CIA LTDA	4.110,00
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	125.135,73
TECIMAI COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME	12.464,60

Vigência: 30/08/2017 a 30/08/2018.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 050/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa Adelino Bernardi – ME.

Processo Licitatório 01479/2017. Pregão Presencial 076/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ. Valor unitário: R\$ 28,00.

Vigência: 31/08/2017 a 31/08/2018.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO 82/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2017 - O Município de Cunha Porã/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Processo Licitatório sob nº 1561/2017 na modalidade Pregão Presencial nº 82/2017, com julgamento por lote, cujo objeto é contratação de empresa pra Prestação de Serviço de Assistência Técnica em Tecnologia da Informação, para implantação (Instalação, atualização, Treinamento aos profissionais, suporte técnico e auditoria do processo) da ferramenta de prontuário eletrônico e da ferramenta de coleta de dados simplificada disponibilizada pelo ministério da saúde, Além da disponibilização de um portal para divulgação das campanhas, notícias, informes, equipe, e das filas de Tratamento Fora de domicílio no município, contando com uma ferramenta de gestão de médica complexidade em saúde, que auxilie no processo de criação, impressão de protocolos e capas TFD, encaminhamento por entidade e com validação de cotas, agendamento por especialidade e entidade, além de dispor de um Registro eletrônico por especialidade e das demais ferramentas de gestão. Os envelopes serão recebidos até dia 14/09/2017, às 08h00min. E a abertura será realizada às 08h15min. Do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto. De Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2017

ATA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2017

Às 14 horas do dia 29 de agosto de 2017, na sala da Procuradoria Jurídica de Curitibanos, situada na Prefeitura Municipal de Curitibanos, Rua Cel. Vidal Ramos, 860 - Centro, Curitibanos/SC, reuniu-se a comissão de seleção e julgamento, nomeados pela Portaria 686 de 05 de junho de 2017, para a prática dos atos inerentes ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2017, para a seleção de Organizações da Sociedade Civil - OSC, para a celebração de Termo de Colaboração para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de acolhimento institucional de crianças e adolescentes residentes em Curitibanos/SC, no período de setembro de 2017 a dezembro de 2017. O Edital de chamamento Público foi publicado no site do Município de Curitibanos/SC, em 25/07/2017. Abertos os trabalhos, verificou-se que apenas a LAR NOVA ALVORADA- LAR, CNPJ Nº 02.011.062/0002-69 apresentou proposta, conforme requerimentos protocolizados respectivamente sob nº 6640/2017. A comissão de Seleção e julgamento analisou a proposta e avaliou de forma individualizada, atribuindo pontuação, com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Crerios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação por Item
(A) Informaes sobre aes a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferir o cumprimento das metas e prazos para a execuo das aes e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatrio de atendimento (2,0 pontos) - O no atendimento ou o atendimento insatisfatrio (0,0). OBS.: A atribuio de nota "zero" neste critrio implica eliminao da proposta.	2,0
(B) Adequao da proposta aos objetivos da poltica, do plano, do programa ou da ao em que se insere a parceria	- Grau pleno de adequao (2,0) - Grau satisfatrio de adequao (1,0) - O no atendimento ou o atendimento insatisfatrio do requisito de adequao (0,0). OBS.: A atribuio de nota "zero" neste critrio implica a eliminao da proposta, por fora do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.	2,0
(C) Descrio da realidade objeto da parceria e do nex entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno da descrio (1,0) - Grau satisfatrio da descrio (0,5) - O no atendimento ou o atendimento insatisfatrio (0,0). OBS.: A atribuio de nota "zero" neste critrio implica eliminao da proposta.	0,5

(D) Adequao da proposta ao valor de referncia constante do Edital, com meno expressa ao valor global da proposta	- O valor global proposto , pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referncia (1,0); - O valor global proposto , igual ou at 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referncia (0,5); - O valor global proposto , superior ao valor de referncia (0,0). OBS.: A atribuio de nota "zero" neste critrio NO implica a eliminao da proposta, haja vista que, nos termos de colaborao, o valor estimado pela administrao pblica , apenas uma referncia, no um teto.	0,5
(E) Capacidade tcnico-operacional da instituio proponente, por meio de experincia comprovada no portflio de realizaes na gesto de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	- Grau pleno de capacidade tcnico-operacional (2,0). - Grau satisfatrio de capacidade tcnico-operacional (1,0). - O no atendimento ou o atendimento insatisfatrio do requisito de capacidade tcnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuio de nota "zero" neste critrio implica eliminao da proposta, por falta de capacidade tcnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alnea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	1,0
Pontuao Global		6,0

Analisados os critrios de seleo e julgamento, constante do edital de chamamento pblico 002/2017, a comisso recomenda a entidade que:

- Adequar os indicadores apresentados nos itens XII e XIII do Plano de trabalho, bem como o referencial de contrapartida; e,
- Atenda as exigncias constantes no item 8 do Edital de Chamamento 002/2017 alm de adequar os valores.

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a reunio. Eu, Priscila Goetten Sartor, secretria desta reunio, lavrei a presente ata que, aps lida e achada conforme, , assinada pelos presentes ao ato.

Priscila Goetten Sartor
Luciana Franca da Cruz
Monica Sartor Brocardo

ATA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2017

ATA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2017

Às 14 horas do dia 29 de agosto de 2017, na sala da Procuradoria Jurídica de Curitibanos, situada na Prefeitura Municipal de Curitibanos, Rua Cel. Vidal Ramos, 860 - Centro, Curitibanos/SC, reuniu-se a comissão de seleção e julgamento, nomeados pela Portaria 686 de 05 de junho de 2017, para a prática dos atos inerentes ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2017, para a seleção de Organizações da Sociedade Civil - OSC, para a celebração de Termo de Colaboração para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de ações que atendam o disposto no Edital de Chamamento 003/2017, no período de

setembro de 2017 a dezembro de 2017. O Edital de chamamento Público foi publicado no site do Município de Curitiba/SC, em 25/07/2017. Abertos os trabalhos, verificou-se que a CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA – CRAVI, CNPJ Nº 02.011.062/0002-69 e ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO, CNPJ Nº 06.345.463/0001-71 apresentou proposta, conforme requerimentos protocolizados respectivamente sob nº 6772/2017 e 6843/2017. A comissão de Seleção e julgamento analisou as propostas e avaliou de forma individualizada, atribuindo pontuação, com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir para a CRAVI:

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	0,5
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	- O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.	0,5

(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	2,0
Pontuação Global		7,0

Avaliados os critérios de seleção e julgamento, constante do edital de chamamento público 003/2017, a comissão entendeu por:

a) classificar para próxima etapa a CRAVI, recomendando a entidade ora classificada atender as exigências constantes no item 8 do Edital de Chamamento 003/2017.

b) desclassificar a proposta apresentada pela Associação de Voluntários Herdeiros do Futuro, tendo em vista o não atendimento ao item 4.2 'a' do Edital, considerando que o requerimento de credenciamento foi apresentado em 28/08/2017 às 18h51', de forma inoportuna, impossibilitando sua análise e aprovação, bem como juntada e participação no referido chamamento.

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Priscila Goetten Sartor, secretária desta reunião, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, é assinada pelos presentes ao ato.

Priscila Goetten Sartor
Monica Sartor Brocardo

Luciana França da Cruz

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba/SC, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE CORTINAS, ACESSÓRIOS INSTALADOS, PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. CONFORME ANEXO 1 DESTES EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/09/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 15/09/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba/SC, 30 de Agosto de 2017.

Kleber Luciano Lima
Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 174/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 174/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e a empresa STANG & STANG LTDA, com o valor de R\$ 3.130,00 (Três mil cento e trinta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS QUE SERÃO UTILIZADOS A REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA 15 A 17 ANOS, NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, DURANTE OS DIAS 02 A 10 DE SETEMBRO DE 2017, CONFORME CONTRATO DE APOIO 2017TR001184, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO 167/2017 E 151/2017, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 30 de Agosto de 2017.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva
Membro

Paula Juliana Lima Martins
Membro

Roberto Carlos da Silva
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.
Curitiba, 30 de Agosto de 2017.

Herlon Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 30 de Agosto de 2017.

Roque Stanguerlin
Prefeito Municipal e/e

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2017

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2017

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público a retificação referente ao Pregão Presencial nº 171/2017, conforme segue:

Na minuta do contrato, onde se lê:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ ____ a serem pagos mensalmente conforme prestação de serviços, verificação do valor financeiro necessário, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 171/2017.

Leia-se:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ ____ a serem pagos após a instalação, ativação, apresentação de nota fiscal, verificação do valor financeiro necessário, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 171/2017.

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitiba, 31 de Agosto de 2017.

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 041/2015.

Considerando-se:

- o resultado do Processo Licitatório nº 18/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 41/2015;
- as condicionantes do Convênio nº 799567/2013 mantido entre o Município e o Governo Federal (Ministério do Turismo) para repasse voluntário de recursos para obras da área turística (Construção de Portal Turístico na localidade de Salto Donner);
- que as obras iniciaram com Ordem de Serviço em 26/05/2015, estando no 4º Boletim de Medição, tendo ocorrido duas liberações de recursos em 15/12/2015 (50%) e em 05/07/2016 (30%);
- que não há liberação da última parcela dos recursos do convênio até a presente data, e que a continuidade e/ou finalização das obras e/ou da execução contratual depende dessa liberação;
- a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a manutenção deste contrato, inclusive para retomada do cronograma físico-financeiro e para prestação de contas;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pela Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 041/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 041/2015, firmado em 08/05/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 06 (seis) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 041/2015, com as modificações introduzidas pelo presente termo e pela primeira alteração contratual firmada anteriormente, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho - SC, em 20 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA
Simoni Mércia Mesch Nones Prefeita do MUNICÍPIO	Valmir De Souza Representante Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

TASSIANA OURIQUES BECKER	JOSÉ MARCOS C. DOS SANTOS
CPF: 059.306.289-20	CPF: 533.531.539-34

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 042/2015.

Considerando-se:

- o resultado do Processo Licitatório nº 20/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 42/2015;
- as condicionantes do Convênio nº 792496/2013 mantido entre o Município e o Governo Federal (Ministério do Turismo) para repasse voluntário de recursos para obras da área turística (Estrutura de Apoio ao Visitante na Localidade de Salto Donner);
- que as obras iniciaram com Ordem de Serviço em 03/06/2015, estando com 100% de obra concluída;
- a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a manutenção deste contrato, inclusive para retomada do cronograma físico-financeiro e para prestação de contas;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pela Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 042/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 042/2015, firmado em 08/05/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 06 (seis) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 042/2015, com as modificações introduzidas pelo presente termo e pela primeira alteração contratual firmada anteriormente, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho - SC, em 20 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA
Simoni Mércia Mesch Nones Prefeita do MUNICÍPIO	Valmir De Souza Representante Legal da CONTRATA

Testemunhas:

TASSIANA OURIQUES BECKER	JOSÉ MARCOS C. DOS SANTOS
CPF: 059.306.289-20	CPF: 533.531.539-34

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA HABILITAÇÃO E JULGAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária nº. 001/2017

As 13:30 horas do dia 31 de agosto de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Acompanhamento do processo seletivo simplificado, designada pela Portaria nº. 209/2017, para realizar a abertura dos envelopes e proceder a classificação dos candidatos inscrito no referido processo que tem por objeto: a contratação temporária e de excepcional interesse público ao cargo de Médico. Manifestou o interesse em participar do presente processo os seguintes profissionais:

- Antônia Célia Moura Martins;
- Thais Thumé;

Iniciada a sessão sem a presença dos interessados, passou-se para a abertura e conferência de documentos dos profissionais. Após a análise dos documentos, a comissão verificou que a profissional Antônia Célia Moura Martins não rubricou o Currículo conforme previsto no edital, mas a comissão decidiu habilitá-la de igual maneira para seguir no processo.

Após a fase de habilitação passou-se para a fase de classificação, onde foram avaliados os critérios do edital:

CRITÉRIOS	Antônia Martins	Thais Thumé
Escolaridade Mínima para o Cargo	05	05
Tempo de Serviço na função compatível com o cargo		
• Tempo de serviço de 3 meses a 1 ano;	0	0
• Tempo de serviço acima de 1 ano até 3 anos;	0	0
• Tempo de serviço acima de 3 anos;	0	0
Cursos de aperfeiçoamento profissional		
• Especialização em nível de Pós Graduação	0	0
• Mestrado	0	0
• Doutorado	0	0

Durante o processo de classificação, observou-se que nenhuma das candidatas apresentou comprovante de tempo de serviço e nem certificado de especialização na área de atuação. Diante disso houve um empate na pontuação de ambas as candidatas. Seguindo o critério de desempate previsto no item 5.4 do edital, onde o primeiro critério de desempate é a idade, a classificação do Processo Seletivo Simplificado ficou assim constituída:

- 1º Lugar: Antônia Célia Moura Martins;
- 2º Lugar: Thais Thumé;

Encerrada a fase de classificação a comissão encerrou a presente ata, que após lida e assinada, será publicada e aguardado o prazo de 2 dias úteis, como previsto no item 7.1 do edital, para interposição de recurso. Após esse prazo será submetido para homologação do prefeito municipal.

Flor do Sertão, aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIRCIANE F. NEUHAUS	MARISTELA VALLER
Presidente da Comissão	Membro	Membro
FRANCIELLE M. VENDRAME	SILVIA C. DA SILVA	
Membro	Membro	

PORTARIA Nº 217/2017

	PORTARIA Nº 217/2017
	DISPÕE SOBRE EFETIVAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria, EFETIVADOS nesta data, como Servidores Públicos Concursados, por cumprimento do período de estágio probatório, percebendo vencimento em conformidade com o quadro próprio, os seguintes servidores:

NOME	CARGO
ALINE MARA ENGEL	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
ANGELA GIGLIOLI	TÉCNICA EM ENFERMAGEM
DIOGO DE BEM	ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO

LUCIANE HAHN

ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 218/2017

	PORTARIA Nº 218/2017
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal LUCIANA PASQUALOTTO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 01/09/2017 a 15/09/2017, conforme Decreto nº 02/2017, relativo ao período aquisitivo 08/16 a 08/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 219/2017

	PORTARIA Nº 219/2017
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por grau de instrução ao servidor municipal EDUARDO JOSÉ VALER por ser portador do certificado de 2º Grau, na ordem de 3% (três por cento) calculada sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal nº 497/2011 em seu artigo 95.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

TERMO ADITIVO Nº. 004/2017 - FABIANO KUNH

TERMO DE ADITIVO Nº. 04/2017

AO CONTRATO Nº 09/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa FABIANO KUNH - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.356.165/0001-05, com sede na CH Linha Pedra Branca na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representada pelo Sr. FABIANO KUNH, inscrito no CPF sob o nº 029.876.719-89, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Orgânica Municipal e Licitação nº. 1716/2016 Modalidade de Pregão Presencial nº. 32/2016, resolvem realizar o Termo de Aditivo do contrato supracitado de acordo com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de Aditivo tem por objeto aditar 3Km diários do item 01 do contrato supra citado que tem como origem o Edital do Processo Licitatório nº. 1716/2016, na modalidade Pregão Presencial nº. 32/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2017, devido ao risco de acidente da aluna Célia Wagner ao atravessar a SC – 161 para deslocamento até a APAE, conforme as roteiro abaixo descrito:

ITENS	DESCRIÇÃO DO OBJETO
1	Fica aditivado 03 km diários referente ao seguinte trajeto: No roteiro de ida pela SC -161, entrando na estrada de acesso ate propriedade do Sr. João Hilário Wagner, contornando a sua casa e retornando a SC – 161 e seguindo o trajeto normal, refazendo o mesmo trajeto ao final do turno, na volta para casa.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/09/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão - SC, aos 31 dias do mês de agosto de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFFER		FABIANO KUNH
CPF: 503.319.819-04		CPF: 029.876.719-89
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

TERMO DE RESCISÃO - ANGELA

TERMO DE RESCISÃO

TERMO ADITIVO Nº. 04/2016

CONTRATO Nº. 077/2013

CONTRATO DE ALUGUEL

Que entre si fazem:

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, inscrito no CNPJ: 01.566.621/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, brasileiro, casado, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04.

A Pessoa Física, ANGELA GIGLIOLI, Inscrição no CPF sob o nº 019.534.719-60, e portador da Cédula de Identidade nº 3.558.909, residido na Avenida Flor do Sertão, na cidade de Flor do Sertão – SC.

O Município resolve por fim ao Contrato de Aluguel nº. 077/2013 e termo aditivo nº. 04/2016, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, pelo fato, de que o Município instalou a Biblioteca Publica Municipal no Centro Educacional Padre Luis Muhl.

O presente Termo entrará em vigor no dia 01/09/2017.

E por assim, estarem certos e acordados assinaram o presente termo de RESCISÃO, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Flor do Sertão (SC), aos 31 dias do mês de agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	ANGELA GIGLIOLI
Prefeito Municipal	Contratado

LEANDRO NEUHAUS DIOGO DE BEM
Testemunha Testemunha

TERMO DE RESCISÃO - INOVADORA

TERMO DE RESCISÃO

TERMO ADITIVO Nº. 01/2016

CONTRATO Nº. 07/2016

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE

Que entre si fazem:

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, inscrito no CNPJ: 01.566.621/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, brasileiro, casado, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04.

A INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.867.301/0002-06, com sede na Rua Santos Dumont, nº. 186 na cidade de Herval D'Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº 384.206.869-72.

O Município resolve por fim ao Contrato de Locação de Software nº. 07/2016 e termo aditivo nº. 01/2016, oriundos do processo licitatório nº. 1939/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº. 27/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE PARA A ÁREA DE GESTÃO DA SAÚDE, pelo fato, dos serviços fornecidos pela empresa não serem mais necessários.

O presente Termo entrará em vigor no dia 01/09/2017.

E por assim, estarem certos e acordados assinaram o presente termo de RESCISÃO, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Flor do Sertão (SC), aos 31 dias do mês de agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	RONALDO ANTONIO POZZOBON
Prefeito Municipal	Contratado

LEANDRO NEUHAUS DIOGO DE BEM
Testemunha Testemunha

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4274/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4274, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal, considerando que o próximo dia 08 de setembro deste ano intercala-se entre o feriado de 07 de setembro, data comemorativa da Independência do Brasil, e o fim de semana,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no dia 08 de setembro de 2017.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, manterá seus serviços em regime de plantão.

Art. 3º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição para atendimento de eventuais necessidades do serviço público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Sul,
em 30 de agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4275/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4275, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016 e em conformidade com a Lei Municipal N.º 694, de 30 de agosto de 2017.

DECRETA:1

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

ENTIDADE 2 – FUNDO DE SAÚDE

ÓRGÃO- 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE- 01 FUNDO DE SAÚDE

PROJ./ATIV.-1.012 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS/ SAÚDE

(61) 4.4.90.00.00.00.00.00- 1538- Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO- 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE- 01 FUNDO DE SAÚDE

PROJ./ATIV.-2.026 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

(22) 3.3.90.00.00.00.00.00- Aplicações Diretas

FONTE DE RECURSO: 1538 – NASF- Núcleo de Apoio à Saúde R\$ 60.000,00

Art.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 30 de agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4276/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4276, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

DECRETA:1º

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais)para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.01 - FUNDO DE SAÚDE	
PROJ./ATIV. 2.029 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
(60) 3.1.90.00.00.00.00.00.01838- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.01 - FUNDO DE SAÚDE	
PROJ./ATIV. 2.029 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
(37) 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas	
Fonte de Recurso: 1838 – PFVISA - Piso Fixo de Vigilância	R\$ 10.000,00

Art. Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 30 de agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

LEI MUNICIPAL N.º 692, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.
"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA INDENIZAR
DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE ACIDENTE DE
TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL N.º 692, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA INDENIZAR DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Formosa do Sul autorizado a indenizar Marisete Ana Lolatto – brasileira, casada, maior, portadora da Carteira de Identidade n.º 3797008, residente e domiciliada na Linha Vale do Ouro, interior do município de Quilombo, SC, pelos danos sofridos em acidente de trânsito, ocorrido em 25-03-2017, na localidade da Linha Bonitinho, envolvendo veículo/máquina de propriedade do Município de Formosa do Sul e o veículo Renault Scenic de propriedade da indenizada.

Art. 2º O valor da indenização será de R\$ R\$ 3.000,00 (três mil reais), considerando-se o menor orçamento apresentado pelas mecânicas consultadas, bem como o Termo de Acordo Extrajudicial lavrado entre as partes.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 30 de agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

LEI MUNICIPAL Nº 693, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.
"DISPÕE SOBRE ABERTURA
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 693, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a suplementar dotações orçamentárias do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Formosa do Sul, num montante R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), referente Superávit do Exercício Anterior e R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), proveniente de anulação parcial de dotação do exercício vigente.

Detalhamento que segue:

ÓRGÃO- 03 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE- 01 GABINETE DO PREFEITO

PROJ./ATIV.-2.033 EVENTOS OFICIAIS DO MUNICIPIO

4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

FONTE: 0300 Recursos Ordinário R\$ 30.000,00

ÓRGÃO- 03 SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJ

UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.-1.016 CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTE

4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

FONTE: 0300 Recursos Ordinário R\$ 80.000,00

PROJ./ATIV.-1.003 AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIP.P/ADM

4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

FONTE: 0100 Recursos Ordinário R\$ 30.000,00

UNIDADE- 02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ./ATIV.-2.010 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS

3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta

FONTE: 300 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

ÓRGÃO- 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE- 02 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.-2.035 PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA

3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

FONTE: 0100 Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º Para fazer frente às despesas de que trata o Artigo 1.º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) e R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), proveniente de anulação parcial de dotação do exercício vigente).

ÓRGÃO- 07 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO

UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBL.

PROJ./ATIV.-1.004 HABITAÇÃO

4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta

FONTE: 100 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 30 de agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

LEI MUNICIPAL Nº 694, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 694, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a suplementar dotações orçamentárias do Fundo de Saúde num

montante R\$ R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais). Provenientes de anulação parcial de dotação do exercício vigente, conforme detalhamento que segue:

ENTIDADE 2- FUNDO DE SAÚDE
ÓRGÃO -05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE- 01 FUNDO DE SAUDE
PROJ./ATIV-1.012 AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS/
SAUDE
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
FONTE: 1538 Recursos OrdináriosR\$ 60.000,00

Art. 2º Para fazer frente às despesas de que trata o Artigo 1.º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial de dotação do exercício vigente no montante de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

ÓRGÃO-05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE- 01 FUNDO DE SAUDE
PROJ./ATIV-2.026 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
FONTE: 1538 Recursos OrdináriosR\$ 60.000,00

Art. 3º Fica criada a modalidade de aplicação 3.1.90.00.00.00.00.00, no seguinte Projeto/Atividade:

2029 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 30 de Agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/FMS/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/ FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/FMS/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 16/FMS/2017)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Rua João José Back, Centro - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa ISAMED MAT. MED. HOSP. LTDA, CNPJ/MF nº 05.948.061/0001-07 estabelecida na Rua XV de novembro, 101, Centro, Orleans/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Carla Albino Ramos, brasileiro, CI 4.753.401, CPF 041.322.589-55, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 16/FMS/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de câmaras de conservação de imunobiológicos e medicamento para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de 30 dias consecutivos a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA,

dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha,

autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar a DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na

hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 16/FMS/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Fiscalização

1. O Sr. Diego Passarela será o gestor/fiscal deste contrato, sendo dele a competência de fiscalizar os equipamentos, garantindo a devida execução do objeto.

Cláusula Décima Terceira Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 31 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal ISAMED MAT. MED. HOSP. LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Carla Albino Ramos

CPF: 041.322.589-55

Diego Passarela

Gestor/Fiscal do Contrato

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 129/PMF/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 129/PMF/2017.

OBJETIVO: Contratação de operadora de plano de assistência médico-hospitalar, compreendendo os serviços clínicos e cirúrgicos, ambulatoriais, internação clínica, cirúrgica e obstétrica, através de médicos, hospitais e outros serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, em conformidade com a Lei Federal Nº. 9.656/98 e demais resoluções governamentais, para o atendimento aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Executivo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas, bem como os aposentados e pensionistas do Município de Forquilha/SC e seus respectivos dependentes diretos, cônjuges e os assim reconhecidos pela legislação em vigor, em atendimento a Lei Municipal Nº 2255/2017

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de outubro de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 31 de agosto de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/FMS/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 17/FMS/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais diversos para atender as necessidades do Programa das Ações de Alimentação e Nutrição da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de setembro de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 31 de agosto de 2017.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº 149, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 149, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

DECLARA A UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AS ÁREAS DE TERRA QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Forquilha e com fundamento pelo disposto no art. 6º do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, e, considerando o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, os imóveis abaixo relacionados, conforme anexo único deste Decreto, para oportuna aquisição pelo Município por compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, para implantação de pavimentação asfáltica do Anel Norte, 2ª Etapa, do Contorno Viário da Sede do Município de Forquilha, com as seguintes áreas de terra:

I – para a curva de concordância entre a RM Imigrantes Poloneses e RM João Backes:

a) terras de propriedade de Alzira Steiner Horr, ou a quem de direito for, com 2.634,93m²;

b) terras de propriedade de Mario de Souza Mariana, ou a quem de direito for, com 4.178,34m²;

II – para implantação do trecho final da Rodovia, a partir da RM João Backes até a SC108 – Rodovia Antônio Valmor Canela:

a) terra de propriedade de Leonir Peruchi, ou a quem de direito for, com 12.991,17m²;

b) terras de propriedade da Metalúrgica Spilere Ltda., ou a quem de direito for, com 2.979,47m².

Art. 2º Fica o Município de Forquilha autorizado a tomar as providências decorrentes de ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para aquisição das citadas áreas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 21 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 21 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 151, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 151, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA, POR CONCURSO, JULIANE MATEUS VIEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE FISCAL SANITÁRIO AUXILIAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento da vaga Fiscal Sanitário Auxiliar;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, JULIANE MATEUS VIEIRA para exercer o cargo de FISCAL SANITÁRIO AUXILIAR, classificada em 2º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMF 60/2017

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 60/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CAROLINE DE MEDEIROS ME

OBJETO – aquisição de caçamba basculante de 3m³, para atender as necessidades da secretaria de Infraestrutura do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 17.350,00 (dezessete mil trezentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA – 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) – 06/09/2018

DOTAÇÃO – 0703.1012.4490 (140)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 100/PMF/2017

DATA DA ASSINATURA – 07 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 152 -2017 (AAN) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 152/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 009/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	25º classificado	31/08/2017 às 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 009/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
 - b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
 - c) Cartão PIS/PASEP;
 - d) CPF;
 - e) Identidade;
 - f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
 - g) Certificado de Reservista (somente para homens);
 - h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
 - i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
 - j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
 - k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
 - m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

p) Carteirinha de saúde atualizada.

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 009/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar de Alimentação e Nutrição	Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Fundamental

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 30 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Contato via telefone e publicado em Diário Oficial

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 153-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 153/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	191º classificado	31/08/2017 às 10 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 30 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 154-2017 (MATEMÁTICA)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 154/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0029/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
28	Professor Matemática – Não – Habilitado	4º classificado	31/08/2017 às 10horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0029/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 029/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Professor Matemática – Não - Habilitado	Comprovante de matrícula em curso superior de matemática

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 029/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 30 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

*Convocação realizada por contato telefônico. Publicado em Diário Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 155-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 155/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	192º classificado	31/08/2017 às 14 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação n° 028/2016: "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 156-2017 (MATEMÁTICA)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 156/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0029/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
28	Professor Matemática – Não – Habilitado	5º classificado	01/09/2017 às 11horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0029/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto ¾ recente;
- Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);

- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 029/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Professor Matemática – Não - Habilitado	Comprovante de matrícula em curso superior de matemática

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 029/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

*Convocação realizada por contato telefônico. Publicado em Diário Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 157 -2017 (ASG) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 157/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0005/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 005/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	1 – CELMA MOREIRA DOMINGUES 2 – ANA MARIA PEREIRA COUTINHO 3 – TANIA DIAS DE ALMEIDA	01/09/2017 às 11 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 005/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 005/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada (Somente para Agente de Serviços Gerais e Auxiliar de Alimentação e Nutrição)

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0005/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fundamental completo

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0005/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Ligação via telefone e Publicado em Diário Oficial

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 158 -2017 (AAN) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 158/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 009/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	26º classificado	01/09/2017 às 11 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 009/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

p) Carteira de saúde atualizada.

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 009/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar de Alimentação e Nutrição	Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Fundamental

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Contato via telefone e publicado em Diário Oficial

EXTRATO DA AT17FME45

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FME45
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME.

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Fornecedor: Maxi Móveis e Papelaria Ltda.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de equipamentos e materiais de consumo de informática.

Data da Ata: 29.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 29.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0175/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0082/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0059/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	5	Unid	SWITCH COM 8 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 8 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs Indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 8; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em paredes; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT VBR14136.	TP-LINK TL SF1008D	57,52
2	5	Unid	SWITCH COM 16 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 16 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs Indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 16; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em paredes; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT VBR14136.	TP-LINK TL SF1016D	139,52
3	5	Unid	SWITCH COM 24 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 24 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 24; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em racks padrão 19", devendo acompanhar todas as peças necessárias para sua devida e correta fixação; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT NBR14136.	TP-LINK TL SF1024M	202,92
4	5	Unid	SWITCH COM 48 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 48 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 48; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser construído para instalação em racks padrão 19", devendo acompanhar todas as peças necessárias para sua devida e correta fixação; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT NBR14136.	TP-LINK TL SF1048	562,32
25	5	Unid	RACK DE PAREDE (12U, 19", 550MM) com as seguintes especificações: Projetado para ambientes internos; Compatível com equipamentos eletrônicos padrão 19"; Permitir fixação na parede; Possuir furações para porca-gaiola a cada 1/2U; Estrutura monobloco confeccionada em aço carbono; Permitir a instalação de sistema de ventilação na parte superior do rack; Porta de vidro temperado, com fecho yale e moldura lateral em aço carbono; Regulagem de profundidade padrão 19"; As laterais devem ser confeccionadas em aço carbono, sendo removíveis e encaixadas com engates rápidos; Deve possuir aletas de ventilação nas laterais; Grau de proteção IP20; Cor preto; Abertura superior e inferior para passagem de cabos; 550mm de profundidade; 12U de altura;	CONTATO 12U19"550	532,74
6	2	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 3,5" DE 1TB com as seguintes especificações: Formato: 3,5"; Capacidade: 1 TB; Cache: 64 MB; Velocidade: 7200 RPM; e Interface: SATA III 6 Gbps.	SEAGATE ST1000DM010	209,85
7	2	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 2,5" DE 1TB com as seguintes especificações: Formato: 2,5"; Capacidade: 1 TB; Cache: 8 MB; Velocidade: 5400 RPM; e Interface: SATA III 6 Gbps.	SEAGATE ST1000LM48	233,71

8	2	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 2 GB DDR2 com as seguintes especificações: Capacidade: 2 Gb; Tecnologia: DDR2; Frequência de operação: 667 Mhz; e Formato: DIMM.	KINGSTON KVR667D2N5/2G	156,36
9	2	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 2GB DDR3 com as seguintes especificações: Capacidade: 2 GB; Tecnologia: DDR3; Frequência de operação: 1600 Mhz; e Formato: DIMM.	KINGSTON KVR-13N9S6/2	97,94
10	2	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 4 GB DDR4 com as seguintes especificações: Capacidade: 4 GB; Tecnologia: DDR4; Frequência de operação: 2133 Mhz; e Formato: DIMM.	TEAM GROUP TED44G-2133C15BK	185,17
20	10	Unid	PILHA CR2032 com as seguintes especificações: Tipo: CR2032; Tensão: 3 volts;	MAXXEL CR2032	2,47
21	2	Unid	GRAVADOR INTERNO DE DVD com as seguintes especificações: Formato: 5,25"; Interface: SATA; e Deve permitir ler e gravar em mídias CD e DVD.	LG GH24NSCO	60,08
23	2	Unid	PLACA DE REDE PCI COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: Conexão: RJ45 10/100 Mbps; Barramento: PCI; e Led indicadores: Conexão e atividade.	TP-LINK TF-3239DL	242,77
24	2	Unid	PLACA DE VÍDEO PCI-EXPRESS com as seguintes especificações: Interface: PCI-Express 2.0 8x; Saídas: 1 DVI-D, 1 HDMI e 1 VGA; Frequência de operação da GPU : 954 Mhz; e Memória: 2 GB DDR3 64 bit, 1800 Mhz (efetivo).	EVGA GEFORCE GT710	213,96

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2017.

João Batista Dalanhol – Superintendente da FME

EXTRATO DA AT17FME46

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FME46

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME.

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Fornecedor: Giga1.Com. Eireli ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de equipamentos e materiais de consumo de informática.

Data da Ata: 29.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 29.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0175/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0082/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0059/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
11	2	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 1.8Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 1.8m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM18	6,24
12	2	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 3Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 3m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM3	9,81
13	2	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 5Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 5m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM5	15,85
14	2	Unid	CABO EXTENSOR USB com as seguintes especificações: Comprimento: 1.5 M; e Deve possuir uma ponta com conector USB macho e outra ponta com conector USB fêmea.	VINIK MAF18	6,44
15	1	Unid	CABO VGA DE 10M com as seguintes especificações: Comprimento: 10M; e Conectores: 2 conectores D-SUB macho.	VINIK VGA10	50,54
16	1	Unid	CABO VGA DE 15M com as seguintes especificações: Comprimento: 15M; e Conectores: 2 conectores D-SUB macho.	VINIK VGA15	74,32
17	1	Unid	CABO HDMI DE 10M com as seguintes especificações: Comprimento: 10 ;	EXBOM H100	44,59
18	1	Unid	CABO HDMI DE 15M com as seguintes especificações: Comprimento: 15 ;	EXBOM H150	95,08
19	2	Kit	KIT CONTENDO PROCESSADOR DUAL CORE + MEMÓRIA DDR3 4GB + PLACA-MÃE COMPATÍVEL, com as seguintes especificações: Processador: Número de núcleos: 2; Frequência base de operação: 3.3 Ghz; Cache: 3 MB; TDP máximo: 53 W; Litografia: 22nm; Tipos de memórias suportadas: DDR3-1333; e Video integrado: sim, suporte a 1080p. Memória: Capacidade: 4 GB; Tecnologia: DDR3; Frequência de operação: 1600 Mhz; e Formato: DIMM. Placa-mãe: Deve ser compatível com o processador e memória fornecidas; Deve possuir áudio de alta definição onboard; Deve possuir rede gigabit 10/100/1000 Mbps onboard; Deve possuir tecnologia de armazenamento SATA III 6 Gbps com, no mínimo, dois conectores; Deve possuir 2 portas USB 2.0 e 2 portas USB 3.0; Deve possuir 1 barramento PCI Express x16; Deve possuir 1 barramento PCI;	Placa mãe: PCWARE IPMH110G Processador: INTEL PEN-TIUM G4400 Memória: Crucial 4GB DDR4 2133 MHZ	795,67
26	4	Unid	Bateria Selada 12 V 7 Amperes	AGM UPS 7AH	68,72

27	2	Unid	Bateria Estacionária 12 V de 40 a 45 Amperes	AGM UPS 40AH	201,18
28	2	Unid	APARELHO CELULAR DESBLOQUEADO COM UM CHIP, com as seguintes especificações mínimas: tamanho da tela: de 1,4" tft teclado: aparente sem flip. resolução:128x128 quantidade chip: 1 chip. rádio fm. cor: preto. acessórios: bateria, carregador e fone de ouvido	MULTILASER P3292	98,00

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2017.

João Batista Dalanhól – Superintendente da FME

EXTRATO DA AT17FMS48

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS48

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Fornecedor: Maxi Móveis e Papelaria Ltda.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de equipamentos e materiais de consumo de informática.

Data da Ata: 29.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 29.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0175/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0082/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0059/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	5	Unid	SWITCH COM 8 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 8 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs Indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 8; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em paredes; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT VBR14136.	TP-LINK TL SF1008D	57,52
2	5	Unid	SWITCH COM 16 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 16 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs Indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 16; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em paredes; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT VBR14136.	TP-LINK TL SF1016D	139,52
3	5	Unid	SWITCH COM 24 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 24 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 24; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em racks padrão 19", devendo acompanhar todas as peças necessárias para sua devida e correta fixação; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT NBR14136.	TP-LINK TL SF1024M	202,92
4	10	Unid	SWITCH COM 48 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 48 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 48; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser construído para instalação em racks padrão 19", devendo acompanhar todas as peças necessárias para sua devida e correta fixação; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT NBR14136.	TP-LINK TL SF1048	562,32
25	30	Unid	RACK DE PAREDE (12U, 19", 550MM) com as seguintes especificações: Projetado para ambientes internos; Compatível com equipamentos eletrônicos padrão 19"; Permitir fixação na parede; Possuir furações para porca-gaiola a cada 1/2U; Estrutura monobloco confeccionada em aço carbono; Permitir a instalação de sistema de ventilação na parte superior do rack; Porta de vidro temperado, com fecho yale e moldura lateral em aço carbono; Regulagem de profundidade padrão 19"; As laterais devem ser confeccionadas em aço carbono, sendo removíveis e encaixadas com engates rápidos; Deve possuir aletas de ventilação nas laterais; Grau de proteção IP20; Cor preto; Abertura superior e inferior para passagem de cabos; 550mm de profundidade; 12U de altura;	CONTATO 12U19"550	532,74
6	2	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 3,5" DE 1TB com as seguintes especificações: Formato: 3,5"; Capacidade: 1 TB; Cache: 64 MB; Velocidade: 7200 RPM; e Interface: SATA III 6 Gbps.	SEAGATE ST1000DM010	209,85
7	2	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 2,5" DE 1TB com as seguintes especificações: Formato: 2,5"; Capacidade: 1 TB; Cache: 8 MB; Velocidade: 5400 RPM; e Interface: SATA III 6 Gbps.	SEAGATE ST1000LM48	233,71

8	10	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 2 GB DDR2 com as seguintes especificações: Capacidade: 2 Gb; Tecnologia: DDR2; Frequência de operação: 667 Mhz; e Formato: DIMM.	KINGSTON KVR667D-2N5/2G	156,36
9	10	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 2GB DDR3 com as seguintes especificações: Capacidade: 2 GB; Tecnologia: DDR3; Frequência de operação: 1600 Mhz; e Formato: DIMM.	KINGSTON KVR13N9S6/2	97,94
10	2	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 4 GB DDR4 com as seguintes especificações: Capacidade: 4 GB; Tecnologia: DDR4; Frequência de operação: 2133 Mhz; e Formato: DIMM.	TEAM GROUP TED44G-2133C15BK	185,17
20	25	Unid	PILHA CR2032 com as seguintes especificações: Tipo: CR2032; Tensão: 3 volts;	MAXXEL CR2032	2,47
21	5	Unid	GRAVADOR INTERNO DE DVD com as seguintes especificações: Formato: 5,25"; Interface: SATA; e Deve permitir ler e gravar em mídias CD e DVD.	LG GH24NSCO	60,08
23	10	Unid	PLACA DE REDE PCI COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: Conexão: RJ45 10/100 Mbps; Barramento: PCI; e Led indicadores: Conexão e atividade.	TP-LINK TF-3239DL	242,77
24	2	Unid	PLACA DE VÍDEO PCI-EXPRESS com as seguintes especificações: Interface: PCI-Express 2.0 8x; Saídas: 1 DVI-D, 1 HDMI e 1 VGA; Frequência de operação da GPU : 954 Mhz; e Memória: 2 GB DDR3 64 bit, 1800 Mhz (efetivo).	EVGA GEFORCE GT710	213,96

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA AT17FMS49

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS49

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Fornecedor: Giga1.Com. Eireli ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de equipamentos e materiais de consumo de informática.

Data da Ata: 29.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 29.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0175/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0082/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0059/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
11	5	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 1.8Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 1.8m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM18	6,24
12	2	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 3Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 3m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM3	9,81
13	2	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 5Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 5m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM5	15,85
14	2	Unid	CABO EXTENSOR USB com as seguintes especificações: Comprimento: 1.5 M; e Deve possuir uma ponta com conector USB macho e outra ponta com conector USB fêmea.	VINIK MAF18	6,44
15	1	Unid	CABO VGA DE 10M com as seguintes especificações: Comprimento: 10M; e Conectores: 2 conectores D-SUB macho.	VINIK VGA10	50,54
16	1	Unid	CABO VGA DE 15M com as seguintes especificações: Comprimento: 15M; e Conectores: 2 conectores D-SUB macho.	VINIK VGA15	74,32
17	1	Unid	CABO HDMI DE 10M com as seguintes especificações: Comprimento: 10 ;	EXBOM H100	44,59
18	1	Unid	CABO HDMI DE 15M com as seguintes especificações: Comprimento: 15 ;	EXBOM H150	95,08

19	10	Kit	KIT CONTENDO PROCESSADOR DUAL CORE + MEMÓRIA DDR3 4GB + PLACA-MÃE COMPATÍVEL, com as seguintes especificações: Processador: Número de núcleos: 2; Frequência base de operação: 3.3 Ghz; Cache: 3 MB; TDP máximo: 53 W; Litografia: 22nm; Tipos de memórias suportadas: DDR3-1333; e Vídeo integrado: sim, suporte a 1080p. Memória: Capacidade: 4 GB; Tecnologia: DDR3; Frequência de operação: 1600 Mhz; e Formato: DIMM. Placa-mãe: Deve ser compatível com o processador e memória fornecidas; Deve possuir áudio de alta definição onboard; Deve possuir rede gigabit 10/100/1000 Mbps onboard; Deve possuir tecnologia de armazenamento SATA III 6 Gbps com, no mínimo, dois conectores; Deve possuir 2 portas USB 2.0 e 2 portas USB 3.0; Deve possuir 1 barramento PCI Express x16; Deve possuir 1 barramento PCI;	Placa mãe: PCWARR-RE IPMH110G Processador: INTEL PENTIUM G4400 Memória: Crucial 4GB DDR4 2133 MHz	795,67
26	24	Unid	Bateria Selada 12 V 7 Amperes	AGM UPS 7AH	68,72
27	10	Unid	Bateria Estacionária 12 V de 40 a 45 Amperes	AGM UPS 40AH	201,18
28	10	Unid	APARELHO CELULAR DESBLOQUEADO COM UM CHIP, com as seguintes especificações mínimas: tamanho da tela: de 1,4" tft teclado: aparente sem flip. resolução:128x128 quantidade chip: 1 chip. rádio fm. cor: preto. acessórios: bateria, carregador e fone de ouvido	MULTILASER P3292	98,00
11	20	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 1.8Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 1.8m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM18	6,24

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA AT17PMF117

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF117
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Órgãos Participantes: SANEFRAI – FMS - FME.

Fornecedor: Maxi Móveis e Papelaria Ltda.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de equipamentos e materiais de consumo de informática.

Data da Ata: 29.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 29.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0175/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0082/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0059/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	25	Unid	SWITCH COM 8 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 8 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs Indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 8; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em paredes; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT VBR14136.	TP-LINK TL SF1008D	57,52
2	25	Unid	SWITCH COM 16 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 16 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs Indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 16; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em paredes; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT VBR14136.	TP-LINK TL SF1016D	139,52
3	20	Unid	SWITCH COM 24 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 24 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 24; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em racks padrão 19", devendo acompanhar todas as peças necessárias para sua devida e correta fixação; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT NBR14136.	TP-LINK TL SF1024M	202,92

4	10	Unid	SWITCH COM 48 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 48 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/MDIX; LEDs indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 48; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser construído para instalação em racks padrão 19", devendo acompanhar todas as peças necessárias para sua devida e correta fixação; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT NBR14136.	TP-LINK TL SF1048	562,32
25	50	Unid	RACK DE PAREDE (12U, 19", 550MM) com as seguintes especificações: Projetado para ambientes internos; Compatível com equipamentos eletrônicos padrão 19"; Permitir fixação na parede; Possuir furações para porca-gaiola a cada 1/2U; Estrutura monobloco confeccionada em aço carbono; Permitir a instalação de sistema de ventilação na parte superior do rack; Porta de vidro temperado, com fecho yale e moldura lateral em aço carbono; Regulagem de profundidade padrão 19"; As laterais devem ser confeccionadas em aço carbono, sendo removíveis e encaixadas com engates rápidos; Deve possuir aletas de ventilação nas laterais; Grau de proteção IP20; Cor preto; Abertura superior e inferior para passagem de cabos; 550mm de profundidade; 12U de altura;	CONTATO 12U19"550	532,74
5	2	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 3,5" DE 3TB com as seguintes especificações: Formato: 3,5"; Capacidade: 3 TB; Cache: 64 MB; Velocidade: 72000 RPM; e Interface: SATA III 6Gbps.	SEAGATE ST3000DM008	407,25
6	50	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 3,5" DE 1TB com as seguintes especificações: Formato: 3,5"; Capacidade: 1 TB; Cache: 64 MB; Velocidade: 7200 RPM; e Interface: SATA III 6 Gbps.	SEAGATE ST1000DM010	209,85
7	50	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 2,5" DE 1TB com as seguintes especificações: Formato: 2,5"; Capacidade: 1 TB; Cache: 8 MB; Velocidade: 5400 RPM; e Interface: SATA III 6 Gbps.	SEAGATE ST1000LM48	233,71
8	100	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 2 GB DDR2 com as seguintes especificações: Capacidade: 2 Gb; Tecnologia: DDR2; Frequência de operação: 667 Mhz; e Formato: DIMM.	KINGSTON KVR667D-2N5/2G	156,36
9	100	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 2GB DDR3 com as seguintes especificações: Capacidade: 2 GB; Tecnologia: DDR3; Frequência de operação: 1600 Mhz; e Formato: DIMM.	KINGSTON KVR13N9S6/2	97,94
10	5	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 4 GB DDR4 com as seguintes especificações: Capacidade: 4 GB; Tecnologia: DDR4; Frequência de operação: 2133 Mhz; e Formato: DIMM.	TEAM GROUP TED44G-2133C15BK	185,17
20	150	Unid	PILHA CR2032 com as seguintes especificações: Tipo: CR2032; Tensão: 3 volts;	MAXXEL CR2032	2,47
21	10	Unid	GRAVADOR INTERNO DE DVD com as seguintes especificações: Formato: 5,25"; Interface: SATA; e Deve permitir ler e gravar em mídias CD e DVD.	LG GH24NSCO	60,08
23	25	Unid	PLACA DE REDE PCI COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: Conexão: RJ45 10/100 Mbps; Barramento: PCI; e Led indicadores: Conexão e atividade.	TP-LINK TF-3239DL	242,77
24	10	Unid	PLACA DE VÍDEO PCI-EXPRESS com as seguintes especificações: Interface: PCI-Express 2.0 8x; Saídas: 1 DVI-D, 1 HDMI e 1 VGA; Frequência de operação da GPU : 954 Mhz; e Memória: 2 GB DDR3 64 bit, 1800 Mhz (efetivo).	EVGA GEFORCE GT710	213,96

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

EXTRATO DA AT17PMF118

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF118

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Órgãos Participantes: SANEFRAI – FMS - FME.

Fornecedor: Giga1.Com. Eireli ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de equipamentos e materiais de consumo de informática.

Data da Ata: 29.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 29.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0175/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0082/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0059/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
11	20	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 1.8Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 1.8m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM18	6,24

12	10	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 3M com as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 3m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM3	9,81
13	10	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 5M com as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 5m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM5	15,85
14	10	Unid	CABO EXTENSOR USB com as seguintes especificações: Comprimento: 1.5 M; e Deve possuir uma ponta com conector USB macho e outra ponta com conector USB fêmea.	VINIK MAF18	6,44
15	50	Unid	CABO VGA DE 10M com as seguintes especificações: Comprimento: 10M; e Conectores: 2 conectores D-SUB macho.	VINIK VGA10	50,54
16	30	Unid	CABO VGA DE 15M com as seguintes especificações: Comprimento: 15M; e Conectores: 2 conectores D-SUB macho.	VINIK VGA15	74,32
17	5	Unid	CABO HDMI DE 10M com as seguintes especificações: Comprimento: 10 ;	EXBOM H100	44,59
18	5	Unid	CABO HDMI DE 15M com as seguintes especificações: Comprimento: 15 ;	EXBOM H150	95,08
22	3	Unid	GRAVADOR EXTERNO DE DVD com as seguintes especificações mínimas: Interface: USB; e Deve permitir ler e gravar em mídias CD e DVD.	FASTER FGDE81	84,19
19	30	Kit	KIT CONTENDO PROCESSADOR DUAL CORE + MEMÓRIA DDR3 4GB + PLACA-MÃE COMPATÍVEL, com as seguintes especificações: Processador: Número de núcleos: 2; Frequência base de operação: 3.3 Ghz; Cache: 3 MB; TDP máximo: 53 W; Litografia: 22nm; Tipos de memórias suportadas: DDR3-1333; e Vídeo integrado: sim, suporte a 1080p. Memória: Capacidade: 4 GB; Tecnologia: DDR3; Frequência de operação: 1600 Mhz; e Formato: DIMM. Placa-mãe: Deve ser compatível com o processador e memória fornecidas; Deve possuir áudio de alta definição onboard; Deve possuir rede gigabit 10/100/1000 Mbps onboard; Deve possuir tecnologia de armazenamento SATA III 6 Gbps com, no mínimo, dois conectores; Deve possuir 2 portas USB 2.0 e 2 portas USB 3.0; Deve possuir 1 barramento PCI Express x16; Deve possuir 1 barramento PCI;	Placa mãe: PCWARE IPMH110G Processador: INTEL PEN-TIUM G4400 Memória: Crucial 4GB DDR4 2133 MHz	795,67
26	36	Unid	Bateria Selada 12 V 7 Amperes	AGM UPS 7AH	68,72
27	30	Unid	Bateria Estacionária 12 V de 40 a 45 Amperes	AGM UPS 40AH	201,18
28	33	Unid	APARELHO CELULAR DESBLOQUEADO COM UM CHIP, com as seguintes especificações mínimas: tamanho da tela: de 1,4" tft teclado: aparente sem flip. resolução: 128x128 quantidade chip: 1 chip. rádio fm. cor: preto. acessórios: bateria, carregador e fone de ouvido	MULTILASER P3292	98,00

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

EXTRATO DA AT17SF52

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF52
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI.

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Fornecedor: Maxi Móveis e Papelaria Ltda.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de equipamentos e materiais de consumo de informática.

Data da Ata: 29.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 29.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0175/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0082/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0059/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	5	Unid	SWITCH COM 8 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 8 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs Indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 8; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em paredes; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT VBR14136.	TP-LINK TL SF1008D	57,52

2	5	Unid	SWITCH COM 16 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 16 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs Indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 16; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em paredes; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT VBR14136.	TP-LINK TL SF1016D	139,52
3	5	Unid	SWITCH COM 24 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 24 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 24; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser preparado para instalação em mesas e em racks padrão 19", devendo acompanhar todas as peças necessárias para sua devida e correta fixação; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT NBR14136.	TP-LINK TL SF1024M	202,92
4	5	Unid	SWITCH COM 48 PORTAS com as seguintes especificações: Interface: 48 portas RJ45 10/100 Mbps; Deve suportar as tecnologias de autonegociação e auto MDI/ MDIX; LEDs indicadores: Ligado, conectividade nas portas 1 a 48; Alimentação: 100 a 240 volts com seleção automática; Deve ser construído para instalação em racks padrão 19", devendo acompanhar todas as peças necessárias para sua devida e correta fixação; e Deve acompanhar cabo de força ou fonte externa com plugue macho de acordo com a norma ABNT NBR14136.	TP-LINK TL SF1048	562,32
25	5	Unid	RACK DE PAREDE (12U, 19", 550MM) com as seguintes especificações: Projetado para ambientes internos; Compatível com equipamentos eletrônicos padrão 19"; Permitir fixação na parede; Possuir furações para porca-gaiola a cada 1/2U; Estrutura monobloco confeccionada em aço carbono; Permitir a instalação de sistema de ventilação na parte superior do rack; Porta de vidro temperado, com fecho yale e moldura lateral em aço carbono; Regulagem de profundidade padrão 19"; As laterais devem ser confeccionadas em aço carbono, sendo removíveis e encaixadas com engates rápidos; Deve possuir aletas de ventilação nas laterais; Grau de proteção IP20; Cor preto; Abertura superior e inferior para passagem de cabos; 550mm de profundidade; 12U de altura;	CONTATO 12U19"550	532,74
5	2	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 3,5" DE 3TB com as seguintes especificações: Formato: 3,5"; Capacidade: 3 TB; Cache: 64 MB; Velocidade: 72000 RPM; e Interface: SATA III 6Gbps.	SEAGATE ST3000DM008	407,25
6	2	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 3,5" DE 1TB com as seguintes especificações: Formato: 3,5"; Capacidade: 1 TB; Cache: 64 MB; Velocidade: 7200 RPM; e Interface: SATA III 6 Gbps.	SEAGATE ST1000DM010	209,85
7	2	Unid	DISCO RÍGIDO INTERNO 2,5" DE 1TB com as seguintes especificações: Formato: 2,5"; Capacidade: 1 TB; Cache: 8 MB; Velocidade: 5400 RPM; e Interface: SATA III 6 Gbps.	SEAGATE ST1000LM48	233,71
8	2	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 2 GB DDR2 com as seguintes especificações: Capacidade: 2 Gb; Tecnologia: DDR2; Frequência de operação: 667 Mhz; e Formato: DIMM.	KINGSTON KVR667D-2N5/2G	156,36
9	2	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 2GB DDR3 com as seguintes especificações: Capacidade: 2 GB; Tecnologia: DDR3; Frequência de operação: 1600 Mhz; e Formato: DIMM.	KINGSTON KVR13N9S6/2	97,94
10	2	Unid	MEMÓRIA RAM DESKTOP 4 GB DDR4 com as seguintes especificações: Capacidade: 4 GB; Tecnologia: DDR4; Frequência de operação: 2133 Mhz; e Formato: DIMM.	TEAM GROUP TED44G-2133C15BK	185,17
20	10	Unid	PILHA CR2032 com as seguintes especificações: Tipo: CR2032; Tensão: 3 volts;	MAXXEL CR2032	2,47
21	2	Unid	GRAVADOR INTERNO DE DVD com as seguintes especificações: Formato: 5,25"; Interface: SATA; e Deve permitir ler e gravar em mídias CD e DVD.	LG GH24NSCO	60,08
23	2	Unid	PLACA DE REDE PCI COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: Conexão: RJ45 10/100 Mbps; Barramento: PCI; e Led indicadores: Conexão e atividade.	TP-LINK TF-3239DL	242,77
24	2	Unid	PLACA DE VÍDEO PCI-EXPRESS com as seguintes especificações: Interface: PCI-Express 2.0 8x; Saídas: 1 DVI-D, 1 HDMI e 1 VGA; Frequência de operação da GPU : 954 Mhz; e Memória: 2 GB DDR3 64 bit, 1800 Mhz (efetivo).	EVGA GEFORCE GT710	213,96

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da Sanefrai

EXTRATO DA AT17SF53

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF53

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI.

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Fornecedor: Giga1.Com. Eireli ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de equipamentos e materiais de consumo de informática.

Data da Ata: 29.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 29.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0175/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0082/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0059/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
11	2	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 1.8Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 1.8m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM18	6,24
12	2	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 3Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 3m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM3	9,81
13	2	Unid	CABO USB DE IMPRESSORA DE 5Mcom as seguintes especificações mínimas: Comprimento: 5m; e Interface: USB 2.0.	VINIK MBM5	15,85
14	2	Unid	CABO EXTENSOR USB com as seguintes especificações: Comprimento: 1.5 M; e Deve possuir uma ponta com conector USB macho e outra ponta com conector USB fêmea.	VINIK MAF18	6,44
15	1	Unid	CABO VGA DE 10M com as seguintes especificações: Comprimento: 10M; e Conectores: 2 conectores D-SUB macho.	VINIK VGA10	50,54
16	1	Unid	CABO VGA DE 15M com as seguintes especificações: Comprimento: 15M; e Conectores: 2 conectores D-SUB macho.	VINIK VGA15	74,32
17	1	Unid	CABO HDMI DE 10M com as seguintes especificações: Comprimento: 10 ;	EXBOM H100	44,59
18	1	Unid	CABO HDMI DE 15M com as seguintes especificações: Comprimento: 15 ;	EXBOM H150	95,08
19	2	Kit	KIT CONTENDO PROCESSADOR DUAL CORE + MEMÓRIA DDR3 4GB + PLACA-MÃE COMPATÍVEL, com as seguintes especificações: Processador: Número de núcleos: 2; Frequência base de operação: 3.3 Ghz; Cache: 3 MB; TDP máximo: 53 W; Litografia: 22nm; Tipos de memórias suportadas: DDR3-1333; e Video integrado: sim, suporte a 1080p. Memória: Capacidade: 4 GB; Tecnologia: DDR3; Frequência de operação: 1600 Mhz; e Formato: DIMM. Placa-mãe: Deve ser compatível com o processador e memória fornecidas; Deve possuir áudio de alta definição onboard; Deve possuir rede gigabit 10/100/1000 Mbps onboard; Deve possuir tecnologia de armazenamento SATA III 6 Gbps com, no mínimo, dois conectores; Deve possuir 2 portas USB 2.0 e 2 portas USB 3.0; Deve possuir 1 barramento PCI Express x16; Deve possuir 1 barramento PCI;	Placa mãe: PCW-RE IPMH110G Processador: INTEL PENTIUM G4400 Memória: Crucial 4GB DDR4 2133 MHz	795,67
26	8	Unid	Bateria Selada 12 V 7 Amperes	AGM UPS 7AH	68,72
27	4	Unid	Bateria Estacionária 12 V de 40 a 45 Amperes	AGM UPS 40AH	201,18
28	5	Unid	APARELHO CELULAR DESBLOQUEADO COM UM CHIP, com as seguintes especificações mínimas: tamanho da tela: de 1,4" tft teclado: aparente sem flip. resolução:128x128 quantidade chip: 1 chip. rádio fm. cor: preto. acessórios: bateria, carregador e fone de ouvido	MULTILASER P3292	98,00

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da Saneфри

EXTRATO DA AT17SF54

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF54

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI.

Fornecedor: Quimaflex Produtos Químicos Ltda EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, de forma parcelada, de reagentes para uso no Laboratório da ETA

– Estação de Tratamento de água da SANEFRAI.

Data da Ata: 31.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 31.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0045/2017 – SF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0029/2017 – SF.

Registro de Preços: nº 0016/2017 – SF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	70	Unid.	Reagente de cloro livre (compatível com equipamento dr900 da Hach) reagente pronto p/uso, para análise de cloro livre pelo método DPD na faixa de leitura de 0 a 2,00 mg/l para amostra de 10 ml, em pó ou na forma de comprimidos; embalagem de 100 unidades validade: 24 meses	Quimaflex	80,00

Fraiburgo (SC), 31 de agosto de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da Sanefrai

Portaria nº 26002017

PORTARIA Nº. 2600, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 136/2017, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JORGE CRESTANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 392.321.669-68, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 26012017

PORTARIA Nº. 2601, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 018/2017, do Gabinete da Prefeita;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDINEI DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 552.074.099-04, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 26022017

PORTARIA Nº. 2602, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de SABRINA APARECIDA CAMPOS DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 094.901.359-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 26032017

PORTARIA Nº. 2603, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora EDNA APARECIDA DE MEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 028.267.509-41, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS

GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 26042017

PORTARIA Nº. 2604, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 2262/2017

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 1853/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o artigo 1º da portaria nº 2262 de 01 de agosto de 2017, que prorrogou o contrato da servidora APARECIDA SILVANA DIAS RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 590.069.949-87, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA INGLESA, sendo que a carga horária correta é 16 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 2262 de 01 de agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de agosto de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 26052017

PORTARIA Nº. 2605, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 1685/2017

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 1855/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o artigo 1º da portaria nº 1685 de 02 de junho de 2017, que prorrogou a ampliação da carga horária da servidora ROSELI ALVES DE SOUZA GEMO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.077.039-10, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO FÍSICA, sendo que a data correta para final da prorrogação da ampliação é 23 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 1685 de 02 de junho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 26062017

PORTARIA Nº. 2606, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1851/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora Elenita Zambonim, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KAMILLE CRISTINA FELTRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.041.479-89, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de setembro de 2017 até de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 26072017

PORTARIA Nº. 2607, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1852/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas a servidora Vera Lucia Santiago, que foi transferida de local de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSELI DE FATIMA BERNARDINO DA SILVA COLDEBELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 690.295.399-68, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de setembro de 2017 até de 15 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 26082017

PORTARIA Nº 2608, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Revoga Portaria 0709/2017.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade o artigo 87,§ 1º, da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0709, de 06 de fevereiro de 2017 que designou servidor público municipal como responsável pela realização de despesas no regime adiantamento do Departamento de Cultura, o servidor JORGE COSTA ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 502.546.699-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, a partir de 07 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

BALANCETE 08-2017

<div><div></div><div>ANEXO IV PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO ESTADO DE SANTA CATARINA ANEXO TC 28 BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS</div></div>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
ORDENADOR DA DESPESA: IDIONE FANTINEL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA				CNPJ: 17.757.127/0001-52																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA, 875				CEP: 89.680-000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
RESPONSÁVEL: JORGE LUIZ POZZA PEDERIVA				CPF: 215.202.590-34																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Nota de Empenho:		118/2017		19/01/2017																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Valor:				2.028.520,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Ordem de pagamento:		2140/2017		01/08/2017																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Valor:				208.333,33																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Projeto Atividade:		2022																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Histórico da Finalidade: Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2017, conforme TACV16PMF0001.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<table><tr><th colspan="3">Documento</th><th>HISTÓRICO</th><th>RECEBIMENTO</th><th>PAGAMENTO</th></tr><tr><th>NÚMERO</th><th>DATA</th><th></th><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td>1/8/2017</td><td>Repasse da Prefeitura</td><td></td><td>208.333,33</td><td></td></tr><tr><td></td><td></td><td>Recursos próprios</td><td></td><td>26,22</td><td></td></tr><tr><td></td><td></td><td>Recursos próprios/ Tarifas</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td><td>TARIFAS</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ADRIANA TIBES</td><td></td><td></td><td>1.502,54</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ALICE MOREIRA LEITE</td><td></td><td></td><td>1.909,72</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ALINE SILVEIRA</td><td></td><td></td><td>2.180,77</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ANDREIA TIBES</td><td></td><td></td><td>1.630,00</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ANTONIO IRINEU VICENTIN</td><td></td><td></td><td>1.881,26</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>AUGUSTO RIBEIRO ANTUNES</td><td></td><td></td><td>2.000,86</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>BRUNA WEIRICH</td><td></td><td></td><td>1.852,43</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>CARINA KOMINKIEWICZ</td><td></td><td></td><td>1.617,74</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>CHEILA BRANDINO</td><td></td><td></td><td>1.238,75</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>CINTIA MARCON</td><td></td><td></td><td>2.541,69</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>CLAUDEMIR JOSE OLIVIO DE LIZ</td><td></td><td></td><td>163,48</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>CLEBERSON CASTANHO</td><td></td><td></td><td>2.399,25</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>CRISTIANE FELIX RIBEIRO</td><td></td><td></td><td>1.203,61</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>DAIANE BOLZANI</td><td></td><td></td><td>1.984,59</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>DANIELE DA SILVA XAVIER</td><td></td><td></td><td>1.035,33</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>DENIZE APARECIDA PIRES</td><td></td><td></td><td>1.059,06</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>DIEGO ALISSON ROSA</td><td></td><td></td><td>3.488,14</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ELAINE APARECIDA CAREGNATO</td><td></td><td></td><td>2.715,76</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ELIANE DA CONCEIÇÃO</td><td></td><td></td><td>2.978,33</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ELISAGELA BUSATTA DE GODOI</td><td></td><td></td><td>1.668,26</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ELIZANDRA APARECIDA SCHMIDT DE PAULA</td><td></td><td></td><td>1.211,53</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>EMILY CAROLINE RIBEIRO</td><td></td><td></td><td>1.666,06</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ERICA MARIA FRANCIOSI</td><td></td><td></td><td>1.634,79</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>EVANDRO ANTUNES PINTO</td><td></td><td></td><td>3.959,67</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>FELIPE FELISBINO LUCAS</td><td></td><td></td><td>381,55</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>FLAVIANA RIBEIRO DE DEUS</td><td></td><td></td><td>3.417,63</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>FRANCIANE SOUZA DOS ANJOS</td><td></td><td></td><td>361,99</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>GORETE MACIEL</td><td></td><td></td><td>1.313,55</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>IRONI CONTI DE LIMA</td><td></td><td></td><td>1.611,63</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ZABEL RIBEIRO DE GOES</td><td></td><td></td><td>2.017,13</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>JANETE DE MELO RODRIGUES</td><td></td><td></td><td>1.190,16</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>JANETE RODRIGUES GONÇALVES</td><td></td><td></td><td>3.021,29</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>JESSICA FOLMANN TOMAZ DOS SANTOS</td><td></td><td></td><td>1.239,69</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>JOAO HENRIQUE PEREIRA</td><td></td><td></td><td>1.775,54</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>JOLSILEI FATIMA BONETTI</td><td></td><td></td><td>1.565,07</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>JOZIELE RUBIANE MACHADO DA SILVA</td><td></td><td></td><td>2.073,97</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>JUCELITA CAMPAGNARO DALANHOL</td><td></td><td></td><td>1.611,63</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>JUCIANE DE FATIMA FERNANDES</td><td></td><td></td><td>1.714,49</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>KARINA DE OLIVEIRA DA SILVA</td><td></td><td></td><td>1.108,23</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>KAUANA KUHN</td><td></td><td></td><td>1.651,04</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>KLEBIANA FREITAS</td><td></td><td></td><td>2.548,47</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>KLEITON DIEGO ROSA</td><td></td><td></td><td>1.624,33</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>LIDIA CRISTINA DO AMARAL FERREIRA</td><td></td><td></td><td>1.503,53</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>LUAN CARLOS VICENTE</td><td></td><td></td><td>1.634,79</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>LUCIANA NUNES VIEIRA</td><td></td><td></td><td>1.256,00</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>LUCIANE MARCONDES DOS SANTOS</td><td></td><td></td><td>1.256,00</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARCIA APARECIDA RODRIGUES</td><td></td><td></td><td>798,30</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARCELE KRUGER</td><td></td><td></td><td>1.256,00</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARCIO CRUZ</td><td></td><td></td><td>1.611,63</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARGARETE ROSANA DOS SANTOS DA SILVA</td><td></td><td></td><td>955,86</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARIA RIBEIRO DOS SANTOS MORAES</td><td></td><td></td><td>1.655,90</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARILENE APARECIDA FORTECKI</td><td></td><td></td><td>1.388,25</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARINES GOMES</td><td></td><td></td><td>1.976,20</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARIZETE GOLLO</td><td></td><td></td><td>1.963,42</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARLETE ROSA DA SILVA</td><td></td><td></td><td>1.568,68</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MARYLEIZE APARECIDA ALVES</td><td></td><td></td><td>1.788,88</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MAYARA SOUZA DO AMARAL</td><td></td><td></td><td>1.552,95</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>MICHELE LAZARI</td><td></td><td></td><td>1.603,06</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>NEIDI DOS SANTOS</td><td></td><td></td><td>1.095,50</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>PALOMA RODRIGUES</td><td></td><td></td><td>1.256,00</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>PAMELA EVELYN DE MORAES</td><td></td><td></td><td>1.911,00</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>PAULA LUCIELLE ZANELLA</td><td></td><td></td><td>1.967,66</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>QUEILA SANDRA CROTTI</td><td></td><td></td><td>3.293,80</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>RENATA CRISTINA BALDISSERA</td><td></td><td></td><td>1.778,83</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ROSANA DE FATIMA RIBEIRO</td><td></td><td></td><td>1.210,04</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ROSANGELA DAS GRAÇAS CARLOS DE OLIVEIRA</td><td></td><td></td><td>1.329,72</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>ROSMARI DIAS</td><td></td><td></td><td>1.706,59</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>RUBIANE ZAGO</td><td></td><td></td><td>3.970,27</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>SANTA MUNARO</td><td></td><td></td><td>2.000,86</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>SILMARA DE OLIVEIRA</td><td></td><td></td><td>1.940,44</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>SILVANA CLAUDIA GIACOMELLI DE OLIVEIRA</td><td></td><td></td><td>3.760,68</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>SILVANA ESSER PACHECO</td><td></td><td></td><td>1.225,88</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>SIMONE BUSSATO</td><td></td><td></td><td>3.030,46</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>SIMONE FERREIRA DA CRUZ</td><td></td><td></td><td>1.251,26</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>SOLANGE LEITE</td><td></td><td></td><td>1.410,81</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>TAILANA PAULA TIBES DE CAMPOS</td><td></td><td></td><td>922,27</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>TALITA CASSIA GATTI BARBOSA</td><td></td><td></td><td>1.654,60</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>THAINAN BERNARDI MENDES</td><td></td><td></td><td>2.383,09</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>TIAGO MANOEL SERPA</td><td></td><td></td><td>2.548,67</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>VALERIA FORTES</td><td></td><td></td><td>2.419,78</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>VANESSA LIMA DA VEIGA</td><td></td><td></td><td>1.256,00</td></tr><tr><td>Folha 07/2017</td><td>3/8/2017</td><td>VERA LUCIA MANFIOLETTI PITT</td><td></td><td></td><td>1.634,79</td></tr></table>						Documento			HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO	NÚMERO	DATA						1/8/2017	Repasse da Prefeitura		208.333,33				Recursos próprios		26,22				Recursos próprios/ Tarifas						TARIFAS				Folha 07/2017	3/8/2017	ADRIANA TIBES			1.502,54	Folha 07/2017	3/8/2017	ALICE MOREIRA LEITE			1.909,72	Folha 07/2017	3/8/2017	ALINE SILVEIRA			2.180,77	Folha 07/2017	3/8/2017	ANDREIA TIBES			1.630,00	Folha 07/2017	3/8/2017	ANTONIO IRINEU VICENTIN			1.881,26	Folha 07/2017	3/8/2017	AUGUSTO RIBEIRO ANTUNES			2.000,86	Folha 07/2017	3/8/2017	BRUNA WEIRICH			1.852,43	Folha 07/2017	3/8/2017	CARINA KOMINKIEWICZ			1.617,74	Folha 07/2017	3/8/2017	CHEILA BRANDINO			1.238,75	Folha 07/2017	3/8/2017	CINTIA MARCON			2.541,69	Folha 07/2017	3/8/2017	CLAUDEMIR JOSE OLIVIO DE LIZ			163,48	Folha 07/2017	3/8/2017	CLEBERSON CASTANHO			2.399,25	Folha 07/2017	3/8/2017	CRISTIANE FELIX RIBEIRO			1.203,61	Folha 07/2017	3/8/2017	DAIANE BOLZANI			1.984,59	Folha 07/2017	3/8/2017	DANIELE DA SILVA XAVIER			1.035,33	Folha 07/2017	3/8/2017	DENIZE APARECIDA PIRES			1.059,06	Folha 07/2017	3/8/2017	DIEGO ALISSON ROSA			3.488,14	Folha 07/2017	3/8/2017	ELAINE APARECIDA CAREGNATO			2.715,76	Folha 07/2017	3/8/2017	ELIANE DA CONCEIÇÃO			2.978,33	Folha 07/2017	3/8/2017	ELISAGELA BUSATTA DE GODOI			1.668,26	Folha 07/2017	3/8/2017	ELIZANDRA APARECIDA SCHMIDT DE PAULA			1.211,53	Folha 07/2017	3/8/2017	EMILY CAROLINE RIBEIRO			1.666,06	Folha 07/2017	3/8/2017	ERICA MARIA FRANCIOSI			1.634,79	Folha 07/2017	3/8/2017	EVANDRO ANTUNES PINTO			3.959,67	Folha 07/2017	3/8/2017	FELIPE FELISBINO LUCAS			381,55	Folha 07/2017	3/8/2017	FLAVIANA RIBEIRO DE DEUS			3.417,63	Folha 07/2017	3/8/2017	FRANCIANE SOUZA DOS ANJOS			361,99	Folha 07/2017	3/8/2017	GORETE MACIEL			1.313,55	Folha 07/2017	3/8/2017	IRONI CONTI DE LIMA			1.611,63	Folha 07/2017	3/8/2017	ZABEL RIBEIRO DE GOES			2.017,13	Folha 07/2017	3/8/2017	JANETE DE MELO RODRIGUES			1.190,16	Folha 07/2017	3/8/2017	JANETE RODRIGUES GONÇALVES			3.021,29	Folha 07/2017	3/8/2017	JESSICA FOLMANN TOMAZ DOS SANTOS			1.239,69	Folha 07/2017	3/8/2017	JOAO HENRIQUE PEREIRA			1.775,54	Folha 07/2017	3/8/2017	JOLSILEI FATIMA BONETTI			1.565,07	Folha 07/2017	3/8/2017	JOZIELE RUBIANE MACHADO DA SILVA			2.073,97	Folha 07/2017	3/8/2017	JUCELITA CAMPAGNARO DALANHOL			1.611,63	Folha 07/2017	3/8/2017	JUCIANE DE FATIMA FERNANDES			1.714,49	Folha 07/2017	3/8/2017	KARINA DE OLIVEIRA DA SILVA			1.108,23	Folha 07/2017	3/8/2017	KAUANA KUHN			1.651,04	Folha 07/2017	3/8/2017	KLEBIANA FREITAS			2.548,47	Folha 07/2017	3/8/2017	KLEITON DIEGO ROSA			1.624,33	Folha 07/2017	3/8/2017	LIDIA CRISTINA DO AMARAL FERREIRA			1.503,53	Folha 07/2017	3/8/2017	LUAN CARLOS VICENTE			1.634,79	Folha 07/2017	3/8/2017	LUCIANA NUNES VIEIRA			1.256,00	Folha 07/2017	3/8/2017	LUCIANE MARCONDES DOS SANTOS			1.256,00	Folha 07/2017	3/8/2017	MARCIA APARECIDA RODRIGUES			798,30	Folha 07/2017	3/8/2017	MARCELE KRUGER			1.256,00	Folha 07/2017	3/8/2017	MARCIO CRUZ			1.611,63	Folha 07/2017	3/8/2017	MARGARETE ROSANA DOS SANTOS DA SILVA			955,86	Folha 07/2017	3/8/2017	MARIA RIBEIRO DOS SANTOS MORAES			1.655,90	Folha 07/2017	3/8/2017	MARILENE APARECIDA FORTECKI			1.388,25	Folha 07/2017	3/8/2017	MARINES GOMES			1.976,20	Folha 07/2017	3/8/2017	MARIZETE GOLLO			1.963,42	Folha 07/2017	3/8/2017	MARLETE ROSA DA SILVA			1.568,68	Folha 07/2017	3/8/2017	MARYLEIZE APARECIDA ALVES			1.788,88	Folha 07/2017	3/8/2017	MAYARA SOUZA DO AMARAL			1.552,95	Folha 07/2017	3/8/2017	MICHELE LAZARI			1.603,06	Folha 07/2017	3/8/2017	NEIDI DOS SANTOS			1.095,50	Folha 07/2017	3/8/2017	PALOMA RODRIGUES			1.256,00	Folha 07/2017	3/8/2017	PAMELA EVELYN DE MORAES			1.911,00	Folha 07/2017	3/8/2017	PAULA LUCIELLE ZANELLA			1.967,66	Folha 07/2017	3/8/2017	QUEILA SANDRA CROTTI			3.293,80	Folha 07/2017	3/8/2017	RENATA CRISTINA BALDISSERA			1.778,83	Folha 07/2017	3/8/2017	ROSANA DE FATIMA RIBEIRO			1.210,04	Folha 07/2017	3/8/2017	ROSANGELA DAS GRAÇAS CARLOS DE OLIVEIRA			1.329,72	Folha 07/2017	3/8/2017	ROSMARI DIAS			1.706,59	Folha 07/2017	3/8/2017	RUBIANE ZAGO			3.970,27	Folha 07/2017	3/8/2017	SANTA MUNARO			2.000,86	Folha 07/2017	3/8/2017	SILMARA DE OLIVEIRA			1.940,44	Folha 07/2017	3/8/2017	SILVANA CLAUDIA GIACOMELLI DE OLIVEIRA			3.760,68	Folha 07/2017	3/8/2017	SILVANA ESSER PACHECO			1.225,88	Folha 07/2017	3/8/2017	SIMONE BUSSATO			3.030,46	Folha 07/2017	3/8/2017	SIMONE FERREIRA DA CRUZ			1.251,26	Folha 07/2017	3/8/2017	SOLANGE LEITE			1.410,81	Folha 07/2017	3/8/2017	TAILANA PAULA TIBES DE CAMPOS			922,27	Folha 07/2017	3/8/2017	TALITA CASSIA GATTI BARBOSA			1.654,60	Folha 07/2017	3/8/2017	THAINAN BERNARDI MENDES			2.383,09	Folha 07/2017	3/8/2017	TIAGO MANOEL SERPA			2.548,67	Folha 07/2017	3/8/2017	VALERIA FORTES			2.419,78	Folha 07/2017	3/8/2017	VANESSA LIMA DA VEIGA			1.256,00	Folha 07/2017	3/8/2017	VERA LUCIA MANFIOLETTI PITT			1.634,79
Documento			HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
NÚMERO	DATA																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
	1/8/2017	Repasse da Prefeitura		208.333,33																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
		Recursos próprios		26,22																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
		Recursos próprios/ Tarifas																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
		TARIFAS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
Folha 07/2017	3/8/2017	ADRIANA TIBES			1.502,54																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ALICE MOREIRA LEITE			1.909,72																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ALINE SILVEIRA			2.180,77																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ANDREIA TIBES			1.630,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ANTONIO IRINEU VICENTIN			1.881,26																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	AUGUSTO RIBEIRO ANTUNES			2.000,86																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	BRUNA WEIRICH			1.852,43																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	CARINA KOMINKIEWICZ			1.617,74																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	CHEILA BRANDINO			1.238,75																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	CINTIA MARCON			2.541,69																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	CLAUDEMIR JOSE OLIVIO DE LIZ			163,48																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	CLEBERSON CASTANHO			2.399,25																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	CRISTIANE FELIX RIBEIRO			1.203,61																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	DAIANE BOLZANI			1.984,59																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	DANIELE DA SILVA XAVIER			1.035,33																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	DENIZE APARECIDA PIRES			1.059,06																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	DIEGO ALISSON ROSA			3.488,14																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ELAINE APARECIDA CAREGNATO			2.715,76																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ELIANE DA CONCEIÇÃO			2.978,33																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ELISAGELA BUSATTA DE GODOI			1.668,26																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ELIZANDRA APARECIDA SCHMIDT DE PAULA			1.211,53																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	EMILY CAROLINE RIBEIRO			1.666,06																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ERICA MARIA FRANCIOSI			1.634,79																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	EVANDRO ANTUNES PINTO			3.959,67																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	FELIPE FELISBINO LUCAS			381,55																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	FLAVIANA RIBEIRO DE DEUS			3.417,63																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	FRANCIANE SOUZA DOS ANJOS			361,99																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	GORETE MACIEL			1.313,55																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	IRONI CONTI DE LIMA			1.611,63																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ZABEL RIBEIRO DE GOES			2.017,13																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	JANETE DE MELO RODRIGUES			1.190,16																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	JANETE RODRIGUES GONÇALVES			3.021,29																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	JESSICA FOLMANN TOMAZ DOS SANTOS			1.239,69																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	JOAO HENRIQUE PEREIRA			1.775,54																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	JOLSILEI FATIMA BONETTI			1.565,07																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	JOZIELE RUBIANE MACHADO DA SILVA			2.073,97																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	JUCELITA CAMPAGNARO DALANHOL			1.611,63																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	JUCIANE DE FATIMA FERNANDES			1.714,49																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	KARINA DE OLIVEIRA DA SILVA			1.108,23																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	KAUANA KUHN			1.651,04																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	KLEBIANA FREITAS			2.548,47																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	KLEITON DIEGO ROSA			1.624,33																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	LIDIA CRISTINA DO AMARAL FERREIRA			1.503,53																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	LUAN CARLOS VICENTE			1.634,79																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	LUCIANA NUNES VIEIRA			1.256,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	LUCIANE MARCONDES DOS SANTOS			1.256,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARCIA APARECIDA RODRIGUES			798,30																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARCELE KRUGER			1.256,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARCIO CRUZ			1.611,63																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARGARETE ROSANA DOS SANTOS DA SILVA			955,86																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARIA RIBEIRO DOS SANTOS MORAES			1.655,90																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARILENE APARECIDA FORTECKI			1.388,25																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARINES GOMES			1.976,20																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARIZETE GOLLO			1.963,42																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARLETE ROSA DA SILVA			1.568,68																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MARYLEIZE APARECIDA ALVES			1.788,88																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MAYARA SOUZA DO AMARAL			1.552,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	MICHELE LAZARI			1.603,06																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	NEIDI DOS SANTOS			1.095,50																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	PALOMA RODRIGUES			1.256,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	PAMELA EVELYN DE MORAES			1.911,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	PAULA LUCIELLE ZANELLA			1.967,66																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	QUEILA SANDRA CROTTI			3.293,80																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	RENATA CRISTINA BALDISSERA			1.778,83																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ROSANA DE FATIMA RIBEIRO			1.210,04																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ROSANGELA DAS GRAÇAS CARLOS DE OLIVEIRA			1.329,72																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	ROSMARI DIAS			1.706,59																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	RUBIANE ZAGO			3.970,27																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	SANTA MUNARO			2.000,86																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	SILMARA DE OLIVEIRA			1.940,44																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	SILVANA CLAUDIA GIACOMELLI DE OLIVEIRA			3.760,68																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	SILVANA ESSER PACHECO			1.225,88																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	SIMONE BUSSATO			3.030,46																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	SIMONE FERREIRA DA CRUZ			1.251,26																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	SOLANGE LEITE			1.410,81																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	TAILANA PAULA TIBES DE CAMPOS			922,27																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	TALITA CASSIA GATTI BARBOSA			1.654,60																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	THAINAN BERNARDI MENDES			2.383,09																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	TIAGO MANOEL SERPA			2.548,67																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	VALERIA FORTES			2.419,78																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	VANESSA LIMA DA VEIGA			1.256,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Folha 07/2017	3/8/2017	VERA LUCIA MANFIOLETTI PITT			1.634,79																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																

--	--	--

Folha 07/2017	3/8/2017	VIVIANA WOLFF URMANN		1.308,61
Ref. 07/2017	7/8/2017	FGTS		14.228,48
NF 56	27/7/2017	CLINICA MEDICA FERNANDES S/S LTDA -ME		6.447,87
NF 159	27/7/2017	FUSATTO&XAVIER S/S		2.066,62
NF243	27/7/2017	CAMPOS SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		30.751,38
NF 119	27/07/2017	SERVICOS MEDICOS KIURITA EIRELLI - ME		7.077,05
Totais			208.359,55	208.359,55
Jorge Luiz Pozza Pederiva - Presidente AFSC				
Aline Silveira - Responsável				
Fraiburgo (SC), 21 de Agosto de 2017.				

REC. FEDERAIS_08_2017

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Bloco	Ação/Serviço/Estratégia	Competência/Parcela	Nº OB	Data OB	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Líquido
ATENÇÃO BÁSICA	PAB FIXO	08 de 12/2017	833002	01/08/2017	001	013870	0000169994	75.391,33
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE SAÚDE MENTAL (RSME)	08 de 12/2017	833822	10/08/2017	001	013870	0000170011	28.305,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE BRASIL SEM MISERIA (BSOR-SM)	08 de 12/2017	833824	10/08/2017	001	013870	0000170011	7.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	08 de 12/2017	833173	10/08/2017	001	013870	0000170011	102.751,47
ATENÇÃO BÁSICA	FORTALEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACS - 5 POR CENTO	07 de 1/2017	834068	11/08/2017	001	013870	0000169994	2.788,50
ATENÇÃO BÁSICA	NUCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	07 de 12/2017	833964	11/08/2017	001	013870	0000169994	20.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	07 de 12/2017	833902	11/08/2017	001	013870	0000169994	53.475,00
ATENÇÃO BÁSICA	SAÚDE BUCAL - SB	07 de 12/2017	834014	11/08/2017	001	013870	0000169994	6.690,00
ATENÇÃO BÁSICA	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACS - 95 POR CENTO	07 de 1/2017	833985	11/08/2017	001	013870	0000169994	52.981,50
ATENÇÃO BÁSICA	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	07 de 12/2017	834041	11/08/2017	001	013870	0000169994	44.900,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - MAMOGRAFIA PARA RASTREAMENTO (RCA-RCAN PO 0008)	06 de 12/2017	834921	11/08/2017	001	013870	0000170011	3.285,00
ATENÇÃO BÁSICA	INCENTIVO AO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE - RAB-ACAD	07 de 12/2017	834182	11/08/2017	001	013870	0000169994	3.000,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192 (MAC) - MUNICIPAL	07 de 12/2017	835383	18/08/2017	001	013870	0000170011	12.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192 (RAU-SAMU) - MUNICIPAL	07 de 12/2017	835384	18/08/2017	001	013870	0000170011	9.419,00
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA (PARCELAS)	08 de 12/2017	835490	21/08/2017	001	013870	0000169986	15.499,33
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	07 de 1/2017	836216	25/08/2017	001	013870	000017002X	1.926,60
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PVVS)	08 de 1/2017	836154	25/08/2017	001	013870	000017002X	21.996,50
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	FORTALEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACE - 5 POR CENTO	07 de 1/2017	836083	25/08/2017	001	013870	000017002X	101,40
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PFVS) PARCELA	07 de 12/2017	836164	25/08/2017	001	013870	000017002X	7.238,61

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº 907/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 907/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, IV da Lei Orgânica do município

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeado o Conselho de Turismo do Município de Frei Rogério com a seguinte composição:

PRESIDENTE: Itamir Gasparini

VICE-PRESIDENTE: Elzami Miwa Onaka

1º SECRETÁRIO: Solange Leandro de Souza

2º SECRETÁRIO: Thayná Posanski Bogo

1º TESOUREIRO: Anderson Luiz de Lorenzi

2º TESOUREIRO: Elcio Pedrão

SUPLENTE:

1º Silvana Raimond Mazzuco

2º Thayan de Paula Gasparini Ribeiro

3º Adhemar Ogawa

4º Tatiane da Silva

5º Naoki Ogawa

6º Rodrigo Novacoski

Art. 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 30 de agosto de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE AGOSTO DE 2017**EXTRATO PORTARIAS MÊS DE AGOSTO DE 2017**

Número	Assunto	Resumo	Data
135/2017	Aposentadoria	Desliga do Quadro de Pessoal do Município a partir de 01/08/2017 a servidora ROSANETE BOGO CHEFFER, Professora Pedagoga, em virtude da Aposentadoria concedida pela Previdência Social através do Benefício nº 1718270345.	01/08/2017
136/2017	Nomear Funcionário	Nomeia a Sra. SIRLEI APARECIDA DA ROLD ABREU para o cargo efetivo de PROFESSORA PEDAGOGA, a qual deverá tomar posse em até 30 dias a contar da data da publicação desta portaria, com vencimentos correspondentes ao cargo de acordo com a legislação vigente.	01/08/2017
137/2017	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 01/08/2017 a 30/08/2017, 30 (trinta) dias, a servidora ORANDINA PRATES DE OLIVEIRA, servidora efetiva no cargo de Servente, referente ao período aquisitivo de 2012 a 2017.	01/08/2017
138/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores Anderson Xavier de Lis e Mareli Gonçalves a partir de 07/08/2017 a 05/09/2017 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias. .	01/08/2017
139/2017	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 07/08/2017 a 05/09/2017, 30 (trinta) dias, a servidora ILZA SALETI DE PAULA, servidora efetiva no cargo de Professora Pedagoga, referente ao período aquisitivo de 2007 a 2012.	01/08/2017
140/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor PAULO ROBERTO SUSUMU SHINODA, ocupante do cargo de Contador, lotado na Secretaria de Administração e Finanças no período de 11/08/2017 a 30/08/2017 - 20 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	10/08/2017
141/2017	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 07/08/2017 a 16/08/2017, 10 (dez) dias, a servidora TANIA TEREZINHA SANTIAGO, servidora efetiva no cargo de Servente, referente ao período aquisitivo de 2012 a 2017.	10/08/2017

142/2017	Rescisão de Contrato	Rescinde o contrato de trabalho de DELECIO FAQUIM FILHO nomeado através da Portaria 054/2017, para exercer o cargo de Professor de Artes, conforme requerimento protocolado nº1029/2017.	16/08/2017
143/2017	Designar	Designa a Senhora LIDIANE ALVES FRANÇA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social para exerce as atribuições necessárias para execução de média complexidade da política de Assistência Social do Município de Frei Rogério bem como Responsável Técnica pela gestão da política de Assistência Social e Secretária Executiva dos Conselhos da política de Assistência Social.	17/08/2017
144/2017	Progressão Funcional	Incorpora ao vencimento da servidora IRACELIA APARECIDA DO PRADO PALHANO à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situada para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	24/08/2017
145/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias as servidoras Eroilda Aparecida Rodrigues, Mariluce de Oliveira Conceição Cabral e Reginalda Shizue Chonan a partir de 01/09/2017 a 30/09/2017 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	28/08/2017
146/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores: Maria Prates de Oliveira e Osmar Antonio Soletti a partir de 04/09/2017 a 03/10/2017 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.``.	28/08/2017

Frei Rogério, 31 de agosto de 2017.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO
Analista de Recursos Humanos

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

LEI Nº 2062, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº 2.062, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA VAGAS, DO QUADRO I - EFETIVOS, DA LEI Nº 655, DE 24 DE AGOSTO DE 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O cargo de Técnico em Edificações, do Quadro I - Efetivos, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 1 (uma) vaga.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entre em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba - SC, 31 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2063, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº 2.063, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, até o valor de R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais), no âmbito do programa AVANÇAR CIDADES, nos termos da Instrução Normativa nº 27, de 11/07/2017 do Ministério das Cidades, destinados à implantações de microdrenagens pluviais, pavimentação, passeios e sinalização viária em rodovia de acesso ao município e rodovias arteriais que ligam as regiões do município e formam anéis viários, objetivando melhorar a mobilidade urbana, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE autorizado a vincular em garantia da operação de crédito, em caráter irrevogável e irretratável, as quotas partes de receitas advindas do FPM e/ou ICMS.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se

refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba - SC, 31 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1069/2017.

PORTARIA Nº. 1069, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 069/2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 069/2017.

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instituído pela Portaria nº. 069/2017, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº. 069/2017, que concluiu pela: a) REPOSIÇÃO, por parte do Sr. Marcus Vinícius Israel, CPF sob o nº. 038.177.549-65, nos termos do art. 72, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº. 1000/2005, pelos prejuízos causado ao Patrimônio do Município por aquisição de matérias em desacordo com as especificações técnicas, em atenção ao art. 150, inciso V, também da Lei Complementar nº. 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1071/2017.

PORTARIA N.º 1071, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA MARIA DE ABREU SOUSA, A PARTIR DE 01/09/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora MARIA DE ABREU SOUSA, detentora da matrícula funcional nº 99, inscrita no CPF nº 947.478.499-04 e no PASEP nº 1703577708-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.245,15 (um mil duzentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, III, da Lei Municipal nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/09/2017, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1075/2017.

PORTARIA N.º 1075, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, da Lei Municipal n.º 1000/2005, TIAGO MEDEIROS, CPF n.º 008.143.369-73, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 31/08/2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1076/2017.

PORTARIA N.º 1076, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, TIAGO MEDEIROS, Matrícula n.º 3555, para exercer as funções do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com Gratificação Especial de 80% do cargo ocupado, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO 175/2017

DECRETO Nº 175 DE 30 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso I da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	01.38.08	R\$	100.000,00
---	------	----------	-----	------------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente do Excesso de Arrecadação referente da receita de Incremento ao Piso de Atenção Básica oriundo do Fundo Nacional de Saúde creditado em 30/08/2017 através da Ordem Bancária 2017OB836003.

Art. 3º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento do Município de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	3390	01.00.00	R\$	20.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3390	01.00.00	R\$	80.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º. será utilizado recurso proveniente do provável Excesso de Arrecadação calculado para as receitas de Recursos Ordinários do Tesouro.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 96/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 096/2017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR IMÓVEL PARA SEDIAR A SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GARUVA/SC”

O PREFEITO DE GARUVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, mediante a realização de processo de compra, o bem imóvel assim descrito:

I – 01 (um) terreno em área urbana medindo 3.648,00 m2 (três mil seiscentos e quarenta e oito metros quadrados), edificado em sua superfície um edifício de alvenaria medindo 2.508,00 m2 (dois mil quinhentos e oito metros quadrados). Imóvel situado na frente leste com a Avenida Celso Ramos, numa extensão de 57,00 metros; lateral norte com terras de herdeiros de Elias Nicolau Saad, numa extensão de 64,00 metros; fundos a oeste com terras de Gilberto Goulart, numa extensão de 57,00 metros e; lateral sul com terras de Oto Hosang, numa extensão de 64,00 metros, tudo conforme certidão de matrícula de nr.16.904 do Registro Geral, Livro nr.2, Ficha 01, 02 e 03 do Cartório de Registro de Imóveis de Joinville, estado de Santa Catarina. Imóvel incorporado ao patrimônio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina”.

Art. 2º. O imóvel acima escrito será adquirido pelo valor de R\$ 515.403,00 (quinhentos e quinze mil, quatrocentos e três reais) fixo e irreajustável, a serem pagos em 12 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 42.950,25 (quarenta e dois mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

§1º. Os valores mencionados no caput deste artigo não sofrerão qualquer tipo de correção ou reajuste.

§2º. O pagamento das prestações mensais terá início no mês de janeiro do exercício financeiro de 2018.

§3º. Fica expressamente dispensada a realização do processo licitatório para a compra do imóvel acima descrito, nos termos do artigo 24, inciso X, da Lei Federal N.º: 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações.

Art. 3º. Os recursos destinados ao pagamento das prestações mensais serão consignados em dotações próprias para o orçamento de 2018.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

LEI N° 1997

LEI N° 1997, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12.001 – Secretaria Mun de Saneamento Ambiental

Função 18 – Gestão Ambiental; Sub-função 544 – Recursos Hídricos

Programa 1042 – Programa Meio Ambiente

Ação/Atividade 2094 – Manut. do sist. de abast. de água e esgoto

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	150.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12.001 – Secretaria Mun de Saneamento Ambiental

Função 18 – Gestão Ambiental; Sub-função 544 – Recursos Hídricos

Programa 1042 – Programa Meio Ambiente

Ação/Atividade 2091 – Captação, trat e distr. de abastecimento de água

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI N° 1998

LEI N° 1998, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10.003 – Departamento de Infraestrutura

Função 15 – Urbanismo; Sub-função 451 – Infraestrutura Urbana

Programa 1033 – Urb., Human. e Infraestrutura Urbana e Rural

Ação/Atividade 2058 – Abertura/retificação de estradas urbanas

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	120.000,00

Órgão 10.002 – Departamento de Manutenção Predial
Função 15 – Urbanismo; Sub-função 451 – Infraestrutura Urbana
Programa 1033 – Urb., Human. e Infraestrutura Urbana e Rural
Ação/Atividade 2062 – Manutenção do paço municipal

• 4490 Outras Despesas Correntes	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	120.000,00
----------------------------------	------------------------------	-----	------------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação calculado para as receitas de Recursos Ordinários do Tesouro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD 03/2017

Resolução MD 0003/2017

Altera o artigo 177 do Regimento Interno desta casa de leis, que dispõe sobre o dia da semana de realização das sessões ordinárias, e o artigo 79 que dispõe sobre o dia da semana das reuniões ordinárias das comissões legislativas permanentes.

O Presidente do Poder Legislativo de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial o art. 50 XIV do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora propôs, nos termos do art. 48 II do Regimento Interno, e o Plenário aprovou a seguinte Resolução:

Art. 1º O Artigo 79 da Resolução 15/2006 que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Garuva passa a vigorar com a seguinte redação:

"As reuniões ordinárias das Comissões Legislativas Permanentes serão públicas e deverão ocorrer em sala própria da Câmara Municipal de Vereadores, no mínimo, uma vez por semana, sempre as terças-feiras."

Art. 2º O Artigo 177 da Resolução 15/2006 que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Garuva passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 177. As sessões ordinárias serão semanais devendo ocorrer na quarta-feira de cada semana."

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 28 de agosto de 2017
Oziel Fernandes Mattos
Presidente da Câmara

Helena Aparecida Costa Chaves
Vice-Presidente da Câmara

Celso Coelho de Sousa
Secretário da Mesa Diretora

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RELÓGIO REGISTRADOR DE PONTO COM EMISSÃO DE COMPROVANTE DE PONTO DO TRABALHADOR, LEITURA BIOMÉTRICA, LEITOR DE PROXIMIDADE COM TECNOLOGIA RFID (RADIO FREQUENCY IDENTIFICATION). ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 14/09/2017, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 31/08/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.588, DE 20 DE JULHO DE 2017

DECRETO Nº 7.588, DE 20 DE JULHO DE 2017.

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 5.699, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 5.699, de 05 de dezembro de 2013, que "Limita peso de veículos automotores para travessia na Ponte Hercílio Deeke", passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica limitado a 10 (dez) toneladas de Peso Bruto Total (PBT) máximo permitido de veículo automotor para travessia sobre a Ponte Hercílio Deeke, no Município de Gaspar, exceto para veículos de transporte coletivo do município e caminhões de Bombeiros em emergência."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de julho de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.282, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 5.282, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 08/2011.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 09/2017 – SIND. 08/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 01º de setembro de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 08/2011, instaurada para apurar as informações contidas no Ofício 2ª PJ/Nº 146/2011, remetido pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gaspar, em virtude da instauração do procedimento preparatório nº 06.2011.007563-6.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

SAMAE - GASPAR**PORTARIA N. 116 DE 31 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA N. 116 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE COMPRAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE A SERVIDORA IVONETE MAIS DOS SANTOS

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerada, a partir do dia 31 de agosto de 2017, a servidora IVONETE MAIS DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 708.279.749-49 e da CI nº. 2.617.538-0 do cargo de Diretora de Compras do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 31 de agosto de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente**PORTARIA N. 117 DE 31 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA N. 117 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA DIRETOR DE COMPRAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR ISMAEL FERREIRA

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado, a partir do dia 01 de setembro de 2017, o servidor ISMAEL FERREIRA, portador do CPF nº. 010.759.229-09 e da CI nº. 5.138.137-0 para o cargo em comissão de Diretor de Compras do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 31 de agosto de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente**PORTARIA N.118 DE 31 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA N. 118 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDORA IVONETE MAIS DOS SANTOS PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA DE SUPERVISORA DE CONTROLE INTERNO NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeada, a partir do dia 01 de setembro de 2017, conforme a Lei Complementar Municipal nº. 80, de 02 de agosto de 2017, a servidora IVONETE MAIS DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 708.279.749-49 e da CI nº. 2.617.538-0 para Função Gratificada de Supervisora de Controle Interno, nível 1.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 31 de agosto de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 94/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 94/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna públicoque realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 15/09/2017até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 15/09/2017 às10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 31 de Agosto de 2017.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 95/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 95/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna públicoque realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GRADES E PORTAS PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 15/09/2017até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 15/09/2017 às14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 31 de Agosto de 2017.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

LEI 1197 / 2017 - CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1197 / 2017,

Concede reposição salarial aos Servidores Públicos Municipais e Dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste município, que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo municipal, autorizado a conceder revisão anual sobre os vencimentos e nas vantagens de caráter

pessoal, aos seus servidores ativos, inativos, pensionistas e agentes políticos, em 2,50% (dois virgula cinquenta por cento).

Art. 2º - Estende-se o percentual de reposição previsto no caput do artigo anterior, ao pessoal admitido em caráter temporário (ACTs) e aos contratados por tempo determinado e aos programas específicos decorrente ou não de convênios desde que não haja disposição em contrário.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei, correrá por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 29 de agosto de 2017

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

LEI 1198 / 2017 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017.

LEI Nº 1198 / 2017.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	50.000,00
15.452.0008.1.025	Construção da Beira Mar	50.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	50.000,00

SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	50.000,00
15.452.0008.1.023	Pavimentação de Ruas	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	50.000,00
Total		50.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 29 de agosto de 2017.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC

EDITAL 05/2017

CONCURSO PÚBLICO

HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC, torna pública a Homologação do Resultado final do CONCURSO PÚBLICO para candidatos inscritos e classificados, conforme anexo, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, destinado, exclusivamente, a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos efetivos junto ao Município de Governador Celso Ramos - SC, objeto do Edital 05/2017 de 31 de março de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Governador Celso Ramos – SC, 31 de agosto de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS – PNE

Cargo: ARQUITETO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 068153 ISABELA COSTA SARAIVA

Cargo: CONTADOR
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 051446 JULIANA DE SOUZA MICHELIN

ANEXO II
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

Cargo: ADVOGADO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 067333 DAVITH FOGACA SANO RUSSI
002 067167 GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA
003 072518 FILIPE KUCK FARINA
004 043135 ELISABETH MAIER
005 051794 DOUGLAS EDUARDO MICHELS
006 057815 VANESSA LILIAN AMARAL BRANCO
007 066720 SIMONE FERREIRA MUNIZ DE ALMEIDA
008 056741 BIANCA DE PRA ROMEIRO
009 070605 WAGNER MATOS VANELLI
010 066084 SILVIO VEIGA DA LUZ
011 071668 STEPHEN KLAUS WESTPHAL
012 040260 ANDRE LINHARES DA SILVA
013 051030 GABRIEL DA SILVA MEDEIROS
014 073475 BRUNO ASSUNCAO DOS SANTOS
015 047484 FABIANO BASTOS GARCIA TEIXEIRA
016 051604 THAYS MATTOS MELO
017 071486 EDUARDO DA CUNHA LEAL VIEIRA
018 070905 GILBERT DA SILVA
019 067708 LARISSA SCHEIDT BREDA
020 054612 HANNA SILVEIRA BURIGO
021 050854 FRANCISCO ANTONIO HEINZEN
022 071405 MARCELO DE FREITAS ANTUNES
023 067535 ANA VITORIA KUMMER
024 050931 GUSTAVO DIAS MACHADO
025 067511 SAMIR LEONARDO HALLACK MOKDISSE
026 055159 JACQUELINE PAGANI LUZ ALTHOFF
027 073867 JOAO ANTONIO DAS CHAGAS SILVA
028 071602 JOHANNA GAKLIK WALDOW
029 043221 MARIA EDUARDA FONTES NASCIMENTO
030 072622 EDUARDO RAUBER WILCIESKI
031 047989 MARCIO NEI DA SILVA TAVARES
032 069776 GIOVANA DIEHL RODRIGUES
033 043079 ALEXANDRE VELAME MIRANDA DA SILVA
034 071179 DANIELLA DE FATIMA LUZA MELO
035 051385 GUSTAVO FACCIN
036 068319 TAIS HEMANN DA ROSA
037 008939 ANDRE DAMIANI MASSIH
038 043294 THIAGO MOURA FURTADO
039 057967 JORGE HENRIQUE COSTA JUNIOR
040 042708 FELIPE BITTENCOURT DE SOUZA
041 071217 FLAVIA BALDINI KEMPER
042 072983 JULIO SUNE FERREIRA PIRES
043 069248 GUILHERME RUSSO MARANI
044 070395 DANIEL ECKER
045 066205 EDUARDO LUIZ FRANCO
046 071775 CLARISSE VERA RIQUETTA
047 051721 MAURICIO SALVADORI CARVALHO DE OLIVEIRA
048 073395 QUENIA DE LUCA MARTINS
049 065939 PAULA PEREIRA SARMENTO
050 055491 FERNANDA MAINARDI
051 043075 ALDO LOPES FILHO
052 059309 WALTER SOUZA ROSA JUNIOR
053 073523 WILSON ORZEVALLA JUNIOR

054 072806 TAIS REGINA SILVEIRA
055 060136 LUIZ ALBERTO TOMAZ
056 066785 FRANCO RANGEL DE ABREU E SILVA
057 072053 RAFAELA ESGOTE DE ALMEIDA
058 073361 GABRIELA BAU DE SOUZA
059 071371 ANNY CAROLINE CANTO JORGE
060 058530 KATLEEN PIRES SCHROEDER
061 072709 MAYARA MAZIERO MATOS
062 073424 MARIA BEATRIZ ESPINDOLA
063 066718 JUCELI DOS PASSOS VIEIRA DA SILVA
064 073282 ALDIMARA GUARNIERI DE VASCONCELLOS
065 043154 FRANCIMARA LOURENZETTI
066 070841 JORGE SOSSAI REYS
067 071344 FERNANDO RODRIGUES APPOLINARIO
068 052377 THAIS SALAME DE SOUZA
069 051576 RAFAEL MACHADO DE BRITO
070 072408 ANDRE LUIZ SADA FILHO
071 063410 MARCELO SOUZA DOS SANTOS
072 043173 JERUSA SCHAUFFLER LEHMKUHL
073 050980 DYMAIMA KYZZY NUNES
074 067749 AUGUSTO SANTOS AZEREDO
075 072866 ROBSON DA SILVA GOMES
076 073552 VANESSA SARAIVA FEITOSA DE SA
077 043263 ROBERTA FEDRIZZI DE MELO
078 071541 GUILHERME TRAJANO DA SILVA
079 068706 GUILHERME HOFFMANN ROSAR
080 066054 JUCENEY LUIZ BARBOSA DA SILVA
081 041906 MANUELA DE SOUZA ANTUNES
082 053022 SAMANTA ESPINDOLA LOBATO
083 071677 RICARDO BURATTO
084 043152 FLAVIA STOPASSOLI VOLPATO
085 070015 MARIA CRISTINE ZEFERINO DA SILVA
086 067591 BRUNA PASQUALOTTO
087 069754 GUSTAVO MAURICIO LENZI
088 068653 MARCIA DOS REIS
089 073300 GUILHERME MARTINS DE FREITAS
090 043140 FABIO TOMAZ TEIXEIRA
091 070082 MARCO AURELIO DUARTE DE LIMA
092 071426 PATRIK POGGERE SCHULZ
093 059716 MARCELI ARDALLA ALPINO RODRIGUES
094 071231 JACQUELINE MATOS PEREIRA
095 072195 JOSE PAULO WEIDE
096 055171 ROMULO ARAUJO DOS SANTOS
097 071682 JOAO LUIZ NAU KUHN
098 073092 MARILIA DE SOUZA
099 072310 MARCELL SCHAIDHAUER BARCELLOS
100 072494 ANA LAURA ELTZ DA SILVA
101 059920 LARA BORGES MENDES
102 073053 GUSTAVO HENRIQUE WASSMANSDORF
103 054293 DIEGO DAL BELLO MORASCO
104 071305 LOUISE PEDRO BOM
105 042083 THIAGO MENEZES DE SOUZA
106 072237 CARLOS ALBERTO KORMANN
107 070409 LUCAS SCAGLIUSI MIGUEL
108 067765 JULIA BONATO PERES
109 065630 BRUNA HELENA DA SILVA MATOS
110 070618 LEONARDO VIEIRA
111 055091 JULIA RAMALHO PEREIRA TASCA
112 047986 LUANA SILVEIRA MARQUES
113 051490 CAMILA ABREU LEAL
114 073130 GIORGIA COELHO KOERICH GRACIOSA
115 072377 RODRIGO MUHLHAUSEN
116 072916 CAROLINE DE OLIVEIRA KNABBEN
117 053127 DANIELA ALVES LUCRESSI
118 073543 MAIKEL FABIANO CHREODER
119 043280 SUELEN RAUBER
120 051728 FABIO MONTANHEIRO
121 054541 MONIQUE MEYER DUARTE
122 070087 THAYSE SUGIMOTO

123 073881 JEAN CARLOS BUENO
124 071458 GISELE CARINA DA COSTA
125 042552 LUCAS MARTINS BIFF
126 043298 TITO FLAVIO REIS GARBELOTTO
127 069041 RAYANA AMARAL BARBOSA
128 073183 LUIZ FELIPE GERMANI FERREIRA
129 047532 VALQUIRIA SCHLEMPER
130 071365 LUCAS PEREIRA OLIVEIRA
131 044725 ANDRESSA DA LUZ PARANHOS
132 071296 DAYSIANE CAROLINA VIEIRA ALVES
133 070649 DENISE PINHEIRO CARVALHO
134 072802 JOSE MARIA DE FREITAS
135 072646 DANIEL ALEXANDRE MARQUES
136 070754 ANA LUCIA ALBUQUERQUES DO AMARAL
137 051367 BARBARA PAZ DE MACEDO
138 060344 ELIZANDREIA LUZIA
139 067039 CIBELE DIAS DA SILVEIRA
140 056937 ANDRE LUIZ PACHECO
141 043198 LIVIA DE AVILA SIMAS
142 072794 ANDRE WAGNER LACERDA
143 043286 TASSIA MICHELE ROESSEL
144 073307 THIAGO PEREIRA CORREA DA COSTA
145 047470 ADILSON CARLOS DE OLIVEIRA
146 071139 SERGIO DE SOUZA SILVEIRA
147 053490 JOSIMAR MACIEL
148 071823 FERNANDO SOSTER BORTOLOTTTO
149 059946 WILLIAN KOERICH DE SOUZA WESCHENFELDER
150 071082 JULIANO GALLON
151 066200 RAFAEL MENDES DO NASCIMENTO
152 052098 LUIZA WALTRICK
153 051384 LILIANI RODE SCHULTER
154 071145 IANA BERNARDES DA LUZ
155 043222 MARIA HELENA TIECHER STEINER
156 073450 RENATA SACCHELLI PACHECO
157 072642 DANIELLE MARTINS VAZ
158 073889 SABRINA DE OLIVEIRA
159 043182 JULIANA DOS SANTOS BABY
160 073187 MARCIA GABRIELA TRAMONTINI FONSECA
161 068824 THAIS HELENA PEREIRA DE MOURA BASTOS
162 068725 LAURA MOURALES BAUER
163 070009 BARBARA KNOPP
164 066265 FELIPE LOURIVAL DA SILVA

Cargo: ARQUITETO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 054654 FABIAN GREI MACHADO
002 066775 SARAH OLIVO
003 052444 DEBORAH LURDES TRICHES ACORDI
004 069193 RAFAEL SEWO MITSUHASHI
005 069080 CASSIANA DE SOUZA ZANCAN
006 069179 JULIANY MENEGHEL MATOS
007 063679 SILVANA COCCHETO FERNANDES QUADRA
008 069257 ANA LUIZA CALDEIRA MEIRA
009 052165 LETICIA MESQUITA SANTANA
010 059119 SANDRA REGINA FLACH
011 062986 ALESSANDRA CECHETTO ARRUDA
012 069617 BEATRIZ GONCALVES DOS SANTOS
013 072146 FERNANDA DA COSTA SILVA
014 043441 MARIA TEREZA AMORIM FALCAO
015 043447 MIRIAN DOS SANTOS MELIM
016 067731 VALMIR JOSE CAVIQUIOLO
017 073894 THIAGO COSTA DE LIMA
018 056258 FABIANO MACHADO
019 043413 ANA PAULA BEGROW
020 063132 FELIPE ISOPPO
021 062754 CAROLINA OLIVEIRA DA SILVA
022 065827 CRISTINA DAMIANI BERNARDES
023 072090 EDUARDA FISCHER PAN
024 071475 JESSICA GATTI GARCIA
025 062705 JEANCARLO BORTONCELLO

026 073855 MARCO AURELIO MARQUES OLIVESKI
027 073106 RAFAEL FONSECA DA SILVA
028 067338 VINICIUS FALK THOMAZ
029 068787 VANESSA GEREMIAS LEAL
030 056362 CAMILA HEIDERSCHIEDT
031 068492 PAMELA ROBERTA BIERNASKI
032 069600 LESY DUARTE DE ANDRADE
033 052562 ANDRE FHLIPE JUNCKES
034 043429 ISADORA CASSEL TROTT
035 050939 BRUNA ZIMERMANN
036 071326 DAVID ROBERTO DE OLIVEIRA
037 072580 ANNELESE ECHELMEIER NASCIMENTO
038 057501 HERNANDO FERREIRA DA SILVA REYES
039 063327 CARLA PATRICIA DE OLIVEIRA
040 056294 LUIS FELIPE NOVOA NOZAR
041 057669 CAMILA PEREIRA DE MELLO
042 068281 ELISA MEURER
043 067735 GERUZA VIEIRA
044 043451 SABRINA DOS PASSOS TORTELLI
045 071808 MARCOS DANNENHAUER BRAUN
046 068307 ISABELA GONCALVES ORNELAS ECHTERHOFF
047 063612 NICOLLE DONEDA RUZZA
048 067990 BRUNA GOLIN
049 070211 ECLEA RODRIGUEZ FRANCO
050 073520 ALEX KLEBERSON HONORIO
051 043438 MARCELO FONTES DE OLIVEIRA
052 051442 REGES PORTELA COMORETO
053 066812 JULIANA DE GODOY
054 073325 ELOM ALANO GUIMARAES
055 067429 OLAVO AVALONE NETO
056 068360 ALEXANDRE DE LIMA
057 066278 GABRIELA MACHADO FIORENZA CANOVA
058 065565 ANA LUCIA GOMES
059 068772 DANIELA DE ABREU
060 072416 ADRIANE CRISTHINE SILVA MORAES
061 053416 AMANDA ABDALA
062 070642 GABRIELA SILVA GOEDERT
063 070798 CAROLINA DA SILVA LEONARDO
064 067407 KARINE STOLF DE SOUZA
065 067821 MAIARA TAIS PEREIRA
066 068657 AMANDA ZAMPOLI PURKOT
067 071123 MELWIM ALVERTO PARDO CASTILLO
068 069660 CAMILA ALESSANDRA GIACOMELLI
069 073138 RICARDO AUGUSTO MELO CUNHA
070 053893 ALINE GROSBELLI BRACHT
071 067412 MARIANNE COSTA AVALONE
072 070218 ANDERSON CARLOS XAVIER
073 070193 RENATA FERNANDES
074 073792 NICOLE PORTO BALEN
075 007152 GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA DA LUZ
076 068088 GUILHERME ESPEZIM LEAL
077 067229 GUILHERME HENRIQUE SPANNENBERG DARUI
078 070867 JOSEANE DE OLIVEIRA RUIVO
079 069030 ISABELA MEDEIROS CAMPOS
080 067763 BRUNNA BALDI NOBREGA
081 069845 FERNANDA DANIELA HEMSING
082 073041 KETHLYN MARTINS LOURENCO
083 070064 KARLA REGINA MALAFAIA
084 066349 LUANA MARINHO MATOS
085 073769 MELINA YUMI FUJIWARA
086 069144 ROSANA BACICHETI GONCALVES RIZZO
087 054122 VINICIUS ZIEGLER VALIM
088 054087 ANDREIA JEANE LIEBL
089 072013 JULIANA DE ATHAYDE
090 066708 BRUNA OHLAND
091 071587 FERNANDA VIEIRA MELLO DE OLIVEIRA
092 068989 MARCOS ANTONIO DE CASTRO ROCHA
093 069022 LARA FRANZOI RODRIGUES DOS SANTOS
094 070609 KARINE FABIOLA ZONATTO

095 066411 MARIANA FIGUEIREDO
096 072539 GUSTAVO VELOSO DA SILVA
097 072373 CAROLINA GAVA
098 063028 LAURITA DE OLIVEIRA BLASIU
099 071442 TALITA MARQUES PACHECO
100 067737 FELIPE CARBONERA
101 072374 VANESSA BOHRER
102 068516 SILVANA ROCHA COELHO
103 068236 MARCELO PETRUCCI MAIA
104 057390 MARCELO CARVALHO DE SOUZA LEITE
105 073033 DANIEL BISOTTO
106 067482 LETICIA DE FREITAS SOUSA RAVADELLI
107 073720 TAMARIS LUISE BRAUN PIVATTO
108 063215 NATALIA BORGES GONCALVES
109 069583 LARISSA RODIO
110 059257 JESSICA CUNHA DO AMARAL GASPAR ZIEGLER
111 043418 CASSIA CALOCA SEVERO
112 063223 MORGANA CHEDID DOS SANTOS
113 072586 SUEME FREITAS
114 067341 FRANCIELE DAL PRA
115 072103 FELIPE FUENTES ROCHA
116 068138 MARIANA DEBONI BLAYA
117 073071 JESSICA BORTOLUZZI SERAFINI
118 072165 KAREN MAJURIE DA SILVA
119 070762 PAOLA CRISTINA POLLA
120 070008 ALINE WIESE
121 069742 EVERTON LESSA
122 072693 TAYNA GAVA
123 068606 ANA MARIA LUIZA POKORA SCHIRMER
124 068675 VAGNO RIBAS RAMOS
125 057780 ANGELA CRISTINA BOSENBECKER
126 066991 LENA MICHELE HOFFMANN
127 068719 ARNALDO CUNHA MATEUS
128 073332 VIVIANE FRANKE LEMOS
129 000439 KELLY PINTER VICTORETTI
130 043454 SUELEN CANTELLI BRANCO MIOTTO
131 071633 VICENTE LOPES SENER
132 072565 GILBERTO MAURI GOMES
133 070874 MARINA VIEIRA MENEZES
134 071906 RENATO DA SILVEIRA LOPEZ
135 070619 LUIS FELIPE DE VARGAS SFALCIM
136 067836 PALOMA MARTELLO BUGANCA
137 067059 THUANY MARIAH MERCURIO ODERDENG
138 071390 EDERSON COSTA VALERIO
139 067176 ANDRE LUIS MARQUES VINCENZI
140 066878 RODRIGO MEIRINHO MORIMOTO
141 073611 VANESSA ANDRIJIC PETRO
142 068079 VINICIUS FERNANDES AMBROSIO
143 073495 CAROLINE SEMONETTI GUEDES
144 068715 DANIELA RAQUEL FRITSCH
145 070847 NICOLAS DIETER HELDT
146 073164 DENIS YANAGU BARBOSA
147 043416 BRUNA CAROLINE ROSA
148 066693 MAYRA LAIZ DA SILVA LOPES
149 068344 SERGIO LUIZ DREYER PORTO
150 072304 JACQUELINE ALVES DOS SANTOS DA CONCEICAO
151 068305 LIDIA GLACIR GOMES RODRIGUES
152 057927 JULIANA SILVA RIO BRANCO
153 069390 DIOGO D AVILA
154 043411 ALICIA DEL PILAR RIVERA FERNANDEZ
155 068103 ELAINE CRISTINA MORALES CABRINI
156 073890 MARINA STRINGARI
157 072343 RAFAEL COSTA GEREMIAS
158 054475 GRASIELE DA SILVA
159 073877 CAMILA WIGGERS DE ANDRADE
160 065676 RENATA POSSOLI
161 069509 CLAUDIA CADORIN MARCHIORI
162 070369 LUIZ EDUARDO AMANTE MACHADO
163 070465 SANDRO BITTENCOURT CABRAL

164 068283 VANESSA TONELLO
165 066732 SOFIA STANCKE PUNDEK
166 072529 DANIELI COSTA DE MIRANDA
167 068535 EMANUELLE CAROLINA BAYER

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 055146 FRANCINE VALENTE FAVARETTO
002 065832 MAGALI CUNHA
003 051526 PATRICIA FELICIDADE CATARINA BARON
004 043573 MIRIAN DE LOURDES FONSECA
005 047581 CAROLINE DE SAO LEAO SOUSA
006 054324 ANDRESSA PASINATTO CLEIN
007 024445 MARIANE SANTOS FACCIN
008 070602 CHRISTIANI MOREIRA DOS SANTOS
009 043473 ANNE ELIZA VIEIRA CHEREM
010 069343 ELAINA CRISTINA NUNES
011 002848 FABIOLA BATISTA DA SILVA
012 072488 MARIANE DE SOUZA CAMPOS
013 023172 SAMANTA BOTELHO KONS
014 072514 ELIZONETE RODRIGUES CAMARGO
015 047594 JULIANA APARECIDA MIKOLAICZYK
016 056194 KREIZE FERNANDA DE SOUZA MACHADO
017 058905 KARINE TREVISAN DOS SANTOS LESSA
018 043488 CHEYENNE VIEIRA MARQUES
019 051251 CATIANI MIRIAM CARDOSO
020 059495 PAULA GABRIELA LAURENTINO
021 069150 CAMILA BECKER XAVIER
022 068486 VANESSA DE ANDRADE
023 069678 ANTONIA DEMETRIO
024 043595 RUTH GNECCO ZANINI
025 061359 JOICE DA SILVA PRIM
026 065955 LUCIANA OHVEILER MANDIAO
027 057644 FABIO CARNEIRO
028 067818 NAIRA DE GUIMARAES
029 047580 CAROLINA SILVA SCHAEFER
030 051955 AMANDA DOS SANTOS SANTIAGO
031 065696 FRANCINE PINHEIRO
032 043543 LAIS SANTOS SILVA
033 073467 FLAVIA SACCHELLI PACHECO
034 043493 CRISTIANE SOUZA DA SILVEIRA
035 059981 ELAINE DIAS COSTA
036 051252 PATRICIA ANDERSON SILVA
037 066404 DIEINE ADELINE SCHERER SIMAS
038 052957 ANA CARLA CARVALHO SOARES
039 055979 JANAINA VENTURI DUTRA
040 065640 DIANA FABIA DE CASTILHO
041 043531 JESSICA MAIARA LOPES
042 054675 ALESSANDRA RODRIGUES SANTOS
043 053088 LINDSEY OLIVA FONTANA SCHMITZ
044 053901 HELEN ABOU HATEM
045 043562 MARIA JULIA PEREIRA
046 072982 CLAUDETE MARIA STEIL PEREIRA
047 066434 DIRTE SOUTO MEURER
048 043526 JANETE APARECIDA PINHO
049 070047 OTTO FERNANDO BOELTER
050 069677 MICHELE DAS GRACAS FIGUEIRA NADOLNY
051 072492 DANIEL CARVALHO DE OLIVEIRA
052 066355 ALESSANDRA SOARES MACHADO
053 051230 REJANE DE CARVALHO
054 070878 MILENE CONCEICAO CORREIA DA SILVEIRA
055 053821 VIVIANE SCHUTZ FLORES
056 071177 REJANE MARIA DE SOUZA
057 047583 DJONATTAN PALHANO DA SILVA BLASIU
058 059157 VANESSA NUNES SILVA
059 050876 TAIANA PRAUSE
060 067097 ROBERTA CONRAD
061 070371 MIRELA EUFRASIO DAS CHAGAS
062 070342 CARINI ALVES DE SOUZA

063 043582 REGINA HOFFMANN
064 052548 THAMIRES VIEIRA
065 067993 NICOLE VARGAS DA ROCHA
066 070148 JULIANA DUARTE DA COSTA
067 071728 ALINE MURIEL VICENTINI ARBELO
068 053990 SABRINA SUELEN DE SOUZA
069 065723 AMANDA ELLEN MACEDO
070 043589 ROSA MARIA MAILDE FLORES SOARES
071 071450 SILVIA LEMOS DA CRUZ
072 070931 NATALIA APARECIDA PEREIRA
073 043609 SUELI ANTUNES DE OLIVEIRA
074 043565 MARINA DOS SANTOS SOUZA
075 043499 DEBORA CRISTINA DA SILVA
076 043615 THAYNARA JACIRA CAETANO
077 043478 BRUNA APARECIDA PAVOSKI MULINARI
078 068241 DANIELE BORBA LAURENTINO
079 051432 LISIANE GOMES MOHR
080 066842 ROSELI MARIA DUARTE
081 043506 FABIANE MACHADO
082 073432 SABRINA WOSNIACK DE ARAUJO
083 037260 ELAINE CRISTINA MINA
084 053219 MARIANI DE OLIVEIRA BENVENUTTI
085 051814 ROSIVANE SOUSA DOS PASSO
086 070779 GLENDA LINAURA MARQUES
087 043514 FRANCIELLY PIERRI DE SOUZA
088 068971 MARIA CRISTINA KUPCZYK
089 071757 JUSSARA ORTIZ
090 072119 LUCIMARA APARECIDA DE OLIVEIRA
091 071512 GISLAINE RODRIGUES DE ALMEIDA
092 067879 ROSIMERI DE ANDRADE SOUTO DA LUZ
093 043471 ANDRESA CRISTINA CARDOSO
094 043529 JESSICA APARECIDA GARCIA GONCALVES
095 072120 LUARA COUTINHO
096 073209 KAROLINE FRANCIELE DOS SANTOS
097 054651 BRUNA BONATELLI
098 058049 GISELE JULIA MIRANDA
099 035744 CAROLINA CORREA
100 022756 VALQUIRIA GONCALVES CANANEA
101 072692 DIANA EMILIA SOUZA SANTANA
102 052271 MARIA LUANA KLUH COSTA
103 072650 ANDRIELI BARBOSA GOMES
104 066938 JADE EMI SANTOS DA SILVA
105 043467 ANA KARENINA MARTINS
106 051285 ROSEMARA MARIA ROSSO CADORE
107 066985 THAIS DA SILVA AMADO
108 052190 DEBORAH DE SOUZA GOES
109 059345 JOSIANE DE OLIVEIRA
110 043569 MARIVONE REGINA DA SILVA
111 067739 MARIANA DELCUL
112 066116 ISABEL SILVEIRA KROEFF

Cargo: AUDITOR FISCAL

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 042231 GUILHERME DAQUINO PINHO
002 045963 EDUARDO JOSE TAVARES DA SILVA
003 066589 LEONARDO BARROS MAIA VINAGRE
004 073605 LAELIO PEREIRA JUNIOR
005 067944 LUIS FERNANDO COSTA PINTO
006 045947 ANDREA MARIS MUNARETTI
007 045631 PAULO REGIS MENDES
008 071304 GIOVANNI BELLO TEIXEIRA
009 050948 HENRIQUE PEREIRA MACHADO
010 058810 FERNANDA DAROS
011 071099 CESAR EDUARDO ZIMATH
012 051671 JEFFERSON RIBEIRO BARRETO
013 055230 TARCISIO OECKSLER
014 055726 BRUNA SEOLIN XAVIER
015 047972 DAIELE DE OLIVEIRA
016 052031 NATHALIA ELAINE BATISTA DE OLIVEIRA MORENO

017 070441 EDUARDO HORA FURUGUEM
018 046006 ROBERTO CARDOSO STRUVE
019 054202 FELIPE CAMPOS JAHN
020 004889 DIOGENES RIGO SILVA
021 003027 ALESSANDRA CARLA NERI MODESTO.
022 059802 ROBSON DAVID
023 072092 KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS
024 060271 MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA
025 071504 ANA CAROLINA VAVASSORI DE FREITAS WONSPEHER
026 072739 DELIA DE SOUZA
027 007370 LARA MARIA MARTINS CORREA
028 054044 MARITE BRUM FISCHER
029 047983 JOAO BEZERRA GOMES NETO
030 073584 JULIO CESAR DA SILVA LOPES
031 066868 GISELA SONNI DRAEGER BLAHOBRAZOFF GRIMALDI
032 069870 AUREA SIMIONI
033 073419 MARINA SOUZA KRETZER
034 045952 BEATRIZ MARTIM TAVARES
035 073343 GIULIANO JOSE LEITE DALMONICO
036 059304 ANA CARLA MARILDA COSTA LOPES
037 070917 DIEGO DE LIMA BUENO
038 073771 FLAVIA DE OLIVEIRA
039 052429 RAFAEL HENRIQUE CARARO SANTOS
040 071303 JAIME NICOLAU NICOLODI
041 071218 FELIX SILVA
042 070665 TAMARA PEREIRA DE MORAIS
043 071098 HAMILTON KILIANO PHILIPPE JUNIOR
044 071350 FERNANDO DE SOUZA CORDEIRO
045 044137 ERVIN ANTONIO BARON

Cargo: BIBLIOTECARIO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 072147 SORAIA BARBOSA FELIPINI
002 072362 JANE LECARDELLI
003 058819 KARINA YUKIMI OIKAWA
004 003622 RENILDA FATIMA DE OLIVEIRA
005 071237 RENATA STEIN DE SOUZA
006 056652 ALINE CRUZ
007 073486 MAIARA DANUSA DE MEDEIROS
008 070908 CARLOS EDUARDO COSTA
009 051927 JESSICA CAROLINE ROMAO
010 066837 ANA CAROLINA LEITE DE MENEZES
011 059036 ROSENEI BORBA LACERDA
012 044053 MARIA ISABEL ALPERSTEDT DA COSTA
013 066809 RAFAEL TELES SANTANA
014 066083 MARILUCIA GOUDINHO PILLA
015 063625 SILVANA ESMERALDO DA SILVA
016 057372 IVAN MARIO DA SILVEIRA
017 071956 KAREN MACHADO RODRIGUES
018 071332 IRACEMA ESPINDOLA RODRIGUES PAVANATI
019 032716 ROSIANE MARIA
020 054729 TIAGO DANIEL DE JESUS COSTA
021 053976 EDUARDO SILVEIRA
022 066226 JOSELAINE TITON FALCHETTI
023 054408 ALVELINA DE SOUZA
024 055819 REGINA DAMINELLI
025 065680 CRISTIANE SALETI DE SOUZA DOS SANTOS
026 066065 GRAZIELA GLORIA NUNES
027 072097 HILANA BONATO HALOTEN
028 037730 GABRIELA CHIRITTE GRANEMANN
029 044043 DEGO VALDENESIO ADUCI ODREMAN MENDES
030 066307 ANA CRISTINA LUCKMANN CARDOSO
031 066169 GEIZY FERNANDES DE OLIVEIRA
032 044049 JESSICA DA SILVEIRA

Cargo: BIOLOGO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 051289 KARINA FARINA
002 071987 MARCELA CLAUDIA PAGANO

003 009946 HELOISA DE CAMPOS LALANE
004 071439 DANIELA FERREIRA GOMES
005 065708 RAFAELA COUTINHO MIRANDA
006 069694 CLARISSE VOLPATO
007 057357 THARINE APARECIDA DAL CIM
008 066303 OSMARINA ALVES MARINHO
009 070851 DEBORA SCHUCK KNAUTH
010 068623 JESSICA SCHULER
011 072609 TAINA RODRIGUES TAVARES
012 002588 JOAO PAULO ROCHA NETTO
013 069130 LANDER RODRIGO DE SOUZA
014 073812 DAIANE NICOLI SILVELLO DOS SANTOS FERREIRA
015 071429 ADALBERTO KAROL RODRIGUES
016 066386 MILENA MARQUES RAFAEL PAPENBORG
017 071648 FRANSCINI RUBI
018 054833 JESSICA DA ROSA PIRES
019 044025 ANTONIO LOURENCO PINTO
020 072117 JOSE MANOEL SARAIVA FARIA
021 069077 VANESSA MOURA NICKEL
022 071753 ANA MARIA RUBINI LIEDKE
023 067434 DARCILA ERACI ELOY PEREIRA
024 058909 LEONARDO EDSON SOARES
025 072035 ANDREZA SIMIONI
026 071454 KARIN PRISCILA WISCHRAL
027 070468 CAMILA MUNIZ MELO ANTUNES
028 067588 MAURICIO GOULART SABATINO
029 066264 MARCOS LUZARDO RIGOL
030 070066 LIGIA DEBONE PIAZZA
031 044026 CAMILA DA SILVA ALMEIDA
032 072826 MARIA LAURA FONTELLES TERNES

Cargo: BIOQUIMICO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 044029 FERNANDA KOKOWICZ PILATTI
002 073728 MARIANE STEFANES CARLOTO
003 073214 NAUANA SOMENSI
004 069610 EDUARDO VENANCIO ALVES
005 071074 DEBORA BORGERT WOPEREIS
006 045156 INGRID BERTO DA SILVA
007 072101 MARCELA DONATO
008 071459 ANA CAROLINE ARRUDA DE SOUZA
009 071715 CELITO LUIZ DIEI
010 071233 CAROLINA PEREIRA TAVARES BOTELHO
011 071800 LARA ALMIDA ZIMMERMANN
012 072017 EDUARDA VENTURA DE BRITO
013 071284 SILVIA DE SOUZA E SILVA
014 067066 FERNANDA RODRIGUES PALUDO
015 067577 MARIANNE DE OLIVEIRA KELLERMANN
016 069642 GABRIELA REGINA ROSA SOUZA HABERBECK
017 071828 MIRELLA CRHISTINE SCARIOT
018 072356 CONRADO BASTOS BATISTA
019 071983 CAROLINA TARTAROTTI FRIGERI
020 068447 TATIANA NICOLETTI
021 048317 NATHANA CRISTIANE DOS SANTOS ENVAL
022 072355 RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA

Cargo: CONTADOR

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 041562 MARCELO ANTONIO PIERRI JUNIOR
002 042014 CAROLINA VALENTIM GOMES
003 044234 SILVANA COELHO
004 051525 LUIZ FELIPE ESPINDOLA REDIVO
005 068239 LETICIA WELTER LEITE
006 067734 LUCIANO DOS SANTOS BELEM
007 045946 ANDRE DINIZ DOS SANTOS
008 047712 OTAVIO AUGUSTO MARIANO MENEGUELA
009 044231 RODRIGO COUTINHO MIRANDA
010 057768 DANILO HENRIQUE FERNANDES
011 044184 LIDIANE KOERICH

012 044124 DIEGO NEIVALDO DE AGUIAR
013 053350 DEBORA REGINA CARDOSO
014 063495 MATHEUS CORREA GAILHARD
015 044209 MONIQUE ALBERS ARAUJO
016 044177 KARINA JARA FARIA
017 053440 ANELISE AMORIM DA ROSA
018 057035 GUSTAVO MIGUEL DOS SANTOS DA SILVA
019 044141 EVERTON JOSE DA ROCHA
020 011580 GERSON JARDEL KAZMIRCZAK
021 057536 PAULO SERGIO ODAIL GARCIA
022 044076 ADRIANO JOSE MAFRA
023 044186 LUCIANA BEATRIZ DA COSTA PEREIRA
024 067691 MANUELA BOLICO SALLES
025 002254 LEONIR MACIEL ANTUNES
026 072544 FERNANDO DE ASSUNCAO PINTO
027 058338 LILIANE NILZETE SILVEIRA
028 054733 NAYARA GINIELLI BERTO PEREIRA
029 044169 JOAO PAULO VIEIRA
030 058290 MIRIAM BERNARDO MARTINS
031 002688 DAYANA FERNANDES DA SILVA
032 044163 JAQUELINE FREITAS VILAIN
033 044135 ERICA MARIANA BERNARDES
034 055222 ALAN RUTKOWSKI BERNARDES
035 071750 JHONATAN ZILMO BATISTA
036 071291 FERNANDO SEGATA
037 059085 LYEGE HELENA BITENCOURT JORGE
038 051639 SARA DOS SANTOS GARCIA
039 065456 RAFAEL AUGUSTO LUCHTENBERG
040 047715 PRISCILA FLORENCIO
041 067540 FERNANDA STORTI MICHELON
042 068243 RHUAN FELIPE VICENTE DE MELO
043 053253 VINICIUS NIENKOTTER POSADA
044 072966 TECIA SABRINA GOMES MARTINS
045 072777 ELELUCI ADRIANA PEDROSO
046 071773 PATRICIA SCHNEIDER MACHADO
047 051075 VALESCA HRIHOROWITSCH
048 069941 FABIO DOS ANJOS OLIVEIRA
049 044213 OLAVO COELHO ARANTES
050 071190 JACKSON JOSE DE FARIA
051 070476 ANA MARIA DA SILVA
052 071484 GIZELLE SAGAS DE AZEVEDO CAMPOS
053 071580 CAROLINE MARAFIGO MELO POVOAS
054 004669 ALINE CRISTINA NEIS
055 067526 THUINE LOPES CARDOSO
056 065638 ONEIDE NUNES MACIEL
057 068697 RAFAEL DEBORTOLI
058 069706 JORGE AUGUSTO ANTELO
059 071875 VITOR HUGO AYRES DE SOUSA
060 056953 GRAZIELLE DEBORTOLI DE FARIA
061 058829 DAISY DA SILVA DOS SANTOS
062 071596 PAULO RENATO CRISPIM
063 044217 PATRICIA GRIGUC NASCIMENTO
064 073454 ANGELA PEREIRA
065 044216 PATRICIA DA SILVA
066 068201 RODRIGO SEELIG GOURQUES
067 044194 MARCELO ELLER
068 067013 JULIANA MULLER SILVEIRA
069 068747 MATHEUS NUNES GUSINSKY
070 051893 FERNANDA AVILA HARDT
071 071130 VINICIUS DIAS ALVES
072 071784 PAULO ROBERTO MELIES
073 042647 MARINA MICHELS

Cargo: ENGENHEIRO CIVIL
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 072978 RICARDO SILVEIRA
002 071760 LARISSA MARTINS LAMARQUE
003 068342 GABRIEL GRASSIOLI SCHREINERT
004 067356 MARCOS ANTONIO BITTENCOURT JUNIOR

005 067037 BRUNO DE OLIVEIRA VENTURA
006 073448 MARCUS VINICIUS PORTELA PEREIRA
007 066199 JEISON FABIANO VIEIRA
008 073704 ANDRESSA FETTER
009 071107 IGOR BOLOTTI ARRAIS
010 072596 RODRIGO MITIO MIHARA
011 073640 CAROLINA BONATO SPILLERE
012 024225 CRISLEY TAISE DE SOUZA
013 066382 DANIEL GABRIEL DE OLIVEIRA
014 060242 RAFAEL ROBERTO ROMAN
015 072660 LUIGGI BARBIZAN NICOLINI
016 073862 EDUARDO DEUSCHLE
017 055920 PAULINE CRISTIANE KAMMERS SCHNEL
018 044472 FATIMA BATISTA
019 044510 LUCAS RUBINI
020 044559 THAIS SCHUTZ MILLACK
021 053318 WILLYAN RANGEL PAMPLONA DE ANDRADE
022 071807 JOAO VICENTE D AVILA BECKER
023 053641 HENRIQUE DELA BRUNA NORONHA
024 067937 GABRIEL NATHAN ZANELLA
025 071835 KARINA ASSIS ROCHA YAMAMOTO
026 073102 ANNA CLAUDIA FISCHER
027 069124 MARIANA MARIA KONS HOFFMANN
028 070174 JOE FRANCIS COELHO
029 057833 GUSTAVO LIMBERGER MADRUGA
030 044566 VINICIUS LAZZARIS PEDROSO
031 071308 RODRIGO BERTHOLDI SPERANDIO
032 044461 DOUGLAS GHERARDT BRECHT
033 072823 DANIELA DEUSCHLE
034 070073 NIVALDO GARCIA JUNIOR
035 072513 ISLAS STEIN BUTH
036 071283 GABRIELA WOLAN SILVEIRA
037 057965 GUILHERME PEREIRA DE ANDRADE
038 067182 RAFAEL CASARIL
039 044490 JESSICA ZAGUINI MULLER HECKRATH
040 052753 MAYARA VOLPINI TURRA
041 073592 VINICIUS GUSTAVO MOREIRA
042 071940 CASSIO YURI FREIRE LUIZ
043 071923 LUCAS DE FARIA JOSE
044 052927 GENESIO SILVEIRA DE SOUZA
045 044459 DIEGO FELIPE FREITAS
046 061613 RAFAEL VANNI BOVO
047 070321 YURI DE OLIVEIRA MORATO
048 069556 LEONARDO BESEN MULLER
049 053248 MARCEL CELSO MEIRA
050 052794 GUSTAVO FERNANDES
051 070873 THIAGO ALBUQUERQUE ALGAYER
052 070689 VINICIUS MONTAGNOLI
053 054053 LEONARDO BOSCHI
054 069669 VANESSA CARLA DANCOSKI
055 065741 CAIO CESAR SILVA
056 072829 BRUNO GALARDINOVIC RAMPINELLI
057 066822 GUILHERME BARAO HULSE
058 066371 MATHEUS OLIVEIRA DE MORAES
059 057019 GISELLA SOARES
060 073807 MARCOS THOME DA SILVA FERREIRA FILHO
061 073798 MICHEL FRANCOIS DE SOUTO THE
062 044421 ALEXANDRE HENRIQUE HAHN FRANCO GRILLO
063 069762 PEDRO ANTONIO STOTZ DA SILVA
064 070157 RAFAEL CHIES DE OLIVEIRA
065 071067 MATHEUS BORCHARDT
066 044526 MATEUS VALANDRO
067 059913 GIANCARLO ALBINO SAUSEN
068 039990 ROMULO CANEVER LUCION
069 044485 GUSTAVO FREDERICO MARDER
070 055052 GUSTAVO CORAL VILPERT
071 069616 PAULO GRASSIOLI SCHREINERT
072 067311 LUCAS OLIVEIRA DE SOUZA
073 068598 RENAN GUIMARAES PIRES SPERNAU

074 044522 MARINA LORA TORMEN
075 044452 CRISTOPHER FRANCISO GRESS PAZ
076 066524 MAURICIO BONTORIN MEDEIROS SANTOS
077 072006 RITA GRACIELA RIBEIRO VELHO
078 044484 GEISEBEL SILVEIRA DA CRUZ
079 073562 HIGOR DA SILVA KNOBLAUCH
080 067146 JUANNY JOSE DE SOUZA
081 044551 ROGERIO ALT LOVISI CRAVO
082 069094 JOMALEY MOBA LINS
083 051092 SERGIO RONY DA SILVA JUNIOR
084 044444 CAROLINE TESTONI MACEDO PEREIRA
085 072148 ALEXANDRE WALDOMIRO SLEIMANN KLENTZUK
086 071208 MAIKOL NASCIMENTO DO AMARANTE
087 073241 MARCELO ISOPPO MACHADO
088 068497 VAGNER CASTRO DE OLIVEIRA
089 072569 BRUNO DILMO DE SOUZA
090 069681 CAROLINA PIANA SERPA
091 067949 LUCAS BORN PASSONI
092 067088 ANDERSON ARTIGAS GUERRA
093 044521 MARIA LUIZA SOARES FERNANDEZ
094 068936 MARIANA THAYS CAMENAR
095 071893 RAFAEL FERNANDO BRAZ
096 066177 RAFAEL DA ROSA MADEIRA
097 070033 GABRIELA HAMMES
098 068713 SANDYANNE KAMILLA BATISTA PRESTES
099 072742 TIBOR MARIA DO VALLE
100 073075 EDUARDO FERREIRA DO VALLE
101 072686 JANE FERNANDES
102 023768 ALEX SANDRO SOUZA DE OLIVEIRA
103 070134 ELAINE RIBEIRO PEREIRA
104 073817 FREDERICO OLIVEIRA GUIMARAES
105 057535 CARMEN CHAIANA BAUMGARTNER MACIEL
106 070512 LUCAS MARTINS GONZAGA
107 073401 RODRIGO PEREIRA ALFRADIQUE
108 071376 KALLYL HAKIM COSTA GONCALVES
109 059421 TANIA WILKE
110 044531 MICHELI Y CASTRO
111 052849 DIEGO FERNANDES DE SOUZA
112 072415 JOAO FERNANDO ROSSI
113 073630 MAIRA SANTINI CAESAR
114 073351 ROBSON HIROAKI AKIMURA
115 047736 LARISSA GRUBER
116 070876 MARIANA GALLARRETA ROLAO
117 073396 HARRISSON LUIS CURIKI
118 073676 AUGUSTO SIMIONI DE LIMA
119 044529 MAYARA MARTINS
120 069759 GEOVANNI DAS CHAGAS
121 069005 LEONARDO AUGUSTO DOMINGOS TRITAPEPE CARDOSO SILVA
122 072167 ROMULO DIAS DE CARVALHO
123 072163 BEATRIZ FRETTE MACHADO
124 070615 JOAO MARCOS CARDOZO VENKE DE LIMA
125 068410 DIEGO GAZINEU ARNEZ
126 069017 MELISSA ROBERTHA CUCO DE ALMEIDA
127 051944 VINICIUS DO NASCIMENTO LAUS
128 070266 DANIEL FRANCISCO DOS SANTOS
129 067922 MARIA PAULA SILVEIRA
130 072930 LUIZ AUGUSTO LAVAL DOS SANTOS
131 073291 GUSTAVO BRESSIANI ARALDI
132 071942 HELDER MACARINI
133 073778 RICARDO NADIR DE MELO
134 072679 DANIEL PETRY PORRES
135 026401 ALINE MENDES SCREMIN
136 067295 VITOR MADUREIRA NOVO
137 069364 GABRIEL LUIZ CARNEVALLI
138 069735 LEONARDO PINHEIRO MARTINS
139 071852 DOUGLAS AGUIAR DE CARVALHO
140 061810 EDISON ESTIVALETE BILHALVA JUNIOR
141 060657 VICTOR HUGO AMARAL
142 027652 RAFAELA DE OLIVEIRA MACHADO

143 068641 ANTONIO GONGORA GIMENEZ NETO
144 068036 MARIELLEN DE AQUINO
145 065679 VINICIUS FELLER

Cargo: ENGENHEIRO QUIMICO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 066180 EDUARDO SOUSA DE MENEZES
002 073222 MORGANA CRISTINA ARNOLD
003 069136 EDUARDO BONETTI
004 070590 RODRIGO PORTINHO
005 068488 ANDRESSA MARIA SALLA JOHN
006 069480 ADRIANO MARTINS HISSANAGA
007 066299 NATHALIA CAMACHO LUZ
008 071947 AUGUSTO RIBEIRO GUIMARAES
009 066488 NAJLA ALEMSAN
010 067623 SORELLE CASTELLE FERNANDES BRITO
011 071967 VIVIAN CAROLINE COLONETTI
012 067424 AMANDA FLORIANI
013 070774 LARAUE POMMERENING
014 069494 VITOR ALVES RAQUEL
015 068677 LETICYA LAIS COELHO
016 066089 THIAGO BATISTA
017 068135 ANA JORDELINA MARTINS DA ROSA
018 067736 ANA PAULA VOLPATO
019 073080 KLAUS PETER SCHLEI
020 070682 CAMILA RAMOS DE AVILA
021 068600 LIDIA AZEVEDO FERREIRA
022 070348 GABRIELA BERDET DA SILVA AYRES
023 038681 LAUREN BERGMANN SOARES
024 067442 LEANDRO DELGADO DE ALMEIDA
025 066802 LUIZ CARLOS ALVES JUNIOR
026 073625 KAYO VINICYUS DE SOUZA OLIVEIRA
027 067484 ALEX CECCON ROHLING
028 070704 CAROLINE NAZARETH MACHADO
029 040737 ALINE REGINA GODINHO
030 070474 ANGELO OLIVEIRA SILVA
031 073246 IVHAN MICHEL KIENEN TAFNER
032 072500 LAIS SOARES DOS SANTOS
033 067021 ANA CAROLINE SCHUCK GOMES
034 071146 ERITON CACIO RUFINO SEARA
035 071038 ANDRESSA STOCKMANN MARAFIGA
036 062022 ANDERSON STRAPAZZON GRAZIOLI
037 070201 GABRIEL HENRIQSON TEIXEIRA
038 067512 JULIANA TEIXEIRA QUINAUD
039 041363 AUGUSTO CESAR SANTOS DE LIRA
040 036974 GUSTAVO OSMAR SIMM COSTA
041 071566 GUSTAVO DE MAIO MARINO
042 071003 VINICIOS GODINHO DEBASTIANI
043 067358 JESSICA TAISA ZANETTI
044 072109 ELIANE ZALESKI
045 069398 MARCELO CESA
046 067189 THAMIRIS RENATA MARTINY
047 071811 FELIPE WILHELM
048 038699 ANA CAROLINE BERTI DA SILVA
049 065665 CANDIDA LUIZA SIMONATO
050 068546 CAROLINE SANCHES
051 071420 PRISCILA MARQUES JULIO
052 068162 CRISTIANE FOLLADOR
053 067504 GERSON MIGUEL FETT
054 069228 FABIO MIOTTO
055 068894 LUIZ AFONSO SCHMIDT
056 069031 TUANE DO CANTO ANTONIO
057 067569 KAUANA SERPA WERNER
058 008967 DIANE RODRIGUES SILVEIRA
059 040987 JOAO BATISTA RAMOS
060 073329 LUCAS ARAUJO
061 071522 ELOA SUELEN RAMOS
062 067909 PATRICIA DANIELA BOHN
063 071349 JULIO CESAR ZANCHET PIAIA

064 067839 CAROLINI MACHADO REBELO DA CRUZ
065 067232 EDINEIA FATIMA BROCCO
066 072074 JOAO PAULO MARTINS
067 072540 TIAGO DE SOUSA BORGES
068 069157 MARTINA FERNANDES PAIM
069 066168 FERNANDA TRINDADE DA SILVEIRA
070 071166 ANDERSON MORENO
071 071826 STEPHANI PASSOS LUDGERO

Cargo: FARMACEUTICO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 054054 EDUARDO SANTOS DE MATTOS
002 060426 ANA PAULA VETTORETTI DAMIAN PREVE
003 065314 BRUNO DA SILVA FELIPE
004 061480 MARIA EDUARDA RICHTER CORREA
005 048614 DANIELLE FONTANA PEREIRA DALMARCO
006 065942 EVELYN CARINE LOTH
007 069476 ALYNE MACHADO BARBOSA
008 051342 DEBORA DANIELLA PISSETTI
009 070536 CRISTIANE MOROZ DE MELLO
010 071154 RITA DE CASSIA MARCIS

Cargo: FISIOTERAPEUTA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 072430 GABRIELA ALMEIDA DE OLIVEIRA
002 060713 AMANDA MELANIE FARACO DE OLIVEIRA NASCIMENTO
003 051662 ALINE PERAO MARQUES
004 072926 ELIETE CRISTINA BONILHA
005 048777 PAULINE OLIVEIRA GINCALVES PEDRO
006 045081 GABRIELLA DA SILVA MEINSCHEN
007 052513 GISELE HENRIQUE CARDOSO
008 054568 WANESSA ZANOTTO
009 056180 MICHELLE HARTWIG SANCHES SAUERBIER
010 068846 RENATA VIDIGAL GUIMARAES
011 069848 TADEU CANDIDO DA SILVA
012 072605 LUANA FRANCIELLE NATTS PASTORINI
013 067772 MAYA CIANA PEDEMONTE
014 071845 AMABLY CRISTINY PRIM
015 051061 RAQUELI BISCAYNO VIECILI
016 069419 MAYANA COSTA CUNHA
017 066229 KARLA DA GRACA VALENTE LIMA
018 053731 CAMILA SILVEIRA
019 007896 DANIEL AGUIAR
020 065930 CINTIA DE GODOI DA ROCHA
021 060675 MAYARA SCHMIDT
022 073116 FERNANDA PERES DA SILVEIRA
023 073019 AMANDA SANTOS MELERO
024 071499 PRISCILA OLIVEIRA DE BORTOLI
025 069046 GISELA DE CAMARGO BRAGA
026 072996 REJANE CRISTINA VIANA BARBOSA
027 065766 MARIANA MEURER REGIS
028 048751 ELAISA CRISTINA UNGER
029 068048 JESSICA EGERT
030 072121 LUIZA DUTRA GARCIA
031 069597 CARLOS HENRIQUE VIEIRA DA SILVA

Cargo: JORNALISTA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 072104 RODRIGO SIMOES CHAGAS
002 059547 MATHEUS DALRI BOING
003 046096 CLEBERSON FONTELLA CORREA
004 072543 DANIEL RUFATTO
005 073146 LEANDRO DOS SANTOS JUNGES
006 070220 RAFAEL BATISTA DIAS
007 046093 ANNA BARBARA MEDEIROS
008 046102 GLAUCIR FERREIRA BORGES
009 071743 CARMEM REJANE ANTUNES PEREIRA
010 066424 MAURO MEURER
011 072412 BARBARA MORSCH LIPP

012 051224 SILVIA AGOSTINI PEREIRA
013 068139 ANA CAROLINA CENATTI
014 070451 CAROLINA BORGES GONCALVES
015 065931 CAMILA AVER PAES
016 004086 EDUARDO GOMES CORREIA
017 069233 GIOVANA BEATRIZ PIETRZACKA
018 046105 MAICON CLIMACO DE SOUZA
019 072781 REBEKA RIBEIRO DA LUZ
020 051008 RICARDO JOSE TORRES
021 072394 JULIANA FREIRE BEZERRA
022 065713 ARIANNA FONSECA
023 066230 CRISTIANA TALITA AMORIM
024 070963 JHENIFER SCHMITT
025 068890 ROMEU SCIREA FILHO
026 004598 ARTUR DA SILVA QUERINO
027 066477 DEBORA CRISTINA BALDISSERA
028 067382 LUIZA TELEXA ESPINOSA
029 065731 EDILSON MARINHO CAMPAROTO
030 066886 JACQUELINE IENSEN
031 067466 CRISTIANE DE BARROS TOSCHI
032 070741 RICARDO BORGES LEITE
033 072460 AGOSTINHO NICOLINI
034 067828 DANIEL LOURENCO RAMOS
035 067228 ADRIANA CALAZANS SCHMIDT DE OLIVEIRA
036 067064 BARBARA PORTO MARCELINO
037 072889 LUCIANE GONCALVES TOLEDO SANTIAGO DE MELO
038 068779 KAROLINE FIGUEIREDO
039 066233 WILLIAM WOLLINGER BRENUVIDA
040 071128 WILLIAM MACHADO DA SILVA
041 067842 ADRIANO DANIEL PASQUALOTTI
042 071816 GIOVANNA LAUREA DUTRA
043 068896 PASCALLY CAROLYNY OLIVEIRA DE LIMA
044 069612 ELIAN MATTE

Cargo: NUTRICIONISTA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 070920 BIANCA DE BORTOLI
002 058490 BARBARA BLAUTH MACHADO
003 068313 ANA PAULA BITENCOURT DA COSTA
004 068316 DAIANA MARIA COSTA
005 069125 FRANCIELI MIQUELON
006 062221 BIBIANA PEDRA CRUZ BETTIN
007 068918 MARISA RODRIGUES PRADO
008 066170 MANUELLA DE SOUZA MACHADO
009 070757 LUCIANA FIGUEIRA DE OLIVEIRA
010 071339 GABRIELA DA SILVA
011 051213 LUCIANA JEREMIAS PEREIRA
012 066805 BRENDA CRISTIAN FRANCISCO DA SILVA
013 048970 DANIELLA COSTA ZIEGLER
014 073264 ROSSANA BELISSIMO DA SILVA
015 048994 RUBIANE DE FREITAS SOARES
016 072336 SIMONE MARTINS VICENTE NENE
017 072461 MICHELE MEDEIROS SILVEIRA
018 070845 TATHIANE MURIEL MEDEIROS
019 065872 ANGELA CRISTINA DA SILVA CASCAES
020 072464 TALITA DIREZIANSDY FONTANY LIMA
021 065678 RAFAELA CARMINATTI
022 054827 KAMILA RENATA COSTA
023 066899 LUIZA DE MORAES HORN
024 058334 PRISCILLA CORREA INACIO MACHADO
025 069483 CLAUDIA CRISTINA MANSKE
026 048997 TAMIRES AVILA RECH
027 071293 MARINA DA CUNHA HEINECK
028 066136 RENATA MOTA MACHADO REIS
029 069538 JOSEANE COLZANI
030 070893 JHENIFFER CARLA DE OLIVEIRA
031 065974 MAYARA LOPES MARTINS
032 071162 GABRIELA TRONCA POLETTO
033 070449 ALINE FERREIRA E SILVA

034 067727 DIANE FAVRETTO
035 065907 CARINE DEHLANO
036 072042 DEBORA HEMKEMEIER
037 071630 PAULA ELISA LOUZADA
038 069381 JOANNA MARASCHIM
039 072631 RAYANNE REBECCA ALMADA BRASIL
040 066859 LAURA VIEIRA DE OLIVEIRA
041 065768 MAIRA DOS SANTOS
042 068477 MARINA SILVA DO NASCIMENTO
043 070732 VIVIANE GERSZEWSKI DO PRADO BORBA
044 072251 LAILA PENTEADO
045 054006 KARINA SANTOS
046 067570 FERNANDA CAMARGO LOPES DA SILVA
047 073118 KELLY DA SILVA SCUSSEL
048 072532 THAMARA ROSS MOREIRA
049 042626 SCHIRLEI MARIA NASCIMENTO
050 056169 ALINE SCHVARTZ
051 048983 LARISSA PEREIRA MARTINS
052 068149 ANA LUIZA ZAMBONATO DORNELES
053 067697 ALEXANDRA GOMES ATHANASIO ZIMMERMANN
054 060594 VIVIAN BRAZ VIEIRA
055 058446 PRISCILLA BOHRER DA SILVA ALVES
056 071019 FERNANDA DEMOLINER
057 067016 MAYARA JATOBA DOS SANTOS
058 071984 MANOELA DE SOUZA PINHEIRO
059 070380 HELEN REZENDE CALAZANS DA SILVA
060 066232 SABRINA VILELA RIBEIRO
061 072980 ANA PAULA MARCHI
062 056316 LUIZA YOHANA SCHMITZ
063 068950 CAMILA BRITO TEIXEIRA
064 071638 EDUARDA MELLO DA SILVA
065 072611 NATALIA DE MELLO LEHMKUHL
066 071196 ESTEFANI KELI SCHERER
067 071337 CRISTIANE MAI
068 073123 ALESSANDRA MOTTA PEREIRA
069 048972 FERNANDA RECH RODRIGUES
070 071035 FRANCIELLY TEIXEIRA DA SILVA
071 072044 MIRELA DA SILVA FLORES
072 069394 ROBERTA PIERI MACHADO
073 069574 KAROLINA ZONTA ROSA
074 066343 PALOMA ADINEIA FIRMO

Cargo: PSICOLOGO**POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO**

001 071989 CAROLINE PERTILE
002 049085 ANA CAROLINA DE SIQUEIRA SIMOES
003 065960 LUCAS ANDRADE ANANIAS
004 071981 MARCELO HENRIQUE FROTE
005 026307 MARIANA DUMINELLI DA LUZ
006 051325 CARLA OLIVEIRA MELLO
007 049148 RUDINEI MARTINS COELHO
008 066786 CRISTIANE LUMI NAKAZAWA
009 057469 NATALIA LORENZETTI DA ROCHA
010 057538 LARISSA FETTER WEGNER
011 070934 LOUISE CARLA DE ABREU GUEDES
012 058842 MABEL PINHEIRO LABANOWSKI
013 036449 AGATHA RABELO DE LIMA
014 051921 MORGANA MARIAH DAROSCI
015 070939 JOSIANE TERESINHA RIBEIRO DE SOUZA
016 067312 VANINE FERREIRA BICA
017 073009 KELLY APARECIDA FRITZEN
018 055482 ANDRESSA BERTONCELLO VALANDRO
019 071543 FABIOLA ZENI PAPINI
020 007512 WAGNER WITT TEIXEIRA NASCIMENTO
021 065956 DANIELA FURLAN
022 066632 MARCELO DE OLIVEIRA PRADO
023 070290 FERNANDA DOS SANTOS CONTESSA
024 072466 ANA GABRIELA PATRIOTA COUTINHO
025 059247 CRISTINA DE LARA PRAZERES BROERING

026 068993 FERNANDA RECHE SELISTRE
027 049105 ELIS DUTRA DA SILVA
028 069803 ALINE MATTIAZZI ULZAFAR
029 066553 NATALIA ALZIRA DOS SANTOS SENS
030 070385 BRUNA VALERIA DALL ACQUA
031 042115 MARCIA APARECIDA DA SILVA CREMINACIO
032 071095 ELAINE CRISTINA PIRES
033 050996 RAPHAEL SANSONETTI VALVERDE
034 071641 LOREDANA AMARAL MARZOCHELLA
035 066234 MARIANA DIAS TEIXEIRA
036 072073 TAIZ BROGNOLI DA ROSA
037 066653 FERNANDA MENDES LEAL
038 068012 JUSSARA ALVES DA CRUZ SOARES
039 065657 JULIANA MACIEL MOTTA
040 071119 TEREZINHA CRUZ DA CUNHA PARDO
041 066723 ROBSON TSCHA GIRARDELLO
042 053493 ELAINE DA SILVEIRA
043 067166 MAUREN ZENNI KLEIN
044 069457 JOSIANE KOHLS
045 033813 MONIQUE DIAS
046 003114 PRISCILA STAHLSCMIDT MOURA
047 072118 MATHEUS UBERTI WENDT
048 069184 INGRID MILANEZ FERNANDES
049 056257 VICKY CHULA MARTINS
050 072419 JESSICA BARBOSA
051 051361 CELINA LUCAS DOS SANTOS
052 060388 ANNDREY KUHN SANGALETTI
053 060785 KARINA DE SOUZA FERREIRA
054 059433 DAIANE ANTUNES SOUZA
055 056613 LUNA CASSEL TROTT
056 069745 JESSICA VICENTE ROSA
057 066690 MARIA INES CUNHA STEIN
058 068978 ROSANE KLEIN
059 058107 SCHEILLA SOARES
060 072144 OZANA MATZEMBACHER DA SILVA
061 071346 THAIS HELENA MONTEIRO DA SILVA
062 071158 KELLY PEREIRA DIAS
063 072182 ANDREIA COSTA DE SOUZA
064 054383 IVANA RODRIGUES RACHADEL MAFRA
065 033940 CLARICE ROCHA BASTOS
066 066195 ANA PAULA NASCIMENTO DE ALMEIDA
067 054776 JAQUELINE BULIN VIEIRA
068 073821 SUSANA SOARES
069 068912 LUANA RODRIGUES KARKLIS E SILVA
070 060887 CAROLINA DE VASCONCELLOS MAZONI
071 054255 ANA FIGUEIREDO DUPRET
072 049098 CINTIA FERNANDA DOS SANTOS
073 070097 LUANA DOS SANTOS DAL ROSS BOTTENBERG
074 070992 JEAN CARLO ADAMS
075 070919 DANIELLE MACHADO VISENTINI
076 027737 ARTUR CIPRIANI DA SILVA
077 066914 MAISE FROES
078 067198 NAIADE BARETTO
079 067648 CAROLINE SOCHA
080 072564 SOLANGE BAGGENSTOSS
081 071848 JUSSARA TEREZINHA BERGAMIN
082 069860 ANA LUCIA MARTINS DE OLIVEIRA
083 008858 MARIA ALBINA M. NUNES
084 070957 GERUSA PAULI SAFRA
085 059640 CAMILLA MARIA DA SILVA
086 070959 GISLANE RIBEIRO DO AMARAL
087 042717 CATIANE DE OLIVEIRA
088 049106 EVERTON MORFIM PELEGRINI
089 072797 KARLA ELIZABETH CASTILLO FLORES
090 073367 FABIOLA MACHADO GUEDES
091 070696 EMANUELLA MATOS DA SILVA
092 069040 DIMITRI FOSSATI
093 068453 LAIS FRAGA MONTEIRO
094 071510 SALETE REGINA RAMOS DO AMARAL

095 070655 ABRAHAO ROCHA BRANDAO
096 067164 SUSANA SOUZA PIRES DO AMARAL ALVES
097 048722 THAIS DUTRA ALVES FENNER
098 054521 CARLA LAVARDA CONCENTINO CAETANO
099 057328 LUCINEYRE BARROS MACHADO
100 070223 DOMINIQUE LOPES DIOGO DOS SANTOS
101 069297 BERENICE FISCHER CORREA DA SILVA LINDENBERG
102 026678 ANNA DE LIMA ESTANISLAU
103 049086 ANA LUISA REMOR DA SILVA
104 053824 JULIENE DE PONTES LLARENA
105 067946 KATUZA CARBONARA
106 072474 CLEBERSON MACEDO DE SOUZA
107 059149 JEANINE FARIAS FIGUEIRO
108 049161 THUANY DE MELO COELHO
109 069484 MARISSE FERREIRA GOMES
110 068597 ANA CAROLINA PEREIRA DA CRUZ
111 067874 MORGANA MARTINS DE MEDEIROS
112 071817 VANESSA DA SILVA BATISTA
113 067695 FELIPE LIMA DE SOUZA
114 073314 ZINALDO BARBOZA COUTINHO
115 006945 ROSELAINE SILVANA PEREIRA FAVARO
116 049138 MICHELINE PATRICIA SILVA
117 049101 CLEUMARA DA SILVA BERNARDI
118 033723 KARYNI CARDOSO TEIXEIRA
119 072789 LENE MARIA DE MELO
120 066932 MONIA MARIA GROSS
121 072428 JONATHAN STOLL BARNI
122 026103 ELIS REGINA DA ROSA
123 060288 SHEILA LYRA MOREIRA DA SILVA
124 049102 CRISTINA BORGERT COELHO
125 066197 ANA LUCIA SOARES DE SOUZA
126 069578 KAROLINA COSTA RAFFS
127 070627 CIBELLE BERNARDES BITENCOURT
128 008145 SUZANNE DE SOUZA MARTINS
129 071173 ALINE RODRIGUES
130 068285 JULIA MACHADO FAO
131 053728 ANA LUCIA DA SILVA
132 033457 AMANDA BATISTA MADRUGA
133 073145 SOLANGE ANTUNES
134 072157 LUCIANA STIBE FISCHER
135 069777 FERNANDA FARIAS DA ROCHA ASSING
136 051848 LISIE BARONI CRUZ
137 070504 ELISA FERREIRA GARCIA HASSELMANN
138 033187 MANOELA LUCIANO DE AMORIM
139 049111 GABRIELE DAHMER OTERO
140 073797 VALDINELE BATISTA SCHULZE
141 049137 MICHELE DA SILVA PEREIRA

Cargo: VETERINARIO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 072444 LIGENE FERNANDES DE OLIVEIRA
002 071042 IOLANDA MARIA SARTORI OFENBOCK NASCIMENTO
003 067589 FELIPE KUNZ
004 071368 JOSE GUIDI NETO
005 066247 PAULA HORACIO CESAR
006 064739 EDUARDO ROSA DOS SANTOS
007 058063 BARBARA DALAZEN MACHADO
008 057479 GIOVANNA POLO
009 066201 ARIANE CLAUDIA ALVES DA SILVA
010 071963 MARCOS ALBERTO STEGLE
011 072226 MICHELLE COPETTI TEIXEIRA
012 073220 GUSTAVO MELCHERT

Grão Pará

PREFEITURA

CERTIDÃO 004.2017 - FAMGP

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita no CNPJ: 23.311.650/0001-53, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.803 de 29 de novembro de 2011; Lei Municipal 2.015 de 04 de novembro de 2015; Lei Municipal 1.813 de 13 de dezembro de 2011; Lei Municipal 2.016 de 04 de novembro de 2015; Resolução CONSEMA 085/2016; Decreto Estadual 620 de 28 de novembro de 2003; Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981; Lei Federal 14.675 de 13 de abril de 2009; Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011; Decreto Estadual 14.250 de 05 de junho de 1981, Resolução CONAMA 237/1997; e Resolução CONSEMA 014/2012, certifica para os devidos fins que o Processo FAMGP n.º 0020/2017 do empreendedor/requerente Valentin Lembeck Eising, CPF nº. 016.756.419-60 situado na Estrada Geral Capivaras Alta neste município, cadastrou nos termos do art. 3º, Parágrafo Único da Resolução CONSEMA 01/2006, a atividade de Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em açudes (Sistema I), no item 03.31.00 da Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental de Impacto Local aprovada pela Resolução CONSEMA nº 14/2012 e suas alterações e/ou Resolução CONDEMA 01/2016 e suas alterações, para o qual apresentou a Declaração de Conformidade Ambiental, onde declara expressamente que o empreendimento/atividade está localizado de acordo com a legislação ambiental e floresta vigente, não está situado em área de preservação permanente, trata de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos, possui Reserva Legal, desde que localizado em área rural, sendo a mencionada declaração acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica ou Função Técnica (ART e AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional que a subscreve

A presente certidão foi emitida sem rasura e/ou colagem e é válida por 24 meses.

OBS.: Esta certidão não autoriza o corte de vegetação.

Condicionante: Deverão ser respeitados os limites de preservação permanente.

Deverão ser executados todos os controles e programas ambientais de forma a contornar os possíveis impactos ambientais.

Deverão ser recolhidos e mantidos em local apropriado (local coberto e impermeabilizado) todo tipo de resíduo gerado pelo empreendimento.

Grão-Pará / SC, 20 de abril de 2017.

Alexandre Bonin Baggio
Superintendente da FAMGP

CERTIDÃO 009.2017 - FAMGP

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita no CNPJ: 23.311.650/0001-53, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.803 de 29 de novembro de 2011; Lei Municipal 2.015 de 04 de novembro de 2015; Lei Municipal 1.813 de 13 de dezembro de 2011; Lei Municipal 2.016 de 04 de novembro de 2015; Resolução CONSEMA 085/2016; Decreto Estadual 620 de 28 de novembro de 2003; Lei Federal 6.938 de

31 de agosto de 1981; Lei Federal 14.675 de 13 de abril de 2009; Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011; Decreto Estadual 14.250 de 05 de junho de 1981, Resolução CONAMA 237/1997; e Resolução CONSEMA 014/2012, certifica para os devidos fins que o Processo FAMGP nº 035/2017 do empreendedor/requerente Gilvane Costa Koch - ME, CPNJ: 13.532.089/0001-89, situado na Rua Barão do Rio Branco, Centro, neste município, cadastrou nos termos do art. 3º, Parágrafo Único da Resolução CONSEMA 01/2006, a atividade de Restaurantes, pizzarias, padarias e similares com forno a lenha, no item 80.80.03M da Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental de Impacto Local aprovada pela Resolução CONSEMA nº 14/2012 e suas alterações e/ou Resolução CONDEMA 01/2016 e suas alterações, para o qual apresentou a Declaração de Conformidade Ambiental, onde declara expressamente que o empreendimento/atividade está localizado de acordo com a legislação ambiental e floresta vigente, não está situado em área de preservação permanente, trata de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos, sendo a mencionada declaração acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica ou Função Técnica (ART e AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional.

A presente certidão foi emitida sem rasura e/ou colagem e é válida por 24 meses.

OBS.: Esta certidão não autoriza o corte de vegetação.

Deverão ser efetuados todos os controles ambientais como forma de minimizar possíveis impactos.

Grão-Pará / SC, 13 de julho de 2017.

Alexandre Bonin Baggio
Superintendente da FAMGP

CERTIDÃO 010.2017 - FAMGP

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita no CNPJ: 23.311.650/0001-53, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.803 de 29 de novembro de 2011; Lei Municipal 2.015 de 04 de novembro de 2015; Lei Municipal 1.813 de 13 de dezembro de 2011; Lei Municipal 2.016 de 04 de novembro de 2015; Resolução CONSEMA 085/2016; Decreto Estadual 620 de 28 de novembro de 2003; Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981; Lei Federal 14.675 de 13 de abril de 2009; Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011; Decreto Estadual 14.250 de 05 de junho de 1981, Resolução CONAMA 237/1997; e Resolução CONSEMA 014/2012, certifica para os devidos fins que o Processo FAMGP n.º 0046/2017 do empreendedor/requerente Altair de Oliveira, CPF nº. 950.937.459-87 situado na Estrada Geral Serra Furada, neste município, cadastrou nos termos do art. 3º, Parágrafo Único da Resolução CONSEMA 01/2006, a atividade de Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Viveiros (Sistema II), no item 03.31.01 da Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental de Impacto Local aprovada pela Resolução CONSEMA nº 14/2012 e suas alterações e/ou Resolução CONDEMA 01/2016 e suas alterações, para o qual apresentou a Declaração de Conformidade Ambiental, onde declara expressamente que o empreendimento/atividade está localizado de acordo com a legislação ambiental e floresta vigente, não está situado em área de

preservação permanente, trata de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos, possui Reserva Legal, desde que localizado em área rural, sendo a mencionada declaração acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica ou Função Técnica (ART e AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional que a subscreve

A presente certidão foi emitida sem rasura e/ou colagem e é válida por 24 meses.

OBS.: Esta certidão não autoriza o corte de vegetação.

Condicionante:

- Deverão ser respeitados os limites de APP (córregos, rios ou qualquer outro) segundo a lei 12.651 de 2012 complementada pela lei 12.727 de 2012.
- Deverão ser executados todos os controles e programas ambientais de forma a contornar os possíveis impactos ambientais.
- Deverão ser recolhidos e mantidos em local apropriado (local coberto e impermeabilizado) todo tipo de resíduo gerado pelo empreendimento.

Grão-Pará / SC, 30 de agosto de 2017.

Alexandre Bonin Baggio
Superintendente da FAMGP

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE 007 DE 2017 - FAMGP

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE

Nº 007 / 2017

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP, no uso das suas atribuições conferidas pela lei municipal 2.015/2015 que altera os dispositivos da lei nº 1.803, pela lei municipal 2.014/2015 que altera a lei 1.804 de 2011, pela resolução CONSEMA nº 14 de 2012 e resolução CONSEMA nº 85 de 2016, lei complementar nº 140/2011 e lei estadual 14.675 de 2009, certifica para os devidos fins que a ZOHAR Confecções LTDA EPP CNPJ: 01.934.063/0001-88, informou a implantação/operação do empreendimento/atividade de Fecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, situado na Rua Rui Barbosa, Centro, no município de Grão-Pará/Santa Catarina, o qual não integra a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovadas pela resolução CONSEMA nº 14/2012 e suas alterações, portanto não sujeito ao licenciamento ambiental municipal. Contudo o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente e não se situar em área de preservação permanente e possuir CAR, se for imóvel em área rural.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no Formulário de Caracterização do Empreendimento – Integrado (FCEI).

A FAMGP poderá a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental, caso verifique a discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

A presente certidão foi emitida sem rasura e/ou colagem e tem validade na vigência das resoluções CONSEMA 14/2012.

Grão-Pará, 13 de julho de 2017.

Alexandre Bonin Baggio
Superintendente da FAMGP

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE 008 DE 2017- FAMGP

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE

Nº 008 / 2017

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP, no uso das suas atribuições conferidas pela lei municipal 2.015/2015 que altera os dispositivos da lei nº 1.803, pela lei municipal 2.014/2015 que altera a lei 1.804 de 2011, pela resolução CONSEMA nº 14 de 2012 e resolução CONSEMA nº 85 de 2016, lei complementar nº 140/2011 e lei estadual 14.675 de 2009, certifica para os devidos fins que a KARINA KULKAMP, portadora do CPF nº 006.998.339-90, informou a implantação/operação do empreendimento/atividade de CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO, situado na Rua Belmira Duarte Miranda, Centro, no município de Grão-Pará/Santa Catarina, o qual não integra a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovadas pela resolução CONSEMA nº 14/2012 e suas alterações, portanto não sujeito ao licenciamento ambiental municipal. Contudo o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente e não se situar em área de preservação permanente e possuir CAR, se for imóvel em área rural.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no Formulário de Caracterização do Empreendimento – Integrado (FCEI).

A FAMGP poderá a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental, caso verifique a discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

A presente certidão foi emitida sem rasura e/ou colagem e tem validade na vigência das resoluções CONSEMA 14/2012.

Grão-Pará, 30 de agosto de 2017.

Alexandre Bonin Baggio
Superintendente da FAMGP

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE 009 DE 2017 - FAMGP

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE

Nº 009 / 2017

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP, no uso das suas atribuições conferidas pela lei municipal 2.015/2015 que altera os dispositivos da lei nº 1.803, pela lei municipal 2.014/2015 que altera a lei 1.804 de 2011, pela resolução CONSEMA nº 14 de 2012 e resolução CONSEMA nº 85 de 2016, lei complementar nº 140/2011 e lei estadual 14.675 de 2009, certifica para os devidos fins que a SALESIO ALBERTON MATTEI, portadora do CPF nº 252.105.219-15, informou a implantação/operação do empreendimento/atividade de CONTRUÇÃO DE UMA CASA, situado na Estrada Geral Invernada, Invernada, no município de Grão-Pará/Santa Catarina, o qual não integra a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovadas pela resolução CONSEMA nº 14/2012 e suas alterações, portanto não sujeito ao licenciamento ambiental municipal. Contudo o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente e não se situar em área de preservação permanente e possuir CAR, se for imóvel em área rural.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no Formulário de Caracterização do Empreendimento – Integrado (FCEI).

A FAMGP poderá a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental, caso verifique a discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

A presente certidão foi emitida sem rasura e/ou colagem e tem validade na vigência das resoluções CONSEMA 14/2012.

Grão-Pará, 24 de agosto de 2017.

Alexandre Bonin Baggio
Superintendente da FAMGP

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE 001-2017 - FAMGP

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE
Nº 001/ 2017

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP, no uso das suas atribuições conferidas pela lei municipal 2.015/2015 que altera os dispositivos da lei nº 1.803, pela lei municipal 2.014/2015 que altera a lei 1.804 de 2011, pela resolução CONSEMA nº 14 de 2012 e resolução CONSEMA nº 85 de 2016, lei complementar nº 140/2011 e lei estadual 14.675 de 2009, certifica para os devidos fins que COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRÃO-PARÁ- CER-GAPA, CNPJ: 01.229.747/0001-89, informou a implantação/operação do empreendimento/atividade Poda de árvores exóticas que acarretam risco situado na Rua Joinville, próximo ao colégio Dr. Miguel de Patta no município de Grão-Pará/Santa Catarina, o qual não integra a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovadas pela resolução CONSEMA nº 14/2012 e suas alterações, portanto não sujeito ao licenciamento ambiental municipal. Contudo o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente e não se situar em área de preservação permanente e possuir Reserva Legal, se for imóvel em área rural. Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente.

A FAMGP poderá a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental, caso verifique a discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

A presente certidão foi emitida sem rasura e/ou colagem e tem validade na vigência das resoluções CONSEMA 14/2012.

Grão-Pará, 01 de março de 2017.

Alexandre Bonin Baggio
Superintende

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE 002-2017 - FAMGP

CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE
Nº 002/ 2017

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP, no uso das suas atribuições conferidas pela lei municipal 2.015/2015 que altera os dispositivos da lei nº 1.803, pela lei municipal 2.014/2015 que altera a lei 1.804 de 2011, pela resolução CONSEMA nº 14 de 2012 e resolução CONSEMA nº 85 de 2016, lei complementar nº 140/2011 e lei estadual 14.675 de 2009, certifica para os devidos fins que AGRONETO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS LTDA EPP, CNPJ: 81.021.669/0001-61, informou a implantação/operação do empreendimento/atividade Execução de recuperação de escorregamento de talude situado no KM 132+300 da SC-370, coordenadas 28°11'47,68" S e 49° 12'40,66" W no município de Grão-Pará/Santa Catarina, o qual não integra a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovadas pela resolução CONSEMA nº 14/2012 e suas alterações, portanto não sujeito ao licenciamento ambiental municipal. Contudo o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente e não se situar em área de preservação permanente e possuir Reserva Legal, se for imóvel em área rural.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente.

A FAMGP poderá a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental, caso verifique a discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

A presente certidão foi emitida sem rasura e/ou colagem e tem validade na vigência das resoluções CONSEMA 14/2012.

Grão-Pará, 02 de março de 2017.

Alexandre Bonin Baggio
Superintende

DECRETO DF 023/2017 - ORÇAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000023/17 de 30 de Agosto de 2017

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(006)3.1.71.00.00.00.00.00.2.034-0002 - Transf. a Consórcios Públicos	1.500,00
(009)3.3.71.00.00.00.00.00.2.034-0002 - Transferências a Consórcios Públicos	500,00

Total Suplementação: 2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA**

(010)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0002 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Total Anulação: 2.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Agosto de 2017.

RICARDO SCHLICKMANN ASCARI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 30 de Agosto de 2017.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

TERMO DE COMPROMISSO - SALÉSIO ALBERTON - FAMGP

Termo de compromisso Nº003/2017

A FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ - FAMGP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 23.311.650/0001-53 com sede na Rua Aderbal Ramos da Silva nº 01, bairro Centro, CEP 88.890-000, Grão-Pará/SC, neste ato, representada pelo seu Superintendente Alexandre Bonin Baggio, e Salésio Alberton Mattei, pessoa física, brasileiro, casado, inscrito

no CPF: 252.105.2019.219-15, com endereço na Estrada Geral de Invernada, bairro Invernada, Grão-Pará/SC.

Considerando o processo administrativo nº034/2017 referente ao Auto de Infração Ambiental 000006.

RESOLVEM:

Formalizar por meio desse instrumento, MEDIDA COMPENSATÓRIA, cumprindo a adoção de medidas a fim de compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e a manutenção do equilíbrio ecológico, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade grãooparaense concomitantemente com a proteção do patrimônio natural, bem como uso comum e essencial à vida da presente e das futuras gerações, com fundamento no artigo nº 87 e 88 do Código Estadual do Meio Ambiente, Lei nº 14.675/2009, alterada pela Lei nº 16.342/2014 e art. 146 da Lei Federal nº 6514/2008.

Sendo assim, fica o compromissário responsável por:

1) De acordo com a Decisão Administrativa Ambiental, concedo a suspensão da exigibilidade da multa, reduzindo assim 90% do valor aplicado, restando 10% do valor, R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) reais. Fica acordado igualmente a doação de 100 (cem) mudas de árvores nativas, com no mínimo 50 cm de altura, para a Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará, assim como a recuperação de uma área de 460 m² com vegetação nativa no mesmo imóvel.

2) O descumprimento do termo de compromisso implica:

I - na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral; e

II - na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

3) Caso não tenha sido realizado o recolhimento da multa no prazo fixado, o processo administrativo de fiscalização ambiental deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança na forma usualmente utilizada pelo Município. A inscrição em dívida ativa será feita pela Secretaria de Fazenda e Finanças do Município, cujos recursos, após cobrados, deverão ser repassados à Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP.

4) Fica fixada a multa diária no valor de 20% do valor final condicionado na Decisão de Processo Administrativo Ambiental, em caso de descumprimento do presente Termo de Compromisso.

5) O prazo de vigência do presente termo de compromisso é de 3 (três) anos, com possibilidade prorrogação desde que celebrado em comum acordo entre as partes antes de encerrar o prazo desde.

6) Após a assinatura do presente termo de compromisso, num prazo de até 30 (trinta) dias, se fará a sua publicação no diário oficial do município.

Assim, firmam as partes o presente Termo de Compromisso N°003/2017, em 3 (três) vias de igual teor.

Grão-Pará, 24 de agosto de 2017.

ALEXANDRE BONIN BAGGIO
Superintendente da FAMGP

SALÉSIO ALBERTON MATTEI
Compromissário

Gravatal

PREFEITURA

1º ADT AO CTR 58/2017 - TCL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2017

IMEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

OBJETO: "1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2017 QUE EM TRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA TRANSPORTES CAPIVARI LTDA PARA AQUISIÇÃO DE PASSES ESTUDANTE PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: TRANSPORTES CAPIVARI LTDA - CNPJ Nº 86.428.661/0001-38

Cláusula I – Ficam reajustados os preços dos vales transportes para uso dos estudantes da Rede Pública Municipal e Estadual deste município, conforme aumento tarifário determinado pelo Deter nas linhas intermunicipais, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do contrato nos serviços contratados com a empresa/Contratada, conforme planilha abaixo:

Item	Linha/Estudante	Qtde.	Valor Unit. Licitado	Valor Atualizado	Valor Total
1	Sanga D´Areia/Pouso Alto c/ seguro	6.000	R\$ 2,41	R\$ 2,54	R\$ 15.240,00
2	Sertão dos Medeiros/Pouso Alto c/ seguro	6.400	R\$ 1,85	R\$ 1,95	R\$ 12.480,00
TOTAL GERAL: R\$ 27.720,00					

Cláusula II – A despesa do presente Termo Aditivo correrá por conta da seguinte contida no orçamento relativo ao exercício de 2017, a saber:

(31) 3.3.90.39.72.00.00.00 Manutenção do Transporte Escolar

Cláusula III – O valor deste termo aditivo é de R\$ 1.420,00 (Hum mil quatrocentos e vinte reais), passando o novo valor do Contrato para R\$ 27.720,00 (Vinte e sete mil setecentos e vinte reais)

Cláusula IV – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal, art.57, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Gravatal (SC), 01 de agosto de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

CONVITE LOA 2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA

CONVITE

A Administração de Guaraciaba, convida o povo em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DE PONTOS QUANTO À ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A audiência acontecerá na segunda-feira, dia 18 de Setembro, às 14:00h no Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna, sito na Rua Ademar de Barros, Centro de Guaraciaba/SC.

Informamos que o momento é oportuno para que a população deste município possa analisar e discutir pontos quanto ao Projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 2018.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Guaraciaba/SC, aos 31 de Agosto de 2017.

KÁTIA ELOISA KAIBERS
Controle Interno

MEMORIAL DESCRITIVO

EDITAL LANÇAMENTO Nº04/2017
SETOR DE TRIBUTAÇÃO

ESTABELECE O PLANO DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DA RUA TIRADENTES, ENTRE A RUA PRESIDENTE VARGAS E RUA JOSÉ SCALCO, NESTA CIDADE DE GUARACIABA/SC

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, de acordo com o inciso XXV, do art. 79, e inciso III, do art. 110, da Lei Orgânica Municipal, observando o disposto nos arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional (CTN) e no art. 242 e ss da Lei Complementar nº 24 (CTM), de 22 de setembro de 2006, FAZ SABER a quem interessar que pelo presente Edital fica estabelecido o plano de cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à execução de pavimentação com pedras irregulares da RUA TIRADENTES, ENTRE A RUA PRESIDENTE VARGAS E RUA JOSÉ SCALCO, nesta cidade de Guaraciaba/SC, decorrente de valorização imobiliária, obedecendo a Legislação vigente e as seguintes normas, condições e especificações:

1 – MEMORIAL DESCRITIVO

O memorial refere-se à pavimentação asfáltica da RUA TIRADENTES, ENTRE A RUA PRESIDENTE VARGAS E RUA JOSÉ SCALCO, nesta cidade de Guaraciaba/SC, conforme consta no ANEXO I do presente Edital.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

No custo da obra foram computados os materiais e serviços conforme consta no ANEXO II, ressalta-se que após a realização do processo licitatório nº 70/2016 os custos da obra, perfazem um

montante de R\$ 39.264,22, para a RUA TIRADENTES, ENTRE A RUA PRESIDENTE VARGAS E RUA JOSÉ SCALCO, .

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será equivalente a 50% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros às ruas mencionadas no item 1, que sofreram valorização imobiliária conforme documentos anexos.

5 – SISTEMA DE RATEIO

Para efeito de cálculo e lançamento da Contribuição de Melhoria, o Município de Guaraciaba baseou-se no relatório apresentado pela Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis, designados pela Portaria nº 206-B/2016, de 08 de abril de 2016, de acordo com a apresentação que segue.

A Comissão fez visita "in loco", pesquisa de valores de mercado e comparativo com os dados do Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI) existentes na Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC, dando início aos trabalhos como segue:

Para o processo de cálculo da Contribuição de Melhoria foi inicialmente definida ZONA DE INFLUÊNCIA (ZIN), denominada de ZIN I, sendo uma para cada trecho beneficiado (nao houve subdivisao dos trechos beneficiados por não terem eles longas extensões).

Nas referidas zonas foi efetuado o somatório das áreas dos lotes em m2 (SAL) e que dividido pelo número de lotes da zona (NL), que resultou na área média dos lotes de cada zona (AML).

Segue fórmula: $AML = SAL$, sendo que:
NL

1.1 - Cálculo das áreas médias dos lotes da ZIN I da Rua Tiradentes - trecho entre a Rua Presidente Vargas e a Rua José Scalco.

$AML = SAL = 2.872,43 = 478,7383 \text{ m}^2$
NL 6

Tomando-se por base a área média dos lotes de cada uma das zonas, foi estipulado o Valor Venal Médio de mercado dos lotes (VVM) pré-obras, em Reais (R\$), considerando-se as particularidades do local, e calculado o Valor Venal Médio de mercado por m2 de área dos lotes de cada zona (VVM/M2), em Reais por m2.

Segue fórmula: $VVM/M2 = VVM$, sendo que:
AML

1.2 - Cálculo do Valor Venal Médio de mercado por m2 dos lotes da ZIN I da Rua Tiradentes - trecho entre a Rua Presidente Vargas e a Rua José Scalco.

$VVM = R\$ 98.141,3515$
 $VVM/M2 = VVM = 98.141,3515 = R\$ 205,00 / \text{m}^2$
AML 478,7383

Posteriormente, para cada lote das zonas foi arbitrado o Fator Individual de Valorização (FIV), levando-se em conta as características

dos imóveis e com este foi calculada a valorização individual de cada imóvel para após a execução da obra (VII) e o novo valor total do imóvel - pós-obras -, em Reais (R\$), para todos os imóveis, sendo que o valor da Contribuição de Melhoria (CM) de cada imóvel será igual ao VII ($VII = VVM \text{ de cada imóvel pós-obra} \times FIV$), ou seja, o que o imóvel valorizou com a execução da obra pública será o valor devido a título de contribuição de melhoria, como demonstrado no ANEXO III.

6 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria, cujos valores estão consignados no ANEXO III do presente Edital, deverá ser feito diretamente ao Município de Guaraciaba, através da instituição bancária conveniada e por ele indicada.

Poderá o contribuinte optar pelo pagamento parcelado ou em cota única, incidindo sobre o parcelamento a correção monetária anual, através da Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM), considerando as seguintes condições:

a) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento inicial na data de 10 de novembro de 2017;

b) Em cota única, com 10% (dez por cento) de desconto;

Para o caso de atraso no pagamento, incidirão sobre os débitos os encargos previstos na legislação municipal aplicável à espécie.

7 - IMPUGNAÇÕES

Os proprietários de imóveis situados nas ruas beneficiadas pelas obras de pavimentação tratadas pelo presente Edital de Contribuição de Melhoria terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente edital para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova. O Processo Administrativo obedecerá ao disposto na legislação municipal aplicável à espécie.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam fazendo parte do presente Edital os ANEXOS I, II e III.

Para conhecimento dos interessados, será o presente Edital publicado no Átrio da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC, no órgão de imprensa oficial do Município e, ainda, entregue uma cópia a cada proprietário beneficiado pela obra pública, mediante recebimento.

Guaraciaba/SC, 31 de agosto de 2017.

ROQUE LUIZ MENEGHINI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO ANULAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim – FAMAG, evidenciada a violação direta ao texto constitucional, à legislação vigente e à ordem pública ambiental, torna pública a anulação da Autorização de Corte – AuC nº 10/2016 (matrícula 17.282) e AuC nº 11/2011 (matrícula 25.090), ambas em nome de Centro Imóveis LTDA, com base na Súmula 473 e 346 do STF.

AVISO DE LICITAÇÃO - ERRATA 02 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 134/2017-PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
ERRATA II - DO PREGÃO ELETRÔNICO
ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 134/2017 - PMG
A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA II ao Edital do Pregão nº. 134/2017 que tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARME E CÂMERAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).
1. ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA Retificação e esclarecimentos no termo de referência quanto ao atendimento das ocorrências referente ao serviço de monitoramento, bem como, quanto a subcontratação.
2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição) As propostas serão recebidas até o dia 20 de setembro de 2017 às 09h00min. A abertura do certame será em 20 de setembro de 2017 às 09h00min As demais informações contidas no Edital permanecem inalteradas.
A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 16h ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br .
GUARAMIRIM (SC), 31/08/2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 164/2017 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 164/2017 PMG

Processo Licitatório: 164/2017 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO PARA A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 21/09/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 21/09/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 31 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito

AVISO LICITACAO 121 2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial – RP 121/2017
Tipo : Menor Preço - por Item.
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS DIVERSOS.
Entrega dos Envelopes: 15/09/2017 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 15/09/2017 às 09:15 h
Local : Secretaria de Educação de Guaramirim, Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00 – 13:00 às 17:00, ou pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 30/08/2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017

PROCESSO SELETIVO - EDITAL 0001/2017

Publicação após revisão/auditoria da correção.

Auditoria realizada conforme orientação jurídica, devido a ingresso de recurso, decorrente de alteração da ordem de classificação, após análise de recursos e anulação de questões.

RESULTADO FINAL

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	SOLANGE DE FÁTIMA BLOEMER	8,6
02	FRANCIELE DE OLIVEIRA DE LIMA	8,0
03	KAMILLA ROSA	8,0
04	MARLEI OURIQUES GOMES	7,6
05	ROSELI LOPES ULLMANN	7,0
06	SABRINA KAROLEINE RIBEIRO DOS SANTOS	7,0
07	CELIA MARLY KRAISCH	6,8
08	LUIZ CARLOS CUBAS	6,6
09	ROSELI METZ	6,6
10	ALANA SALA AGOSTINI	6,6
11	JAIR RABELLO	6,4
12	EDNA FUCHS DA SILVA	6,4
13	ALECIO ALADIO GOMES JUNIOR	6,4
14	ALINE CRISTINA KULBA DE ARAÚJO TOMASI	6,4
15	MARGARIDA LUCHINI	6,2
16	CLAUDETE DE FÁTIMA FERREIRA DOS SANTOS	6,2
17	SILVANA NASCIMENTO JORGE	6,2
18	JANICE KUCARZ	6,0
19	EDILSON ANTONIO DE OLIVEIRA	6,0
20	CLEIDIMAR GOLDBART	5,8
21	TAISE FERREIRA	5,6
22	RAFAELA RAMTHUN	5,6
23	SANDRA REGINA FAGUNDES MACHADO	5,4
24	DIONE SCHROEDER	5,4
25	TATIANE WALZ SCHMIDT	5,4
26	AÇUCENA MARIA LOURENCI	5,4
27	TALITA RENATA DE PAULA MONTEIRO	5,4
28	NILANDO DE ASSUNÇÃO MIRANDA	5,2
29	ALICE CAMARGO KLOS	5,2
30	ROSANE GALVÃO	5,0
31	KARINE ESTER RODRIGUES DOS SANTOS	5,0

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	ELISANGELA APARECIDA BECHTOLD	8,2
02	EDINALVA DA SILVA FRANÇA DIAS	8,0
03	BIANCA CRISTINA COUSSOU	7,4
04	GRAZIELA CHAVES	7,4
05	AUREA PLOCHARSKI DA SILVA	7,2
06	FRANCIELI SILVEIRA	7,2
07	MARISA DE FÁTIMA CORDOVA	6,6
08	FLÁVIA THAISE RUECKERT	6,6
09	THAMIRIS SILVA TEIXEIRA	6,4
10	LETÍCIA MORETE DEZSI	6,0
11	MARA LUCIA DA SILVA	5,6

CIRURGIÃO DENTISTA PSF

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	DAIANA JACOBI LAZZAROTTO	9,8
02	RENATO PETILLE	9,8
03	LUIZA ROSSINI DE MOURA	9,8
04	BIANCA ROSA DEMÉTRIO	9,4
05	LETÍCIA PEREIRA OLIVEIRA BARRETO DANA	9,2
06	RAYANI RUIZ	9,2
07	NESTOR FILIPE DA LUZ	9,2
08	RHAMONN FERNANDES FERREIRA	9,2
09	PAULA BALESTRIN	9,2
10	MÁRCIA REGINA MAYUMI OKAJI	9,0
11	CLÁUDIO ROGÉRIO DA CRUZ	9,0

12	PAOLA TIBOLLA	9,0
13	ELISANGELA DE FÁTIMA DE LIMA JANOSKI	8,8
14	JANAINA XIMENES PASCHOA	8,8
15	JOHANNA KOCH SCHMITZ	8,8
16	MARINA MICHELS	8,8
17	SHANSHALY COSTA	8,8
18	CAROLINA BRUNS KRÜGER	8,8
19	ISABELA PICKLER BONETTI	8,8
20	LAURO IYDA IMAI	8,6
21	THAIS MARTIN MARTIN	8,6
22	IVAN SÉRGIO LONGO	8,6
23	SÉRGIO CUNHA DO NASCIMENTO (ANABELLE)	8,6
24	ANGÉLI FERNANDA NIEMIES	8,6
25	PATRÍCIA PAULETTO	8,6
26	JOSÉ EDUARDO DIAS DOS SANTOS	8,6
27	JÚLIA MICHELS	8,6
28	PAULO ROBERTO BONALDO REZENDE	8,6
29	CAROLINE SCHOLZ	8,6
30	DIEGO EMANUEL PINHEIRO ANTUNES	8,6
31	MATHEUS TADAO WAKASUGUI	8,6
32	IAGO HENRIQUE BAGNARA FARIAS	8,6
33	GUILHERME DE LIMA	8,4
34	SUELEN PARAVISI PAGLIARI	8,4
35	ADRIANA CRISTINA SILVEIRA PEREIRA FRANCO	8,2
36	FELIPE BROLESE	8,2
37	RENAN BALSANELLI MOREIRA	8,2
38	ANA KAROLLINY AMADI	8,2
39	BRUNA FIORINI FLUCK	8,2
40	CLAUDIA RAQUEL SEVEGNANI	8,2
41	BERNARDO OLSSON	8,2
42	HALIME ADEL SALEH	8,2
43	GABRIELA SILVEIRA	8,2
44	BIANCA SEMMER BREDÁ	8,2
45	NEMROD RONAN SCHIEFLER	8,2
46	THAIS MUNHOZ PEREIRA	8,2
47	BRUNA CAROLINA SOUZA E SILVA	8,2
48	ANDRESSA RENATA RECH	8,2
49	CARLOS BUSSE APPEL	8,0
50	MILTON ROGÉRIO GRÜTZMACHER	8,0
51	RODRIGO MARACCINI FRANCO	8,0
52	GUILHERME WALTER BIEZUS	8,0
53	BRUNA MICHELS	8,0
54	BRUNA ELIZANDRA HARTMANN	8,0
55	AMANDA CRISTINA ROCHA	8,0
56	MYRIAN KATHERYNE HENNIG DILL SOARES	7,8
57	CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA	7,8
58	FRANKLIN ADEMAR DORN	7,6
59	ANDRIELI KOBREN	7,6
60	BÁRBARA BUCHLI	7,6
61	SARAH SIMON FLAUSINO	7,6
62	MARÍLIA RIBEIRO SANTOS SOBANIA	7,6
63	GLÁUCIA CRISTINA MERLI	7,6
64	NATASCHA DOUAT HANNEGRAF	7,6
65	ADRIANA RODRIGUES VISCAINO SALOMÃO	7,4
66	HELDER MARCELO FERREIRA DE LIMA	7,4
67	ELIANA ROMANI	7,4
68	MARIANA ELIZA MACHADO KUTZKE	7,4
69	JULIANA LUCI ALVES ARIAS	7,4
70	PATRÍCIA GODOY	7,4
71	CHARLES DE SOUZA FERNANDES	7,4
72	EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO	7,4
73	ANDRESSA DE NADAI	7,4
74	ALEXANDRE BELTRAME DE MOURA	7,4
75	JOSIAS GRIGGIO	7,4

76	LUIZ ROBERTO DE ALMEIDA	7,2
77	ANNA KARINA BOEING SOARES	7,2
78	RENAN RAPHAEL YOKOTA DORO	7,2
79	JULIA KAISER BRUHNS	7,0
80	NATÁLIA CAMARGO DUARTE	7,0
81	CAIO MASTELLA ENKE	7,0
82	KATHIANE KOEPEL	6,8
83	DANIELLE DE MORAES PINI	6,8
84	MARIANA FRANCO COSTA	6,8
85	CAROLINE GONÇALVES DE LIMA	6,8
86	SIMONE DE SOUZA PEREIRA PAES	6,8
87	LORENA DA COSTA PIMENTEL	6,8
88	GABRIELLE SLAVIERO	6,8
89	TALITA CASCAES	6,6
90	VANUSA ESTELA WASEM SANTANA	6,6
91	GABRIELA FIGUEREDO	6,6
92	DOUGLAS ALBERTO FARIAS FILHO	6,6
93	IRAN CESAR PRAWUTZKI	6,4
94	GABRIEL EUGÊNIO ANONI SCHUBERT	6,4
95	JOSÉ CARLOS ALVES DE OLIVEIRA	6,4
96	RAFAELA MACEDO DIAS	6,4
97	DIEILA GIOMO DE LIMA	6,4
98	LETÍCIA SIMEONI AVAIS	6,4
99	DAIANI JOVANOWICHS RAMOS	6,2
100	ANA CAROLINE CORRÊA BORTOLUZZI	6,2
101	CASSIA OLIVEIRA VIGNOTO	6,2
102	KELI CRISTINA AKEMI HIRATA	6,2
103	CAROLINA FLORES SILVANO	6,2
104	SALVIO ROBERTO BOREK	6,2
105	FABIO BONADIO GONÇALVES	6,2
106	CAROLINA BUTIGNOL	6,2
107	THAILA MILENE MARCOMINI	6,0
108	JAQUELINE FACHI	6,0
109	ANDRESA ROVANI PAVAN	6,0
110	SHEILA CRISTINA DOURADO	5,8
111	IZABELLE CRISTINA ROST	5,8
112	LETÍCIA FLEISCHHAUER CORRÊA	5,8
113	HÊMILE SCHULZ	5,6
114	CAROLINNA TREVISANI FUCK	5,6
115	CAROLINA DO AMARAL PRESTES	5,6
116	KEVIN LUIZ SIMON	5,6
117	ALEX ANTONIO DA SILVA	5,6
118	LUCAS ALEXANDRE DO AMARAL	5,4
119	HELLEN CHRISTINE DE LIMA	5,2
120	LUÍS FERNANDO BEIGER DOS SANTOS	5,2
121	DANIELA CAROLINA ZANCHET	5,2
122	ADRIANA DA LUZ	5,0
123	FERNANDA KRUG	5,0

ENFERMEIRO PSF

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	ADRIANO MENDES SOARES	7,6
02	LARISSA SAYURI SETOGUCHI	7,6
03	KÉZIA MERCEDES OLIVEIRA DOS SANTOS	7,4
04	IVANA URACH	7,4
05	SUZANA TANQUELLA DA ROSA	7,0
06	LUANA OKUDA PEREIRA	6,8
07	CRISTINA MORGANA BATISTA	6,6
08	CARLA JANAÍNA INÁCIO	6,4
09	ERIKA YURIKO KINOSHITA	6,4
10	KARIN CRISTINA CRISTOFOLLINI DE OLIVEIRA	6,4
11	ROSELI SCHAUS	6,2
12	MELISSA KAUE BOESE COELHO	6,2

13	HALINE GIULIANE RECKZIEGEL	6,2
14	LETÍCIA MARIE SAKAI	6,2
15	FABIANO TADEU SOARES DE OLIVEIRA	6,0
16	MÁRCIA ROSA LAGE DE CAMARGO	6,0
17	FABIANO DA SILVA MUNIZ	6,0
18	LAUDINÉIA FERREIRA TERRES	6,0
19	REGIANE PADILHA DE MACEDO	6,0
20	GIANE TATI LUTZ	6,0
21	ADNA KRISLA MACARIO CORREIA	6,0
22	JAMILE EUGÊNIA CAPORASSO	6,0
23	SARA FRANCIELI BRYCH	6,0
24	NAYLA LAIS FERREIRA MAZZETTO	6,0
25	ADILSON JULIANO THILLES	5,8
26	GIOVANA CRISTINA GIROTI	5,8
27	ALINE DE PAULA SANTOS	5,8
28	DALVANA PATRICIA BOTH	5,8
29	BÁRBARA PATRÍCIA FRANZ GRIGGIO	5,8
30	GRACIELA SCHMITZ	5,6
31	ROBERTA MARINA LEMOS DE ALMEIDA DAMSCHI	5,6
32	ELIS REJANE DA MAIA	5,4
33	JANAINA CRISTIANE WINTER	5,4
34	CRISTIANE CROTTI DA COSTA	5,4
35	TÂNIELYN TUAN TESTONI	5,4
36	GRACIELA KELLER	5,4
37	KAROLINE ROSA	5,4
38	THAISA TAMBOSETTI TASCA	5,4
39	ANA CAROLINA JAWORSKI MORA	5,4
40	MARTA DA SILVA BORGES	5,2
41	SUELEN DORNELES SOARES	5,2
42	MICHELLE FRANZOI AYALA	5,2
43	GRACIELA MACHADO	5,0

FARMACÊUTICO

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	CARINA BERNARDI	7,2
02	ANA MARIA DELLA ROCCA	7,2
03	RODRIGO LODETTI	6,6
04	RONEI WANDERLEY MARASCA	6,6
05	KATHIA CRISTINA ANANIAS	6,4
06	CRISTIANE PORTES RIBEIRO WAPPLER	5,8
07	DÉBORA EVELYN AGUIAR	5,6
08	ANA CAROLINA FRITZ RATAYCZYK	5,6
09	ELIZIANE WUTHSTRACK	5,4
10	MARIA DE FÁTIMA RUIZ MARTINS	5,2
11	MARINA SARTORI SOARES	5,2

FISIOTERAPEUTA

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	JOSÉ RONNEI LAURINDO PEREIRA	8,0
02	SIMONE DE SÁ NERI	7,4
03	ANA LUCIA BAPTISTA DE LIMA	6,8
04	PRISCILLA GABRIELA MULLER	6,8
05	MAIARA DESCHAMPS	6,8
06	ANDRÉA GIMENEZ DE LIMA COUTO	6,6
07	AMANDA PRESTINI ROSÁ	6,2
08	ANNA PAULA SILVA PEDRO	5,6
09	AIRES MONDARDO JUNIOR	5,6
10	GUSTAVO YOSHIO OKIYAMA	5,0

RECEPCIONISTA

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
-----------	------	------

01	ADRIANA HILLE	9,8
02	RODRIGO XAVIER DA SILVA	9,8
03	THUANY BATISTA MARQUES	9,2
04	MARISANDRA ALVES DO PRADO	9,0
05	DENYZE AMARAL CASTILHO	9,0
06	KRISLAINE DRUM MORALES RUSSIN	8,8
07	FRANCIANE GISELE MEIRA	8,8
08	THIAGO RAFAEL GOMES DA SILVA	8,6
09	LUAN MIRANDA RIBEIRO	8,6
10	PALOMA CAMPAGNARO	8,6
11	EDEN LIAN RIBEIRO	8,6
12	AMANDA PASQUAL	8,6
13	AMANDA PERSUHN BELDERRAIN	8,6
14	GABRIELA BETONI OLIVEIRA LUZ	8,6
15	BRUNA BRANDT GASPARETTO	8,6
16	MICHELE DA SILVA MELO TALAYER	8,4
17	JOICE CARINA JUNG DE OLIVEIRA	8,4
18	ANA CLAUDIA SANTOS MOREIRA	8,4
19	EVERTON OLIVEIRA DE SOUZA	8,2
20	CAROLINE DA SILVA SANTOS	8,2
21	SIMONE CIEMNIEVSKY LINS	8,2
22	CRISTIANE WEBERS JOAQUIM	8,0
23	ETIANNI DE LIMA RIBEIRO BERGE	8,0
24	CLÁUDIA CORREIA PIVA	8,0
25	LAIZA CAROLINE CONTI	8,0
26	ANE MARI MORA	7,8
27	KARIN MARLISE FROELICH	7,8
28	DIEGO DOS SANTOS ZINI	7,8
29	RAFAEL RODRIGUES CARVALHO	7,8
30	JANAINÉ LEANDRO	7,8
31	KESTIN PONATH	7,8
32	KETLIN ULLER	7,8
33	AMANDA DE GODOI	7,8
34	MARLENE TERESINHA CATANIO	7,6
35	CLAUDINEIA VOGEL FERREIRA	7,6
36	JIONARRAN DE ALMEIDA BRUGNHAGO	7,6
37	BRUNA SHMOLLER PEREIRA	7,6
38	SIGLIA FAGUNDES HEMMIG	7,6
39	COMPARCITA MARLY NEVES RIBEIRO DOS SANTOS	7,4
40	LARA HELENA GASCHO	7,4
41	GABRIEL CORREA MUSKOVSKI	7,4
42	NADIA PAULA VIEIRA AMÂNCIO	7,2
43	ELLEN RIOS SILVA MACHADO	7,2
44	EVELIN BRUNA DOS SANTOS	7,2
45	ELIZIANE PALHANO DE SOUZA	7,0
46	LUCILDA DOS SANTOS	7,0
47	KARINE MEYER SILVEIRA	7,0
48	MELISE CRISTINE GONÇALVES	7,0
49	AGATHA WINTER RODRIGUES	7,0
50	ANA PAULA CARREIRA CONTE DE MEDEIROS	7,0
51	MARIA FERNANDA SOUZA GONÇALVES	7,0
52	ANA CAROLINE FERRARI	7,0
53	FELIPE RODRIGUES BELETI	7,0
54	SHIRLE JUNKES	6,8
55	LUANA MARIA DE LIMA	6,8
56	CAMILA AZEVEDO SABINO	6,8
57	LAUDNER LISOT TILHA	6,8
58	CLAUDIA MARLY KRAISCH DE ARAÚJO	6,8
59	LUANA COELHO BYLAARDT	6,8
60	CLOVIS CORDEIRO DE LIMA	6,6
61	SUZANA TESTONI DA SILVA	6,6
62	TAYNARA NAIR BERLANDA	6,6
63	ANE CAROLINE SILVA FURTADO	6,6

64	DEBORA SCHUASTZ	6,6
65	SUZETE APARECIDA DOS SANTOS	6,4
66	JIOVANI RICARDO BAECHTOLD	6,4
67	MAICON DE OLIVEIRA LESSA	6,4
68	KARINE NIEWIADONSKI	6,4
69	MÁRCIA LUIZA CAETANO	6,4
70	LETÍCIA MARTINS RODRIGUES DOMBROWICZ	6,4
71	GABRIELA CAROLINA EING	6,4
72	CRISTHIAN URBANSKY DIAS	6,2
73	TAUANA ESTÉFANI DE LIZ SANTOS	6,2
74	SOLANGE DOS ANJOS PEREIRA KERBER	6,2
75	JAANAI DA SILVA	6,2
76	CRISTIANE DE CASTRO DE OLIVEIRA	6,2
77	MARCOS OLIVEIRA DOS SANTOS	6,2
78	MARIZA MARY SILVA FURTADO	6,2
79	EDIELSON SILVA DOS SANTOS	6,2
80	CAILIN VITÓRIA CAVIQUIOLI	6,2
81	DILMA DE LIMA	6,0
82	DIVA WINTER	6,0
83	PAULINA DE LIMA RIBEIRO CARVALHO	6,0
84	DENIS ROCHA DA COSTA	6,0
85	PALOMA FRANCIELE DA SILVA	6,0
86	WISLLA CAROLINE SOUSA BRAGA	6,0
87	TAÍS MEURER	6,0
88	UELITA NERES DE OLIVEIRA	6,0
89	LUCIANA DA SILVA	5,8
90	ALAN PIRES DE CASTILHO	5,8
91	FERNANDA PINHEIRO	5,8
92	DANIEL WILLIAM CONTE SAMPAIO	5,8
93	STEFANY SCHROEDER RAMOS	5,8
94	DÉBORAH BEHRENDT CORBANI	5,8
95	NICOLE BEATRIZ DA SILVA	5,8
96	EDITE DE LIMA CUNHA	5,6
97	ADRIANA MARTINS DE SOUZA	5,6
98	MARIANA JULIANA DE SOUZA VAZ	5,6
99	LUANA INÊS OECHSLER	5,6
100	MAYARA LOTHAMMER	5,6
101	NICOLAS DA SILVA BOEIRA KREIN	5,6
102	VIVIANE STOINSKI	5,6
103	NADIA MARCELA NIESPONGINSKI	5,6
104	GUILHERME KLEMMANN	5,6
105	MARIZETE APARECIDA DOS SANTOS HOEFT	5,4
106	LUCELIA RENATA BARBOSA PEREIRA	5,4
107	CLÁUDIA ALVES	5,4
108	TATIANE DA SILVA SEBA BOM DESPACHO	5,4
109	KETHELEN SCHROEDER RAMOS	5,4
110	ISABELY SAIBERT BETONI	5,4
111	GABRIEL BECKER	5,4
112	SÔNIA MARA CORRÊA	5,2
113	GRACIELE DE MIRANDA FLORES	5,2
114	GABRIELA FERNANDA DA SILVA	5,2
115	THAYNÁ CAROLINA TONON	5,2
116	ANA CAROLINE NICOCCELLI	5,2
117	ANDRESSA VIEIRA DOS SANTOS	5,2
118	MARISTELA VANDERLINDE	5,2
119	MARISTELA DOS ANJOS BENTO	5,0
120	SARA ELLEN BORGES DE MEDINA	5,0
121	SHEILA GIURIATTI RIBAS CAVIQUIOLI	5,0
122	ODIRLEYA DA SILVA FERREIRA	5,0
123	ANA LUISA SOUZA BRUM	5,0

GUARAMIRIM/SC, 30 DE AGOSTO DE 2017.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

141/2017

DECRETO Nº 141/2017
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário: 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.361.0014.2.012

3.3.90.00-00.00.232- Aplicações Diretas
R\$50.000,00

Soma R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:
reforço do seguinte item orçamentário:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.361.0014.2.012

3.1.90.00-00.00.232- Aplicações Diretas
R\$10.000,00

4.4.90.00-00.00.232- Aplicações Diretas
R\$40.000,00

Soma R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 31 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 55/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 55/2017 - Concorrência Nº. 03/2017.

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso, com encargos e cláusula de reversão de Imóvel " Incubadora ", situada no Loteamento Industrial Silvestre Foiatto, município de Guarujá do Sul, sendo: Sala Industrial nº. 01, 03 e 04.

Habilitação e Propostas: 04/10/2017 as 08:30

Local: Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 31 de agosto de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 56/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 56/2017 - Pregão Presencial Nº. 39/2017.

Objeto: Aquisição de materiais e serviços para instalação de câmaras de vídeo monitoramento para sistema de filmagem na Secretaria Municipal de Educação (Núcleo Municipal de Ensino Arco Íris, Núcleo Municipal de Ensino Arco Íris Extensão Pessegueiro, Creche Municipal Fofura de Gente, Pre Escolar Balduino Antoni Heck e Quadra Esportiva Escolar – Sulina) Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Transportes e Obras, Ginásio Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Saúde e Centro de Convivência dos Idosos do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 15/09/2017 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 31 de agosto de 2017.

Claudio Júnior Weschenfelder,
Prefeito Municipal

Volnei Luis Gossler,
Secretaria Municipal de Saúde.

Evelyn L. Kuhn,
Responsável FMAS

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 86/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº.86/2017.

Pregão Presencial nº. 36/2017.

Tipo: Menor preço unitário Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 14/09/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 14/09/2017.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102.

Guatambu, SC, 30 de Agosto de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 001/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal
TIPO: MAIO R OFERTA POR ITEM

OBJETO

Outorga de permissão para transporte individual de passageiros no município de Herval d'Oeste, em veículos de aluguel providos de taxímetro, em conformidade com o disposto na lei complementar municipal nº 217/2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 10/10/2017.

ABERTURA E JULGAMENTO

15:00 horas do dia 10/10/2017

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Câmara de Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Sessões.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação vigente e pertinente a matéria

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 31 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1162/2017

PORTARIA Nº 1162/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 20 de agosto de 2017 até 15 de fevereiro de 2018, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora ELIANE APARECIDA LIRA (Matr. 4029), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Agosto de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1164/2017

PORTARIA Nº 1164/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Autorizar a Servidora LÚCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI (Matr. 15), CPF nº 509.474.009-15, responsável pela função de Diretora Financeira, e/ou a servidora JAQUELINE RAZERA (Matr. 96), CPF nº 642.763.849-15, responsável pela função de Diretora Administrativa, que juntamente com a Senhora CARMEN TERESINHA GHIGGI (Matr. 59), CPF nº 437.445.249-49, Gestora, a realizar toda a movimentação financeira do IPREVI - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste (SC), com as seguintes atribuições: abrir contas de depósito; solicitar saldos e extratos; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; consultar contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA, referente às seguintes contas com o CNPJ nº 07.733.382/0001-01: Ag. 2103-2 – C.C. 221988-3; Ag. 2103-2 – C.C. 14.895-4; Ag. 2103-2 – C.C. 12.196-7.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 1018/2012.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Agosto de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1165/2017

PORTARIA Nº 1165/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 31 de agosto de 2017, do servidor ROBERTO BRANDALISE (Matr. 2770), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Agosto de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1166/2017

PORTARIA Nº 1166/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 31 de agosto de 2017, do servidor AMARILDO NASCIMENTO (Matr. 589), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "I", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Agosto de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1167/2017

PORTARIA Nº 1167/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 31 de agosto de 2017, do servidor LUIZ FERNANDO FRAGOSO (Matr. 4351), o qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Agosto de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1168/2017

PORTARIA Nº 1168/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento em anexo, a Servidora GIOVANI PEDROSO (Matr. 3548), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, junto ao ESF Nossa Senhora de Fátima, a partir de 01 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1169/2017

PORTARIA Nº 1169/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora JAQUILINE CAMILA MORAIS TESSER (Matr. 4166), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de agosto de 2016 e 24 de agosto de 2017, para serem gozadas a partir de 01 de setembro de 2017 a 30 de setembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1170/2017

PORTARIA Nº 1170/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor JOSÉ ALÍPIO RIBEIRO (Matr. 146), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, Nível - 4, Referência "N", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº 191/2005, corroborada com o artigo 104 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de

30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 01 de setembro de 2017 a 30 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1171/2017

PORTARIA Nº 1171/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor ADEMIR TOSATTI (Matr. 882), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "G", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº 191/2005, corroborada com o artigo 104 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 01 de setembro de 2017 a 30 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1172/2017

PORTARIA Nº 1172/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora PRISCILA DE PAULA DE ANDRADE (Matr. 4681), para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01 de setembro de 2017, aprovada e classificada em 23º lugar pelo Processo Seletivo Nº 002/2017/HO de 14 de fevereiro de 2017, homologado em 24 de março de 2017 pelo Decreto nº 3.654/2017, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de materiais elétricos homologados pela CELESC para conservação e manutenção da iluminação pública no município pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 08:30 horas do dia 14/09/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 31 de agosto de 2017
AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - EDITAL Nº 003/2017

RESULTADO DA PROVA OBJETIVA E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
NOME	Nº INSC.	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSI.
EDIELI DE SOUZA PIOVESAN	14	6	1
GÉSSICA BRESCIANI DA SILVA	19	6	2
MARCELO FAVERO PELENTIR	27	6	3
EMILY ALESSANDRA WEISHAUPTE MEYER	16	6	4
TAMARA ELIZE BITARELLO PIOVESAN	41	5	5
JHONNY RICHARD SCHNEIDER TEIXEIRA	21	5	6
ANGELA FERNANDA CAMARGO SABRITO	5	4,5	7
EWERTON LUIZ BERTELLI TRAGANCIN	60	4,5	8
VALDECEIA TAMAZ DOS SANTOS	72	AUSENTE	9

TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
NOME	Nº INSC.	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSI.
MARIZETE MORAES	210	5	1
SUSANA VIEIRA SARMENTO	38	4,5	2
MAYARA DA SILVA OLIVEIRA	103	4	3
LUCIANA MIORELLI CRUZ DA SILVA	25	3,5	4
AMAUURI SALLA SIMIONATTO	2	2,5	5
JOCELIA BARROSO VIEIRA	22	Ausente	6
SIBELI APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA	71	ausente	7

AUXILIAR DE ENFERMAGEM			
NOME	Nº INSC.	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSI.
MARINES MINOSSO BOLZANI	28	4,4	1
ALLINE TOSATTI DA MAIA	1	4,4	2

ENFERMEIRO					
NOME	Nº INSC.	NOTA P. O.	NOTA P. T	TOTAL	CLASSI
TAILINE CRISTINA DE LUCCA	40	6,6			1
PATRICIA RAMBO	34	6,2			2
FRANCINE PASQUAL	18	6			3
PAMELA SCHWINGEL	46	5,4			4
ANA CRISTINA SOARES	105	5			5
TAILANIA PEREIRA DIAS	39	4,6			6

FARMACÊUTICO					
NOME	Nº INSC.	NOTA P. O.	NOTA P. T	TOTAL	CLASSI
DEBORA RIBEIRO DA SILVEIRA	45	6,8			1
CAMILA BORILLE STEFANES	347	4,6			2

IBIAM, 30 DE AGOSTO
DE 2017.
IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

GABARITO OFICIAL - EDITAL N° 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM



GABARITO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO N° 003 DE 25 DE JULHO DE 2017

GABARITO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	D	A	D	A	A	D	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	A	C	D	B	A	X	B

GABARITO AUXILIAR DE ENFERMAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	D	D	A	C	D	B	A	X	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	D	D	A	D	X	C	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	C	D	D	A	D	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	C	C	B	C	D	B	D	B

GABARITO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	D	A	D	A	A	D	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	A	C	D	B	A	X	B

GABARITO ENFERMEIRO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	D	D	A	C	D	B	A	X	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	D	D	A	D	X	C	C	B

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	C	D	D	A	D	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	C	C	D	C	D	B	B	B

GABARITO FARMACEUTICO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	D	D	A	C	D	B	A	X	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	D	D	A	D	X	C	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	C	D	D	A	D	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	D	A	D	C	A	C	B	C

Ibiam-SC, 30 de Agosto de 2017.

 IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Ibirama

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2017

Objeto: Registro de Preços para eventuais compras parceladas de pneus novos destinados para manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde, na forma da Lei 10.520/2002. Abertura: 15 de setembro de 2017, às 09:15 h – Sala de Licitações – Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – centro -Prefeitura Municipal de Ibirama. Recebimento envelopes: Até 09:00 h do mesmo dia 15/09/17. Informações: (47) 3357 8523 - www.ibirama.sc.gov.br, compras@ibirama.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 31 de agosto de 2017. Adriano Poffo – Prefeito.

Ilhota

PREFEITURA

ERRATA DO EDITAL IX 011 - 2017 FME - ARBITROS ESPORTE

Errata 1 do Credenciamento 011/2017 - FME - Árbitros Esporte

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Credenciamento nº 011/2017 - FME, que o Edital será alterado da seguinte forma:

Considerando justificativa apresentada pela secretaria requisitante, prorroga-se a data para abertura da documentação para até às 14:00 horas do dia 18 de setembro de 2017. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 12:00 horas.

Ilhota, 31 de agosto de 2017

Diogo Werner
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº88/2017

Lei Complementar nº 88/2017

REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ILHOTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ILHOTA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ilhota - RPPS, assegurado aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Município de Ilhota, integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídas suas autarquias e fundações, de que trata o art. 40 da Constituição Federal.

Art. 2º. O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários assegurando-lhes meios de subsistência nos eventos de incapacidade, idade avançada, reclusão e morte.

Parágrafo Único - Consideram-se meios de subsistência aqueles que substituem a remuneração, que é base de contribuição dos beneficiários, observando-se ainda as demais condições desta Lei.

CAPÍTULO II
DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 3º. Reger-se-á nos termos desta Lei, a autarquia Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Ilhota, sob a denominação ILHOTAPREV.

Art. 4º. O ILHOTAPREV, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, detentora de autonomia financeira e administrativa, tem por finalidade a administração do RPPS.

Parágrafo Único - Fica assegurada permissão ao ILHOTAPREV para utilização, naquilo que couber, de normas da Administração Direta, ainda que não façam referência expressa ao RPPS, bem como utilização, naquilo que couber, de normas do RGPS.

CAPÍTULO III
DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 5º. São filiados ao RPPS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes definidos nos artigos 6º, 8º e 15, desta Lei.

Art. 6º. Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor titular de cargo efetivo que estiver:

- I - cedido ou disponibilizado a órgão ou entidade da administração direta e indireta de outro ente federativo, com ou sem ônus para o Município;
- II - quando afastado ou licenciado, observado o disposto no art. 14 desta Lei;
- III - durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo; e
- IV - durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

Parágrafo Único - O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo, e exerça concomitantemente o mandato, filia-se ao RPPS pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, pelo mandato eletivo.

Art. 7º. O servidor efetivo requisitado da União, de Estado, do Distrito Federal ou de outro Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

SEÇÃO I
DOS SEGURADOS

Art. 8º. São segurados do ILHOTAPREV:

I - na qualidade de segurado ativo o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídas suas autarquias e fundações públicas; e

II - na qualidade de segurado inativo os aposentados nos cargos citados neste artigo que tenham sido segurados ativos do ILHOTAPREV.

§ 1º Fica excluído do disposto no caput o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado.

§ 2º Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 3º O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal filia-se ao RGPS.

Art. 9º. A perda da condição de segurado do RPPS ocorrerá nas hipóteses de morte, exoneração, demissão ou posse em outro cargo efetivo inacumulável, nos termos do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 10. O segurado ativo que se ausentar da Administração Municipal, respeitando-se as condições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ilhota para a concessão de licença ou afastamento, sem remuneração, poderá contribuir facultativamente ao ILHOTAPREV.

§ 1º O segurado a que se refere este artigo verterá para o ILHOTAPREV as contribuições previdenciárias conforme o art. 73 desta Lei, referentes à sua remuneração de contribuição estabelecida no art. 72 desta Lei.

§ 2º O pagamento da contribuição facultativa será registrado contabilmente no ILHOTAPREV após a apresentação do efetivo e integral recolhimento das contribuições facultativas.

§ 3º É garantido ao segurado-ativo e a seus dependentes a concessão, respectivamente, de aposentadoria por invalidez e pensão por morte durante os períodos de suspensão da qualidade de segurado, salvo se estiverem segurados por qualquer outro regime de previdência social.

Art. 11. O servidor cedido ou disponibilizado a outro órgão da administração pública em que o pagamento da remuneração seja ônus do órgão ou da entidade cessionária, será de responsabilidade desta:

I - o desconto da contribuição previdenciária devida pelo servidor; e

II - a contribuição devida pelo ente de origem.

§ 1º Caberá ao cessionário efetuar o repasse das contribuições do ente federativo e do servidor ao ILHOTAPREV.

§ 2º Caso o cessionário não efetue o repasse das contribuições ao ILHOTAPREV, no prazo do art. 73, § 2º desta Lei, caberá ao Município de Ilhota efetuar-lo, buscando o reembolso de tais valores junto ao cessionário.

§ 3º O termo ou ato de cessão ou disponibilidade do servidor com ônus para o cessionário deverá prever a responsabilidade deste pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao ILHOTAPREV, conforme valores informados pelo Município de Ilhota.

Art. 12. Na cessão de servidores para outro ente federativo, sem ônus para o cessionário, continuará sob a responsabilidade do Município de Ilhota o desconto e o repasse das contribuições ao ILHOTAPREV.

Art. 13. Nas hipóteses de cessão, disposição, licenciamento ou afastamento do servidor, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ilhota, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração do cargo efetivo de que o servidor é titular.

Parágrafo Único - Não incidirão contribuições para o ILHOTAPREV ou para o Regime Próprio de Previdência Social do ente cessionário, nem para o RGPS, sobre as parcelas remuneratórias complementares, não componentes da remuneração do cargo efetivo pagas pelo ente cessionário ao servidor cedido ou disponibilizado.

Art. 14. O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo, sem recebimento de remuneração do Município de Ilhota, somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria mediante o recolhimento mensal das contribuições de que tratam os incisos I e II do art. 72 desta Lei.

§ 1º A contribuição a que se refere o caput será recolhida diretamente pelo servidor, observado o disposto nos art. 75 e 76 desta Lei, não sendo computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo na constituição de aposentadoria.

§ 2º Mediante protocolo próprio, a qualquer tempo, é permitido o recolhimento retroativo de contribuições previdenciárias facultativas, patronal e funcional, dos períodos em que o servidor encontrou-se afastado ou licenciado sem remuneração, sujeitando-se a incidência de acréscimos legais similares aos aplicáveis aos tributos municipais, desde a época em que eram devidos até a efetiva data de pagamento, nos seguintes termos e ordem:

- I - atualização monetária do valor pelo índice oficial adotado pelo RPPS;
- II - incidência de juros moratórios simples de 1% (um por cento) ao mês ou fração sobre o valor já atualizado monetariamente; e
- III - multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos percentuais) ao dia até o limite de 10% (dez por cento), a ser aplicada sobre o montante já atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;
- IV - aplicar-se-ão, no que couber, as demais disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal, com as alterações decorrentes.

§ 3º. Durante o período de afastamento ou licenciamento do cargo, sem prejuízo da remuneração nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ilhota, o Município continuará responsável pelo repasse da contribuição de que trata o inciso I do art. 72 desta Lei.

SEÇÃO II DOS DEPENDENTES

Art. 15. São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

- I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, o filho ou equiparado não emancipado, de qualquer condição, menor de 21(vinte e um) anos ou inválido, o ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, que comprove o recebimento de pensão alimentícia determinada por sentença judicial;
- II - os pais; e
- III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21(vinte e um) anos ou inválido.

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada, mediante documentos pessoais e contemporâneos na forma do Regulamento.

§ 2º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou segurada nos termos da legislação civil em vigor.

§ 4º O ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, que comprove o recebimento de pensão alimentícia determinada por sentença judicial, terá direito ao benefício de pensão por morte até o limite do percentual estabelecido judicialmente a título de pensão alimentícia, tendo o direito de permanecer recebendo o mesmo percentual após a morte do instituidor da pensão.

Art. 16. Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I do art. 15 desta Lei, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

Parágrafo Único - O enteado e menor sob tutela somente poderão ser equiparados aos filhos do segurado mediante apresentação de termo de tutela.

Art. 17. A perda da qualidade de dependente ocorre:
I - para o cônjuge:

- a) pela separação judicial ou divórcio, desde que não lhe seja assegurada a prestação de alimentos;
- b) pela separação de fato, desde que não seja comprovada a dependência econômica;
- c) pela anulação do casamento;
- d) pelo óbito;
- e) por sentença judicial transitada em julgado.

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, desde que não lhe seja garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, salvo se inválidos:

- a) ao completarem 21(vinte e um) anos de idade;
- b) pela emancipação.

Parágrafo Único - Para os dependentes em geral, ocorre a perda dessa qualidade:

- a) pela cessação da invalidez;
- b) por ordem judicial;
- c) pela renúncia expressa;
- d) pela cessação da dependência econômica;
- e) pelo falecimento.

SEÇÃO III DAS INSCRIÇÕES

Art. 18. A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo público efetivo municipal.

§ 1º O segurado deverá atualizar suas bases cadastrais, a cada dois anos, no mês do respectivo aniversário, mediante o preenchimento de ficha ou formulário, impresso ou eletrônico, do ILHOTAPREV, sob pena de retenção dos vencimentos até que a providência seja tomada.

§ 2º O segurado inativo e o pensionista, obrigatoriamente, deverão atualizar suas bases cadastrais no período de março a abril de cada ano, mediante o preenchimento de ficha ou formulário, impresso ou eletrônico, do ILHOTAPREV, sob pena de retenção dos proventos até que a providência seja tomada.

§ 3º Em caso de falecimento do segurado inativo ou pensionista os familiares deverão encaminhar o atestado de óbito ao ILHOTAPREV no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 19. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la, se aquele falecer, sem tê-la efetivado.

§ 1º A inscrição de dependente inválido poderá ser realizada mediante a apresentação de documentação idônea em que se comprove a respectiva invalidez, devendo o dependente inválido ser avaliado pela perícia médica a cargo do ILHOTAPREV para fins de concessão do direito à pensão por morte no caso de óbito do segurado.

§ 2º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

CAPÍTULO IV DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 20. O RPPS compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade; e
- e) aposentadoria especial do Professor;
- f) auxílio-doença;
- g) salário-família;
- h) salário-maternidade.

II - Quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão.

Parágrafo único. Os benefícios de auxílio doença, salário maternidade, salário-família e auxílio-reclusão serão custeados com recursos do orçamento do Município, bem como a análise e concessão dos referidos benefícios.

SEÇÃO I DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 21. A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de licença para tratamento de saúde, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 52 desta Lei.

§ 2º Para o cálculo dos proventos proporcionais será considerada a remuneração de contribuição referida no art. 72 desta Lei, com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º e 17, da Constituição Federal e na forma estabelecida no art. 52 desta Lei, especialmente o disposto em seu § 10.

§ 3º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione diretamente com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 4º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada no uso da razão;
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 5º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis aquelas especificadas pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado, restringindo-se aos seguintes casos:

- I - alienação mental;
- II - cardiopatia grave;
- III - cegueira;
- IV - contaminação por radiação, com base em medicina especializada;
- V - doença de Parkinson;
- VI - esclerose múltipla;
- VII - espondiloartrose anquilosante;
- VIII - estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante);
- IX - hanseníase;
- X - hepatopatia grave;
- XI - nefropatia grave;
- XII - neoplasia maligna;
- XIII - paralisia irreversível e incapacitante;
- XIV - síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS;
- XV - tuberculose ativa.

§ 7º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial, a cargo do ILHOTAPREV, que concluir pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho.

§ 8º A invalidez permanente para o exercício do cargo público não pressupõe e nem se confunde com a invalidez para o serviço público.

§ 9º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao ILHOTAPREV não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 10. O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 11. Caso o segurado aposentado por invalidez se julgar apto para retornar à atividade, deverá solicitar a realização de nova avaliação médico-pericial e se a perícia concluir pela recuperação da capacidade laborativa o servidor será encaminhado de ofício ao setor responsável pela área de pessoal do Município de Ilhota, para o devido processo de reversão.

§ 12. O aposentado por invalidez que voltar a exercer atividade laboral terá seu benefício suspenso e comprovando-se a recuperação de capacidade laboral ocorrerá a reversão de sua aposentadoria, sujeitando-se as cominações administrativas, civis e penais aplicáveis ao caso.

§ 13. Em caso de reversão de aposentadoria por invalidez poderá ser requerido novo benefício a qualquer tempo desde que preenchidos os requisitos necessários, sendo que o tempo em que permaneceu aposentado não reputará efeitos em relação ao tempo de contribuição, tempo de serviço público, ao tempo de carreira e ao tempo no cargo efetivo, ressalvado o tempo de contribuição se verteu contribuições durante o respectivo período.

SEÇÃO II DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 22. O segurado será aposentado compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 52 desta Lei, especialmente o disposto em seu § 10, não podendo ser inferiores ao valor

do salário-mínimo nacional.

Parágrafo Único - A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

SEÇÃO III DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 23. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos calculados na forma prevista no art. 52 desta Lei, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
- II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
- III - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Ressalvado o disposto no art. 22 desta Lei, a aposentadoria vigorará a partir da data fixada no respectivo ato.

SEÇÃO IV DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE

Art. 24. O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 52 desta Lei, especialmente o disposto em seu § 10, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
- II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
- III - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

SEÇÃO V Da Aposentadoria Especial do Professor

Art. 25. O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 23, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em cinco anos.

Parágrafo único. São consideradas funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

SEÇÃO VI DO AUXÍLIO DOENÇA

Art. 26. O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, e consistirá numa renda mensal correspondente à remuneração de contribuição do segurado.

§ 1º O auxílio-doença será concedido, a pedido ou de ofício, com base em exame médico-pericial que definirá o prazo de afastamento.

§ 2º Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido a novo exame médico pericial, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§ 3º A responsabilidade pelo pagamento da remuneração do segurado afastado por motivo de doença será sempre do Município.

§ 4º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

Art. 27. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de readaptação para exercício do seu cargo, ou em outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, será aposentado por invalidez.

§ 1º Em caso de acúmulo de cargos, o servidor será afastado em relação à atividade para a qual estiver incapacitado, devendo a perícia médica ser conhecedora de todas as atividades e cargos que o servidor estiver exercendo.

§ 2º Se nos cargos acumulados o servidor exercer a mesma atividade, deverá ser afastado de todos, com base em laudo médico pericial.

§ 3º No curso do afastamento o servidor abster-se-á de exercer qualquer atividade remunerada, ou mesmo gratuita, quando esta seja em caráter contínuo ou incompatível com a limitação que ensejou a concessão do benefício, sob pena de cancelamento automático do auxílio-doença e perda total dos proventos percebidos durante o período laborado.

SEÇÃO VII**Do Salário-Maternidade**

Art. 28. Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por 120 (cento e vinte dias consecutivos), com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante exame médico pericial.

§ 2º O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual à última remuneração da segurada.

§ 3º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4º O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

Art. 29 À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade em igual período fixado no caput.

SEÇÃO VIII**DO SALÁRIO-FAMÍLIA**

Art. 30. Será devido o salário-família ao segurado do ILHOTAPREV de acordo com as normas e valores estabelecidos pelo RGPS, na proporção do número de filhos e equiparados, de qualquer condição nos termos do art. 15 desta Lei.

§ 1º Quando o pai ou a mãe forem servidores públicos, o salário-família será concedido a ambos.

§ 2º Em caso de acumulação legal de cargos, o salário-família será pago em relação a apenas um cargo.

§ 3º O valor limite referido no caput será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

Art. 31. O pagamento do salário-família está condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho, ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho, ou equiparado, junto à fonte pagadora a que o segurado está vinculado.

§ 1º Se o segurado não apresentar atestado de vacinação obrigatória e a comprovação de frequência escolar do filho, ou equiparado, nas datas definidas pelo Município de Ilhota, o benefício será suspenso até que a documentação seja apresentada.

§ 2º Não é devido o salário-família no período entre a suspensão do benefício motivada pela falta de comprovação da frequência escolar e seu reativamento, salvo se comprovada a frequência escolar no período.

§ 3º A comprovação de frequência escolar será feita mediante a apresentação de documento emitido pela instituição de ensino, na forma de legislação própria, em nome do aluno, em que conste o registro de frequência regular ou de atestado do estabelecimento que comprove a regularidade da matrícula e a frequência escolar do aluno.

§ 4º Ocorrendo divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor ou à pessoa indicada em decisão judicial.

§ 5º O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - por morte do filho, ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho, ou equiparado, alcançar a idade limite nos termos definidos pelos RGPS, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário, salvo se inválido; ou

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade.

§ 6º Para efeito de concessão e manutenção do salário-família, o participante deve firmar termo de responsabilidade em que se comprometa a comunicar ao setor responsável pela área de pessoal do Município de Ilhota qualquer fato ou circunstância que determine a perda do direito ao benefício, ficando sujeito, em caso de não cumprimento, às sanções penais e administrativas consequentes.

§ 7º O valor da cota será corrigido nas mesmas datas e pelos mesmos índices aplicados aos benefícios de salário-família devido pelo RGPS.

§ 8º As cotas do salário-família serão pagas pela Administração Pública Municipal juntamente com a remuneração mensal do servidor, efetivando-se a compensação financeira quando do recolhimento das contribuições previdenciárias ao ILHOTAPREV.

Art. 32. O salário-família não se incorporará à remuneração ou ao benefício para qualquer efeito.

SEÇÃO IX**DA PENSÃO POR MORTE**

Art. 33. Aos dependentes dos servidores titulares de cargo efetivo e dos aposentados do Município, suas autarquias e fundações, falecidos a partir de 19 de fevereiro de 2004 (data de publicação da Medida Provisória 167, de 2004), será concedido o benefício de pensão por morte que será igual:

I - à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; ou

II - à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

Art. 34. As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte de seus beneficiários ou pelo decurso do prazo estabelecido nos §§ 3º e 5º deste artigo.

§ 2º A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, completamento de 21(vinte e um) anos de idade, cessação da invalidez ou da dependência econômica.

§ 3º A cota individual de pensão do cônjuge ou companheiro(a) cessará em:

I - 3 (três) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

II - 6 (seis) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

III - 10 (dez) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

IV - 15 (quinze) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

V - 20 (vinte) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade.

§ 4º A cota individual de pensão do cônjuge ou companheiro será vitalícia se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 5º Independentemente da idade do pensionista, a cota individual de pensão do cônjuge ou companheiro cessará em 4 (quatro) meses, se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado.

Art. 35. São beneficiários das pensões:

I - vitalícias:

a) o cônjuge;

b) a pessoa separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia, observando-se como limite o mesmo percentual que lhe foi conferido judicialmente;

c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar.

II - temporária:

a) os filhos, não emancipados e menores de 21(vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez e a dependência econômica.

b) o menor sob tutela até atingir 21(vinte e um) anos de idade e o enteado, não emancipado, menor de 21(vinte e um) anos de idade, desde que dependente economicamente do segurado, ou o menor sob tutela e o enteado inválidos, enquanto durar a invalidez e a dependência econômica.

c) o irmão órfão, não emancipado e menor de 21 (vinte e um) anos de idade, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovar a dependência econômica do servidor.

d) a mãe e o pai que comprovarem dependência econômica do servidor.

§ 1º A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "c" do inciso I deste artigo exclui desse direito os beneficiários referidos nas alíneas "c" e "d" do inciso II.

§ 2º A concessão de pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo exclui desse direito os beneficiários referidos nas alíneas "c" e "d" do mesmo inciso.

Art. 36. A pensão será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários da pensão temporária.

§ 1º Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão vitalícia, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados.

§ 2º Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

§ 3º Ocorrendo habilitação somente à pensão temporária, o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 37. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Parágrafo único. Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 38. O pagamento de pensões decorrentes do reconhecimento de união estável será devido desde a data do óbito do segurado.

Art. 39. Não faz jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do servidor.

Art. 40. Será concedida pensão provisória quando judicialmente for declarada a ausência ou a morte presumida do servidor.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 41. Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

I - o seu falecimento;

II - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;

III - a cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido;

IV - o completamento de 21(vinte e um) anos de idade ou a emancipação de filho, enteado ou irmão órfão.

V - a acumulação de pensão na forma do artigo 43;

VI - a renúncia expressa;

VII - cessação da dependência econômica.

Art. 42. Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá:

I - da pensão vitalícia para os remanescentes desta pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionista remanescente da pensão vitalícia;

II - da pensão temporária para os co-beneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

Art. 43. Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulada de mais de uma pensão, exceto no caso de pensões decorrentes de cargos constitucionalmente acumuláveis.

SEÇÃO X

DO AUXÍLIO-RECLUSÃO

Art. 44. O auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão em flagrante, provisória ou preventiva, e em virtude de condenação por sentença definitiva que não lhe determine a perda do cargo, desde que não esteja em gozo de benefício previsto nesta Lei, e que a sua remuneração bruta seja inferior ou igual ao limite estipulado em legislação federal competente.

§ 1º O valor limite referido no caput será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 2º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido pelo período da fuga.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao ILHOTA-PREV pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

CAPÍTULO V DO ABONO ANUAL

Art. 45. O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença ou auxílio-reclusão pagos pelo ILHOTAPREV e pelo Município dentro das obrigações constantes no artigo 20 desta lei.

§ 1º O abono anual será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, cujo pagamento terá como base o valor da competência de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes desse mês, quando o valor de referência será a média aritmética simples de janeiro a dezembro.

§ 2º A competência ou fração paga pela Administração Direta ou pelo Poder Legislativo será deduzida do cálculo do abono anual e nos casos em que houver o pagamento em cotas ou divisões de um mesmo benefício a mais de um interessado proceder-se-á aos ajustes necessários para que a soma das respectivas cotas ou divisões não ultrapasse a totalidade do valor desse benefício.

§ 3º Poderá haver antecipação de 50% (cinquenta por cento) do abono anual, a partir do mês de junho de cada ano, a critério do ILHOTAPREV e da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO VI DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 46. Ao segurado do RPPS que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentação com proventos calculados de acordo com o art. 52 desta Lei, quando o servidor, cumulativamente:

- I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;
- II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;
- III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

- a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e
- b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 23, § 1º desta Lei, na proporção de cinco por cento.

§ 2º O segurado professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º As aposentadorias concedidas conforme este artigo, serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 52 desta Lei.

Art. 47. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 23 desta Lei, ou pelas regras estabelecidas pelo art. 46 desta Lei, o segurado do RPPS que tiver ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 1º do art. 23 desta Lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;
- II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
- IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo Único - Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 48. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 23 desta Lei ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 46 e 47 desta Lei, o servidor, que tenha ingressado no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade do art. 23, III desta Lei, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo Único - Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 50 desta Lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 49. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 50. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do ILHOTAPREV, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 49 desta Lei, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

CAPÍTULO VII DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 51. O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos art. 23 e 46 desta Lei e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 22 desta Lei.

§ 1º O abono previsto no caput será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 47 desta Lei, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos, se homem.

§ 2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício, conforme disposto no caput e § 1º, mediante opção expressa pela permanência em atividade.

CAPÍTULO VIII DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 52. No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos art. 21, 22, 23, 24 e 46 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS.

§ 2º Nas competências, a partir de julho de 1994, em que não tenha havido contribuição para regime próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 4º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência os quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 5º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário-mínimo nacional;

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 6º As maiores remunerações de que trata o caput serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no §5º.

§ 7º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 8º Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, observado o disposto no art. 56 desta Lei.

§ 9º Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

§ 10 Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III do art. 23 desta Lei, não se aplicando a redução de que trata o § 1º do mesmo artigo.

§ 11 A fração de que trata o caput será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme este artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 8º.

§ 12 Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

Art. 53. Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os art. 21, 22, 23, 24 e 46 desta Lei serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 54. É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 51 desta Lei.

Parágrafo Único - O disposto no caput não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 52 desta Lei, respeitado, em qualquer hipótese, como limite, a remuneração do servidor no cargo efetivo.

Art. 55. Fica assegurada a estabilidade financeira, na forma desta lei, ao servidor ativo ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Municipal de Ilhota, optante pela incorporação das verbas no salário contribuição, que tiver exercido, ininterrupto ou não, cargo em comissão, função de confiança, atividade especial gratificada prevista na Lei Complementar nº 039/2013 e 047/2013, regência de classe e adicionais de insalubridade e periculosidade, em conformidade com o anexo I desta Lei e da seguinte forma:

I - O detentor de Função Gratificada poderá, mediante requerimento, incorporar a sua remuneração do cargo efetivo, para fins de cálculo de benefício previdenciário, o percentual obtido através de média ponderada, na integralidade caso tenha composto sua remuneração de contribuição durante 180 (cento e oitenta) meses e proporcional na fração de 1/180 (um cento e oitenta avos) mês de contribuição.

II - O ocupante do vencimento do cargo em comissão poderá, mediante requerimento, incorporar a sua remuneração do cargo efetivo, para fins de cálculo de benefício previdenciário, o valor correspondente a diferença entre a remuneração do cargo comissionado em relação a remuneração do cargo efetivo a razão de 1/180 (um cento e oitenta avos) mês de contribuição.

III - O servidor que receba regência de classe, adicional de insalubridade ou periculosidade poderá, mediante requerimento, incorporar a sua remuneração do cargo efetivo, para fins de cálculo de benefício previdenciário, o valor correspondente a vantagem e/ou adicional, a razão de 1/180 (um cento e oitenta avos) mês de contribuição.

§ 1º O servidor que conquistar a incorporação de que trata este artigo na integralidade não poderá mais em sua vida funcional receber gratificação da mesma natureza, e em caso de incorporação proporcional o servidor na ativa que voltar a perceber função gratificada receberá o percentual que lhe couber extraindo o percentual já incorporado a remuneração do cargo efetivo, a fim de evitar o efeito cascata.

§ 2º Os servidores que já percebem e contribuem com essas vantagens poderão utilizar os valores já contribuídos - desde março/2000, mês e ano de criação do IlhotaPrev -, para fins do disposto neste artigo e seus incisos.

§ 3º Ficam convalidados os atos de aposentadoria e pensões já concedidas com a incorporação das vantagens de que tratam os incisos I e II do referido artigo.

Art. 56. A vedação prevista no § 10 do art. 37, da Constituição Federal, não se aplica aos servidores ativos e aos inativos, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 57. Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício e de tempo de contribuição concomitante no serviço público e na iniciativa privada, considerando-se apenas um destes períodos, não podendo ser considerado o tempo de serviço ou contribuição que já tenha sido objeto de averbação em outro regime previdenciário ou tenha sido utilizado para concessão de qualquer prestação previdenciária.

Art. 58. Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao RGPS, situação em que os respectivos regimes previdenciários se compensarão financeiramente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - Desconsidera-se como tempo de contribuição todo e qualquer tipo de afastamento sem recebimento de vencimentos no serviço público, exceto se tiveram sido realizadas contribuições ao RPPS, bem como, na atividade privada, os períodos legalmente estabelecidos como de suspensão e interrupção de contrato de trabalho, salvo se foram vertidas contribuições na qualidade de segurado facultativo ao RGPS.

Art. 59. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

Art. 60. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma da legislação civil.

Art. 61. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação entre beneficiários e o regime próprio de previdência social, quer ex-officio ou mediante provocação, tanto para efeitos favoráveis quanto desfavoráveis, a contar da data de concessão do benefício previdenciário ou da data em que houve ciência de decisão definitiva no âmbito administrativo.

Art. 62. Para fins de preservação do valor real de valores atrasados a serem pagos ou ressarcidos ao RPPS fica considerado o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor como índice oficial de atualização monetária.

Parágrafo Único - Em caso de extinção do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor a atualização monetária de valores a serem pagos ou ressarcidos ao RPPS dar-se-á pelo índice oficial que o substituir ou por outro índice oficial adotado pelo Governo Federal na sua falta.

Art. 63. O aposentado por invalidez e o pensionista inválido deverão submeter-se a perícia médica periódica, incluindo-se todos os exames necessários, a cargo do ILHOTAPREV, a cada dois anos até completar 60 (sessenta) anos de idade, sob pena de suspensão do benefício.

Art. 64. Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei serão pagos diretamente ao beneficiário, em moeda corrente nacional, mediante depósito bancário até o quinto dia útil do mês subsequente.

§ 1º Para fins de representação perante o ILHOTAPREV o beneficiário, segurado ou pensionista, poderá constituir procurador, mediante procuração com firma reconhecida ou instrumento público, em qualquer caso com validade limitada a um ano, podendo praticar quaisquer atos em nome do outorgante.

§ 2º No caso de menores de 18 (dezoito) anos de idade são considerados como representantes naturais os pais, ficando dispensada a apresentação de procuração, e na falta dos genitores será necessário apresentar termo judicial de tutela, ainda que provisório.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo beneficiário, segurado ou dependente, será pago àqueles que comprovem a condição de dependentes perante regime de previdência social aptos à percepção de pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

§ 4º Os pagamentos dos benefícios não poderão ser antecipados, salvo o abono anual, nos mesmos termos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ilhota.

Art. 65 Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

- I - a contribuição prevista no inciso III do art. 70 desta Lei;
- II - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;
- III - o imposto de renda retido na fonte;
- IV - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e
- V - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

Art. 66. Nenhum benefício previdenciário previsto nesta Lei terá valor inferior ao salário-mínimo nacional vigente, com exceção dos casos de salário-família, pensão por morte em virtude de rateio entre dependentes e abono de permanência.

Parágrafo Único - Nenhum segurado do ILHOTAPREV poderá perceber benefícios superiores ao subsídio mensal do Prefeito Municipal ainda que perceba cumulativamente vencimentos decorrentes do exercício de cargo público efetivo ou comissionado, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Art. 67. Independe de carência a concessão de benefícios previdenciários pelo ILHOTAPREV, ressalvadas as aposentadorias previstas nos art. 23, 24 e 25 desta Lei, que observarão os prazos mínimos previstos naqueles artigos.

Parágrafo Único - Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no caput, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor estiver em exercício na data imediatamente anterior à da concessão do benefício.

Art. 68. Os aposentados e pensionistas com paridade quando da extinção, transformação, reclassificação ou modificação dos respectivos

cargos efetivos serão reenquadrados, através de ato próprio do ILHOTAPREV, resguardadas a compatibilidade e similaridade com o novo cargo, assim considerando-se a natureza, atribuições, escolaridade e remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo Único - Para as aposentadorias proporcionais e pensões por morte com paridade fica assegurada a manutenção da proporcionalidade do tempo de contribuição em relação ao nível inicial do respectivo cargo efetivo.

CAPÍTULO X DO CUSTEIO

Art. 69. Compete ao ILHOTAPREV gerir e garantir o plano de benefício do RPPS, observados os critérios estabelecidos nesta Lei, como unidade gestora única do RPPS.

Art. 70. São fontes do plano de custeio do RPPS as seguintes receitas:

- I - contribuição previdenciária do Município, referentes aos servidores dos Poderes Legislativo e Executivo e suas respectivas autarquias e fundações;
- II - contribuição previdenciária dos segurados ativos;
- III - contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas;
- IV - doações, subvenções, auxílios, legados e outras receitas eventuais;
- V - receitas decorrentes de aplicações financeiras e receitas patrimoniais;
- VI - receitas decorrentes do ativo imobiliário;
- VII - multas, juros e correção monetária decorrentes de contribuições recebidas em atraso;
- VIII - valores recebidos a título de compensação financeira com outros regimes previdenciários;
- IX - bens, direitos e ativos;
- X - quaisquer bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária. e
- XI - demais dotações previstas no orçamento municipal.

§ 1º Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III deste artigo incidentes sobre o abono anual, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º As receitas de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e da taxa de administração destinada à manutenção do ILHOTAPREV.

§ 3º O valor anual da taxa de administração mencionada no parágrafo anterior será de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao ILHOTAPREV, abrangendo todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do Município de Ilhota, incluídos os seus Poderes Legislativo e Executivo, suas autarquias e fundações, pago no exercício financeiro anterior, observando-se que:

- I - será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do ILHOTAPREV;
- II - na verificação do limite definido neste parágrafo, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros;
- III - o ILHOTAPREV poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.

§ 4º As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo serão realizadas diretamente ou por instituição financeira especializada, oficial ou privada, de modo a assegurar-lhes segurança, rentabilidade, liquidez, solvabilidade e transparência, respeitando-se as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 71 As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I e II do art. 70 desta Lei serão de 15,5% (quinze vírgula cinco) e 11% (onze por cento), respectivamente, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição de cargo efetivo e incidirá, inclusive, quando o servidor estiver em gozo de auxílio doença.

§ 1º Ocorrendo a necessidade de aplicação de alíquota suplementar para custeio de passivo, demonstrada através de cálculo atuarial, a fim de manter o equilíbrio atuarial, esta alíquota poderá ser fixada através de Lei Ordinária regulamentadora da matéria.

§ 2º A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições, previstas nos incisos I, II do art. 65 desta Lei, será do Município de Ilhota, através dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídas suas autarquias e fundações, e ocorrerá até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 3º Em hipótese alguma será permitido o recolhimento antecipado de contribuições para o recebimento de benefícios.

Art. 72. Entende-se como remuneração de contribuição o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou outras vantagens, excluídas:

- I - as diárias para viagens;
- II - ajudas de custo;
- III - a indenização de transporte;

IV - o salário-família;
V - o auxílio-alimentação;
VI – Adicional por serviços extraordinário;
VII – Adicional noturno;
VIII – Aula excedente;
IX - as parcelas que não compõe o salário de contribuição;
X - o abono de permanência de que trata o art. 53 desta Lei; e
XI - outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

§ 1º O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 2º Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do RPPS, a remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 3º O Município é o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 73. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 70 desta Lei será de 11% (onze por cento), incidentes sobre a parcela que supere o valor estabelecido como teto para o RGPS dos benefícios de aposentadoria e pensão concedidas pelo regime próprio do município.

§ 1º A contribuição prevista neste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadorias e de pensão que superem o dobro do valor estabelecido como teto para o RGPS, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.

§ 2º A contribuição incidente sobre o benefício de pensão terá como base de cálculo o valor total desse benefício, conforme art. 33 e 49 desta Lei, antes de sua divisão em cotas, respeitada a faixa de incidência de que tratam o caput e o § 1º.

§ 3º O valor da contribuição calculado conforme o § 2º será rateado para os pensionistas, na proporção de sua cota parte.

§ 4º Os valores mencionados no caput e § 1º serão corrigidos na mesma data e mesmo índice aplicados aos benefícios do RGPS.

Art. 74. O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo Único - O Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA será encaminhado ao Ministério da Previdência Social nas datas por ele fixadas.

Art. 75. Nas hipóteses de cessão, disposição, licenciamento ou afastamento de servidor, de que trata o art. 6º desta Lei, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração do cargo de que o servidor é titular conforme previsto no art. 72 desta Lei.

§ 1º Nos casos de que trata o caput, as contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas até o dia 10 (dez) do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia dez.

§ 2º Na hipótese de alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o caput deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

Art. 76 As contribuições previdenciárias recolhidas ou repassadas em atraso ficam sujeitas a incidência de acréscimos legais similares aos aplicáveis aos tributos municipais, desde a época em que eram devidas até a efetiva data de pagamento, nos seguintes termos e ordem:

I - atualização monetária do valor pelo índice oficial adotado pelo RPPS;
II - incidência de juros moratórios simples de 1% (um por cento) ao mês ou fração sobre o valor já atualizado monetariamente; e
III - multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos percentuais) ao dia até o limite de 10% (dez por cento), a ser aplicada sobre o montante já atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;
IV - aplicar-se-ão, no que couber, as demais disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal, com as alterações dela decorrentes.

Art. 77. Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o RPPS.

CAPÍTULO XI DA ORGANIZAÇÃO DO RPPS

Art. 78. A organização do ILHOTAPREV será composta da seguinte estrutura organizacional:

I - Conselho de Administração;
II - Conselho Fiscal;
III - Comitê de Investimentos;
IV - Diretoria Executiva.

O Art.79 O ILHOTAPREV contará com Quadro Próprio de Pessoal a ser aprovado nos termos desta Lei.

SEÇÃO I DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 80. O pessoal técnico ou administrativo necessário ao funcionamento do ILHOTAPREV será contratado, observada a legislação pertinente à modalidade de contratação, conforme a natureza dos serviços a realizar.

§ 1º Quando necessário, o ILHOTAPREV requisitará à municipalidade funcionários que, sem prejuízo de seus vencimentos ou vantagens, prestarão serviços de ordem técnica e administrativa, fixado o ônus no ato de cessão.

§ 2º O regime jurídico do pessoal do ILHOTAPREV será o estatutário, sendo-lhes aplicado o estatuto dos servidores públicos e o plano de cargos e carreiras do Município de Ilhota.

§ 3º Os servidores que forem cedidos nos termos do parágrafo anterior permanecerão na titularidade de seus cargos e no desempenho das funções que lhes forem atribuídas pela Direção do ILHOTAPREV, respeitadas as atribuições de seu cargo.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 81. O Conselho Administrativo será composto por 07 (sete) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os membros do Conselho Administrativo deverão possuir a condição de servidores efetivos segurados do ILHOTAPREV.

§ 2º O Diretor-Presidente do ILHOTAPREV é membro nato do Conselho, com direito a voto, não podendo, entretanto, ocupar cumulativamente o cargo de presidente do Conselho Administrativo.

§ 3º 2 (dois) conselheiros e seus suplentes serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal de Ilhota, dentre os segurados ativos e inativos, 1 (um) conselheiro e seu suplente serão indicados pela Câmara Municipal de Ilhota, dentre os segurados ativos e inativos e 2 (dois) conselheiros e seus suplentes serão eleitos, dentre os segurados ativos e inativos, por voto secreto e direto, através do competente processo eleitoral previamente divulgado, sendo que dentre os eleitos obrigatoriamente 1(um) deve representar os segurados inativos, elegendo-se os respectivos suplentes, entre os mais votados, na ordem final de votação.

§ 4º Respeitado o Regimento Eleitoral, bem como o quorum mínimo de votantes, todos os segurados do ILHOTAPREV, poderão se candidatar.

§ 5º O mandato dos membros do Conselho Administrativo será de 2 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período.

§ 6º As reuniões do Conselho Administrativo apenas poderão ser promovidas com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros.

§ 7º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 05 (cinco) de seus membros.

§ 8º O Conselheiro que, sem justa motivação, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas durante o exercício, terá seu mandato declarado extinto.

§ 9º O cômputo de votos para eleição do segurado inativo que irá compor o Conselho de Administração dar-se-á em separado do cômputo de votos dos segurados ativos, sendo que na ausência de candidatura ou eventual impedimento para que todos os segurados inativos eleitos tomem posse como conselheiros o preenchimento dessa vaga e a suplência dar-se-ão dentre os segurados ativos mais votados, conforme dispor o regimento eleitoral.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 82. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal deverão ser servidores efetivos e 3 (três) deles deverão ter formação superior ou técnica em administração, economia, contabilidade ou direito.

§ 2º 01 (um) conselheiro e seu suplente serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal de Ilhota, 1 (um) conselheiro e seu suplente serão indicados pela Câmara Municipal de Ilhota por maioria simples de seus veradores e 1 (um) conselheiro e seu suplente serão eleitos, dentre os segurados ativos e inativos, por voto secreto e direto, através do competente processo eleitoral previamente divulgado.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período.

§ 4º As reuniões do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente promovidas mensalmente e apenas poderão ser realizadas com a presença de, no mínimo, 2 (dois) de seus membros.

§ 5º O Conselheiro que, sem justa motivação, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas durante o exercício, terá seu mandato

declarado extinto.

SEÇÃO IV DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Art. 83. O Comitê de Investimento do ILHOTAPREV será composto por 03 (três) membros, preferencialmente dentre servidores efetivos e estáveis, nomeados pelo Diretor Presidente do ILHOTAPREV, do seguinte modo:

I - Um membro indicado pelo chefe do Poder Executivo;

II - Um membro indicado pelo Conselho de Administração do ILHOTAPREV;

III - O Diretor Presidente do ILHOTAPREV, que o presidirá.

Parágrafo Único - O mandato dos membros será exercido gratuitamente, pelo período de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 84. Na vacância ou substituição de um membro, outro será indicado, nos termos do artigo anterior desta lei, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, através de documento escrito dirigido ao Presidente do Comitê.

Art. 85. As reuniões do Comitê de Investimentos serão realizadas mensalmente, ou em caráter extraordinário, quando necessário, mediante convocação do Presidente do Comitê ou quando requerido pela maioria simples dos membros.

Art. 86. O Comitê pautará suas decisões pela legislação pertinente aos Regimes Próprios de Previdência, em especial a Resolução nº 3.790/2009, do Banco Central do Brasil, bem como qualquer outra que vier a substituí-la, e pela política de investimentos do ILHOTAPREV.

SEÇÃO V DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 87. A Diretoria Executiva do ILHOTAPREV será composta por um:

I - Diretor-Presidente;

II - Diretor de Administrativo e financeiro;

III - Assessor Contábil;

IV - Assessor Jurídico.

§ 1º Faz parte, ainda, da Diretoria Executiva, vinculando-se ao Diretor-Presidente, o Comitê de Investimentos com natureza de órgão deliberativo quanto à formulação e execução da política de investimentos do RPPS, cabendo-lhe analisar e propor políticas e estratégias de alocação de recursos financeiros com condições que preservem a segurança, a rentabilidade, a solvência, a liquidez e a transparência dos mesmos, cuja composição e funcionamento do colegiado dar-se-á por resolução conjunta dos Conselhos Administrativo e Fiscal do ILHOTAPREV.

§ 2º Ressalvadas as competências técnicas não passíveis de delegação, em caso de ausências ou impedimentos as substituições na Diretoria Executiva dar-se-ão na ordem sucessiva do caput deste artigo.

§ 3º Para realizar quaisquer movimentações financeiras far-se-á necessário a assinatura conjunta do Diretor-Presidente e do Presidente do Conselho Administrativo e nas ausências ou impedimentos de um ou ambos adotar-se-á a ordem sucessiva de substituição estabelecida no caput deste artigo, reputando-se válido o ato apenas quando houver dupla assinatura, salvo se houver a devida convalidação.

§ 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a implementar por ato próprio a organização estrutural do ILHOTAPREV, criando unidades administrativas subordinadas às previstas nesta Lei e definir suas atribuições.

Art. 88. Os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro serão providos em comissão, conforme as especificações contidas no ANEXO II.

§ 1º O Diretor-Presidente do ILHOTAPREV será de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, devendo ser ocupado por servidor do quadro de provimento efetivo ativo ou inativo.

§ 2º O cargo em comissão de Diretor-Presidente do ILHOTAPREV equipara-se ao de Diretor de Departamento no âmbito da Administração, sendo os seus proventos pagos pelo Município de Ilhota até que a autarquia tenha superávit suficiente para arcar com tal despesa.

§ 3º Todos os cargos em comissão da Diretoria Executiva do ILHOTAPREV serão indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo e os proventos pagos pelo ILHOTAPREV sendo equiparados aos percebidos pelos ocupantes de mesma função na Administração Municipal.

§ 4º Fica assegurado reajustamento dos vencimentos dos cargos de provimento efetivo e em comissão do ILHOTAPREV nas mesmas datas e nos mesmos índices aplicáveis à Administração Direta.

§ 5º O preenchimento dos cargos é de caráter facultativo e de acordo com as condições econômicas do Instituto, podendo os cargos descritos no art. 87, serem preenchidos mediante terceirização, ou ainda pela nomeação com provimentos em caráter de gratificação por presença "JETON".

Art. 89. Ficam criados os cargos de provimento efetivo constante do ANEXO III, onde constam as especificações e atribuições.

SEÇÃO VI DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 90. Compete ao Conselho Administrativo:

- I - eleger o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário (a);
- II - estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do Instituto;
- III - aprovar o plano de custeio, os planos de aplicação financeira dos recursos do Instituto, bem como de seu patrimônio;
- IV - elaborar e votar o Regimento Interno do Conselho;
- V - aprovar o orçamento do Instituto;
- VI - solicitar ao Executivo Municipal abertura de créditos suplementares e especiais;
- VII - propor ao Executivo a instituição e/ou exclusão de benefícios;
- VIII - aprovar as Contas do Instituto, após análise do Conselho Fiscal;
- IX - promover a avaliação técnica e atuarial do Instituto;
- X. deliberar sobre a aceitabilidade de doações e legados com encargos;
- XI - autorizar despesas extraordinárias, propostas pela Diretoria Executiva;
- XII - fiscalizar os atos de gerenciamento da Diretoria Executiva;
- XIII - autorizar o parcelamento de débitos patronais existentes.
- XIV - atuar como instância recursal final do ILHOTAPREV, na forma disciplinada em norma própria.

Art. 91. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - eleger o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário(a);
- II - examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;
- III - pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Administrativo;
- IV - elaborar e votar seu Regimento Interno;
- V - propor ao Conselho Administrativo medidas que julgar convenientes.

Art. 92. Compete ao Comitê de Investimentos:

- I - examinar as matérias e questões relativas a investimentos, fazendo as recomendações necessárias;
- II - acompanhar a execução do plano de investimentos e verificar se o mesmo está dentro dos limites de risco permitidos;
- III - definir e deliberar a respeito da modalidade de aplicação dos recursos financeiros do ILHOTAPREV, observando a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração;
- IV - aprovar o seu Regimento Interno e propor, sempre que necessário, a sua alteração.

Parágrafo Único - A aplicação dos recursos financeiros do ILHOTAPREV deverá fundamentar-se em dados da conjuntura econômica de curto, médio e longo prazo, bem como em indicadores econômicos.

Art. 93. Os Conselheiros efetivos ou seus suplentes, integrantes do Conselho de Administração e Fiscal e do Comitê de Investimentos não receberão qualquer remuneração ou gratificação.

Art. 94. Ao Diretor Presidente compete:

- I - representar a entidade em juízo ou fora dele;
- II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração;
- III - nomear, admitir, contratar, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores da Autarquia;
- IV - apresentar balancetes e encaminhar as prestações de contas anuais da entidade para deliberação do Conselho de Administração;
- V - encaminhar ao Conselho de Administração o Plano de Aplicação e Investimento;
- VI - proferir decisão sobre os pedidos de concessão de benefícios previdenciários, bem como de inscrição dos segurados, dependentes e pensionistas;
- VI - movimentar as contas bancárias do IBPREV conjuntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro; e
- VII - coordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração.

Art. 95. Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro, dentre outras atribuições:

- I - controlar atos de gestão orçamentária e de planejamento financeiro;
- II - controlar e disciplinar internamente os recebimentos e pagamentos;
- III - acompanhar o fluxo de caixa da entidade, zelando pela sua solvabilidade;
- IV - coordenar supervisionar os assuntos relativos à área contábil;
- V - administrar os recursos humanos, e os serviços gerais, inclusive quando prestados por terceiros;
- VI - supervisionar os atos referentes ao cadastro de segurados ativos, inativos, dependentes e pensionistas;
- VII - controlar a execução dos planos de benefícios previdenciários e do respectivo plano de custeio atuarial;
- VIII - fornecer as informações necessárias para proceder anualmente a avaliação atuarial; e

IX - praticar os demais atos inerentes ao cargo.

Art. 96. Compete ao Assessor Contábil:

I - Prestar assessoramento contábil em geral ao ILHOTAPREV;

II - Promover, orientar e supervisionar os serviços contábeis e financeiros do ILHOTAPREV, determinando a adoção de providências necessárias ao seu melhor desempenho;

III - Montar e assinar balancetes, balanços gerais e demonstrativos de apuração contábil;

IV - Promover o empenho prévio das despesas do ILHOTAPREV e o acompanhamento da execução orçamentária em todas as suas fases;

V - Acompanhar junto ao órgão de controle interno do Município, o exame dos processos relativos a execução orçamentária do ILHOTAPREV;

VI - Elaborar a proposta orçamentária para serem anexados as peças orçamentária obrigatórias como a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual;

VII - Inspeccionar, quando solicitado, quaisquer documentos da gestão financeira, orçamentária e patrimonial do ILHOTAPREV, bem como efetuar a conferência dos saldos e valores declarados como existentes ou disponíveis em balancetes e balanços.

Art. 97. Compete ao Assessor Jurídico:

I - Responder pela representação judicial e extrajudicial do ILHOTAPREV, quando outorgado pelo Diretor Presidente os poderes para tal;

II - Assessorar juridicamente a Diretoria Executiva em todos os termos da legislação previdenciária;

III - Representar e defender os interesses do ILHOTAPREV, judicial e extra-judicialmente, de acordo com as determinações, do presidente;

IV - Prestar os serviços técnicos jurídicos ao Conselho Fiscal e de Administração;

VI - Avaliar e revisar pareceres sobre matéria jurídica;

VII - Prestar assessoramento jurídico a Diretoria Executiva do ILHOTAPREV, quando solicitado;

VIII - Elaborar minutas de convênios, contratos e outros atos jurídicos;

IX - Prestar assistência jurídica à Comissão Permanente de Licitação;

X - Informar às autoridades superiores sobre decisões judiciais e promover gestões necessárias ao seu cumprimento;

XI - Coletar decisões judiciais e administrativas, registrando-as, para subsidiar estudos, pareceres e informações;

XII - Manter-se atualizado com a jurisprudência e demais normas legais de interesse do ILHOTAPREV;

XIII - Manter-se atualizado o acervo de sua biblioteca jurídica e de legislação, utilizando-se sempre que necessário dos recursos de informática;

Art. 98. São atribuições comuns da Diretoria Executiva:

I - Propor, para fins de aprovação do Conselho de Administração:

a) o Regulamento de Benefícios;

b) o Regimento Interno, que deverá contemplar o funcionamento dos Conselhos;

c) o Regulamento da Política de Aplicações e Investimentos;

d) o Orçamento anual e o Plano Plurianual;

e) o Plano de Contas;

f) o Relatório Anual;

g) os Balancetes Mensais, bem como o Balanço, as Contas Anuais do ILHOTAPREV e demais documentos contábeis e financeiros exigidos pela legislação nacional aplicável ao Regime Próprio de Previdência Social.

II - Encaminhar para deliberação do Conselho de Administração:

a) o Parecer Atuarial do exercício;

b) as Proposições de bens oferecidos pelo Município, a título de dotação patrimonial;

c) as Proposições de aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações com encargos;

III - Acompanhar e controlar a execução:

a) do Regulamento do Plano de Benefícios e do Respectivo Plano de Custeio Atuarial;

b) do Regulamento da Política de Aplicações e Investimentos do ILHOTAPREV;

Art. 99. Os integrantes da diretoria executiva do ILHOTAPREV e os membros dos Conselhos serão, de forma pessoal e solidária, responsabilizados, civil e criminalmente, pelos atos lesivos que praticarem ativa ou passivamente, com dolo, desídia ou fraude, aplicando-lhes, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e na Lei Complementar Federal nº 109, de 29 de maio de 2001.

Art. 100. Aplicam-se as disposições do direito de petição previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ilhota aos beneficiários do regime próprio de previdência social, sendo considerado o Diretor-Presidente como instância máxima decisória do ILHOTAPREV.

CAPÍTULO XII

DOS REGISTROS FINANCEIRO E CONTÁBIL

Art. 101. O ILHOTAPREV observará as normas de contabilidade específicas fixadas pelo órgão competente da União.

Parágrafo Único - A escrituração contábil do ILHOTAPREV será distinta da mantida pelo tesouro municipal.

Art. 102. O ILHOTAPREV encaminhará ao Ministério da Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil, e publicará na imprensa oficial, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, os demonstrativos financeiros e orçamentários da receita e despesa previdenciária e acumulada do exercício em curso, através dos seguintes documentos:

I - Demonstrativo Previdenciário do RPPS;

II - Comprovante mensal do repasse ao RPPS das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados, correspondentes às alíquotas fixadas nos art. 70 e 71 desta Lei; e

III - Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações do RPPS.

Art. 103. Será mantido registro individualizado dos segurados do regime próprio que conterà as seguintes informações:

I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - remuneração de contribuição, mês a mês;

IV - valores mensais e acumulados da contribuição do segurado; e

V - valores mensais e acumulados da contribuição do ente federativo.

§ 1º Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado, mediante extrato anual, relativas ao exercício financeiro anterior.

§ 2º Os valores constantes do registro cadastral individualizado serão consolidados para fins contábeis.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 104. Os Poderes Legislativo e Executivo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao ILHOTAPREV relação nominal dos segurados e seus dependentes, dos valores de remunerações e contribuições respectivas e demais informações funcionais que forem necessárias.

Art. 105. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Municipais nº 1602/2010 e nº 1491/2008.

Ilhota, 30 de agosto de 2017.

ANEXO I				
MÉDIA PONDERADA DE VANTAGEM NO PERÍODO				
15	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3	TOTAL
Meses com Gratificação	10	60	20	90
Percentual de Gratificação	50	30	20	
TOTAL	500	1800	400	2700
MÉDIA	2700	÷	90	30%
PERCENTUAL DE INCORPORAÇÃO AO VENCIMENTO				
VENCIMENTO PC	MESES INTEGRAL	MÉDIA VANTAG.	MESES CONTRI	INCORPORAÇÃO
2.000,00	180	30%	90	15%
	15	anos	7,5	anos
Vencimento com Incorporação	2.000,00	+	15%	2.300,00
RETORNO DA FUNÇÃO GRATIFICADA				
VENCIMENTO PC	Função Gratific.	Incorporação	% Atual	FG Atual
2.000,00	50%	15%	35%	700,00

Salário Bruto	2.300,00	+	700,00	3.000,00

INCORPORAÇÃO DE VENCIMENTO DO CARGO EM COMISSÃO

Vencimento PC	Venc. Cargo Com.	Diferença	Período	Incorporação
2.000,00	3.000,00	1.000,00	90	500,00

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA

Denominação	Quantidade	Carga Horária Semanal	Vencimento R\$	Lotação	Requisitos / Escolaridade
Diretor Presidente	01	40 horas	3.000,00	ILHOTAPREV	Nível Médio / Experiência de 2 anos na área previdenciária
Diretor Administrativo Financeiro	01	40 horas	1.700,00	ILHOTAPREV	Nível médio
Assessor Contábil	01	20 horas	1.750,00	ILHOTAPREV	Nível Superior em Ciências Contábeis com registro do Conselho Regional de Contabilidade de SC
Assessor Jurídico	01	20 horas	1.750,00	ILHOTAPREV	Nível Superior em Direito com Inscrição na OAB/SC

ANEXO III

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA

Denominação	Quantidade	Carga Horária Semanal	Vencimento R\$	Lotação	Requisitos / Escolaridade
Técnico de Análise de Benefícios	01	40 horas	R\$ 1.500,00	ILHOTAPREV	Nível Médio

Atribuições do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Análise de Benefícios

- Realizar o atendimento dos segurados ativos e inativos do ILHOTAPREV;
- Proceder o reconhecimento inicial, manutenção, recurso e revisão de direitos aos benefícios administrados pelo ILHOTAPREV;
- Exercer atividades internas e externas ligadas ao suporte e apoio técnico especializado;
- Executar as atividades de orientação e informação de acordo com a legislação e diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração do ILHOTAPREV;
- Fazer cumprir toda a legislação e atos normativos relacionados a legislação municipal que dispõe sobre o regime jurídico próprio de previdência do Município de Ilhota;
- Realizar as atividades de secretaria inerentes as atividades do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Comitê de Investimentos;
- Desenvolver outras atividades administrativas designadas pela Diretoria Executiva.

LEI ORDINÁRIA Nº 1872/2017

Lei Ordinária nº 1872/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A VENDER BENS MÓVEIS ATRAVÉS DE LEILÃO.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a alienar, mediante leilão, observado o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições pertinentes à matéria, os seguintes itens que não mais atendem às necessidades do Município:

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM	AValiação
01	BALSA DENOMINADA "ILHOTA I" – Número de Inscrição: 4430054037 – Data de inscrição: 18/8/1977 + REBOCADOR TUG VESSEL DENOMINADO "BRUNO E ZUZA" – Número de Inscrição: 4430118566 – Data de inscrição: 20/11/2006 – Motor MWM de propulsão diesel	R\$ 150.000.00

02	01(UM) VEÍCULO FORD FIESTA 2002/2002, COMBUSTIVEL GASOLINA, COR BRANCA, ANO 2002/2002, PLACAS MBN 5144, RENAVAL 783601549, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA. PODENDO HAVER FALTA DE ALGUMAS PEÇAS, INCLUSIVE ITENS DE SEGURANÇA. O BEM VAI A LEILÃO NO ESTADO E CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA.	R\$ 1.000.00
03	01(UM) VEÍCULO PAS/ONIBUS M.BENZ/OF1318, COMBUSTIVEL DIESEL, COR VERMELHA, ANO 1996/1996, PLACAS MAH 9602, RENAVAL 659753529, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA. PODENDO HAVER FALTA DE ALGUMAS PEÇAS, INCLUSIVE ITENS DE SEGURANÇA. O BEM VAI A LEILÃO NO ESTADO E CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA.	R\$ 5.000.00
04	01(UM) VEÍCULO PAS/ONIBUS IMP/M.BENZ OF 1620, COMBUSTIVEL DIESEL, COR AMARELO, ANO 1995/1996, PLACAS HOM 9926, RENAVAL 151438803, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA. PODENDO HAVER FALTA DE ALGUMAS PEÇAS, INCLUSIVE ITENS DE SEGURANÇA. O BEM VAI A LEILÃO NO ESTADO E CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA.	R\$ 3.000.00
05	01(UM) VEÍCULO PAS/ONIBUS M.BENZ/OF1318, COMBUSTIVEL DIESEL, COR BRANCA, ANO 1994/1995, PLACAS LWX 6416, RENAVAL 635933250, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA. PODENDO HAVER FALTA DE ALGUMAS PEÇAS, INCLUSIVE ITENS DE SEGURANÇA. O BEM VAI A LEILÃO NO ESTADO E CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA.	R\$ 3.000.00
06	LOTE SUCATA FERROSA + MDF	R\$ 200.00
07	LOTE SUCATAS DE PNEUS	R\$ 100.00
08	LOTE SUCATA DE INFORMATICA E ELETRONICOS	R\$ 100.00
09	01(UM) VEÍCULO CAMINHAO DE LIXO COMBUSTIVEL DIESEL, COR BRANCA, PLACAS JQZ 1398, RENAVAL 846022664, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA. PODENDO HAVER FALTA DE ALGUMAS PEÇAS, INCLUSIVE ITENS DE SEGURANÇA. O BEM VAI A LEILÃO NO ESTADO E CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA. DEBITOS JUNTO AO DETRAN S/P EM ABERTO OCORRERAO POR CONTA DO ARREMATANTE NO VALOR DE R\$ 7.568.24	R\$ 500.00

Art. 2º. Os valores mínimos dos bens constantes da relação do artigo anterior foram estipulados através de avaliação de Comissão especialmente designada pela Administração Municipal, onde foi observado, tanto quanto possível, o valor de mercado.

Art. 3º. Os valores apurados com o leilão serão creditados em conta específica do orçamento vigente e serão utilizados, exclusivamente, na aquisição de novos veículos e máquinas.

Art. 4º. A venda de que trata o artigo 1º desta Lei será exclusivamente à vista, mediante recolhimento dos valores através do documento de arrecadação emitido pelo Município.

Art. 5º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à alienação dos bens constantes do artigo 1º desta Lei, pelo maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Parágrafo único. Após o apregoamento normal, repassado 2 (duas) vezes pelo Leiloeiro, havendo lances inferiores ao mínimo do valor avaliado, estes poderão ser analisados, mas a venda somente será aprovada com concordância da Comissão de Avaliação que estará presente ao leilão e poderá fazer a aprovação na hora do Leilão.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 30 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 201/2017

PORTARIA Nº 201/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Conceder 730 (setecentos e trinta) dias de Licença para tratar de assuntos particulares, a Sra. Flavia Marques Firmo Weigmann, no cargo de NUTRICIONISTA, a partir de 01 de setembro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 28 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 033/2017 – PMI

EXTRATO DE CONTRATO N° 033/2017 – PMI

Convite PMI N° 006/2017. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ. CNPJ do Contratado: 13.131.994/0001-27. Contratado: Rafael do Nascimento - ME. Objeto: reforma do Estádio Municipal Vereador Políbio Bittencourt Fundamentação legal: Lei 8.666/93. Vigência: terá duração até o adimplemento final das obrigações, observada a vigência do crédito orçamentário. Prazo de execução é de 60 dias. Valor total: R\$ 17.264,19. (Proj. Ativ.: 2.035, Código Reduzido: 92, Dotação Orçamentária: 4.4.90.00.00.00.00.00 0200). Data de assinatura: 14/08/2017. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior, pelo contratado: Rafael do Nascimento.

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO SEASTH 03/2017 A/00 PROC 15/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEASTH 201/03 – A/00

Contratada: CRISLAINE SILVA DA ROSA

CPF: 059.624.099-65

Objeto: ABRIGAMENTO PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FAMÍLIA ACOLHEDORA/SUBSTITUTA A FIM DE ATENDER O PROGRAMA ACALETO "ALIMENTO SONHOS E ESPERANÇAS" DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

Prazo: 30/08/2017 à 30/08/2018 Valor Mensal R\$ 824,20

Fundamento: Processo nº 15/2017 Inexigibilidade nº 01/2017

Imbituba, 30 de agosto de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio

Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Contratante

CRISLAINE SILVA DA ROSA

Representante legal

Contratado

CONTRATO SEASTH 04/2017 A/00 PROC 15/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEASTH 201/04 – A/00

Contratada: LIGIA MARIA NASCIMENTO JOVASQUE

CPF: 665.107.590-04

Objeto: ABRIGAMENTO PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FAMÍLIA ACOLHEDORA/SUBSTITUTA A FIM DE ATENDER O PROGRAMA ACALETO "ALIMENTO SONHOS E ESPERANÇAS" DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

Prazo: 30/08/2017 à 30/08/2018 Valor Mensal R\$ 824,20

Fundamento: Processo nº 15/2017 Inexigibilidade nº 01/2017

Imbituba, 30 de agosto de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio

Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Contratante

LIGIA MARIA NASCIMENTO JOVASQUE

Representante legal

Contratado

DECRETO PMI Nº 118, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 118, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico – SEDETUR e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como com outras organizações;
- c) divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- d) formular, planejar e implementar a política de fomento econômico e tecnológico dos setores industrial, comercial e de serviços do Município, compreendendo a atração de novos investimentos, contribuindo para a geração de emprego e renda;
- e) promover e incentivar a criação, preservação e ampliação de empresas e pólos econômicos, industriais e turísticos;
- f) buscar viabilizar junto aos organismos de fomento, linhas de crédito para compra de máquinas e equipamentos aos empresários empreendedores, formais e informais, auxiliando na geração de empregos, renda e surgimento de novas empresas no Município;
- g) apoiar empresas no processo de difusão de seus produtos e serviços, com vistas à ampliação dos negócios no mercado nacional e internacional;
- h) promover a educação empreendedora, através de convênios e parcerias com instituições de ensino e entidades vinculadas à profissionalização empresarial;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;

- e) realização de eventos de cunho turístico;
 - f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;
 - g) promoção, coordenação e execução de pesquisas, estudos e diagnósticos visando a subsidiar as políticas, os planos, os programas, os projetos e as ações no âmbito turístico;
 - h) incentivar o desenvolvimento do turismo de eventos no Município, incluindo a realização de encontros de negócios, congressos e outras atividades congêneres;
 - i) promoção, criação, desenvolvimento e administração de espaços e equipamentos voltados para a preservação de valores turísticos e para o fomento de atividades turísticas;
 - j) formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos turísticos, na área de competência do Município;
 - k) planejamento e organização do calendário turístico do Município, promovendo e apoiando as festividades, comemorações e eventos programados;
 - l) promoção de campanhas e ações para o desenvolvimento da mentalidade turística no Município e a participação da comunidade local no fomento ao turismo;
 - m) formulação de políticas, planos e programas turísticos, em articulação com os demais órgãos municipais competentes e em consonância com os princípios de integração social e promoção da cidadania;
 - n) promoção e coordenação de estudos e análises visando à atração de investimentos e a dinamização de atividades turísticas no Município;
- III – celebração, a coordenação e o monitoramento de convênios e parcerias com associações e entidades afins, públicas e privadas, para a implantação de programas e realização de atividades econômicas e turísticas;
- IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- V – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VI – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- VIII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- IX – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- X – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Desenvolvimento Econômico

b) Coordenadoria Administrativa

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Desenvolvimento;

b) Conselho Municipal de Turismo.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assistente de Diretor	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Remuneração	950,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Coordenador(a)	1	Gratificação	550,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

Art. 6º Revoga-se o Decreto 087, de 31 de maio de 2017, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de agosto de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 119, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 119, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 29 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- programar, coordenar e executar a política educacional na rede pública municipal de ensino;
- instalar e manter estabelecimentos públicos municipais de ensino, controlando e fiscalizando o seu funcionamento;
- gerenciar a documentação escolar e estatística, a estrutura e funcionamento do programa federal vinculado à frequência do aluno à escola, bem como o registro escolar;
- manter e assegurar a universalização dos níveis e modalidades de ensino;
- ampliar gradativamente a jornada de tempo escolar;
- prover o atendimento educacional especializado com recursos tecnológicos, equipamentos adaptados, acessibilidade arquitetônica, entre outros, conforme a necessidade do aluno com deficiência;
- articular ações com outros órgãos públicos – municipais, estaduais e federais, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos para complementar o atendimento especializado nas áreas de educação;
- incentivar a pesquisa didático-pedagógica no intuito de implementar uma prática contínua de divulgação e publicação por meio de eventos na área da educação;
- implementar o Sistema Municipal de Ensino;
- instituir gradativamente conselhos escolares;
- proporcionar acesso qualitativo aos recursos tecnológicos para alunos, professores e funcionários;
- implementar programas de alimentação e nutrição nos estabelecimentos públicos municipais de ensino;
- participar efetivamente nos conselhos municipais;
- prover de transporte escolar, sempre que possível em regime de colaboração com os governos estadual e federal, entidades

- não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos, de forma a garantir o acesso dos alunos à escola;
- o) estabelecer plano de ação orçamentário anual que contemple: a criação de mecanismos de controle e avaliação do sistema de ensino, formação continuada, adequação do espaço físico, aquisição de materiais e equipamentos, entre outros;
- II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:
- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
- m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:
- a) formular e executar a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.
- i) promover a representatividade do Município em eventos desportivos regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
- j) realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades;
- k) sediar eventos esportivos;
- l) promover o lazer a toda sociedade;
- m) realizar atividades de lazer e recreação, mediante a utilização dos espaços disponíveis;
- n) proporcionar a integração e o conagração, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas e recreativas;
- o) incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;
- p) implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela Secretaria;
- q) conservar os espaços esportivos pertencentes ao Município;
- r) manter e adequar a infraestrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e de lazer e demais serviços prestados à comunidade, no âmbito da Secretaria;
- IV – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- V – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VI – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- VIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- IX – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- X – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- XI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Ensino:

1. Coordenadoria de Articulação Pedagógica do Ensino Fundamental:

1.1. Escola Básica Municipal Basileu José da Silva;

1.2. Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos;

1.3. Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer;

1.4. Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa;

1.5. Escola Municipal Belarminda de Souza Pires;

1.6. Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira;

- 1.7. Escola Municipal Herminia de Souza Marques;
- 1.8. Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza;
- 1.9. Escola Municipal Ugero Pittigliani;
2. Coordenadoria de Educação Inclusiva do Ensino Fundamental;
3. Coordenadoria de Articulação Pedagógica da Educação Infantil:
 - 3.1. Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel;
 - 3.2. Centro Municipal de Educação Infantil Altona;
 - 3.3. Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes;
 - 3.4. Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares;
 - 3.5. Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Mãe;
 - 3.6. Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson;
 - 3.7. Centro Municipal de Educação Infantil Juci de Souza dos Santos;
 - 3.8. Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito;
 - 3.9. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Lopes (Dona Pequena);
 - 3.10. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virginia Soares;
 - 3.11. Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini;
 - 3.12. Centro Municipal de Educação Infantil Moacyr Orige;
 - 3.13. Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus;
 - 3.14. Centro Municipal de Educação Infantil Profª Doraci da Silva Spillere;
 - 3.15. Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol;
4. Coordenadoria de Atividades Complementares da Educação Infantil;
5. Coordenadoria de Educação Inclusiva Infantil;
6. Coordenadoria de Acompanhamento e Fiscalização do Plano Municipal de Educação;
7. Coordenadoria de Projetos Socioeducativos;
8. Coordenadoria de Materiais Didáticos e Bibliotecas;
9. Coordenadoria de Educação Física;
10. Coordenadoria de Apoio Multiprofissional;

c) Gerência de Gestão, Orçamento e Finanças;

1. Departamento Gestor de Convênios e Licitações;
2. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
 - 2.1. Supervisão de Contratos Temporários da Educação;
3. Coordenadoria de Controle de Matrículas;
4. Coordenadoria de Estatísticas e Censo Escolar;
5. Coordenadoria do Patrimônio da Educação;
6. Coordenadoria de Manutenção, Reforma e Ampliação da Rede Física de Ensino;
7. Departamento de Gestão Democrática Escolar;
8. Supervisão de Alimentação Escolar;

d) Gerência de Mobilidade Escolar:

1. Supervisão do Passe Escolar;

e) Diretoria de Cultura:

1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;
2. Departamento de Articulação e Desenvolvimento Institucional;
 - 2.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Museus – SMM;
3. Departamento de Fomento e Incentivo à Cultura;
 - 3.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL;

f) Diretoria de Esportes:

1. Unidade Gestora Organizacional Socioesportiva;
 - 1.1. Coordenadoria de Fomento e Incentivo ao Esporte;
2. Diretoria de Projetos Esportivos.

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Educação;
- b) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- d) Conselho Municipal de Política Cultural;
- e) Conselho Municipal de Esporte
- f) Conselho Municipal do Idoso.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) de Comunicação	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	2	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	4	Remuneração	1.300,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) de Comunicação	Gratificação	800,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	2	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	19	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	3	Gratificação	250,00

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

NOMENCLATURA		REMUNERAÇÃO	
		VALOR (R\$)	
Diretor(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	550,00
	Até 300 alunos	Gratificação	450,00
Diretor(a) de CEI		Gratificação	450,00
Secretário(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	420,00
	Até 300 alunos	Gratificação	350,00
Secretário(a) de CEI		Gratificação	350,00
Coordenador(a) Pedagógico(a)	Acima de 300 alunos	Gratificação	200,00
	Até 300 alunos	Gratificação	150,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI 105, de 28 de Julho de 2017, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de agosto de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 120, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 120, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – elaborar o planejamento operacional e executar a política municipal de saúde, por meio da implementação do sistema municipal da saúde e do desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população com a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas;

II – coordenar, controlar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município;

III – formular a política de saúde ambiental e ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;

IV – definir a política de regulação da Secretaria em relação ao Sistema Municipal de Saúde;

V – elaborar boletins sobre informações da saúde;

VI – as vigilâncias epidemiológicas, sanitárias, de orientação alimentar e de saúde do trabalhador;

VII – realizar ações preventivas em geral, de vigilância e controle sanitário;

VIII – a vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos;

IX – estabelecer diretrizes para desenvolvimento do programa de controle de infecção nas áreas de abrangência da Secretaria;

X – elaborar e realizar pesquisa científica e tecnológica na área de saúde;

XI – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral às urgências no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;

XII – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar do SUS;

XIII – promover campanhas de esclarecimento, visando a preservação da saúde da população;

XIV – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde bucal no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e federais;

XV – implantar e fiscalizar posturas municipais relativas a higiene e a saúde pública;

XVI – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de assistência farmacêutica em consonância com a Política Nacional de Medicamentos, observando os princípios do Plano Municipal de Saúde;

XVII – articular com outros órgãos e secretarias municipais, estaduais e federais, entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de programas conjuntos;

XVIII – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde mental no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;

XIX – estimular e apoiar o bom funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, criando mecanismos para sua avaliação de forma permanente;

XX – subsidiar os processos de elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento do modelo de gestão do SUS;

XXI – intermediar convênios, consórcios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;

XXII – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;

XXIII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

XXIV – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

XXV – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;

XXVI – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;

XXVII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;

XXVIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Unidade Gestora Organizacional de Saúde Pública

1. Diretoria Financeira

- 1.1. Gerência do Fundo Municipal de Saúde
- 1.2. Tesouraria
2. Diretoria de Suprimentos da Saúde
 - 2.1. Departamento de Controle de Suprimentos
 - 2.2. Departamento de Apoio Administrativo
 - 2.3. Departamento de Apoio Operacional
 - 2.4. Departamento Sistemas de Informação Tecnológica
 - 2.5. Departamento de Farmácia Básica
3. Diretoria de Atenção Básica
 - 3.1. Coordenação do Núcleo de Atenção Saúde da Família - NASF
 - 3.1.1. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar
 - 3.2. Gerência de Logística
 - 3.3. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher
 - 3.4. Gerência da Policlínica
 - 3.4.1. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
 - 3.4.2. Coordenadoria Técnica do Laboratório de Análises Clínicas
 - 3.4.3. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial
 - 3.5. Unidade Gestora Institucional do Programa PMAQ
4. Diretoria do Centro de Especialidades Odontológicas
5. Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
 - 5.1. Gerência de Imunização
 - 5.1.1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
6. Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
 - 6.1. Sistema Municipal de Auditoria do SUS
7. Gerência de Farmácia Pública
8. Gerência do Centro de Atenção Psicossocial
9. Coordenação de Tratamento Fora Domicílio - TFD
10. Unidade Gestora Organizacional de Transporte de Urgência.

III – órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal da Saúde
- b) Conselho Municipal Antidrogas.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Saúde deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a) Financeiro da SEMUSA	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Diretor(a)	Diretoria	5	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Gestor(a) Institucional	Programa – PMAQ	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	6	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	5	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a) Financeiro(a) da SEMUSA	Gratificação	950,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00

Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	2	Gratificação	1.600,00
Tesoureiro(a)	1	Gratificação	800,00
Gerente	7	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	6	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	1	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Revoga-se o Decreto 101, de 06 de julho de 2017, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de agosto de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 121, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 121, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – o planejamento operacional e a execução da política administrativa no que compreende prover os órgãos da administração direta de suporte administrativo nas áreas de recursos humanos, serviços gerais, organização e métodos, informática, tecnologia da informação, manutenção e suprimentos para o desenvolvimento das atividades;

II – manter as atividades da Secretaria objetivando o apoio e a orientação às demais áreas;

III – realizar ações de inspeção e orientações nos locais de trabalho sobre medidas preventivas e uso de equipamentos de proteção individual visando à prevenção de acidentes de trabalho;

IV – implantar a medicina preventiva com vistas à prevenção de doenças ocupacionais;

V – realizar concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado de acordo com as necessidades administrativas e condições legais;

VI – operacionalizar as atividades relativas à folha de pagamento, registro e cadastro dos servidores;

VII – proporcionar condições de desenvolvimento do corpo funcional com vistas à melhoria da qualidade do serviço público;

VIII – planejar e executar programas de treinamento, evolução funcional, produtividade e gerenciamento do quadro de vagas;

IX – gerir os planos de cargos, carreiras e salários dos servidores;

X – administrar e controlar o patrimônio mobiliário e imobiliário pertencentes ao Município;

XI – administrar e controlar os processos de compras, em conformidade com a legislação vigente;

XII – manter os serviços de recepção e informações ao público em geral no Paço Municipal;

XIII – administrar os serviços de telefonia, monitorando as ligações telefônicas, visando o aperfeiçoamento do serviço e a redução de custos;

- XIV – efetuar estudos e análises técnicas para redesenhos de processos, com normatização de procedimentos e elaboração dos regimentos internos dos órgãos municipais, em colaboração com os mesmos;
- XV – desenvolver estudos e análises técnicas voltadas à racionalização e celeridade das atividades, visando obter eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos;
- XVI – efetuar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação;
- XVII – licenciar e manter contratos de softwares e de sistemas de informação no âmbito da administração municipal;
- XVIII – manter os equipamentos de informática e solicitar a aquisição de suprimentos no âmbito da administração municipal;
- XIX – coordenar as atividades da Defesa Civil;
- XX – apoiar a Polícia Militar e a Polícia Civil nas ações de segurança, desenvolvidas no Município;
- XXI – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- XXII – avaliar as contas de energia das unidades consumidoras municipais, cadastrar as unidades e encaminhar faturas para pagamento, a partir do controle realizado pela SEINFRA;
- XXIII – avaliar as faturas de água e esgoto das unidades consumidoras municipais, a partir do controle do órgão de saneamento;
- XXIV – gerenciar e manter os serviços de zeladoria, de reprografia, de protocolo, de vigilância, bem como a guarda e conservação de processos e documentos encaminhados ao Arquivo Público Municipal;
- XXV – gerir os serviços de segurança patrimonial da municipalidade, em cooperação com os demais órgãos municipais;
- XXVI – realizar a manutenção preventiva e de conservação das instalações do Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, bem como adequar às instalações de acordo com as normas de acessibilidade, segurança e de medicina do trabalho;
- XXVII – dar suporte à Junta de Serviço Militar;
- XXVIII – desenvolver ações integradas com outros órgãos municipais;
- XXIX – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XXX – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XXXI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- XXXII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXXIII – integração do Plano de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- XXXIV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Planejamento e Gestão

1. Departamento de Gestão de Pessoas

1.1. Gerência de Pessoal

1.1.1. Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional

1.2. Gerência de Atos de Pessoal

1.3. Gerência de Tecnologia da Informação

b) Diretoria de Relações Institucionais

1. Gerência de Defesa Civil

2. Coordenadoria da Junta Militar

3. Coordenadoria de Identificação Civil

4. Coordenadoria de Relações com a Polícia Militar

c) Diretoria de Licitação

1. Unidade Gestora Organizacional de Análise Procedimental

1.1. Departamento de Atos Licitatórios

d) Diretoria de Documentação e Patrimônio

1. Coordenadoria do Arquivo Público Municipal

e) Diretoria de Suprimentos

1. Departamento de Recepção de Materiais

2. Departamento de Expedição de Materiais

2.1. Gerência de Controle de Materiais

f) Gerência de Expedição Administrativa

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba;

b) Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal;

c) Comissão de Avaliação Especial de Desempenho; e

d) Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho.

e) Conselho Diretor do FUNREBOM;

f) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O(a) titular da Secretaria Municipal de Administração deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de

pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	5	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	4	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	6	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	5	Gratificação	550,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 6º Revoga-se o Decreto 043, de 31 de março de 2017, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de agosto de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

EDITAL SEAD Nº 082/2017

EDITAL SEAD Nº 082/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 20/2017.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 20/2017, divulgado através do Edital nº 20/2017, de 21 de julho 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 20/2017, de 16 de agosto de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo

Simplificado nº 20/2017, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 01 de Setembro a 30 de Setembro de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 31 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 082/2017

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Médico Veterinário

Juliano de Souza Leal

EXTRATO DE ERRATA DO PROCESSO 11.2017 INEXIGIBILIDADE 01.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI-DEMUTRAM

ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê Processo nº 71/2017 Inexigibilidade nº 12/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 31 de agosto de 2017, ler-se-á Processo 11/2017 Inexigibilidade 01/2017” respectivamente.

Imbituba, 01 de agosto de 2017.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE ERRATA DO PROCESSO 12.2017 INEXIGIBILIDADE 02.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI-DEMUTRAM

ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê Processo nº72/2017 Inexigibilidade nº12/2017 publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 31 de agosto de 2017, ler-se-á Processo nº12/2017 Inexigibilidade nº02/2017, respectivamente.

Imbituba, 31 de agosto de 2017

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 13/2017 PREGÃO 10/2017 DEMUTRAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DEMUXRAN

PROCESSO Nº 13/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 20 de setembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA E SUAS BASES OPERACIONAIS.”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de setembro de 2017

Jean Carlos de Brida Silva

Tenente Coronel da PM - Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 14.2017 DISPENSA 02.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 14/2017

DISPENSA Nº 02/2017

Objeto: PESSOA JURÍDICA PARA OUTORGA EM REGIME DE CONCESSÃO EM CARATER EMERGENCIAL, DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS RETIDOS EM OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E A NÍVEL RODOVIÁRIO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DA SUA CIRCUNSCRIÇÃO, INFRAÇÕES PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, APROVADO PELA LEI 9.503 DE 23.09.97, E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO SUA GUARDA ATÉ A ENTREGA AOS LEGÍTIMOS PROPRIETÁRIOS OU ADQUIRENTES EM HASTA PÚBLICA, SE NÃO RECUPERADOS PELOS DONOS, INCLUINDO AINDA, O SERVIÇO DE REGISTRO, CONTROLE E MONITORAMENTO DAS OPERAÇÕES.

Contratada: Emerson Martins Candido MEI

CNPJ: 17.104.419/0001-96

Fundamentação Legal: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 01 de Agosto de 2017.

Alex Sandro Carpes

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 16/2017 INEXIGIBILIDADE 01/2017 SEASTH

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASTH

Processo Nº 16/2017 Inexigibilidade Nº 01/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA FORNECIMENTO DE PASSE PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DA SEASTH.

Empresa: Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda.

CNPJ: 86.431.749/0001-09

Valor Total: 10.456,00 (Dez mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 01 de setembro de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio

Secretária Municipal da SEASTH

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 19/2017 PREGÃO 15/2017 SEMUSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 19/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 16:30 horas, do dia 20 de Setembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ANTROPOMÉTRICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de setembro de 2017

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal da SEMUSA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 72/2017 PREGÃO 45/2017 PMI/SEDUCE

PREFEITURA DE IMBITUBA

PMI / SEDUCE

PROCESSO Nº 72/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 16:30 horas, do dia 19 de setembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a, CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS SERVENTES E MERENDEIRAS DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de setembro de 2017

Felipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 036/2017**

Ato da Presidência nº 036/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 29ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 04 de setembro de 2017 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
-	PL 4.940/2017	07/08/2017	Legislativo Municipal	Thiago Machado	Acrescenta o inciso XXII, no art. 3º da Lei nº 3.830, de 27 de dezembro de 2010, que Denomina via no bairro de Roça Grande, município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
-	PL nº 4.941/2017	07/08/2017	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Fica denominada D.S. Rua Tibúrcio Trajano da Silva, a via pública inominada localizada no Bairro Ibiraquera, município de Imbituba.	Ordinário	Única	1ª/2ª
-	Emenda Modificativa nº 001/2017 ao PL nº 4.941/2017	28/08/2017	Legislativo Municipal	Comissão de Constituição e Justiça	Altera a redação do Art. 1º.	Ordinário	Única	Única
-	PL nº 4.942/2017	07/08/2017	Legislativo Municipal	Eduardo Faustina da Rosa	Altera a Lei nº 3.825, de 27 de dezembro de 2010, que Denomina vias no bairro Paes Leme, município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
-	PR nº 004/2017	23/08/2017	Legislativo Municipal	Mesa Diretora.	Disciplina o uso e o controle do veículo oficial da Câmara Municipal de Imbituba/SC.	Ordinário	Única	Única
-	REQ nº 030/2017	22/08/2017	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Requer ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Imbituba, Senhor Rosivaldo da Silva Júnior, informações sobre o processo 14979/2016.	Ordinário	Única	Única
-	REQ 031/2017	24/08/2017	Legislativo Municipal	Eduardo Faustina da Rosa	Requer ao Executivo Municipal informações acerca da criação de um Centro Municipal de Educação Infantil no bairro Alto Arroio, bem como sobre despesas já realizadas pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 31 de agosto de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Gilberto Pereira	Humberto Carlos dos Santos
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 715/17

. DECRETO Nº 715/17

. De 28 de agosto de 2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E REGULARIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, considerando que esta via pública existe há mais de 40 anos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área do imóvel rural Transição nº28.420, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de NATALIA PACHUCZKI:

MEMORIAL DESCRITIVO

Rua Arthur Zarling;

Área da Rua Arthur Zarling: 2.098,25 m² (Dois mil, noventa e oito metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrados);

Localização: situa-se na Rua Arthur Zarling;

Bairro: Warnow.

Descrição:

Área com 2.098,25 m² (Dois mil, noventa e oito metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrados), distante a partir do ponto PP, localizado no vértice da frente com o lado ímpar da rua Arthur Zarling, distante 7.017,77 m da curva de concordância formada pela rua Arthur Zarling com a rua Marechal Deodoro da Fonseca, bairro Warnow, município de Indaial/SC, com as seguintes confrontações e especificações:

Inicia-se esta descrição no ponto PP localizado no vértice da frente com o lado par da rua Arthur Zarling, seguindo em direção aos fundos com 175,55 m sendo do ponto PP ao P1 com 3,51 m e azimute de 181°16'58", deste ponto segue com 152,58 m e azimute de 205°38'06", até o ponto P2, deste ponto segue com 19,46 m e azimute de 189°03'15", até o ponto P3, confrontando com terras de NATALIA PACHUCZKI e ESPÓLIO DE RAIMUNDO PACHUCZKI (Transcrição nº 28.420 – Ofício de Indaial/SC), sendo este o lado PAR, deste ponto segue em direção ao lado ímpar com 13,64 m e azimute de 243°33'12", até o ponto P4 confrontando com a rua Arthur Zarling, sendo este os FUNDOS, deste ponto segue em direção a frente com 172,76 m, sendo do ponto P4 ao P5 com 13,36 m e azimute de 358°22'35", deste ponto segue com 15,78 m e azimute de 09°03'15", até o ponto P6, deste ponto segue com 143,56 m e azimute de 24°58'29" até o ponto P7, confrontado com terras de NATALIA PACHUCZKI e ESPÓLIO DE RAIMUNDO PACHUCZKI (Transcrição nº 28.420 – Ofício de Indaial/SC), sendo este o lado ÍMPAR, deste ponto segue para o lado par com 17,22 m e azimute de 63°25'35" sendo está à FRENTE.

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada de Rua ARTHUR ZARLING, Bairro Warnow, através da Lei nº 1025/1978 e dimensionada pela Lei Nº 5271/2016.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

ISOLD THUROW MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Secretário de Planejamento e Habitação Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 728/17

. DECRETO Nº 728/17

. De 31 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICIPIO DE INDAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
02.010.0023.0695.0002.1806.3339000000000	01645511	10.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 729/17

. DECRETO Nº 729/17

. De 31 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAL,PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRE LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5383 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de

R\$ 51.372,64(cinquenta e um reais, trezentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT. AÇÕES DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381706	MAC GP
	Valor: (26.691,84)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVENIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381709	MAC FAEC Citopatologico
	Valor: (24.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 730/17

. DECRETO Nº 730/17

. De 31 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5383 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 107.056,13 (Cento e sete mil, cinquenta e seis reais e treze centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
30.001.0010.0305.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0305.0030.2450	MANUT . PROGRAMA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA

3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381801	PAM E.A.
	Valor: (20.000,00)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT CONVENIOS/CONTRATOS SERV.ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381711	MAC/UNIAO Incremento 200 E.A.
	Valor: (70.000,00)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2464	MANUT. FROTA VEICULOS/SECRET SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03380900	PAB FIXO E.A.
	Valor: (17.138,27)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PORTARIA Nº 89/17

. PORTARIA Nº 89/17

. De 29 de agosto de 2017

COLOCA A DISPOSIÇÃO O SERVIDOR

LEONEL ALVES DE SOUZA/

SECRETARIA DE SAÚDE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Colocar a disposição da Secretaria de Saúde, o Servidor Leonel Alves de Souza, ocupante do cargo de Motorista, que ficará lotado na Secretaria de Saúde, aonde exercerá sua função de Motorista, a partir de 11 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito, em 29 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Cumpre-se

PORTARIA Nº 90/17

. PORTARIA Nº 90/17

. De 30 de agosto de 2017

COLOCA A DISPOSIÇÃO O SERVIDOR

ANTONIO VALDEMIR DE LIMA/

SECRETARIA DE SAÚDE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Colocar a disposição da Secretaria de Saúde, o Servidor Antonio Valdemir de Lima, , que ficará lotado na Secretaria de Saúde, aonde exercerá a função na Secretaria de Saúde, a partir de 01 de julho de 2017.

Gabinete do Prefeito, em 30 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Cumpre-se

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2017 ALTERAÇÃO .
PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 131/2017

Edital de Pregão Presencial nº 049/2017-10430

ALTERAÇÃO DO OBJETO E DATAS

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais para sinalização viária do DEMUT-TIN.

Entrega dos envelopes: 18/09/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 18/09/2017 - 09h00min – Horário 6de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 118/2017

Município de Iporã do Oeste - SC
Processo Administrativo Nº 118/2017
Pregão Presencial Nº 056/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de Iporã do Oeste - SC, torna público a realização de Procedimento Licitatório, Modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço, menor preço por item, no dia 19.09.2017, às 8:00h, para seleção e futura contratação de empresa especializada para fornecimento de sêmen bovino e material de inseminação artificial para manutenção do programa de incentivo ao melhoramento genético do rebanho do Município, com base a Lei Municipal 1762/2017.

A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h15min às 17h15min, ou pelo Fone: (049) 3634-1210 ou pelo site www.ipora.sc.gov.br.

Iporã do Oeste – SC 30.08.2017.

Lúcio Mallmann - Prefeito Municipal

Ipuaçu

PREFEITURA

CONTRATO PREF 61.2017

CONTRATO PREF N.º 61 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

CONTRATADA: DIARIO SB COMUNICAÇÃO LTDA-ME, CNPJ/MF sob o nº 21.894.687/0001-26,

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º32/2016, Pregão Presencial Pref n.º 19/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 18/2016 datada de 01/09/2016

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para prestação de serviços imprensa escrita para publicação de atos oficiais do Município de Ipuaçu-SC, assim entendidos as leis, decretos, convênios e congêneres relatórios relativos e lei complementar n.º 101/200 lei de responsabilidade fiscal, demonstrativos financeiros, contratos, bem como atos relativos aos processos licitatórios, assim entendidos os avisos contendo resumos dos editais em consonância com o artigo 21 inciso III da lei 8.666/93 e artigo 4 inciso I da lei 10.520/02 em jornal de circulação diária e de grande circulação estadual com triagem mínima de 35.000 (trinta e cinco mil) exemplares por semana conforme especificações dos serviços de que trata este edital, com retirada de forma parcelada para o exercício e 2016 e futuros. Conforme lista de itens constantes na proposta da contratada e relacionados no quadro comparativo de preços pós lances emitido e anexo a este contrato e processo licitatório.

VALOR: de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)

PORTARIA Nº 159 DE 31 DE AGOSTO DE 2017. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA.

PORTARIA Nº 159

DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 83 e seguintes da Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, licença para tratamento de saúde a Servidora, TATIANI SERENA MOTTIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Fisioterapeuta – 20h., a partir do dia 31/08/2017, até o fim da gestação, ou pelo período confirmado em perícia realizada pelo INSS, de acordo com atestado médico apresentado na data de 16/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu/SC, em 31 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 160 DE 31 DE AGOSTO DE 2017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 160

DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 76 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2015 – Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
EDUARDO GIACHINI	Técnico em Agropecuária – 40h.	01/07/2016 à 30/06/2017	31/08/2017 à 29/09/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu/SC, em 31 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº.412/2017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.
SUSPENDE PELO PRAZO DE 03 DIAS, FUNCIONÁRIO EFETIVO POR DESCUMPRIMENTO DE DEVERES FUNCIONAIS.

CLAUDETE SPRICIGO ZANELLA, Secretaria Municipal do D.M.U de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o servidor ADELAR PEDRO SCHNEIDER, 1989-5, portador da cédula de identidade nº. 2.138.149 e CPF/MF sob nº. 636.870.119-68, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, deixou de cumprir os deveres funcionais previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Complementar nº. 001/2002 (Art. 152 do estatuto dos servidores IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa) – SUSPENDE por 03 (três) dias de trabalho, devendo, o valor da remuneração correspondente ao período ser descontado em sua folha de pagamento.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 31 de agosto de 2017.

Ipumirim - SC, 31 de agosto de 2017.

CLAUDETE SPRICIGO ZANELLA
Secretaria do D.M.U.

PORTARIA Nº. 413/2017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.
PRORROGA PORTARIA 216/2017 QUE CONTRATOU EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

P R O R R O G A

Fica prorrogada a portaria 216/2017 que contratou a senhora LEONICE MARCIA BRAATZ WILDNER, sob a Matrícula 2686-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1103728489 e do CPF 023.928.919-66, no cargo em caráter temporário de Professora de Educação Física, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, em função de estar grávida.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeito retroativo a partir de 01/08/2017.

Ipumirim - SC, 31 de agosto de 2017.

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 414/2017 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.
AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR AUXILIO DOENÇA.

O Prefeito em exercício de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

LEONICE MARCIA BRAATZ WILDNER, matrícula 2686, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 11037238489 e CPF sob o nº. 023.928.919-66, residente e domiciliada no Bairro Costa azul, no cargo em Caráter temporário de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de 31 de Agosto de 2017.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeito a partir de 31 de Agosto de 2017.

Ipumirim – SC, 31 de Agosto de 2017.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DO PL Nº 52, CP Nº 2-2017-PM**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**CONCORRÊNCIA
Nr.: 2/2017 - CC**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 52/2017
Data do Processo: 17/07/2017

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de prestação de Serviços de Engenharia Sanitária, destinados a coleta seletiva, transporte e destinação final de resíduos sólidos e varrição de ruas, conforme termos do edital.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 363/2017 (Sequência: 1)

Ao(s) 22 de Agosto de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 012/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 52/2017, Licitação nº. 2/2017 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESIDUOS LTDA neste ato representado pela Senhora AISSARA GABRIELLE SUZIN.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora prevista, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 012/2017, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentou-se para participar desse embate licitatório a empresa: CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESIDUOS LTDA neste ato representado pela Senhora AISSARA GABRIELLE SUZIN. Ato contínuo o Presidente cumprimenta a todos os membros da Comissão e a representante presente e dá início ao certame licitatório. Dando continuidade ao embate licitatório foi aberto o envelope da documentação, o qual foi aberto e conferido pela Comissão de licitação e a representante presente. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitada para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Considerando-se que a representante da licitante supramencionada presente denegou a apresentação de recursos e apresentou o Termo de Renúncia Relativo ao Julgamento da Fase de Habilitação, decidiu-se por unanimidade dar prosseguimento ao embate licitatório, partindo-se para a abertura do envelope da proposta, conforme o item 8.1.13 do edital. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a fase de habilitação e lavra-se a ata que é assinada pelos os membros da Comissão e representante presente.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 22 de Agosto de 2017

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO	- - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
MOIRA COMBOSKI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTA DO PL N° 52, CP N° 2-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2017 - CC
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 52/2017 Data do Processo: 17/07/2017
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de prestação de Serviços de Engenharia Sanitária, destinados a coleta seletiva, transporte e destinação final de resíduos sólidos e varrição de ruas, conforme termos do edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 363/2017 (Sequência: 1)

Ao(s) 22 de Agosto de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 012/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 52/2017, Licitação nº 2/2017 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Após abertura do envelope contendo a documentação, no qual a licitante participante foi habilitada, foi apresentado o envelope contendo a proposta e procedida a abertura do mesmo. Na análise da proposta constatou-se que a licitante apresentou a mesma conforme exigência do presente Edital. Declara-se vencedora do presente embate licitatório a licitante CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESIDUOS LTDA com o valor de R\$ 40.721,49 (quarenta mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos), anexo ao processo encontra-se quadro comparativo de preços. Não havendo mais nada a tratar encerra-se a presente ata, que será assinada pelos membros da Comissão e a licitante presente.

Participante: 7096 - CRI-COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESIDUOS LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços de Engenharia Sanitária, destinados a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos e varrição de ruas, nos termos do edital.	mês	12,00		0,0000	40.721,49	488.657,88

Total do Participante —————> 488.657,88

Total Geral —————> 488.657,88

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 22 de Agosto de 2017

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO - - Presidente da Comissão de Licitação

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

MOIRA COMBOSKI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS DO PL Nº 52, CP Nº 2-2017-PM

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 52/2017		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 488.657,88	
Licitação.....: 2/2017 - CC					
Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços					
Objeto.....: Contratação de prestação de Serviços de Engenharia Sanitária, destinados a coleta seletiva, transporte e destinação final de resíduos sólidos e variação de ruas, conforme termos do edital.					
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário
					Preço Total
					Situação
					Classificação
Item.....: 1	- 10110921	- Serviços de Engenharia Sanitária -		Unidade: mês	
7096	CRI-COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA.		12,000	0,0000	40.721,4900
					488.657,88
					Vencou
					0

Item.....: 1 - 10110921 - Serviços de Engenharia Sanitária - Unidade: mês

7096	CRI-COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA.		12,000	0,0000	40,721,4900	488.657,88	Venceu	0
------	---	--	--------	--------	-------------	------------	--------	---

Ipumirim, Em	
LAUDÉCIR FRANCO - - Presidente da Comissão	
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO	
MOIRA COMBOSKI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO	
CLAUDIMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 52, CP Nº 2-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2017 - CC Processo Administrativo: Processo de Licitação: 52/2017 Data do Processo: 17/07/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 52/2017
b) Licitação Nr.: 2/2017-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 31/08/2017
e) Objeto da Licitação: Contratação de prestação de Serviços de Engenharia Sanitária, destinados a coleta seletiva, transporte e destinação final de resíduos sólidos e varrição de ruas, conforme termos do edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CRI-COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA. (7096)

1 Serviços de Engenharia Sanitária, destinados a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos e varrição de ruas, nos termos do edital.	mês	12,00	0,0000	40.721,49	488.657,88
--	-----	-------	--------	-----------	------------

Total do Fornecedor: 488.657,88

Total Geral: 488.657,88

Ipumirim, 31 de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

DECRETO 076/2017

Decreto no 076/2017, de 31 de Julho de 2017.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Municipal de Serviços Funerários do município de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990 e o que dispõe a Lei municipal nº 164 de 05 de setembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão Municipal de Serviços Funerários, composta pelos representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

· Fabiano de Marco

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

· Lovani I. S. Linke

III – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Saúde;

· Marisa F. Moraes

· Vilceu Vivian

IV – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;

· Joacir Carlos Bertoldo

· Margarida Bohn

V – 01 (um) representante dos agentes funerários com sede em Iraceminha;

· Leandro Brandão

VI – 05 (cinco) representantes das Entidades religiosas do Município de Iraceminha;

· Elias Tadeu Parcianello

· Arnildo Lamb

· Adelar Debortolli

· Vilcir Markendorf

· Roberto Garlete

Art. 2º - A Comissão de Serviços Funerários será órgão de fiscalização supletiva e de assessoramento, competindo-lhe, sem prejuízo de outras, fixadas em Decreto do Poder Executivo, as seguintes atribuições:

I – zelar pela regular aplicação desta lei e fiscalizar seu cumprimento;

II – receber denúncias relativas à prestação dos serviços;

III – normatizar e padronizar os serviços;

IV - acompanhar os preços na prestação dos serviços funerários que visem a atender à população de baixa renda, assim considerados aqueles cuja renda familiar mensal seja de, no máximo 01 salário mínimo.

Art. 3º - O exercício dos membros nomeados no artigo anterior é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício e se encerra no período de dois anos.

Art. 4º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, (SC), 31 de Julho de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

DECRETO 081/2017

Decreto no 081/2017, de 29 de agosto de 2017.

Abre um Crédito Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, de 05 Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº de 1135/2011 (Lei Orçamentária Anual).

DECRETA :

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 689.888,34 (seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos), conforme discriminado a seguir:

Entidade: 1 -	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA	
02.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	
02.01	CHEFIA DE GABINETE	
2.002	Manutenção das Atividades da Administração Superior	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (001)	R\$ 20.000,00
03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
2.007	Manutenção das Atividades da Administração Geral	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (016)	R\$ 50.000,00
2.015	Manutenção das Atividades de Segurança Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (030)	R\$ 10.000,00
03.06	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
2.012	Manutenção do Departamento de Finanças	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (044)	R\$ 114.980,00
05.00	SECRETARIA MUNIC.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
05.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.018	Manutenção do CRAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (053)	R\$ 26.000,00
2.026	Manutenção e coordenação do órgão gestor de Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0	Aplicações Diretas (071)	R\$ 29.606,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
1.009	Aquisição de Parques Infantis para as Unidades Escolares de Nosso Município	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (121)	R\$ 3.000,00
2.033	Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (122)	R\$ 110.000,00
2.034	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (104)	R\$ 100.000,00
2.039	Apoio ao Estudante Universitário	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (117)	R\$ 20.000,00
2.040	Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (110)	R\$ 35.000,00
06.03	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
2.044	Manutenção do Departamento de Esportes	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (143)	R\$ 10.000,00
08.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
08.01	DPTO DE INFRA-ESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES	
2.051	Manutenção do Parque de Máquinas e Rodovias Municipais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (175)	R\$ 100.000,00
09.00	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENV.ECONÔMICO	

09.01	DPTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENV.ECONÔMICO	
1.033	Organização e Realização de Festas, Feiras e Exposições	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (186)	R\$ 4.000,00
10.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
0.004	Pagamento de Precatórios	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (195)	R\$ 30.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS, PLANEJAMENTO E URBANISMO	
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO	
2.053	Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (198)	R\$ 20.000,00
11.03	SERVIÇO DE APOIO E MANUTENÇÃO	
2.054	Manutenção da Coleta de Lixo	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (205)	R\$ 7.302,34

Art. 2º - Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação da seguinte dotação:

Entidade: 1 -	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA	
02.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	
02.02	ASSESSORIA JURIDICA GERAL DO MUNICÍPIO	
2.057	Manutenção da Assessoria Jurídica	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (004)	R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (006)	R\$ 6.000,00
02.04	ASSESSORIA DE IMPRENSA	
2.005	Manutenção da Assessoria de Imprensa	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (010)	R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (011)	R\$ 2.939,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (012)	R\$ 1.000,00
03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
2.009	Manutenção do Departamento de Compras, Licitações e Contratos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (027)	R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (029)	R\$ 3.900,00
2.010	Manutenção do Departamento de Identificação	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (020)	R\$ 6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (021)	R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (022)	R\$ 3.993,00
2.016	Manutenção da Casa da Cidadania	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (024)	R\$ 40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (026)	R\$ 6.655,00
03.02	DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO	
2.008	Manutenção do Departamento de Patrimonio	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (038)	R\$ 275,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (039)	R\$ 6.655,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (040)	R\$ 3.993,00
03.08	DEPARTAMENTO DE PESSOAL	
2.017	Manutenção do Departamento de Pessoal	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (050)	R\$ 4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (051)	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (052)	R\$ 6.655,00
05.00	SECRETARIA MUNIC.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	

05.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.019	Serviço de Proteção e atendimento integral à família (PAIF)	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (056) R\$	40.000,00
2.022	Qualificação Profissional e Inclusão Produtiva	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (065) R\$	13.310,00
2.026	Manutenção e coordenação do órgão gestor de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (069) R\$	30.000,00
2.028	Manutenção dos Benefícios eventuais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0	Aplicações Diretas (080) R\$	15.000,00
2.031	Manutenção do Programa de Atendimento a Pessoa Idosa	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0	Aplicações Diretas (082) R\$	14.606,00
2.024	Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (085) R\$	13.310,00
05.03	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	
1.004	Apoio a Construção de Habitações	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (091) R\$	1.331,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (092) R\$	6.655,00
1.005	Aquisição de Área para Instalação e Conjuntos Habitacionais	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (093) R\$	5.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
1.006	Aquisição de Veículos para o transporte escolar	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (100) R\$	6.000,00
1.007	Ampliação e melhoria das escolas de Educação Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (118) R\$	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (119) R\$	6.000,00
1.008	Ampliação e melhoria das escolas de Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (101) R\$	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (102) R\$	6.000,00
1.009	Aquisição de Parques Infantis para as Unidades Escolares de Nosso Município	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (120) R\$	13.310,00
2.035	Apoio a Educação de Jovens e Adultos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (131) R\$	6.655,00
06.02	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
1.012	Implantação do Plano Municipal da Cultura	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (132) R\$	3.993,00
1.013	Apoio a Criação de Grupos Culturais	
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Transferência a Entidades Sem Fins Lucrativos (133) R\$	1.331,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (134) R\$	1.331,00
06.03	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
1.016	Apoio a entidades esportivas e recreativas	
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Transferência a Entidades Sem Fins Lucrativos (139) R\$	2.662,00
1.018	Implantação de Espaço Físico Para Prática Esportiva	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (141) R\$	1.331,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (142) R\$	2.662,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MIO AMBIENTE	
07.01	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
2.045	Manutenção da Secretaria da Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (151) R\$	80.000,00
2.048	Manutenção do Programa de Sementes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (161) R\$	8.400,00
08.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	

08.01	DPTO DE INFRA-ESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES	
1.029	Aquisição de Máquinas e Veículos para a Secretaria dos Transportes	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (170) R\$	100.000,00
10.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
0.002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (190) R\$	6.655,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (191) R\$	15.705,84
0.003	Amortização e Encargos de Débitos Consolidados – INSS	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (188) R\$	6.655,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (189) R\$	50.300,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS, PLANEJAMENTO E URBANISMO	
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO	
2.053	Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (197) R\$	40.000,00
11.03	SERVIÇO DE APOIO E MANUTENÇÃO	
1.042	Pavimentação e Urbanização de Vias	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (200) R\$	4.620,00
1.046	Revitalização de Praças Municipais	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (203) R\$	12.100,00
1.051	Construção de Pontes e revitalização de rios no perímetro urbano	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (204) R\$	6.655,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 29 de agosto de 2017.
JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EVANDRO JOÃO RAUBER
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 082/2017

Decreto nº 82/2017, de 31 de Agosto de 2017.

Decreta Ponto Facultativo em todo o território do município de Iraceminha e dá outras providências

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990, e tendo em vista o feriado de Independência do Brasil,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo em todo território do Município de Iraceminha, no dia 08 de Setembro de 2017, Sexta-feira, em virtude do feriado de Independência do Brasil comemorado na Quinta-Feira dia 07/09/2017.

Art. 2º - O expediente nas repartições públicas municipais voltará ao normal a partir da Segunda-feira, dia 11 de Setembro de 2017, a partir das 07:30 horas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 31 de Agosto de 2017.
JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

Irani

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 2.100 METROS DE GRAMAS EM LEIVAS CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: GRAMEIRA SÃO MATHEUS LTDA, CNPJ: 04871858/0001-82

VALOR: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 60 dias.

Irani, SC, 31 de agosto de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

PROCESSO Nº 09/2017

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 19/2017, de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda, estabelecida na Rua Alberto Muller, nº 5000, CNPJ 01.602.498/0001-25, pelo seu representante, Sr. Ivan José Walendowsky Filho, inscrito no CPF sob nº 909.518.409-91 e RG 17/R 1.923.303 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 06/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 09/2017, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 19/2017, de acordo com o parecer contábil do Senhor Julio Cesar Quadros – CRC/SC 038851/O-8, parecer jurídico da Senhora Ana Maria Onevetch – OAB/SC 45.815- A, e deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 19/2017.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), conforme abaixo discriminado:

Item 02: Gasolina Comum – 500 litros – valor anterior R\$ 3,32 Total R\$ 1.660,00 – valor reajustado R\$ 3,48 – valor total: R\$ 1.740,00, sendo o valor aditivado de R\$ 80,00 CLAUSULA TERCEIRA Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 31 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

IVAN JOSÉ WALENDOWSKI FILHO

WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Testemunhas:

Nome: Josilaine Montoski Nome: Géssica Greschechen

CPF: 081.276.439-04

CPF: 072.218.599-57

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2017 - PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51 /2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

PROCESSO Nº 09/2017

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 42/2017, de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda, estabelecida na Rua Alberto Muller, nº 5000, CNPJ 01.602.498/0001-25, pelo seu representante, Sr. Ivan José Walendowsky Filho, inscrito no CPF sob nº 909.518.409-91 e RG 17/R 1.923.303 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 06/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 09/2017, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 42/2017, de acordo com o parecer contábil do Senhor Julio Cesar Quadros – CRC/SC 038851/O-8, parecer jurídico da Senhora Ana Maria Onevetch – OAB/SC 45.815- A, e deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 42/2017.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 6.864,00 (Seis mil oitocentos e sessenta e quatro reais), conforme abaixo discriminado:

Item 02: Gasolina Comum – 42.900 litros – valor anterior R\$ 3,32 Total R\$ 142.428,00 – valor reajustado R\$ 3,48 – valor total: R\$ 149.292,00, sendo o valor aditivado de R\$ 6.864,00 CLAUSULA

TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 31 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

IVAN JOSÉ WALENDOWSKI FILHO

WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Testemunhas:

Nome: Josilaine Montoski

CPF: 081.276.439-04

Nome: Géssica Greschechen

CPF: 072.218.599-57

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2017 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56 /2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

PROCESSO Nº 09/2017

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 48/2017, de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda, estabelecida na Rua Alberto Muller, nº 5000, CNPJ 01.602.498/0001-25, pelo seu representante, Sr. Ivan José Walendowsky Filho, inscrito no CPF sob nº 909.518.409-91 e RG 17/R 1.923.303 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 06/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 09/2017, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 48/2017, de acordo com o parecer contábil do Senhor Julio Cesar Quadros – CRC/SC 038851/O-8, parecer jurídico da Senhora Ana Maria Onevetch – OAB/SC 45.815- A, e deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 48/2017.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 3.856,00 (Três mil oitocentos e cinqüenta e seis

reais), conforme abaixo discriminado:

Item 02: Gasolina Comum – 24.100 litros – valor anterior R\$ 3,32
Total R\$ 80.012,00 – valor reajustado R\$ 3,48 – valor total: R\$ 83.868,00, sendo o valor aditivado de R\$ 3.856,00 **CLAUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 31 de agosto de 2017.

GISELI KEMPINSKI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

IVAN JOSÉ WALENDOWSKI FILHO

WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Testemunhas:

Nome: Josilaine Montoski

CPF: 081.276.439-04

Nome: Géssica Greschechen

CPF: 072.218.599-57

PORTARIA Nº 305/2017

PORTARIA N.º. 305/2017.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR até a data de 29/09/2017, os efeitos da Portaria 241/2017 de 03/07/2017, com redação dada pela Portaria nº 271/2017, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário do servidor GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT, nascido em 11/04/1958, portador do CPF nº. 530.428.679-00 RG nº. 3.991.218 SESP/SC, inscrito no CRM/SC sob o Nº 4171, para exercer as atividades de Médico para ESF (40h/sem), visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na Estratégia de Saúde da Família.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA DE ANALISE DA DOCUMENTAÇÃO PL 052/2017, TP 005/2017

ATA DE ANALISE DA DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2017 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2017, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 14h00min do dia trinta do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 003 de 06 de janeiro de 2017, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de análise da documentação das empresas: RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP, MIRANPEDRAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI EPP, da análise da documentação restou em HABILITAR todas as empresas por cumprirem os requisitos do edital. Diante do fato o presidente abre prazo de cinco dias uteis para recursos. Intima-se as empresas da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão. Esta Ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski Silvine Carla Mertins
Presidente Membro

Marta Bender Sartoretto
Membro

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2017, TP 005/2017

ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2017 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2017, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia trinta do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 003 de 06 de janeiro de 2017, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de recebimento dos envelopes documentação e proposta e abertura dos documentos de habilitação, referentes à Tomada de Preços nº 005/2017 Processo Licitatório nº 052/2017, destinada a contratação de empresa para revitalização do Belvedere Dona Roma, com fornecimento de material e mão de obra; Entregaram tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, as seguintes empresas: RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP, MIRANPEDRAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI EPP. Credenciou-se para análise da documentação o Sr Felipe Nath Fuscari; Todas as empresas comprovaram a condição de empresa de pequeno porte. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade dos envelopes de documentação e proposta passando vistas aos licitantes presentes, passando à abertura do envelope de documentação, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão e examinados pelos representantes presentes. Os envelopes "proposta" foram lacrados e rubricados pela comissão e licitantes presentes. Aberto espaço para intenção de recurso não houve manifestação. O presidente reserva-se do direito de análise posterior da documentação informando as licitantes das decisões.

Após a análise e decisão da comissão abre prazo para interposição de recursos, julgados estes, será feita a convocação para o ato de abertura dos envelopes proposta. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão e licitantes presentes. Esta Ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br, e entregue pessoalmente aos licitantes presentes.

Delso Minski Silvine Carla Mertins
Presidente Membro

Marta Bender Sartoretto
Membro

F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI EPP
Licitante

EXTRATO DE CONTRATOS 86 E ADITIVOS

Aditivo Nº : 13AD 31/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ
Contratada...: PZT CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 10.854,54 (dez mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 14/08/2017 Término: 08/10/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2014
Objeto : Considerando parecer técnico do departamento de Engenharia, justificando que a empresa realizou alguns serviços de forma divergente do contrato, bem como a não adequação de alguns serviços solicitados pela municipalidade, solicita-se a supressão.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 3AD 84/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ
Contratada...: ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/08/2017 Término: 23/11/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2016
Objeto : Aditivo de prazo de execução e vigência devido a atraso na obra devido a divergência nos projetos e nas planilhas orçamentárias, e acabamento da obra que demanda de mais tempo.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 6AD 160/2010 - Contrato Nº: 160/2010
Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ
Contratada...: COOPERATIVA DE LIVRE ADMISSÃO ASS.A.U.C. CREDIAUC
Valor : 636,05 (seiscentos e trinta e seis reais e cinco centavos)
Vigência : Início: 14/08/2017 Término: 13/08/2018
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2010

Objeto : Reajuste anual de valor conforme índice do INPC.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 3AD 120/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 22/08/2017 Término: 22/09/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 16/2016
Objeto : Contratação de empresa, para alargamento e recuperação de trecho da Avenida Beira Lago.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 8AD 17/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORTES COLETIVOS PREDIGER LTDA - ME
Valor : 1.830,24 (um mil oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Objeto : Reajuste do valor pago por quilometragem conforme índice do INPC, valor atual de R\$ 3,42.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 8AD 16/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORTES KROMBAUER LTDA ME
Valor : 3.373,30 (três mil trezentos e setenta e três reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Objeto : Reajuste de valor por quilometro rodado conforme índice do INPC, valor atual de R\$ 3,42.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 8AD 14/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
Valor : 1.643,31 (um mil seiscentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Objeto : Reajuste de valor do quilometro rodado conforme índice do INPC, valor atual de R\$ 4,06.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 8AD 18/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: LAGO DO URUGUAI TRANSPORTES LTDA
Valor : 3.737,20 (três mil setecentos e trinta e sete reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Objeto : Reajuste do valor do quilometro rodado conforme índice do INPC, valor atual R\$ 4,08.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 9AD 18/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSP.COL.VALE URUGUAI LTDA
Valor : 2.271,34 (dois mil duzentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Objeto : Reajuste do valor do quilometro rodado conforme índice do INPC, valor atual de R\$ 4,57.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 9AD 24/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
Valor : 1.586,77 (um mil quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
Objeto : Reajuste do valor do quilometro rodado conforme índice do INPC, valor atual de R\$ 4,06.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 6AD 38/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
Valor : 1.325,25 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Reajuste do valor da quilometragem rodada conforme índice do INPC, valor atual de R\$ 4,14.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 29/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
Valor : 1.132,74 (um mil cento e trinta e dois reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016
Objeto : Reajuste do valor pago por quilometragem rodada conforme índice do INPC, valor atual R\$ 4,71.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 86/2017
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: COOP. DE PROD. E INDUST. FAM. COOPER-VALE ITÁ
Valor : 47.473,25 (quarenta e sete mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2017
Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (72), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (73), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (121)
Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, para compor a merenda escolar para o segundo semestre de 2017.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 6AD 34/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada...: REUNIDAS TURISMO S/A

Valor : 687,26 (seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos)

Vigência : Início: 25/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Objeto : Reajuste de valor conforme solicitação da empresa devido

aumento aprovado por parte do Conselho de Administração do

Departamento e Terminais - DETER.

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ENTIDADES 2017

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES

RESOLUÇÃO 012/2017 - CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ITAPEMA no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 1295/97 e suas respectivas alterações, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

CONSIDERANDO o estabelecido pelas Resoluções CONANDA n.º 71 e 74, ambas de 2001;

CONSIDERANDO a Resolução 012/2017 - CMDCA, que dispõe sobre os procedimentos para registro das entidades, resolve:

Art. 1º -Estabelecer procedimentos com vistas ao Registro de entidades e Inscrição de Programas de entidades governamentais e não-governamentais de atenção à criança e ao adolescente em Itapema/SC

a) Inscrição:

Data: A PARTIR DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Horário: de segunda à sexta-feira, das 12H às 18h.

Local: Protocolo Geral da Prefeitura de Itapema

Av.Nereu Ramos, nº 134 – Bairro Centro – Itapema/SC – (47) 3268-8000

O edital na íntegra poderá ser acessado no “site” da Prefeitura de Itapema, aba Cidadão. www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 04 de Setembro de 2017.

Eduardo Forgiarini

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO 12/2017 – CMDCA**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA****RESOLUÇÃO 12/2017 – CMDCA**

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão e ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas de entidades governamentais e não governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Itapema, com base na Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA de Itapema, no uso de suas atribuições, que lhe conferem as Leis nº 1.295, de 12 de março de 1997 e Lei 3.391, de 17 de dezembro de 2014, bem como à deliberação realizada em reunião ordinária, no dia 18 de julho, e:

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, a qual preconiza em seu artigo 227 que a criança e o adolescente são prioridades absolutas;

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990;

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, em seu **Art. 91**, que orienta que as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que o CMDCA deverá comunicar o registro das entidades não-governamentais ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.295, de 12 de março de 1997, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº Lei 3.391, de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA;

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

CONSIDERANDO a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE;

CONSIDERANDO a Resolução nº 71, de 10 de junho de 2011, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o registro de entidade não governamental e da inscrição de programas socioeducativos das Entidades Governamentais e Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 74, de 13 de Setembro de 2011, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre o registro de entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a definição de parâmetros para Registro, Inscrição e Renovação de Organizações Governamentais, Não Governamentais, Serviços e Programas, junto ao CMDCA, em conformidade com os artigos 90 e 91 do ECA, é um instrumento de orientação e padronização de documentos junto ao Conselho, visando garantir a qualidade no atendimento a crianças e adolescentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer critérios e procedimentos para o registro e renovação de Organizações Não Governamentais e a inscrição e atualização de Serviços e Programas das Organizações Governamentais e Não Governamentais, obrigatoriamente, que atuam em Itapema. O CMDCA entende como Regimes de Atendimento, o disposto no Artigo 90 do ECA e mais:

- I – Orientação e apoio sociofamiliar;
- II – Apoio socioeducativo em meio aberto;
- III – Colocação familiar;
- IV – Acolhimento Institucional;
- V – Prestação de Serviço à Comunidade;
- VI - Liberdade Assistida;
- VII – Semiliberdade;

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

VIII – Internação;

IX – Programa de aprendizagem em formação técnico-profissional (adolescente aprendiz);

X – Acolhimento para fins culturais, esportivos e profissionais;

XI – Atenção Especializada em Saúde da Criança e do Adolescente;

XII - Demais Programas ou ações que atendam diretamente crianças e adolescentes; e

XIII – Organizações, Serviços e Programas em conformidade com o artigo 2º desta Resolução.

§1º Os regimes de atendimento de que tratam os incisos IV, V, VI, VII, VIII e X que obtiverem registro e inscrição serão acompanhados por meio de visitas institucionais realizadas por conselheiros do CMDCA e, se possível, pela Secretaria Executiva do Conselho.

§2º As organizações que se enquadrarem nos incisos I a X do caput tem obrigatoriedade de realizar registro e inscrição neste Conselho de Direitos.

Art. 2º. É facultativo o registro de Organizações Não Governamentais e a inscrição de Serviços e Programas que desempenhem as seguintes atividades:

I - Estudos e pesquisas direcionados à criança e adolescente;

II - Programas de assessoria e capacitação para garantia dos direitos da criança e do adolescente; e

III - Recreativas, culturais e esportivas.

Art. 3º. As Organizações Governamentais sejam elas Secretarias, Autarquias ou Fundações, não terão registro no CMDCA, devendo apenas efetuar a inscrição de seus serviços e programas.

Art. 4º. O registro das Organizações Não Governamentais e a inscrição dos Serviços e Programas das Organizações Governamentais e Não Governamentais devem ser requeridos ao CMDCA, mediante a entrega de requerimento e documentação específica, considerando os artigos 90 e 91, do ECA.

Art. 5º. As Organizações de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente deverão atender rigorosamente ao disposto no artigo 91 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/90).

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

Art. 6º. As Organizações que executem ações descritas no Artigo 90 do ECA e que tiverem sua sede em outro município, mas que vierem a instalar-se no município de Itapema poderão se inscrever no CMDCA, desde que apresentem registro ou inscrição no Município de origem, exceto quando a Organização não executar ações da qual se trata este artigo no município sede.

Art. 7º. Assim que deferido o Registro ou Inscrição em favor da Organização, o CMDCA comunicará formalmente o Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário.

Art. 8º. A Organização que solicitar seu Registro deverá, obrigatoriamente, solicitar a inscrição de pelo menos um serviço ou programa a ser executado, sendo facultativa a inscrição de outros serviços ou programas.

Art. 9º. A análise dos pedidos de registro será feita pelos membros da Comissão de Normas e Registros, com o acompanhamento da Secretaria Executiva do CMDCA, mediante entrega da documentação solicitada. Esta Comissão emitirá parecer para discussão e deliberação (deferimento ou indeferimento do pedido) em reunião do CMDCA. Em seguida, deferido o pedido de registro, a Secretaria Executiva emitirá o correspondente Certificado de Registro para a Organização.

Parágrafo único. O parecer da Comissão de Normas e Registros mencionado no *caput* anterior somente será despachado pela plenária caso toda a documentação requerida às entidades tenha sido integral e corretamente entregue, salvo se a Comissão entender, na interpretação da função social do Estatuto da Criança e do Adolescente, que a entidade possa realizar as adequações necessárias, conforme o parágrafo segundo do art. 10 desta Resolução.

CAPÍTULO I

DO REGISTRO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Seção I

Dos Documentos para Registro das Organizações Não Governamentais

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

Art. 10. Para **obtenção do registro**, a Organização Não Governamental deverá apresentar a seguinte documentação:

- I – Requerimento, datado e assinado pelo representante legal da entidade, informando qual ou quais dos regimes de atendimento descritos no art. 1º desta Resolução executa (**Anexo I**);
- II – Cópia do Estatuto Social da Organização Não Governamental, com registro atualizado no cartório competente, que estabeleça entre seus objetivos institucionais o atendimento à criança e ao adolescente;
- III – Cópia da Ata de Eleição e posse da atual diretoria;
- IV – Cópia do cartão do CNPJ, em situação ativa e atualizada;
- V – Alvará Sanitário ou o seu protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade, ou documento oficial que justifique a não apresentação deste.
- VI – Plano de Ação (**Anexo II**)
- VII – Projeto Político Pedagógico da Organização, em caso de entidade de acolhimento institucional e familiar e medida socioeducativa (**Anexo III**).

§1º O Registro das Organizações Não Governamentais poderá ser solicitado a qualquer tempo.

§2º Após a análise e aprovação da documentação apresentada, o CMDCA, através da Comissão de Normas e Registros, realizará obrigatoriamente visita “*in loco*” às Organizações.

§3º A critério do CMDCA, poderá ser emitido o Registro Provisório, de até seis meses, para Organizações Não Governamentais que mantenham serviços e programas destinados a crianças e adolescentes, mas que ainda estejam por se instalar no município de Itapema na data do requerimento do registro/inscrição ou, ainda, a Organizações Não Governamentais que necessitem passar por qualquer adequação, e cujo parecer da Comissão de Normas e Registros, bem como a Plenária sejam favoráveis.

Seção II

Da Renovação de Registro

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

Art. 11. O Registro das Organizações Não Governamentais tem validade de 4 (quatro) anos, observado o §2º do art. 91 do ECA, devendo ser solicitada sua renovação, impreterivelmente, até o dia 1º de julho do quarto ano de vigência de seu registro, mediante preenchimento e entrega do requerimento de renovação (**anexo I**), acompanhado da documentação atualizada, elencada no art. 10 desta Resolução, a fim de ser avaliado seu pedido pela Comissão de Normas e Registros e, após, encaminhado para deliberação da Plenária do CMDCA.

§1º Para fins desta Resolução, entende-se renovação como o ato de apresentação de documentos para obtenção de nova validade para o registro, salvo exceções previstas no §3º do art. 10 desta Resolução.

§2º Em caso de não haver alteração no que pertine aos incisos II e III do art. 10, deve ser apresentada uma justificativa de não alteração.

Art. 12. A Comissão de Normas e Registros terá 90 dias para realizar a análise do pedido de renovação, devendo emitir novo certificado.

Art. 13. A Organização que não solicitar a renovação de registro no prazo estabelecido ou que comunicar oficialmente que não está funcionando e executando suas ações, terá seu registro suspenso por seis meses, até que sejam cumpridas as exigências legais. Caso ultrapasse esse período, será encaminhado o registro para cancelamento em Reunião Ordinária do CMDCA.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS

Seção I

Dos Documentos para Inscrição de Programas e Serviços

Art. 14. Para obtenção de inscrição de Serviços e Programas deverá ser apresentada a seguinte documentação:

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

- I – Requerimento datado e assinado pelo representante legal da entidade, informando qual ou quais dos regimes de atendimento descritos no art. 1º desta Resolução executa (**Anexo I**);
- II – Alvará Sanitário ou o seu protocolo de solicitação de renovação dentro do prazo de validade, ou documento oficial que justifique a não apresentação deste, caso o local onde se realiza o Serviço ou Programa não seja a sede da Organização;
- III – Plano de Ação do exercício atual (**Anexo II**);
- IV – Relatório das atividades (**Anexo VI**) desenvolvidas no último ano, exceto para as entidades que não tenham comprovação de registro e estejam iniciando suas atividades.

§1º Em caso de inscrição de serviços e programas governamentais devem ser apresentados os documentos tratados no *caput* anterior, mais os que seguem:

- I – Cópia do instrumento legal que comprove a criação do órgão público e, quando houver, do equipamento ao qual o Serviço ou Programa é vinculado;
- II – Decreto ou documento oficial de nomeação do representante legal do Órgão Público e do Serviço ou Programa executado.

§2º A inscrição de Serviços e Programas poderá ser solicitada a qualquer tempo.

Seção II

Da Atualização dos Serviços e Programas

Art. 16. A cada 02 (dois) anos, contados da data da inscrição, deverá ser realizada a atualização dos Serviços e Programas pelo CMDCA, conforme orientação do §3º do artigo 90 do ECA.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, entende-se como atualização o ato de apresentação de documentos e comprovação dos Programas e Serviços, considerando o §3º do art. 90 do ECA.

Art. 17. Para atualização, os Serviços e Programas deverão apresentar à Secretaria Executiva do CMDCA, impreterivelmente, até o dia 1º de julho do segundo ano de vigência de sua inscrição, os seguintes documentos:

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

I – Requerimento de atualização, declarando e informando se houve e quais foram as alterações estatutárias, de diretoria, Recursos Humanos, endereço, ou demais alterações que sejam de interesse do CMDCA (**ANEXO I**);

II - Plano de Ação dos próximos 12 meses;

III - Relatório de atividades executadas;

Parágrafo único. A Comissão de Normas e Registros terá 90 dias para realizar a análise do pedido de renovação, devendo emitir novo certificado.

CAPÍTULO II DA CASSAÇÃO

Art. 18. A cassação do registro/inscrição poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I – Não observância dos critérios estabelecidos nesta Resolução;

II – Mediante denúncia fundamentada, de acordo com o art. 91, parágrafo único, II, do ECA;

III – Não oferecer nenhum Serviço ou Programa;

IV – Deixar de apresentar o atestado de eficiência e qualidade a que alude o artigo 90, §3º, II, do ECA, ou tiver parecer negativo neste.

Art. 19. A cassação será efetivada, mediante o cumprimento dos seguintes procedimentos:

I – Avaliação do fato ou denúncia pela Comissão de Normas e Registros;

II – Recomendação de adequação;

III – Advertência escrita;

IV – Avaliação, a fim de averiguar se a recomendação foi atendida;

V – Emissão de Parecer pela cassação ou cancelamento, a ser submetido à Plenária do CMDCA.

§1º Os procedimentos relativos à cassação, assim como o estabelecimento dos respectivos prazos, serão deliberados em plenária do CMDCA.

§2º A cassação será comunicada ao Conselho Tutelar, à autoridade judiciária e ao Ministério Público.

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. A Organização, Serviço ou Programa deverá informar a este Conselho, a qualquer tempo, alteração significativa em sua estrutura, natureza jurídica, finalidade de suas ações ou quaisquer alterações que vierem a ocorrer durante a vigência de seu registro. Também deverá fazer pedido de atualização e/ou alteração no Plano de Ação apresentado, com a devida justificativa. A Comissão de Normas e Registros terá competência por delegação da plenária, através desta Resolução, para acolher aquelas alterações que não modifiquem substancial e essencialmente a proposta anterior, apenas noticiando o fato à plenária ou encaminhando a análise do mesmo àquelas cuja alteração seja substancial.

Parágrafo único. As Organizações, a qualquer tempo, estão obrigadas a comunicar, por escrito, ao CMDCA, os casos de extinção.

Art. 21. Os recursos do FIA somente poderão ser destinados a organizações regularmente credenciadas, por registro e inscrição de seus serviços e programas junto ao CMDCA, nos devidos prazos e moldes previstos nesta resolução.

Art. 22. Os casos omissos serão analisados pela Comissão de Normas e Registros e deliberados pelo CMDCA.

Art. 23. Esta Resolução revoga a Resolução 08/2016- CMDCA e entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Itapema, 04 de Setembro de 2017.

Eduardo Forgiarini
Presidente do CMDCA

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

(TIMBRE DA ENTIDADE)

ANEXO I REQUERIMENTO

ILMO (A) SENHOR(A) _____, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapema:

A Entidade abaixo qualificada, em consonância com o Art. 90 e 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, vem requerer:

- () Registro de Organização Não Governamental
- () Renovação de Registro – 4 anos
- () Inscrição de Serviços e/ou Programas
- () Atualização da inscrição – 2 anos

Regime de Atendimento Executado:

- () Orientação e apoio sociofamiliar;
- () Apoio socioeducativo em meio aberto;
- () Colocação familiar;
- () Acolhimento institucional;
- () Prestação de Serviço à Comunidade ;
- () Liberdade assistida;
- () Semiliberdade;
- () Internação;
- () Programa de aprendizagem em formação técnico-profissional a adolescente aprendiz;
- () Acolhimento para fins culturais, esportivos e profissionais;
- () Atenção Especializada em Saúde da Criança e do Adolescente;
- () Demais Programas ou ações que atendam diretamente crianças e adolescentes;
- () Organizações, Serviços e Programas em conformidade com o artigo 2º desta Resolução.

Itapema/SC, ____ de ____ de 2017.

Assinatura do Representante Legal: _____

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA**

(TIMBRE DA ENTIDADE)

ANEXO II

MODELO PLANO DE AÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Nome/ Razão Social:

Regime de atendimento:

CNPJ:

Data de criação:

Endereço Completo:

Cidade/ UF:

Telefone:

E-mail:

Rede Social:

2. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS (Representante Legal)

Nome:

Cargo desempenhado:

Data Início do Mandato:

Data do Término do Mandato:

RG:

CPF:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

Responsável Técnico:

Nome:

Cargo desempenhado:

RG:

CPF:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

3. INSCRIÇÕES E CERTIFICAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO:

INSCRIÇÃO / CADASTRO	NÚMERO
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (outra cidade)	
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS	
OSCIP	
Utilidade Pública Municipal	
Utilidade Pública Estadual	
Utilidade Pública Federal	
Outros: Qual?	

4. APRESENTAÇÃO

Descrever o conteúdo do plano, ou seja, do que se trata o trabalho realizado pelo serviço ou programa, sua relevância à sociedade; os parceiros para o desenvolvimento das atividades (como as redes de atendimento) e da elaboração do mesmo. Também são apresentados os princípios que norteiam as ações, de forma que expressem os valores morais, culturais, políticos, etc.; as diretrizes das ações; as leis que fundamentam toda a ação e o modelo de gestão adotado pela organização.

5. DIAGNÓSTICO DA ÁREA

Apresentar o diagnóstico da área que será implantado o plano de trabalho ou que já vem sendo desenvolvido, contendo a caracterização da população a ser atendida; análise da realidade social da comunidade (bairro, cidade, etc.); aspectos demográficos, histórico da região e/ou público.

6. OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL: de maior amplitude, só será alcançado pela somatória das várias ações

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

e atividades. Deve ser claro e consistente, expressando o impacto mais geral do projeto.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS: são desdobramentos do objetivo geral, expressando o que se pretende alcançar com o serviço ou programa, através dele determinam-se os recursos, as atividades e os resultados esperados.

7. PÚBLICO ALVO: a quem se destina o atendimento da instituição.

8. RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

Explicar todos os recursos que a entidade possui para desenvolver as ações. O quadro de profissionais que compõem a atividade, suas especialidades e funções; quem são os responsáveis diretos por cada ação; os materiais que compõem a organização para o seu funcionamento; e os recursos financeiros da organização, se são recursos próprios ou não, sua fonte, etc. Sugestão organizar em tabelas.

9. METODOLOGIA

Descrição das ações como acontece, frequência e dias/meses/datas de acontecimentos, responsáveis, local de acontecimentos. Cronograma de execução anual, separado por periodicidade das ações. Tabela semanal de atividades com horários e responsáveis pela ação.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Descrever como será realizado o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das atividades e apresentar a tipologia e a periodicidade da avaliação adotada pela instituição, para identificar os avanços e dificuldades visando um possível aprimoramento.

ALTERAÇÕES: Caso haja alterações no Plano de Ação, este deverá ser re-encaminhado ao Conselho, com as devidas alterações.

Itapema, ____ de ____ de ____.

Responsável Técnico Representante Legal

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA**

(quem elaborou o Plano de Ação)

(presidente ou diretor)

(TIMBRE DA ENTIDADE)

**ANEXO III
PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Nome/ Razão Social:

Regime de atendimento:

CNPJ:

Data de criação:

Endereço Completo:

Cidade/ UF:

Telefone:

E-mail:

Rede Social:

2. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

Cargo desempenhado:

Data Início do Mandato:

Data de Termino do mandato:

CPF:

RG:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome:

Cargo desempenhado:

RG: CPF:

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

Endereço Completo: Telefone:

E-mail:

Introdução: Bases do projeto político pedagógico. Referências teórico-conceituais.

Diagnóstico situacional da Organização/Serviço:

- **Concepções pedagógicas:** Missão, competências a serem desenvolvidas no público atendido, conteúdo programático

- **Plano de ação construído coletivamente:** planejamento de ação anual desenvolvida com todos os integrantes do Serviço, desde funcionários, familiares e público alvo, na definição e execução de ações realizadas no local, que sejam de comum interesse. Como será garantida a convivência familiar e comunitária, quais estratégias, para ações de garantia dos direitos das crianças.

- **PIA – Plano individual de Atendimento:** quem vai coordenar, como será a elaboração, qual metodologia utilizada, formas de acompanhamento e avaliação.

Itapema, ____ de ____ de ____.

Responsável Técnico Representante Legal

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

(TIMBRE DA ENTIDADE)

ANEXO IV RELATÓRIO DE ATIVIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Nome/ Razão Social:

Regime de atendimento:

CNPJ:

Data de criação:

Endereço Completo:

Cidade/ UF: Telefone:

E-mail:

Rede Social:

2. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

Cargo desempenhado:

Data Início do Mandato:

Data do Término do Mandato:

RG:

CPF:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

O Relatório de atividade do ano anterior deverá ser apresentado, pela Entidade, através de um relatório descritivo, contendo os seguintes itens:

- **Introdução/justificativa:** Caracterização do Serviço/Programa: Um pequeno texto que fale sobre o serviço/programa, data de início, por que foi criado e qual a sua importância na realidade social que atua. Fazer breve relato da organização que atua.

- **Objetivos:** Qual a realidade social da comunidade onde atua e o que se pretende alcançar com o serviço/programa.

- **Quantificar e Qualificar os atendimentos realizados nos últimos 02 anos:**

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEMA – CMDCA

- Exemplo: Em xxxx foram desenvolvidas atividades de capoeira, dança etc....

Descrever as atividades que foram desenvolvidas nos anos anteriores com descrição do quantitativo por oficina/grupo e por faixa etária, bem como os resultados alcançados.

- Exemplos: 100 crianças e adolescentes participaram da oficina de capoeira, sendo que houveram xxxx encontros, culminando com a realização ao final do curso... os resultados obtidos.

- **Recursos:** Quais foram os recursos físicos e financeiros utilizados, quais as parcerias e recursos utilizados.

- **Conclusão:** Qual foi o parecer da instituição e da equipe de trabalho referente a execução do serviço/projeto durante este período. Quais as dificuldades e os avanços apresentados.

Itapema, _____ de _____ de _____.

Responsável Técnico Representante Legal

Rua 414, nº 120 – Bairro Morretes – Itapema/SC

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2017 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE JALECOS PARA OS FUNCIONÁRIOS E CAMISETAS EM MALHA PARA AS DIVERSAS CAMPANHAS REALIZADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 13:15h do dia 14/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 31 de agosto de 2017.

DAVINO RAUBER

Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2017

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 161/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LIMPEZA DE VEÍCULOS.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 15h00 do dia 14/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 31 de Agosto de 2017.

Paulo José Theobald

Secretário de Transportes e Obras

Itapoá

PREFEITURA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Controladoria Interna

Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2017

ANEXO ÚNICO

Área Auditada	Atividade Desenvolvida	Método	Equipe	Início	Término
Recursos Humanos	Com base na Instrução Normativa 12/2012, IN 20/2015, ambas do TCE/SC, Constituição Federal do Brasil, plano de Cargos e Salários Municipal e Estatuto de Servidores, proceder-se-á a avaliação da gestão de recursos humanos, por meio de uma análise da situação do quadro de pessoal efetivo e comissionados, contratações temporárias e terceirizados, admissões e exonerações, cessão e requisição de pessoal e dos reflexos na gestão e nos resultados	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Setembro 2017	Outubro 2017
Contabilidade Tesouraria	Com fulcro na Lei Federal nº 4.320/64 e orientações dos artigos 36 à 43 de IN 20/2015 do TCE/SC, verificar-se-á a execução das despesas públicas, nas fases de empenho, liquidação e pagamento	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Setembro 2017	Outubro 2017
Contabilidade Tesouraria	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres, discriminando: volume de recursos transferidos; situação da prestação de contas dos recebedores do recurso; situação da análise da prestação de contas pelo concedente.	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Setembro 2017	Outubro 2017
Contabilidade Tesouraria	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação da execução dos projetos e programas financeiros com recursos externos, quanto aos aspectos da legalidade, regularidade, economicidade, eficiência e eficácia, com esclarecimentos, se for o caso, sobre os motivos que impediram ou inviabilizaram a plena conclusão da etapa ou da totalidade de cada projeto ou programa, indicando as providências adotadas.	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Setembro 2017	Outubro 2017
Contabilidade Tesouraria	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação da observância dos limites para inscrever as despesas em restos a pagar	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Setembro 2017	Outubro 2017
Contabilidade Tesouraria	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação da observância dos limites e das condições para realizar a despesas total com pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Setembro 2017	Outubro 2017
Contabilidade	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação acerca da conformidade dos registros contábeis gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-sfinge, principalmente com relação aos saldos anteriores	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Setembro 2017	Outubro 2017
Secretarias Municipais/ Fundo Municipal de Saúde/ Assistência/ Educação	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação das transferências voluntárias de recursos mediante convênio de cooperação ou instrumentos congêneres, discriminando: volume de recursos transferidos; situação da prestação de contas.	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017
Secretarias Municipais/ Fundo Municipal de Saúde/ Assistência/ Educação	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á análise da gestão do controle do uso dos veículos, equipamentos e maquinários públicos que fazem parte da frota municipal	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017

Secretarias Municipais/ Fundo Municipal de Saúde/ Assistência/ Educação	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á avaliação da regularidade dos processos licitatórios realizados pela unidade jurisdicionada, incluindo as dispensas e inexigibilidades de licitação, abordando: motivo da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; fundamentação da dispensa/ inexigibilidade; identificação do contrato (nome/razão social/CPF/CNPJ)	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017
Secretaria da Fazenda	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á avaliação sobre a arrecadação e fiscalização dos Tributos Municipais.	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017
Secretaria de Educação/ Conselho FUNDEB	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á avaliação do parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, conforme artigo 27, da Lei nº 11.494, de 20.06.07.	Totalidade	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017
Secretaria de Educação/ Conselho Municipal de Alimentação Escolar	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á avaliação do parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no artigo 18 da Lei nº 11.947, de 16.06.09 resultante da avaliação da aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar e do relatório anual de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE, nos termos do art. 19 da mesma lei;	Totalidade	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017
Secretaria de Saúde/ Conselho Municipal de Saúde	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á avaliação do parecer do Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput, e § 2º da Lei Federal nº8.142, de 28.12.90, decorrente da apreciação do relatório de gestão elaborado pelo Poder Executivo, nos termos do art. 36 § 1º da Lei Complementar nº141, de 13.01.12 e art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19.08.90	Totalidade	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017
Secretaria de Assistência/ Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á avaliação do parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no Art. 88 inciso II, da Lei nº 8.069 de 13.07.90, acompanhamento do Plano de Ação e do Plano de Aplicação, sobre a prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a avaliação acerca do cumprimento dos referidos planos	Totalidade	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017
Secretaria de Assistência/ Conselho Municipal de Assistência Social	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á avaliação do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, IV, da Lei nº 8.742 de 07.12.93, decorrente de avaliação da prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a verificação do cumprimento dos requisitos previstos no artigo 20 da mesma lei;	Totalidade	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017
Secretaria de Assistência/ Conselho Municipal do Idoso	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á avaliação do parecer do Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal nº 8.842, de 04.01.94, relativo à existência e execução de políticas voltadas à pessoa idosa.	Totalidade	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Outubro 2017	Novembro 2017
Secretaria de Administração Compras/ Almoxarifado/Patrimônio	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados para controle do Setor de Compras e o Setor de Almoxarifado, registros de entradas e saídas de materiais.	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Novembro 2017	dezembro 2017
Secretaria de Administração /Patrimônio	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados para controle dos Bens Móveis e Imóveis	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Novembro 2017	dezembro 2017
Secretaria de Administração Controle de Frota	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados para controle do Setor de Frotas, Combustível, Peças,	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Novembro 2017	dezembro 2017
IPESI	Com base na Instrução Normativa TC- 20/2015 do TCE/SC, verificar-se-á se a avaliação atuarial foi realizada conforme a Lei Federal 9.717/98, recebimento do parcelamento das contribuições não recebidas, verificar se houve déficit do RPPS, explicitando a forma de amortização, se for o caso.	Amostragem	Controladoria Interna e Servidores requisitados	Novembro 2017	dezembro 2017

Neide T. B. Lupatelli
Controladora Geral do Município

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 67/2017

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao trigésimo primeiro do mês de agosto de 2017, a partir das 14:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e JOESEL BILAU nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 67/2017, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	RENATO REGIS
LUIZ ALBERTO WECKWERTH	LUIZ ALBERTO WECKWERTH
DENISE ALVES BARBOSA - ME	CONRADO SCHNEIDER JUNIOR
GTA ATACADO E VAREJO EIRELI	AGNALDO MARTINS DE SOUZA
IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto as empresas citadas abaixo:

	Itens/Lotes	Valor Total
REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	6, 9, 12, 15, 16, 23, 26, 27, 33, 39, 43, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 85, 88, 91	R\$ 17.266,00
LUIZ ALBERTO WECKWERTH	4, 8, 13, 14, 21, 24, 28, 42, 49, 52, 65, 66, 68, 71, 80	R\$ 14.091,00*
GTA ATACADO E VAREJO EIRELI	1, 2, 3, 5, 17, 20, 25, 31, 32, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 47, 53, 60, 64, 67, 78, 84, 89, 90, 92	R\$ 7.988,20
IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME	10, 11, 19, 22, 29, 30, 34, 35, 40, 41, 48, 50, 81, 82, 83, 86, 87	R\$ 12.375,20*

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 31 de agosto de 2017.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	JOESEL BILAU Membro

Licitantes:

REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA RENATO REGIS	LUIZ ALBERTO WECKWERTH LUIZ ALBERTO WECKWERTH
---	--

DENISE ALVES BARBOSA – ME
CONRADO SCHNEIDER JUNIOR

GTA ATACADO E VAREJO EIRELI
AGNALDO MARTINS DE SOUZA

IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME
GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3306/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3306/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017. Altera Decreto Municipal nº 3108/2017, que constitui a Comissão Permanente de Licitação do Município de Itapoá, e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando o estabelecido na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Permanente de Licitação, com representação conforme segue:

- I - Mariza Aparecida Filla;
- II - Joseane Maria Soares de Lima;
- III - Elasio Frinsanco;
- IV - Joesel Bilau;
- V - Oswaldo Ricci Junior;
- VI - Daiane Batista;
- VII - Maristela de Souza;
- VIII - Suzana Besen Martins;
- IX - Ezequiel Emerson Vieira;
- X - Rafael Vida Almeida;
- XI - Fernando Vitor Peres;
- XII - Rodrigo Fernandes de Souza;
- XIII - Nicole Cancela da Cruz.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Itapoá (SC), 22 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3307/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3307/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017. Altera Decreto Municipal nº 3305/2017, que altera a composição da Equipe Permanente de Apoio para assessoramento ao Pregoeiro Oficial do Município de Itapoá, e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando o estabelecido na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º do Decreto Municipal nº 3305, de 21 de agosto de 2017 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica alterada a composição da Equipe Permanente de Apoio para assessoramento ao Pregoeiro Oficial do Município de Itapoá, com representação conforme segue:

- I - Mariza Aparecida Filla;
- II - Joseane Maria Soares de Lima;
- III - Elasio Frinsanco;
- IV - Joesel Bilau;
- V - Oswaldo Ricci Junior;
- VI - Daiane Batista;
- VII - Maristela de Souza;
- VIII - Suzana Besen Martins;
- IX - Ezequiel Emerson Vieira;
- X - Rafael Vida Almeida;
- XI - Fernando Vitor Peres;
- XII - Rodrigo Fernandes de Souza;
- XIII - Marciane Rech;
- XIV - Eliana Frigo da Silva;
- XV - Jhonata Galante Cabral;
- XVI - Camila Maciel de Miranda;
- XVII - Carina Zaranski Taborda;

XVIII - Gerson dos Santos Chaves.

Art. 2º Fica alterado o Art. 2º do Decreto Municipal nº 3305/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica nomeada como Pregoeira Oficial do Município, para condução de processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico e/ou Pregão Presencial, a servidora Fernanda Cristina Rosa.

Art. 3º Fica incluído o Art. 3º no Decreto Municipal nº 3305/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Nas ausências e/ou impedimentos da Pregoeira Oficial assumirá a função a servidora Isabela Raicik Dutra Pohl.

Art. 4º Fica incluído o Art. 4º no Decreto Municipal nº 3305/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º As atribuições do Pregoeiro incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Itapoá (SC), 24 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3308/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3308/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017. Nomeia Membros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 693, de 02 de junho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os conselheiros e suplentes abaixo relacionados para compor o novo Conselho Municipal de Turismo do Município de Itapoá / SC - COMTUR. O Conselho compor-se-á de 10 (dez) membros, nomeados pelo Prefeito, sendo 05 (cinco) governamentais e 05 (cinco) não governamentais, como segue:

I - representantes do Governo Municipal:

a) Secretaria de Turismo e Cultura:

1. Claudio R. Lemonie – Presidente.

b) representantes do Gabinete do Prefeito:

1. Rodrigo Lopes de Oliveira – Titular;
2. Suzana Besen Martins – Suplente.

c) representantes da Secretaria de Saúde:

1. Susinei Ribeiro Schultz – Titular;
2. Mariza Aparecida Filla – Suplente.

d) representantes da Secretaria de Obras e Serviços Públicos:

1. Wantuil José Oliveira – Titular;
2. Luciana Hubl Nardo – Suplente.

e) representantes da Secretaria de Planejamento e Urbanismo:

1. Rafael Vida Almeida – Titular;
2. André Vinícius de Araújo – Suplente.

II - representantes não governamentais de associações que desenvolvam atividades relacionadas ao turismo:

a) representantes da CDL / ACINI:

1. Ana Paula Scherer Cáceres – Titular;
2. Claudia Maria Kotowey – Suplente.

b) representantes da OAB/SC – Ordem dos Advogados do Brasil:

1. Janaina Resende Nunes – Titular;
2. Elisa Gonzalez Corso – Suplente.

c) representantes da ADEA - Associação de Defesa e Educação Ambiental:

1. Lúcio Antônio Machado- Titular;
2. Celso Darci Seger – Suplente.

d) representantes da Associação dos Artesãos Pedra que Surge:

1. Bernadete Lingoski – Titular;
2. Fátima Cibebe Leite – Suplente (representante da AIART - Associação Itapoáense do Artesão).

e) representantes da Fundação Pró-Itapoá:

1. André Segura Garcia – Titular;
2. Maria Alzira Coneglian Vianna – Suplente (representante da ACAPPI - Associação das Curtidoras Artesanais da Pele de Peixe de Itapoá-SC).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3309/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3309/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Altera a composição dos membros do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Diretos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o biênio 2017/2019, com a seguinte composição:

I – sociedade civil:

a) representantes da Ordem dos Advogados do Brasil:

1. Elisa Gonzales Corso Titular;
2. Suellen de Lucca Suplente.

b) representantes de Organizações da Sociedade Civil:

1. Andreia Barbosa Sorriha (PASTORAL) Titular;
2. Sonia Gonçalves (PASTORAL) Suplente.

3. Elaine Cristina Alves (APAE) Titular;
4. Auzilia Terezinha Ramos Dória (APAE) Suplente.

5. Lana Rosélia Quadros Bevilaqua (ACOPOF) Titular;
6. Anita Pujak (ACOPOF) Suplente.

7. Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo (ROSAMAR) Titular;
8. Maria Aparecida Calvo (ROSAMAR) Suplente.

II – governamental:

a) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Elisiane de Souza Martins Titular;
2. Célia Maria Konell Suplente.

b) representantes da Secretaria Municipal de Educação:

1. Rode Ester Pessanha Titular;
2. Vanilza de Souza Suplente.

c) representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

1. Keverlinn Maria Antunes dos Santos Titular;
2. Karyn Piazzeta dos Santos Suplente.

d) representantes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

1. Marcos Antônio Fontana Titular.

e) representantes da Secretaria Municipal de Administração:

1. Mauricio Deunisio Olkoski Titular;
2. Roseli Gonçalves Pinheiro Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga todas as exposições contrárias.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3310/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3310/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Aprova o Plano Anual de Auditoria – PAAI para o exercício de 2017, estabelece o cronograma e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá-SC e a Controladoria Interna do Município de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/SC; CONSIDERANDO que as atividades de competência da Controladoria do Sistema de Controle Interno do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

CONSIDERANDO que o Órgão Central de Controle Interno tem a obrigatoriedade de organizar e executar auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em todas as unidades administrativas do Poder Executivo do Município, e CONSIDERANDO a obrigatoriedade da previsão e execução de auditorias internas, conforme artigo 16 e anexo VII da Instrução Normativa TC-20/2016, do Tribunal de Contas de Santa Catarina,
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI da Prefeitura Municipal de Itapoá para o ano de 2017, nos termos do

Anexo Único deste decreto.

Art. 2º Os principais objetivos pretendidos com a execução do Plano Anual Auditoria Interna - PAAI 2017 são os seguintes:

I - verificar e acompanhar o cumprimento dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia;

II - verificar e acompanhar o cumprimento da legislação vigente;

III - verificar e acompanhar o cumprimento das orientações/determinações do TCE/SC;

IV - apresentar sugestões de melhoria após a execução dos trabalhos de auditoria, visando à racionalização dos procedimentos e aprimoramento dos controles existentes e, em não havendo implantá-los.

Art. 3º O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) em 2017 será executado no período de Agosto a Dezembro, de acordo com programação constante do Anexo Único.

Parágrafo único. O cronograma de execução de trabalhos de auditoria não é fixo, podendo ele ser alterado, suprimido em parte ou ampliado, em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução.

Art. 4º Os resultados das atividades de auditoria serão levados ao conhecimento do Prefeito Municipal e dos responsáveis pelas áreas envolvidas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, recomendações, pendências, farão parte do relatório de auditoria.

Art. 5º A Controladoria Interna poderá a qualquer tempo requisitar informações às unidades executoras, independente do cronograma previsto no PAAI 2017.

Parágrafo único. A recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da Controladoria Interna será comunicado oficialmente ao Prefeito e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Art. 6º A Controladoria Geral do Município será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito municipal

NEIDE TEREZINHA BECHER LUPATELLI

controladora geral

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3311/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3311/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017. Dispõe sobre o Manual do Sistema de Controle Interno do Município e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá-SC e a Controladoria Interna do Município de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Manual do Sistema de Controle Interno do Município nos termos do anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito municipal

NEIDE TEREZINHA BECHER LUPATELLI

controladora geral

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3312/2017, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3312/2017, DE 29 DE AGOSTO DE 2017. Nomeia Chefe da Divisão de Atividades do Executivo Fiscal da Procuradoria Jurídica.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora efetiva, Sra. Solamir Coelho, na função de Chefe da Divisão de Atividades do Executivo Fiscal da Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3313/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3313/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017. Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares provenientes de excesso de arrecadação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 41, inciso I e artigo 43 inciso II da Lei 4.320/64 e incisos IV e V da Lei Municipal nº 683/2016 – LOA 2017,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional especial suplementar proveniente de excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$ 686.000,00 (seiscentos e oitenta e seis mil) conforme segue:

Suplementações:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2090 Manutenção de Unidades Administrativas – SME e CPAE

33390 Aplicações Diretas (496) FR 0219000 R\$50.000,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (497) FR 0219000 R\$425.000,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 Ensino Infantil

0012.0365.0021.2098 Manutenção do Ensino Infantil

33390 Aplicações Diretas (498) FR 0219000 R\$195.000,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

003 Ensino Fundamental / EJA

0012.0366.0021.2107 Manutenção do Eja

33390 Aplicações Diretas (499) FR 0219000 R\$16.000,00

Total das Suplementações R\$686.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Itapoá (SC), 30 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3314/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3314/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 41, inciso I e artigo 43 inciso II da Lei 4.320/64 e incisos IV e V da Lei Municipal nº 683/2016 – LOA 2017,
DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$ 861.000,00 (oitocentos e sessenta e um mil) conforme segue:

Suplementação:

11 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

001 Departamento de Obras

0015.0451.0009.1028 Pavimentação de Ruas

34490 Aplicações diretas (166) FR 010000

..... R\$ 861.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO

..... R\$ 861.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 31 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

LEI MUNICIPAL Nº 709/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 709/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Denomina a "Estrada Braço do Norte" no município de Itapoá/SC.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada como "Estrada Braço do Norte" a via pública circunscrita na localidade Braço do Norte, com as coordenadas no ponto inicial em Latitude 26º 6'54.62"S Longitude 48º 42'31.51"O e com as coordenadas do ponto final em Latitude 26º 8'4.07"S Longitude 48º 42'47.20"O, neste município de Itapoá/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 710/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 710/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Altera Lei Municipal nº 683/2016, LOA 2017, e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam incluídos na Lei Municipal nº 683/2016, de 16 de dezembro de 2016, LOA 2017, os seguintes Órgãos Administrativos:

19 – Secretaria da Fazenda;

001 – Diretoria de Finanças.

20 – Secretaria de Meio Ambiente;

001 – Diretoria de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 711/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 711/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Altera Lei Municipal nº 458/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Itapoá para o período de 2014 a 2017, alterando nomenclatura dos órgãos.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a nomenclatura do Órgão 05, Secretaria de Administração e Finanças, que compõe a Lei Municipal nº 458, de 02 de julho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação: Órgão 05 - Secretaria de Administração.

Art. 2º Fica alterada a nomenclatura do Órgão 10, Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, que compõe a Lei Municipal nº 458/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Órgão 10 - Secretaria de Turismo e Cultura.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 712/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 712/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação nos órgãos que foram remanejados.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação, em conformidade com o artigo 43 inciso III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

Anulações:

05 - Secretaria de Administração e Finanças
002 Depto de Finanças
0004.0122.0003.2018 Man. do Depto de Finanças
Referência 47 - 33390 FR 010000
Referência 415 - 33390 FR 030000
Referência 48 - 34490 FR 010000

0004.0122.0003.2019 Folha de Pagto Depto de Finanças
Referência 49 - 33190 FR 010000
Referência 50 - 33191 FR 010000

0004.0122.0003.2169 Pasep e Tarifas Bancárias
Referência 51 - 33390 FR 010000

0004.0122.0003.2170 Parcelamento da Dívida Previdenciária RPPS
Referência 52 - 33391 FR 010000

10 - Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente
002 Depto de Meio Ambiente

0018.0541.0007.1021 Construção e Ampliação de Estrut. para Rotas Ecológicas
Referência 130 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.1022 Desassoreamento e Dragagem de Rios
Referência 131 - 33390 FR 010000
Referência 132 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.1023 Implantação de Parques Ecológicos
Referência 133 - 33390 FR 010000
Referência 134 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.1044 Construção de Cerca nos Limites do Parque Carijós
Referência 135 - 33390 FR 010000
Referência 136 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2055 Elaboração e Execução de Projetos
Referência 137 - 33390 FR 010000
Referência 443 - 33390 FR 030000

0018.0541.0007.2056 Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
Referência 138 - 33390 FR 010000
Referência 139 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2057 Folha de Pagamento do Departamento de Meio Ambiente
Referência 140 - 33190 FR 010000
Referência 141 - 33191 FR 010000

0018.0541.0007.2060 Projetos Integrados de Educação Ambiental
Referência 142 - 33390 FR 010000
Referência 143 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2063 Manutenção e Segurança Estrutural de Parques
Referência 144 - 33390 FR 010000
Referência 145 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2064 Monitoramento do Processo Erosivo
Referência 146 - 33390 FR 010000
Referência 147 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2065 Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental
Referência 148 - 33390 FR 010000

Referência 149 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2066 Recomposição da Mata Ciliar dos Rios do Município
Referência 150 - 33390 FR 010000

018.0541.0007.2144 Implantação do Plano de Manejo do Parque Carijós
Referência 151 - 33390 FR 010000
Referência 418 - 33390 FR 038001
Referência 152 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2160 Impl. do Pq. Linear de Preserv. do Rio Saí Mirim e Saí Guaçu
Referência 153 - 33390 FR 010000
Referência 154 - 34490 FR 010000

Suplementações:

19 - Secretaria da Fazenda
001 Diretoria de Finanças
0004.0122.0003.2018 Man. do Depto de Finanças
Referência 444 - 33390 FR 010000
Referência 445 - 33390 FR 030000
Referência 446 - 34490 FR 010000

0004.0122.0003.2019 Folha de Pagto Depto de Finanças
Referência 447 - 33190 FR 010000
Referência 448 - 33191 FR 010000

0004.0122.0003.2169 Pasep e Tarifas Bancárias
Referência 449 - 33390 FR 010000

0004.0122.0003.2170 Parcelamento da Dívida Previdenciária RPPS
Referência 450 - 33391 FR 010000

20 - Secretaria de Meio Ambiente
001 Diretoria de Meio Ambiente

20 - Secretaria de Meio Ambiente
001 - Diretoria de Meio Ambiente
0018.0541.0007.1021 Construção e Ampliação de Estrut. para Rotas Ecológicas
Referência 451 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.1022 Desassoreamento e Dragagem de Rios
Referência 452 - 33390 FR 010000
Referência 453 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.1023 Implantação de Parques Ecológicos
Referência 454 - 33390 FR 010000
Referência 455 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.1044 Construção de Cerca nos Limites do Parque Carijós
Referência 456 - 33390 FR 010000
Referência 457 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2055 Elaboração e Execução de Projetos
Referência 458 - 33390 FR 010000
Referência 459 - 33390 FR 030000

0018.0541.0007.2056 Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
Referência 460 - 33390 FR 010000
Referência 461 - 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2057 Folha de Pagamento do Departamento de Meio Ambiente

Referência 462 – 33190 FR 010000
Referência 463 – 33191 FR 010000

0018.0541.0007.2060 Projetos Integrados de Educação Ambiental
Referência 464 – 33390 FR 010000
Referência 465 – 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2063 Manutenção e Segurança Estrutural de Parques
Referência 466 – 33390 FR 010000
Referência 467 – 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2064 Monitoramento do Processo Erosivo
Referência 468 – 33390 FR 010000
Referência 469 – 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2065 Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental
Referência 470 – 33390 FR 010000
Referência 471 – 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2066 Recomposição da Mata Ciliar dos Rios do Município
Referência 472 – 33390 FR 010000

018.0541.0007.2144 Implantação do Plano de Manejo do Parque Carijós
Referência 473 – 33390 FR 010000
Referência 474 – 33390 FR 038001
Referência 475 – 34490 FR 010000

0018.0541.0007.2160 Impl. do Pq. Linear de Preserv. do Rio Saí Mirim e Saí Guaçú
Referência 476 – 33390 FR 010000
Referência 477 – 34490 FR 010000

Art. 2º Fica igualmente autorizada a alteração na Lei Municipal nº 671, de 08 de setembro de 2016 – LDO 2017 e na Lei Municipal nº 458, de 02 de julho de 2013 – PPA 2014- 2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Itapoá (SC), 28 de agosto de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 713/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 713/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.
Altera A Lei Municipal nº 075, de 24 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o estatuto e institui o plano de carreira e remuneração do pessoal do magistério público municipal.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica alterado o §2º do artigo 34, Subseção I, da Lei Municipal nº 75, de 24 de dezembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:
§2º Os profissionais da educação que já tiverem cumprido o estágio probatório, terão direito a primeira progressão por curso de aperfeiçoamento/capacitação, quando poderão utilizar certificados de cursos realizados nos últimos 05 (cinco) anos.
Art. 2º Fica acrescido o inciso VI ao artigo 36, Capítulo V, da Lei Municipal nº 75/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

VI - para execução do Programa de correção do fluxo idade/série na aprendizagem, atendendo crianças que estão excepcionalmente em séries incompatíveis com a idade.

Art. 3º Fica acrescido o inciso V ao Parágrafo Único do artigo 36, Capítulo V, da Lei Municipal nº 075/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

V – à duração do Programa de correção do fluxo idade/série, no caso do inciso VI;

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 714/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 714/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre os serviços de reboque, remoção, depósito e guarda de veículos automotores apreendidos e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O serviço de reboque, remoção, depósito e guarda de veículos automotores apreendidos por infração à legislação de trânsito, bem como de veículos recuperados ou apreendidos em razão de crimes, é serviço de interesse público municipal, que deverá ser explorado mediante credenciamento de empresas privadas.

Art. 2º Em todos os casos, o credenciado além dos itens constantes no referido edital, terá que cumprir os seguintes itens:

I - os custos para a execução da prestação de serviços, implantação e manutenção do pátio serão de inteira responsabilidade da empresa credenciada;

II - o pátio deverá possuir área mínima de 1000 m² e uma área coberta de no mínimo 250m², estando adequado para estacionamento de veículos leves e pesados, devendo ser cercado, iluminado, com estrutura mínima para oferecer segurança e possibilidade de recepção de veículos 24 (vinte e quatro) horas por dia;

III - a credenciada deverá atender a todos os chamados provenientes da Polícia Militar, Polícia Civil e da fiscalização de trânsito municipal, se houver, para fins de remoção e subsequente depósito de veículos apreendidos em razão de infrações de trânsito ou penais, mantendo o funcionamento dos serviços de guarda, depósito e remoção durante 24 horas por dia, ininterruptamente, inclusive, sábados, domingos e feriados, com sede e depósito no Município de Itapoá/SC;

IV - o atendimento ao público no pátio, para informações e liberação de veículos, deverá ser no mínimo de segunda a sexta-feira, no horário das 8h00min (oito horas) às 18h00min (dezoito horas), ressalvados os feriados e temporada de verão, quando o atendimento deverá ocorrer todos os dias;

V - a credenciada deverá observar rigorosamente às normas previstas no CTB e demais legislações Federais, Estaduais e Municipais pertinentes à prestação dos serviços;

VI - o uso de veículos para a prestação dos serviços objeto do edital deverá atender às exigências das normas da Agência Nacional de Transportes Públicos e do CONTRAN aplicáveis à espécie;

VII - adoção da Tabela de Preços dos serviços a serem prestados conforme previsto nesta Lei, bem como os critérios de reajuste, condições e prazos para o pagamento;

VIII - vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação a tabela adotada;

IX - previsão de os usuários denunciarem irregularidade na prestação dos serviços e/ou no faturamento;

X - responsabilidade pela total segurança dos veículos apreendidos

e depositados, dos quais passa a ser fiel depositário;

XI - receber todo e qualquer veículo, conforme classificação do Artigo 96 do Código de Trânsito Brasileiro, quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes fiscalizadores e autoridades de trânsito, exceto aqueles de tração animal;

XII - possuir registro diário eletrônico, do qual devem constar, cumulativamente, no mínimo os seguintes dados:

- a) identificação do veículo recebido;
- b) nome, endereço e identidade do proprietário e condutor;
- c) data e horário de recebimento;
- d) nome e identidade do agente fiscalizador ou autoridade responsável pela medida administrativa; e,
- e) data e hora da saída do veículo.

XIII - manter monitoramento de entrada e saída de veículos 24h, através de câmeras de vigilância que possibilitem a identificação do veículo, condutor e placas de identificação do mesmo, mantendo as gravações armazenadas por no mínimo de 30 dias;

XIV - os veículos oriundos de apreensões que já se encontram nos pátios da Polícia Civil deverão ser removidos para uma das empresas credenciadas, aplicando, no que couber, os procedimentos previstos na presente Lei e no edital de credenciamento;

XV - havendo mais de uma credenciada, a solicitação do serviço se dará de forma alternada entre as respectivas empresas credenciadas;

XVI - não sendo possível o proprietário escolher, estabelecer o critério de revezamento para o destino dos veículos;

XVII - os veículos apreendidos serão encaminhados ao pátio de depósito, onde o funcionário responsável promoverá a abertura de processo administrativo composto de um relatório sobre o estado do veículo, seus pertences, acessórios e/ou boletim de ocorrência policial;

XVIII - as viaturas da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros e os veículos da Prefeitura Municipal, deverão ser atendidos pelo serviço de transporte das empresas credenciadas, dentro dos limites territoriais do município de Itapoá, também respeitando o critério de revezamento caso haja mais de uma empresa credenciada; e, XIX - a credenciada deverá recolher mensalmente o valor referente ao ISSQN conforme a Lei Municipal nº 007, de 23 de dezembro 2003.

§1º O livro de registro diário deverá ser numerado tipograficamente e deve conter ata de abertura assinada pelas autoridades de Trânsito do Município.

§2º A empresa sujeitar-se-á a inspeções realizadas pela Prefeitura de Itapoá, Polícia Militar local e Polícia Civil, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos previstos nesta lei e dos termos do respectivo edital.

§3º O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei, sujeitará a empresa exploradora do serviço às sanções que podem variar de multa no valor de até 200 Unidade Padrão Municipal – UPM, até a perda da autorização para exploração do serviço, através da rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte do município e sem o prejuízo de outras medidas previstas nesta Lei.

§4º A empresa para explorar este serviço, deverá estar em dia com a Fazenda Municipal, sendo que o não cumprimento deste dispositivo acarretará na perda da Autorização de Exploração dos Serviços.

§5º A empresa exploradora do serviço deverá manter apólice de seguro, com cobertura para furto, roubo, incêndio e dano sobre os veículos sob sua guarda, de forma a impossibilitar prejuízo ao erário ou ao particular.

Art. 3º A remuneração da empresa credenciada para a prestação do serviço ocorrerá de tarifa fixada nesta Lei e cobrada diretamente dos proprietários/possuidores dos veículos apreendidos, pelo sistema bancário, e com emissão obrigatória de nota fiscal de prestação de serviços.

§1º Em nenhuma hipótese o pagamento das tarifas poderá ser

recebido em espécie pela empresa credenciada, devendo o recolhimento ser feito pelos usuários exclusivamente em instituição bancária, por meio de guia de recolhimento, ficando sujeita a fiscalização pela Prefeitura Municipal de Itapoá, Polícia Militar local e Polícia Civil.

§2º Fica sujeita a rescisão do credenciamento caso a empresa credenciada receba valores relativos a tarifas de guincho e estadias fora do sistema bancário e/ou em desconformidade com a tabela vigente.

Art. 4º As tarifas a serem cobradas dos usuários dos serviços de guincho e estadia dos veículos serão estabelecidas e reajustadas de acordo com a variação da Unidade Padrão Municipal - UPM do Município de Itapoá.

§1º As tarifas de remoção, estadia, depósito e guarda do veículo junto ao pátio de depósito serão cobradas do seu proprietário a partir do momento em que se proceder a apreensão e consequente remoção até a data da efetiva liberação.

§2º A empresa credenciada deverá observar rigorosamente os preços públicos instituídos, sendo vedada a prática de preços diferenciados, abatimentos ou a tolerância de descontos, sob pena de rescisão do credenciamento.

§3º A primeira diária será devida integralmente pelo simples recolhimento do veículo ao pátio, independentemente do tempo de permanência. A segunda diária, e as seguintes, serão devidas a partir das 12h00min (meio dia) do dia seguinte à diária anterior, sucessivamente.

§4º A apreensão e remoção consistem no deslocamento do veículo guincho até o local onde se encontra o veículo a ser recolhido e a condução até o local de depósito do mesmo.

§5º A guarda, depósito e estadia consistem na manutenção do veículo removido ou apreendido nas instalações do Poder Público ou de empresa contratada.

§6º A diária de custódia consiste na tarifa de manutenção diária do veículo sob custódia do Poder Público ou de empresa contratada, e será calculada por dia, sendo considerada desde a data de remoção do veículo até a data da efetiva retirada do mesmo.

§7º Os valores tarifários deverão ser disponibilizados em local visível na recepção do pátio e nos caminhões guincho.

Art. 5º Fica fixada a tarifa para cobrança das despesas decorrentes da retenção, remoção, apreensão, guarda, depósito e custódia diária de veículos, conforme abaixo:

1- remoção:

Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos 15 UPM

Automóvel, caminhonete, utilitário 30 UPM

Caminhão, reboque, ônibus, micro-ônibus 45 UPM

2- guarda e depósito:

Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos 5 UPM

Automóvel, caminhonete, utilitário 10 UPM

Caminhão, reboque, ônibus, micro-ônibus 20 UPM

3- custódia diária:

Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos 3 UPM

Automóvel, caminhonete, utilitário 5 UPM

Caminhão, reboque, ônibus, micro-ônibus 11 UPM

Art. 6º Pela prestação de serviços a empresa credenciada repassará à Administração mensalmente o correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços prestados por requisição das autoridades judiciária ou policial, a título de contraprestação.

§1º Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente da prestação do serviço, a empresa credenciada deverá entregar ao Fiscal do Contrato os relatórios mensais de prestação dos serviços de todas as operações realizadas no mês com os respectivos valores arrecadados.

§2º A empresa credenciada deverá efetuar o pagamento pela outorga do serviço em até 5 (cinco) dias após a emissão do relatório.

§3º Em caso de atraso no pagamento da contraprestação será aplicada multa sobre o valor devido corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de juros de 1% (um por cento) ao mês.

§4º A administração deverá destinar 50% (cinquenta por cento) do percentual da contraprestação recebida da empresa credenciada ao Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar, até 20 dias após o recebimento.

§5º Os juros de atraso no repasse da contraprestação também deverão ser repassados ao Fundo de Melhoria da Polícia Militar – Lei Municipal nº 158, de 28 de novembro de 2007, na proporção de sua cota parte.

Art. 7º Ficam isentos de pagamento das tarifas do serviço os proprietários de veículos recuperados de furto ou roubo até dois dias da sua formal liberação pelo órgão competente.

Art. 8º O credenciado, para a realização de remoção de veículos abrangidos por esta Lei, deverá:

I - prestar serviço de guincho mediante pedido ou requisição dos agentes ou autoridades de trânsito, durante 24 (vinte e quatro) horas e todos os dias do ano, removendo os veículos automotores para o pátio, ou local determinado pelos agentes ou autoridades de trânsito;

II - dispor de no mínimo 2 (dois) veículos, sendo um com capacidade para 3.500kg e outro com capacidade para 8.500kg, ambos em bom estado de conservação;

III - manter os veículos guincho atualizados quanto aos procedimentos e formas de remoção correta dos veículos, de acordo com a legislação pertinente;

IV - assumir toda e qualquer responsabilidade advinda do serviço prestado;

V - apresentar condutor devidamente uniformizado, com colete refletivo, durante a prestação do serviço;

VI - atender as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outras que lhe sejam correlatas, entregando cópias ao município quando solicitadas;

VII - apresentar o veículo para vistoria técnica comprometendo-se a sanar as irregularidades no prazo que lhe for estipulado;

VIII - zelar pela manutenção da continuidade do serviço de guincho;

IX - responder pelos seus atos, sujeitando-se as normas e penalidades do Código de Trânsito Brasileiro;

X - submeter-se à fiscalização das autoridades e agentes de trânsito competentes;

XI - substituir imediatamente o veículo guincho quando este apresentar problemas mecânicos ou estiver em reparos.

§1º Em caso de veículos envolvidos em delito, que não cometido pelo proprietário, não haverá cobrança de tarifa, desde que, retirados em até dois dias úteis a contar da liberação pela autoridade competente.

§2º A restituição dos veículos apreendidos só ocorrerá mediante prévio pagamento dos valores gastos com as despesas de remoção e estadia, além de outros encargos previstos na legislação específica.

Art. 9º Os veículos/guincho deverão atender as seguintes condições:

I - estar em excelente condição de uso, nas partes mecânicas, lataria e com um sistema de guincho eficiente;

II - estar o veículo adequado às exigências legais;

III - estar equipado de modo a efetuar a remoção de qualquer veículo;

IV - estar provido de todos os equipamentos obrigatórios de segurança, estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro, bem como de sinalizador móvel e fixo que possibilite a prestação de serviço com plena segurança, principalmente no período noturno;

V - possuir apólice de seguro contra terceiros, por danos físicos e materiais.

Art. 10. O procedimento de liberação de veículos será realizado no próprio local do depósito no período de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 08h00min (oito) às 18h00min (dezoito) horas, facultado a empresa credenciada atendimento fora deste horário, a seu critério, em benefício do público, exceto nas temporadas de verão,

quando o atendimento deverá ocorrer todos os dias.

§1º A liberação do veículo nos casos exclusivos de infração de trânsito somente poderá ocorrer mediante o atendimento dos seguintes requisitos:

I - apresentação do original do Termo de Liberação de Veículo emitido pela Polícia Militar e pela fiscalização de trânsito municipal, se houver;

II - apresentação do original do comprovante de pagamento (autenticado) de todas as taxas, impostos e multas devidas pelo proprietário do veículo; e,

III - apresentação do original do comprovante de recolhimento das tarifas de guincho e estadia.

§2º A liberação do veículo nos casos exclusivos de infração penal somente poderá ocorrer mediante o atendimento dos seguintes requisitos:

I - apresentação de uma via do Termo de Liberação emitido pela Polícia Civil.

§3º No ato da entrega o veículo será devolvido ao proprietário ou a seu representante legal habilitado, mediante recibo.

§4º Nenhum veículo poderá ser liberado sem atender as exigências da legislação de trânsito.

§5º Em nenhuma hipótese o veículo poderá ser liberado sem a apresentação dos documentos listados no §1º e/ou 2º deste artigo, a depender do motivo que acarretou a apreensão, remoção ou recolhimento.

Art. 11. Os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título e não reclamados por seus proprietários serão levados à hasta pública pela Credenciada, por intermédio de leiloeiro público oficial, com registro no Órgão Estadual competente, mediante fiscalização da Diretoria de Trânsito da Secretaria de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Itapoá, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, sendo contados obrigatoriamente 60 (sessenta) dias a partir da apresentação do ofício da empresa credenciada constando a relação dos veículos não reclamados ao ente fiscalizador municipal, e mais 30 (trinta) dias após esse período, e o montante arrecadado servirá para quitação, pela seguinte ordem:

I - custas do leiloeiro;

II - custas administrativas do processo de hasta pública com editais, publicações, correspondências e outros;

III - despesas decorrentes dos serviços de retenção, remoção, apreensão, guarda, estadia e depósito;

IV - quitação da dívida relativa a multas, tributos e encargos legais; e,

V - o saldo restante, se houver, será depositado à conta do proprietário do veículo, na forma da lei.

§1º Na hipótese de a arrecadação em leilão não ser suficiente para saldar o crédito da empresa credenciada pelos serviços de remoção, depósito e guarda do veículo, fica garantido, às suas expensas, o direito de ação contra o proprietário ou possuidor devedor.

§2º A realização da hasta pública deverá ser autorizada e fiscalizada pela Diretoria de Trânsito da Secretaria Municipal Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Itapoá.

Art. 12. Em caso de veículo transportando carga perigosa ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, aplicar-se-á o disposto no §5º do artigo 270 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 13. O credenciamento será fiscalizado pela Diretoria de Trânsito da Secretaria Municipal Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Itapoá, sendo a mesma realizada, individual ou conjuntamente com a Polícia Militar e Polícia Civil.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando integralmente a Lei Municipal nº 657, de 06 de junho de 2016, e qualquer outra disposição em contrário.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

MANUAL TÉCNICO DE AUDITORIA INTERNA**MANUAL TÉCNICO****DE AUDITORIA INTERNA**

Auditoria e Controle Interno – ACI

Itapoá - 2017

APRESENTAÇÃO

A Auditoria e Controle interno tem como missão garantir serviço de auditoria e controle interno com excelência, mediante ações preventivas de orientação, fiscalização e avaliação de resultados, visando assegurar os princípios fundamentais da Administração Pública, e ainda, pautando-se sempre pela ética e transparência, com o objetivo de exercer o controle interno por meio de auditoria preventiva. Consequentemente, atua para garantir o cumprimento das normas quanto a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E dessa perspectiva, consolidar a transparência e o controle social sobre a gestão.

Este manual tem como finalidade instituir normas de procedimentos de Auditoria e Controle Interno, visando à padronização das tarefas, serviços e ações executadas pela equipe da ACI e também pelas Unidades Executoras no que tange a orientações e procedimentos para verificação de processos.

Por fim, este manual não esgota o assunto, muito pelo contrário, é o marco inicial para que seja aplicado no dia-a-dia, e enriquecido pelas críticas e sugestões de melhorias da equipe técnica. Pois no serviço público o aprimoramento das normas e processos devem ser constantes, de tal forma que os dinheiros públicos possam ser utilizados, para garantir serviços de qualidade para a população.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO**AUDITORIA E CONTROLE INTERNO**

MISSÃO Garantir serviços de auditoria e controle interno com excelência, mediante ações preventivas de orientação, de fiscalização e avaliação de resultados, visando assegurar os princípios fundamentais da Administração Pública. **SUMÁRIO**

1. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS 06
2. ABRANGÊNCIA DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO 08
3. NORMAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO 09
4. DEVERES NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA E C. INTERNO 11
5. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTINUADO 12
6. AUDITORIA E CONTROLE INTERNO - ROTINAS E PROCEDIMENTO 12
- 6.1 CONTROLE INTERNO 12
- 6.1.1 Finalidade dos Controles Internos 15
- 6.2 AUDITORIA INTERNA 16
- 6.2.1 Finalidade das Auditorias Internas 16
- 6.2.2 Objetos de Exame das Auditorias Internas 17
- 6.2.3 Tipos de Auditoria 18
- 6.2.4 Formas de Execução da Auditoria Interna 20
- 6.2.5 Procedimentos e Técnicas de Auditorias 20
- 6.2.6 Papéis de Trabalho 22
- 6.2.7 Pontos Relevantes 24
- a) Requisitos básicos 24
- b) Roteiro para desenvolvimento de pontos de relevância 24
- 6.2.8 Questões de Auditoria Interna 25
- a) Questões descritivas 26
- b) Questões normativas 26
- c) Questões avaliativas (ou de impacto, ou de causa e efeito) 26
- d) Formulação das questões de auditoria 26
7. PLANEJAMENTO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI 27
8. FASES DA AUDITORIA 28
- 8.1. Planejamento da Auditoria (Preparação Prévia) 29
- 8.2. Check List – Preparação Prévia (Planejamento Interno – ACI) 29
- 8.3. Auditoria “In Loco” Na Unidade 30
- 8.4. Relatório de Auditoria (Parcial ou Final) 30
- 8.5. Estrutura do Relatório: 32
- 8.6. Acompanhamento – Recomendações 32
9. ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS - VERIFICAÇÃO DE PROCESSOS 34
10. REGISTRO E CONTROLE DAS REVISÕES 93

Orientações e Procedimentos para Verificação de Processos

Plano Plurianual 34

Lei de Diretrizes Orçamentárias 35

Lei Orçamentária Anual 36

Empenho 37
Liquidação 38
Pagamento 39
Restos a Pagar 40
Disponibilidade Financeira – Bancos 42
Diárias 43
Passagens 45
Adiantamentos/Suprimentos de Fundos 46
Controle Almoxarifado/Inventário 48
Controle de Veículos 50
Bens Móveis 52
Bens Imóveis 54
Contratos 59
Licitação 61
Convite 64
Concorrência 66
Concurso 68
Tomada de Preço 69
Pregão Presencial 71
Pregão Eletrônico 73
Inexigibilidade e Dispensa de Licitação 74
Obras 76
Atos de Pessoal – Controle Geral e Funcionais 78
Atos de Pessoal – Ingresso no Serviço Público (Provimento) 82
Atos de Pessoal – Vacância 84
Responsabilidade Fiscal 86
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Itapoá – IPESI 88
Outros Controles Operacionais - IPESI 90

1 - ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

Determina a Constituição Federal, em seu artigo 31, que a fiscalização do município seja exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei.

Nesse sentido, também a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 75, destaca a importância da atividade do controle interno, particularmente em relação a execução orçamentária, que compreende a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes administrativos e o cumprimento do programa de trabalho.

Ao mesmo tempo, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina, no artigo 59, que o sistema de controle interno de cada Poder, o legislativo, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas de Gestão Fiscal. Já a Constituição do Estado de Santa Catarina define, no artigo 62 e 113, que os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município;
- IV. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Itapoá ficou categoricamente estabelecido no artigo 56 que a Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades de sua administração pública direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal.

Ainda, o artigo 4º

, 60 a 64 e 68 a 72 da Lei Complementar nº 202 de 15.12.00, dispõe sobre a obrigatoriedade de instituir e manter sistema de controle interno, bem como as penalidades para os jurisdicionados que se omitirem.

Para assegurar o cumprimento do ordenamento legal, foi criado o Sistema de Controle Interno do município de Itapoá, através da Lei Complementar nº 009, de 19 de agosto de 2005 a 0010/05 de 05.10.05, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 139/2005, de 12 de setembro de 2005.

Tem a Auditoria o objetivo de exercer o controle interno por meio de auditoria preventiva, com vistas a garantir o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, e avaliar os resultados previstos.

Consequentemente, atua para garantir o cumprimento das normas quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E dessa perspectiva, consolidar a transparência e o controle social sobre a gestão.

Da mesma forma, aponta e acompanha os procedimentos de tomada de contas especial para apurar a responsabilidade daqueles que, por ação ou omissão, causarem prejuízos à Fazenda Pública Municipal.

Possui, além disso, função consultiva, uma vez que elabora pareceres prévios e individualizados de conteúdo essencialmente técnico.

Dessa maneira, tem ainda, objetivos pedagógicos, pois orienta os órgãos da Administração Municipal com vistas a prevenir a ocorrência de erros e práticas ilegais, orientando sobre os procedimentos para melhorar as práticas de gestão.

Nesse sentido, recebe denúncias e representações referentes a possíveis irregularidades ou prática de atos ilegais.

O Controle Interno também atua no sentido de colaborar com os órgãos de Controle Externo.

2 - ABRANGÊNCIA DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

Estão sujeitos a auditoria e ao controle interno, em conformidade com as características de fiscalização e controle, mediante prestação ou tomada de contas, pessoas, nos diferentes níveis de responsabilidade, unidades da administração direta, entidades da administração indireta, programas e projetos de governo, contratos de gestão e recursos, exemplificados abaixo:

• Pessoas

Mediante Tomada de Contas

- os ordenadores de despesas das unidades da administração direta;
- aqueles que arrecadarem, gerirem ou guardarem dinheiros, valores e bens do Município, ou que por eles respondam;
- aqueles que, mantidos ou não pelos cofres públicos, por ação ou omissão derem causa a perda, subtração, extravio ou estrago de valores, bens e materiais do Município pelos quais sejam responsáveis.

Mediante Prestação de Contas

- os dirigentes das entidades da Administração direta;
- os responsáveis por entidades ou organizações, de direito público ou privado, que se utilizem de contribuições para fins sociais, recebam subvenções ou transferência à conta do Tesouro.

• Recursos

Todos os recursos originários da lei orçamentária anual, de créditos adicionais, de operações de crédito do Município, assim como as receitas próprias e as aplicações da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundos especiais.

• Entidades da Administração Direta e Indireta:

Controle Interno

Chefia de Gabinete do Prefeito

Procuradoria Jurídica

Secretaria da Fazenda

Secretaria de Administração

Secretaria de Educação

Secretaria de Assistência Social

Secretaria de Planejamento e Urbanismo

Secretaria de Turismo e Cultura

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Secretaria de Saúde

Secretaria de Meio Ambiente

Secretaria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Secretaria de Esporte e Lazer

Secretaria de Agricultura e Pesca

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Itapoá - IPESI

3 - NORMAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

As Normas de auditoria e controle interno abrangem instruções a serem observadas pela equipe da Auditoria e Controle Interno - ACI quando da realização de seus trabalhos. Foram estabelecidas com a finalidade de orientar as atividades a serem desenvolvidas, bem como proporcionar a aplicação sistemática e metodológica de suas ações.

As Normas de auditoria e controle interno têm como finalidade precípua:

- a) orientar os agentes públicos envolvidos em ações de inspeção e de auditoria para o exercício de suas funções e assunção de responsabilidades;
- b) padronizar e esclarecer a terminologia utilizada na Inspeção ou na Auditoria da Gestão Pública, nas suas várias áreas de atuação, modalidades e enfoques técnicos;
- c) permitir levar ao conhecimento da administração Pública o papel, as responsabilidades, a capacitação dos agentes públicos envolvidos em ações de inspeções e de auditorias, a forma de atuação, o âmbito dos trabalhos desenvolvidos, as atribuições, e, principalmente, as contribuições para a melhoria de desempenho da gestão pública;
- d) servir de instrumento para ampliar e melhorar o relacionamento técnico-profissional entre os agentes públicos envolvidos em ações de inspeção e de auditoria e destes com os auditores internos e externos, no que concerne ao conhecimento mútuo dos padrões de conduta e observância;
- e) servir de ponto de partida para as adaptações que, diante de circunstâncias legais, tiverem de ser efetuadas no exercício da auditoria interna, tendo em vista as diferentes modalidades jurídicas na administração direta, indireta e descentralizada do Poder Executivo;
- f) estabelecer uma base para a avaliação de desempenho dos agentes públicos envolvidos em ações de auditoria nas Unidades, no âmbito do Órgão do Controle Interno;
- g) servir de instrumento de ensino, aperfeiçoamento e treinamento dos agentes públicos envolvidos em ações de auditoria e controle

interno.

As Normas relativas aos agentes públicos envolvidos nas atividades de auditoria e controle interno abrangem:

- comportamento ético – deve ter sempre presente que, na condição de servidor de uma empresa pública municipal, se obriga a proteger os interesses da sociedade contribuinte e respeitar as normas de conduta que regem a Administração Pública Municipal, não podendo valer-se da função em benefício próprio ou de terceiros, ficando, ainda, obrigado a guardar confidencialidade das informações obtidas, não podendo revelar a terceiros, salvo com autorização específica da autoridade competente ou se houver obrigação legal ou profissional de assim proceder;
- cautela e zelo profissional – agir com prudência, habilidade e atenção, de modo a reduzir ao mínimo a margem de erro, acatando as normas de ética profissional, o bom senso em seus atos e recomendações, o cumprimento das normas e procedimentos contidos neste Manual e o adequado emprego dos procedimentos de aplicação geral ou específica; Manual de Auditoria Interna – MAI
- independência – manter uma atitude de independência com relação ao agente controlado, de modo a assegurar imparcialidade no seu trabalho, assim como nos demais aspectos relacionados à sua atividade profissional;
- soberania – possuir o domínio do julgamento profissional, pautando-se no programa de auditoria de acordo com o estabelecido na ordem de serviço, na seleção e aplicação de procedimentos técnicos e testes cabíveis e na elaboração dos relatórios de auditorias ou parecer técnico;
- imparcialidade – abster-se de intervir em casos onde haja conflitos de interesses ou desavenças pessoais, que possam influenciar a imparcialidade do seu trabalho, devendo comunicar o fato ao seu superior imediato;
- objetividade – apoiar-se em documentos e evidências concretas que permitam convicção sobre a realidade ou a veracidade dos fatos ou situações examinadas;
- conhecimento técnico e capacidade profissional – deve possuir, em função de sua atuação multidisciplinar, um conjunto de conhecimentos técnicos, experiências e capacidade para execução das tarefas a serem executadas, envolvendo o processo de gestão, a operacionalização dos diversos programas afetos à Prefeitura, aspectos econômicos, financeiros, contábeis e orçamentários, assim como outras disciplinas necessárias ao fiel cumprimento do objetivo do trabalho;
- atualização dos conhecimentos técnicos e procedimentos de auditoria – manter-se atualizado sobre os conhecimentos técnicos necessários ao desenvolvimento dos seus trabalhos, acompanhar a evolução dos procedimentos aplicáveis ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e aos Tribunais de Contas, assim como das práticas internacionais de auditoria;
- cortesia – ter habilidade no trato – verbal e escrito – com pessoas e instituições, respeitando superiores, subordinados, bem como aqueles com os quais se relaciona profissionalmente.

Deverá também zelar para o cumprimento dos princípios básicos de relações humanas e, por consequência, a manutenção de relações cordiais com os auditados;

4 - DEVERES NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

No exercício dos trabalhos de auditoria, a equipe ACI tem os seguintes deveres:

- comunicar ao superior hierárquico as ilegalidades e irregularidades que, por sua gravidade, devam ser objeto de medidas imediatas do Tribunal de Contas;
- apresentar peças e justificativas suficientes para revelar qualquer fato cuja omissão possa deformar o relatório ou dissimular qualquer prática de ato ilegal, ao preparar comentários, conclusões e recomendações decorrentes de suas análises;
- manter-se atualizado em relação às técnicas e métodos de auditoria, assuntos relacionados com o objeto de auditoria (leis, estatutos, rotinas, áreas de gestão, entre outros);

É vedado aos servidores, no exercício da auditoria:

- divulgar informações sobre o trabalho a seu cargo, bem como apresentar sugestões ou recomendações de caráter pessoal;
- participar de auditorias em órgãos e entidades em que membros da sua família, até o 3º grau, estejam ocupando posição diretiva, ou onde houver antecedente mente ocupado posto financeiro ou administrativo, sobretudo quando a situação superveniente for suscetível de atentar contra sua independência e objetividade.

5 - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTINUADO

A equipe da ACI deverá aperfeiçoar seus conhecimentos, capacidades e outras competências mediante desenvolvimento profissional continuado.

A formação continuada pode ser obtida pela frequência a conferências, seminários, cursos universitários, programas de formação interna e participação em projetos de pesquisas, estudos e atualizações sobre matérias foco da auditoria, entre outros.

A Auditoria e Controle Interno deve motivar a equipe quanto a importância da capacitação e patrocinar os cursos, treinamentos, seminários essenciais para a capacitação da equipe. Deverá ser destinadas horas anuais trabalhadas para a realização de treinamentos.

A equipe da ACI deverá possuir, coletivamente, os conhecimentos e dominar as técnicas e as matérias essenciais à prática da profissão na Prefeitura Municipal de Itapoá.

6 - AUDITORIA E CONTROLE INTERNO - ROTINAS E PROCEDIMENTO

6.1 - CONTROLE INTERNO

Devem ser entendidos como quaisquer ações, métodos ou procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal ou por uma de suas unidades organizacionais, compreendendo tanto a Alta Administração como os níveis gerenciais apropriados, relacionados com a eficiência operacional e obediências às diretrizes estratégicas, para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas sejam atingidos. A Alta Administração

e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar com razoável certeza essa realização.

Um controle interno é qualquer ação adotada pelo gestor no intuito de reforçar a possibilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados. O conceito de controles internos administrativos, ou sistema de controles internos, é o conjunto integrado de componentes de controle e atividades utilizados pela Prefeitura para alcançar os seus objetivos e metas.

Os controles internos podem ser:

- a) Preventivos (buscam evitar que fatos indesejáveis ocorram);
- b) Detectores (para detectar e corrigir fatos indesejáveis já ocorridos);
- c) Diretivos (para provocar ou encorajar a ocorrência de um fato desejável).

Em linhas gerais, são objetivos dos controles internos:

- a) Salvar os ativos de prejuízos decorrentes de fraudes ou de erros não intencionais;
- b) Antecipar-se, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, abusos e práticas antieconômicas e fraudes;
- c) Assegurar a validade e integridade dos dados financeiros e contábeis que serão utilizados pela gerência para a tomada de decisões;
- d) Incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às normas internas;
- e) Assegurar aderência às diretrizes estratégicas, planos, normas e procedimentos da Prefeitura Municipal;
- f) Propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo/operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos;
- g) Permitir a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade.

Os controles internos implementados na Prefeitura Municipal de Itapoá devem ter caráter prioritariamente preventivo, e se prestam como instrumentos auxiliares de gestão relativamente a todos os níveis hierárquico organizacionais.

Para Obter um adequado ambiente de controle na Prefeitura, os gestores e servidores deverão fomentar atitudes e ações que incluem:

- a) Valores éticos compartilhados;
- b) Filosofia e estilo de gestão;
- c) Estrutura organizacional;
- d) A delegação de responsabilidades;
- e) Política e prática da gestão de pessoas;
- f) Competência técnica dos profissionais; e
- g) Canais de comunicação capazes de dar à gestão informações adequadas, fidedignas e tempestivas.

A Auditoria e Controle Interno deverá, periodicamente, avaliar as práticas relativas à segurança da informação e recomendar, se apropriado, o incremento ou a implementação de novos controles e salvaguardas.

Na avaliação dos controles internos na Prefeitura Municipal de Itapoá, a ACI deverá levar em consideração:

- a) Relação custo/benefício: consiste na avaliação do custo de um controle em relação aos benefícios que ele possa proporcionar;
- b) Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários: a eficácia dos controles internos está diretamente relacionada com a competência, formação profissional e integridade do pessoal. É imprescindível haver uma política de pessoal que contemple:
 - Seleção e treinamento de forma criteriosa e sistematizada, buscando melhor rendimento e menores custos;
 - Rodízio de funções, com vistas a reduzir/eliminar possibilidades de fraudes;
 - Obrigatoriedade de funcionários gozarem férias regularmente, como forma, inclusive, de evitar a dissimulação de irregularidades;
- c) Delegação de poderes e definição de responsabilidades: a delegação de competência, conforme previsto em lei, será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com vistas a assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, e o ato de delegação deverá indicar, com precisão, a autoridade delegante, delegada e o objeto da delegação, devendo ser, na Prefeitura, observado o seguinte:
 - Existência de estatuto ou regimento e organograma adequados, em que a definição de autoridade e consequentes responsabilidades sejam claras e satisfaçam plenamente as necessidades da organização; e
 - Existência de manuais de procedimentos e rotinas, claramente determinados, que considerem as funções de todos os setores da Prefeitura;
- d) Segregação de funções: a estrutura das unidades organizacionais deve prever a separação entre as funções de autorização ou aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio;
- e) Instruções devidamente formalizadas: para atingir um grau de segurança adequado é indispensável que as ações, procedimentos e instruções sejam disciplinados e formalizados por meio de instrumentos eficazes e específicos emitidos por autoridade competente;
- f) Controle sobre as transações: é imprescindível estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, objetivando que sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade da unidade ou entidade e autorizados por quem de direito; e
- g) Aderência a diretrizes e normas legais: o controle interno deve assegurar observância às diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos, e que os atos e fatos de gestão sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade da unidade ou entidade.

6.1.1 - Finalidade dos Controles Internos

O objetivo geral dos controles internos é assegurar que não ocorram erros potenciais, através do controle de suas causas, destacando-se entre os objetivos específicos, a serem atingidos, os seguintes:

- a) observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos;
- b) assegurar, nas informações contábeis, financeiras, administrativas e operacionais, sua exatidão, confiabilidade, integridade e oportunidade;
- c) antecipar-se, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;
- d) propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo/operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos;
- e) salvaguardar os ativos financeiros e físicos quanto a sua boa e regular utilização e assegurar a legitimidade do passivo;
- f) permitir a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando a eficácia, eficiência e economicidade dos recursos;
- g) assegurar aderência às diretrizes, planos, normas e procedimentos do órgão/entidade.

6.2 - AUDITORIA INTERNA

Auditoria Interna têm por objetivo examinar a regularidade e avaliar a eficiência da gestão administrativa e dos resultados alcançados, bem como apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das unidades da administração direta e indireta, conforme deliberado nas normas relativas às competências respectivas.

6.2.1 - Finalidade das Auditorias Internas

A Auditoria e Controle Interno - ACI realizará auditorias com a finalidade de:

- I. Examinar a legalidade dos atos da Administração e os resultados quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de pessoal;
- II. Medir e avaliar a execução das diretrizes, objetivos e metas previstos no plano estratégico e a eficiência e eficácia dos procedimentos operacionais e de controle interno;
- III. Acompanhar a execução do orçamento e dos programas da Administração, visando comprovar o nível de execução, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento, bem como a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente.

As auditorias poderão ser:

- a) Regulares - referem-se aos trabalhos contidos no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, e destina-se a acompanhar e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de gestão e controle interno adotados pelas unidades responsáveis e executoras dos sistemas administrativos.
- b) Especiais – abrange a realização de trabalhos especiais de auditoria, não compreendidos no Plano Anual de Auditoria Interna. Destina-se ao exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum e, extraordinária, ou para atender solicitação dos ordenadores de despesa.

As inspeções terão como objetivo verificar:

- a) A legitimidade, legalidade e regularidade de atos e fatos administrativos ligados à execução contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional;
- b) Fatos relacionados a denúncias apresentadas à ACI;
- c) A organização e a eficiência dos sistemas de controle interno, observando e relatando as omissões e lacunas de informações encontradas;
- d) Elementos para subsidiar a emissão dos relatórios de auditoria e emissão do parecer conclusivo sobre as contas anuais;
- e) As solicitações dos ordenadores de despesas;
- f) O cumprimento de recomendações da ACI, e determinações do Prefeito Municipal.

6.2.2 - Objetos de Exame das Auditorias Internas:

Constituem objetos de exames das auditorias internas nas unidades da estrutura organizacional:

- a) os sistemas administrativos e operacionais de controle interno administrativo utilizados na gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal;
- b) a execução dos planos, programas, projetos e atividades que envolvam a aplicação de recursos;
- c) a aplicação de recursos transferidos pelo Município a entidades públicas ou privadas;
- d) os contratos firmados pelo Município com entidades públicas ou privadas para prestação de serviços, execução de obras e fornecimento de materiais;
- e) os processos de licitação sua dispensa ou inexigibilidade;
- f) os instrumentos e sistemas de guarda e conservação dos bens e do patrimônio sob responsabilidade das unidades administrativas;
- g) os atos administrativos que resultem em direitos e obrigações para a Prefeitura Municipal;
- h) a arrecadação e a restituição de receitas;
- i) os sistemas eletrônicos de processamentos de dados, suas informações de entradas e de saída, objetivando constatar:
 - a segurança física do ambiente e das instalações da área de processamento de dados;
 - a segurança lógica e a confiabilidade nos sistemas (software);
 - a eficácia dos serviços prestados pela área de informática;
 - a eficiência na utilização dos diversos computadores (hardware) existentes na entidade; e
 - verificação do cumprimento da legislação pertinente;
- j) os processos de Tomada de Contas Especial, sindicâncias, inquéritos administrativos e outros;
- l) os atos de gestão de pessoas.

6.2.3 - Tipos De Auditoria

A equipe da ACI adotará na execução de suas atividades laborais, entre outros, os tipos de Auditorias, conforme especificação abaixo:

Trabalho de Desenvolvimento e Pesquisa (TDP): preliminar que envolve o levantamento das instruções normativas que determinam as rotinas e procedimentos das Unidades a serem auditadas, seguido da experimentação prática "in loco", legislação aplicada, entre outros documentos específicos;

Trabalho Regular de Auditoria (TRA) ou Auditoria Operacional: exames feitos pelo critério de prioridades (PAAI), para cumprimento de obrigações institucionais e legais das Secretarias, Órgãos e Setores. Referem-se aos trabalhos destinados a medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados pelos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno. Também se incluem neste segmento de atuação as auditorias específicas destinadas a aferir o cumprimento de contratos de valor mais significativo, firmados pelo Município na qualidade de contratante, e, quando aplicável, sobre os permissionários e concessionários de serviços públicos. Possuem caráter preventivo e devem ser planejados e estruturados em função dos diversos sistemas administrativos;

Trabalho de Auditoria Contábil (TAC): é a técnica utilizada no exame dos registros e documentos e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio, com o objetivo de obter elementos comprobatórios suficientes que permitam opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

Trabalho de Auditoria em Tecnologia da Informação (TATI): objetiva assegurar a adequação, privacidade dos dados e informações oriundas dos sistemas eletrônicos de processamento de dados, observando as diretrizes estabelecidas e a legislação específica.

Trabalho de Auditoria Especial (TAE): serviços prestados através de exames necessários para atender às solicitações específicas, voltadas a aferir a regularidade na aplicação de recursos, quando solicitado ou por denúncia, devido a ocorrências imprevistas ou anormais, de interesse público;

Trabalho de Acompanhamento Subsequente (TAS): atividades realizadas com o objetivo de verificar o cumprimento de recomendações resultantes de auditorias anteriores.

Trabalho de Auditoria de Avaliação da Gestão (TAV): Tem como finalidade verificar a compatibilidade das atividades da administração com as políticas formalmente instituídas, acompanhando indicadores de resultados. A auditoria de gestão compreende o exame das peças que instrui o processo de prestação de contas anual, exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos, verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativos e contábil, verificação do cumprimento da legislação pertinente, avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Trabalho de Auditoria de Acompanhamento da Gestão (TAG): Realizada ao longo dos processos de gestão com o objetivo de atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade administrativa, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo anomalias no desempenho da instituição.

Auditorias nas Contas Municipais (ACM): trata-se dos serviços de auditoria realizados sobre os demonstrativos contábeis e orçamentários do Município, inclusive para que se dê cumprimento às exigências constantes da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e sua regulamentação.

6.2.4 - Formas de Execução Da Auditoria Interna

As Auditorias Internas podem ser realizadas de forma Direta, Indireta, Compartilhada ou Integrada:

- **Direta:** quando realizada com a utilização de pessoal do órgão de controle da Prefeitura Municipal – ACI;
- **Indireta ou terceirizada:** quando realizada por empresas privadas de auditoria ou controle, contratadas em caráter excepcional para, sob a supervisão da ACI, efetuarem trabalhos em entidades, projetos ou áreas específicas;
- **Compartilhada:** quando realizadas pela equipe ACI, para, em conjunto com a equipe do controle externo – TCE/SC, desenvolverem trabalhos específicos de inspeção ou auditoria em uma das Unidades da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal;
- **Integrada:** quando realizada sob a coordenação do órgão de controle interno - ACI com a participação de servidores do controle interno das unidades da estrutura Municipal.

6.2.5 - Procedimentos e Técnicas de Auditorias

Procedimento de auditoria é o conjunto de verificações e averiguações previstas num programa de auditoria que permite obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações necessárias à formulação e fundamentação da opinião por parte da ACI.

O fundamental é descrever o que se deve fazer, ou seja, como deve ser o exame. Esse abrange testes de observância e testes substantivos:

a) **testes de observância:** visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.

b) **testes substantivos:** visam à obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pelos sistemas contábil e administrativos da entidade, dividindo-se em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

Técnica de Auditoria é o conjunto de processos e ferramentas operacionais utilizadas pelo controle para a obtenção de evidências, as quais devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis para conclusão dos trabalhos.

É necessário observar a finalidade específica de cada técnica de auditoria, com vistas a evitar a aplicação de técnicas inadequadas, a execução de exames desnecessários e o desperdício de recursos humanos e tempo. As inúmeras classificações e formas de apresentação das

Técnicas de Auditoria são agrupadas nos seguintes tipos básicos:

- a) Indagação Escrita ou Oral - uso de entrevistas e questionários junto ao pessoal da unidade/entidade auditada, para a obtenção de dados e informações.
- b) Análise Documental - exame de processos, atos formalizados e documentos avulsos.
- c) Conferência de Cálculos - revisão das memórias de cálculos ou a confirmação de valores por meio do cotejamento de elementos numéricos correlacionados, de modo a constatar a adequação dos cálculos apresentados.
- d) Confirmação Externa – verificação junto a fontes externas ao auditado, da fidedignidade das informações obtidas internamente. Uma das técnicas, consiste na circularização das informações com a finalidade de obter confirmações em fonte diversa da origem dos dados.
- e) Exame dos Registros – verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados. A técnica pressupõe a verificação desses registros em todas as suas formas.
- f) Correlação das Informações Obtidas - cotejamento de informações obtidas de fontes independentes, autônomas e distintas, no interior da própria organização. Essa técnica procura a consistência mútua entre diferentes amostras de evidência.
- g) Inspeção Física - exame usado para testar a efetividade dos controles, particularmente daqueles relativos à segurança de quantidades físicas ou qualidade de bens tangíveis. A evidência é coletada sobre itens tangíveis.
- h) Observação das Atividades e Condições – verificação das atividades que exigem a aplicação de testes flagrantes, com a finalidade de revelar erros, problemas ou deficiências que de outra forma seriam de difícil constatação. Os elementos da observação são: a) a identificação da atividade específica a ser observada; b) observação da sua execução; c) comparação do comportamento observado com os padrões; e d) avaliação e conclusão.
- i) Corte das Operações ou "Cut-Off" - corte interruptivo das operações ou transações para apurar, de forma seccionada, a dinâmica de um procedimento. Representa a "fotografia" do momento-chave de um processo.
- j) Rastreamento - investigação minuciosa, com exame de documentos, setores, unidades, e procedimentos interligados, visando dar segurança à opinião do responsável pela execução do trabalho sobre o fato observado.

6.2.6 - Papéis de Trabalho: Conceitos/Características

Papéis de trabalho são registros que evidenciam as características dos atos e fatos relevantes apurados pela equipe durante a realização dos trabalhos.

Constituem-se, portanto, no suporte de todo o trabalho desenvolvido pela equipe, contendo o registro dos procedimentos adotados, das informações utilizadas, dos testes executados, das verificações e conclusões a que chegou.

Várias são as finalidades dos papéis de trabalho, contudo podemos destacar como principais:

- Racionalizar a execução da atividade/tarefa;
- Garantir o alcance dos objetivos;
- Fundamentar o relatório com provas necessárias e suficientes;
- Facilitar a sua revisão;
- Servir de instrumento para certificação de que os critérios adotados para a escolha da amostra foram os mais adequados;
- Fornecer orientação para exames posteriores da equipe e superiores;
- Constituir um registro que possibilite consultas posteriores, a fim de se obter detalhes relacionados com a atividade de controle realizada;

Exemplo de alguns tipos de papéis de trabalho:

- Os preparados pela Auditoria Interna;
- Os preparados pela Unidade auditada;
- Documentos fotocopiados;

É importante não confundir papéis de trabalho com simples cópias de documentos. Essas, para se constituírem em papéis de trabalho, deverão ensejar observações, vistos, anotações e até demonstrações sobre as mesmas. Não basta copiar um documento, é necessário que sejam nele indicadas as informações relevantes, de modo a propiciar sua fácil localização.

Não existem padrões rígidos quanto à forma dos papéis de trabalho, pois, servindo para anotações ou memória da execução, devem ser elaborados a critério da ACI.

Para que um papel de trabalho possa realmente cumprir as suas finalidades, é necessário que seja redigido de forma clara e compreensível e os comentários deverão ser sucintos.

Os papéis de trabalho que evidenciem irregularidades devem integrar o relatório, sob forma de Anexo, pois servirão de suporte para as conclusões a serem apresentadas. Os demais ficarão arquivados na ACI com a indicação do número da OS e o número do Relatório de Auditoria, para eventuais consultas.

6.2.7 - Pontos Relevantes

Os pontos relevantes são fatos significativos a serem relatados pela equipe. Devem ser apresentados de forma objetiva e suficientemente fundamentados para sustentar as conclusões.

Os pontos relevantes abrangem fatos e outras informações pertinentes, incluindo casos e situações reais, não contemplando as conclusões da equipe, nem as recomendações resultantes.

O desenvolvimento dos pontos é o processo mais importante de uma inspeção, visto que neles fundamentam-se as conclusões e recomendações que serão, posteriormente, objeto de auditoria específica.

a) Requisitos básicos

O ponto relevante para ser considerado como tal, deve atender aos seguintes requisitos básicos:

- Ser importante o suficiente para que mereça ser relatado;
- Estar baseado em fatos e provas precisas que figurem nos papéis de trabalho,
- Ser objetivo;
- Ser suficiente para respaldar as conclusões restantes; e
- Mostrar-se convincente àqueles que não participaram da inspeção.

b) Roteiro para desenvolvimento de pontos de relevância

Diante de uma irregularidade ou deficiência aparentemente importante, a equipe deve desenvolver de forma rápida e apropriada todos os aspectos pertinentes ao problema. O processo de desenvolvimento de um ponto implica, normalmente, em:

- Identificação da situação encontrada;
- Identificação das linhas de competência e responsabilidade;
- Identificação das causas;
- Delimitação da extensão da ocorrência;
- Identificação dos efeitos;
- Identificação e exame das normas que regem a matéria;
- Esclarecimentos prestados pelos responsáveis;
- Formação de opinião;
- Proposição de medidas corretivas;
- Alterações na direção dos trabalhos de auditoria.

6.2.8 - Questões de Auditoria Interna

As questões de auditoria são os elementos centrais na determinação do direcionamento dos trabalhos de auditoria, das metodologias e técnicas a serem adotadas e dos resultados que se pretende atingir. A adequada formulação das questões é fundamental para o sucesso da inspeção ou auditoria de desempenho operacional ou da avaliação de programa quanto aos tipos de dados que serão coletados, a forma de coleta que será empregada, as análises que serão efetuadas e as conclusões que serão obtidas.

No caso das inspeções observar-se-á a agilização do processo em conformidade com as determinações legais, manifestações pontuais e objetivas, fundamentadas na legislação, construindo, dessa maneira, o procedimento de acompanhamento, controle e fiscalização processual.

No caso das auditorias, a elaboração dessas devem-se levar em conta os seguintes aspectos:

- clareza e especificidade;
- uso de termos que possam ser definidos e mensurados;
- viabilidade investigativa (possibilidade de ser respondida);
- articulação e coerência (o conjunto das questões elaboradas deve ser capaz de esclarecer o problema de auditoria previamente identificado).

As questões de auditoria a serem formuladas são classificadas em três tipos: descritivas, normativas e avaliativas (ou de impacto, ou de causa e efeito).

a) Questões descritivas

São questões do tipo: "Quem?" "Quando?" "O quê?". São formuladas de maneira a fornecer informações relevantes sobre o objeto da auditoria, em grande parte, devem ser respondidas durante a fase de levantamento. Exemplo de questão descritiva: "Como funciona o programa?".

b) Questões normativas

São aquelas que tratam de comparações entre o desempenho atual e aquele estabelecido em norma, padrão ou meta, tanto de caráter qualitativo quanto quantitativo. Abordam o que deveria ser e usualmente são perguntas do tipo: "O programa tem alcançado as metas previstas?"

A abordagem metodológica empregada nesses casos é a comparação com critérios previamente identificados e as técnicas de mensuração de desempenho.

c) Questões avaliativas (ou de impacto, ou de causa e efeito)

Referem-se à efetividade de um programa e vão além das questões descritivas e normativas – “As metas foram atingidas?” Quantas pessoas foram atendidas pelo programa?” – para enfatizar o que teria ocorrido caso o programa ou a atividade não tivesse sido executada.

d) Formulação das questões de auditoria

A formulação das questões de auditoria é um processo interativo, o qual depende, fundamentalmente, das informações obtidas na fase de levantamento e daquilo que se quer saber, como segue:

1º passo – descreva o problema

O trabalho da equipe de auditoria consistirá em definir o escopo e expressar, de forma clara e objetiva, o problema que norteará todo o esforço de concepção e execução da auditoria.

2º Passo – explore as questões

O problema deve ser subdividido em partes que não se sobreponham.

Cada parte, por sua vez, poderá ser subdividida em subquestões.

3º Passo – estabeleça hipóteses

A equipe deve fazer um Brainstorm (tempestade de ideias) para identificar possíveis hipóteses de solução dos problemas identificados. A seguir deve-se estabelecer uma hierarquia de hipóteses/questões e subquestões relacionadas a cada um deles.

4º Passo – teste suas hipóteses

Identifique as hipóteses/questões de difícil resposta e considere como as dificuldades podem ser contornadas. Confronte as questões com os recursos disponíveis para a realização da auditoria, definidos em termos de custo, prazos de execução e pessoal alocado.

5º Passo – defina as questões viáveis de serem trabalhadas

Os critérios para a escolha ou exclusão de determinada questão são a relevância das conclusões que poderão ser alcançadas e a factibilidade da estratégia metodológica requerida para respondê-la de forma satisfatória.

Priorize as questões e decida quais devem ser estudadas. Lembre-se que as questões devem ser sucintas e sem ambiguidades.

6º Passo – avalie o impacto financeiro da questão

Sempre que possível deve-se demonstrar o impacto financeiro e o método a ser empregado para garantir economia de recursos.

7º Passo – elabore uma proposta de trabalho detalhada

Uma vez definidas as questões de auditoria formuladas, relativas à equipe ao cronograma e aos custos das atividades a serem desenvolvidas, essas serão o ponto de partida de uma auditoria de desempenho operacional ou de uma avaliação de programa e orientarão todo o trabalho de investigação.

7 - PLANEJAMENTO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI

O planejamento anual deve ser traduzido no documento denominado Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, o qual será de uso reservado da ACI, que detém total autonomia em sua elaboração.

O Planejamento Anual de Auditoria Interna será elaborado, pela Equipe da ACI – Auditoria e Controle Interno, até 15º dia do mês de dezembro de cada ano, na forma de cronograma de trabalho, identificando quais os trabalhos a serem desenvolvidos para aplicação no ano subsequente, observando:

- Denominação das secretarias, órgãos, divisões e áreas a serem auditadas;
- Período estimado de execução dos trabalhos;
- Definição da equipe de trabalho;
- O tipo e métodos de auditoria a serem aplicados nos trabalhos.

Serão atribuídos critério e prioridade na elaboração da programação de auditorias às secretarias, órgãos, divisões e áreas que:

- Apresentaram índice elevado de irregularidades, graves e gravíssimas, apontadas nos relatórios anuais do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- Não foram auditados no exercício anterior pela Auditoria Interna;
- Constem denúncias recebidas, no qual será verificada a necessidade da realização de auditoria específica para apuração dos fatos pelo Auditor chefe.

A ACI poderá realizar avaliação e revisão da programação trimestralmente ou em qualquer época sempre que houver necessidade de alteração ou ajustes convenientes.

O PAAI deve contemplar uma reserva de horas/servidor, compatível com a provável demanda, destinada à realização das auditorias relacionadas aos demais segmentos (específicas – especiais – nas contas municipais), não contempladas nos trabalhos de auditorias regulares, além de outros trabalhos eventuais que possam se tornar necessários ao longo do exercício.

8 - FASES DA AUDITORIA

A auditoria deverá compreender as seguintes fases:

- 1- Planejamento da Auditoria (Preparação Prévia);
- 2- Auditoria “in loco” na Unidade;
- 3- Relatório de Auditoria (Parcial ou Final);

4 – Acompanhamento – Recomendação.

8.1 - Planejamento da Auditoria (Preparação Prévia)

Nesta fase de preparação prévia, a equipe de auditoria interna deve buscar elementos que permitam o pleno conhecimento da organização que se vai inspecionar.

As fontes internas básicas referem-se às informações disponíveis no âmbito da Prefeitura de Itapoá, entre eles:

- Sistemas informatizados;
- Relatório de Auditoria realizado anteriormente, se necessário reunião com a equipe que tenha participado dos trabalhos;
- Cadastro que contenha, dentre outras informações, organograma, publicações relativas a contratos, licitações etc.;
- Legislação básica e específica vigente; (Leis, Instruções Normativas, vinculação, finalidade, estrutura organizacional, origem dos recursos financeiros, diretrizes governamentais, recursos humanos e outros aspectos pertinentes);

Dentre os sistemas informatizados disponíveis para obtenção de dados, destacam-se:

- Sistema Institucional do Município de Orçamento e Contabilidade;
- Sistema Patrimonial;
- Sistema de Planejamento e orçamento;
- Sistema de Folha de Pagamento;

OBS: Poderão ser utilizados outros sistemas informatizados, conforme a necessidade e o objeto da auditoria.

8.2 - Check List – Preparação Prévia (Planejamento Interno – ACI)

Na preparação prévia da auditoria a equipe da ACI deverá observar os itens relacionados abaixo:

- 1) Verificar o PAAI, tipo de auditoria, ações, metas, cronograma, entre outras definições;
- 2) Verificar relatório da auditoria anterior;
- 3) Estudo Prévio sobre a Unidade a ser auditada (legislação básica e específica, estrutura, organograma, lotacionograma, sistemas informatizados, entre outros);
- 4) Preparação da Ordem de Serviço de apresentação da equipe, assinada pelo Auditor-chefe;
- 5) Preparar solicitação a Unidade a ser auditada dos documentos ou processos a serem analisados (quando o tipo de auditoria e a ação possibilitem identificação desta etapa antes do início dos trabalhos “in loco”);
- 6) Preenchimento do Formulário de Requisição/Devolução de Processos (se aplicável na auditoria);
- 7) Organização de todos os papéis de trabalho/formulários e “check list” que serão utilizados na condução da auditoria.

8.3 - Auditoria “In Loco” Na Unidade

Nas auditorias “in loco” deverá ser observados os seguintes pontos:

- 1) A Equipe da Auditoria deverá apresentar a “OS – Ordem de Serviço” com antecedência de 01 (um) dia para a Unidade a ser auditada e apresentar a relação de documentos/processos a serem analisados no início dos trabalhos;
- 2) Ao final de cada dia, a equipe da ACI, deverá devolver os documentos/processos já analisados e solicitar os que serão verificados no dia seguinte;
- 3) A equipe poderá, conforme o caso, protocolar a solicitação dos documentos/processos, bem como a devolução dos mesmos;
- 4) Caso haja necessidade poderá ser solicitada cópia de documentos/processos à Unidade auditada para análise posterior ou para compor os papéis de trabalho;
- 5) A equipe de auditoria deverá observar os itens descritos neste manual sobre postura do auditor: comportamento ético, cautela e zelo profissional, independência, soberania, imparcialidade, objetividade, conhecimento técnico e capacidade profissional, atualização dos conhecimentos técnicos e procedimentos de auditoria, cortesia – ter habilidade no trato.

8.4 - Relatório de Auditoria (Parcial ou Final)

O produto do trabalho de auditoria interna deve ser traduzido em relatório contendo recomendações para o aprimoramento dos controles e, quando for o caso, orientações à Administração quanto às medidas a serem adotadas, nos casos de constatação de inobservância às normas e à legislação vigente, ou ainda, diante da constatação de irregularidades que se constituam ou não em prejuízo ao erário.

As constatações que irão compor o relatório de auditoria deverão estar especificadas em papéis de trabalho e respaldadas em evidências sobre a ocorrência ou situação apontada, seja de forma documental ou, conforme o caso, mediante comentário detalhado do auditor sobre a situação constatada.

Na conclusão da auditoria interna o trabalho será consolidado em “Relatório de Auditoria”, que poderá ser:

I. preliminar/parcial, emitido antes da conclusão dos trabalhos de auditoria, contendo informações sobre atos e fatos levantados na realização dos trabalhos.

II. Final, é a conclusão da auditoria, apresentando detalhadamente, o resultado dos trabalhos realizados com a indicação das irregularidades, falhas, omissões, e sugestões, pode ser emitido após análise das justificativas/esclarecimentos apresentados pelo líder das Unidades auditadas.

O relatório final deverá ser entregue, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o prazo estabelecido na OS, podendo ser prorrogado se necessário, pela equipe executora da ACI devidamente assinado ao Auditor-chefe, que assinará dando o "de acordo".

Os relatórios de auditoria têm caráter reservado e assim devem ser identificados, cabendo ao Auditor-chefe o seu encaminhamento para as ações cabíveis ao Gestor da Secretaria ou Órgão da Unidade auditada, imputando prazo para a tomada de providências atinentes às recomendações emanadas do processo de auditoria.

As providências adotadas deverão ser informadas através de documento oficial para a ACI, que a qualquer momento poderá realizar acompanhamento/inspeção dando ciência dos resultados apurados ao Prefeito Municipal, se necessário.

Os relatórios de auditoria e as devidas justificativas das Unidades auditadas serão arquivados na ACI e ficarão liberados para consulta por parte dos técnicos do Tribunal de Contas do Estado.

8.5 - Estrutura do Relatório:

Os relatórios de auditoria deverão ser redigidos de forma impessoal, clara e objetiva, de forma a permitir a exata compreensão da situação constatada, mencionando, quando possível, as prováveis consequências ou riscos a que se sujeita a Prefeitura ou Unidade auditada, no caso de não serem adotadas as providências recomendadas.

Deverão possuir, para cada "ponto de auditoria", o seguinte conteúdo mínimo:

- Um título que passe uma ideia do assunto, problema ou constatação;
- Uma síntese do exame efetuado, dando uma ideia da extensão das situações encontradas, ou as constatações de irregularidades, com a citação de exemplos;
- E as recomendações correspondentes.

Durante a elaboração do relatório de auditoria a equipe ACI poderá possibilitar discussão da minuta do relatório:

- a) Às Unidades a apresentação de esclarecimentos e/ou comprovações que possam ensejar a revisão dos apontamentos;
- b) A viabilidade da implementação das recomendações a serem inseridas no relatório.

A discussão do relatório poderá ser dispensada nos casos das auditorias especiais como também nos casos de auditorias regulares, que indiquem indícios de irregularidades, as quais ensejarão a adoção de providências por parte da Administração.

8.6 - Acompanhamento – Recomendações

A fase de Acompanhamento tem o propósito de verificar a implementação das recomendações pelo auditado, podendo ser realizada no contexto de uma nova auditoria ou mediante inspeção.

Após o Relatório, os auditores devem acompanhar a aceitação e implementação de suas recomendações pelo auditado, de modo a garantir a eficácia do seu trabalho.

O Acompanhamento pode ser realizado mediante designação específica ou no transcurso do Trabalho de auditoria subsequente.

O impacto da auditoria será medido nesta fase, quando é verificado o grau da efetiva adoção das providências pelo auditado e os benefícios decorrentes das recomendações.

Na medida do possível, deve ser indicada a quantificação financeira desses efeitos, medida pela redução de despesa ou aumento de receita, de modo a prover sua periódica consolidação e divulgação pela ACI.

Os impactos também podem ser qualitativos ou mesmo quantitativos sem expressão financeira (redução de tempo de espera, por exemplo).

No Acompanhamento devem ser adotados os seguintes procedimentos:

- Revisão sistemática das ações administrativas, confrontando com as recomendações dos auditores;
- Verificação dos efeitos das ações na correção das deficiências;
- Análise quanto à dificuldade ou facilidade de implementação das recomendações;
- Determinação da necessidade de qualquer trabalho adicional, como acompanhamento posterior ou auditoria subsequente;
- Revisão dos aspectos que deixaram de ser relevantes;
- Inclusão dos resultados do Acompanhamento nos relatórios de auditoria;

Se o acompanhamento decorrer de uma designação específica, independente de um exame de auditoria completo, deve ser elaborado um Relatório de Acompanhamento que informará sobre a extensão e adequação das ações adotadas pelo auditado.

O Relatório de Acompanhamento deve ser elaborado a partir de informações fornecidas pela própria entidade ou por outros organismos oficiais, devendo ser abordados aspectos quanto à confiabilidade dos dados utilizados.

Em circunstâncias específicas, pode ser necessária a implementação de alguns procedimentos de auditoria para melhor instrução do

Acompanhamento.

O Acompanhamento completa o ciclo da auditoria, na medida em que fornece subsídios para o planejamento das próximas auditorias.

Conforme o caso, a ACI poderá solicitar que seja elaborado um plano de ação para implementação das recomendações. O Plano de Ação será elaborado pelo gestor da unidade auditada, ao final da fase de Relatório ou a partir das recomendações nele contidas, constituindo assim um importante instrumento para o Acompanhamento.

A partir deste Plano, pode a auditoria exercer o Acompanhamento das ações previstas, verificando sua efetiva implementação e coletando elementos para o planejamento de novas auditorias.

9 - ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA VERIFICAÇÃO DE PROCESSOS

A sequência a seguir apresentada refere-se a orientações e procedimentos para verificação de processos, não devendo ser considerada como norma exclusiva e definitiva, mas sim, como um roteiro básico. Na verificação do caso concreto, outros itens devem ser levados em conta, como a incessante atualização da legislação e as peculiaridades de cada órgão ou entidade auditada.

Estão distribuídas por assunto, envolvendo os pontos principais a serem examinados, padronizando os procedimentos a serem executados em atendimento aos princípios básicos de auditoria.

PLANO PLURIANUAL Conceito: Instrumento de médio prazo para planejar, estrategicamente, as ações do Governo, pelo período de quatro anos. Demonstra também as diretrizes, objetivos, indicadores, metas físicas e financeiras da administração pública

Base Legal: Constituição Federal em seus artigos 165, 166 e 167;

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 – O PPA foi elaborado e encaminhado à Câmara no prazo legal.
- 2 - A definição dos objetivos e metas baseou-se em diagnósticos das necessidades, dificuldades, potencialidades e vocação econômica do Município.
- 3 - Os programas e ações estão apresentados em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, metas fiscais e financeiras e fonte de financiamento.
- 4 - Realizou-se audiência pública para definição dos objetivos e metas constantes do PPA.
- 5 - A lista de presentes e a ata da audiência pública foram registradas em livro.
- 6 - O PPA apresenta orçamento da receita e esta é compatível com a capacidade de arrecadação.
- 7 - O processo legislativo se processou de forma regular.
- 8 - O PPA foi publicado no órgão oficial do Município e em meios eletrônicos.
- 9- O PPA foi encaminhado ao TCE no prazo legal.
- 10 - Há relatórios de avaliação do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no PPA e tomada de decisão para correção de eventuais desvios

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Conceito: Instrumento que estabelece as metas e prioridades da administração pública, constituindo elo entre o PPA e LOA.

Base Legal: Constituição Federal em seus artigos 165, 166 e 167; Lei Complementar nº. 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 - A LDO foi elaborada e encaminhada à Câmara no prazo legal.
- 2 - A definição das prioridades e metas está compatível com o PPA.
- 3 - Os programas e ações estão apresentados em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras e fonte de financiamento.
- 4 - Realizou-se audiência pública para definição das prioridades e metas constantes da LDO.
- 5 - A lista de presentes e a ata da audiência pública foram registradas em livro.
- 6 - A LDO priorizou recursos para obras em andamento e conservação do patrimônio.
- 7 - O relatório com identificação das obras em andamento e conservação do patrimônio, foi encaminhado tempestivamente à Câmara e ao TCE.
- 8 - A LDO apresenta orçamento da receita e esta é compatível com a capacidade de arrecadação.
- 9 - O texto da lei dispõe sobre as questões indicadas na LRF conforme descritas nas normas de controle interno.
- 10 - O processo legislativo se processou de forma regular.
- 11 - A LDO foi publicada no órgão oficial do Município e em meios eletrônicos.
- 12 - A LDO foi encaminhada ao TCE no prazo legal.
- 13 - Há relatórios de avaliação do cumprimento das prioridades e metas estabelecidas na LDO, e tomada de decisão para correção de eventuais desvios.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Conceito: Instrumento anual que programa as ações do governo a serem executadas para tornar possível a concretização das metas previstas no plano plurianual em observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Base Legal: Constituição Federal em seus artigos 165, 166 e 167; Lei Complementar nº. 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 - A LOA foi elaborada e encaminhada à Câmara no prazo legal.
- 2 - As prioridades e metas estão compatíveis com a LDO.
- 3 - As despesas estão classificadas de forma adequada e demonstradas em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras e fonte de financiamento.
- 4 - Realizou audiência pública para definição dos objetivos e metas constantes da LOA.
- 5 - A lista de presentes e a ata da audiência pública foram registradas em livro.
- 6 - A LOA apresenta orçamento da receita compatível com a capacidade de arrecadação.
- 7 - A LOA apresenta todos os anexos, adendos e demonstrativos exigidos pela norma legal.
- 8 - Os estudos sobre a previsão das receitas, inclusive receitas correntes líquidas, foram disponibilizadas ao Poder Legislativo no prazo legal.
- 9 - O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e foi elaborada em obediência ao princípio da exclusividade.
- 10 - A mensagem de encaminhamento da LOA foi elaborada conforme estabelecido na LDO.
- 11 - O processo legislativo se processou de forma regular.
- 12 - A LOA foi publicada no órgão oficial do Município e em meios eletrônicos.
- 13 - A LOA foi encaminhada ao TCE no prazo legal.
- 14 - A receita prevista foi desdobrada em metas bimestrais de arrecadação, aprovada por decreto, publicada e encaminhada ao TCE no prazo legal.
- 15 - Foram elaborados a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso no prazo legal, aprovadas por decreto, publicadas e encaminhadas ao TCE no prazo legal.
- 16 - As metas fiscais anuais foram desdobradas em metas quadrimestrais.
- 17 - Há relatórios de avaliação do cumprimento das metas estabelecidas na LOA e tomada de decisão para correção de eventuais desvios.
- 18 - A LOA contempla recursos para atendimento dos gastos mínimos com saúde e ensino.

EMPENHO Conceito: é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Município obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art.58, Lei nº 4.320/64).

Base Legal: Lei nº 4.320/64 – artigos 58, 59, 60 e 61.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. A autorização do empenho foi feita pela autoridade competente – Ordenador de Despesa.
2. A nota de empenho está assinada pelo ordenador de despesa e o responsável pela execução orçamentária.
3. A data do empenho é anterior a data do documento comprobatório da despesa (nota fiscal).
4. O empenho foi emitido de acordo com a Lei nº 4.320/64 (artigos 58,59,60 e 61), ou seja, conter nome do credor, de acordo com cadastro geral, especificação da despesa por categoria econômica, por função, subfunção, programa, projeto/atividade, saldo orçamentário anterior e atual e valor da despesa efetuada.
5. O empenho excedeu aos limites dos créditos concedidos.
6. Os empenhos globais, estimativos estão tendo seus saldos controlados.
7. Não houve desdobramento de despesa para evitar licitação.
8. As notas de anulação de empenho estão sendo emitidas pelo ordenador de despesa com justificativa de cancelamento.
9. O valor anulado está sendo lançado à conta da dotação específica.
10. Os empenhos estão sendo emitidos por Órgão ou Unidade.
11. Está sendo feita consulta do CNPJ junto à Receita Federal para verificar se o fornecedor encontra-se ativo.

LIQUIDAÇÃO Conceito: Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor com base nos documentos que comprovem a aquisição de tais direitos – art. 63, § 3º, Lei 4.320/64.

Base Legal: Lei nº 4.320/64 – artigos 62 e 63.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. A despesa foi previamente empenhada e, no caso de restos a pagar, estar devidamente processados.
2. Houve a comprovação (Atesto) da entrega efetiva do material, da prestação do serviço, ou realização da obra.
3. A Nota Fiscal contém:
 - data limite para emissão;
 - descrição clara do objeto;
 - data da emissão;
 - deve-se informar por extenso o órgão/cliente;
 - não pode conter rasuras;
 - CNPJ anotado de forma legível; e
 - ser preenchida por meio eletrônico ou a caneta.
4. O Atesto das Notas Fiscais possui identificação, assinatura do responsável pelo recebimento do material e/ou serviço.
5. No recebimento do material foi dado entrada no almoxarifado com as especificações constantes na nota fiscal.
6. Houve consignações e os devidos lançamentos analíticos em contas específicas.
7. O processo está devidamente identificado com o número do projeto atividade.

PAGAMENTO Conceito: Ordem de Pagamento: é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga (art. 64 da Lei nº 4.320/64).

Após a verificação do direito adquirido, a Secretaria da Fazenda emite a Nota de Lançamento (NL) e Programação de Desembolso (PD), e a Secretaria Fazenda emite a Ordem Bancária (OB) ao credor.

Base Legal: Lei nº 4.320/64 – artigo 64.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. Todas as etapas do processo de execução de despesa foram obedecidas.
2. Nas notas de autorização de pagamento (OB) constam todos os dados necessários à realização do pagamento, indicando o nome do credor, endereço, total das despesas, descontos, valor líquido a pagar, número de empenho, tipo, demonstração do saldo, local, data e nome do responsável.
3. Houve anulação e se está devidamente justificada no processo.
4. O pagamento foi autorizado pela autoridade competente – Ordenador de despesa.
5. Consta no processo toda documentação exigida (nota fiscal, fatura, recibo, guia, nota de pagamento, etc.), se foi emitida em nome do credor e preenche os requisitos legais.
6. Os valores da Ordem Bancária foram iguais aos lançamentos contábeis e o extrato bancário.
7. Foram feitas as devidas retenções das alíquotas previstas em lei.
8. As notas de ordem bancária (OB), ordem de pagamento e os borderôs de crédito estão devidamente assinados pelos responsáveis.
9. Todas as formas de pagamento estão devidamente assinadas pelos credores, com RG e CPF, ou autenticadas (carimbo banco).
10. Foi realizada consulta da situação fiscal do fornecedor junto aos órgãos públicos (federal, estadual e municipal).

RESTOS A PAGAR Conceito: São despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro. Classificam-se em processados e não processados. Os Restos a pagar processados referem-se a empenhos executados, liquidados e aptos ao pagamento. Por outro lado, restos a pagar não processados são os empenhos de contratos em execução, não existindo ainda o direito líquido e certo do credor.

Base Legal: Lei nº 4.230/64 – art. 36.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. As despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro foram relacionadas e inscritas em restos a pagar, em conformidade com as Leis 4.320/64, (art. 36) e 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 42);
2. Foram autorizadas pela autoridade competente;
3. Foram feitas distinção entre restos a pagar processados e restos a pagar não processados, por fornecedor, valor, natureza, despesa e órgão;
- 3.1. Houve no sistema financeiro o controle analítico anual;
4. Possuem revisões periódicas na conta restos a pagar, para efeito de prescrição e de outros cancelamentos;
5. Todos os cancelamentos de restos a pagar com prescrição interrompida, o pagamento reconhecido, o direito do credor, foram registrados na dotação consignada para atendimento das despesas de exercícios anteriores;
6. Os saldos financeiros dos restos a pagar representam com exatidão os valores dos efetivos compromissos a pagar;
7. A inscrição em restos a pagar foi feita nominalmente, com o compromisso efetivamente assumido no exercício financeiro;
8. As despesas inscritas na conta restos a pagar processados ocorreram quando do recebimento do material, da execução da obra ou da prestação de serviço correspondente;
9. O valor dos créditos anulados, relacionados como restos a pagar, foram convertidos como receita ou lançados contabilmente;
10. Observou a Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante a Restos a Pagar (Art. 42);
11. Observou a Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante ao referido artigo 20 que veda ao titular de poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito (LRF, art. 42);
12. O resto a pagar for inscrito como não processado, e se no exercício seguinte houve procedimento contábil (lançamento), e a "liquidação" somente após o atesto do recebimento ou prestação de serviço;
13. Os restos a pagar foram quitados mediante as seguintes condições:
 - I. Constituição de uma comissão para análise criteriosa quanto aos aspectos legais, físico-financeiros e da qualificação dos gastos nas despesas inscritas em restos a pagar;
 - II. A validação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, referente aos fornecimentos feitos ou serviços prestados, tendo por base:
 - a. O contrato, ajuste ou acordo respectivo;
 - b. A Nota de Empenho (NE);
 - c. Comprovação da efetiva entrega do material ou serviço;
 - d. Vistoria e aprovação da obra.
 - III. Após a aferição, revisão e vistoria no processo, deve-se constatar a regularidade da despesa "in loco".

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA - BANCOS Os recursos financeiros são provenientes da arrecadação de tributos, convênios, acordos e parcerias, ou seja, são todos recursos públicos. Portanto, é preciso acompanhar diariamente as entradas e saídas destes recursos financeiros, e para uma gestão eficiente é necessário um controle das contas de bancos por parte da Secretaria da Fazenda Contabilidade e Tesouraria, o qual deve evidenciar a sua realidade, confiabilidade da movimentação diária em tempo hábil.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. O saldo bancário do dia foi registrado de modo a coincidir com o razão.
2. A conciliação do saldo bancário foi realizada pelo menos uma vez por mês.
3. A movimentação dos recursos através dos bancos foi feita exclusivamente pela emissão de Boletim de Crédito (BC).
4. A movimentação de recursos de convênios estão em conformidade com o termo de contrato.
5. Os extratos bancários e Boletim da Tesouraria estão disponibilizados com regularidade.
6. Os recibos de depósitos bancários estão devidamente autenticados e Rubricados.
7. Houve razoabilidade de tempo entre a data dos depósitos e os respectivos créditos na conta movimento.
8. As transferências bancárias foram efetuadas sob controle contábil, através de contas específicas.
9. Os saldos das contas bancárias são remanescentes do exercício anterior.
10. Nenhum pagamento foi realizado sem a autorização do Ordenador de Despesa.

DIÁRIAS Conceito: Cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção do funcionário que se deslocar de sua sede a serviço. Considera-se como sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o funcionário tiver exercício em caráter permanente.

Base Legal: Lei Complementar nº 044/14, art.54, 52, inciso IV, Alínea "b" e Decreto Municipal nº 2414/15 de 23.03.15, Anexo I, IN CI nº 006/14 de 29.08.14

Capital Nacional	Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 1.200,00
	Demais Servidores	R\$ 800,00
Cidades com distância superior a 500 km da Sede do Município	Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 1.000,00
	Demais Servidores	R\$ 600,00
Cidades com distância superior a 200 km da Sede do Município	Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 700,00
	Demais Servidores	R\$ 250,00
Cidades com distância superior a 100 km da Sede do Município	Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 380,00
	Demais Servidores	R\$ 150,00
Cidades com distância Inferior a 100 km da Sede do Município	Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 200,00
	Demais Servidores	R\$ 80,00

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. O beneficiário das diárias é servidor em efetivo exercício.
2. O valor da diária concedida foi calculado conforme o cargo do servidor e conforme tabela estabelecida pelo Decreto 2414/15.
3. A concessão de diária teve como objeto exclusivamente a viagem de servidor a serviço.
4. Na solicitação de diária contém a autorização do Ordenador de Despesa, nome do servidor, número da matrícula, o destino, o período da viagem bem como a finalidade da viagem.
5. Na prestação de conta consta relatório de viagem com as seguintes informações:
 - Meio de transporte;
 - Placa do veículo ou comprovante de passagem;
 - Data da saída e data do retorno;
 - Quantidade e valor da diária;
 - Destino, objetivo;
 - Nota fiscal de alimentação e hospedagem;
 - Documentos que confirmam a participação no evento (fôlder, foto, diploma, etc.).
6. O Relatório de viagem foi entregue dentro do prazo legal, ou seja, 05 dias após o retorno.
7. No caso de concessão de diárias para viagens ao exterior foi precedida de autorização do Prefeito e no caso do prefeito autorização do Poder Legislativo.
8. O meio de transporte foi aéreo ou terrestre – anexar os bilhetes de passagem e o comprovante de embarque, conferindo assim o roteiro e o período da viagem.
9. A viagem foi realizada em veículo oficial – informar a placa do mesmo.
10. Foram devolvidos os valores das diárias, no prazo de 05 dias, cujas viagens não foram realizadas.
11. No caso de retorno antecipado houve devolução do valor correspondente aos dias antecipados, no prazo de 05 dias.
12. O processo de comprovação da despesa com diárias está formalizado com todos os documentos exigidos pela legislação federal, estadual e municipal em vigor.
13. Existe comunicação prévia ao Prefeito, em caso do beneficiado ser Secretário ou equivalente.
14. As diárias estão sendo percebidas antes da realização da viagem.

PASSAGENS As passagens devem ser solicitadas para deslocamentos fora do Município e terá como objeto exclusivamente a viagem de servidor a serviço ou interesse da Prefeitura.

Base Legal: Lei Complementar Municipal nº 044/14, art. 92 § 1º.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. Houve a solicitação do órgão, com a matrícula do servidor;

2. Na solicitação consta a denominação "Bilhete de Passagem Rodoviário ou Aéreo"

3. No processo consta:

- número de ordem, a série, a subsérie e o número da via.
 - a data da emissão, bem como a data e a hora do embarque;
 - o nome do titular, o endereço, o número de inscrição estadual e o CNPJ do estabelecimento emitente;
 - o percurso;
 - o valor do serviço prestado, bem como os acréscimos cobrados a qualquer título;
 - o valor total da prestação;
 - o local da emissão, ainda que por meio de código;
 - o nome, o endereço, o número da inscrição estadual e o CNPJ do impressor do documento, a data e a quantidade da impressão, o número de ordem do primeiro e o do último documento impresso, a série e subsérie e o número da autorização de impressão de documentos fiscais;
4. O bilhete de passagem foi emitido, no mínimo, em 2 (duas) vias, que terão a seguinte destinação:
- a) a 1ª via deve ficar em poder do emitente, para exibição ao fisco;
 - b) a 2ª via deve ser entregue ao passageiro, que deverá conservá-la durante a viagem e posterior prestação de contas no relatório de viagem.
5. No caso de cancelamento de bilhete de passagem antes do início da prestação do serviço, consta especificação "cancelado";
6. Caso concretize a viagem, apresentou e anexou o comprovante de passagem;

ADIANTAMENTO/SUPRIMENTO DE FUNDOS Conceito: É um adiantamento, colocado à disposição de um servidor, afim de dar condições à sua unidade de realizar despesas que, por sua natureza ou urgência não possam aguardar o processamento normal.

Base Legal: Lei nº 4.320/64 – e Lei Municipal nº 563/14, de 23 de dezembro de 2014.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. Os adiantamentos estão sendo concedidos a servidores para custear despesas miúdas de pronto pagamento.
2. O Processo está devidamente formalizado contendo:
 - a. Pedido de Realização da Despesa – PRD emitido em data anterior ou igual ao início da consecução da despesa;
 - b. Requisição de Adiantamento (RA) contendo:
 - a) Nome completo, cargo /função e matrícula do servidor responsável pelo adiantamento;
 - b) Classificação da despesa, o código e a discriminação do elemento;
 - c) Numeração e o exercício financeiro ao qual se refere a despesa, bem como o seu prazo de aplicação e dispositivo legal em que se baseia o adiantamento;
 - d) Assinatura do requisitante responsável pelo adiantamento e do Ordenador de Despesa.
- Nota de Empenho com elemento de despesa corretamente classificado, datada e assinada pelos responsáveis (art. 58 da Lei 4.320/64).
- Nota de Lançamento e Ordem Bancária.
- Documentos Fiscais originais cujas datas coincidam com período de aplicação.
- Recibos de prestação de serviços deverão conter o nome completo, a identidade, CPF, telefone e endereço do beneficiário.
- Folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor.
3. Os prazos estão sendo obedecidos - aplicação (30 dias) e comprovação (15 dias).
4. O valor do adiantamento obedece aos limites fixados pela Lei Municipal nº 563/14, devendo ser gasto após crédito em conta corrente.
5. Foi concedido adiantamento a servidor em alcance ou responsável por dois adiantamentos.
6. No caso de não prestação de contas, no prazo legal, ou aplicação irregular, se está sendo instaurada a Tomada de Contas Especial.
7. Constatada a aplicação irregular, o valor foi recolhido pelo servidor ou está sendo descontado em folha de pagamento.
8. Os saldos não utilizados foram devolvidos, conferidos e contabilizados.
9. Em caso de aplicação maior do que o valor concedido a título de adiantamento se existe declaração do servidor desistindo da diferença.
10. Os documentos fiscais foram emitidos em nome da organização não contém rasura e a descrição do material ou serviço prestado está clara.
11. As notas fiscais foram atestadas no verso, cabendo ao Secretaria e Financeiro atentar para a natureza de despesa do adiantamento;
12. Em caso de pagamentos contra recibos de pagamentos de autônomos – RPA, se contém os números de registro no INSS.
13. Os documentos de despesa constantes da Prestação de Contas estão atestados, com a devida identificação do servidor e se a data de emissão está dentro do período destinado à aplicação.
14. No caso de prestações de serviços houve retenções dos tributos (IRPF acima do valor mínimo da tabela para a Receita Federal e do ISSQN para as prefeituras Municipais) e das contribuições para o INSS.
15. Os adiantamentos foram aplicados dentro do exercício financeiro, exceto os casos especiais previstos na legislação.
16. No caso do adiantamento ultrapassar o valor do limite 5% estabelecido pela alínea "a", inciso II do art. 23 da Lei 8.666/93, se existe autorização do Prefeito.
17. Na Prestação de Contas está anexado o extrato bancário.
18. As prestações de contas, após serem aprovadas pelo Ordenador de Despesas, estão sendo encaminhadas à Auditoria e Controle Interno para análise e emissão de parecer.
19. Todos os adiantamentos concedidos deverão ser controlados por meio contábil.

CONTROLE ALMOXARIFADO / INVENTÁRIO Um dos instrumentos de controle do patrimônio é o controle do almoxarifado, utilizando também o inventário físico dos materiais e dos bens móveis, que deverá ser efetuado periodicamente (conforme determinado nas Instruções Normativas).

Entende-se como inventário o levantamento de todos os bens do órgão, numa determinada data, com o detalhamento dos materiais e dos bens e a indicação das quantidades e valores de cada item.

Os materiais de consumo e permanente deverão ficar sob a responsabilidade dos encarregados de serviços, chefes de seção ou setor, procedendo-se, periodicamente, à verificação pelos órgãos de controle.

Base Legal: Lei nº 4.320, Capítulo III e INCI nº 003/12.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. Está sendo registrada toda movimentação de entrada e saída de material de consumo e permanente, evidenciando os saldos.
2. O estoque mínimo e máximo estão sendo adotado.
3. O inventário físico dos estoques e seus valores conferem com os constantes do Balanço em 31 de dezembro (Lei nº 4.320, Capítulo III).
4. A aquisição de bens estão em acordo com as necessidades da Secretaria.
5. O documento de entrega do material possui data posterior a do empenho.
6. A quantidade e o preço estão sendo conferidos.
7. A entrada está sendo lançada no controle de estoque de acordo com o documento fiscal e o empenho.
8. Ocorre perda de controle de estoque.
9. O acompanhamento do nível de controle dos estoques permite novos pedidos em momento oportuno.
10. A movimentação de entrada e saída de material está sendo registrada para que evidencie os saldos.
11. Os saldos de controle de estoque e o material existente é o mesmo.
12. Todas as entradas e saídas do estoque estão sendo lançadas diariamente no sistema de controle de estoque.
13. Estão sendo feitos mensalmente mapas de resumo de entrada e saída de material para registro e conferência na Contabilidade.
14. Todos os materiais adquiridos pelas Secretarias passam pelo Almoxarifado.
15. Há condições físicas apropriadas aos funcionários e aos materiais em estoque, bem como a segurança necessária contra sinistros.
16. Há inventários e termos de responsabilidade sempre que ocorrer a mudança pela guarda do setor.
17. Todas as saídas de materiais estão sendo feitas mediante requisições pelo sistema de informática e, no mínimo, e devem estar autorizadas por servidor legalmente constituído para tal fim.
18. Nas ausências eventuais ou impedimentos do chefe do Almoxarifado está sendo designado um substituto.
19. Estão sendo observados a validade dos materiais.
20. Os bens ou materiais de terceiros possuem Termo de Comodato.
21. Existe a necessidade de implantar sistema informatizado para cadastramento e controle de estoque em todos os setores da Prefeitura.
22. O sistema interno de câmara de vigilância está em pleno funcionamento nas dependências do Almoxarifado.

CONTROLE DE VEÍCULOS A secretaria deve ter controle de todos os veículos que estão a seu serviço, bem como fazer parte do inventário físico, ou seja, levantamento de todos os bens do órgão, numa determinada data, com o detalhamento dos materiais e dos bens e a indicação das quantidades e valores de cada item.

Base Legal: Lei nº 4.320, Capítulo III

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 - A Secretaria possui controle de todos os veículos que estão a seu serviço;
2. Para cada veículo existe motorista próprio e habilitado. Da mesma forma, termo de responsabilidade de veículos e ferramentas em nome do motorista;
3. Quando houver a utilização de veículo por motorista não oficial, foi emitida autorização expressa do Secretário.
4. Os veículos possuem documentação atualizada no Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina – DETRAN-SC, e em nome da Prefeitura;
5. Existe o controle de guarda e a utilização dos veículos com registro de quilometragem;
6. Existe controle de combustível por requisições, e estas devem ser autorizadas por pessoa oficialmente habilitada;
7. O controle do custo operacional é individualizado por veículo, discriminando a despesa média mensal em combustível, lubrificantes, reparos e manutenção;
8. Existem veículos em desuso, devendo justificar o motivo;
9. Foram tomadas as providências para a alienação de veículos antieconômicos;
10. Todos os veículos estão sendo utilizados exclusivamente a serviço da Repartição;
11. Todos os veículos cedidos ou recebidos em regime de comodato possuem os respectivos contratos, bem como as informações dos fatos à Contabilidade;
12. Existe controle que indique a responsabilidade, no caso de infração de trânsito, e apuração da responsabilidade;

Casos de acidentes:

1. Abster-se de assinar, no local do acidente, qualquer declaração de culpa ou admitir a responsabilidade do ocorrido;
2. Remover o veículo somente depois de ter passado por perícia;
3. Entrar em contato com o superior imediato para comunicar o acidente e, em seguida, tomar as providências legais no sentido de ser confeccionado o Boletim de Ocorrência, o qual deverá ser lavrado, imediatamente, após o acidente;
4. A lavratura do Boletim de Ocorrência deve ser solicitada mesmo que o condutor do outro veículo tenha cobertura do Seguro de Responsabilidade Civil Facultativo contra danos materiais, ou que se declare culpado;
5. Fazer constar a manifestação do condutor do outro veículo no Boletim de Ocorrência, na hipótese de ele admitir sua culpa pelo acidente;
6. Preencher o verso do "Controle de Tráfego" que acompanha o veículo, relatando o acidente e anotando o nome, endereço, RG e CPF das testemunhas, as quais serão de grande valia na apuração de responsabilidade;
7. Encaminhar ao Superior imediato o "Ofício de Encaminhamento para Apuração de Responsabilidade", anexando as seguintes documentações:
 - a) Boletim de Ocorrência;
 - b) Cópia da ficha de registro;
 - c) Laudo pericial do Instituto de Criminalística, quando for o caso;

- d) Relatório elaborado pelo condutor do veículo oficial, descrevendo o acidente, bem como a indicação de testemunhas;
 - e) Croqui do local do acidente;
 - f) Relato sucinto da ocorrência e dos dados que estiver encaminhando, elaborado pelo superior imediato;
 - g) Cópia do Controle de Tráfego;
 - h) Cópia da CNH do condutor (Carteira Nacional de Habilitação).
8. Prestar imediato socorro, em caso de acidente com vítima(s), conduzindo-a(as) ao Hospital ou Pronto Socorro mais próximo;
9. Ressarcir a Prefeitura dos prejuízos causados, sujeitando-se à pena disciplinar cabível quando considerado responsável pelos danos ocasionados ao patrimônio da Prefeitura e de terceiros, de acordo com a legislação em vigor.

BENS MÓVEIS Deverá haver registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

O inventário é de responsabilidade do setor de patrimônio e deve ser realizado por uma comissão composta, preferencialmente, por, no mínimo, 3 membros (compras, patrimônio e contabilidade).

Contudo, a não realização do inventário físico-financeiro anual dos bens, tanto móveis quanto imóveis contraria o disposto no art. 96, da Lei nº 4.320/64”.

Por outro lado, existem normas que precisam ser observadas para se proceder à incorporação e registro de um bem oriundo de um convênio, organização, pessoa física e fabricação própria ou de terceiros. Assim, é necessário a seguinte documentação, nos casos específicos:

Convênio: Cópia do termo de convênio, nota fiscal, relação detalhada dos bens e respectivos valores.

Empresa/Organização: Termo de doação, termo de aceitação, transferência de domínio e relação dos bens com os respectivos valores.

Pessoa Física: Termo de permissão de uso, constando CPF, descrição e valor do bem, ou nota fiscal. O processo necessita de autorização do Secretário Municipal.

Fabricação Própria: Guia de produção e documento que comprove a fabricação do bem emitido pelo executor.

Reincorporação: Ofício de solicitação da referida incorporação.

Por sua vez, as normas e rotinas ao ingresso, conservação e baixa dos bens patrimoniais da Administração Pública Municipal.

Base Legal: Lei nº. 4.320/64, § 2º, art 15, art. 94, 95 e 96, IN CI nº 04/12;

PROCEDIMENTOS Verificar –se:

1. Existem registros atualizados relativos à identificação, à localização, ao valor dos bens móveis e dos responsáveis pela sua guarda e administração;
2. Os registros contábeis dos bens móveis conferem com os registros cadastrais;
3. No controle dos bens móveis há registro de:
 - a) Distribuição dos bens móveis;
 - b) Afixação de chapas de identificação com número do registro;
 - c) Emissão de termo de responsabilidade e guarda dos bens;
 - d) Recolhimento por inservibilidade, perda ou extravio, furto ou roubo, alienação, doação, desnecessidade, obsoleto, etc;
 - e) Redistribuição;
 - f) Empréstimo, troca ou transferência;
 - g) Baixa, etc.
4. As ocorrências com os bens são comunicadas pelos responsáveis ao Divisão de Patrimônio.
5. No controle cadastral dos bens móveis há informações de:
 - a) Número do registro cadastral;
 - b) Requisitante do bem;
 - c) Nomenclatura e descrição do bem;
 - d) Dados do fornecedor;
 - e) Número da Nota de Empenho, valor e fonte de recursos;
 - f) Movimentação de carga, data, número do documento fiscal, número do termo de responsabilidade, transferência, recolhimento, descrição da declaração, etc;
 - g) Identificação do responsável que autorizou a baixa.
6. Existem termos contendo assinatura dos responsáveis por setor.
7. Todos os bens em uso estão identificados por meio de códigos e com o número de tombamento;
8. As aquisições, baixas, cessões, doações e permutas estão regularmente registradas na contabilidade;
9. No caso de bens inservíveis, antieconômicos e obsoletos, houve providências para sua baixa;
7. Foram observadas as normas de licitação nas aquisições e alienações (se for o caso);
8. Estão sendo realizados inventários anuais dos bens e a soma dos valores obtidos deve conferir com o valor registrado na contabilidade;
9. Ao realizar depreciações, correções (se for o caso) e reavaliações legais foram utilizados índices vigentes;
10. O setor contábil foi informado sobre aquisições, alienações, cessões, permutas, baixas, reavaliações ou quaisquer alterações havidas, e se estes atos deverão ser autorizados pela administração superior;
11. Todos os bens móveis cedidos ou recebidos em regime de comodato possuem o respectivo termo;
12. Em toda doação de bens móveis para terceiros houve a caracterização do interesse social e foi devidamente autorizada pelo Legislativo;
13. Em toda saída e retorno do bem para conserto existe controle formal;
14. Os bens inservíveis estão recebendo baixa, porém será necessário constituir uma comissão para tal finalidade, e seguindo as normas instituídas;
15. Está sendo realizado inventário físico-financeiro de todos os bens móveis, pelo menos uma vez por ano;
16. Há padronização da cor externa dos móveis em cada Secretaria do Município.
17. Está sendo cumprido o que determina no art. 70, Parágrafo único, CF - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou

privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

BENS IMÓVEIS Conceito: O imóvel deve ser submetido a levantamento geral e ter escrituração sintética na contabilidade. É necessário que se realize o inventário físico-financeiro de todos os bens imóveis pelo menos uma vez por ano.

Base Legal: Lei nº. 4.320/64 e Lei 8.666/93.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. Os bens imóveis do Município estão em uso, bem como estão organizados em processos e arquivados em ordem;
2. Para cada imóvel existiu escritura pública devidamente arquivada e registro em cartório;
3. Consta dos processos dos bens imóveis os documentos complementares como:
 - a) Planta do terreno com representação das benfeitorias;
 - b) Planta de situação;
 - c) Folha de tombo;
 - d) Termo de responsabilidade administrativo sobre o imóvel distribuído;
 - e) Ficha de cadastro do imóvel no controle patrimonial;
 - f) Laudo de vistoria;
 - g) Termo de entrega e recebimento do imóvel;
 - h) Termos de recebimento provisório e definitivo de obra;
 - i) Original do "habite-se".
4. A folha de tombo contém as informações mínimas;
5. Existe registro de relato das condições dos imóveis sobre limpeza, conservação e posse.
6. Há registro de emissão de laudo de avaliação anual dos imóveis emitido por comissão, e atualização por lançamento contábil no ativo permanente.
5. Existe registro contábil identificando todos os bens imóveis pertencentes à Prefeitura;
6. Há comunicação à Contabilidade, através de documento hábil, a ocorrência de baixa ou incorporação de bem imóvel;
7. Há algum imóvel da Prefeitura alugado a preço de mercado;
8. Os bens imobilizados estão adequadamente depreciados, corrigidos monetariamente (se for o caso) ou reavaliados pelos índices corretos;
9. Nas alienações são observadas as normas de licitação vigentes.
10. No inventário analítico anual dos bens imóveis são arrolados todos os bens;
11. Na alienação dos bens imóveis existe concorrência pública e fixação de preço mínimo não inferior ao seu valor de mercado;
12. Há autorização do Legislativo para a alienação dos bens imóveis;
13. Todos os bens estão corretamente classificados nos bens imóveis nas demonstrações contábeis.

CONVÊNIOS Conceito: Instrumento que tem por objeto a transferência de recursos para execução, em regime de mútua colaboração, de ações de interesse comum da Prefeitura Municipal, com pessoas jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos.

Base Legal: Lei nº. 8.666/93 e Lei Federal nº 13.019/14 de 31.07.14 alterada pela Lei nº 13.204/15;

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. Na celebração do convênio, o conveniente cumpriu todas as exigências legais e apresentou os documentos comprovando sua habilitação plena.
2. O conveniente apresentou Plano de Trabalho contendo no mínimo as seguintes informações:
 - a) Razões que justifiquem a celebração do convênio;
 - b) Descrição completa do objeto a ser executado;
 - c) Descrição das metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente;
 - d) Etapas ou fases da execução do objeto, com previsão de início e fim;
 - e) Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente e a contrapartida financeira do proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento;
 - f) Cronograma de desembolso;
 - g) Declaração do conveniente de que não está em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração pública direta ou indireta;
 - h) Comprovação do exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante certidão de registro no cartório de imóvel, quando o convênio tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias no mesmo;
 - i) Especificação completa do bem a ser adquirido e de obras e serviços a serem executados conforme Art. 6º da Lei n. 8.666/93; e
 - j) Comprovação de que os recursos referente à contrapartida para complementar a execução do projeto estão devidamente assegurados.
3. Há parecer técnico e jurídico do texto das minutas de convênio por parte do órgão concedente.
4. O convênio e seus aditivos são celebrados após a aprovação pela autoridade competente da unidade concedente fundamentado nos pareceres Técnico e Jurídico.
5. Na formalização o termo de convênio contém as cláusulas obrigatórias, estabelecendo:
 - a) Número do instrumento de convênio, em ordem sequencial.
 - b) Ementa.
 - c) Preâmbulo com a identificação das partes envolvidas.
 - d) O objeto e seus elementos característicos, em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o convênio independente de transcrição.

- e) Especificação da obrigação de cada um dos partícipes, inclusive a contrapartida.
- f) Vigência.
- g) Prorrogação de Ofício.
- h) Prerrogativa de o Município de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo a terceiros de modo a evitar a descontinuidade da ação pactuada.
- i) Classificação orçamentária funcional programática e a fonte de recursos à conta da qual correrá a despesa.
- j) Liberação de recursos, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.
- k) Relatório de Execução Físico Financeiro – Obrigatoriedade de o conveniente apresentar relatórios de execução físico financeira e prestar contas dos recursos recebidos. Até duas parcelas: em até 60 dias contados da data do término de vigência. No caso da liberação dos recursos ocorrer em três ou mais parcelas a terceira ficará condicionada a apresentação de prestação de contas parcial referentes à primeira parcela, e assim sucessivamente.
- l) A definição do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento.
- m) A faculdade aos partícipes para denunciá-los ou rescindi-los a qualquer tempo.
- n) A obrigatoriedade de restituição de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, ao concedente, na data de sua conclusão ou extinção.
- o) O compromisso do conveniente de restituir ao concedente o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, nos seguintes casos:
- não for executado o objeto pactuado;
 - a prestação de contas parcial ou final não for apresentada no prazo exigido; e
 - os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio;
- q) A devolução dos Valores da Contrapartida – O compromisso do conveniente recolher à conta do concedente o valor atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do convênio.
- r) O compromisso de o conveniente recolher à conta do concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito a aplicação atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do convênio.
- s) A indicação, quando for o caso, de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercícios futuros, com a declaração de que serão registrados em Termos Aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura.
- t) A comprovação de que os recursos, para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimentos, estão consignados no Plano Plurianual - PPA, ou em prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações, que, anualmente, constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução.
- u) Alimentação do sistema de convênios e contratos, com os dados relativos à execução do convênio.
- v) As obrigações do Interveniente e executor, quando houver.
- w) O compromisso do conveniente de movimentar os recursos em conta bancária específica e exclusiva para cada convênio.
- x) A indicação do foro para dirimir dúvidas decorrentes de sua execução.
6. Possuem cláusulas que são vedadas ou condições que prevejam ou permitam:
- a) A realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar.
- b) Pagamento a qualquer título, a servidor integrante do quadro de pessoal ou entidade da administração pública estadual, federal ou municipal por serviços de consultoria ou assistência técnica ou gratificação.
- c) Aditamento com alteração do objeto.
- d) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- e) Realização de despesas com data anterior ou posterior à sua vigência.
- f) Atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos.
- g) Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.
- h) Transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar.
- i) Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- 7.O Termo de Convênio está devidamente rubricado:
- a) Pelos partícipes.
- b) Duas testemunhas devidamente qualificadas.
- c) Pelo interveniente e executor, se houver.
8. No Termo Simplificado de Convênio os seguintes dados:
- a) O valor da transferência é igual ou inferior ao previsto na alínea a, inciso II do artigo 23 da Lei n. 8.666/93 (R\$ 80.000,00) – corrigido na forma do art. 120, e se está na forma regulamentada pela STN.
- b) O conveniente, ou destinatário da transferência ou da descentralização é órgão ou entidade da Administração Pública municipal.
- c) Trata do custeio ou financiamento de programas suplementares definidos no inciso VII do art. 208 da CF executados por órgão público ou por entidade da administração municipal.
- 9.O concedente publicou no prazo previsto na legislação vigente.
10. Na liberação de recursos foi observado os seguintes pontos:
- a) A liberação está em consonância com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho e se o conveniente apresentou as Prestações de Contas parciais de parcelas anteriores.
- b) Os recursos estão mantidos em conta corrente específica, em instituição financeira oficial.
- c) Os pagamentos estão sendo efetuados através de transferência eletrônica.
- d) Os recursos financeiros enquanto não utilizados estão aplicados.
- e) Os rendimentos da aplicação financeira estão sendo aplicadas no objeto do convênio.
- f) No caso de liberação a partir da terceira parcela se o conveniente apresentou a prestação de contas parcial.

11. A Alteração do convênio foi efetuada dentro do prazo legal e se foi registrada no Sistema de Convênios e Contratos.
12. Na execução:
- a) O valor da contrapartida foi executado dentro da conta específica obedecendo ao cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.
 - b) Os documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais e recibos) foram emitidos em nome do conveniente ou do executor identificados com referência ao título e número do convênio e se os mesmos estão preenchidos corretamente sem rasuras.
 - c) Os documentos acima estão arquivados em boa ordem e no local em que foram contabilizados, ou no caso do conveniente utilizar serviços de contabilidade de terceiros os documentos estão arquivados nas dependências do órgão conveniente.
13. A prestação de contas parcial está composta dos documentos elencados abaixo, bem como de outros que foram exigidos de acordo com a especificidade do convênio, quais sejam:
- a) Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa .
 - b) Relatório de Execução Física.
 - c) Relatório de Execução Financeira.
 - d) Relação dos Pagamentos.
 - e) Cópia das notas fiscais e recibos com a indicação do número do convênio.
 - f) Cópia de ordem bancária.
 - g) Extrato da conta bancária específica do período da 1ª parcela até o último pagamento.
 - h) Cópia do Termo de Aceitação parcial da obra ou laudo de medição das etapas cumpridas.
 - i) Cópia dos documentos relativos à licitação, inclusive, despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o concedente pertencer à administração pública.
 - j) Constatada irregularidades na prestação de contas parcial se o ordenador de despesa tomou as medidas cabíveis de acordo com as exigências legais.

CONTRATOS Conceito: É o acordo recíproco de vontades que tem por fim gerar obrigações entre os contratantes. O Contrato administrativo ou contrato público é o instrumento dado à Administração Pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares.

Base Legal: Lei nº. 8.666/93

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. Foram firmados pelas partes e testemunhas, e devidamente publicados os seus extratos na Gazeta Municipal e/ou Diário Oficial do Estado.
2. Estabelecem com clareza e precisão cláusulas mínimas que definam direitos, obrigações e responsabilidade das partes.
3. Estão em conformidade com os termos do Edital de Licitação e da proposta a que se vinculam, ou do termo que a dispensou.
4. Os contratos possuem cláusulas necessárias que estabeleçam:
 - a) objeto;
 - b) forma de fornecimento, se integral ou parcelado;
 - c) regime de execução;
 - d) preços e condições de pagamento;
 - e) periodicidade de reajustamento;
 - f) atualização monetária;
 - g) prazo de início e de entrega;
 - h) crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa;
 - i) garantias,
 - j) previsão de casos de revisão;
 - l) casos de rescisão;
 - m) reconhecimento de direito em caso de rescisão,
 - n) legislação aplicável,
 - o) condições de importação e taxa de câmbio;
 - p) prestação de garantia desde que estabelecida no Edital de Licitação e no limite permitido em lei;
 - q) foro da sede da administração para dirimir questões relativas ao contrato;
5. As prorrogações de prazo de duração dos contratos foram devidamente justificadas e obedecem aos prazos previstos em lei.
6. As prorrogações de contratos de serviços essenciais estão devidamente caracterizados e previamente autorizados (artigo 57, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).
7. Todas as alterações contratuais de prazos, acréscimos, supressões e outros foram objetos de Termos Aditivos numerados sequencialmente e publicados os seus extratos no Diário Oficial do Município.
8. Houve contrato modificado ou até mesmo rescindido com aplicação de penalidade. Em caso positivo, este fato ocorreu de acordo com a legislação em vigor.
9. Para toda despesa decorrente de Licitação, Dispensa ou Inexigibilidade houve assinatura de contrato ou outro instrumento hábil permitido pela lei.
10. A minuta do contrato acompanha o ato convocatório da Licitação e se foi previamente aprovada pela Assessoria Jurídica.
11. Após a homologação da Licitação os interessados foram convocados regularmente para a assinatura do contrato.
12. No caso de aditamentos estes obedeceram aos limites supressões e acréscimos permitidos pelo art. 65, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.
13. Houve fato superveniente que após a apresentação da proposta com comprovada repercussão nos preços contratados implicaram na revisão destes para mais ou para menos (realinhamento de preços).
14. Existe fiscalização da execução de contrato pela Administração Pública com anotação de ocorrência.
15. Em caso de vícios e defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados o contratado foi obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir materiais ou serviços.

16. O recebimento do objeto contratado ocorreu de forma provisória ou definitiva após a verificação da qualidade e quantidade contratada.
17. No pagamento das parcelas ou do valor integral do contrato, em especial naqueles relativos à prestação de serviços, está sendo exigida a comprovação do recolhimento dos tributos e dos encargos trabalhistas e previdenciários em razão da solidariedade dos administradores públicos enquanto responsáveis pelas direções estratégicas dos órgãos e entidades do Poder Executivo.
18. Foi lavrado Termo de Recebimento do material ou serviço contratado, na forma do art. 73, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
19. O termo de recebimento provisório foi dispensado somente nos casos previstos em lei.
20. As obras, serviços ou materiais em desacordo com o contratado ou adquirido foram rejeitados pela Administração Pública.
21. Houve rescisão de contrato. Em caso positivo estão fundamentadas nos casos previstos em lei.

LICITAÇÃO Conceito: Licitação é o procedimento administrativo para contratação de serviços ou aquisição de produtos pelos governos Federal, Estadual, Municipal ou entidades de qualquer natureza. Para licitações, no Brasil, por entidades que faça uso da verba pública, o processo é regulado pela lei nº 8666/93.

Base Legal: lei nº 8666/93.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. Foi observado o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º, Lei nº 8666/93).
2. O Edital contém cláusulas ou condições que tenham o objetivo de restringir ou frustrar o caráter competitivo do Processo Licitatório, conforme segue:
 - a) referência ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio;
 - b) distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras;
 - c) obrigação do licitante de obter recursos;
 - d) obrigação de fornecer materiais ou serviços sem previsão de quantidade ou em desacordo com o previsto;
 - e) criar ou combinar modalidade de licitação;
 - f) limitar no tempo, época ou local a comprovação de atividade;
 - g) exigir valores mínimos de faturamento anteriores e índice de rentabilidade ou lucratividade;
 - h) contrato com vigência indeterminada;
 - i) outras situações que possam inibir ou restringir a competitividade.
3. Na ocasião do lançamento da licitação, houve recursos orçamentários para a garantia da cobertura da despesa.
4. Em caso de obras e serviços existem planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
5. O Artigo 9º da Lei nº 8.666/93 está sendo observado e que determina: "não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:
 - I. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
 - II. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratada;
 - III. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação."
6. Nas compras, há caracterização adequada dos objetos a serem adquiridos, com especificações técnicas claras, precisas e concisas.
7. Os preços praticados nas compras são equiparados aos preços praticados no mercado.
8. Existe registro de preço de mercado informatizado.
9. Todo recebimento de materiais, serviços prestados e obras concluídas são confiados a um fiscal de contrato.
10. As compras são divulgadas mensalmente, em órgão de imprensa oficial e também no quadro de avisos.
11. Na alienação de bens móveis e imóveis foram observados os seguintes procedimentos:
 - a) avaliação prévia;
 - b) autorização legislativa;
12. Na doação de qualquer bem imóvel há autorização do Poder Legislativo Municipal.
13. Todas as doações de bens móveis foram efetuadas para fins de uso ou interesse social.
14. Há licitação para a concessão de direito real de uso no caso de bens e direitos.
15. Os avisos contendo resumo dos Editais de Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso e Leilão são publicados nos órgãos de imprensa, observados os prazos que determina a Lei nº 8.666/93.
16. Os avisos publicados contém a indicação do local em que os interessados poderão obter todas as informações, bem como obter o texto integral do Edital.
17. Todos os prazos para a abertura das modalidades de licitação são respeitados.
18. Não houve fragmentação de despesa para evitar abertura de processo licitatório.
19. Está sendo exigida a documentação prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e na legislação estadual e municipal para:
 - a) habilitação jurídica;
 - b) qualificação técnica;
 - c) qualificação econômico-financeira;
 - d) regularidade fiscal.
20. Na documentação exigida foi acrescentada alguma outra exigência, não prevista em lei, para excluir ou dificultar a livre participação.
21. As minutas dos Editais de Licitações são previamente analisadas e aprovadas pela Procuradoria Geral do Município, mediante parecer.
22. Na habilitação foi respeitado os limites e percentuais previstos em lei;
23. O Processo Administrativo de Licitação está devidamente formalizado, autuado, protocolado, numerado, e contém autorização, indicação sucinta do seu objeto e do recurso próprio para a despesa.
24. Ao Processo Administrativo de Licitação estão juntados, no mínimo:
 - a) Edital ou Convite e respectivos anexos;
 - b) comprovantes das publicações do Edital resumido ou da entrega do Convite;

- c) ato de designação da Comissão de Licitação, do Leiloeiro ou responsável pelo Convite;
- d) original das propostas e de outros documentos que a instruíram;
- e) atas, relatórios e deliberação da Procuradoria Geral do Município;
- f) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a Licitação, Dispensa ou Inexigibilidade;
- g) atos de adjudicação do objeto da Licitação e da sua homologação;
- h) recursos eventualmente interpostos pelos licitantes e as respectivas manifestações e decisões sobre os mesmos;
- i) despachos de revogação ou de anulação da Licitação;
- j) minuta de contrato ou instrumento equivalente, bem como outros comprovantes de publicações e demais documentos relativos à Licitação.

25. O Edital, contém no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo de licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta (Lei nº 8.666/93, art. 40).

26. Há o fiel cumprimento, por parte da administração, das normas e condições do Edital.

27. Na abertura e julgamento das propostas foram observadas todas as exigências previstas em lei.

28. Todos os documentos e propostas estão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.

29. No julgamento das propostas são levados em consideração os critérios e condições previstos no Edital.

30. Caso haja propostas que não atendam às exigências do Edital, os fatos estão registrados em ata.

31. Os Membros das Comissões estão investidos de acordo com a lei.

32. O procedimento de registro de taxas de venda do Edital está correto e se os valores são limitados ao custo de reprodução.

Espécie Modalidade Valores em R\$

Espécie	Modalidade	Valores em R\$
Obras e Serviços de Engenharia	Dispensa de Licitação	Até 15.000,00
	Convite	Acima de 15.000,00 até 150.000,00
	Tomada de Preços	Acima de 150.000,00 até 1.500.000,00
Compras e Outros Serviços	Concorrência	Acima de 1.500.000,00
	Dispensa de Licitação	Até 8.000,00
	Convite	Acima de 8.000,00 até 80.000,00
	Tomada de Preços	Acima de 80.000,00 até 650.000,00
Contratos	Concorrência	Acima de 650.000,00
	Dispensa de Licitação e Convite	Dispensável quando não gerar obrigação futura.
	Tomada de Preços e Concorrência	Obrigatório para qualquer valor, exceto para entrega única e integral.

CONVITE Conceito: Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Base Lega: Lei nº. 8.666/94.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 - O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação do recurso próprio.
- 2 - Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e metodologia ou nome e endereço de pelo menos 3 (três) empresas ou pessoas físicas consultadas.
- 3 - Consta autorização do ordenador da despesa para abertura do processo.
- 4 - Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado.
- 5 - Os recursos orçamentários previstos estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação.
- 6 - Consta o projeto básico e a planilha de custos, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.
- 7- Consta cópia do ato de designação da comissão de licitação .
- 8.- Consta definição de que o projeto executivo seja apresentado em conjunto com o projeto básico ou durante execução das obras e serviços contratados.
- 9.Consta convite e respectivos anexos.
- 10.- O prazo estabelecido para a publicação do ato convocatório foi cumprido.
- 11.- Consta comprovante do cadastramento das pessoas jurídicas ou físicas convidadas.
- 12.- Consta minuta do termo de contrato, quando for o caso de obrigações futuras.
- 13.- Consta parecer prévio da Área Técnica e/ou Jurídica do órgão, no caso de contratação que exija obrigações futuras.
- 14.- Consta comprovante de entrega dos convites aos convidados.
- 15.- O órgão ou entidade promotora do certame dispõe de quadro de avisos onde regularmente são divulgadas, dentre outras informações, cópias do convite de licitação.
- 16.- Consta registro do horário em que houve a manifestação de interesse dos licitantes não convidados inicialmente, quando for o caso.
- 17- Consta o original das propostas e demais documentos que as instruírem.
- 18.A data de recebimento das propostas confere com a data estipulada no respectivo ato convocatório.

- 19.- Os preços constantes da proposta vencedora estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme demonstrado na estimativa inicial.
- 20 - Houve empate de duas ou mais propostas resolvido de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.
- 21- Consta documentação atualizada relativa à habilitação jurídica.
- 22 - Consta documentação relativa à regularidade fiscal.
- 23- Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso.
- 24 - Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso.
- 25 - Consta ata de abertura do certame indicando: os nomes dos licitantes interessados; o resultado da análise dos documentos de habilitação e, conforme o caso, das propostas vencedoras, inclusive registro de eventual manifestação de licitante de que vai ou não interpor recurso.
- 26- Consta mapa de julgamento.
- 27- A ata de julgamento do certame foi publicada em Diário Oficial do Município.
- 28- Inexistindo publicação, consta na ata de julgamento comunicação direta da intimação do resultado a todos os prepostos dos licitantes, para efeito de prazo de recurso, inclusive em caso de propostas abertas em fase separada da habilitação.
- 29- Os eventuais recursos foram julgados e juntados ao processo.
- 30- Os prazos de apresentação e análise dos eventuais recursos foram observados.
- 31- Consta ato de homologação e adjudicação do objeto da licitação.
- 32 - Os atos administrativos foram praticados por agentes públicos competentes, ou seja, nomeados ou designados formalmente.
- 34 - A cada novo certame com objeto idêntico ou assemelhado foi convidado mais um interessado, até o limite do cadastro, desde que não se caracterize fracionamento nas compras.
34. Houve justificativa da repetição do convite no caso de não comparecimento de no mínimo três convidados.

CONCORRÊNCIA Conceito: Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

Base Legal: Lei nº. 8.666/94.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 - O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação do recurso próprio.
- 2 - Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e metodologia ou nome e endereço de pelo menos 3 (três) empresas ou pessoas físicas consultadas.
- 3 - Consta autorização do ordenador da despesa para abertura do processo.
- 4 - Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado.
- 5 - Os recursos orçamentários previstos, estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação.
- 6 - Consta projeto básico e orçamento detalhado em planilhas de custos unitários, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.
- 7 - Consta cópia do ato de designação da comissão de licitação.
- 8 - Consta definição de que o projeto executivo seja apresentado em conjunto básico ou durante execução das obras e serviços contratados.
- 9 - Consta o edital e respectivos anexos.
- 10 - O objeto da licitação está descrito de forma sucinta e clara.
- 11 - Foram estabelecidos prazos e condições para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nos termos do art. 64.
- 12 - Há previsão de sanções para o caso de inadimplemento.
- 13 - Foi definido o local para aquisição e exame do projeto básico, conforme o caso, do projeto executivo.
- 14 - Os critérios para julgamento estão dispostos de forma clara e com parâmetros objetivos.
- 15 - Consta indicação dos locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do objeto.
- 16 - Consta indicação do critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critério estatísticos ou faixas de variação referente ao preço de referência.
- 17 - Consta critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.
- 18 - Estão estabelecidas as condições de pagamento, prevendo prazo de pagamento, cronograma de desembolso máximo por período, critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamento; bem assim exigência de seguro, quando for o caso.
- 19 - Existem instruções e normas para os recursos previstos na lei 8.666/93.
- 20 - Foram estabelecidas as condições de recebimento do objeto da licitação.
- 21 - Consta minuta do termo do contrato obrigatório.
- 22 - Em caso de substituição do termo de contrato obrigatório por outros documentos hábeis, a exemplo da carta-contrato ou nota de empenho de despesa o objeto em licitação refere-se a bens a serem adquiridos mediante entrega imediata e integral.
- 23 - Consta parecer prévio da Área Técnica e/ou Jurídica do órgão, quando for o caso.
- 24 - Consta comprovante de publicação do resumo do edital na imprensa oficial do Município, bem como, quando se tratar de obra financiada parcial ou totalmente com recursos federais, no Diário Oficial da União.
- 25 - O prazo estabelecido para a publicação do ato convocatório foi cumprido.
- 26 - Os interessados em participar da licitação possuem todos os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a fase inicial da habilitação preliminar.
- 27 - Houve autorização da autoridade competente para adoção do procedimento de pré-qualificação dos licitantes.

- 28 - Consta o original das propostas e demais documentos que as instruírem.
- 29 - A data de recebimento das propostas confere com a data estipulada no respectivo ato convocatório.
- 30 - Os preços constantes da proposta vencedora estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme demonstrado na estimativa inicial.
- 31- Houve empate de duas ou mais propostas resolvido de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.
- 32- Consta documentação atualizada relativa à habilitação jurídica.
- 33. Consta documentação relativa à regularidade fiscal.
- 34. Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso.
- 35. Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso.
- 36. Consta ata de abertura do certame indicando: os nomes dos licitantes interessados; o resultado da análise dos documentos de habilitação e, conforme o caso, das propostas vencedoras; inclusive registro de eventual manifestação de licitante de que vai ou não interpor recursos.
- 37. Consta mapa de julgamento.
- 38. A ata de julgamento do certame foi publicada no Diário Oficial do Município.
- 39. Inexistindo publicação, consta na ata de julgamento comunicação direta da intimação do resultado a todos os prepostos dos licitantes, para efeito de prazo de recurso, inclusive em caso de propostas abertas em fase separada da habilitação.
- 40. Os eventuais recursos foram julgados e juntados ao processo.
- 41. Os prazos de apresentação e análise dos eventuais recursos foram observados.
- 42. Consta ato de homologação e adjudicação do objeto da licitação.
- 43 - Os atos administrativos foram praticados por agentes públicos competentes, ou seja, nomeados ou designados formalmente.
- 44. Em caso de concorrência de âmbito internacional, o Edital foi ajustado às normas de política econômica, monetária, de comércio exterior e outras exigências do direito internacional.

CONCURSO Conceito: Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

Base Legal: Lei nº. 8.666/94.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 - O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação do recurso próprio.
- 2 - Consta pesquisa de mercado, (cotação de preço) ou critérios para estipular o valor do prêmio ou serviço a ser executado.
- 3 - Consta autorização do ordenador da despesa para abertura do processo.
- 4 - Os recursos orçamentários previstos, estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação.
- 5 - Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado.
- 6 - Consta o projeto básico e/ou planilha de custos elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.
- 7 - Consta cópia do ato de designação da comissão de licitação.
- 8 - Consta regulamento próprio estabelecendo os critérios para a realização do concurso.
- 9 - Consta parecer prévio da Área Técnica e/ou Jurídica do órgão, quando for o caso.
- 10 - Consta comprovante de publicação do edital na imprensa oficial.
- 11 - Consta o original das propostas e demais documentos que as instruírem.
- 12 - Consta documentação relativa à habilitação jurídica.
- 13 - Consta documentação relativa à regularidade fiscal.
- 14 - Consta documentação relativa à qualificação técnica.
- 15 - Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira.
- 16 - Consta na ata circunstanciada, os nomes dos licitantes, avaliação e análise dos trabalhos e eventual manifestação de licitante de que vai interpor recursos.
- 17 - Consta ato de homologação e adjudicação do objeto da licitação.
- 18 - Consta o instrumento de contrato devidamente pactuado, quando for o caso.
- 19 - Consta publicação do extrato do contrato na imprensa oficial, quando for o caso.
- 20 - Consta encaminhamento por cópia do contrato ao TCE, quando for o caso.
- 21 - Foi precedido de regulamento próprio e amplamente divulgado.

TOMADA DE PREÇO Conceito: Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Base Legal: Lei nº. 8.666/94.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 - O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação do recurso próprio.
- 2 - Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e metodologia ou nome e endereço de pelo menos 3 (três) empresas ou pessoas físicas consultadas.
- 3 - Consta autorização do ordenador da despesa para abertura do processo.
- 4 - Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado.

- 5 - Os recursos orçamentários previstos, estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação.
- 6 - Consta projeto básico e orçamento detalhado em planilhas de custos unitários, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.
- 7 - Consta cópia do ato de designação da comissão de licitação.
- 8 - Consta definição de que o projeto executivo seja apresentado em conjunto básico ou durante execução das obras e serviços contratados.
- 9 - Consta o edital e respectivos anexos.
- 10 - O objeto da licitação está descrito de forma sucinta e clara.
- 11 - Foi definido o local para aquisição e exame do projeto básico, conforme o caso, do projeto executivo.
- 12 - Os critérios para julgamento estão dispostos de forma clara e com parâmetros objetivos.
- 13 - Consta indicação dos locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do objeto.
- 14 - Consta indicação do crédito de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação referente ao preço de referência.
- 15 - Consta critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.
- 16 - Estão estabelecidas as condições de pagamento, cronograma de desembolso máximo por período, critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamento, bem assim exigência de seguro, quando for o caso.
- 17 - Existem instruções e normas para os recursos previstos na lei 8.666.
- 18 - Foram estabelecidas as condições de recebimento do objeto da licitação.
- 19 - Consta minuta do termo do contrato obrigatório.
- 20 - Em caso de substituição do termo de contrato obrigatório por outros documentos hábeis, a exemplo da carta-contrato ou nota de empenho de despesa o objeto em licitação refere-se a bens a serem adquiridos mediante entrega imediata e integral.
- 21 - Consta parecer prévio da Área Técnica e/ou Jurídica do órgão, quando for o caso.
- 22 - Consta comprovante de publicação do resumo do edital na imprensa oficial do Município, bem como, quando se tratar de obra financiada parcial ou totalmente com recursos federais, no Diário Oficial da União.
- 23 - O prazo estabelecido para a publicação do ato convocatório foi cumprido.
- 24 - Consta comprovante do cadastramento dos licitantes interessados inclusive informação de que os cadastros apresentaram todas as condições exigidas e necessárias para a sua qualificação dentro do prazo máximo de 3 dias antes do recebimento das propostas.
- 25 - Consta o original das propostas e demais documentos que as instruírem.
- 26 - A data de recebimento das propostas confere com a data estipulada no respectivo ato convocatório.
- 27 - Os preços constantes da proposta vencedora estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme demonstrado na estimativa inicial.
- 28 - Houve empate de duas ou mais propostas resolvido de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.
- 29 - Consta documentação atualizada relativa à habilitação jurídica.
- 30 - Consta documentação relativa à regularidade fiscal.
- 31 - Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso.
- 32 - Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso.
- 33 - Consta ata de abertura do certame indicando: os nomes dos licitantes interessados; o resultado da análise dos documentos de habilitação e, conforme o caso, das propostas vencedoras; inclusive registro de eventual manifestação de licitante de que vai ou não interpor recurso.
- 34 - Consta mapa de julgamento.
- 35 - A ata de julgamento do certame foi publicada no Diário Oficial do Município.
- 36 - Inexistindo publicação, consta na ata de julgamento comunicação direta da intimação do resultado a todos os prepostos dos licitantes, para efeito de prazo de recurso, inclusive em caso de propostas abertas em fase separada da habilitação.
- 37 - Os eventuais recursos foram julgados e juntados ao processo.
- 38 - Os prazos de apresentação e análise dos eventuais recursos foram observados.
- 39 - Consta ato de homologação e adjudicação do objeto da licitação.
- 40 - Os atos administrativos foram praticados por agentes públicos competentes, ou seja, nomeados ou designados formalmente.

PREGÃO PRESENCIAL Conceito: O Pregão Presencial é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, nas dependências da instituição compradora, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais para classificação e habilitação do licitante com o menor preço ofertado, liderada por um pregoeiro devidamente designado pelo Unidade Responsável da administração pública licitante.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520/2002

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 - O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação do recurso próprio.
- 2 - Consta autorização do ordenador da despesa para abertura do processo.
- 3 - Os recursos orçamentários previstos, estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação.
- 4 - Consta pesquisa de mercado (cotação de preço) ou critérios para estipular o valor do bem ou serviço a ser executado.
- 5 - Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado.
- 6 - Consta o projeto básico e/ou planilha de custos elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.

- 7 - Consta cópia do ato de designação da comissão de licitação e do pregoeiro.
- 8 - Consta edital e minuta do instrumento de contrato.
- 9 - Consta parecer prévio da Área Técnica e/ou Jurídica do órgão, quando for o caso.
- 10 - Consta cópia de publicação do aviso/ edital na imprensa oficial ou jornal de grande circulação.
- 11 - Consta declaração dos licitantes dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.
- 12 - Consta original das propostas e demais documentos que as instruírem.
- 13 - Consta credenciamento dos representantes legais dos licitantes, mediante a apresentação de documentos que comprovem possuir poderes para a formulação de propostas e para os demais atos inerentes ao pregão.
- 14 - Consta documentação relativa à regularidade fiscal.
- 15 - O preço final (lance) está de acordo com o valor estimado.
- 16 - Consta documentação relativa à qualificação técnica.
- 17 - Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira.
- 18 - Consta na ata, os nomes dos licitantes, e dos seus representantes legais, análise dos documentos de habilitação e das propostas e os preços escritos, os lances verbais apresentados e eventual manifestação de licitante de que vai interpor recurso.
- 19 - Consta ata, relatórios e deliberação da comissão julgadora.
- 20 - Consta o ato de adjudicação do objeto ao licitante declarando vencedor pelo pregoeiro, caso tenha havido desistência expressa de todos os licitantes da intenção de interpor recursos.
- 21- Consta relatório circunstanciado, informando o nome do licitante vencedor e todos os passos ocorridos durante o pregão, fundamentados nos critérios estabelecidos pelo respectivo edital.

PREGÃO ELETRÔNICO Conceito: Pregão Eletrônico é um método que amplia a disputa licitatória, permitindo a participação de várias empresas de diversos estados, na medida em que dispensa a presença dos contendentes. Se trata de uma modalidade ágil, transparente e que possibilita uma negociação eficaz entre os licitantes.

Foi criado visando, basicamente, aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002

PROCEDIMENTOS

Verificar se:

- 1 - O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão e visto do responsável e indicação do recurso próprio.
- 2 - Consta autorização do ordenador da despesa para abertura do processo.
- 3 - Os recursos orçamentários previstos, estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação de programação.
- 4 - A autorização está assinada pelo ordenador da despesa.
- 5 - Consta pesquisa de mercado (cotação de preço) ou critérios para estipular o valor do bem ou serviço a ser executado.
- 6 - Consta demonstração da finalidade do objeto em licitação, devidamente autorizado pela autoridade superior.
- 7 - Consta o projeto básico e/ou planilha de custos elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.
- 8 - Consta cópia do credenciamento do pregoeiro responsável, dos membros da equipe de apoio, do operador do sistema eletrônico e do licitante.
- 9 - Os licitantes que participaram da licitação foram credenciados até três (03) dias úteis anteriores à data do certame? Consta a declaração dos licitantes, de pleno conhecimento das exigências de habilitação previstas no edital.
- 10 - Consta no edital do pregão eletrônico o site da sessão pública na Internet, data e hora de sua realização.
- 11 - Consta cópia do Edital e comprovante de sua publicação.
- 12- Consta parecer jurídico sobre o edital e a minuta do contrato.
- 13 - As propostas iniciais de preço que não guardaram conformidade com o edital foram desclassificadas.
- 14 - Houve registro de recursos e contra razões.
- 15 - Os documentos de habilitação exigidos pelo edital (cópia e originais) foram juntados dentro do prazo estabelecido.
- 16 - Foram aplicadas as sanções aos licitantes pelo descumprimento ao exposto na norma do pregão eletrônico.
- 17 - Constam da ata, o lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações.
- 18 - O licitante vencedor que descumpriu o prazo ou não apresentou toda a documentação exigida foi desclassificado e por conseguinte o próximo licitante da ordem de classificação foi convocado para apresentar os documentos de habilitação.

INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DE LICITAÇÃO Os processos de despesas não exigem o cumprimento de etapas formais imprescindíveis num processo de licitação, conforme os casos estabelecidos na lei 8.666/93, pode-se estar diante de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, entretanto os administradores devem obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública.

Esses processos devem ser muito bem instruídos, e além dos documentos de habilitação e regularidade fiscal da empresa, devem ser comprovados nos autos a caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso; a razão da escolha do fornecedor ou executante; e a justificativa do preço, nos termos do parágrafo único do art. 26, do Regramento Licitatório. E deve ser publicado o termo de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, no prazo legal, como condição de eficácia do ato.

Base Legal: Lei nº 8.666/93

PROCEDIMENTOS Inexigibilidade de Licitação

Verificar se:

- 1 – O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação do recurso próprio.
 - 2 - Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e/ou metodologia utilizada.
 - 3 - Consta autorização do ordenador da despesa para abertura do processo.
 - 4 - Os recursos orçamentários previstos, estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria da programação.
 - 5 - Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado.
 - 6 - Consta o projeto básico e/ou planilha de custos elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.
 - 7 - Consta a minuta do termo de contrato, nos casos em que resulte obrigações futuras.
 - 8 - Consta parecer prévio da Área Técnica e/ou Jurídica do órgão, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade da licitação.
 - 9 - Consta documentação relativa à habilitação jurídica, quando for o caso.
 - 10 - Consta documentação relativa à regularidade fiscal.
 - 11 - Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso.
 - 12 - Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso.
 - 13 - Consta ato de inexigibilidade, expedido pela autoridade competente.
 - 14 - Consta publicação do ato de inexigibilidade na imprensa oficial.
 - 15 - Consta cópia do termo de contrato e publicação do extrato, quando for o caso.
 - 16 - Consta documento que comprova a comunicação da empresa quanto a entrega dos serviços, quando for o caso.
 - 17 - Foi indicado o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, quando for o caso.
 - 18 - Consta o ato de designação da comissão para recebimento do material (quando for o caso).
- Dispensa de Licitação:

- 1 - O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação do recurso próprio.
- 2 - Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte, metodologia ou nome e endereço de pelo menos 3 (três) empresas ou pessoas físicas consultadas.
- 3 - Consta autorização do ordenador da despesa para abertura do processo.
- 4 - Os recursos orçamentários previstos, estão identificados pelos códigos próprios de classificação e da categoria de programação.
- 5 - Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado.
- 6 - Consta projeto básico e/ou planilha de custos elaborados pelo órgão ou entidade promotora da contratação, quando for o caso.
- 7 - Consta minuta do termo de contrato, nos casos em que resulte obrigações futuras.
- 8 - Consta parecer prévio da Área Técnica e/ou do órgão, fundamentando os motivos excepcionais para a dispensa da licitação.
- 9 - Consta documentação atualizada relativa à habilitação jurídica, quando for o caso.
- 10 - Consta documentação relativa à regularidade fiscal.
- 11 - Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso.
- 12 - Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso.
- 13 - Consta ato de dispensa, expedido pela autoridade competente.
- 14 - Consta publicação do ato de dispensa na imprensa oficial.

OBRAS Conceito: Toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.

Base Legal: Lei nº 8.666/93, art.6º, inciso I.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

- 1 – Existe Projeto básico, com elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra, serviço, complexo de obras ou serviços, objetos da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental da obra, a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, na forma do Artigo 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/93.
- 2 – Existe cronograma orçamentário, físico-financeiro, de execução de acordo com o projeto definido, e prazos e preços compatíveis com a média de obras idênticas.
- 3 – Existe planilha de custos individualizada e devidamente detalhada em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, e o produto nela especificado esteja contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, conforme exigência legal.
- 4 – Existe todos os elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da ABNT, na forma contida no artigo 6º inciso X, da Lei nº 8.666/93.
- 5 – Existe memorial descritivo.
- 6 - Possui termo de contrato, carta-contrato, ordem de execução e valor da Obra.
- 7 - Todos os contratos contem as cláusulas estabelecidas no artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 8 - Foi nomeada Comissão Especial composta de, pelo menos, 1/3 de servidores efetivos, sendo um engenheiro do quadro da Prefeitura, para julgar a licitação de obras.
- 9 - Foi designado, pelo menos, um servidor efetivo (engenheiro) para acompanhar a obra no tocante à medição, fiscalização e recebimento .
- 10 - Todos os reajustes de preços estão sendo pagos de acordo com as normas vigentes e que possam decorrer de modificação no custo de produção, e de acordo com os critérios previstos no Edital (art. 65, § 1º, Lei nº 8.666/93).
- 11 – Possui “Livro de Ocorrências” para anotações no local da obra ou serviços.
- 12 – Estão sendo apresentadas as certidões do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS específicas da averbação da obra.
- 13 – Em caso de inexecução da obra ou serviço, erro de execução, execução imperfeita ou outro inadimplemento contratual, estão sendo aplicadas as penalidades previstas no contrato.

- 14 - As medições das quantidades de serviços nas obras estão sendo efetuadas mensalmente ou de acordo com o estabelecido no contrato.
- 15 - Os valores orçados estão em consonância com os efetivamente gastos.
- 16 - As obras em andamento estão registradas na Contabilidade.
- 17 - Existe compatibilidade entre o projeto executivo e a obra em execução, o material aplicado e o memorial descritivo, bem como do local onde a obra está sendo realizada.
- 18 - O andamento das obras coincidem com as fases registradas e pagas.
- 19 - A fiscalização foi feita por profissional habilitado e credenciado para a observância dos detalhes constantes da execução.
- 20 - Estão sendo contabilizadas, no Sistema Patrimonial, as obras em andamento, à vista dos próprios documentos de despesa.
- 21 - A obra foi incorporada ao imobilizado da Prefeitura quando concluída e, e se for o caso, apresentado o respectivo habite-se.
- 22 - O termo final (recebimento definitivo), emitido por ocasião da entrega da obra, foi aprovado por ambas as partes (contratante e contratada).
- 23 - As placas de informações sobre obras e reformas estão afixadas no local apropriado;

ATOS DE PESSOAL - CONTROLE GERAL E FUNCIONAIS Conceito: São controles relacionados ao setor de recursos humanos/folha de pagamento, visando à padronização dos procedimentos, o controle efetivo, monitoração da folha de pagamento, para que não exceda aos limites estabelecidos na legislação, entre outros controles pertinentes.

Base Legal: Lei Municipal nº 155/2003 – Plano de Cargos e Salários e Lei Complementar Municipal nº 044/2014 Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itapoá e das Fundações Públicas. .

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. As inclusões de novos servidores no mês foram decorrentes de nomeações e/ou contratações legais.
2. As exonerações e/ou rescisões do mês foram excluídas da Folha de Pagamentos.
3. As inclusões em Folha relativas a adicional de férias pagas no mês de gozo são as corretas e se não há pagamento em duplicidade pelo mesmo período.
4. Estão sendo informadas mensalmente ao Tribunal de Contas do Estado as nomeações e exonerações através do e-sfinge.
5. Estão sendo descontadas em Folha de Pagamentos as faltas não justificadas.
6. Existem no órgão controles de frequência.
7. As inclusões mensais de valores em Folha de Pagamentos relativas as diferenças salariais são precedidas de autorizações.
8. Os cálculos dos valores referentes as inclusões e exclusões são objeto de revisões nas prévias das Folhas de Pagamento mensais.
9. Os cálculos das consignações estão corretos (INSS, IRRF, e outras).
10. Os recolhimentos das consignações e dos encargos sociais estão sendo efetuados nos prazos legais.
11. O salário família está sendo pago para os filhos até a idade permitida em lei.
12. Está sendo observada a legislação pertinente para a concessão do vale transporte.
13. Existem escalas de férias na entidade inspecionada ou auditada.
14. As suspensões de gozo de férias são justificadas e autorizadas pelas autoridades competentes.
15. Existe controle rígido de gozo de férias, com anotações confiáveis nas fichas funcionais.
16. Existe pagamento de férias a título de indenização.
17. Em caso positivo, quem autorizou, qual o motivo que justifique o servidor ter sido impedido de usufruir desse direito de gozo.
18. Existem servidores contratados por tempo determinado.
19. Em caso positivo se foi previsto em lei, devidamente precedida de autorização.
20. Os servidores temporários foram submetidos a testes seletivos.
21. Existem pagamento de serviço prestado de forma sistemática a pessoa física (via RPA) que possa caracterizar vínculo de emprego.
22. Em caso positivo foi relacionado como anexo ao relatório com o nome, valor mensal, data do primeiro pagamento e outras informações que venham a causar passivos trabalhistas para o órgão auditado.
23. Existe sistema anual de avaliação de desempenho.
24. Em caso negativo o motivo e recomendar a sua implementação.
25. Está sendo elaborado a Guia Fiscal de Informações Previdenciárias – GFIP dos cargos comissionados, empregados públicos e temporários.
26. Existe funcionário ou empregado à disposição de outro órgão ou entidade do poder executivo, outro poder, ou até outras esferas de governo.
27. Em caso positivo está sendo exigido o atestado de frequência mensalmente.
28. Existem servidores de outras esferas de governo, de outros poderes ou ainda de outros órgãos e entidades do poder executivo lotado na entidade inspecionada ou auditada.
29. Em caso positivo está sendo informada regularmente a frequência para a entidade cedente.
30. Nos casos de servidores cedidos ou à disposição de outros órgãos, que recebam pela entidade inspecionada ou auditada, a opção salarial está correta em termos de valores e percentuais de acordo com a legislação pertinente.
31. Existe servidor temporário exercendo cargo comissionado ou função gratificada.
32. Os cálculos de rescisões de contrato de trabalho estão sendo efetuados de acordo com a legislação em vigor.
33. Existe no período inspecionado ou auditado, sindicâncias ou inquéritos envolvendo servidores da entidade. Em caso positivo foram tomadas as providências nelas recomendadas.
34. Existem horas extras pagas a servidores na entidade inspecionada ou auditada. Em caso positivo foi precedida de autorização.
35. Os valores pagos a cada servidor estão de acordo com as tabelas do Plano de Cargos, Carreiras e Salários.
36. Os valores pagos a estagiários estão de acordo com a legislação pertinente.
37. Ainda no caso de estagiários, foi celebrado convênio ou contrato, onde estejam previstas todas as condições relativas à realização do estágio.
38. A instituição responsável pelo estágio providenciou seguro de acidentes pessoais em favor do estudante estagiário.

Registro Funcional

- 1 - As ocorrências funcionais estão registradas em ficha ou em banco de dados informatizado.
- 2 - Os documentos relacionados às ocorrências funcionais estão arquivados em boa ordem e em pastas individuais.

Frequência

- 3 - A frequência dos servidores é controlada através de registro do ponto.
- 4 - A folha de pagamento é elaborada com base no registro do ponto.

Hora Extra

- 5 - As horas extras realizadas pelos servidores foram autorizadas pela autoridade competente com caracterização do interesse público da necessidade.
- 6 - As horas extras foram pagas com base em informações extraídas do cartão ponto e estão dentro do limite autorizado em lei.

Férias

- 7 - Há servidores com mais de uma férias vencidas.
- 8 - As férias são concedidas de acordo com a escala estabelecida.
- 9 - Na concessão de férias aos servidores é observado o número de dias a serem concedidos em função da frequência ao trabalho, conforme estatuto.
- 10 - Há controle das férias devidas ou concedidas aos servidores com registro na ficha funcional.

Licenças

- 11 - As licenças previstas no estatuto foram concedidas com base em requerimento efetuado pelo servidor.
- 12 - As licenças concedidas a servidores estão em conformidade com as normas estabelecidas no estatuto e preservaram o interesse público.

Vantagens

- 13 - As vantagens em pecúnia devida aos servidores têm controle quanto à conquista do direito.
- 14 - Os valores pagos atendem os requisitos da norma legal.
- 15 - As vantagens em pecúnia, originárias de mérito funcional, atendem ao princípio da impessoalidade e foram concedidas através de Portaria da autoridade competente.

Promoções

- 16 - Há controle quanto à conquista do direito à promoção funcional.
- 17 - As promoções concedidas no período estão em conformidade com a norma legal e atribuídas através de Portarias editadas pela autoridade competente.

Gfip (Guia do Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social)

- 18 - A Gfip tem sido enviada no prazo legal e com todas as informações obrigatórias.

Demonstrativo Previdenciário

- 19 - O Demonstrativo Previdenciário está sendo elaborado e enviado à Secretaria Nacional da Previdência Social nos prazos estabelecidos.

Demonstrativo das Admissões e Contratação de Servidores

- 20 - O Demonstrativo das Admissões e Contratação de Servidores de que trata a IN TC está sendo elaborado e enviado ao TCE no prazo legal.

Declaração de Bens

- 21 - A declaração de bens dos Agentes Políticos e ocupantes de cargo de chefia, está sendo elaborada e arquivada no Departamento de RH conforme estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado.

Publicação dos Subsídios e da Remuneração dos Cargos e Empregos Públicos

- 22 - Os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos estão sendo publicados anualmente no órgão oficial do Município.

Rais (Relação Anual de Informações Sociais)

- 23 - A Rais está sendo preenchida e encaminhada à CEF (Caixa Econômica Federal) no prazo legal.

Declaração Anual dos Rendimentos Pagos ou Creditados

- 24 - A declaração anual dos rendimentos pagos ou creditados aos servidores no exercício anterior foi elaborada e entregue no prazo legal para efeito de ajuste anual do Imposto de Renda.
- 25 - Os rendimentos pagos ou creditados a título de remuneração por serviços prestados foram informados à Receita Federal no prazo legal.

Controle da Saúde dos Servidores

- 26 - Os funcionários têm realizado e apresentado com a regularidade inscrita na norma de controle os exames médicos e laboratoriais exigidos.

ATOS DE PESSOAL - INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

(PROVIMENTO) Conceito: Provimento é o ato de designação de alguém para ser titular de cargo público pela autoridade competente.

Base Legal: Lei Complementar Municipal nº. 044/2014 – Estatuto dos servidores públicos da administração pública direta, autárquica e fundacional Incluídas os Servidores dos Regimes de Contratação Efetiva e Temporária, Estatutários, Estatutários Temporários e Demais

Servidores Contratados Pela Administração Direta ou Indireta do Município de Itapoá.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

Provimento Efetivo.

- 1 - A nomeação de servidores para cargos de provimento efetivo se deu através de aprovação em concurso público e com previsão na LDO.
- 2 - O concurso público fez reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência.
- 3 - As vagas abertas em concurso possuíam autorização em lei.
- 4 - A nomeação obedeceu a ordem de classificação dos aprovados no concurso público.
- 5 - A posse se deu mediante apresentação da documentação exigida nas normas de controle interno e edital, Portaria de Nomeação e assinatura do termo de posse.
- 6 - Os servidores em estágio probatório estão sendo avaliados na forma da lei municipal e regulamento.
- 7 - Os servidores reprovados no estágio probatório foram exonerados mediante processo administrativo.

Provimento Temporário

- 8 - A admissão de servidor público em caráter temporário estava prevista na LDO, autorizado em lei específica e se deu através de processo seletivo.
- 9 - No processo de admissão há comprovação de que a necessidade é efetivamente temporária e de excepcional interesse público.
- 10 - A admissão foi autorizada pela autoridade competente.
- 11 - A convocação dos selecionados se deu em obediência a ordem de classificação.
- 12 - A documentação apresentada pelos contratados atendeu as exigências das normas de controle interno e do edital.
- 13 - O contrato está devidamente assinado pelas partes.

Provimento em Comissão

- 14 - A nomeação para cargos em comissão atendeu o limite de vagas fixada em lei.
- 15 - O trabalho desenvolvido pelos comissionados guarda as características com atribuições de chefia, direção e assessoramento.
- 16 - A documentação apresentada pelos nomeados atende as exigências das normas de controle interno.
- 17 - O Decreto de nomeação foi publicado no órgão oficial do Município.
- 18 - O termo de posse foi assinado.

Provimento dos Cargos Eletivos

- 19 - O termo de posse foi assinado.
- 20 - O Prefeito e o Vice-Prefeito apresentaram o diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, declaração de bens e documentos pessoais.
- 21 - O termo de posse foi assinado pelo Prefeito e Vice-Prefeito.
- 22 - Os membros do Conselho Tutelar, eleitos por eleição direta na forma do Estatuto foram nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.
- 23 - Os membros do Conselho Tutelar foram empossados mediante apresentação da ata da eleição, documentos pessoais e assinatura do termo de posse.

Estagiários

- 24 - A contratação de estudantes estagiários se realizou através de processo seletivo.
- 25 - Os estagiários contratados desempenham funções exclusivas de apoio às atividades próprias dos servidores.
- 26 - Há controle da matrícula e frequência às aulas pelos estagiários.
- 27 - Os estagiários estão amparados por apólice de seguro de acidente de trabalho.
- 28 - A contratação de estagiários está regulada por lei Municipal.

ATOS DE PESSOAL - VACÂNCIA Conceito: Vacância é a saída do servidor público de seu cargo, emprego ou função, o cargo está sem titular.

Base Legal: Lei Complementar Municipal nº. 044/2014 – Estatuto dos servidores públicos da administração pública direta, autárquica e fundacional Incluídas os Servidores dos Regimes de Contratação Efetiva e Temporária, Estatutários, Estatutários Temporários e Demais Servidores Contratados Pela Administração Direta ou Indireta do Município de Itapoá.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

Cargos Efetivos

- 1 - Ocorreu vacância de cargos efetivos no período.
- 2 - Dos processos constam no que couber em cada caso, conforme normas de controle interno:
 - a) Pedido de exoneração;
 - b) Declaração de bens;
 - c) Atestado demissional da saúde;
 - d) Declaração de acidente de trabalho;
 - e) Parecer final da junta médica;
 - f) Atestado de óbito;
 - g) Processo administrativo da demissão;
 - h) Portaria baixada pela autoridade competente;
 - i) Publicação no órgão oficial do Município;
 - j) Cálculo do tempo de serviço;
 - k) Identificação dos beneficiários da pensão;

- l) Cálculo dos saldos de vencimentos e vantagens;
 - m) Cálculo dos proventos ou pensão devidos com memória de cálculo;
 - n) Comunicação ao Regime Próprio de Previdência;
 - o) Encaminhamento do processo ao TCE para homologação.
- 3 - Os direitos funcionais foram calculados e pagos de forma regular.
- 4 - Há servidores com mais de 70 anos no exercício do cargo.

Cargos em Comissão

- 5 - Dos processos constam no que couber em cada caso, conforme normas de controle interno:
- a) Carta com pedido de exoneração;
 - b) Ordem da autoridade competente;
 - c) Declaração de bens;
 - d) Cálculo dos saldos remuneratórios;
 - e) Decreto editado pela autoridade competente;
 - f) Publicação no órgão oficial do Município.

Temporários

- 6 - Dos processos constam no que couber em cada caso, conforme normas de controle interno:
- a) Manifestação da parte interessada;
 - b) Rescisão do contrato;
 - c) Ordem de demissão;
 - d) Processo de sindicância;
 - e) Termo de rescisão;
 - f) Cálculo dos saldos remuneratórios;
 - g) Atestado de saúde demissional;
 - h) Portaria editada pela autoridade competente;
 - i) Publicação no órgão oficial do Município.

RESPONSABILIDADE FISCAL A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que regulamentou aos artigos 163 e 169 da Constituição Federal de 1988 e tem por objetivo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade da gestão fiscal, ou seja, o zelo na arrecadação das receitas e na realização das despesas públicas. Obrigando-se o gestor a agir com transparência e de forma planejada.

Base Legal: Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1. A Administração Direta, Fundos, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais dependentes do Poder Executivo estão cumprindo a programação financeira em conformidade com as determinações constantes no art. 8º da LRF.
2. Em caso de redução de receita, houve limitação de empenho proporcional às reduções. (art.9º, LRF).
3. Houve aumento de despesa decorrente de expansão de ação governamental, acompanhada da declaração do Ordenador de Despesa da existência da adequação orçamentária e financeira e de que há compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
- 3.1 - Em caso positivo, foi acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes.
4. O limite de gastos com pessoal e encargos sociais, ativos e inativos, no final de cada quadrimestre, obedecem ao disposto no art. 20 da LRF.
5. Os valores dos serviços de terceirização de mão de obra que se referem a substituição de servidores e empregados públicos estão sendo contabilizados como "outras despesas de pessoal".
6. Em caso de final de mandato houve ato de que resulte aumento de despesas com pessoal expedido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias.
7. A destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas estão devidamente autorizadas por lei específica e atendem as condições estabelecidas na LDO com a respectiva previsão na LOA.
8. Os limites da Dívida Pública obedecem a legislação em vigor, resolução do Senado Federal, no caso da Secretaria de Estado de Fazenda.
9. Foi realizada operação de crédito por antecipação de receita (ARO). Em caso positivo se obedece a todas as condições da LRF.
10. A Administração Direta, Fundos, Autarquias, Fundações, dependentes do Poder Executivo estão cumprindo o disposto no art. 42, da LRF.
11. Foram inscritos em restos a pagar, compromissos assumidos nos dois últimos quadrimestres do final do mandato, sem disponibilidade de caixa para cobrir tais despesas.
- 11.1 - Em caso positivo, houve cancelamento de saldos de empenhos sem a devida cobertura financeira.
- 11.2 - Em caso positivo, a disponibilidade de caixa apurada, levando-se em consideração a vinculação dos recursos comprovada através de fluxo de caixa que demonstre os valores da receita de 31 de dezembro, bem como os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.
12. As contribuições para o PASEP (correspondentes a 1% das Receitas Correntes arrecadadas e das Transferências Correntes e de Capital recebidas – Lei nº 9.715/98) estão sendo recolhidas por todas as pessoas jurídicas de direito público interno.
13. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO está sendo publicado até o trigésimo dia após o encerramento do bimestre.
14. O Relatório de Gestão Fiscal – RGF está sendo publicado até o trigésimo dia após o encerramento do quadrimestre.
15. O controle interno, em cumprindo a sua missão institucional, está fiscalizando:
 - 15.1 - Atingimento das metas estabelecidas na LDO;
 - 15.2 - Cumprimento dos limites e condições para realização de operação de crédito e inscrição em restos a pagar;

- 15.3 - Medidas adotadas para controle das despesas com pessoal e encargos Sociais;
15.4 - Cumprimento dos limites das dívidas consolidada e mobiliária;
15.5 - A destinação de recursos provenientes de alienação de ativos está sendo efetuada apenas para investimentos, salvo se destinada por lei para regimes da previdência social geral ou própria dos servidores públicos.
16. Foi elaborado demonstrativo de despesas não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.
17. Para efeito de apuração do percentual de aplicação no ensino e na saúde foram consideradas as despesas liquidadas e com suficiente disponibilidade de caixa para pagamento daquelas inscritas em Restos a Pagar.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá - IPESI Conceito: São controles relacionados ao Instituto de Previdência, visando à padronização dos procedimentos, o controle efetivo, monitoração da folha de pagamento dos Inativos e Pensionistas, vinculados ao RPPS, processos de aposentadorias e pensões, entre outros controles pertinentes.

Base Legal: Lei Complementar Municipal nº 041/2014, IN TCE-SC 20/2015, 11/2011 com redação dada pela IN 12/12.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

Aposentadoria

1 - Procedimentos Iniciais da Concessão

- a) Verificar no requerimento do servidor - nome igual documentos oficiais, e o tipo de benefício solicitado;
a) Verificar nome e sobrenome igual em todos os doc. juntados e CTC (INSS/Prefeitura/Outras) na cópia do documento comprobatório de idade (identidade/ CPF/CNH, etc). – Caso haja divergência, deverá ser juntada a justificativa pelo DRH.
b) Verificar se na declaração de acumulação de cargo, emprego ou função pública e proventos, consta acúmulo de cargo. Havendo acúmulo de cargos, deverá ser juntada a documentação do 2º cargo, publico (Estado). Havendo acumulação de proventos, deverá ser juntado o comprovante do INSS/Estado.
c) Verificar se a informação constante no despacho do DRH informando os passos da vida funcional do servidor está de acordo com toda a documentação juntada pelo DRH.

2 - Documentação comprobatória

- d) Verificar nome e sobrenome do servidor em todos os documentos tais como Ato de Nomeação ou Ato de Efetivação, Justificativa e Relação do Concurso;
e) Verificar se o Ato de Promoção/ Ato de Enquadramento (Penúltimo e último).
f) Verificar se de acordo com o contra cheque juntado na data do requerimento e do mês e a Ficha financeira, o servidor foi posicionado no nível correto.
g) Verificar se o apostilamento confere com os períodos de nomeação e exoneração.

3 - Incorporação dos Abonos

- h) Verificar se o servidor recebe abono família, se possui filhos menores de 14 anos e se está dentro do limite salarial determinado por lei para incorporação do salário família.

4 - Averbação e Utilização de Tempo de Serviço/Contribuição

- a) Verificar nome e sobrenome do servidor e dos pais está corretamente lançado na Certidão de Tempo de Contribuição original (INSS/ESTADO/UNIÃO /Municípios);
b) Verificar nome e sobrenome do servidor constante no Ato de Averbação de Tempo Serviço, verificando se o tempo total lançado (Município/Iniciativa privada) confere com a CTC averbada.

5 - Benefício Especial Professor

- c) Verificar nome, sobrenome, períodos citados na Declaração emitida pela SMED de que o professor (a) não se afastou da regência de sala, verificando se os períodos somam o tempo total necessário.
d) Verificar nome, sobrenome na Declaração emitida pela SMED que o professor (a) afastado se enquadra, verificando se as funções citadas são compatíveis com as especificadas em lei e foram exercidas em unidades escolares.

6 - Benefício Invalidez

- e) Verificar no Laudo Médico expedido por junta médica oficial, o nome, sobrenome, nº documentos, dados dos peritos, assinatura e carimbo do Assessor Jurídico, integral ou proporcional, doença constante na lei vigente.
f) Verificar se a aposentadoria é invalidez integral e se já foi solicitado o Termo de curatela para o caso de invalidez por "Alienação Mental";

7 – Pareceres

- a) Verificar se consta no processo de aposentadoria, o Parecer Jurídico e o Parecer do Controle Interno.

8 – Verificar se o processo foi enviado ao Tribunal de Contas no prazo legal.

Outros Controles Operacionais Conceito: Calculo atuarial, conforme a legislação vigente, entre outros controles pertinentes.

Base Legal: Lei Complementar Municipal nº 041/2014, IN TCE-SC 20/2015, 11/2011 com redação dada pela IN 12/12.

PROCEDIMENTOS Verificar se:

1 - Calculo atuarial

- a) Verificar se o calculo foi realizado conforme a Lei Federal 9.717/98, e se foi efetuado no prazo legal e enviado a Prefeitura e ao Tribunal

de Contas.

2 - Déficit

b) Verificar se houve déficit do RPPS,

3 – Parcelamento de Dividas

d) Verificar se estão sendo pagas as parcelas de exercícios anteriores, de contribuições não recebidas, no prazo e se não foi pago se calculado o reajuste conforme a legislação em vigor.

4 - Demonstrativo Previdenciário

e) Verificar se o Demonstrativo Previdenciário está sendo elaborado e enviado à Secretaria Nacional da Previdência Social nos prazos estabelecidos.

5 – Certificado de Regularidade Previdenciária

f) Verificar o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), documento que atesta a regularidade do regime de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos de um do Município. Para obtê-lo é preciso preencher os critérios exigidos pelo Ministério da Previdência Social (MPS), como: Demonstrativo das Receitas e Despesas; Avaliação Atuarial; Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações dos recursos; Comprovantes de Repasses dos valores das contribuições sociais (servidor e patronal), entre outros. Assim, o não cumprimento desses critérios, além de suspender o CRP, penaliza o município com as seguintes sanções: suspensão das transferências voluntárias; suspensão de empréstimos e financiamento; suspensão de compensação previdenciária.

6 – Política de Investimento do IPESI

g) Verificar se foi elaborada sua Política de Investimentos para o Exercício posterior em obediência ao que determina legislação federal, a qual é analisada e aprovada pelos Conselhos, conforme prevê a Resolução do Conselho Monetário Nacional-CMN, quando determinaram que cada RPPS, deve, anualmente, elaborar o Plano de Investimentos com vistas a estabelecer o melhor caminho na busca de resultados, principalmente no que diz respeito ao batimento da meta atuarial.

7 - Declaração Anual dos Rendimentos Pagos ou Creditados

h) Verificar se a declaração anual dos rendimentos pagos ou creditados aos aposentados e pensionistas foi elaborada e entregue no prazo legal para efeito de ajuste anual do Imposto de Renda.

i) Verificar se o comprovante de rendimentos pagos ou creditados a título de provento por serviços prestados foram informados à Receita Federal no prazo legal.

8 - Controle da Saúde dos Servidores

j) Os aposentados por doença têm realizado perícia médica periódica e apresentado com regularidade conforme exigidos.

11 - REGISTRO E CONTROLE DAS REVISÕES

Capítulo	Revisão	Data	Descrição Sumária	Motivo
--	00	17/08/17	Emissão inicial – Aprovação	Emissão inicial

Jaborá

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 14 de setembro de 2017, às 14:30 horas, para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INSTALAÇÃO DO SISTEMA COLETIVO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS NO BAIRRO SÃO VALENTIN. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 31 de agosto de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 061 DE 31 DE JULHO DE 2017.

DECRETO Nº. 061 DE 31 DE JULHO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº 827 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais), como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (32) – 3.3.90.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$120.000,00

TOTAL R\$ 120.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Federal – FNDE – Salário Educação (vinculação 0104 – Salário Educação) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 672.014-5, Agência 1084 da CEF.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 31 de julho de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 05

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresarias com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais abaixo especificados:

• Contrato de Repasse nº 2017TR1122; – Agencia de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Objeto do Convênio: "Feira da Agricultura Familiar de Jacinto Machado/SC 2017."

Origem do Recurso: Estado de Santa Catarina

Data do Repasse da Parcela Única: 30/08/2017

Valor do Repasse: R\$ 14.979,72(Quatorze mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos).

Jacinto Machado/SC, 30 de Agosto de 2017.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.512/2017

D E C R E T O Nº 11.512/2017

Autoriza Permissão de Uso de Bem Público Municipal à CASA DA SERENIDADE - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA RECUPERAÇÃO, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no artigo 99, c/c §§ 3º e 5º, do artigo 102, ambos da LOM, e disposições contidas no inciso I, do parágrafo único, do artigo 14; nos §§ 1º, 2º, 5º e 6º, do artigo 18; e no artigo 20, da Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Processo PMJS Nº 0006713/2017;

CONSIDERANDO o interesse público nas atividades estatutárias desenvolvidas pela Casa da Serenidade - Associação Amigos da Recuperação, CNPJ/MF Nº 19.629.165/0001-55;

DECRETA :

Art.1º Fica autorizada a permissão de uso, em caráter precário, gratuito e sem ônus, de uma área com 510,10m², sem benfeitorias, com os demais dados identificativos na MI Nº 51.047, do CRI desta Comarca, avaliada em R\$ 215.188,42 (Duzentos e quinze mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), cadastrada na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul sob o Nº 27.962, situada à Rua 584 - Leopoldo Klein, bairro Vila Lenzi, perímetro urbano, neste Município, integrante do patrimônio público municipal, à CASA DA SERENIDADE - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA RECUPERAÇÃO, CNPJ/MF Nº 19.629.165/0001-55.

§1º Sobre o imóvel acha-se gravada faixa "non aedificandi" de 4,00m para ambos os lados da tubulação de drenagem (diâmetro 1,50m), a qual deverá ser respeitada, sob pena de revogação imediata da Permissão.

§2º A permissão de uso tem por finalidade disponibilizar à Permissionária um espaço destinado à construção da sua sede, para o desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

Art.2º A permissão de uso terá vigência de 10 (dez) anos, contada da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no órgão de publicações oficiais do Município, podendo ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

Art.3º A permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e em caso de descumprimento das condições impostas à Permissionária, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art.4º O Termo de Permissão de Uso poderá sofrer modificações no todo ou em parte, por ato unilateral do Permitente, ou ato bilateral, podendo, ainda, ser rescindido de pleno direito por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e/ou condições, independentemente da ação, modificação ou interpelação judicial.

§1º Independentemente de notificação ou interpelação judicial, finda a Permissão, a Permissionária deverá restituir a área em perfeito estado de conservação, sem direito a qualquer indenização.

§2º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior implica no dever de indenizar.

Art.5º As construções ou benfeitorias que forem lançadas na área incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedade pública, sem direito à retenção ou indenização.

Art.6º A conservação, zelo e segurança da área constituem obrigação indeclinável e permanente da Permissionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Permissão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.7º Será firmado Termo de Permissão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

DECRETO Nº 11.513/2017

D E C R E T O Nº 11.513/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.03 - SAMAE - DIVISÃO ESGOTO

25.03.17.512.14004.412 - Manutenção Patrimonial - Divisão Esgoto

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.03.55 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), proveniente dos recursos vinculados aos Recursos Arrecadados pelo Samae, no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.514/2017

D E C R E T O Nº 11.514/2017

Dispõe Sobre o Procedimento de Protesto de Certidões de Dívida Ativa e de Títulos Executivos Judiciais Previsto na Lei Complementar Municipal Nº 192/2017, de 05 de Maio de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e com fundamento no artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art.1º Compete, exclusivamente, à Secretaria Municipal da Fazenda a inscrição do crédito em dívida ativa e à Procuradoria-Geral do Município o protesto de certidões de dívida ativa e de títulos executivos judiciais.

Art.2º O protesto de certidões de dívida ativa observará o seguinte procedimento:

I - Caberá à Procuradoria-Geral do Município:

a) identificar as certidões de dívida ativa e os títulos executivos judiciais passíveis de serem protestados, devendo levar em conta não apenas a perspectiva de satisfação do crédito, mas, também, os princípios da segurança jurídica, da economicidade e da eficiência;

b) encaminhar ao Instituto de Estudos e Protestos de Títulos do Brasil - Seção Santa Catarina (IEPTB/SC) as certidões de dívida ativa e os títulos executivos judiciais;

c) encaminhar as certidões de dívida ativa e os títulos executivos judiciais não passíveis de protesto ao Setor Executivo Fiscal para cobrança;

d) bloquear as certidões de dívida ativa e os títulos executivos judiciais enviados, a fim de se evitar a emissão de 2ª via de DAM ou o parcelamento do débito no âmbito administrativo, durante o período compreendido entre o encaminhamento e a lavratura do protesto;

e) reabrir as certidões de dívida ativa e os títulos executivos judiciais protestados para se permitir a emissão da segunda via de DAM e o parcelamento do débito no âmbito administrativo após a lavratura do protesto; e

f) solicitar a retirada ou o cancelamento de certidões de dívida ativa e dos títulos executivos judiciais apresentados de forma indevida, respectivamente, antes ou depois de serem protestados, ocasião em que o ente municipal ficará responsável pelo pagamento dos emolumentos cartorários gerados pelo cancelamento.

II - Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda:

a) realizar o parcelamento dos débitos das certidões de dívida ativa e dos títulos executivos judiciais previamente protestados;

b) emitir a autorização de cancelamento eletrônica via Central de Remessa de Arquivos de Santa Catarina (CRA/SC), mediante constatação da compensação do pagamento à vista do débito ou da primeira parcela do parcelamento após a lavratura do protesto;

c) orientar e cientificar os cidadãos a sempre se dirigirem ao Tabelionato de Protesto de Títulos competente, para que realizem o cancelamento do protesto e providenciem o recolhimento integral dos emolumentos cartorários, sob pena de continuidade ou manutenção do protesto, cuja orientação constará no termo de parcelamento ou, no caso de pagamento em cota única, constará no termo de ciência, nos moldes do Anexo Único, deste Decreto;

d) orientar e cientificar os cidadãos a se dirigirem ao Cartório da Unidade Judiciária competente, para que arquem com as despesas

processuais, caso a dívida se encontre ajuizada, cuja orientação constará no termo de parcelamento ou, no caso de pagamento em cota única, constará no termo de ciência, nos moldes do Anexo Único, deste Decreto;

e) cadastrar e digitalizar, uniformemente, todos os processos administrativos que envolvam certidões de dívida ativa ou títulos executivos judiciais encaminhados a protesto ou já protestados;

f) comunicar à Procuradoria-Geral do Município acerca do ingresso de processos administrativos, a fim de que se tomem as providências necessárias;

g) notificar os cidadãos acerca do teor da decisão exarada nos autos dos processos administrativos;

h) conferir o repasse dos recursos recebidos pelo Tabelionato de Protesto de Títulos para que se proceda à baixa das certidões de dívida ativa e dos títulos executivos judiciais por comprovação de pagamento;

i) providenciar a contabilização das tarifas bancárias correspondentes a cada transferência interbancária dos recursos recebidos pelo Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e repassados ao Município de Jaraguá do Sul, respeitando-se eventual variação no preço das tarifas; e

j) acompanhar os resultados obtidos, por meio de relatórios disponibilizados mensalmente pelo sistema informatizado.

Art.3º Os valores recolhidos perante o Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos serão repassados, diariamente, por meio de transferência bancária para conta específica do Município de Jaraguá do Sul, mediante o desconto das tarifas bancárias correspondentes a operação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

BENEDITO CARLOS NORONHA

Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 11.514/2017 - ANEXO

ANEXO ÚNICO

DO DECRETO MUNICIPAL Nº 11.514/2017

TERMO DE CIÊNCIA

RELATIVO AO PROCEDIMENTO DE BAIXA DO PROTESTO

O devedor fica ciente que deverá se dirigir ao Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos competente, após quitar a cota única ou a primeira parcela do parcelamento, e providenciar o recolhimento integral dos emolumentos cartorários, sob pena de continuidade ou manutenção do protesto.

No caso de a dívida se encontrar ajuizada, o devedor também fica ciente de que deverá se dirigir ao Cartório da Unidade Judiciária competente para que arque com as despesas processuais.

Jaraguá do Sul, ____ de ____ de ____.

Contribuinte

DECRETO Nº 11.515/2017

D E C R E T O Nº 11.515/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 720.663,63 (Setecentos e vinte mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos), para reforço de crédito especial do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
39.01 - CULTURA
39.01.13.392.11004.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.01.536 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 86.483,63
39.01.537 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 454.680,00
39.01.366 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.500,00
39.01.365 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00
TOTAL R\$ 720.663,63

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do provável "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais); proveniente de recursos vinculados ao Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Público, no valor de R\$ 454.680,00 (Quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais); aos Recursos Arrecadados Schützenfest, no valor de R\$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados a Outros Recursos Arrecadados pela Fundação Cultural, no valor de R\$ 86.483,63 (Oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e três centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL Nº 01 /2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 01 /2017

"Convocação de eleição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA - Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Gestão 2017 / 2018 e designação da Comissão Eleitoral (CE)."

ARGOS JOSÉ BURGARDT, Secretário Municipal da Administração, no exercício de suas atribuições legais, considerando Decreto 8.092/2011 que altera dispositivos do Decreto 6.153/2007, convoca os servidores públicos municipais de Jaraguá do Sul, para participarem da eleição dos representantes dos servidores na CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), para Gestão 2017/2018, a se realizar entre os dias 06 e 10 de Novembro de 2017.

DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

Ficam designados, para efeito deste edital, os servidores, para

comporem a Comissão Eleitoral (C.E.), a qual será responsável pela organização e acompanhamento do processo de escolha dos representantes dos servidores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (PMJS): Representante da Secretaria Municipal da Administração e Presidente – Agenor Alvise ;
Representante da Secretaria Municipal da Fazenda – Aurélio Bernardo Maenchen;
Técnico de Segurança do Trabalho designado para acompanhar o processo – Sandro M. Krachinski;
Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul e Região (SINSEP) - _____ Não tem Representante _____ ;

Representante da Secretaria Municipal da Educação (SEMED) – Clarice Inés Dalcanali;
Representante da Secretaria Municipal da Saúde (SEMSA) – Gilson de Assis Strobel;
Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOB) – Sidnei Alves Siqueira;
Representante da Secretaria Municipal da Agricultura (SEMA) – Marilene Cassia dos Reis;
Representante da Secretaria Municipal da Agricultura (SEMA) – Daniele Sbardellatti;

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2017**EDITAL****PREGÃO PRESENCIAL**

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2017

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: Menor Preço por Item

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que em função de equívoco na elaboração dos itens do Edital, fica alterado o item 01 (lâmina cônica 13 furos) do Anexo I do Edital, para inclusão da parcela exclusiva para ME/EPP conforme previsão na LC 147/2014 e pelo fato do valor total estimado para este item, ser maior que R\$ 80.000,00. O Edital Versão II contendo a alteração será disponibilizado no site www.jaraguadosul.sc.gov.br aos interessados no dia 04/09/2017. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista a alteração modificar a formulação das propostas, visto esta Administração Pública comunica aos interessados a nova data para entrega, credenciamento e abertura dos Envelopes, conforme segue:

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 15 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 hs do dia 15 de setembro de 2017, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 31 de agosto de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

LEI Nº 7.450/2017

LEI Nº 7.450/2017

Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão S-183, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Czerniewicz, passa a denominar-se ANTONIO DE SOUZA.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

IVALDO KUCZKOWSKI

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 885/2017

PORTARIANº 885/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, e 174/2016, de 31/08/2016; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2013; CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 364/2017/DGP, de 29/08/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Agente Tributário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal da Fazenda, habilitada em concurso público de provas, SIRLENE SATIL PERLIN.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir de 01/09/2017, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;
X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 886/2017

PORTARIANº 886/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 146, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 154/2017/Semad-GAS, de 25/08/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º READAPTAR a servidora pública municipal MARCIA SCHNEIDER, matrícula 2803, do cargo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer as atribuições do cargo de Administradora Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Secretaria Municipal de Educação para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 887/2017

PORTARIA Nº 887/2017

Instaura Processo Administrativo em face de TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 798/2017/Semsa e seus anexos, datado de 04/08/2017, subscrito pelo Sr. Jonas Germano Schmidt, Secretário Municipal de Saúde, protocolado junto à Controladoria-Geral do Município na data de 08/08/2017, solicitando a instauração de Processo Administrativo em face da empresa contratada TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME., responsável pela construção da Unidade de Atendimento Adulto, localizada na Rua 1273 - Oscar Carlos Otto Nagel, s/Nº, bairro Chico de Paulo, Jaraguá do Sul - SC, decorrente de suposto descumprimento do contrato Nº 395/2015, em decorrência do processo de licitação Tomada de Preços Nº 29/2015 - FMS, homologado em 23/10/2015;

CONSIDERANDO, ainda, o conteúdo disposto no Ofício Nº 798/2017/Semsa, no qual informa que após o período de paralisação da obra devido a falta de repasse de recursos federais, houve várias tentativas de contato com a empresa contratada para assinatura do Termo de Reinício da obra Unidade de Acolhimento Adulto, porém sem sucesso;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto na Notificação - Of. 129/2017/Semplu, subscrita pelo Sr. Dalton Uhlendorf, Engenheiro Civil - Fiscal, publicada no DOM/SC - Edição Nº 2265, em 31/05/2017, dirigido à empresa contratada TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME., notificando-a do encerramento do Contrato e concedendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento para apresentação de defesa administrativa;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no ofício datado de 15/05/2017, subscrito pela empresa contratada TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME., na qual pede a rescisão contratual amigável do Contrato Nº 395/2015, cujo objeto é a construção da Unidade de Acolhimento Adulto - Tomada de Preços Nº 29/2015-FMS, justificando que, mediante cenário econômico negativo, a empresa não se susteve financeiramente, tendo suas atividades prejudicadas;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Contrato Nº 395/2015, em decorrência do processo de licitação Tomada de Preços Nº 29/2015 - FMS, homologado em 23/10/2015;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Edital Tomada de Preços Nº 29/2015, da Secretaria Municipal de Saúde, tendo como objeto a prestação de serviços de engenharia para construção da Unidade de Atendimento Adulto, localizada na Rua 1273 - Oscar Carlos Otto Nagel, s/Nº, bairro Chico de Paulo, em Jaraguá do Sul - SC;

CONSIDERANDO o que determina a Lei Federal Nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;

CONSIDERANDO os princípios básicos da Administração Pública, dispostos no artigo 37, da Constituição Federal, e aplicáveis ao

Direito Administrativo, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Geral Nº 007/2017 e DESIGNAR as servidoras públicas municipais ALESSANDRA SUGAWARA PRUDENCIATI, matrícula 9588-5, ocupante do cargo de Arquiteta e Urbanista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; ALESSANDRA FABÍOLA BALLOCK GROSSKLAGS, matrícula 8612-5, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada no Gabinete do Prefeito; e ROSILENE LONGUI PEREIRA, matrícula 81954-9, ocupante do cargo de Chefe de Acompanhamento Operacional e Patrimonial, lotada na Controladoria-Geral do Município, para, sob a presidência da primeira, promover o devido Processo Administrativo, com vistas a apurar suposto descumprimento do contrato Nº 395/2015, em decorrência do processo de licitação Tomada de Preços Nº 29/2015 - FMS, homologado em 23/10/2015, sendo parte contratada TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME., responsável pela construção da Unidade de Atendimento Adulto, localizada na Rua 1273 - Oscar Carlos Otto Nagel, s/Nº, bairro Chico de Paulo, Jaraguá do Sul - SC, com vistas na Lei Federal Nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, especialmente quanto a aplicação de penalidades.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;

II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

III - juntada, aos autos do processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas, e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

V - instrução do feito; e

VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguido da data de publicação; indicação do número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver, e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, no

canto superior direito, a partir da capa do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.4º As reuniões da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º A Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013, bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.7º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I - da Instauração do Processo Administrativo Geral;

II - da Instalação dos Trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;

V - da Conclusão;

VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;

VII - do apontamento das Referências Bibliográficas; e

VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação 'in loco' e o resumo da junta dos demais elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar expressamente as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá, ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI, do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.8º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá encaminhar o conteúdo à Controladoria-Geral do Município para a emissão de Parecer do Controle Interno.

Art.9º Ato contínuo, a Controladoria-Geral do Município encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa, a Controladoria-Geral do Município deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva Decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.10. A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.11. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016, até a conclusão dos trabalhos.

Art.12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 888/2017

PORTARIANº 888/2017

Instaura Processo Administrativo em face de
EGON KLUK STADLER ME.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 521/2017/Semed e seus anexos, datado de 07/08/2017, subscrito pela Sra. Jacira Rozza Buzzarello, Diretora Administrativa e Financeira, e Sr. Rogério Jung, Secretário Municipal de Educação, protocolado junto à Controladoria-Geral do Município, na data de 07/08/2017, solicitando a instauração de procedimento administrativo em face da contratada EGON KLUK STADLER ME. decorrente de atrasos na entrega, data de validade e marca diversa da licitada, de itens de gênero alimentício, ocasionando suposto descumprimento do Contrato Nº 007/2017, em decorrência do processo de licitação Pregão Presencial Nº 110/2016, homologado em 20/01/2017;

CONSIDERANDO, ainda, o conteúdo disposto no Ofício Nº 521/2017/Semed, no qual informa que a contratada foi devidamente notificada extrajudicialmente em 10/07/2017 acerca dos itens 31 e 32 (leite UHT) quanto ao descumprimento do prazo de entrega, data de validade do produto, bem como a marca não correspondente a

licitada, porém não apresentou defesa administrativa para justificar tal situação. Que em 12/07/2017 foi notificada extrajudicialmente novamente, referente ao atraso na entrega dos itens 82 (abóbora higienizada), item 83 (aipim higienizado), item 84 (batata inglesa higienizada), itens 47 e 48 (carne bovina moída), 49 e 50 (coxa e sobrecoxa de frango), 53 e 54 (paleta bovina), 55 (paleta suína), 56 (peito de frango - sassami) e 58 (queijo mussarela), implicando em alteração do cardápio nas unidades escolares, novamente sem apresentar defesa administrativa acerca do fato;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Contrato Nº 007/2017, decorrente do processo de licitação Pregão Presencial Nº 110/2016, homologado em 20/01/2017;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Edital Pregão Presencial Nº 110/2016 da Secretaria Municipal de Educação, referente à aquisição de gêneros alimentícios, sob forma de entrega parcelada;

CONSIDERANDO o que determina a Lei Federal Nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e o disposto na Lei Federal Nº 10.520/2002, de 17/07/2002;

CONSIDERANDO os princípios básicos da Administração Pública, dispostos no artigo 37, da Constituição Federal, e aplicáveis ao Direito Administrativo, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Geral Nº 006/2017 e DESIGNAR as servidoras públicas municipais ALESSANDRA SUGAWARA PRUDENCIATI, matrícula 9588-5, ocupante do cargo de Arquiteta e Urbanista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; ALESSANDRA FABIOLA BALLOCK GROSSKLAGS, matrícula 8612-5, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada no Gabinete do Prefeito; e ROSILENE LONGUI PEREIRA, matrícula 81954-9, ocupante do cargo de Chefe de Acompanhamento Operacional e Patrimonial, lotada na Controladoria-Geral do Município, para, sob a presidência da primeira, promover o devido Processo Administrativo com vistas a apurar suposto descumprimento do Contrato Nº 007/2017, decorrente do processo de licitação Pregão Presencial Nº 110/2016, homologado em 20/01/2017, sendo parte contratada EGON KLUK STADLER ME., com vistas nas Leis Federais Nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e Nº 10.520/2002, de 17/07/2002, especialmente quanto à aplicação de penalidades.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º A Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;

II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

III - juntada, aos autos do Processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas, e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

V - instrução do feito; e

VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguido da data de publicação; indicação do número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver, e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, no canto superior direito, a partir da capa do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.5º As reuniões da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.6º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.7º A Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013, bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.8º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I - da Instauração do Processo Administrativo Geral;

II - da Instalação dos Trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;

V - da Conclusão;

VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;

VII - do apontamento das Referências Bibliográficas; e

VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação 'in loco' e o resumo da junta dos demais elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar expressamente as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá, ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI, do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.9º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Especial de Processo Administrativo Geral deverá encaminhar o conteúdo à Controladoria-Geral do Município para a emissão de Parecer do Controle Interno.

Art.10. Ato contínuo, a Controladoria-Geral do Município encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa, a Controladoria-Geral do Município deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva Decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.11. A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.12. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016, até a conclusão dos trabalhos.

Art.13. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 889/2017

PORTARIANº 889/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, e 174/2016, de 31/08/2016; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2013; CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 363/2017/DGP, de 29/08/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Agente de Obras - Encanador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal da Administração, habilitado em concurso público de provas, VALMIR BONA.

Art.2º O nomeado terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir de 01/09/2017, sob pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF; X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 890/2017

PORTARIANº 890/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/08/2017, EDUARDO BERTOLDI do cargo de provimento em comissão de CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 001/2017, de 02/01/2017, no que se refere a nomeação do mesmo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de agosto de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 891/2017

PORTARIANº 891/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 31/08/2017, VANESSA SCHWIRKOWSKY do cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DE GABINETE, da Controladoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 095/2017, de 06/02/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de agosto de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 027/2017/CMS/JS

RESOLUÇÃO Nº 027/2017/CMS/JS

Dispõe sobre a indicação de Secretária Executiva para o Conselho Municipal de Saúde.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, na sua décima reunião plenária do ano realizada no dia 29 de agosto de 2017, no uso de

suas atribuições regimentais e que lhe confere a Lei Municipal nº 7.094 de 28 de agosto de 2015 e Lei nº 7.363, de 20 de abril de 2017 e,

Considerando, o ofício nº 0592/2017/GabPref que traz a indicação de Charliny Stanck Xavier para desempenhar as funções de Secretária do Conselho Municipal de Saúde, a partir de 01/09/2017, em substituição da atual secretária Ivani Bersch Froeder;

Considerando a Lei nº 7.094/2015, Art.7º que estabelece a estrutura do CMS, traz no inciso VI , a figura da Secretária Executiva como parte integrante;

Considerando que a inexistência da função Secretária Executiva no organograma foi explicado e justificado na plenária do dia 25/04/2017, pelo Secretário de Saúde, que se deve ao fato de no organograma criado no final do ano por esta administração, ter sido esquecido o cargo;

Considerando que a "necessidade de adequação" mencionado no ofício nº 0592/2017/GabPref, sobrepõe-se a Resolução 463/2012, que estabelece na Quarta Diretriz da Resolução do CNS nº 453/2012, incisos:

I - cabe ao Conselho de Saúde deliberar em relação à sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal".

II – o Conselho de Saúde contará com uma secretária-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao Plenário do conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão";

Considerando a Lei 8.142/1990, Art. 1º, inciso II, § 5º " As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo conselho".

Considerando o Regimento Interno do CMS/JS, Art. 16, §:

1º - "O Secretário(a) Executivo(A) do Conselho Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul- SC, será escolhido dentro do quadro funcional, devendo o(a) mesmo(a) ser referendado (a) pela plenária do CMS, cabendo ao Presidente do CMS sua nomeação"

2º – O plenário poderá deliberar pela substituição do servidor indicado para exercer os trabalhos relativos à Secretaria-Executiva, no caso de descumprimento do presente regimento ou de inoperância em suas funções".

Considerando ainda, que na plenária do dia 29/08/2017, foi votada e aprovada uma alteração no Regimento Interno, Art. 16, caput: O Conselho Municipal de Saúde contará com uma Secretaria Executiva, com dedicação exclusiva, a qual compete:

Considerando que a alternância constante da pessoa na função de Secretária Executiva do Conselho (a exemplo do ocorrido em 2015) traz prejuízo ao trabalho do Controle Social, pela descontinuidade;

Considerando que a servidora Ivani Bersch Froeder vem exercendo a atividades de secretária nos últimos dois anos, tendo seu trabalho reconhecido pelo pleno como fundamental pelo conhecimento e experiência adquiridos.

Resolve:

Art. 1º Rejeitar, pelo exposto, a indicação feita pelo Prefeito Municipal de substituição da atual secretária Ivani Bersch Froeder, pela Assessora de Gabinete Charliny Stanck Xavier.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de agosto de 2017
Agostinho Fernando Zimmermann
Presidente

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 65/2017 – TIPO MAIOR OFERTA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 65/2017 – TIPO MAIOR OFERTA

O Presidente da Comissão de Licitação, designada pelo Decreto 11.422/2017 comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 65/2017, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA - TIPO MAIOR OFERTA, cujo objeto é a Outorga de Permissão de Uso Remunerado de Espaços e Áreas do "Parque Municipal de Eventos", situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de bebidas: Chope Industrial, Chope Artesanal, Refrigerante, Água, Chá Gelado e Suco, durante o período que corresponde as Edições da Schützenfest 2017 e 2018, de acordo com as exigências e condições previstas no Edital e seus anexos, cuja empresa vencedora é Dickel Correa & Fraga Comércio de Bebidas e Organização de Eventos Ltda-ME, CNPJ 13.030.941/0001-10, no valor de R\$422.800,00 (quatrocentos e vinte e dois mil e oitocentos reais).

Jaraguá do Sul, SC, 30 de agosto de 2017.
Nirton Hanemann
Presidente Comissão Especial de Licitação

SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 202/2017 A 219/2017

EXTRATO DO CONTRATO 202/2017

Processo: Pregão nº 96/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Nabla Engenharia Elétrica Ltda.; Objeto: Serviços especializados para instalação de chave tripolar em subestação de energia, com fornecimento de materiais; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 12.834,15 (doze mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quinze centavos); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: – 25.02.4.407.3.3.90.39.19.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Div. Água; Prazo de Fornecimento: Até 16/09/2017; Data da assinatura: 16/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ubiratan Gilberto de Carvalho Franco.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 203/2017

Processo: Pregão nº 90/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Giovannella Indústria e Comércio Eireli EPP; Objeto: Sacola tipo Mochila; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); Após o aceite do Relatório Socioambiental pela Caixa Econômica Federal em até 05 (cinco) dias úteis, a empresa vencedora do certame deverá emitir a Nota Fiscal, sendo que o pagamento da Nota Fiscal dar-se-á até 20 (vinte) dias após a liberação dos recursos pela Caixa Econômica Federal □

CEF; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.3.400.4.4.90.51.91.00.00.00 – 12 – Implantação de ETA-Água Verde; Prazo de Fornecimento: Até 06/09/2017; Data da assinatura: 18/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ronoel de Luca.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 204/2017

Processo: Pregão nº 90/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Gráfica Guaramirim Ltda. EPP; Objeto: Pastas, folders e revistas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 14.840,00 (quatorze mil, oitocentos e quarenta reais); Após o aceite do Relatório Socioambiental pela Caixa Econômica Federal em até 05 (cinco) dias úteis, a empresa vencedora do certame deverá emitir a Nota Fiscal, sendo que o pagamento da Nota Fiscal dar-se-á até 20 (vinte) dias após a liberação dos recursos pela Caixa Econômica Federal - CEF; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.3.400.4.4.90.51.91.00.00.00 – 12 – Implantação de ETA -Água Verde; Prazo de Fornecimento: Até 06/09/2017; Data da assinatura: 18/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Fabrício Hackbarth.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 205/2017

Processo: Pregão nº 90/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: RSul Eireli EPP; Objeto: Kit Lápis de Cor e Caneta Plástica Azul; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais); Após o aceite do Relatório Socioambiental pela Caixa Econômica Federal em até 05 (cinco) dias úteis, a empresa vencedora do certame deverá emitir a Nota Fiscal, sendo que o pagamento da Nota Fiscal dar-se-á até 20 (vinte) dias após a liberação dos recursos pela Caixa Econômica Federal □ CEF; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.3.400.4.4.90.51.91.00.00.00 – 12 – Implantação de ETA - Água Verde; Prazo de Fornecimento: Até 06/09/2017; Data da assinatura: 18/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Leandro Geremias.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 206/2017

Processo: Pregão nº 94/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Ebara Indústrias Mecânicas e Comércio Ltda.; Objeto: Conjunto Motobomba Submersível; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 271.000,00 (duzentos e setenta e um mil reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.03.4.412.4.4.90.52.39.00.00.00 – 38 – Aquisição de equipamentos e material

permanente; Prazo de Fornecimento: Até 22/10/2017; Data da assinatura: 22/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e José Roberto Santiago.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 207/2017

Processo: Pregão nº 94/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: SPV Hidrotécnica Brasileira Ltda.; Objeto: Conjunto Motobomba Submersível; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.03.4.412.4.4.90.52.39.00.00.00 – 38 – Aquisição de equipamentos e material permanente; Prazo de Fornecimento: Até 22/10/2017; Data da assinatura: 22/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Luiz Olívio Brighi.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 208/2017 2º ADITIVO (SUPRESSÃO) AO CONTRATO Nº 399/2016

Processo: Pregão 169/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Buschle & Lepper S.A.; Objeto: Suprimir em 0,00608% a quantidade praticada no contrato original e aditivo já celebrados, facultado pelo no art. 65, §1º da Lei 8.666/93, bem como item 6.4 da Cláusula Sexta do contrato acima mencionado; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 23/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Sidney Sebastião Deretti.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 209/2017 1º ADITIVO (SUPRESSÃO) AO CONTRATO Nº 400/2016

Processo: Pregão 169/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Dryl-ler Indústria e Comércio de Hidróxidos Ltda.; Objeto: Suprimir em 33,33% a quantidade praticada no contrato original, facultado pelo art. 65, §2º inciso II da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 23/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Richard Hebach L´Abbate.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 210/2017 1º ADITIVO (SUPRESSÃO) AO CONTRATO Nº 401/2016

Processo: Pregão 169/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Buschle & Lepper S.A.; Objeto: Suprimir em 36% a quantidade praticada no contrato original, facultado pelo art. 65, §2º inciso II da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem

inalteradas; Data da assinatura: 23/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Vilmar Luiz Cordeiro.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 211/2017 1º ADITIVO (SUPRESSÃO) AO CONTRATO Nº 402/2016

Processo: Pregão 169/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Madecarbo Indústria e Comércio Ltda.; Objeto: Suprimir em 22,22% a quantidade praticada no contrato original, facultado pelo art. 65, §1º da Lei 8.666/93, bem como item 6.4 da Cláusula Sexta do contrato acima mencionado; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 23/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Cristiane Mazurok Quinhone.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 212/2017 1º ADITIVO (SUPRESSÃO) AO CONTRATO Nº 404/2016

Processo: Pregão 169/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Multicloro Ltda.; Objeto: Suprimir em 10% a quantidade praticada para o item 01 e 06% a quantidade praticada para o item 02, no contrato original, facultado pelo art. 65, §1º da Lei 8.666/93, bem como item 6.4 da Cláusula Sexta do contrato acima mencionado; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 23/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e José Adelino Serafin.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 213/2017 1º ADITIVO (SUPRESSÃO) AO CONTRATO Nº 405/2016

Processo: Pregão 169/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Nheel Química Ltda.; Objeto: Suprimir em 30% a quantidade praticada para o item 11 no contrato original, facultado pelo art. 65, §2º inciso II da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 23/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ivone Barbosa Silva.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 215/2017

Processo: Pregão nº 108/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: FERNANDES MANÁ MAT. E EQUIP. LTDA - ME.; Objeto: Tubos e Conexões em Ferro Fundido; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.460,00 (Hum mil quatrocentos e sessenta reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão

Água; Prazo de Fornecimento: Até 30/10/2017; Data da assinatura: 29/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e André Itamaro.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – Samae

EXTRATO DO CONTRATO 216/2017

Processo: Pregão nº 108/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: PYONGYANG TUBOS E CONEXÕES EIRELI.; Objeto: Tubos e Conexões em Ferro Fundido; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 3.076,14 (Três mil e setenta e seis reais e quatorze centavos); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 30/10/2017; Data da assinatura: 29/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Vinicius Henrique Biasibette.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – Samae

EXTRATO DO CONTRATO 217/2017

Processo: Pregão nº 108/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: LUCAS CALIXTO BOLETINI DE SOUZA EIRELI - ME; Objeto: Tubos e Conexões em Ferro Fundido; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 22.683,00 (Vinte e dois mil seiscentos e oitenta e três reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 30/10/2017; Data da assinatura: 29/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Lucas Calixto Boletini de Souza.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 218/2017

Processo: Pregão nº 117/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME.; Objeto: Aquisição de caixas de papelão reciclado, selos de alumínio para seladora de copos e copos plásticos para envasamento de água.; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.990,00 (Dois mil Novecentos e noventa reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.30.19.00.00.00 – 5 – Manutenção das atividades administrativas - Samae; ; Prazo de Fornecimento: Até 18/09/2017;

Data da assinatura: 30/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Edevaldo Fortes Simões.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 219/2017

Processo: Pregão nº 117/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: ADL COMERCIAL EIRELI EPP.; Objeto: Aquisição de caixas de papelão reciclado, selos de alumínio para seladora de copos e copos plásticos para envasamento de água.; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 10.784,00 (Dez mil Setecentos e oitenta e quatro reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, dos quais a PROPONENTE saiu vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.30.19.00.00.00 – 5 – Manutenção das atividades administrativas - Samae; ; Prazo de Fornecimento: Até 18/09/2017; Data da assinatura: 30/08/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ivanir Laurindo.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 120/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº: 120/2017
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODALIDADE: PREGÃO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA Seguro de Responsabilidade Civil contra Terceiros e Total para a Frota do SAMAE
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 01/09/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h
DATA DA ABERTURA: 15/09/2017 às 10 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samae.js.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 47– 2106-9100
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 121/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº: 121/2017
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE RESÍDUOS COM CAMINHÃO HIDROVÁCUO EM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 01/09/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h
DATA DA ABERTURA: 18/09/2017 às 10 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul

– SC- Site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone
047– 2106-9100
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE- LICITAÇÃO Nº: 129/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº: 129/2017
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE.
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 01/09/2017, das 8:00 h às
12:00 h e das 13:00 às 16:00 h
DATA DA ABERTURA: 15/09/2017 às 14 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do
SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone
047– 2106-9100
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEMAD - PORTARIA Nº 229/2017

PORTARIANº 229/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 07/08/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio referente ao 1º período da servidora Elaine Maria Fedechin, indeferido com base no art. 68, inciso II, alínea b do Estatuto do Servidor Público Municipal de Jaraguá do Sul;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 141/2017, de 22/06/2017, da Secretaria Municipal da Administração, que concedeu 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO à servidora pública municipal ELAINE MARIA FEDECHIN, matrícula 8467, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/06/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 230/2017

PORTARIANº 230/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 11/08/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio referente ao 3º período da servidora Elmira Milnitz, indeferido com base no art. 68, inciso II, alínea b do Estatuto do Servidor Público Municipal de Jaraguá do Sul;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 145/2017, de 22/06/2017, da Secretaria Municipal da Administração, que concedeu 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO à servidora pública municipal ELMIRA MILNITZ, matrícula 4208, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/06/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 233/2017

PORTARIANº 233/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Mem nº 054/2017/GAS, de 22/08/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 15/07/2017 à 18/08/2017, à servidora pública municipal JACIRA H. DA COSTA REISS, cadastro 8834, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/07/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 234/2017

PORTARIANº 234/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Mem nº 055/2017/GAS, de 22/08/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 21/08/2017 à 19/09/2017, à servidora pública municipal LUCIMAR B. DEMARCHI, cadastro 4182, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil – Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 235/2017

PORTARIANº 235/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 29/08/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ELUIZA DOMINONI DE JESUS, matrícula nº 3972, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 236/2017

PORTARIANº 236/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 22/08/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal JAIME LUIS OECKSLER, matrícula nº 8873, referente ao 1º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 67/2017

PORTARIA Nº 67/2017

Estabelece Procedimentos Internos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, a qual estabelece a obrigatoriedade da entrega da declaração de bens e imposto de renda para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto na Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, a qual dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos

nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego e função na administração pública direta, indireta ou fundacional;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa 01/2006 – TCE/SC, de 21 de junho de 2006, a qual estabelece procedimentos para o encaminhamento da declaração de bens pelos agentes públicos estaduais e municipais;

CONSIDERANDO o Memorando CI 09/2017, de 30 de junho de 2017, da controladoria interna da Câmara de Municipal de Jaraguá do Sul a qual apontou a necessidade de fixação de data limite para entrega da declaração de bens e rendimentos;

CONSIDERANDO Parecer Jurídico, de 25 de agosto de 2017,

emitido pela Procuradoria Geral Legislativa acerca da necessidade de todos os servidores da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul apresentarem declaração de bens anualmente;

RESOLVE:

Art. 1º Fica definido como data para entrega anual da declaração de bens com a indicação de fontes de renda ao setor de Recursos Humanos da Câmara o primeiro dia útil subsequente a data fim fixada pela Receita Federal do Brasil para entrega da declaração de bens.

Art. 2º Havendo variação patrimonial, o servidor deverá atualizar a declaração de bens ao final do respectivo exercício financeiro.

Art. 3º A declaração que trata o Art. 1º deverá ser entregue também no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo emprego ou função, bem como na data de término de gestão ou do mandato, e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo.

Art. 4º A declaração de bens com a indicação das fontes de renda será feita em conformidade com o formulário integrante da Instrução Normativa 01/2006 – TCE/SC de 21 de junho de 2006, ou aquela que vier a substituí-la, ou ainda, a critério do servidor, poderá ser entregue, cópia da declaração anual de bens apresentada a Receita Federal do Brasil na conformidade da legislação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza.

Paragrafo Único. Quando o servidor optar por entregar cópia da declaração anual de bens apresentada a Receita Federal do Brasil, esta deverá apresentar todas as páginas enviadas a Receita Federal do Brasil, inclusive o recibo de envio, com todas as páginas rubricadas e com a data de entrega na primeira página.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 31 de agosto de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

Convocação:

Convocamos a senhora Elaine Brando dos Santos a apresentar-se a Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento deste, para assumir vaga do Processo Seletivo referente ao edital n.º14/2016 no qual foi classificado para a vaga de Auxiliar de Serviços Internos.

Caso não haja interesse em tomar posse do cargo para o qual foi classificado em processo seletivo, deve o aprovado subscrever correspondência, dizendo de sua desistência, enviando a mesma aos cuidados da Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba.

Sem mais.

Secretaria Municipal de Educação
Joaçaba/SC

INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR.

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

Em virtude do não cumprimento do Art. 157 da Lei Complementar nº 76/2003 e obedecendo ao disposto no Art. 158 do mesmo diploma legal, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 1.256 de 13 de julho de 2017, NOTIFICA o senhor RODRIGO LEMOS, das oitivas agendadas conforme data, horários e local especificado abaixo:

- 17/08/2017 (quinta-feira), às 10:00 horas, no setor de Dívida Ativa, situado na Prefeitura de Joaçaba – Avenida XV de Novembro, 378 – oitiva da senhora ANGELA SIGNORI;
- 17/08/2017 (quinta-feira), às 11:00 horas, no setor de Dívida Ativa, situado na Prefeitura de Joaçaba – Avenida XV de Novembro, 378 – oitiva do senhor VALMOR REISDORFER.

Obedecendo ao Art. 148 da LC 76 de 11 de dezembro de 2003, o processo administrativo disciplinar observará o princípio do contraditório, assegurada ao (s) acusado (s) ampla defesa e o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, devidamente constituído para este fim, podendo arrolar testemunhas, requerer vista do processo, extração de cópias, contestar os fatos e tudo o mais que julgar necessário para apresentar em sua defesa.

Joaçaba, 10 de agosto de 2017.

Ines Maria Picoli

Presidente da Comissão/Portaria nº 1.256/2017

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 30- RUA MINAS GERAIS

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 30/2017

DETERMINO à empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, a paralisação dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em C.A.U.Q da Rua Minas Gerais, Bairro Santa Tereza, neste Município, objeto do Contrato nº 335/2016/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 72/2016 - PMJ – Edital TP nº 20/2016 - PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 10/11/2016.

Faz-se necessária a paralisação haja vista a necessidade de retirada de vegetação nativa dentro do limite da projeção da rua, bem como escavação, carga e transporte de material, além de algumas melhorias não previstas no projeto

A paralisação começará a contar de 04/09/2017 e perdurará pelo período de 30 (sessenta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 29 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Vilson Sartori

Secretário de Infraestrutura

VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
CONTRATADA

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 05 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) ROBSON FERNANDO DE CAMPOS, Cargo de Técnico de Administração, classificado em 10º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 002/2017/SMAS, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a passagem para o final da lista de classificação, possibilitando a 2ª chamada conforme item 14.6 do referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de agosto de 2017.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 211 DE 31 DE AGOSTO DE 2017 - ELCIRA MARGARETH RODRIGUES PINTO**

PORTARIA Nº 211 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 220, de 10 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a ELCIRA MARGARETH RODRIGUES PINTO, inscrita no CPF sob o nº 709.969.979-20, portadora do RG nº 11/R 1.079.945, inscrita no PASEP sob o nº 120.267.981-51, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.873, nos termos do art. 22 c/c 24, ambos da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 31 de agosto de 2017.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PORTARIA Nº 212 DE 31 DE AGOSTO DE 2017 - IVONE PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 212 DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 226, de 14 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a IVONE PEREIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 385.228.709-00, portadora do RG nº 11/R 1.886.735, inscrita no PASEP sob o nº 122.15000.23-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.977, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 31 de agosto de 2017.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA TP 0003/2016 - SIMAE**

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0314/2017 de 18/08/2017 do Sr. Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Simae, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0003/2016, Edital de Licitação 0031/2016, decorrente do Contrato JHL N.º 0062/2016, assinado em 15 de agosto de 2016, e seus aditivos JHL N.º 0008/2017, assinado em 20 de fevereiro de 2017 e JHL N.º 0032/2017, assinado em 02 de maio de 2017, e o Sr. Leandro Poggere, Administrador da empresa Poggere Construções e Implementos Ltda – EPP, após o recebimento Provisório da construção de muro de arrimo, terraplanagem e construção de casa para abrigo de equipamentos do Simae e demolições, no terreno do RAP 012, em Herval d'Oeste, conforme Termo Provisório assinado em 01 de junho de 2017, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de construção de muro de arrimo, terraplanagem e construção de casa para abrigo de equipamentos do Simae e demolições, no terreno do RAP 012, em Herval d'Oeste atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo;
2. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma

definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba/SC, 30 de agosto de 2017.

Membro da Comissão: João Carlos Ungericht

Membro da Comissão: Valdinei Antonio Gusatto

Membro da Comissão: Lindovander José Machado

Representante da Contratada: Leandro Poggere

Visto da Direção do Simae: Paulo Cesar Lamin

José Boiteux

PREFEITURA

Lei 1120/2017

Lei nº 1.120, de 30 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX/SC PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2018/2021 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Artigo 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de José Boiteux para o quadriênio 2018/2021 contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso no Anexo II desta Lei.

Artigo 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2018/2021, consolidadas por programas, são aquelas constantes no Anexo III desta Lei.

Artigo 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta Lei, serão estruturadas em programas, objetivos, ações, produtos, unidades de medida, metas, valores e fonte de recursos.

§ 1º - As metas físicas e fiscais por ações em cada programa serão demonstradas na forma do Anexo IV desta Lei.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

IV - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

V - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Artigo 5º - Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de aproximadamente 6% ao ano.

Artigo 6º - Os valores previstos no Plano Plurianual serão automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

Artigo 7º - O Plano Plurianual somente poderá ser alterado por lei específica para esta finalidade.

Artigo 8º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Artigo 9º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta lei.

Artigo 10 - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Artigo 11 - Esta Lei entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 30 de agosto de 2017.

Jonas Pudewell

Prefeito Municipal

Publicado na data supra.

Lacerdópolis

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/6

Processo Nº.: 23/2017

MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2017

No dia 30 do mês de Agosto do ano de 2017, o MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 20/2017 Processo Licitatório nº 23/2017. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
8559	CAPINZAL CENTER LTDA ME	1, 3, 13, 14, 15, 16, 25, 26, 28, 29, 30
7938	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	2, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 32
9206	GILBERTO DE ARAÚJO COMERCIO - ME	7, 8, 21, 27
8897	MERCADO MUNARI LTDA ME	23, 33
9340	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	5, 20, 22, 31

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CAPINZAL CENTER LTDA ME	07.383.088/0001-17	KEVIN DE LIMA JASKIU	10044885997
COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	05.758.684/0001-09	ROBERTO ANTONIO TESSARO	51808692934
GILBERTO DE ARAÚJO COMERCIO - ME	26.478.549/0001-80	AIRTON DA SILVA MOTTA	94732876900
MERCADO MUNARI LTDA ME	10.878.273/0001-97	ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFANES	59083433900
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	11.499.653/0001-83		

Fornecedor: 7938 - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Limpador perfumado concentrado p/ limpeza de pisos, azulejos e outras superfícies laváveis como fórmicas, pias e bancadas. Composição: alquil, dimetil amina oxidada, nonil fenol etoxilado, conservante, fragrância, corante e água. O produto deve estar registrado ou notificado junto a ANVISA, galão 5 lts.	UN	LHE	45,000	6,6300	298,35
4	Toalha listrada felpuda p/ limpeza de chão, medida mínima 60x85cm, 100% algodão	UN	CATARINENSE	45,000	2,7000	121,50
6	Papel interfolhado 2 dobras branco 100% celulose virgem medindo 20 x 21cm. Com 1000 folhas cada pacote Cx. c/ 5000 fls	UN	BELA VISTA	90,000	37,7000	3.393,00

9	Saco para lixo 100 lts. Pct c/ 25 Unid. Cor preto, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 75x105 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 25 unid.	UN	VISION	165,000	4,4500	734,25
10	Saco para lixo 50 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor preto, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 50 unid.	UN	VISION	145,000	4,4500	645,25
11	Saco para lixo 30 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor preto, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 50 unid.	UN	VISION	140,000	4,4500	623,00
12	Saco para lixo 15 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor preto, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 100 unid.	UN	VISION	105,000	4,4500	467,25
17	Balde 12 lts em plástico, não reciclado com cabo de metal	UN	MARIPLAST	13,000	5,5000	71,50
18	Prendedor de roupas em madeira resistente, grandes, embalagem c/ 12 unid.	UN	GABOARDI	25,000	1,6000	40,00
19	Sabão em pó com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejantes, essência, carga e água. Contém aquil benzeno sulfonato de sódio, embalagem de 5 kg	UN	GIRANDO SOL	20,000	21,7000	434,00
24	Lustra móveis. Produto com eficiência na limpeza de móveis, dando brilho e restaurando a cor, deixando um aroma agradável no ambiente. Composição: veículo, ativos, espessante, emulcificante, cloreto de cetil trimetil amônio, formaldeído à 37% essência. Embalagem de 500 ml	UN	AUDAX	10,000	4,0000	40,00
32	Neutralizador de odores. Neutraliza os odores indesejáveis em ambientes fechados e úmidos e deixa um perfume agradável no ambiente. Composição: cloreto de benzalconico, tensoativo não iônico, coadjuvante, fragrância e água. Embalagem de 500 ml com burrificador	UN	LHE	50,000	8,8000	440,00
					Total	7.308,10

Fornecedor: 8559 - CAPINZAL CENTER LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Esponja de lã de aço carbono 44g embalagem com 8 unidades	UN	sany	45,000	0,7200	32,40
3	Esponja de louça multiuso verde e amarela, pct. Com 3 unid. Dupla face 110x74x23mm, composição espuma de poliuretano abrasivo fibra sintética.	UN	betanin	45,000	1,2100	54,45
13	Copo descartável 180ml, transparente pct c/ 100 unid.	UN	nosso copo	400,000	2,1900	876,00

14	Toalha de papel multiuso, contém 2 rolos com 60 toalhas de 19cmX22cm cada, branco de boa qualidade. Composição: 100% fibras naturais.	UN	sorella	180,000	2,1100	379,80
15	Alcool etílico embalagem de 1l. 92,8° inpm com registro na ANVISA	UN	tupi	300,000	3,9500	1.185,00
16	Vassoura de palha reforçada com um bom acabamento e cabo de 1,20m	UN	colonial	24,000	9,7900	234,96
25	Limpa vidro com registro na ANVISA Composição. Útil glicol, lauril éter sulfato de sódio, álcool etílico, hidróxido de amônia, coadjuvantes, desnaturante, fragrância floral e corante frasco com 500 ml	UN	da ilha	45,000	1,7300	77,85
26	Detergente de louça neutro 500 ml, tendo certificado na ANVISA. Composição. Componente Ativo, glicerina, coadjuvantes, conservantes, sequestrante, espessante, corante e veículo..	UN	naturatte	190,000	0,9700	184,30
28	Saponáceo cremoso 300ml, composição: tensoativos, aniônico e não aniônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo,preservante, fragrância, veículo, linear alquibenzeno sulfonato de sódio.	UN	class	50,000	1,9900	99,50
29	Filtro para café dupla costura nº 103 com 30 unidades	UN	supremo	40,000	1,9500	78,00
30	Filtro para café dupla costura nº 102 com 30 unidades	UN	supremo	5,000	1,9500	9,75
Total						3.212,01

Fornecedor: 8897 - MERCADO MUNARI LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	Pedra sanitária. Pedra sanitária 20g com suporte plástico para vasos sanitários, aromas diversos. Composição: p-diclorobenzeno , PHMB essência e corante.	UN	SANY	220,000	0,6400	140,80
33	Saco p/ aspirador de pó, /p/ aparelho marca ARNO, água e pó, 1400 wats, pcte c/ 3 unidades	UN	NG	15,000	24,9900	374,85
Total						515,65

Fornecedor: 9206 - GILBERTO DE ARAÚJO COMERCIO - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Água sanitária c/ teor de sódio 2% a 2,5%, embalagem 5 lts	UN	MAIS BRILHO	75,000	5,3900	404,25
8	Alvejante com cloro alveja e desinfeta com teor de cloro de 2% a 2.5%%. composição hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio, essência, coadjuvante e veículo. Produto notificado na ANVISA, embalagem de 5 litros	UN	MAIS BRILHO	25,000	9,7000	242,50

21	Desinfetante concentrado, uso em limpeza e desinfecção de pisos em geral, produto concentrado em aroma, diluição de 10ml do produto p/ 100ml de água. Composição: tensoativo aniônico e catiônico. Espessante alcalisante, conservante, coadjuvantes essência, corante e veículo. Polímero e acrílico produto biodegradável c/ registro na ANVISA, embalagem 5 lts	UN	LOURO	60,000	12,9000	774,00
27	Perfume de ambientes, concentrado, com borrifador, a base de óleo de frutas, nas fragrâncias doce carinho, vanilha e erva doce. Composição: álcool, aqua, parfum, nonoxynol-9, benzalkoniumchloride, bht, alpha-i-somethylionone, benzylsalicylate, butylphenyl, methylpropionalcinnamylalcohol, citronellol, coumarin, geraniol, hexylcinnamal, limonene. Frasco 300 ml	UN	DOCE CARINHO	50,000	15,0000	750,00
					Total	2.170,75

Fornecedor: 9340 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Bolsa p/ limpeza grossa atalhada, alvejada medida mínima 50x70cm, 100% algodão	UN	MARTINS	90,000	1,9000	171,00
20	Limpa alumínio limpeza de superfícies e objetos de alumínio. Composição: linear alquilbenzenosulfanato de sódio, tensoativos não iônicos, ácido inorgânico, corante e veículo, embalagem 5 lts	UN	ATTIVO	9,000	9,0000	81,00
22	Álcool perfumado. Uso na limpeza e desinfecção de mesas, cadeiras, e superfícies em geral, aroma pérola ou lavanda. Composição: Álcool etílico solubilizante, essência, desnatante, corante e veículo. Produto biodegradável com registro na ANVISA e MS. Embalagem de 05 litros	UN	ATTIVO	60,000	15,0000	900,00
31	Multiuso concentrado ação desengordurante, embalagem 5 lts, limpador instantâneo, limpeza pesada, composição: linear alquil benzeno, sulfanato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de	UN	ATTIVO	45,000	8,8000	396,00
					Total	1.548,00

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 20/2017, Processo Licitatório nº 23/2017 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.



8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 20/2017, Processo Licitatório nº 23/2017 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 20/2017 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 20/2017;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 23/2017; o Edital do Pregão nº 20/2017 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 30 de Agosto de 2017.

Município de Lacerdópolis

SERGIO LUIZ CALEGARI

PREFEITO

AUTORIZAÇÃO Nº 02-2017

AUTORIZAÇÃO Nº 02 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

“Autorização para a utilização de espaço público”.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito do Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

AUTORIZA:

Art. 1º- Raimundo Nonato Câmara Brito a utilizar provisoriamente, até que se faça a licitação para fins de permissão ou concessão de uso, uma sala da rodoviária municipal a ser especificada posteriormente para o fim de instalar uma barbearia.

Art. 2º - Esta autorização entra em vigor a data de sua publicação e poderá ser revogada a qualquer momento.

Lacerdópolis-SC, 30 de agosto de 2017.

Sérgio Luiz Calegari

Prefeito

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 28/2016 - SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO. DE LAGES/ FUNDO -MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.703684/0001-50, estabelecida na Rua Antônio Edu Vieira, Nº646, Bairro Sagrado Coração de Jesus, em Lages/SC CEP: 88.508-300.

Resolvem celebrar este 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 28/2016, Conforme Parecer Jurídico nº 971/2017, do Processo Licitatório nº 27/2016, correlato à Concorrência nº 01/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário, aberta em 08/08/2016 e homologada em 23/09/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Conclusão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

Conforme solicitação de prorrogação de prazo, efetuada pela Secretaria de Planejamento e Obra Ofício 535/2017, com parecer Jurídico nº 971/2017, favorável, prorroga-se os prazos de Execução e Vigência Contratual por mais 360 (trezentos e sessenta) dias, até dia 17/09/2018.

As demais cláusulas e condições anteriormente contratadas permanecem inalteradas.

Lages, 31 de agosto de 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal.

EXTRATO CONTRATO 197/2017 - EMIX - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 197/2017 – PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR(A): EMIX COMÉRCIO, FABRICAÇÃO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 18.822.886/0001-14, estabelecida à Rua Pedro Alvares Cabral, nº 463, sala 02, bairro Coral, CEP 88523-350, Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 144/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 59/2017, aberto em 03/08/2017 e homologado em 29/08/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de dois imóveis destinados à Instalação do CEIM Primeiros Passos e da EMEF Itinerante Maria Alice Wolff Souza. Descrição dos imóveis:

a) um terreno, com a área superficial de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados), denominado pelo lote nº 03, da quadra “E”, do loteamento Jardim Residencial Cepar I, localizado no lado par da Avenida Projetada A, no bairro Ponte Grande, na cidade de Lages/SC, matrícula sob nº 21.152, do 4º Ofício de Registro de Imóveis de Lages/SC;

b) um terreno, com a área superficial de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados), denominado pelo lote nº 04, da quadra “E”, do loteamento Jardim Residencial Cepar I, localizado no lado par da Avenida Projetada A, no bairro Ponte Grande, na cidade de Lages/SC, matrícula sob nº 21.153, do 4º Ofício de Registro de

Imóveis de Lages/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início, em até 90 (noventa) dias da data da assinatura do contrato;

2.2 Da Execução, 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017/2018. A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta do(a) LOCADOR(A) é de R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais).

Lages, 29 de agosto de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 21/2017 - ELÍDIO ADALBERTO - FMASH

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 21/2017 FMASH

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA O MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR: ELÍDIO ADALBERTO FERTIG, inscrito no CPF nº 032.275.619-72 e HILDE ROVENA SCHMITT FERTIG, inscrita no CPF nº 693.648.939-72, casados, residentes e domiciliados à Rua Presidente Costa e Silva, nº 125, bairro América, CEP 89204-053, Joinville/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 23/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 11/2017, aberto em 30/08/2017 e homologado em 30/08/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Imóvel destinado à Instalação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. O imóvel é uma casa residencial de alvenaria, com pavimento e sub-solo, situada na Rua Moises Furtado, nº 155, bairro Centro, em Lages/SC, registrado sob nº 46.780, do Primeiro Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Circunscrição da Comarca de Lages/SC. Inscrição Imobiliária 9.150.201.0083.0251.001.001. Descrição do imóvel:

- a) área construída de 376,87m² (trezentos e setenta e seis metros e oitenta e sete decímetros quadrados) em alvenaria;
- b) dois banheiros privativos com 6,5m² cada;
- c) banheiro adaptável para pessoas com deficiência com 5m²;
- d) uma sala para recepção com 12m²;
- e) uma sala para administração/coordenação com 8m²;
- f) três salas para atendimento individual com 10m² cada;
- g) uma sala para reuniões com 16,5m²;
- h) uma sala de atendimento coletivo com 61m²;
- i) uma cozinha com 12,5m²;
- j) um refeitório com 16,5m²;
- k) uma sala para almoxarifado com 8,5m²;
- l) uma lavanderia com 6,5m²;
- m) espaço externo para secagem de roupas com 18m²;
- n) espaço para armário de guarda pertences com 5m²;

o) possibilidade de colocação de placas de identificação/informativas;
p) rampa de acesso ao imóvel e adaptação aos parâmetros de acessibilidade aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida em conformidade com a legislação vigente;
q) garagem para dois veículos;
r) o imóvel possui sistema de iluminação natural e artificial, rede de esgoto, instalações elétricas e hidráulicas em perfeitas condições de uso de acordo com as normas de segurança, pontos com tomadas elétricas e pintura em bom estado de conservação;
s) o imóvel permite a instalação de aparelhos de computadores, cabeamento de rede internet e telefonia;
t) o imóvel atende as especificações apresentadas, liberado para uso e com todas as taxas (água, luz e IPTU) quitadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início, em até 90 (noventa) dias da data da assinatura do contrato;

2.2 Da Execução, 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017/2018. A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta do(a) LOCADOR(A) é de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Lages, 30 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2017

AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2017

De 22 de agosto de 2017

REALIZA SESSÃO SOLENE ALUSIVA A COMEMORAÇÃO DOS 500 ANOS DA REFORMA LUTERANA

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal decreta e promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Realização de Sessão Solene alusiva à Comemoração dos 500 anos da Reforma Luterana.

Art. 2º. A Sessão Solene será realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), às 19:00 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Lages/SC.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2017.

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER

PRESIDENTE

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.907/2017

DECRETO Nº 4.907/2017, de 31 de agosto de 2017.

"DISPÕE SOBRE CONTENÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, CONSIDERANDO que a responsabilidade na gestão fiscal importa na previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência do Município e que devido a fatores econômicos relativos a crise financeira ocorreu alteração da evolução dos índices de arrecadação;

Considerando a crise financeira atual e os índices de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional;

CONSIDERANDO os demonstrativos que indicam que o percentual da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal chegará no segundo quadrimestre de 2017 a 51,29% (cinquenta e um e vinte e nove);

CONSIDERANDO a proximidade do limite prudencial da despesa de pessoal previsto no art. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 169, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção das medidas de contenção previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

DECRETA

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e Fundacional do Poder Executivo Municipal de Laguna, deverão adotar até 31 de dezembro de 2017, as disposições contidas no presente Decreto.

Art. 2º As medidas de contenção de despesa de pessoal objetivam o cumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Parágrafo único. As disposições deste Decreto serão aplicáveis para o cumprimento do percentual de 95% (noventa e cinco) da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal, previsto nos artigos 19 e 20, inciso III, alínea 'b' da LRF.

Art. 3º Ficam suspensos:

I - a concessão de ampliação de jornada;

II - a concessão de diárias, hospedagens e passagens aéreas, salvo para atendimento de casos excepcionais ou urgentes;

III - o pagamento de horas extras ou suplementares, por serviços extraordinários;

IV - as designações de servidores para compor comissão remunerada ou gratificada;

V - o pagamento de gratificações, salvo aquelas que decorram de repasses de verbas do governo estadual ou federal;

VI - a concessão de licença prêmio e a sua conversão em pecúnia, salvo nos casos de aposentadoria do servidor;

VII - disposições ou cessões de servidores públicos que impliquem percepção de qualquer tipo de gratificação, de vantagem pessoal ou de aumento de despesa da folha de pagamento;

VIII - as autorizações de despesas referentes à participação em congressos, seminários, simpósios ou eventos similares.

Parágrafo único. As despesas previstas neste artigo, quando devidamente justificadas e presentes as razões de relevante interesse público, deverão, em casos excepcionais, ser autorizadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º Fica determinado nos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta a redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

Art. 5º A Secretaria de Administração, Fazenda e Serviços Públicos deverá promover a redução dos contratos de prestação de serviços

terceirizados.

Art. 6º Caberá à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Serviços Públicos o controle do cumprimento das instruções deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito

PORTARIA Nº 862/2017

PORTARIA RH Nº 862/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR os servidores abaixo nominados ocupantes de cargos em comissão, lotados nas Secretarias, Fundações e demais Assessorias correspondentes, a partir desta data.

GABINETE DO PREFEITO

NOME	CARGO
Antônio da Silva Filho	Assessor Especial
Patrícia Espíndola Roldão	Assessor Especial
Juaci Damião Alves	Assessor de Planejamento Governamental
Laercio Freitas Camilo	Assessor de Gabinete I
Anderson Pereira Corrêa	Assessor Parlamentar
Miqueias Torquato Cecílio	Assessor de Planejamento Governamental

SECRETARIA DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

NOME	CARGO
Amilton Martins de Souza	Secretário Adjunto
Paula Souza de Medeiros	Assessor de Gestão Orçamentária
Joice Nascimento Santana	Diretor Depto de Contabilidade
Susani Córdova Ramos	Diretor Depto de Controle Patrimonial
Ânela Sá Damazio	Coordenador de Registro Patrimonial
Emerson Pereira Carneiro	Diretor Depto de Documentação
Dourival de Oliveira	Coordenador de Preço, Cadastros e Registros de Fornecedores

SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

NOME	CARGO
Jackson Barbosa Siqueira	Coordenador da Defesa Civil
Ricardo Cardoso Gil	Diretor Depto de Transporte
Rogério Antônio Machado	Diretor Depto de Serviços de Manutenção de Próprios Públicos

SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA

NOME	CARGO
Adriano Balduino	Integrador
Grazielle Sitônio Duarte	Gerente de Planejamento
Murilo de Oliveira Lima	Integrador

Marluci da Silva Oliveira	Gerente de Agricultura
---------------------------	------------------------

SECRETARIA DE SAÚDE

NOME	CARGO
Airton dos Anjos Moraes	Médico Diretor Técnico
Lizandra Ambrosi	Diretor Depto de Administrativo e Financeiro

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

NOME	CARGO
Ronaldo Pacheco Bonifácio	Assessor de Planejamento da Educação
Franciel dos Santos Martins	Diretor Depto Municipal de Esporte - DME
Margarete da Silva Neves	Supervisor de Escola
Bruna de Souza Silveira	Supervisor de Escola
Marília Gabriela Amaral	Supervisor de Escola

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

NOME	CARGO
André Labanowski	Secretário Adjunto
Mayara Santana Amboni	Assessor de Projetos
Renata Martinello Camprioni	Coordenador de Desenvolvimento de Projetos de Obras Públicas

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

NOME	CARGO
Ana Paula Flora Corrêa	Diretor Depto de Assistência Social e Apoio Comunitário

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Agosto de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 133/2017**

DECRETO Nº 133/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 Fundo Municipal de Saúde

2.015 Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.90.00.00.00.0003 – aplicações diretas

..... R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item orçamentário:

07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

01 Fundo Municipal de Saúde

2.015 Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.50.00.00.00.0003 – aplicações diretas

..... R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 134/2017

DECRETO Nº 134/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

05.01 Departamento de Obras

2.028 Sinalização e Manutenção de Vias Publicas

3.3.90.00.00.00.01160 – aplicações diretas

..... R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 1160 (FEP).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

INEXIGIBILIDADE Nº. 030/HMHL/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº. 030/HMHL/2017

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação para prestação de serviços médicos especialistas (anestesia e cirurgias) para as demandas do Municipal Henrique Lage, conforme Credenciamento nº 028/HMHL/2017.

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller

CONTRATADO: Clinicom Clinica Médica Eireli EPP

Samdesc Serviços de Anestesiologia e Manejo da dor do Extremo Sul Catarinense EPP

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XIII, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: 31/08/2017, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 31/08/2017, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro Muller.

Lauro Muller, 31 de Agosto de 2017.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

LEI N 1.992/2017

LEI Nº 1.992/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A AUTARQUIA MUNICIPAL HOSPITAL HENRIQUE LAGE A RECEBER EM DOAÇÃO RECURSOS FINANCEIROS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTEGRAÇÃO SOLIDÁRIA ENCOSTAS DA SERRA GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER/

SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a autarquia municipal Hospital Henrique Lage a receber em doação o valor em espécie de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) da Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária Encostas da Serra Geral.

Parágrafo Único. O valor descrito no caput será repassado em 12 (doze) prestações mensais de R\$ 300,00 (trezentos reais) a partir da assinatura do termo de doação.

Art. 2º - Se no período descrito no artigo anterior a Fundação Municipal de Saúde de Lauro Muller estiver em pleno funcionamento e a Autarquia Municipal Hospital Henrique Lage estiver desativada, fica autorizado o recebimento dos valores pela Fundação Municipal de Saúde de Lauro Muller.

Art. 3º - A forma de consecução da doação será previsto em termo próprio.

Art. 4º - Fica autorizado as alterações orçamentárias necessárias para o recebimento da doação, se houver necessidade.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1.991/2017

LEI Nº 1.991/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

INSTITUI A COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA ENTRE A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E O SUJEITO PASSIVO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, POR MEIO DO DOMICÍLIO ELETRÔNICO DO CONTRIBUINTE - DEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e o sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, sendo obrigatório o credenciamento para as pessoas jurídicas e físicas, observadas a forma, condições e prazos previstos em regulamento.

Art. 2º. Secretaria de Administração Finanças e Planejamento poderá utilizar a comunicação eletrônica para:

I – identificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos;

II – encaminhar notificações, intimações e autos de infração, formalizando lançamento de tributos e multas;

III – expedir avisos em geral.

Parágrafo único. A expedição de avisos por meio do DEC, a que se refere o inciso III do "caput" deste artigo, não exclui a espontaneidade da denúncia nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional.

Art. 3º. O recebimento da comunicação eletrônica pelo sujeito

passivo dar-se-á após seu credenciamento na Secretaria de Administração Finanças e Planejamento, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo único. Ao credenciado será atribuído registro e acesso ao sistema eletrônico da Secretaria de Administração Finanças e Planejamento, através de senha e login ou por certificação digital, de forma a preservar o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.

Art. 4º. O credenciamento será obrigatório aos contribuintes e responsáveis, conforme dispuser regulamento, e as comunicações da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento ao sujeito passivo serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, em portal próprio denominado "DEC", dispensando-se neste caso, a sua publicação no Diário Oficial, a notificação ou intimação pessoal, ou o envio por via postal.

§ 1º - A comunicação feita na forma prevista no "caput" deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais.

§ 2º - Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.

§ 3º - Na hipótese do § 2º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º - A consulta referida nos §2º e §3º deste artigo, deverá ser feita em até 30 (trinta) dias contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 5º - No interesse da Administração Pública, a comunicação poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação.

Art. 5º - A recusa ou ausência de credenciamento ao DEC, nos termos e prazos estipulados em regulamento, ensejará multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), sem prejuízo de outras de medidas administrativas cabíveis.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação quando ao DEC ora instituído, e a partir de 1º de janeiro de 2018 quando aos demais artigos, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1.993/2017

LEI Nº 1.993/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

"REGULAMENTA O USO DE AMBULÂNCIA EM EVENTOS NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As entidades responsáveis pela organização e/ou realização

de eventos festivos e similares que aglutinem no mesmo local 1.000 (mil) ou mais pessoas, deverão manter no local de realização do mesmo, às suas expensas, equipe de enfermagem e ambulância para atendimento e ocorrências.

§1º. Entende-se por entidade as pessoas física ou jurídica, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, e entes despersonalizados que realizem eventos festivos no município de Lauro Muller/SC.

§2º. Entende-se como entes despersonalizados as entidades que não possuem registro oficial nos órgãos competentes, mas que são reconhecidamente atuantes na sua comunidade.

§3º. No caso de entes despersonalizados, deverá ser registrado o procedimento em nome de pessoa física, que será a responsável.

Art. 2º. Os profissionais da equipe médica de que trata o "caput", deverão estar habilitados e inscritos nos órgãos profissionais competentes, na forma da legislação vigente.

Art. 3º. Os veículos utilizados na atividade prevista por esta lei, além de dispor de sinais identificadores, deverão contar com equipamentos médicos necessários para a manutenção da vida e atender as condições mínimas destinadas ao transporte hospitalar e ao atendimento pré-hospitalar, além do atendimento e transporte de deficientes físicos.

Art. 4º. A disponibilidade da ambulância é a mesma que o período de realização do evento, devendo a sua permanência anteceder a uma hora antes do início e uma hora após o encerramento do mesmo, posicionando-se em local estratégico, com facilidade de acesso e locomoção.

Art. 5º. O descumprimento dos dispositivos desta lei acarretará ao infrator a imposição de multa equivalente a R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único. A multa prevista no "caput" deste artigo será atualizada anualmente pela variação do INPC.

Art. 6º. Fica autorizado o Chefe do Executivo Municipal, através de qualquer órgão municipal que possua a disponibilidade de veículos e pessoal, a prestar o serviço de equipe médica e ambulância para atendimento e ocorrências em eventos festivos realizados no município de Lauro Muller/SC e que ocorram na forma desta lei.

§ 1º. Os serviços serão executados exclusivamente, quando houver disposição, com veículos e pessoal pertencentes ao quadro de bens e pessoal do município de Lauro Muller/SC.

§2º. Pelos serviços prestados na forma do caput serão cobrados o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do custo praticado por hora no mercado local ou regional, fixados por preços público determinado em decreto do Chefe do Executivo Municipal.

§ 3º. É vedada a oferta do subsídio em dinheiro ou qualquer outra forma que não os serviços descritos no Art. 2º desta lei.

§ 4º. Os serviços solicitados serão executados mediante cadastro realizado junto à Secretaria Municipal de Saúde, bem como do recolhimento prévio da contrapartida do beneficiário, em valor equivalente de 30% (trinta por cento) dos preços dos serviços a serem executados, conforme determinação elaborada em preço público por Decreto;

§ 5º. Acaso for necessário a execução de serviços excedentes ao previamente recolhido a título de contrapartida, o valor que exceder deverá ser recolhido no prazo de até 07 (sete) dias, sob pena do beneficiário ser excluído do programa que trata a presente Lei e

ser inscrito em dívida ativa.

§ 6º. Para a fixação do valor a ser pago pelo usuário do programa, o Poder Executivo levará em conta o valor do serviço similar praticado pela iniciativa privada no Município ou região.

§7º. Cabe à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Lauro Muller/SC, a coordenação e execução do serviço e a manutenção de relatório dos beneficiários atendidos, número de horas subsidiadas e valor da contrapartida paga.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias, autorizado o Chefe do Executivo Municipal a realizar as alterações necessárias na forma da lei.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1.994/2017

LEI Nº 1.994/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, CONCEDE BENEFÍCIOS EM ACORDOS JUDICIAIS REALIZADOS DURANTE MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO PROMOVIDO PELO PODER JUDICIÁRIO, ACORDOS EXTRAJUDICIAIS, PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, no âmbito do Município de Lauro Müller/SC, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais de pessoas física e jurídica, somente inscritos em dívida ativa, em cobrança judiciais ou extrajudiciais, relativos a todos e quaisquer tributos de competência do município de Lauro Müller.

Art. 2º — O REFIS abrange os créditos fiscais da Fazenda Pública Municipal, constituídos até 31 de dezembro de 2016, somente inscritos em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser renegociados nos termos desta Lei pelo restante que falta para pagamento, ficando autorizado o Poder Executivo, por meio da Procuradoria do Município, a firmar acordo judicial ou extrajudicial, concedendo os benefícios previstos nesta Lei, iniciando-se a partir da aprovação da presente Lei até 60 (sessenta) dias úteis após a sanção da mesma.

§ 1º — Os benefícios desta Lei compreendem:

I — Concessão de dispensa dos juros e da multa incidentes sobre os créditos fiscais em cobrança judicial ou extrajudicial, na forma que segue abaixo:

a) 90% (noventa por cento) mediante pagamento do principal, acrescido da correção monetária, em parcela única.

b) 80% (oitenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 3 (três) parcelas.

c) 70% (setenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 5 (cinco) parcelas.

d) 50% (cinquenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 9 (nove) parcelas.

e) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 12 (doze) parcelas.

II — O Contribuinte poderá optar ainda, pelo pagamento do principal, acrescido dos juros, correção monetária e multa, sem o benefício de qualquer desconto, acima de 13 (treze) parcelas.

§ 2º — No caso de opção para pagamento parcelado, as parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data da opção, em parcelas iguais.

§ 3º — Para auferir os benefícios desta Lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º — É da competência do Procurador do Município promover a inclusão em pauta ou apresentar termo de acordo para homologação judicial ou extrajudicial competente no período previsto neste artigo, podendo incluir os valores de honorários advocatícios para os casos de acordos judiciais.

§ 5º — Nos casos em que o contribuinte demonstre na Audiência de Conciliação Fiscal a impossibilidade do pagamento da parcela única ou da primeira parcela na ocasião da data do acordo, ficará facultado ao Procurador do Município autorizar referido recolhimento pelo prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 3º — A adesão aos benefícios previstos nesta Lei implica automaticamente na confissão e reconhecimento dos créditos objeto da ação, com renúncia de oposição de embargos do devedor na ação de execução.

Art. 4º — A inadimplência de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou alternadas, implica no vencimento do total das parcelas vencidas, retomando-se a ação de execução, perdendo o devedor os benefícios concedidos com amparo desta Lei, passando a sofrer os acréscimos aplicáveis aos inadimplentes de tributos.

Parágrafo Único — O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas.

Art. 5º — Os benefícios previstos na presente Lei não se aplicam aos créditos constituídos em razão da prática de crime contra a ordem tributária.

Art. 6º — Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento, desde que não tenham auferido benefício do desconto de juros e multa no parcelamento anterior.

Art. 7º — O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º — Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 9º — Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 126/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 126/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 15/09/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de expediente para a rede municipal de ensino do município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 31 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 065/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 065/2017, de 28 de agosto de 2017.

“ Aprova Desmembramento da matrícula nº 3201- perímetro rural para perímetro urbano, situado na localidade denominada Fazenda do Salto e Alto do Rio Doce, zona rural, na cidade de Lebon Régis – SC ”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aprovado o desmembramento de uma área de 291.464,15 m² (Duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro e quinze decímetros quadrados), situado na localidade denominada Fazenda do Salto e Alto do Rio Doce, zona rural, neste município de Lebon Régis – SC, de propriedade de Abel Scheffmacher de Souza, constante da matrícula nº 3201 do Cartório de Registro de Imóveis de Lebon Régis, com as seguintes medidas e confrontações:

Ø Norte: Com duas linhas quebradas medindo 535,40 metros lineares e outra medindo 421,25 metros lineares e confrontando-se com o terreno de propriedade de Valdir de Jesus de Mello Primo e um prolongamento da segunda linha medindo 9,191 metros lineares e confrontando-se com terrenos de posse do mesmo Abel Scheffmacher de Souza. Portanto na face norte, temos um perímetro de 965,841 metros lineares.

Ø Sul: formado por diversas linhas quebradas partindo do oeste para leste uma linha medindo 80,00 metros lineares e confrontando-se com Patrimônio Municipal seguindo uma nova linha quebrada medindo 28,00 metros lineares e confrontando com o lote 1 da quadra 82 do cadastro municipal. Seguindo em frente uma nova linha quebrada medindo 239,00 metros lineares e confrontando-se com os lotes 1 a 9 da quadra 82 medindo 117,00 metros lineares, confronta-se com o final da Rua Danilo Cofferi medindo 16,00 metros lineares e confronta-se com os lote 1 a 8 da quadra 81 medindo 106,00 metros lineares. Nova linha quebrada medindo 142,00 metros lineares sendo 28,00 metros lineares confrontando com o lote 8 da quadra 81 e 16,00 metros lineares confrontando-se com final da Rua Arlindo Ribeiro Preto e 55,00 metros lineares confrontando-se com os lotes 4 e 5 da quadra 97 e 16,00 metros lineares com a Rua João Padilha de Souza e 27,00 metros lineares confrontando-se com o lote 4 da quadra 96. Mais outra linha medindo 92,00 metros lineares confrontando-se com lotes de 58 a 63 da quadra 96. Portanto na face sul temos um perímetro de 581,00 metros lineares.

Ø Leste: Uma linha medindo 546,09 metros lineares e confronta-se com terrenos de propriedade de Nelson Carlin Barreto medindo 72,40 metros lineares e na sequencia confrontando-se com terrenos de posse de Abel Scheffmacher de Souza medindo 473,69 metros lineares.

Ø Oeste: Com uma linha medindo 240,30 metros lineares e confrontando-se com terrenos de propriedade de Valdir de Jesus de Mello Primo com 87,30 metros lineares e na sequencia medindo 153,00 metros lineares e confrontando-se com terrenos do Patrimônio Municipal.

Art. 2º- Do imóvel descrito no Art.1º será DESMEMBRADO, e passará para perímetro urbano, uma área de terra superficial de 39.227,40 m² (trinta e nove mil e duzentos e vinte e sete metros

quadrados e quarenta decímetros quadrados) de propriedade de Abel Scheffmacher de Souza, com as seguintes medidas e confrontações:

Ø Norte: Com uma linha reta medindo 542,921 metros lineares (linha do perímetro urbano) e confrontando-se com terrenos da área remanescente de propriedade do mesmo Abel Scheffmacher de Souza.

Ø Sul: formado por diversas linhas quebradas partindo do oeste para leste uma linha medindo 80,00 metros lineares e confrontando-se com Patrimônio Municipal seguindo uma nova linha quebrada medindo 28,00 metros lineares e confrontando com o lote 1 da quadra 82 do cadastro municipal. Seguindo em frente uma nova linha quebrada medindo 239,00 metros lineares e confrontando-se com os lotes 1 a 9 da quadra 82 medindo 117,00 metros lineares, confronta-se com o final da Rua Danilo Cofferi medindo 16,00 metros lineares e confronta-se com os lote 1 a 8 da quadra 81 medindo 106,00 metros lineares. Nova linha quebrada medindo 142,00 metros lineares sendo 28,00 metros lineares confrontando com o lote 8 da quadra 81 e 16,00 metros lineares confrontando-se com final da Rua Arlindo Ribeiro Preto e 55,00 metros lineares confrontando-se com os lotes 4 e 5 da quadra 97 e 16,00 metros lineares com a Rua João Padilha de Souza e 27,00 metros lineares confrontando-se com o lote 4 da quadra 96. Mais outra linha medindo 92,00 metros lineares confrontando-se com lotes de 58 a 63 da quadra 96. Portanto na face sul temos um perímetro de 581,00 metros lineares.

Ø Leste: com duas linhas quebradas e primeira medindo 72,40 metros lineares e confronta-se com terrenos de propriedade de Nelson Carlin Barreto medindo 72,40 metros lineares e na sequencia confrontando-se com terrenos da área remanescente de propriedade de Abel Scheffmacher de Souza medindo 53,70 metros lineares. Portanto na face leste temos um perímetro de 126,10 metros lineares.

Ø Oeste: Com uma linha medindo 153,00 metros lineares e confrontando-se com terrenos do Patrimônio Municipal.

Ø Observação: a área desmembrada já esta incluída no perímetro urbano de Lebon Régis 2017.

Art.3º - Do imóvel descrito no Art. 1º ficará uma área REMANESCENTE, perímetro rural, superficial de 252.236,75 m² (duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e trinta e seis metros quadrados e setenta e cinco decímetros quadrados) de propriedade de Abel Scheffmacher de Souza, com as seguintes medidas e confrontações:

Ø Norte: Com duas linhas quebradas medindo 535,40 metros lineares e outra medindo 421,25 metros lineares e confrontando-se com o terreno de propriedade de Valdir de Jesus de Mello Primo e um prolongamento da segunda linha medindo 9,191 metros lineares e confrontando-se com terrenos de posse do mesmo Abel Scheffmacher de Souza. Portanto na face norte, temos um perímetro de 965,841 metros lineares.

Ø Sul: Com duas linhas quebradas a primeira medindo 542,921 metros lineares (linha do perímetro urbano) e a segunda medindo 53,70 metros lineares e ambas se confrontando com terrenos da área desmembrada e de propriedade do mesmo Abel Scheffmacher de Souza.

Ø Leste: Uma linha medindo 473,69 metros lineares e confronta-se com terrenos de posse de Abel Scheffmacher de Souza.

Ø Oeste: Com uma linha medindo 87,30 metros lineares e confrontando-se com terrenos de propriedade de Valdir de Jesus de Mello

Primo.

Art. 4º. A aprovação do desmembramento objeto do presente Decreto decorreu pelo cumprimento da parte do proprietário de todas as exigências do Plano Diretor Do Município, Lei Complementar Municipal n. 068/2010, originando áreas dentro das especificações dadas pela citada Lei em especial está localizada no perímetro urbano, no qual, estão devidamente implantadas e ativas as redes de abastecimentos de água e de energia elétrica. Ficam fazendo parte integrante deste Decreto como se aqui estivessem transcritos o memorial descritivo e o levantamento topográfico das áreas acima discriminadas, ambos de responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Elias Boçois – CREA/SC 019.388-7, ART nº 6269296-5.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, em 28 de agosto de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

MEMORIAL DESCRITIVO:

IDENTIFICAÇÃO: TERRENO RURAL.

LOCALIZAÇÃO: SITUADO NA LOCALIDADE DENOMINADA DE: "FAZENDA DO SALTO" E "ALTO DO RIO DOCE" – ZONA RURAL – LEBON RÉGIS – SC.

ÁREA TOTAL DA MATRÍCULA 3201: 291.464,15 m² (já unificada).

FINALIDADE: DESMEMBRAMENTO DA MATRÍCULA CITADA PARA INCLUIR NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC.

PROPRIETÁRIO: ABEL SCHEFFMACHER DE SOUZA – CPF: 138.423.749-68.

Descrição do levantamento topográfico de um terreno rural acima identificado. No levantamento realizado no local encontramos as seguintes medidas e confrontações:

Ø Norte: Com duas linhas quebradas medindo 535,40 metros lineares e outra medindo 421,25 metros lineares e confrontando-se com o terreno de propriedade de Valdir de Jesus de Mello Primo e um prolongamento da segunda linha medindo 9,191 metros lineares e confrontando-se com terrenos de posse do mesmo Abel Scheffmacher de Souza. Portanto na face norte, temos um perímetro de 965,841 metros lineares.

Ø Sul: formado por diversas linhas quebradas partindo do oeste para leste uma linha medindo 80,00 metros lineares e confrontando-se com Patrimônio Municipal seguindo uma nova linha quebrada medindo 28,00 metros lineares e confrontando com o lote 1 da quadra 82 do cadastro municipal. Seguindo em frente uma nova linha quebrada medindo 239,00 metros lineares e confrontando-se com os lotes 1 a 9 da quadra 82 medindo 117,00 metros lineares, confronta-se com o final da Rua Danilo Cofferi medindo 16,00 metros lineares e confronta-se com os lote 1 a 8 da quadra 81 medindo 106,00 metros lineares. Nova linha quebrada medindo 142,00 metros lineares sendo 28,00 metros lineares confrontando com o lote 8 da quadra 81 e 16,00 metros lineares confrontando-se com final da Rua Arlindo Ribeiro Preto e 55,00 metros lineares confrontando-se com os lotes 4 e 5 da quadra 97 e 16,00 metros lineares com a Rua João Padilha de Souza e 27,00 metros lineares confrontando-se com o lote 4 da quadra 96. Mais outra linha medindo 92,00 metros lineares confrontando-se com lotes de 58 a 63 da quadra 96. Portanto na face sul temos um perímetro de 581,00

metros lineares.

Ø Leste: Uma linha medindo 546,09 metros lineares e confronta-se com terrenos de propriedade de Nelson Carlin Barreto medindo 72,40 metros lineares e na sequência confrontando-se com terrenos de posse de Abel Scheffmacher de Souza medindo 473,69 metros lineares.

Ø Oeste: Com uma linha medindo 240,30 metros lineares e confrontando-se com terrenos de propriedade de Valdir de Jesus de Mello Primo com 87,30 metros lineares e na sequência medindo 153,00 metros lineares e confrontando-se com terrenos do Patrimônio Municipal.

Após o desmembramento teremos as seguintes áreas:

PRIMEIRO: ÁREA DESMEMBRADA - de propriedade de Abel Scheffmacher de Souza e medindo 39.227,40 m² (trinta e nove mil e duzentos e vinte e sete metros quadrados e quarenta décimos quadrados) com as seguintes medidas e confrontações:

Ø Norte: Com uma linha reta medindo 542,921 metros lineares (linha do perímetro urbano) e confrontando-se com terrenos da área remanescente de propriedade do mesmo Abel Scheffmacher de Souza.

Ø Sul: formado por diversas linhas quebradas partindo do oeste para leste uma linha medindo 80,00 metros lineares e confrontando-se com Patrimônio Municipal seguindo uma nova linha quebrada medindo 28,00 metros lineares e confrontando com o lote 1 da quadra 82 do cadastro municipal. Seguindo em frente uma nova linha quebrada medindo 239,00 metros lineares e confrontando-se com os lotes 1 a 9 da quadra 82 medindo 117,00 metros lineares, confronta-se com o final da Rua Danilo Cofferi medindo 16,00 metros lineares e confronta-se com os lote 1 a 8 da quadra 81 medindo 106,00 metros lineares. Nova linha quebrada medindo 142,00 metros lineares sendo 28,00 metros lineares confrontando com o lote 8 da quadra 81 e 16,00 metros lineares confrontando-se com final da Rua Arlindo Ribeiro Preto e 55,00 metros lineares confrontando-se com os lotes 4 e 5 da quadra 97 e 16,00 metros lineares com a Rua João Padilha de Souza e 27,00 metros lineares confrontando-se com o lote 4 da quadra 96. Mais outra linha medindo 92,00 metros lineares confrontando-se com lotes de 58 a 63 da quadra 96. Portanto na face sul temos um perímetro de 581,00 metros lineares.

Ø Leste: com duas linhas quebradas e primeira medindo 72,40 metros lineares e confronta-se com terrenos de propriedade de Nelson Carlin Barreto medindo 72,40 metros lineares e na sequência confrontando-se com terrenos da área remanescente de propriedade de Abel Scheffmacher de Souza medindo 53,70 metros lineares. Portanto na face leste temos um perímetro de 126,10 metros lineares.

Ø Oeste: Com uma linha medindo 153,00 metros lineares e confrontando-se com terrenos do Patrimônio Municipal.

Observação: a área desmembrada já esta incluída no perímetro urbano de Lebon Régis 2017.

SEGUNDO: ÁREA REMANESCENTE - de propriedade de Abel Scheffmacher de Souza e medindo 252.236,75 m² (duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e trinta e seis metros quadrados e setenta e cinco décimos quadrados) com as seguintes medidas e confrontações:

Ø Norte: Com duas linhas quebradas medindo 535,40 metros lineares e outra medindo 421,25 metros lineares e confrontando-se com o terreno de propriedade de Valdir de Jesus de Mello Primo e um prolongamento da segunda linha medindo 9,191 metros lineares e confrontando-se com terrenos de posse do mesmo Abel Scheffmacher de Souza. Portanto na face norte, temos um perímetro de 965,841 metros lineares.

Ø Sul: Com duas linhas quebradas a primeira medindo 542,921 metros lineares (linha do perímetro urbano) e a segunda medindo 53,70 metros lineares e ambas se confrontando com terrenos da área desmembrada e de propriedade do mesmo Abel Scheffmacher de Souza.

Ø Leste: Uma linha medindo 473,69 metros lineares e confronta-se com terrenos de posse de Abel Scheffmacher de Souza.
Ø Oeste: Com uma linha medindo 87,30 metros lineares e confrontando-se com terrenos de propriedade de Valdir de Jesus de Mello Primo.

Lebon Régis, 06 de agosto de 2017.

ELIAS BOÇOIS – ENGENHEIRO CIVIL E
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
CREA SC 019.388-7

DECRETO Nº 066/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 066/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE LOCAL DO PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS 2016-2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados para comporem a Equipe Local do Par - Plano de Ações Articuladas 2016-2019, na forma que segue:

Dirigente Municipal de Educação e Cultura:
Marilce David

Representantes Técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Tania de Fátima Moreira
Jacqueline Antunes Dal Mas Belli

Representante do Conselho Tutelar
Camila Oliveira de Lima Campos

Representante dos Gestores das Escolas Municipais
Maira Zuleica Maciel de Souza

Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares
Leila Carlin Machado

Representante do Nutricionista
Thiago Perez Jorge

Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar
Jocivania Pesenti

Representante do FUNDEB
Márcio Vicente Cruz

Representante do Conselho Municipal de Educação
Dainara Zanardi

Representante do Quadro Técnico-Administrativo das Escolas
Odinei Martins

Representante dos Professores da Área Urbana
Leocir Geovani Peretti

Representante dos Professores da Área Rural
Jakeline Ribeiro Mello

Art. 2º. Fica expressamente revogado o Decreto 045/2013, de 11

de junho de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Publique-se,
Registre-se,

GABINETE DO PREFEITO, 30 de agosto de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURÍCIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 067/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 067/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DO PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS 2016-2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados para comporem a Equipe Técnica do Par - Plano de Ações Articuladas 2016-2019, na forma que segue:

Dirigente Municipal de Educação e Cultura:
Marilce David

Representantes Técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Tania de Fátima Moreira
Jacqueline Antunes Dal Mas Belli

Representante do Conselho Municipal de Educação
Dainara Zanardi

Representante do Quadro Técnico-Administrativo das Escolas
Odinei Martins

Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares
Leila Carlin Machado

Representante dos Professores da Área Urbana
Leocir Geovani Peretti

Representante dos Professores da Área Rural
Jakeline Ribeiro Mello

Representante dos Gestores das Escolas Municipais
Maira Zuleica Maciel de Souza

Art. 2º. Fica expressamente revogado o Decreto 046/2013, de 11 de junho de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Publique-se,
Registre-se,

GABINETE DO PREFEITO, 30 de agosto de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURÍCIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 063 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 063 de 22 de agosto de 2017.

“REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº. 1583/2017 NO QUE DIZ RESPEITO AO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO”.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando:

a) A entrada em vigor da Lei Municipal nº. 1583/2017, que instituiu o PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO, DENOMINADO DE PROGRAMA PORTEIRA A DENTRO;

b) O referido programa autoriza a execução de serviços com máquinas/equipamentos do Município como forma de incentivo ao desenvolvimento rural e urbano do Município, mediante contrapartida de pagamento do combustível consumido durante o serviço;

c) A necessidade de regulamentação do artigo 11 da referida Lei para fixar a quantidade de combustível consumida por cada máquina/equipamento por hora ou quilometragem trabalhada para cobrança da contrapartida para execução dos serviços;

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o artigo 11 da Lei Municipal nº. 1583/2017, fixando-se o consumo médio de combustível por quilômetro (Km) ou hora trabalhada das máquinas/equipamentos do Município de Lebon Régis, da seguinte forma:

I – Trator de Esteira: 15 litros por hora.

II – Escavadeira Hidráulica até 15 toneladas: 15 litros por hora.

III - Escavadeira Hidráulica acima 15 toneladas: 20 litros por hora.

IV – Rolo Compactador: 6 litros por hora.

V – Motoniveladora: 15 litros por hora.

VI – Pá Carregadeira: 12 litros por hora.

VII – Caminhão Caçamba: 01 litro por quilometro (Km) rodado.

VIII – Retroescavadeira: 10 litros por hora.

IX – Trator de Pneu: 06 litros por hora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 22 de agosto de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROJETO DE LEI 019-2017 ABERTURA CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 019/2017

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional no orçamento geral do município de Lebon Régis no valor de R\$ 675.000,00 (Seiscentos e setenta e cinco mil reais) com as seguintes classificações orçamentárias.

Unidade Orçamentária:	2020 - GABINETE DO PREFEITO	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Despesa 2	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	100.000,00
Despesa 3	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.10 - Manutenção da Sec. de Adm. e Finanças	
Despesa 8	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	100.000,00
Despesa 10	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	6 – Segurança Pública	
Subfunção:	181 - Policiamento	
Programa:	6 – Serviços de Segurança Pública	
Ação:	2.11 - Manutenção da Segurança Pública	
Despesa 17	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.16 – Manutenção da Educação Básica	
Despesa 28	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	300.000,00
Subfunção:	364 – Ensino Superior	
Programa:	13 – Ensino Superior	
Ação:	2.19- Promoção e Extensão do Ensino Superior	
Despesa 57	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Subfunção:	306 – Alimentação e Nutrição	
Programa:	10 – Merenda Escolar	
Ação:	2.15- Programa de Alimentação Escolar	
Despesa 35	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Unidade Orçamentária:	93030 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária	
Programa:	26 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.39 – Manutenção do Fundo de Assistência Social	
Despesa 149	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00

Subfunção:	243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa:	27 – Atenção à Criança e ao Adolescente	
Ação:	2.82 – Transferência à Casa Lar	
Despesa 193	3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	55.000,00

Unidade Orçamentária:	94010 – HOSP E MAT MUN SANTO ANTONIO	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa:	29 – Saúde Médica e Sanitária	
Ação:	2.65 – Manutenção das atividades do Hospital	
Despesa 167	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º Para cobertura de crédito suplementar no valor de R\$ 675.000,00 (Seiscentos e setenta e cinco mil reais) ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária:	2010 – SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
Função:	22 - Indústria	
Subfunção:	661 – Promoção Industrial	
Programa:	24 – Incentivo à Indústria	
Ação:	2.38 – Manutenção da Sec. Indústria e Comércio	
Despesa 200	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	15.000,00

Unidade Orçamentária:	2020 – GABINETE DO PREFEITO	
Função:	8 – Assistência Social	
Subfunção:	243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa:	27 – Atenção à Criança e ao Adolescente	
Ação:	2.81- Manutenção do Conselho Tutelar	
Despesa 186	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	15.000,00

Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função:	06 – Segurança Pública	
Subfunção:	182 – Defesa Civil	
Programa:	06 – Serviços de Segurança Pública	
Ação:	2.85 – Manutenção das atividades da Defesa Civil - COMPDEC	
Despesa 180	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	25.000,00

Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	6 – Segurança Pública	
Subfunção:	181 - Policiamento	
Programa:	6 – Serviços de Segurança Pública	
Ação:	2.11 - Manutenção da Segurança Pública	
Despesa 20	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	3.200,00

Despesa 21	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	2.100,00
Despesa 22	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	3.200,00

Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	28 – Encargos Especiais	
Subfunção:	846 – Outros encargos especiais	
Programa:	00 – Operações Especiais	
Ação:	2.3 – Pagamento da dívida Interna Fundada	
Despesa 24	4.6.90.00.00 Aplicações Diretas	100.000,00

Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.16 – Manutenção da Educação Básica	
Despesa 29	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	200.000,00
Despesa 33	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	100.000,00

Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.17 – Manutenção do Transporte Escolar	
Despesa 44	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00

Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.57 – Aplicação Recursos FUNDEB	
Despesa 53	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00

Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	14 – Educação Infantil	
Ação:	1.8 – Construção, reforma e ampliação de Creche	
Despesa 197	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00

Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	13 – Cultura	
Subfunção:	392 – Difusão Cultural	
Programa:	17 – Acervo Cultural	
Ação:	2.24 – Manutenção das Atividades Culturais	
Despesa 62	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	80.000,00

Unidade Orçamentária:	2065 – SECRETARIA DE JUVENTUDE, LAZER E ESPORTE	
Função:	27 – Desporto e Lazer	
Subfunção:	813 – Lazer	
Programa:	09 – Lazer Coletivo	
Ação:	2.14 – Festividades do município	

Despesa 78	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	60.800,00
------------	---------------------------------	-----------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 30 de agosto de 2017.

OSMAR COMPER

Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG

1º Secretário

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - DL 07/2017

MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do Secretário de Infra Estrutura e Transportes, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. "XI", da Lei nº 8.666/93, para aquisição de um trator novo sobre rodas.

Contrato: 137/2017

Contratado: TRATORDIESEL LTDA EPP

Valor : R\$ 103.450,00 (cento e três mil quatrocentos e cinquenta reais).

Data de Assinatura: 30 de agosto de 2017.

Vigência: 13 meses

Lindóia do Sul, SC, 30 de agosto de 2017.

Genir Loli

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 140/2017

DECRETO Nº 140/2017

DESIGNA MEMBROS REPRESENTANTES PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar membros abaixo nominados, representando entidades governamentais e não governamentais, e por estas indicadas, conforme determina a lei Municipal nº 1729/2008, para comporem, como membros titulares e suplentes, o Conselho Municipal de Saúde, a saber:

- REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

- Entidade: Sociedade Recreativa e Cultural Lontrense

Titular: Rafael Koepp

Suplente: Evaldo Pflieger

- Entidade: Associação Ribeirão Lontrinhas

Titular: Rudi Krause

Suplente: Edgar Schuamback

- Entidade: ACIAL

Titular: Ricardo Butzke

Suplente: Vanessa Zeferino

- Entidade: Associação comunitária de Cotias e Pomerana

Titular: Nolberto Sens

Suplente: Regiane Butzke Zwetsch

- REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE

- Entidade: Unidade Básica de Saúde do Riachuelo

Titular: Crisleine dos Santos

Suplente: Caroline Terra

- Entidade: Unidade Basica de Saude Centro

Titular: Marcia Lemos

Suplente: Monica Andreia Rigon

- REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

- Entidade: Laboratórios

Titular José Raimundo Mayer

Suplente- Robson Adrie Sardá

- REPRESENTANTES DO GOVERNO

- Entidade: Secretaria Municipal Planejamento

Titular: Geferson Roberto do Aragão

Suplente: Josiane Teixeira

Art. 2º - Os membros do Conselho mencionados neste Decreto não serão remunerados.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 30 de Agosto de 2017

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO

DECRETO Nº 141/2017

DECRETO Nº 141/2017

RETIFICA AS ÁREAS E MICRO ÁREAS TERRITORIAIS PARA DEFINIÇÃO E ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS/SC.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras/SC, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificada as delimitações das áreas e micro áreas de atuação das equipes da estratégia saúde da família, conforme estabelecido no anexo I, que passará a fazer parte do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto retifica e substitui o Decreto nº 142/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lontras, 30 de agosto de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Anexo I

Unidade de Saúde ARON FRANZ – ESF Salto Pilão – CNES nº 6905722 – Área nº 0001

Micro Área	Referência	Principais Ruas, Localidades
01	- Vila Jacobsen - Fábrica Abrilar - Bairro Salto Pilão	- BR 470 – Km 128 - Rua Franz Hermann - Rua Emilio Jacobsen - Rua Aron Franz - Rua Carlos Schmidt - Rua Matias Knopf - Rua Guilherme Wessel - Rua Sebastião Frutuoso
02	- Escola Cecília Bertha - Posto de Saúde - Bairro Salto Pilão	- Rua Paraguai - Rua Uruguai - Rua Chile - Rua Bolívia - Rua República Argentina - Rua Jesuína Domingos - Autódromo - Rua Peru - Paraíso
03	- Bairro Salto Pilão - Ribeirão do salto	- Estrada Geral Ribeirão do salto

Unidade de Saúde Riachuelo – ESF/SB Riachuelo - CNES nº 7748310 – Área nº 0005

Mi-cro Área	Referência	Principais Ruas, Localidades
-------------	------------	------------------------------

01	Atafona	<ul style="list-style-type: none"> - Rua Osvaldo Schroeder – casa Dª Helga Buzzi para frente - Rua Julio Wolf e becos - Rua Francisco Roncaglio - Beco José Francisco de Andrade - Usina salto Pilão - Localidade de Piava - Estrada Geral Alto Atafona até a ponte depois da entrada da Travessa Atafona - Rua da Caixa D'água - Travessa Atafona até Sitio Dr. Jack
02	Jardim Primavera	Rua Osvaldo Schroeder inicia 1550 até 2726 Rua Evaldo Christen inicia 2063 até 2178 Rua Pascoal Conte inicia 825 até 990 Rua Leopoldo Christen inicia 37 até 2256 Rua Walter Tharun inicia 21 até 172 Rua Eloi Manoel Mendes inicia 198 até 2564 Rua Jose Carlos Raulino inicia 37 até 2355 Rua Edegar Christen Rua Rodolfo Ratzmann Inicia 104 até 280 Rua Carlos Hager inicia 28 até 190 Beco Euclides Alves inicia 2667 até 2685
03	Jardim Primavera Bandeirantes	Rua Eduardo Gomes inicia 86 até 1457 Rua Osvaldo Schroeder inicia na 1526 até 1238 Rua Jose Pinto inicia 66 até 257 Carlos Hager inicia 64 até 239 Travessa Germano John inicia 45 até 176 Travessa Frederico Hulck Travessa Willy Hering Rua Geraldo Wolf inicia 426 até 698 Primeiro de Maio Inicia 01 até 364 Rua Ilse Kaestner 23 até 155 Casa dos lotes do senhor Lico beco da Rua Eduardo Gomes Beco Leonardo Pohrwiecki 70 até 180 Beco Gal Dutra Beco Castelo Branco 530 até 546
04	Riachuelo CTG	Rua Bom Jesus Inicia 450 até 3114 Rua Helena Loff inicia casa 10 até 15 Rua Geraldo Wolff uma casa antes da numero 1991 até no Cachorro Quente Rua Clerio Roberto Wolff Inicia 910 até 1620
05	Alto Subida	<ul style="list-style-type: none"> - Localidade de Alto Subida - Pasto Grande - Baguçu - Alto Atafona – da ponte para frente - Taboa
06	Ponte do Riachuelo	Rua Augusto Bublitz 1573 até casa senhora Elizabete Bublitz casa SN Divino Moser Inicia casa 1974 tendo no momento 17 casas até a ponte, terminando na casa da senhora Rosimeri dos Santos Rua Franz Hermann Inicia na casa 123 até 1718 Rua Alfredo Leite inicia casa 67 até 1908 Rua João Melo inicia casa número 75 até 207 Rua Osvaldo Schroeder Inicia casa 2755 até 3098 Rua Zeno Loff inicia casa 27 até 178 Rua Ervino Liermann inicia casa 35 até 66 Rua Otto Peyer inicia casa 11 até 145 Rua Rosar Mendes inicia casa 42 até casa 539 Rua Carlos Barchele Inicia casa 58 a casa 107 Beco Jaime Mendes inicia 36 até 89 Beco Ivo Eloi Mendes 145 até 175 Rua Família Backmam

Central Unidade Sanitária Conjugada da Atenção Básica – ESF Centro 3 – CNES nº 2377519 – Área nº 0003

Micro Área	Referência	Principais Ruas, Localidades
01	Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Rua Willy Schroeder – da oficina do Kieffer até a Sociedade - Loteamento Maluê - Beco Willy Bleich - Beco Hilário Tomio - Beco Bela Vista - Rua Erich Willy - Beco Herbert Willy - Rua Christiano Christen - Rua Francisco Zucatelli - Rua Pedro Leal da Silva (da esquina com a Rua Francisco Zucatelli até o final) - Rua Rodolfo Danker
02	Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Rua Pedro Leal da Silva (do início até a esquina com a Rua Francisco Zucatelli) - Rua Getúlio Vargas - Rua dos Atiradores - Rua Leopoldo Buzzi - Rua Osvaldo Schroeder – do nº 135 até a Igreja católica - Rua Willy Schroeder do nº 385 até a Comercial Cordeiro - Rua Oscar Kieffer - Rua Jorge Lacerda - Rua Nereu Ramos - Rua Otto Hinsching - Rua Erich Knop - Beco São Jorge - Rua Bernardo Wacholz - Rua Pascoal Conte do nº 80 até o nº 274
03	Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Rua Oswaldo Schroeder (do Posto de saúde até a esquina com a Rua Frederico Kuhl) - Rua do Ginásio - Rua Guilhermina Schroeder - Rua Alfredo Jennerich - Rua Pascoal Conte (do nº 501 até o Edifício Mateusi) - Rua Henrique Eckelberg - Rua Carlos Eckelberg - Rua Roland Kuhl (até esquina com Carlos Eckelberg) - Rua Henrique Kremmer - Rua Erich Milnitz - Rua Getúlio Vargas (travessa)
04	Jardim Primavera e Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Rua Expedicionário Willy Kuhl - Rua Oscar Schroeder - Rua Geraldo Wolf (até a altura da Rua Exp. Willy Kuhl) - Rua Almerinda Carvalho - Rua Hilpert Wachholz - Rua Arthur Hermann - Rua Pascoa Conte (da squina com a Rua Frederico Kuhl até a Rua Exp. Willy Kuhl) - Rua Mascarenhas de Moraes - Rua Frederico Kuhl - Rua Adele Kuhl - Beco Luiz Ardigo - Rua Manoel Sergio D'Ávila - Rua Oswaldo Schroeder (até a altura de igreja Assembleia de Deus)

Central Unidade Sanitária Conjugada da Atenção Básica - ESF Centro 4 – CNES nº 2377519 – Área nº 0004

Micro Área	Referência	Principais Ruas, Localidades
01	Vila Nova Centro	<ul style="list-style-type: none"> -Rua Willy Schroeder (do condomínio Flora Letícia até ambos os lados da rua até a ponte do sindicato, depois da ponte somente lado direito até supermercado Schmoller) - Rua Ângelo Richter (condomínio Flora Letícia) - Beco antes da Rua Paulo Galiza - Rua Paulo Galiza - Rua Gustavo Boehme - Rua Edmundo Kiefer - Rua Roberto Silva - Beco estação do trem - Beco Sofia Brand - Beco São Luiz
02	Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Rua Rainoldo Eifler - Beco Arthur Knop - Rua Willy Schroeder - Praça Henrique Schroeder - Rua Oswaldo Schroeder - Rodovia SC 110 até a ponte - Rua Edgar Buzzi - Rua da SISPE (escola profissional) - Rua Hilda Bleich - Rua Justino de Oliveira - Rua Max Kuhl - Rua Leoberto Leal - Rua Gertrudes Wagner - Rua Arthur Hinsching - Beco José Gripa - Travessa Francisco A. Carvalho - Rua Paulo Alves do Nascimento (do início até a Ponte do Posto gasolina Estrada da Madeira)
03	Vila Nova (loteamento Bodinho) Praça XI	<ul style="list-style-type: none"> - Rua Paulo Alves do Nascimento - Rua Alfonso Rauh - Rua Hildegard Klitzke - Rua Ludwig Stefens - Rua Rodolfo Leite - Beco Salvador Pereira - Rua Leopoldo Metzner - Rua Paulo Willock - Rua Bruno Suchara - Beco Arnaldo Hang - Rua Augusto Wolf - Beco do Sindicato
04	Praça XI Pioneiros Lontrinhas	<ul style="list-style-type: none"> - Travessa João José Machado (Rua em que mora a ACS) - Rua Paulo Alves do Nascimento da Rua Germano Ulrich até a divisa de Rio do Sul - Rua Carlos Rosemann - Estrada Cristian Christen - Rua Pedro Bachmann - Rua Herbert Bachmann - Rua Erico Odorizzi - Estrada Arthur Passold - Rua Germano Ulrich (Yara + Charate) - Beco Rodolfo Odorizzi

05	Margem Esquerda	<ul style="list-style-type: none"> - Rodovia SC 110 da ponte até o trevo - Rua Celestino Marcelino - Rua Rio do Oeste - Beco Taió - Br 470 Km da divisa de Rio do Sul até o paredão - Rua Guilherme Wessel - Morro do Razo – Rua Mathias Knopf e adjacências - Rua Ituporanga - Rua Laurentino - Rua Rio do Sul - Rua Ibirama - Rua Witmarsum - Rua Progresso
----	-----------------	--

Central Unidade Sanitária Conjugada da Atenção Básica - ESF Centro 2 – CNES nº 2377519 – Área nº 0002

Micro Área	Referência	Principais Ruas, localidades
01	Concórdia	<ul style="list-style-type: none"> - Rua Willy Schroeder após o condomínio Flora Letícia - Rua Fernando Suchara - Rua João Baasch - Rua Casemiro Pawlack - Rua Walter Kriek – até a Sociedade Concórdia - Rua Bernardo Barth - Rua Maria Fermino Claudino - Rua Luis Ueller - Rua Virgilio Williman - Rua João Samuleski - Rua João Claudino - Rua Carlos Leandro Vieira
02	Bairro Pomerana	<ul style="list-style-type: none"> - Início na Rua Willy Schroeder – da cancha Alemãozinho do Morro até a Cerâmica - Rua Valdemar Wolff - Rua Guilherme Danker - Rua João Aifler - Rua Victor Zarling - Rua Eleonore Woleck - Rua Augusto Wolf - Rua Arno Wolf - Loteamento do Chero - Bairro Pomerana
03	Bairro Dona Lúcia	<ul style="list-style-type: none"> - Bairro Dona Lúcia – inicia no Braço Concórdia (casa de Adelaide Jochen) - Bairro Alto Concórdia - Estrada Geral Concórdia – Após Sociedade Concórdia
04	Braço Concórdia	<ul style="list-style-type: none"> - Braço Concórdia – A partir da casa de Alaíde Kalh - Estrada Alfredo Ricardo Müller - Travessa Atafona até casa antes do Sítio Dr. Jack
05	Bairro Cotia	<ul style="list-style-type: none"> - Início SC 110 – casa Sr. Arcides Frare - Rua Guilherme Danker – da casa Srª Juraci Costa até final da rua - Morro do Diogo - Bairro Cotia - Bairro Alto Cotia – até a casa de Nelo Osti
06	Bairro Valada Pinheiro	<ul style="list-style-type: none"> - Bairro Valada Pinheiro - SC 110 a partir do Mercado Doda até o nº 9955
07	Dona Paula	<ul style="list-style-type: none"> - Bairro Dona Paula - SC 110 do nº 9955 até a divisa com Presidente Nereu

DECRETO Nº 142/2017

DECRETO Nº 142/2017

SUPLEMENTA POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Nº 2300/2017,

DECRETA:

:

Art. 1º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2017, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Unidade :	04.01	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Atividade :	20.0606.0004.1003	Aquisição de Equipamentos Agrícolas	
Modalidade :	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.34.00	Transf. Convênio – União/Educação :	R\$ 146.250,00

Art. 2º Fica anulada a importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade.....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
Modalidade:	3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	
Recursos.....:	1.08.00	Recursos Ordinários	10.000,00

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade.....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2041	Manutenção das Praças e Vias Urbanas	
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	60.000,00
		TOTAL	R\$ 70.000,00

Art. 3º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade.....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.08.00	Contrib Custeio Serv. Ilum. Publ. - COSIP	10.000,00

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade.....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Contrib Custeio Serv. Ilum. Publ. - COSIP	60.000,00
		TOTAL	R\$ 70.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 30 de Agosto de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

LEI Nº 2297/2017

LEI Nº 2297 DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA DE RUA IVO ZUCATELLI.

MACIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Rua "IVO ZUCATELLI", as ruas projetada "A" e "B" do Loteamento Maluê, iniciando no entroncamento da Rua Pedro Leal da Silva, do seu lado direito pela quadra "1" a partir do lote "01" até o "17"; e pelo lado esquerdo na quadra "2" dos lotes "1, 14, 13, 12, 10, 9 e 8" com entroncamento na rua Projetada "C", na quadra "3" do lote "7", até o limite de propriedade particular (terras de Leila Regina Testoni Corrêa), com 12 (doze) metros de largura, sendo 1,5 (um e meio) metros de passeio em ambos os lados, e 9 (nove) metros de pista.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Lontras, 29 de agosto de 2017.

MACIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

LEI Nº 2298/2017

LEI Nº 2298 DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA DE RUA LÍDIA BRIGNOLI CONTE.

MACIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Rua "LÍDIA BRIGNOLI CONTE", a rua projetada "C" do Loteamento Maluê, iniciando no entroncamento da rua projetada "B", do seu lado direito a partir do lote "07" ao "01" da quadra "3"; do seu lado esquerdo a partir do lote "8" ao "3" da quadra "2", finalizando em ambos os lados com a Rua Pedro Leal da Silva, com 12 (doze) metros de largura, sendo 1,5 (um e meio) metros de passeio em ambos os lados, e 9 (nove) metros de pista.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Lontras, 29 de agosto de 2017.

MACIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

LEI Nº 2299/2017

LEI Nº 2299 DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA O ART. 3º, DA LEI Nº 1407, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2003, A QUAL CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MACIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o artigo 3º, da Lei nº 1407, de 03 de dezembro de 2003, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O conselho Municipal do Idoso – CMI, é composto de 06 (seis) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

I – 01 (um) representante da Secretaria da Saúde;

II – 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Assistência Social;

III – 01 (um) representante da Secretaria da Administração;

IV – 03 (três) representante dos órgãos não governamental, eleitos em Fórum próprio, sendo 02 (dois) Idosos indicado pelo grupo de Idosos e 01 (um) indicado por uma entidade religiosa.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Lontras, 29 de agosto de 2017.

MACIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

LEI Nº 2300/2017

LEI Nº 2300 DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

SUPLEMENTA POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara
Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício de 2017, nas Fontes de Recursos abaixo especificadas, as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Unidade :	04.01	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Atividade :	20.0606.0004.1003	Aquisição de Equipamentos Agrícolas	
Modalidade :	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos :	1.34.00	Transf. Convênio – União/Educação :	R\$ 146.250,00

Art. 2º Fica anulada a importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
Modalidade:	3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	
Recursos....:	1.08.00	Recursos Ordinários	10.000,00
Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2041	Manutenção das Praças e Vias Urbanas	
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários	60.000,00
		TOTAL	R\$ 70.000,00

Art. 3º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos....:	1.08.00	Contrib Custeio Serv. Ilum. Publ. - COSIP	10.000,00
Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Unidade....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Atividade...:	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos....:	1.00.00	Contrib Custeio Serv. Ilum. Publ. - COSIP	60.000,00
		TOTAL	R\$ 70.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 29 de Agosto de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

LEI Nº 2301/2017

LEI Nº 2301/2017

DETERMINA REGRAS PARA O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONTRAS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Poderão ser declaradas de utilidade pública municipal, por iniciativa do Prefeito Municipal ou de qualquer Vereador do Município de Lontras, as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado, com fins não econômicos, que desenvolvam no âmbito do Município de Lontras atividades de interesse coletivo, com o objetivo de promover:

- I - educação gratuita;
- II - saúde gratuita;
- III - assistência social;
- IV - segurança alimentar e nutricional;
- V - a prática gratuita de esportes;
- VI - cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e das artes;
- VII - o voluntariado e a filantropia;
- VIII - a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- IX - o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza;
- X - a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- XI - os direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar;
- XII - a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais; e
- XIII - estudos e pesquisas científicas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

§ 1º - As entidades de que trata este artigo deverão ter, pelo menos, 6 (seis) meses de comprovado funcionamento e prestar serviços de natureza relevante e notório caráter comunitário e social.

§ 2º - As Associações de Pais e Professores (APP's), os Centros de Educação Infantil (CEI's) e as Escolas Municipais e Estaduais poderão ser declaradas de utilidade pública logo após a sua inscrição no CNPJ, inexigíveis os requisitos previstos nos incisos IV e VIII, do artigo 2º, desta Lei.

Art. 2º - O pedido de declaração de Utilidade Pública será encaminhado pela entidade ao Prefeito Municipal ou ao Vereador, para apresentação do projeto de lei específico, obedecidos os seguintes requisitos:

- I - que a entidade seja constituída no Município de Lontras;
- II - que tenha personalidade jurídica (CNPJ);
- III - que seja registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- IV - que esteja em funcionamento efetivo e contínuo nos 6 (seis) meses imediatamente anteriores ao pedido, com a exata observância dos Estatutos;
- V - que apresente cópia dos Estatutos originais e suas alterações, quando for o caso;
- VI - que apresente ata da eleição e posse da Diretoria em exercício;
- VII - que não sejam remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribua lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;
- VIII - que, comprovadamente, mediante apresentação de relatório circunstanciado dos 6 (seis) meses anteriores à formulação do pedido, tenha promovido atividades expressa no art. 1º desta Lei, em

benefício da comunidade lontrense.

Art. 3º - A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, anualmente, à Secretaria de Assistência Social e Habitação, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no §1º do art. 1º desta Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanecem cumpridos os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;
- IV - balancete contábil; e
- V - ficha cadastral atualizada.

§ 1º - O não cumprimento do disposto neste artigo impedirá a entidade de receber auxílio ou subvenção do município.

§ 2º - O órgão de controladoria do município, após prévia comunicação da Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, notificará por meio de carta registrada as entidades que deixarem de atender o que determina o caput do presente artigo, num prazo de sessenta dias, a contar da data estipulada para apresentação dos documentos, quanto ao não cumprimento e respectivas consequências.

§ 3º - A falta de prestação de contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, decorrente de auxílio financeiro recebido do Município de Lontras ou o descumprimento de cláusula contratual firmada como o Município de Lontras, importará na anulação da declaração de Utilidade Pública da entidade, mediante lei revogadora do reconhecimento.

§ 4º - A entidade reconhecida de utilidade pública que deixar de apresentar a documentação exigida, por três anos consecutivos, perderá esta condição.

Art. 4º - Ficam convalidados todos os atos de declaração de utilidade pública emanados pelo Município de Lontras em relação as entidades declaradas de utilidade pública que obtiveram a titulação até a data de entrada em vigor da presente lei, ficando dispensadas das exigências previstas no art. 2º da presente lei, devendo, todavia, após a entrada em vigor desta lei, observarem o cumprimento das disposições contidas no art. 3º acima.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras, 30 de agosto de 2017

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luis Alves

PREFEITURA

LEI 1687/2017

LEI N.º 1.687/2017

Autoriza a concessão de gratificação mensal aos membros da comissão permanente de licitação, ao pregoeiro e à sua equipe de apoio, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a gratificar mensalmente o servidor designado para integrar a Comissão Permanente ou Especial de Licitação, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), seja ele efetivo, comissionado ou contratado temporariamente.

Parágrafo único. O presidente da Comissão Permanente ou Especial de Licitação perceberá uma gratificação mensal no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 2º O servidor designado para atuar como pregoeiro perceberá gratificação mensal no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Parágrafo único. O servidor designado para integrar a equipe de apoio do pregoeiro perceberá uma gratificação mensal no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), seja ele efetivo, comissionado ou contratado temporariamente.

Art. 3º Fica vedado o acúmulo de gratificações ao servidor que for designado para mais de uma função descrita nos artigos anteriores.

Art. 4º As gratificações previstas nesta lei serão devidas durante a vigência da designação para a função, não incorporando ao vencimento do servidor, bem como não incidindo qualquer contribuição previdenciária.

Art. 5º As gratificações previstas nos artigos anteriores incidirão sobre as férias e a gratificação natalina (décimo terceiro salário).

Art. 6º Fica vedado o pagamento da gratificação prevista nos artigos anteriores durante o período de afastamento das atividades designadas ao servidor, bem como quando este faltar injustificadamente nas reuniões de comissão.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 29 de agosto de 2017.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luisalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

DECRETO 73/2017

DECRETO N.º 73/2017

Estabelece ponto facultativo nas Repartições Públicas do Poder Executivo do Município de Luiz Alves.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município e da Lei n.º 829/1996;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o dia 08 de setembro de 2017 como ponto facultativo para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Na data prevista no caput deste artigo poderá haver convocação especial de alguns servidores em caso de necessidade.

Art. 2º Não serão suspensas, no dia descrito no artigo 1º deste Decreto, as atividades consideradas de natureza essencial, quais sejam: prestadas pela concessionária do serviço de abastecimento de água (CASAN), referente aos serviços de plantão; pela Fundação Médica Hospitalar do Trabalhador Rural de Luiz Alves, que deverá manter em funcionamento o plantão médico, atendimento de urgência e emergência; pela Secretaria Municipal de Educação, que deverá manter em funcionamento os Centros de Educação Infantil, em escala reduzida; pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá manter em funcionamento o plantão de ambulância; e pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, referente aos serviços de coleta de lixo e limpeza pública.

Art. 3º A jornada de trabalho que, por força deste decreto, foi suspensão, deverá ser compensada ulteriormente, ficando cada Secretária com a atribuição de fazê-la de acordo com sua necessidade e conveniência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de agosto de 2017.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 46/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DO MENOR PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA REPOSIÇÃO NAS IMPRESSORAS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER DA PREFEITURA DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 10h00min horas do dia 15/09/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h45min horas do dia 15/09/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 31 de agosto de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

LEI 1684/2017

LEI N.º 1.684/2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Luiz Alves para o quadriênio de 2018 a 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual do Município de Luiz Alves para o quadriênio de 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 1º, da Constituição Federal e artigos 47, inciso IX e 68, inciso I da Lei Orgânica do Município de Luiz Alves, estabelecendo para o período os programas com seus respectivos objetivos, metas, indicadores, ações orçamentárias e custos da Administração Municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como nas despesas relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos desta Lei.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios de 2018 a 2021 especificará as metas anuais da Administração Municipal, compatibilizadas em nível de programas com as estabelecidas nos Anexos desta Lei.

Art. 3º A exclusão ou alteração de programas desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostas pelo Poder Executivo por meio de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específica.

Art. 4º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderá ocorrer por meio da Lei Orçamentária Anual, ou em seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa as modificações consequentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a incluir, alterar ou excluir produtos, recursos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do programa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 29 de agosto de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luisalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário M. de Administração

LEI 1685/2017

LEI N.º 1.685/2017

Revoga o artigo 279 da Lei Complementar n.º 001/2007 – Código Urbanístico do Plano Diretor do Município de Luiz Alves.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado, em todos os seus termos, o artigo 279 da Lei Complementar Municipal n.º 001 de 11 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 29 de agosto de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luisalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário M. de Administração

LEI 1686/2017

LEI N.º 1.686/2017

Define Zona Especial de Interesse Social - ZEIS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definida como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS a extensão territorial ocupada pela COHAB, com área de 20.170m², localizada na Rua José Martini, Bairro Rio do Peixe, Luiz Alves/SC, de propriedade do Município de Luiz Alves, registrada perante o Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes/SC sob o n.º 7.609 e a área de 26.000m², desapropriada por meio da Escritura Pública de Desapropriação Amigável, registrada no livro 10, folha 035, da Escrivania de Paz de Luiz Alves, registrada perante o Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes sob o n.º 111.

Parágrafo único. As ZEIS de que trata o caput deste artigo se destina, prioritariamente, à regularização fundiária sustentável do assentamento habitacional de baixa renda e à produção de Habitação de Interesse Social (HIS), beneficiando famílias de baixa renda, conforme previsto na Lei Complementar Municipal n.º 001/2007.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 29 de agosto de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luisalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário M. de Administração

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 122/17

PORTARIA Nº 122/17 de 31 de agosto de 2017.

“EXONERA A PEDIDO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição, a servidora IRACY WARKEN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 01, Classe “D”, do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, a partir de 31 de agosto de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de agosto de 2017.

Luzerna(SC), 31 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

ABERTURA DE PRAZO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2017

ABERTURA DE PRAZO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2017

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2017

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas a abertura de prazo para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no artigo 48, inciso 3º, da Lei nº 8.666/93 o Processo Licitatório nº 0039/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0022/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, considerada FRACASSADA que até 09h00min, do dia 14 de setembro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3588, de 03 de janeiro de 2017, estará recebendo propostas para a contratação de empresa com profissional qualificado, para ministrar aulas de música ao Projeto Coral Infantil Municipal, e aulas para participantes do Projeto Fanfarra, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 14/09/2017, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0022/2017, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min. e das 13h00min. às 17h00min.

Macieira – SC, 30 de agosto de 2017.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0026/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0036/2017

Pregão Presencial nº 0020/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para o conserto de trator de esteiras D51 Komatsu e caminhão Volvo placas QHD 4145, compreendendo entrega de peças e concomitante prestação de serviços de mão de obra qualificada, conforme especificações do Anexo I do Edital.

Contrato Administrativo nº 0026/2017

Contratada: KOMMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Valor global: De R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Vigência do Contrato: 31/12/2017

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil subsequente após a entrega das peças e serviços e emissão de Nota Fiscal.

Prazo de entrega: Em até 15 (quinze) dias após a emissão de Autorização de fornecimento.

Fiscal do Contrato: Sérgio Luiz Groth, conforme Portaria nº 3680/2017.

Macieira, 30 de agosto de 2017.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO
PREGOEIRA

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;
PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 95.836.771/0001-20

Nota Fiscal nº 10186 R\$ 1.654,80
Nota Fiscal nº 10464 R\$ 28.249,80
Nota Fiscal nº 10465 R\$ 400,00
Nota Fiscal nº 10434 R\$ 4.826,50
Nota Fiscal nº 10263 R\$ 28.249,80
Nota Fiscal nº 10264 R\$ 400,00
VALOR: R\$ 63.780,90

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento. A empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, que são de fundamental importância para que todas as Secretarias Municipais possam dar continuidade aos serviços prestados. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 01 de setembro de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;
CNPJ: 09.624.226/0001-38

INSTITUTO MAFRENSE DE OTORRINOLARINGOLOGIA, ORTOPE-DIA E TRAUMATOLOGIA - IMOOT
Nota Fiscal nº. 490-A1 R\$ 50.279,23
Nota Fiscal nº. 459 R\$ 43.797,81
Valor Total: R\$ 94.077,04

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela realização de exames de ultrassonografia, oftalmologia, gastroenterologia, cardiologia, neurologia, otorrinolaringologia e pneumologia, através da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.
Mafra (SC), 01 de setembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA
Secretária Municipal de Saúde

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 10.976.220/0001-09
ITAVOL COMERCIAL LTDA
Nota Fiscal nº. 3.111 R\$ 2.887,50
Nota Fiscal nº. 3.143 R\$ 5.470,35
Nota Fiscal nº. 3.161 R\$ 6.295,50
VALOR TOTAL: R\$ 14.653,35

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 01 de setembro de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2017 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2017
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de solda e cargas de oxigênio e acetileno destinadas a oficina de ferraria do centro de serviços através das Secretarias Municipais de Obras e Serviços

Públicos e Desenvolvimento Urbano e meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 20/09/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3642-4009.

Mafra (SC), 31 de agosto de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2017

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Extrabit Mineração Ltda CNPJ Nº: 09.465.889/0001-57

Valor Registrado: R\$ 653.400,00 (Seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos reais).

Objeto: contratação de empresa especializada para serviço de desmonte de rocha por explosivo, incluindo perfuração carregamento de explosivos e detonação, dentro do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Origem: Processo nº 229/2017, Pregão Presencial - RP nº 065/2017.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 31 de agosto de 2018.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO SENAC Nº 001/2017

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO SENAC Nº 001/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que assinou Termo de Colaboração n. 001/2017 com o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob o nº 03.603.739/0029-87, no valor R\$ 108.527,80 (cento e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais e oitenta centavos) a serem pagos em 04 (quatro) parcelas a partir de setembro de 2017. A vigência do termo de colaboração tem início na data da assinatura, dia 22 de agosto de 2017, com vigência até 31 de dezembro de 2017. O inteiro teor deste Termo de Colaboração encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08 às 12 horas e das 13h30 às 17 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 31 de agosto de 2017. Wellington Roberto Bielecki Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 047

LEI COMPLEMENTAR Nº. 047

DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS E O ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE INSTITUI NO MUNICÍPIO DE MAFRA A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP, PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Acrescenta o §1º ao artigo 6º da Lei Complementar nº 41, de 15 de dezembro de 2016, com a seguinte redação e renumera os parágrafos:

§ 1º Nas propriedades dos consumidores da classe rural em que houver mais de uma unidade consumidora, fica as Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC autorizada a lançar apenas a Contribuição Para Custeio da Iluminação Pública (COSIP) da unidade consumidora que registrar o maior consumo.

§ 2º A determinação da classe de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ou órgão regulador que vier a substituí-la.

Art. 2º Altera o valor anual da COSIP, previsto no artigo 8º da Lei Complementar nº 41, de 15 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º Na hipótese do inciso II do art. 3º, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP será apurada mediante aplicação da seguinte fórmula:

Valor anual COSIP = mt X 0,05 UFM

Onde: mt corresponde à dimensão da testada do imóvel, em metros lineares.

Parágrafo Único. Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano a fiscalização e a administração da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art. 3º. O anexo único da Lei Complementar nº 41, de 15 de dezembro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 047/2017

CONTRIBUINTES CLASSE CONSUMIDOR RESIDENCIAL	
Faixa de Consumo de Energia Elétrica em KWh	PROPOSTA % Sobre o Valor do MWh da Tarifa B4a
0 a 50	1,00
50 a 100	3,00
101 a 200	6,00
201 a 300	9,00
301 a 400	11,00
401 a 500	14,00
501 a 600	17,00
601 a 700	19,00
701 a 800	21,00
801 a 900	23,00
901 a 1000	25,00
Acima de 1001	27,00

CONTRIBUINTES CLASSE CONSUMIDOR RURAL

Faixa de Consumo de Energia Elétrica em KWh	PROPOSTA % Sobre o Valor do MWh da Tarifa B4a
0 a 50	0,70
50 a 100	2,10
101 a 200	4,20
201 a 300	6,30
301 a 400	7,70
401 a 500	9,80
501 a 600	11,90
601 a 700	13,30
701 a 800	14,70
801 a 900	16,10
901 a 1000	17,50
Acima de 1001	18,90

CONTRIBUINTES CLASSE CONSUMIDOR COMERCIAL,**INDUSTRIAL , PODER PÚBLICO ESTADUAL / FEDERAL E SERVIÇO PÚBLICO**

Faixa de Consumo de Energia Elétrica em KWh	PROPOSTA % Sobre o Valor do MWh da Tarifa B4a
0 a 50	1,00
50 a 100	4,00
101 a 200	7,00
201 a 300	9,00
301 a 400	13,00
401 a 500	15,00
501 a 600	18,00
601 a 700	22,00
701 a 800	25,00
801 a 900	30,00
901 a 1000	40,00
1001 a 3000	66,00
3001 a 5000	75,00
5001 a 10.000	100,00
Acima de 10.001	125,00

CONTRIBUINTES CLASSE CONSUMIDOR GRUPO A

Faixa de Consumo de Energia Elétrica em KWh	PROPOSTA % Sobre o Valor do MWh da Tarifa B4a
0 a 2000	52,39
2001 a 5000	104,80
5001 a 10000	154,51
10001 a 50000	208,26
Acima de 50001	266,04

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando o princípio da anterioridade tributária em razão de reduzir valor de tributo.

Mafra, 25 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DELFIN ROQUE GIRARDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

LEI MUNICIPAL Nº 4281

Lei nº. 4.281

DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

ACRESCENTA O ARTIGO 2º-A A LEI MUNICIPAL Nº 2.979, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o artigo 2º-A à Lei Municipal nº 2.979, de 27 de setembro de 2005, com a seguinte redação.

"Art. 2º-A. São consideradas doenças graves para fins de aplicação do artigo 1º as seguintes:

I – Neoplasia maligna;

II – Espondilose anquilosante;

III – Estado avançado da doença de Paget;

IV – Tuberculose ativa;

V – Hanseníase;

VI – Alienação mental;

VII – Esclerose múltipla;

VIII – Cegueira;

IX – Paralisia irreversível e incapacitante;

X – Cardiopatia grave.

Parágrafo único - Este rol é exemplificativo, podendo ser incluída outra doença grave assim determinada por laudo médico emitido pela Junta Médica Oficial do Município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 25 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4282

Lei nº. 4.282

DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

altera o parágrafo primeiro do artigo 3º, da lei nº 4.262, de 19 de maio de 2017.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O §1º, do art. 3º, da Lei nº 4.262, de 19 de maio de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. [...]

§1º. Os profissionais serão contratados mediante aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, inciso II da Constituição da República com processo de seleção composto de prova escrita e prova de títulos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 25 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 47/2017**

PORTARIA Nº 47/2017, de 31 de agosto de 2017
EXONERA À PEDIDO ASSESSOR LEGISLATIVO

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido CLEITON PIGATTO, do cargo comissionado de Assessor Legislativo, nomeado pela Portaria nº 10 de 16.01.2017, a partir do dia 1º de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 31 de agosto de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2017
OBJETIVO: Registro de Preços para aquisição parcelada de alimentos para os animais do Parque Ecológico de Maracajá.

DATA DE ENTREGA: até 18 de setembro de 2017 às 09h15min

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de setembro de 2017 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getúlio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 31 de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 29 de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 29 de agosto de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

PORTARIA 214/2017

PORTARIA Nº 214 DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA ELIETE BORGES RESENDE.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir do dia 28 de agosto de 2017, a servidora ELIETE BORGES RESENDE, ocupante do cargo de Servente de escola, a contar de 28/8/2017 a 23/2/2018, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 28 de agosto de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 29 de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 29 de agosto de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

AVISO DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO Nº 008/FMS/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/FMS/2017

O Município de Maracajá torna público que fica revogado o edital acima epigrafoado que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES DO GUIA DE FARMÁCIA, PARA USO EMERGENCIAL E CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS, PERANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA, NO ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ-SC, ATÉ 31/12/2017, por inexistência de participantes, configurando em licitação deserta, com fulcro no artigo 49, da Lei 8666/93 e alterações subsequentes. Feita a revogação acima, ficam todos os interessados notificados para os fins legais e de direito, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Maracajá, 28 de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 213/2017

Portaria nº 213 de 29 de agosto de 2017.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear DEISE ROCHA KREUSCH, brasileira, maior, nascida em 30 de junho de 1985, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 056.495.359-81, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, em substituição a Professora efetiva Maria Juliani Peruchi Monteiro que se encontra de licença e ainda se houver impedimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 545/2017

DECRETO Nº 545, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 203/2017 da Secretaria de Educação e Cultura,

O remanejamento da servidora Sirlei G. Manfrim para o Projeto Contação de História,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 29 de agosto a 20 de dezembro de 2017, da servidora LOVANI SBRUSSI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 054.255.029-66, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 01/2017**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 01/2017

VINCULAÇÃO: Processo Licitatório nº 39/2017 Edital de Credenciamento nº 01/2017

CREDENCIANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA

CREDENCIADA: VALDECIR PAGANI - CPF: 669.823.599-72,

VALDOMIRO GARBIN – CPF: 665.831.369-53,

GILBERTO FRANCISCO ZANCHET – CPF: 000.251.319-66,

DELIRES MARIA ZANCANARO – CPF: 659.411.109-44

OBJETO: Credenciamento de interessados em fornecer cascalhos em imóveis localizados no Município de Marema – SC, para manutenção das estradas municipais.

VALOR: O valor unitário do metro cúbico será de R\$ 1,20 (um real).

VIGÊNCIA: 12 MESES.

MAREMA (SC), 31 de agosto de 2017.

	ADILSON BARELLA PREFEITO MUNICIPAL
--	---------------------------------------

Meleiro

PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação do município de Meleiro convoca a Sra. Patricia de Souza Eberhardt, com inscrição nº 7278, do Processo Seletivo Simplificado (ACT), conforme Edital nº 01/2017, no cargo de Auxiliar de Sala, para ocupar a vaga de 30 horas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz Pelegrini, no prazo de 24 horas a contar a partir da publicação.

Meleiro, SC 31/08/2017

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação do município de Meleiro convoca a Sra. Eleonora Rezena Borges, com inscrição nº 7344, do Processo Seletivo Simplificado (ACT), conforme Edital nº 01/2017, no cargo de Auxiliar de Sala, para ocupar a vaga de 30 horas na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz Pelegrini, no prazo de 24 horas a contar a partir da publicação.
Meleiro, SC 31/08/2017.

PORTARIA Nº 006-2017 - SAMAE

PORTARIA nº 006/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE OPERADOR DE ESTAÇÃO – ETA/ETE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 037/2013, de 03 de dezembro de 2013 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art 1º A pedido o servidor efetivo JULIANO FERNANDES, ocupante do cargo de Operador de Estação – ETA/ETE, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

ELOIR CORNEO

Diretor do SAMAE

PORTARIA Nº280-2017

PORTARIA nº 280/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias ao servidor público municipal IVAN DANIEL OLIVO – matrícula 10381, ocupante do cargo de Engenheiro, referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/2017.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº281-2017

PORTARIA nº 281/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias ao servidor público municipal TADEU ROGÉRIO BONFANTE – matrícula 709, ocupante do cargo de Analista de Recursos Humanos, referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº282-2017

PORTARIA nº 282/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias à servidora pública municipal DANIELI BERNARDO POLA – matrícula 10437, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 05/09/2016 a 04/09/2017.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº283-2017

PORTARIA n.º 283/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença prêmio por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal MIRIAN BIZ SASSO MINATTO, ocupante do cargo de Telefonista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº284-2017

PORTARIA n.º 284/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença prêmio por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ZENIR LODETE STRADIOTO, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 31 de Julho de 2007 a 28 de Julho de 2012, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº285-2017

PORTARIA n.º 285/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença prêmio por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal SHEILA SERAFIM FRANCISCO FREITAS, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 31 de Julho de 2010 a 30 de Julho de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº286-2017

PORTARIA n.º 286/2017

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei 1409/2009 de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ANGELICA MOTA TEIXEIRA, para ocupar o cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.E.B.M. Inês Tonelli Nápole, em virtude de licença prêmio da servidora ZENIR LODETE STRADIOTO.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº287-2017

PORTARIA n.º 287/2017

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei 1409/2009 de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LAURA STRADIOTO, para ocupar o cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.E.B.M. Inês Tonelli Nápole, em virtude de licença prêmio da servidora ZENIR LODETE STRADIOTO.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº288-2017

PORTARIA n.º 288/2017

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei 1409/2009 de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LELIANA BURIGO, para ocupar o cargo de professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.E.B.M. Inês Tonelli Nápole, em virtude de licença prêmio da servidora SCHEILA SERAFIM FRANCISCO FREITAS.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 289-2017

PORTARIA n.º 289/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2009 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido a Senhora TATIANE MACEDO ROCHA SCARDUELI, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na E.E.B.M. Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 290-2017

PORTARIA n.º 290/2017

TRATA DA NOMEAÇÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1349/2009, de 30 de março de 2009 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - A Senhora ELIS ANGELA SIMONI DAL TOÉ, para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Licitações, nível de referência DAS-3, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 291-2017

PORTARIA n.º 291/2017

TRATA DA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

REDUZIR

Art. 1.º A pedido, conforme processo 0232/2017, a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais e proporcionalmente seus vencimentos, da professora ANA LÚCIA PEREIRA CARRADORE, ocupante do cargo de professora no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 292-2017

PORTARIA n.º 292/2017

TRATA DA ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 100/2017.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2009 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

ALTERAR

Art. 1.º A carga horária da Senhora GABRIELI NETO LAVEZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, no C.M.E.I. Escadinha do Tempo. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 142-2017 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TRAVESSA PRAÇA I - CIDIR

Extrato de Contrato nº 142/2017

Processo Licitatório nº 1402/2017

Pregão Presencial nº 1340/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA – CIDIR - CNPJ sob o nº 11.117.243/0001-20

Valor: R\$ 11.512,66

Assinado em: 31/08/2017

Vigente até: 31/12/2017

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA RUA PREFEITO ALCIDES DELAITE, ÁREA DE 310,20 m². DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA E ART ANEXOS A ESTE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA, COM RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 31 de agosto de 2017.

Ricardo Luiz Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 143-2017 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - NUTRI SC

Extrato de Contrato nº 143/2017

Processo Licitatório nº 330/2017

Pregão Presencial nº 023/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 07.814.016/0001-87

Valor: R\$ 494,00

Assinado em: 31/08/2017

Vigente até: 31/12/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADA AOS DEPARTAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO E DMER DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.

Modelo/SC, 31 de agosto de 2017.

Ricardo Luiz Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144-2017 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - SCS

Extrato de Contrato nº 144/2017

Processo Licitatório nº 330/2017

Pregão Presencial nº 023/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: SCS COMERCIO LTDA EPP, CNPJ nº 13.995.853/0001-52

Valor: R\$ 530,00

Assinado em: 31/08/2017

Vigente até: 31/12/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADA AOS DEPARTAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO E DMER DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.

Modelo/SC, 31 de agosto de 2017.

Ricardo Luiz Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145-2017 MATERIAL DE EXPEDIENTE - EM INFORMÁTICA

Extrato de Contrato nº 145/2017

Processo Licitatório nº 023/2017

Pregão Presencial nº 008/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: E M Informática LTDA EPP, CNPJ nº 00.710.029/0001-67

Valor: R\$ 89,00

Assinado em: 31/08/2017

Vigente até: 31/12/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 31 de agosto de 2017.

Ricardo Luiz Maldaner

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 081/2017 - PMM

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO

Contrato: 081/2017 de 01 de Setembro de 2017

Origem: Processo Licitatório nº 096/2017 – Modalidade: inexigibilidade de Licitação nº 005/2017

Objeto: Contratação do renomado Jornalista Sr. Rafael Henzel, autor do livro "Viva Como se Estivesse de Partida". A contratação será para ministrar evento de aperfeiçoamento, capacitação e motivação a população mondaíense em geral, onde ele relata sua experiência quando do trágico acidente aeroviário ocorrido com a equipe de futebol da "Associação Chapecoense de Futebol" em voo charter 2933 da LaMia, ocorrido na Colômbia em 28/11/2016, vitimando 71 pessoas, com carga horária de 01:30 horas.

Fornecedor: GUARANA & RAMOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – CNPJ sob nº. 27.015.680/0001-73.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser pago em parcela única.

Vigência: até 30/09/2017

Mondaí/SC, 01 de Setembro de 2017. VALDIR RUBERT. Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 95.2017

DECRETO Nº 95/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO DIA 07 E 08 DE SETEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo dia 08 de SETEMBRO de 2017 no âmbito do Poder Executivo Municipal, da Administração Pública Direta e Indireta, em virtude do feriado DE 07 DE SETEMBRO.

Art. 2º. Não se enquadram no disposto no artigo anterior os servidores designados para laborarem em atividades de serviços contínuos da área de serviços de água e esgoto (DMAE), e Secretaria de Educação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 30 de AGOSTO de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 96.2017

DECRETO Nº 096/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO DESFILE DAS CANDIDATAS À RAINHA E PRINCESAS DA FESTA MUNICIPAL DE MONTE CARLO NO ANO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Organizadora do desfile das candidatas à Rainha e princesas da festa municipal de Monte Carlo-SC que é composta pelos membros abaixo relacionados, a qual será responsável e terá o dever de dirimir dúvidas, resolver problemas supervenientes e dar soluções a qualquer outro tipo de assunto relacionado ao citado desfile:

- Rita de Cassia Vicente Flesch.
- Cristiane Weber Maziero.
- Marlei Vedovatto.
- Patrícia Proêncio Stanck.
- Eluisa Bedin Szlatcha.
- Gerson dos Santos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 31 de agosto de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2017/PM

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 105/2017/PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2017/PM

REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a contratação de empresa para fornecimento de ORNAMENTAÇÃO, BOLO, FAIXAS e GERADOR para festividades de aniversário do Município. Os envelopes de “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 01/setembro/2017 até as 08:50 horas do dia 14/setembro/2017. Abertura da sessão no dia 14/setembro/2017 às 09:00 horas.

A presente licitação será do tipo menor preço – julgamento por item, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 004/2017 de 10/janeiro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 31 de agosto de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 120/2017

DECRETO Nº 120/2017, em 18 de Agosto de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.748/2016, de 12 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura e Turismo		
05.01 – Fundo Municipal de Esporte e Turismo		
05.02.27.812.0014.2.043-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 20.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura e Turismo
05.01 – Fundo Municipal de Esporte e Turismo
05.02.27.812.0014.2.043-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor de R\$ 20.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 1.742/2016 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 1.748/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Agosto de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 121/2017

DECRETO Nº 121/2017, em 18 de Agosto de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.748/2016, de 12 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

02 – Gabinete do Prefeito		
02.01 – Gabinete Prefeito		
02.01.06.181.0008.2.048-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 5.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Gabinete do Prefeito
02.01 – Gabinete do Prefeito
02.01.06.181.0008.2.048-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor de R\$ 5.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 1.742/2016 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 1.748/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Agosto de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 17º

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016 AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

ZELADOR DE ESCOLA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
8º	ALBERTINA FRANCISCO DA SILVA

Morro da Fumaça, de 01 de Setembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS 84/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 086/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE REATOR VAPOR METÁLICO SODIO 70W, conforme anexo I. Data: 05/09/2017 as 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - PREGAO PRESENCIAL 26-2017 - PMMG

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 26/2017, cujo objetivo o registro de preços para a possível e futura AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TONER, TINTA E REFIL ORIGINAL OU DE QUALIDADE SIMILAR (COMPATÍVEL) PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentos de habilitação serão recebidos até às 09h00min do dia 19/09/2017, com abertura no mesmo dia às 09h30min. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min ou no site www.morrogrande.sc.gov.br. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (0xx48) 3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br. Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2017 - PMMG

Ata de Registro de Preços nº:	42/2017
Órgão Gerenciador:	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata:	Helizandro Venson ME
Valor:	R\$ 34.820,00
Data da Assinatura:	30/08/2017
Vigência Inicial:	30/08/2017
Vigência Final:	30/08/2018
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 23/2017
Objeto Resumido:	Contratação de serviços de conserto, substituição e troca de posição de pneus, visando a manutenção dos veículos e equipamentos pertencentes a Prefeitura de Morro Grande.
Espécie:	Prestação de Serviços

Navegantes

PREFEITURA

ATA CC26/2017 FMS – PROPOSTA DE PREÇOS.

ATA CC26/2017 FMS – PROPOSTA DE PREÇOS.

ABERTO O CERTAME NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14:00 COM A PRESENÇA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS NA CONCORRÊNCIA Nº 26/2017 FMS. A EMPRESA BALBINOT OFERECIU O VALOR DE R\$ 1.083.107,66, EDP: R\$ 1.053.767,66, CONSTRUTORA: R\$1.148.553,38, ENGEVIB: R\$ 1.234.479,43, FORNARI: R\$ 1.089.665,86, ÊXITO: R\$ 1.150.635,44, VINICIUS GOEDERT: R\$ 1.048.043,61 E CONCRETIL: R\$ 1.157.156,49.

DESTA FORMA, A EMPRESA VINICIUS GOEDERT FOI CONSIDERADA VENCEDORA DO CERTAME. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

ATA DA SESSÃO 10/2017 FMV

ATA PREGÃO PRESENCIAL 10/2017 FMV

ABERTO O CERTAME NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2017, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES SINACOM INDÚSTRIA E COMERCIO E E.L WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIÁRIA. TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. PRESENTE NO CERTAME O SECRETARIO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SR. JOHNNY EURICO COELHO.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA E VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA E.L WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIÁRIA NÃO APRESENTOU CND TRABALHISTA ITEM 5.3.8 DO EDITAL SENDO DESCLASSIFICADA, VOLTANDO A ETAPA DE LANCE.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA SINACOM INDÚSTRIA E COMERCIO CUMPRIU COM AS DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR ATESTAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PREGÃO 116/2017 PMN

ANÁLISE AMOSTRAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, DIVULGA POR MEIO DESTA O PARECER REFERENTE A ANÁLISE DA AMOSTRA DO PREGÃO 116/2017-PMN.

ITEM	EMPRESA
6	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA
8	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA
24	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA
28	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA
49	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA
54	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA
56	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA
57	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA
58	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA

63	ELETRICA RADIANTE – REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA
----	--

CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA AS EMPRESAS ABAIXO PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DO 2º COLOCADO REFERENTE AO PREGÃO 116/2017 -PMN NO PRAZO ESTIPULADO EM EDITAL CONFORME SEGUE:

ITEM	2º COLOCADO
6	DINAMICS MATERIAIS ELETRICOD LTDA-ME
8	DINAMICS MATERIAIS ELETRICOD LTDA-ME
24	PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI-ME
28	DINAMICS MATERIAIS ELETRICOD LTDA-ME
49	PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI-ME
54	DINAMICS MATERIAIS ELETRICOD LTDA-ME
56	DINAMICS MATERIAIS ELETRICOD LTDA-ME
57	ACM SOLUÇÕES ELETRICAS EIRELI-EPP
58	PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI-ME
63	PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI-ME

Sem mais, agradecemos cordialmente,

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE ENVELOPE 97/2017 PMN
CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONVOCA AS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CERTAME 97/2017 PMN CUJO OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENROCAMENTO COM COLOCAÇÃO DE PEDRAS, PASSEIO PÚBLICO (DECK DE MADEIRA), CICLOVIA E ESTRUTURA DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DESTRUÍDAS NA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - PROCESSO Nº 59053.000041/2016-07, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC. PARA A SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA QUE ACONTECERÁ NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2017 AS 14:00H.

Comissão de Licitação

DECRETO Nº 431 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50
--	---

DECRETO Nº 431 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.100 – Recursos Rec. Impostos e Transf. de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Infantil

100 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação orçamentária:

Fonte de Recursos – 10.100 – Recursos Rec. Impostos e Transf. de Impostos - Educação
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Infantil
98 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 31 de Agosto de 2017

Donizete José da Silva

Prefeito em Exercício

EDITAL 006-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS E FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – LC 006/2002
(CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES)

Com fundamento nos termos do Artigo 294, III da LC 06/2002, C/C Artigo 1º da Lei 2.391 de 2010, a Autoridade Fiscal, ao final identificada, notifica o(s) contribuinte(s) abaixo especificado(s), da autuação pelo cometimento da(s) infração(ões) respectivas, podendo, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa na forma do Artigo 186 e 187 da LC 006/2002.

Incidência: Artigo 226, I, da Lei Complementar 006/2002.

Penalidade: Art. 130, I, 'b', da Lei Complementar 006/2002 – Com redação dada pela LC 278/2015 - 2 UFM

Quando a pessoa física ou jurídica deixar de comunicar, na forma e prazos previstos na legislação, as alterações dos dados constantes dos Cadastros Imobiliário, Mobiliário de Contribuintes, de Anúncios, de Aparelho de Transporte e de Veículo de Transporte e de Veículo de Transporte de Passageiro, inclusive a baixa;

NºINFRAÇÃO	CONTRIBUINTE	CNPJ
6305	VAREJUS TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA ME	23.875.939/0001-03

Transcorrido o prazo acima, sem a apresentação de defesa, ou por seu indeferimento, ficam notificados para efetuarem o pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

Os prazos acima referidos entram em vigor na data da publicação deste edital.

Navegantes, 30 de agosto de 2017.

Willian José de Souza	Antônio Carlos Romão Carmona
Auditor Fiscal	Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita

EDITAL DE INTIMAÇÃO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN, por intermédio do presente, faz saber a: ALEXSANDRO PEREIRA, CPF 035.947.439-00, em local incerto e não sabido, que foi lavrado o auto de infração ambiental – AIA n.º 173, com sanção de multa simples de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), por realizar supressão de vegetação em área de preservação permanente utilizando motosserra sem registro ou licença dos órgãos ambientais e sem permissão da autoridade competente. Endereço da infração: Beco do Crispim s/n, bairro Volta Grande, Município de Navegantes, SC. Coordenadas Geográficas LAT. 26°01' 44.21"S e LOG. 48°41' 56.51"O. Infração ambiental administrativa de acordo com Art. 44 e 57 do Decreto Federal n. 6.514/2008. De acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 6.514/2008. Ao administrado é concedido prazo de vinte dias para apresentação de defesa prévia, contados a partir da data da publicação deste edital, e, durante este período, o processo administrativo se encontrará na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN para consulta. Navegantes, 01 de setembro de 2017. Claudia Angioletti Gabriel – Superintendente da FUMAN.

EDITAL Nº 037/2017 PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 037/2017

EDITAL DE 20ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR (A) DE ANOS INICIAIS, EDUCAÇÃO INFANTIL, MONITOR, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a vigésima chamada do Processo

Seletivo, para o provimento das funções de PROFESSOR (A) DE ANOS INICIAIS, EDUCAÇÃO INFANTIL E MONITOR.

Serão chamados para o provimento a partir de SETEMBRO de 2017 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo 001/2017, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS	21	20	MAT/VESP
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	33	20	MAT/VESP
MONITOR	04	30	VESP

2. Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO:

- a. 1 foto 3x4 atualizada
- b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – não pode ser habilitação
- c. 2 Cópias do CPF
- d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp))
- e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – em nome do candidato, pai ou mãe, se do cônjuge, anexar a certidão de casamento (2 cópias) ou declaração de residência autenticada em cartório (2 cópias).
- f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil e RG e CPF do(a) companheiro (a)
- g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- h. Cópia do Título de Eleitor
- i. Cópia do comprovante da última votação
- j. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município;
- k. 1 Cópia da Carteira Profissional frente e verso, constando: Número, Série, U.F. e Data de Expedição
- l. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP
- m. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional (se o cargo exigir)
- n. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir)
- o. DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório,
- p. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- q. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- r. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- s. Certidão de Nascimento dos dependentes
- t. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
- u. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- v. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
- w. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
- x. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
- y. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: Laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
- z. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
- aa. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público
- bb. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
 - a) da Justiça Federal(www.trf4.jus.br) certidão cível, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau
 - b) da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade ou pelo site www.tjsc.jus.br)
 - c) da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br) certidão de quitação e de crimes eleitorais.
- cc. Cargos comissionados devem preencher declaração de nepotismo;

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo ou Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

1.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

2. Dos candidatos a serem chamados

2.1. Cargo: PROFESSOR (A) DE ANOS INICIAIS - 001/2017 (20 horas semanais)

CANDIDATOS QUE SOLICITARAM FINAL DE FILA

Classif.	Candidato
1.	Jane Terezinha Vitorino De Campos
2.	Karina Sheyla Carniel
3.	Maria Da Penha Santos Da Silva
4.	Rosicleia Dos Santos Felicio
5.	Ariele Viegas Luiza
6.	Maria Carolina Da Silva
7.	Viviane Carlotto
8.	Adelina Dias Pereira
9.	Idilzamar Francisco Pacheco
10.	Daniela Coelho Ferreira Da Rosa
11.	Sylvana Elisabeth Becker
12.	Geneci Colla
13.	Claudia Ruth Da Silva – Mag
14.	Katiane Maria Garcia – Mag

ATENÇÃO!!!!!!!!!!

POR TERMINO DA LISTA DE CHAMADA DEVERÃO COMPARECER OS CANDIDATOS APROVADOS, EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, QUE NÃO COMPARECERAM NAS CHAMADAS ANTERIORES, PARA OCUPAREM AS VAGAS DISPONIVEIS PARA O CARGO DE PROFESSOR (A) DE ANOS INICIAIS - 001/2017 (20 horas semanais)

2.2. Cargo: PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 001/2017 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
1.	Andrieli Grittens
2.	Leonilda De Souza
3.	Jonata Josue Schulze
4.	Rosangela Gesser Macarini
5.	Flavia Karine Feitosa De Sousa
6.	Genilda Nepomuceno Pereira
7.	Gracy Kely Demesio Da Silva
8.	Amanda Borba Couto
9.	Edilaine Aparecida Franco Terres
10.	Alzenira Geraldo Da Silva
11.	Ana Isabel De Souza
12.	Ana Carolina Da Silva
13.	Jasmine Graciele Siqueira Waltrik
14.	Deocondina Maria Raiser
15.	Ivani Bublitiz Pahissa
16.	Chanaisa Monteiro
17.	Tereza Jazinski
18.	Jenifer Cristiane Texeira
19.	Andreia Wolff
20.	Roseli Helena Adriano Goncalves
21.	Joice Cristiane Teixeira Dos Santos
22.	Mirian Lucimaia Angioletti Dos Santos
23.	Ana Paula Turos
24.	Edinara Bento
25.	Juliana Garcia Mascarenhas
26.	Leadar Lenzi Cristofolini
27.	Cleuza Nicolau De Andrade
28.	Rosa Barbosa
29.	Ana Deise Lopes
30.	Elizabeth Cristine Cordeiro
31.	Cristiane Mendes Da Silva (Conforme parecer 06 do ato 015/2017)
32.	Ediani Bento
33.	Pedro Jose Vicente Junior

2.2.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 001/2017 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
1.	Elaine Cristina Dias Felix
2.	Dilmara Francisco
3.	Geisa Carla Rodrigues Dos Santos
4.	Michele Dos Santos Mauricio
5.	Susana Dos Santos
6.	Barbara Paola Soares Da Silva
7.	Ana Paula Da Silva Ferri
8.	Mariana Mazilda Anacleto Da Graca
9.	Thaise Da Costa
10.	Eliane Pereira Ferreira Dos Santos
11.	Karize Facin Marchezan
12.	Maria Aparecida Da Silva Sereia
13.	Silmara Aparecida Cardoso
14.	Daniela Cristina Tadeu Cugik
15.	Giovana Roberta Bezerra
16.	Diana Janine Krummenauer
17.	Dulceneia Dos Santos Alves
18.	Lilian Hunger
19.	Marcia Vaz Longo
20.	Fernanda Jesus Santos
21.	Gisele Correa Venturini
22.	Daiane Gonzaga
23.	Raquel Fonseca Farias
24.	Patricia De Souza
25.	Thaynara Vitoria Lobo
26.	Flavia Mafra
27.	Patricia Nunes Do Nascimento
28.	Fernanda Oliveira Santos
29.	Juliana Ferreira
30.	Kelly Morvan
31.	Roberta Silva Cutalo
32.	Sebastiana Dos Santos Ferreira
33.	Ivone Teresinha Dos Passos Ortiz
34.	Daniela Santos Almeida
35.	Jeniffer Thayze Mafra
36.	Elisangela Pereira Machado
37.	Talita Cristina Pontes Sforca
38.	Mirelle Nunes
39.	Greicy Kellen
40.	Alcinea Moreira da Silva
41.	Geane De Sousa E Silva
42.	Fernanda Domingos De Souza
43.	Luana Montagna
44.	Juliana Spezia Berci
45.	Simara Emilia Dalcastegn� Capistrano
46.	Juliana Lima Antunes
47.	Irene Ferreira
48.	Gianara Da Silva De Vasconcellos
49.	Thaise Cristine Da Silva
50.	Maria Cristina Silva Dos Santos
51.	Camila Da Silva Kaule
52.	Clarice Maria Werlang
53.	Daiane Cristine Da Silva
54.	Joana Carla De Lima
55.	Samanta Rodrigues Ramos Back
56.	Leticia De Paula Almeida Rosa
57.	Sara Werner
58.	Andreza Silva
59.	Julia Berkenbrock
60.	Alcimara Petters Buzzi
61.	Solange Aparecida Caetano evers
62.	Nayara Prado Da Silva

63.	Aparecida Maria Forster
64.	Vanderleia Aparecida Kempner
65.	Ana Paula Villain
66.	Bruna Paula Barbosa
67.	Jeane Mariano
68.	Lucimar Claudino Colla
69.	Joelma Cardoso
70.	Cristina Bueno
71.	Josiani Sangali
42.	Mayara Regina Da Silva Cruz
73.	Regilaine Lucas
74.	Marilene Welter Longa
75.	Ariani Cristina De Souza
76.	Heloisa De Jesus Custodio
77.	Isabel Cristina Forster
78.	Adriana Claudino Peixoto
79.	Ana Ritter
80.	Charlene Lobo
81.	Katia Oliveira
82.	Marciana Cristina Da Rocha
83.	Janaina Irene Patricio Da Rocha
84.	Amanda Nogueira
85.	Luciana Alexandre De Oliveira
86.	Maria Helena Espindola
87.	Maiara Borges De Siqueira
88.	Priscila Renata Emmerich
89.	Suzany Do Nascimento Cardoso
90.	Fernanda Severino Barbaresco
91.	Simone Alves Trindade
92.	Marcia Xavier Boehringer
93.	Marciele De Paula Junckes Dos Santos
94.	Vera Lauriano
95.	Indianara Crispim
96.	Dorenilce Tavares Costa Reis
97.	Gislaine Dias De Oliveira
98.	Kellinger Da Silva
99.	Laydiane Camilo
100.	Camila Goncalves
101.	Sabrina Nogueira

2.3. Cargo: MONITOR - 001/2017 (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01.	Claudia De Godoi
02.	Francielle Amelia Franco
03.	Priscila Odete Da Silva
04.	Leonara Nunes Dos Santos

2.3.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: MONITOR - 001/2017 (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
1.	Izabela Regis
2.	Caroline Patricio
3.	Indianara Pereira Barcelos
4.	Anna Carolina
5.	Marina Alves De Oliveira
6.	Margarete De Fatima Guetten
7.	Necileide Da Silva Oliveira
8.	Rosangela Coelho
9.	Rosete Celestino Da Silva
10.	Neide Catia Pereira Berkenbrock

11.	Maria Joselia Jesus Dos Santos
12.	Isabel Cristina Castro Bittencourt
13.	Adriana De Borba
14.	Franciele Diniz
15.	Gisleine Maria Coelho Cardoso

3. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS	05/09	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/09	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
MONITOR	05/09	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

4. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS	05/09	08:00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO *
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/09	08:50	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO *
MONITOR	05/09	10:00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO *

* SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVENIDA JOSÉ JUVENAL MAFRA ,430 – PROXIMO AO FORUM

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

5. Das Disposições Finais

A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 31 de agosto de 2017.

Donizete José da Silva

Prefeito Municipal em exercício

Regina Célia Correa

Secretária de Educação

Karlile Gugnier

Secretária da Administração e Logística Interino

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE ____-____ RG _____
 _____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/____ Nº _____
 END _____
 BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
 CARGO _____ SECRETARIA _____
 EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

01 – Fumante ?

() Sim () Não () Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

() Sim () Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

() Sim () Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

() Sim () Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

() Sim () Não

06 – Tem filhos ?Quantos?

()

07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

() Sim () Não

08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

() Sim () Não

09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

() Sim () Não

10 – Algum problema de visão ?

() Sim () Não

11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

() Sim () Não

12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

() Sim () Não

13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

() Sim () Não

14 – Sente dor no peito , como : palpitação?

() Sim () Não

15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?

() Sim () Não

16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

() Sim () Não

17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

() Sim () Não

18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

() Sim () Não

19 – Como esta sua alimentação ?

Adequada () Não adequada ()

20 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____ / ____ / ____

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE ____ - _____ RG _____

CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____ / ____ / _____

END _____ Nº _____

BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____

CARGO _____ SECRETARIA _____

EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSÃO FEMININO

01 – Fumante ?

() Sim () Não () Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

() Sim () Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

() Sim () Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

() Sim () Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

() Sim () Não

06 – Já esteve grávida ?

() Sim () Não

07 – Quantos filhos?

()

08 – Parto Normal ou Cesária ?



Normal () Cesária () Normal e Cesária ()

09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

() Sim () Não

10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

() Sim () Não

11- Tem menstruação regular ?

() Sim () Não

12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?

() Sim () Não

13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

() Sim () Não

14 – Algum problema de visão ?

() Sim () Não

15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

() Sim () Não

16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

() Sim () Não

17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

() Sim () Não

18 – Sente dor no peito , como : palpitação?

() Sim () Não

19 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?

() Sim () Não

20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

() Sim () Não

21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

() Sim () Não

22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

() Sim () Não

23 – Como esta sua alimentação ?

Adequada () Não adequada ()

24 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____ / ____ / ____

ANEXO III

DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADMITIDO (A):

Nome:
Cargo:
Secretaria:

Já trabalhou com carteira assinada?

()SIM () NÃO

Se nunca teve carteira assinada, e seja o seu primeiro emprego, informar se tem:

() PIS ou () PASEP () NÃO TEM

Tem dependente para Imposto de Renda?

()SIM () NÃO

Se sim, quais os respectivos nomes dos dependentes?

Número do telefone do funcionário:

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração

Navegantes, ____ de _____ de 20 ____ .

Assinatura do declarante

\s

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____, CPF nº. _____, declaro, junto à Prefeitura Municipal de Navegantes, não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 137, da Lei nº. 8.112/90, das quais tenho pleno conhecimento. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, _____ de _____ de 20 _____.

Assinatura do declarante

ERRATA DO PREGÃO 133/2017 PMN

Venho por meio desta solicitar publicação de ERRATA no Pregão Presencial Nº 133/2017 PMN onde diz:

ITEM 1

BOBINA TÉRMICA 0,57 X 300 M - CAIXA COM 06 UNIDADES. BOBINA TÉRMICA PARA RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO (REP), MEDINDO 57 MM DE LARGURA E 300 M DE COMPRIMENTO, EM PAPEL TÉRMICO. VIDA ÚTIL DE DADOS IMPRESSOS DE 05 ANOS, CONFORME PORTARIA 1.510 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. AS BOBINAS DEVERÃO SER ENSACADAS INDIVIDUALMENTE E ACONDICIONADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO. BOBINAS EM PAPEL PADRÃO "TERMOSCRIPT" GRAMATURA: 56 G/M². ESPESURA: 60 MICRAS. DIÂMETRO: 145MM. COR: AMARELO. PRODUTO COMPATÍVEL COM HENRY ORION 6 OU HENRY PRISMA.

ITEM 2

BOBINA TÉRMICA 0,57 X 40 M - CAIXA COM 30 UNIDADES. BOBINA TÉRMICA PARA RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO (REP), MEDINDO 57 MM DE LARGURA E 40 M DE COMPRIMENTO, EM PAPEL TÉRMICO. VIDA ÚTIL DE DADOS IMPRESSOS DE 05 ANOS, CONFORME PORTARIA 1.510 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. AS BOBINAS DEVERÃO SER ENSACADAS INDIVIDUALMENTE E ACONDICIONADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO. BOBINAS EM PAPEL PADRÃO "TERMOSCRIPT" GRAMATURA: 56 G/M². ESPESURA: 60 MICRAS. DIÂMETRO: 145MM. COR: AMARELO. PRODUTO COMPATÍVEL COM ZPM R300

Alterar para o seguinte texto:

ITEM 1

BOBINA TÉRMICA 0,57 X 300 M - CAIXA COM 06 UNIDADES. BOBINA TÉRMICA PARA RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO (REP), MEDINDO 57 MM DE LARGURA E 300 M DE COMPRIMENTO, EM PAPEL TÉRMICO. VIDA ÚTIL DE DADOS IMPRESSOS DE 05 ANOS, CONFORME PORTARIA 1.510 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. AS BOBINAS DEVERÃO SER ACONDICIONADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO. BOBINAS EM PAPEL PADRÃO "TERMOSCRIPT" GRAMATURA: 56 G/M². ESPESURA: 60 MICRAS. DIÂMETRO: 145MM. COR: AMARELO. PRODUTO COMPATÍVEL COM HENRY ORION 6 OU HENRY PRISMA.

ITEM 2

BOBINA TÉRMICA 0,57 X 40 M - CAIXA COM 30 UNIDADES. BOBINA TÉRMICA PARA RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO (REP), MEDINDO 57 MM DE LARGURA E 40 M DE COMPRIMENTO, EM PAPEL TÉRMICO. VIDA ÚTIL DE DADOS IMPRESSOS DE 05 ANOS, CONFORME PORTARIA 1.510 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. AS BOBINAS DEVERÃO SER ACONDICIONADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO. BOBINAS EM PAPEL PADRÃO "TERMOSCRIPT" GRAMATURA: 56 G/M². ESPESURA: 60 MICRAS. DIÂMETRO: 145MM. COR: AMARELO. PRODUTO COMPATÍVEL COM ZPM R300.

ERRATA FASE DE AMOSTRA DO PREGÃO 131/2017 PMN

ERRATA: PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

ONDE SE LÊ:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA TERCEIRA CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DOS 2º COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017 – PMN, CONFORME:

ITEM	2º COLOCADO
01	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
02	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
03	PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI – ME
04	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
07	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
14	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
16	KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME
19	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
20	PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI – ME
32	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
40	LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
45	PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI – ME
47	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
48	KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME
49	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMATICA
53	LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

LEIA-SE:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA TERCEIRA CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DOS 2º COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017 – PMN, CONFORME:

ITEM	2º COLOCADO
01	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
02	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
03	PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI – ME
04	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
07	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
13	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA – EPP

14	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
16	KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME
19	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
20	PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI – ME
22	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA – EPP
31	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
32	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
40	LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
45	PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI – ME
47	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME
48	KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME
49	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMATICA
53	LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Sem mais, agradecemos cordialmente,

Navegantes, 23 de agosto de 2017

“DOE ÓRGÃO! DOE SANGUE! SALVE VIDAS.”

EXTRATO DA ATA Nº 22/2017 FUMREBOM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 FUMREBOM

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 22/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 22/2017 FUMREBOM - contendo os preços registrados pela empresa abaixo: Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) PARA COMPOSIÇÃO DAS REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ E TARDE) DAS GUARNIÇÕES DA 2ª COMPANHIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - FUMREBOM. Conforme Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 22/2017 FUMREBOM

Fornecedor: L&E COMERCIO VAREJISTA LTDA EPP
CNPJ 06.915.456/0001-68

Valor: R\$ 24.332,50

Fornecedor: PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELLI - ME
CNPJ 13.060.647/0001-50

Valor: R\$ 33.756,00

Vigência: 29/08/2017 a 29/08/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 29 de agosto de 2017.

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O presente instrumento dispõe sobre a DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, para formalização de Termo de Colaboração com a Associação de Bombeiros Voluntários de Navegantes – SC.

Considerando que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Navegantes é uma Entidade pública reconhecida pelo município de Navegantes e pelo Estado de Santa Catarina.

Considerando que tem por finalidade prestar serviços de APH (Atendimento Pré-hospitalar), Combate a Incêndios, Busca e Salvamento no Mar, Salvamento na Mata, Calamidades Públicas,

alagamentos e sinistros.

Considerando que presta serviço nos transportes de pacientes do hospital de Navegantes para o Hospitais de Itajaí, Postos de saúde, policlínica, nas ações de prevenções em festas, no carnaval entre outros eventos.

Considerando que Os Bombeiros Voluntários encontram amparo legal na Constituição Federal no seu artigo 5º, XVII, Constituição Estadual, artigo 109, §2º, bem como na Lei do Voluntário nº 9.608/98. Além de obter vários posicionamentos jurisprudenciais favoráveis.

Considerando que a Associação Bombeiros Voluntários, desenvolvem atividades de formação para crianças e adolescentes através do Projeto Bombeiros Mirins.

Considerando que Associação Bombeiros Voluntários auxilia nos atendimentos a nossa população, com registros em média 175 atendimentos mensais, divididos em acidentes de trânsito, atendimentos clínicos, traumas, óbitos, atendimentos às gestantes.

Considerando o quadro humano da corporação que é de 50 (cinquenta) voluntários com qualificação técnica na área, que exercem atividades periódicas através de escalas estabelecidas pelo Comando Geral da Associação.

Considerando o trabalho de excelência desenvolvido desde 18 de abril de 2001 pela Associação de Bombeiros Voluntários de Navegantes - SC, caracteriza-se como específico, singular, sendo esta entidade a única instalada na jurisdição de Navegantes, e que já dispõe de estrutura física e técnica para atendimento do objeto a que se propõe esta parceria, ou seja, atendimentos acima mencionados, o qual torna plenamente justificável a dispensa de chamamento público.

Considerando que a Associação de Bombeiros Voluntários de Navegantes - SC configura-se como órgão de atendimento essencial, é imprescindível a formalização da parceria com a Administração Pública Municipal, o que do contrário estaria impossibilitada a continuidade dos serviços pela Instituição.

Considerando que a formalização da parceria da Administração Pública com a Associação de Bombeiros Voluntários de Navegantes - SC, reputa-se como vantajosa para o Município, pois além de garantir a prestação dos serviços necessários à demanda das ocorrências de urgência e emergência, também encontra guarida no princípio da economicidade, visto que a Organização da Sociedade Civil utiliza de outras formas de viabilização de recursos necessários para complementação dos custos dos serviços.

Considerando que na Lei Orçamentária Anual há previsão de orçamento para tal atividade, justifica-se a dispensa de chamamento público nos termos que seguem:

Diante da situação verificada onde se constata a necessidade de continuação dos serviços que já vem sendo desenvolvidos pela Associação de Bombeiros Voluntários de Navegantes - SC e pela necessidade de atendimento aos novos preceitos legais reveste-se de suma importância à dispensa do chamamento público, nos termos dos incisos II, III e VI do artigo 30 da Lei 13.019/2014:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[...] (Grifo nosso)

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a

peessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - (VETADO);

V - (VETADO);

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Grifo nosso)

A Lei Orçamentária Anual que estima receita e fixa despesas para o exercício de 2017 – Lei 3133 de 17 de outubro de 2016 - identificamos através da dotação 13 – 3.3.50.00.00 transferências à instituições privadas sem fins lucrativos, órgão 25 – Fundo Municipal de Saúde, unidade 01 – Diretoria Administrativa, projeto e atividade 2093 – manutenção e funcionamento Fundo Municipal de Saúde.

Considerando que a parceria entra a Administração Pública Municipal e a Associação de Bombeiros Voluntários de Navegantes - SC – reveste-se de relevante interesse público conforme disposições constitucionais previstas no artigo 109, parágrafo 2º e artigo 112, parágrafo único da Constituição do Estado de Santa Catarina:

Art. 109. A Defesa Civil, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, tem por objetivo planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas e situações emergências. [...] (Grifo nosso)

§ 2º O Estado estimulará e apoiará técnica e financeiramente, a atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários.

ADI STF 4886/12 (§ 2º do art. 109) Decisão Monocrática Final: por maioria e nos termos do voto do Relator, o Tribunal negou provimento. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. [...] (grifo nosso)

Art. 112. Compete ao Município: [...] (Grifo nosso)

Parágrafo único. No exercício da competência de fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os Municípios poderão nos termos de lei local, celebrar convênios com os corpos de bombeiros voluntários legalmente constituídos até maio de 2012, para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio. (NR) (Redação do Parágrafo único dada pela EC/60, de 2012). ADI STF 4886/12 (Parágrafo único) aguardando julgamento. (Grifo nosso)

Em razão disso, e por considerar presente os requisitos do artigo 30, incisos II, III e VI, da Lei 13.019/2014, JUSTIFICO a dispensa de chamamento público, para formalizar o presente Termo de Colaboração, nos termos da minuta do Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho aprovado, com a Associação de Bombeiros Voluntários de Navegantes – SC.

Navegantes, 29 de agosto de 2017.
Donizete José da Silva
Prefeito Municipal

LAUDO DAS AMOSTRAS 116/2017 PMN

SEGUE LAUDO PARA APROVAÇÃO DE AMOSTRAS/FOLDERS DO PREGÃO 116/2017

EMPRESA	ITENS	SITUAÇÃO	MARCA	MOTIVO
TECNOAL	25 – XTENSÃO 10 METROS	APROVADO	FC	
	33 – LAMPADA ECONOMICA	APROVADO	TASCHIBRA	

EMPRESA	ITENS	SITUAÇÃO	MARCA	MOTIVO
RADIANTE	6 – FITA VEDA ROSCA	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
	8 – REGISTRO PARA INST.	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
	24 – CURVA DE PVC 90 PRETA 3/4	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
	28 – LAMPADA ECONOMICA	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
	49 – PILHAS COMUM 1,5 V	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
	54 – REATOR ELETR. 1 X 40 W	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
	56 – REATOR ELETR. 2 X 16 W	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
	57 – REATOR ELETR. 2 X 32 W	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
	58 – REATOR ELETR. 2 X 40 W	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA
	PLAFON BRANCO	REPROVADA		NÃO APRESENTOU AMOSTRA

EMPRESA	ITENS	SITUAÇÃO	MARCA	MOTIVO
TANAKO	2- SIFÃO GARGANTA	APROVADO	PLASHBOM	
	42 – LUMINARIA DE EMERGENCIA	APROVADO	KIAN	
	61- ADAPTADOR UNIVERSAL 02 AMP	APROVADO	DANEVA	
	64- FECHADURA	APROVADO	SOPRANO	

EMPRESA	ITENS	SITUAÇÃO	MARCA	MOTIVO
KRAUS	04 – TORNEIRA PLASTICA 1/2	APROVADO	HERC	
	05- TORNEIRA PLASTICA 3/4	APROVADO	HERC	
	09- MANGUEIRA PARA GÁS	APROVADO	MANTAC	
	14 – CURVA DE PVC PRETAS 1 ¼	APROVADO	TUBOVALE	
	15 - CURVA DE PVC PRETAS 1 "	APROVADO	TUBOVALE	
	16 - CURVA DE PVC PRETAS 2"	APROVADO	TUBOVALE	

	17- CURVA DE PVC PRETAS 3"	APROVADO	TUBOVALE	
	21 - CURVA DE PVC PRETAS 1"	APROVADO	TUBOVALE	
	40- LUMINARIA ALTO RENDI- MENTO 2 X 16	APROVADO	BLAN	
	47 – PILHAS ALCALINAS AA 1,5	APROVADO	ELGIN	
	60- RESISTENCIA PARA CHU- VEIRO	APROVADO	HYDRA	
	62- FILTRO DE LINHAS 220 V	APROVADO	RCG	

EMPRESA	ITENS	SITUAÇÃO	MARCA	MOTIVO
ACM	23 – CURVA PRETA 3"	APROVADO	MAXIDUTOS	
	26 – LAMPADA ECON. 15W	APROVADO	LUM BLUMENAU	
	27 - LAMPADA ECON. 20W	APROVADO	LUM. BLUMENAU	
	29- LAMPADA ECON. 30W	APROVADO	G- LIGHT	

EMPRESA	ITENS	SITUAÇÃO	MARCA	MOTIVO
DYNAMICS	01 – CAIXA DESCARGA COM- PLETA	APROVADO	ALUMASA	
	03- TORNEIRA GIRATORIA DE PAREDE	APROVADO	DURIN	
	07- SILICONE	APROVADO	TEKBOND	
	10- FLEXIVEL PARA GÁS	APROVADO	ALDI	
	11- REGULADOR DE GÁS	APROVADO	ALIANÇA	
	12- CHUVEIRO ELETRICO	APROVADO	FAME	
	19- CURVA DE PVC PRETA 1 1/2	APROVADO	INPOL	
	20- CURVA DE PVC PRETA 1 1/4	APROVADO	INPOL	
	30- LAMPADA ECON. ASPIRAL 36 W	APROVADO	GLIGHT	
	31- LAMPADA ECON.ASPIRAL 43 W	APROVADO	GLIHGT	
	32 - LAMPADA ECON. ASPIRAL 85 W	APROVADO	AHIA	
	34- LAMPADA ECON.TIPO U 26 W	APROVADO	GLIGHT	
	35- LAMPADA ECON. TIPO U 36 W	APROVADO	GLIGHT	
	36- LAMPADA FLUOR. TUBULAR 16W	APROVADO	OUROLUX	
	37- - LAMPADA FLUOR.30W	APROVADO	GLIGHT	
	38 LAMPADA MISTA E 27 160W	APROVADO	GLIGHT	
	39- LAMPADA MISTA 250W	APROVADO	GLIGHT	
	41- LUMINARIA 2 X32 W	APROVADO	GLIGHT	
	43- LUMINARIA 2 X 20 W	APROVADO	LUM. BLUMENAU	
	45- MOTOR BOMBA MONOFA- SICA	APROVADO FOLDER	ELETROPLAS	
	46- MOTOR BOMBA TRIFASICA 2CV	APROVADO FOLDER	ELETROPLAS	
	50- REATOR 1X40 CONVENCIO- NAL FLUORES.	APROVADO	RCG	
	51- REATOR CONV. 1X20	APROVADO	RCG	
	52- REATOR CONV. 1X40	APROVADO	RCG	
	55- REATOR CONV. 2X20	APROVADO	RCG	
	59- RESISTENCIA PARA CHU- VEIRO 6.500 W	APROVADO	FAMR	

ATT
MARIA BENEDITA CORREA – DEP. COMPRAS/LICITAÇÕES

LAUDO DAS AMOSTRAS 21/2017 FUMREBOM

Ofício-Nr-1425-2017-7BBM Navegantes, 30 de Agosto de 2017.

Senhora Pregoeira,

Com cordiais cumprimentos, venho por meio deste informar a respeito dos itens referentes ao pregão 21/2017 (conformidade com edital).

2. Informo que o licitante PJ Serviços e Comércio EIRELI ME apresentou todos os documentos relativos aos registros solicitados e todos conferem perante os órgãos regulamentadores.

3. Informo que o licitante Linear Indústria e Comércio Ltda-EPP apresentou todos os documentos relativos aos registros solicitados e todos conferem perante os órgãos regulamentadores.

Respeitosamente,

Willian Otávio Felício

3º Sgt BM Ch Logística 2ª/7º BBM

LEI 3211/2017 DE 30 DE AGOSTO DE 2017

LEI N º 3211 DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARCELAR O PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RELATIVAS À PARTE PATRONAL E SERVIDORES, DEVIDAS E NÃO REPASSADAS AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – NAVEGANTESPREV.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo municipal autorizado a parcelar o pagamento das contribuições previdenciárias relativas à parte patronal e servidores, devidas e não repassadas ao Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes - NAVEGANTESPREV - previstas no artigo 13 da lei complementar nº 99, de 23/05/2011, relativas às competências de agosto/2011 e Setembro/2011, nos termos da Portaria MPS nº 402, de 10/12/2008, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.

Art. 2º Para apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo IPCA – índice nacional de preços ao consumidor amplo, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo Único - As parcelas vincendas e vencidas serão atualizadas pelo IPCA – índice nacional de preços ao consumidor amplo previsto para o ano de 2017, que é de 4,5%, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

Art.3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete Jose da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2535,2538,2539/2017 NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

PORTARIA N º 2535 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. MARCIA PAWLOWYTSCH, para exercer o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40 horas semanais, a partir de 21/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE AGOSTO DE 2017.

.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2538 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a Sra. TATIANA BASSANI CAMPOS, para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, a partir de 23/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE AGOSTO DE 2017.

.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2539 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. VITOR RAFAEL DE OLIVEIRA AUGUSTO, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, 40 horas semanais, a partir de 23/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESPOSTA AO RECURSO 97/2017 PMN - BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 97/2017 PMN

Aos 30 dias de agosto de 2017, às 08h50min, reuniu-se Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria número 506 de 27 de janeiro de 2017, com intuito de analisar e julgar o recurso à fase de habilitação da CONCORRÊNCIA nº 97/2017, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENROCAMENTO COM COLOCAÇÃO DE PEDRAS, PASSEIO PÚBLICO (DECK DE MADEIRA), CICLOVIA E ESTRUTURA DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DESTRUÍDAS NA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - PROCESSO Nº 59053.000041/2016-07, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.

Protocolado pela empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 21/08/2017.

Em síntese, manifesta-se a empresa BALTT através de recurso, arguindo que a atividade exigida no edital, Reforço de Enrocamento, foi comprovada através dos atestados apresentados, visto que o CREA não prevê em sua listagem de atividades Reforço de Enrocamento, mas, tão somente, Enrocamento.

A empresa ainda menciona que os serviços, apesar de nomes diferentes, são executados da mesma forma, com os mesmos materiais, equipamentos, equipes técnicas, cuidados técnicos e expertises de execução.

DECISÃO

Diante do que foi apresentado é importante salientar que, a Comissão de Licitação ao analisar os recursos e as impugnações aos recursos poderá proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgar pertinente, ou a remessa à autoridade superior competente caso mantenha sua decisão inicial, conforme dispõe o Art. 109, §4º, da Lei 8.666/93.

Visto esta prerrogativa, a comissão analisando as questões, verificou que:

É pertinente o apontamento da empresa BALTT em relação aos

atestados de capacidade técnica e ao acervo técnico visto que não existem registro nas atividades do CREA a atividade REFORÇO DE ENROCAMENTO, e que a Atividade Enrocamento supre está exigência do edital, caracterizando assim apenas um erro formal, passível de validação.

A partir do julgamento do MS nº 5.418-DF, o STJ firmou o entendimento de que, nos processos licitatórios, devem ser desconsiderados defeitos formais que não afetem o cumprimento efetivo das condições do ato convocatório. Tratava-se de inovação importante em face da visão tradicional do processo licitatório como um procedimento formalista, em que a vinculação absoluta e literal às condições do edital representaria fator de isonomia entre os concorrentes. Com essa orientação, que se estendeu a outros tribunais, o STJ passava a alinhar-se com a maior parte da doutrina, segundo a qual a qualificação da licitação como processo competitivo não implica transformá-la em um jogo de mera habilidade, em que a competição não se dá entre propostas, mas no âmbito do atendimento de requisitos do edital.

O erro formal não vicia e nem torna inválido o documento. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa e validar o ato. Se um documento é produzido de forma diferente da exigida, mas alcançou os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputar-se-á válido. Frisa-se que, foram verificadas as informações no site do CREA, e verificado a inexistência da expressão REFORÇO DE ENROCAMENTO nas atividades enumeradas, conforme se pode observar no link: <http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/Manual%20ART%20-%20Julho%202014%281%29.pdf>

A comissão ainda entrou em contato telefônico com o CREA – SC, pelo fone (47) 3348-2744, e o funcionário confirmou a informação de que não há registro no CREA de Atividades e nem subdivisões de Atividades de Reforço de Enrocamento.

Ou seja, ao executar uma obra de Enrocamento, mesmo que fossem realizados reforços, não haveria no descritivo dos Atestados e do Acervo técnico a expressão REFORÇO. Ressaltando que nem mesmo o atestado de capacidade técnica da empresa Adrimar, que questionou a descrição nos Atestados da empresa Baltt, possui essa expressão.

Diante do exposto, de acordo com o que foi observado, decide-se pelo deferimento do presente recurso, habilitando a empresa BALTT TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM, declarando-a habilitada para a próxima fase desta Concorrência.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 30 de agosto de 2017.

Presidente: Leila Mengarda

Membros: Ellinton Pedro de Souza

Vilmar Roberto Constancio

Roberto Miguel Celezinski

Fernanda Hassmann Constâncio

RESPOSTA AO RECURSO 97/2017 PMN - CONSTRUTORA NATINHO EIRELLI

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 97/2017 PMN

Aos 30 dias de agosto de 2017, às 11h20min, reuniu-se Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria número 506 de 27 de janeiro de 2017, com intuito de analisar e julgar o recurso

à fase de habilitação da CONCORRÊNCIA nº 97/2017, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENROCAMENTO COM COLOCAÇÃO DE PEDRAS, PASSEIO PÚBLICO (DECK DE MADEIRA), CICLOVIA E ESTRUTURA DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DESTRUÍDAS NA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - PROCESSO Nº 59053.000041/2016-07, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.

Protocolado pela empresa CONSTRUTORA NATINHO EIRELLI

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 18/08/2017. Em síntese, manifesta-se a empresa NATINHO através de recurso, arguindo que a inabilitação não encontra fundamentos, pois, é irrelevante a base do cálculo utilizada, visto que se dividido pelo Ativo Total o Grau de Endividamento seria ainda menor.

DECISÃO

Diante do que foi apresentado é importante salientar que, a Comissão de Licitação ao analisar os recursos e as impugnações aos recursos poderá proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgar pertinente, ou a remessa à autoridade superior competente caso mantenha sua decisão inicial, conforme dispõe o Art. 109, §4º, da Lei 8.666/93.

Visto esta prerrogativa, a comissão analisando as questões, verificou que:

É pertinente o apontamento da empresa NATINHO em relação cálculo do Grau de Endividamento, visto que, todos os documentos referentes a situação financeira da empresa foram apresentados, e que o cálculo pode ser sanado de forma clara e rápida, tornando assim um erro formal passível de solução. Sendo assim, inabilitar a empresa torna a decisão excessiva, visto que o cálculo feito com ambos os valores, Patrimônio Líquido e Ativo Total, demonstra a boa situação financeira da empresa, sendo este último ainda menor que o primeiro.

A partir do julgamento do MS nº 5.418-DF, o STJ firmou o entendimento de que, nos processos licitatórios, devem ser desconsiderados defeitos formais que não afetem o cumprimento efetivo das condições do ato convocatório. Tratava-se de inovação importante em face da visão tradicional do processo licitatório como um procedimento formalista, em que a vinculação absoluta e literal às condições do edital representaria fator de isonomia entre os concorrentes. Com essa orientação, que se estendeu a outros tribunais, o STJ passava a alinhar-se com a maior parte da doutrina, segundo a qual a qualificação da licitação como processo competitivo não implica transformá-la em um jogo de mera habilidade, em que a competição não se dá entre propostas, mas no âmbito do atendimento de requisitos do edital.

O erro formal não vicia e nem torna inválido o documento. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa e validar o ato. Se um documento é produzido de forma diferente da exigida, mas alcançou os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputar-se-á válido. No mais, o Tribunal de Justiça de SC já manifestou entendimento acerca da possibilidade de afastar a ocorrência de erro formal, a fim de viabilizar a habilitação do licitante. Veja-se:

MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - INABILITAÇÃO DE PROPONENTE - ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO APRESENTADO COM ERRO MATERIAL, POSTERIORMENTE RETIFICADO EM SEDE DE RECURSO ADMINISTRATIVO - RECONHECIMENTO, NESTE, DA CORREÇÃO DO NOVO ÍNDICE APRESENTADO - ERRO FORMAL QUE NÃO PODE ACARRETAR A INABILITAÇÃO DO PROPONENTE

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE DEVE PRIMAR PELO SUPRIMENTO DOS DEFEITOS FORMAIS PLENAMENTE COMPROVADOS - HABILITAÇÃO DEVIDA - ORDEM CONCEDIDA. -"Não se pretende negar que a isonomia é valor essencial, norteador da licitação. Mas é necessário, assegurado tratamento isonômico idêntico e equivalente a todos os licitantes, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa. Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o 'princípio da isonomia' imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional.

Conforme observado, quando sanáveis algumas irregularidades formais e que não causem prejuízo à Administração Pública, a comissão pode rever sua decisão e sanar os erros, evitando assim a caracterização de um formalismo excessivo. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido na seguinte decisão do Tribunal de Contas da União:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas, ao habilitar a empresa, visto erro meramente formal, respeitasse o Princípio do Interesse Público na licitação que tem como base a Economicidade e a Proposta mais vantajosa.

Diante do exposto, de acordo com o que foi observado, decide-se pelo deferimento do presente recurso, habilitando a empresa CONSTRUTORA NATINHO EIRELLI, declarando-a habilitada para a próxima fase desta Concorrência.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 30 de agosto de 2017.

Presidente: Leila Mengarda

Membros: Ellinton Pedro de Souza

Vilmar Roberto Constancio

Roberto Miguel Celezinski

Fernanda Hassmann Constâncio

RESPOSTA AO RECURSO 97/2017 PMN - CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 97/2017 PMN

Aos 30 dias de agosto de 2017, às 16h50min, reuniu-se Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria número 506 de 27 de janeiro de 2017, com intuito de analisar e julgar o recurso à fase de habilitação da CONCORRÊNCIA nº 97/2017, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENROCAMENTO COM COLOCAÇÃO DE PEDRAS, PASSEIO PÚBLICO (DECK DE MADEIRA), CICLOVIA E ESTRUTURA DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DESTRUÍDAS NA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - PROCESSO Nº 59053.000041/2016-07, ATRAVÉS DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.

Protocolado pela empresa CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado intempestivamente em 24/08/2017. Em síntese, manifesta-se a empresa CR através de recurso, arguindo que a inabilitação não encontra fundamentos, pois, foram respeitados e apresentados todos os documentos exigidos no edital.

DECISÃO

Após verificação da peça, decide:

Após verificação da peça, decide:

Julgar o presente recurso por Intempestivo uma vez que não foi atendido o prazo legal de cinco dias previsto para apresentação do mesmo, segundo dispõe o Artigo 109, I, a, a lei 8666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: habilitação ou inabilitação do licitante;

Corroborando, o próprio edital ao qual o licitante leu e submeteu-se às suas condições para a participação no certame também menciona o prazo recursal no item 7.2 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DOS RECURSOS E PENALIDADES:

7.2 Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões da Comissão Permanente de Licitação poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 05 (cinco) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviadas aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação.

É plausível verificar a decisão do STJ referente à intempestividade no que tange aos recursos:

STJ - MANDADO DE SEGURANÇA MS 14306 DF 2009/0073830-0 (STJ)

Data de publicação: 02/08/2011

Ementa: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. RECURSO ADMINISTRATIVO. INTEMPESTIVIDADE. INÍCIO DO PRAZO DECADENCIAL. DECADÊNCIA RECONHECIDA. SEGURANÇA DENEGADA.

1. Nos termos da Lei 8.666 /93 e do edital do certame, o prazo de cinco dias úteis para interpor recurso contra a habilitação ou inabilitação do licitante e o julgamento das propostas tem início a partir da publicação do respectivo ato na imprensa oficial. 2. No caso, a habilitação da litisconsorte passiva foi deferida em 31/3/03, tendo os recursos administrativos interpostos por outras empresas participantes do certame sido improvidos em 13/4/07. Já o ato que tornou públicos os resultados da pontuação das Propostas de Preço pela Outorga e determinou a desclassificação da impetrante foi publicado em 5/11/08. Assim, intempestivos os recursos administrativos interpostos apenas em 17/11/08. 3. Reconhecida a intempestividade dos recursos administrativos apresentados pela impetrante, devem ser considerados como não apresentados, motivo pelo qual o prazo de decadência para impetração de mandado de segurança teve início a partir do último dia do prazo recursal, ou seja, 13/11/08. Desta forma, tendo o mandamus sido impetrado apenas em 24/4/09, forçoso reconhecer a decadência da impetração. 4.

Segurança denegada.

Doutrinariamente temos:

[...] a Constituição Federal assegura, como mencionado, o direito de recorrer, mas não o garante eternamente. De sorte que sempre há um prazo para exercício desse direito, cuja inobservância impede sua normal apreciação. (GASPARINI, Diogenes, Recursos ..., p. 501-513)

Vale citar que, a data da abertura do certame aconteceu no dia 15 (quinze) de agosto de 2017 e a ata foi publicada no mesmo dia, com isso o prazo recursal teve início dia 16 (dezesesseis) de agosto, com término dia 22 do mesmo mês.

É de suma importância salientar que foram respeitados todos os princípios administrativos, dentre eles vale citar o da Publicidade, onde todos os atos foram publicados para ciência dos participantes, e o da legalidade, estando todos os atos praticados em conformidade com as leis e princípios administrativos.

Em suma, o recurso apresentado não atende o quesito tempestividade, não havendo como conhecê-lo em razão da inobservância dos pressupostos legais de admissibilidade que por sua vez antecede o exame de mérito.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 30 de agosto de 2017.

Presidente: Leila Mengarda

Membros: Ellinton Pedro de Souza

Vilmar Roberto Constancio

Roberto Miguel Celezinski

Fernanda Hassmann Constância

RESPOSTA AO RECURSO 97/2017 PMN - MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 97/2017 PMN

Aos 30 dias de agosto de 2017, às 17h10min, reuniu-se Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria número 506 de 27 de janeiro de 2017, com intuito de analisar e julgar o recurso à fase de habilitação da CONCORRÊNCIA nº 97/2017, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENROCAMENTO COM COLOCAÇÃO DE PEDRAS, PASSEIO PÚBLICO (DECK DE MADEIRA), CICLOVIA E ESTRUTURA DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DESTRUÍDAS NA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - PROCESSO Nº 59053.000041/2016-07, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.

Protocolado pela empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 21/08/2017.

Em síntese, manifesta-se a empresa MULTIPLOS através de recurso, arguindo que cumpriu com as exigências do edital, apresentando atestado de capacidade técnica que comprava sua capacidade em relação ao transporte das pedras para o enrocamento.

DECISÃO

Diante do que foi apresentado é importante salientar que, a Comissão de Licitação ao analisar os recursos e as impugnações aos recursos poderá proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgar pertinente, ou a remessa à autoridade superior competente caso mantenha sua decisão inicial, conforme dispõe o Art. 109, §4º, da Lei 8.666/93.

Visto esta prerrogativa, a comissão analisando as questões, verificou que:

É pertinente o apontamento da empresa MULTIPLOS em relação aos atestados de capacidade técnica e ao acervo técnico, visto que esta apresentou comprovante de que executou obra de Enrocamento, incluindo o transporte das pedras utilizadas, porém, a expressão Com Pavimentação ou Sem Pavimentação, não altera a Capacidade da empresa de realizar o serviço.

Diante disso, esta comissão encaminhou pedido de esclarecimento ao Engenheiro Responsável pelo projeto e este confirmou a igualdade técnica na realização do serviço, não havendo motivos para desclassificar a empresa. (em anexo)

Vale citar que em contato com o CREA-SC, pelo telefone (47)3348-2744, este informou que não diferencia em suas atividades o Transporte em Rodovia Pavimentada e Não Pavimentada, mas, tão somente, Transporte de Carga Rodoviária.

A partir do julgamento do MS nº 5.418-DF, o STJ firmou o entendimento de que, nos processos licitatórios, devem ser desconsiderados defeitos formais que não afetem o cumprimento efetivo das condições do ato convocatório. Tratava-se de inovação importante em face da visão tradicional do processo licitatório como um procedimento formalista, em que a vinculação absoluta e literal às condições do edital representaria fator de isonomia entre os concorrentes. Com essa orientação, que se estendeu a outros tribunais, o STJ passava a alinhar-se com a maior parte da doutrina, segundo a qual a qualificação da licitação como processo competitivo não implica transformá-la em um jogo de mera habilidade, em que a competição não se dá entre propostas, mas no âmbito do atendimento de requisitos do edital.

O erro formal não vicia e nem torna inválido o documento. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa e validar o ato. Se um documento é produzido de forma diferente da exigida, mas alcançou os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputar-se-á válido. Frisa-se que, foram verificadas as informações no site do CREA, e verificado a inexistência das expressões COM PAVIMENTAÇÃO e SEM PAVIMENTAÇÃO nas atividades enumeradas, conforme se pode observar no link:

<http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/Manual%20ART%20-%20Julho%202014%281%29.pdf>

Ressaltando que os atestados de capacidade técnica das outras empresas participantes apresentam apenas Transporte Rodoviário, sem mencionar que estes foram realizados Com ou Sem Pavimentação, o que poderia gerar a inabilitação destas empresas.

Diante do que foi apresentado, parece óbvio que a empresa que realiza um transporte com carga em rodovia não pavimentada tem capacidade de realizar o transporte em rodovia com pavimentação, sendo a exigência do edital dispensável e sem necessidade. Neste sentido, se pronunciou o TCE/MG, como podemos extrair da denúncia de nº 812.442. Vejamos trecho da ementa:

"Edital de licitação não pode conter exigência de qualificação técnica que não seja indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais e que não esteja prevista em lei. (...) 3. A exigência de experiência anterior na execução de objeto idêntico ao licitado só é possível se houver justificativa razoável e se não ofender o princípio da competitividade, nem prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa".

Este é também o entendimento do TRF 4ª Região na AC nº 5019145-37.2012.404.7000, em resposta a um de seus jurisdicionados:

"Inexistindo tal exigência e, muito menos, a necessária correlação entre a habilitação especial e os serviços a serem desempenhados pela vencedora, não cabe ao intérprete ampliar exigências ao seu talante, assim como não cabe aos demais licitantes buscar exigências maiores do que as devidas, até porque, visando a licitação a maior participação possível em homenagem ao princípio da concorrência, as restrições à participação devem se conter em estritos limites".

Com isso, fica claro que, a comprovação de que o Atestado Técnico apresentado demonstra a capacidade técnica da empresa em realizar os serviços.

Em relação ao consórcio, que consta no atestado de capacidade técnica, este fica comprovado através do Acerto Técnico que o quantitativo demonstrado foi executado pela empresa recorrente, visto que este último se refere apenas ao Engenheiro Responsável técnico da empresa, informação esta confirmada pelo CREA-SC em contato telefônico no dia 30/08/2017.

Diante do exposto, de acordo com o que foi observado, decide-se pelo deferimento do presente recurso, habilitando a empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, declarando-a habilitada para a próxima fase desta Concorrência.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 30 de agosto de 2017.

Presidente: Leila Mengarda

Membros: Ellinton Pedro de Souza

Vilmar Roberto Constancio

Roberto Miguel Celezinski

Fernanda Hassmann Constâncio

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PORTARIA N º 53 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017**

PORTARIA N º 53 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº. 47/2007, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, ao segurado LUIZ GILMAR DOS ANJOS, portador da cédula de identidade n.º 745243, inscrito no CPF sob o n.º 309.376.209-04, e PIS/PASEP nº 1078491421-1 efetivo no cargo de FISCAL DE OBRAS, lotado na SEC PLANEJAMENTO URBANO, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2017.04.05439P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 01 DE SETEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 01 de Setembro de 2017.

PORTARIA N º 55 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA N º 55 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º, I, II, III e IV da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, ao segurado ADEMAR LUIZ PROVESI, portador da cédula de identidade n.º 664.771, inscrito no CPF sob o n.º 246.777.019-20, e PIS/PASEP nº 1213760058-9 efetivo no cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria de Obras, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2017.04.05444P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 01 DE SETEMBRO DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 01 de Setembro de 2017.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 242/2017 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO nº 242/2017

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 31 de agosto de 2017 a 04 de setembro de 2017, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 30 de agosto de 2017.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 242/2017)

CARGO: ENFERMEIRO (A)

Classificação	Nome completo
7º	RICHELLE CAROLINE DOS SANTOS

ANEXO II

(Decreto nº 242/2017)

Exmo. Senhor

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº, inscrição nº, para o cargo
de, pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../.....

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

DECRETO Nº 243/2017

DECRETO Nº 243 de 31 de julho de 2017

Altera a redação do art. 1º, do Decreto nº 201, de 21 de julho de 2017, que estabelece o turno único aos servidores públicos municipais, o horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e;

Considerando a necessidade de readequação do horário de funcionamento de alguns Órgãos do Poder Executivo Municipal decorrente da implantação do horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais com turno único aos servidores públicos municipais a partir de 31 de julho de 2017, com fulcro na Lei Complementar nº 656, de 18 de julho de 2017, notadamente em razão da demanda verificada quanto ao atendimento externo, predominantemente matutina;

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I e II, do artigo 1º do Decreto nº 201, de 21 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - no horário das 7h às 13h:

a) Gabinete do Prefeito;

- b) Procuradoria Geral do Município;
- c) Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- d) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- e) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

Decreto nº 243/2017

- f) Secretaria Municipal de Esportes;
- g) Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento;
- h) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC;
- i) Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Nova Trento – IPREVENT;
- j) Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;
- l) Casa da Cidadania, exceto “Conselho Tutelar”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 04 de setembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 31 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 244/2017 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO nº 244/2017

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Fica convocada a candidata classificada nominada no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 01 de setembro de 2017 até dia 06 de setembro (exceto terça-feira dia 05 de setembro), munida da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo

convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 31 de agosto de 2017.

LUIZ CARLOS ORSI

Secretário Municipal de Educação

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 244/2017)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
35º	EDUARDA ARTUANI TILL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II

(Decreto nº 244/2017)

Exmo. Senhor

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,

....., portador (a) do

RG nº e CPF nº

....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo

- Edital nº, inscrição nº, para o cargo

de, pela Prefeitura Municipal de

Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

DECRETO Nº 245/2017 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO nº 245/2017

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 01 de setembro de 2017 até dia 06 de setembro (exceto terça-feira dia 05 de setembro), munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 31 de agosto de 2017.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 245/2017)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
29º	FERMINO INACIO FUMAGALLI
30º	MARIA BERNADETE FUMAGALLI

CARGO: TECNICO (A) DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome completo
10º	ALESSANDRA APARECIDA PEREIRA
11º	TAYSE GAMBETA

CARGO: ENFERMEIRO (A)

Classificação	Nome completo
8º	LUCIANA MENGARDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II

(Decreto nº 245/2017)

Exmo. Senhor.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do
RG nº e CPF nº
..... , Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº , inscrição nº , para o cargo
de , pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../ /..... .

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

DECRETO Nº 246/2017 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 006/2016PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO nº 246/2017

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 01 de setembro de 2017 até dia 06 de setembro (exceto terça-feira dia 05 de setembro), munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso); IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 31 de agosto de 2017.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 246/2017)

CARGO: MÉDICO PLANTONISTA

Classificação	Nome completo
5º	RAFAEL ABUJAMRA ALVES PINTO
6º	MATHEUS NIENKOTTER TAVARES KUHNEN
7º	LETICIA MARIA CONSTANTINO PRADA

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA - PSIQUIATRA

Classificação	Nome completo
2º	FLAVIANA BECKER DARTORA

CARGO: FONOAUDIÓLOGO)

Classificação	Nome completo
1º	ANDREIA CARLA BRINGHENTI MARCHIORI PRANDINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II

(Decreto nº 246/2017)

Exmo. Senhor.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do
RG nº e CPF nº
..... , Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº , inscrição nº , para o cargo
de , pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../..... .

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

DECRETO Nº 250/2017 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 002/2015

DECRETO nº 250/2017

convoca aprovado no concurso público nº 002/2015 – QUADRA-
GÉSIMA QUINTA CHAMADA, que nomina para comparecimento E
apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS hu-
manos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCISCO
VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.
30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do
Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:
DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Ane-
xo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos
Humanos, do dia 01 de setembro de 2017 a 11 de setembro de
2017 (exceto na terça-feira), no horário compreendido entre 07h

às 13h, munido da documentação (cópia e original) abaixo relacionada, observado o grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão atualizada de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atual;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos, custeado pelo convocado (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Quitação do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma (Ensino Fundamental/ Ensino Médio/ Curso Técnico/ Graduação/ Pós-Graduação/ Mestrado) em conformidade com área que irá atuar;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 31 de agosto de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 250/2017)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
4ª	346	GISELLE DA SILVA RICCI

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 250/2017)

CARGOS	EXAMES
ATENDENTE DE CRECHE	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe, com laudo.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 250/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do RG nº e CPF nº , Candidato(a) naª posição do Concurso Público - Edital nº , inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../..... .

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

PORTARIA Nº 546/2017 "A"

PORTARIA Nº 546/2017 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal SILENE RODRIGUES CADORIN, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Escolar, matrícula nº 7286, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil padre Rossi, do Quadro de Pessoal Comissionado deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 19 de julho de 2017 a 02 de agosto de 2017 conforme atestado médico datado de 26/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 555/2017 "A"

PORTARIA Nº 555/2017 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 546 "A", que CONCEDEU Licença para

Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal SILENE RODRIGUES CADORIN, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Escolar, matrícula nº 7286, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil padre Rossi, do Quadro de Pessoal Comissionado deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 03 de agosto de 2017 a 31 de outubro de 2017 de 2017 conforme Comunicação de Decisão/Auxílio-Doença/INSS, datado de 08 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 565/2017

PORTARIA Nº 565/2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 64, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Pública Municipal CARLOS ROGERIO CANDIDO MAIA, matrícula nº 7005, ocupante do cargo de Médico Plantonista, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, a partir de 15 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de agosto de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 575/2017

PORTARIA Nº 575/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e com base no Decreto Nº 095 de 18 de Abril de 2017:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocada conforme Decreto nº 232/2017, LIZIANE MOREIRA DE BRITO, matrícula nº 7575, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 24 de agosto de 2017 a 19 de setembro de 2017, em substituição à titular Lisângela Locks de Oliveira, afastada conforme Portaria nº 542/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 247/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora LIZIANE MOREIRA DE BRITO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Guilherme Dalla'Brida, nº 367, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 058.641.799-06, RG nº 10.003.563-4 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103, 20 (hum mil, cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 24 de agosto de 2017 a 19 de setembro de 2017, em substituição à titular Lisângela Locks de Oliveira, afastada conforme Portaria nº 542/2017.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Liziane Moreira de Brito
Secretário M. de Educação Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de agosto de 2017.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 576/2017 "A"

PORTARIA Nº 576/2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e com base no Decreto Nº 095 de 18 de Abril de 2017:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 237/2017, LAIARA YURI BOSO, matrícula nº 7570, para

exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência "A", com 10 (dez) horas semanais, (Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Disciplina Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 24 de agosto de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 250/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LAIARA YURI BOSO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Ivo Ceccato, nº 1868, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 083.637.749-44, RG nº 5.637.584 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência "A", com 10 (dez) horas semanais, com 10 (dez) horas semanais, (Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Disciplina Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719, 93 (hum mil, setecentos e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 24 de agosto de 2017 a 20 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:
I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de agosto de 2017.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 579/2017

PORTARIA Nº 579/2017

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal SANDRA REGINA DALLABRIDA BATTISTI, efetiva, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Creche, matrícula nº 6810, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Espreado, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão

Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 16 de agosto de 2017 a 14 de setembro de 2017 conforme resultado pericial datado de 23/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 582/2017

PORTARIA Nº 582/2017

Concede Licença Gestante

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 2º da Lei Complementar nº 657, de 18 de julho de 2017, que alterou o Artigo 107 da Lei 1.668 de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTANTE à Servidora Pública Municipal CHRISTIANI TALITA MARCHI VIEIRA DORNELLES, matrícula nº 6555, concursada, ocupante do cargo de Professor, Nível III, Referência "C", com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 26 de agosto de 2017 a 21 de fevereiro de 2018, conforme Atestado Médico, datado de 28/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 583/2017

PORTARIA Nº 583/2017

Prorroga Readaptação

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 596/2016, que Prorrogou a Concessão de Readaptação, a Servidora Pública Municipal MARIA DA GLÓRIA VALLE CECCATO, matrícula nº 536, ocupante do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício

na Biblioteca Pública Municipal - Centro, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 25 de agosto de 2017 a 24 de agosto de 2018, conforme resultado pericial datado de 29/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 584/2017

PORTARIA Nº 584, de 29 de agosto de 2017

Altera as Portarias nº 406/2015 e 624/2015 que Constitui a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Processo de Sindicância e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e Art. 196 § Único, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 2007 e com fundamento na Lei nº 2.572/2015; RESOLVE:

Art.1º Alterar as Portarias nº 406/2015 e 624/2015, alteradas por portarias posteriores que Constitui a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Processo de Sindicância, respectivamente.

Art. 2º Nomear como membros suplentes destas comissões, Graziela Darós Piffer, matrícula 197, Professor de Informática, Dalila Facchini, matrícula 78, ocupante do Cargo de Auxiliar Contábil e Financeiro e Valmir Bertotti, matrícula 79, também ocupante do cargo de Assistente Administrativo.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência.

Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 29 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 586/2017

PORTARIA Nº 586, de 30 de agosto de 2017

Abre Processo Administrativo Disciplinar.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e com fundamento no Art. 198, da Lei nº 1.207/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos fatos relatados no Boletim de Ocorrência (Registro: 00287-2017-0000764 e demais documentos encaminhados anexo ao Ofício nº 271/2017, do Secretário Municipal de Educação, Sr. Luiz Carlos Orsi, envolvendo o Servidor Francisco Rodolfo Orsi, matrícula 6914, concursado no cargo de Motorista de Transporte Escolar.

Art. 2º Determinar que a Comissão de processo Administrativo

Disciplinar faça a citação do envolvido para que tome conhecimento do inteiro teor desta Portaria, designando dia e hora para as suas inquirições, cientificando-o de que o não comparecimento no dia e horário designados implicará nos efeitos da revelia.

§ 1º A mencionada citação a que se refere o caput, deverá se realizar pessoalmente, pelo Presidente da Comissão, devendo ainda, constar data e horário em que deverá comparecer na Prefeitura, em local a ser designado pela Comissão de Processo Administrativo, com a finalidade de ser inquirido.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão, bem como o Servidor indicado pelo Presidente para desempenhar as funções de Secretária desse processo, terão acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverão colher depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da primeira reunião da comissão, para a conclusão do processo e apresentação do relatório final, dando ciência à autoridade imediata.

Portaria nº 586/2017

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 587/2017

PORTARIA Nº 587, de 30 de agosto de 2017

Abre Processo Administrativo Disciplinar.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e com fundamento no Art. 198, da Lei nº 1.207/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos fatos relatados no Boletim de Ocorrência (Registro: 00287-2017-0000691 e demais documentos encaminhados anexo ao Ofício nº 272/2017, do Secretário Municipal de Educação, Sr. Luiz Carlos Orsi, envolvendo o Servidor Diego de Camargo Silvestre, matrícula 7474, Admitido em Caráter Temporário, no cargo de Motorista de Transporte Escolar.

Art. 2º Determinar que a Comissão de processo Administrativo Disciplinar faça a citação do envolvido para que tome conhecimento do inteiro teor desta Portaria, designando dia e hora para as suas inquirições, cientificando-o de que o não comparecimento no dia e horário designados implicará nos efeitos da revelia.

§ 1º A mencionada citação a que se refere o caput, deverá se realizar pessoalmente, pelo Presidente da Comissão, devendo ainda, constar data e horário em que deverá comparecer na Prefeitura, em local a ser designado pela Comissão de Processo Administrativo, com a finalidade de ser inquirido.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão, bem como o Servidor indicado pelo Presidente para desempenhar as funções de Secretária desse processo, terão acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverão colher depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da primeira reunião da comissão, para a conclusão do processo e apresentação do relatório final, dando ciência à autoridade imediata.

Portaria nº 587/2017

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de agosto de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças.

Titular: Maria Goretti Minatti
Suplente: Luciana Dalprá

Fls. 02 - Portaria nº 588/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de agosto de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 588/2017

Portaria nº 588 de 31 de agosto de 2017

Nomeia os Membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com a Lei nº 2.240/2007 e alterada pela Lei nº 2.652/2017, que Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e Institui o Conselho-Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS; RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para fazerem parte do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, conforme segue:

I – Representantes do Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular: Josemar Guilherme Franzoi

Suplente: Luiz Antonio de Souza

b) Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento:

Titular: Celso Mitsuyoshi Fujihara

Suplente: Virgilio José Tamanini

c) Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Victor Alisson Gomes

Suplente: Marinho Luiz Tomasi

II - Representantes de Associações de Bairros:

a) Associação de Moradores do Bairro Bezenello:

Titular: Orivan Jarbas Orsi

Suplente: Moisés Cipriani

III -Representante de Entidade de Classe Rural:

a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Trento:

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 052/2017

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 052/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: MARILETE BRASSO BRATTI

Cargo: Auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lei 410/2009. Vigência: 01 de setembro de 2017 até final do ano letivo de 2017. Novo Horizonte-SC, 31/08/2017, Vanderlei Sanagiotto - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

4.139

DECRETO N. 4.139 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.2689 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

05.01 – Fundo Municipal de Est. Prod. Agropecuário.

2.010 - Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art.2º A conta do recurso anterior fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

05.01 – Fundo Municipal de Est. Prod. Agropecuário.

2.010 - Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art.3º Este Decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, em 21 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração

4.140 - HORARIO ESPECIAL DE TRABALHO MOTORISTAS TRANSPORTE ESCOLAR

DECRETO No 4.140 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO PARA MOTORISTAS QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições legais conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e Artigo 33, § 3º da Lei n. 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1o Fica instituído horário fracionado aos Motoristas do Município de Orleans, que exercem suas funções no transporte escolar

em ônibus e microônibus.

Parágrafo único. As escalas a serem cumpridas pelos motoristas do transporte escolar se darão de segunda-feira a sexta-feira, de acordo com o abaixo estabelecido:

1. Adeclésio Baschirotto

06h30min às 08h15min

11h30min às 14h15min

16h30min às 20h

2. Adriano Batista Marques

06h30min às 08h15min

11h30min às 14h15min

16h30min às 20h

3. Benito Medeiros de Souza

06h30min às 08h15min

11h30min às 14h15min

16h30min às 20h

4. Laercio Osmar Cardoso

06h30min às 08h15min

11h30min às 14h15min

16h30min às 20h

5. Robson Altair Cardoso

06h30min às 08h15min

11h30min às 14h15min

16h30min às 20h

6. Valdelir Carrer

06h30min às 08h15min

11h30min às 14h15min

16h30min às 20h

7. Benito Medeiros de Souza

06h30min às 08h15min

11h30min às 14h15min

16h30min às 20h

Art. 2o Os servidores deverão registrar o início e o final do expediente em livro ponto e/ou ficha ponto, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3o Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 21 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte um dias mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração

4.141

DECRETO N.º 4.141 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.689 de 21 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE

2.004 – Manutenção do Departamento de Esporte

F.R. - 03.0180 – Superávit Financ. - Transf. Conv. Da União - Outros

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 12.066,45

TOTAL R\$ 12.066,45

Art.2º Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o Superávit financeiro do exercício anterior, na seguinte Fonte de recurso:

F.R. - 01.0180 – Transferências de Conv. Da União - Outros R\$ 12.066,45

TOTAL R\$ 12.066,45

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 21 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário Municipal de Administração

**PROCESSO Nº 62/2017 TERMO DE COLABORAÇÃO
Nº 002/2017 FMS**

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº 62/2017

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 14/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017

Concedente...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Proponente....: CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA CERENE

Valor : 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 29/08/2017 Término: 31/12/2017

Recursos : Dotação: 9/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE FILANTRÓPICA DESTINADA AO ATENDIMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS (ÁCOOL E DROGAS) COM FOCO EM MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS E QUALIDADE DE VIDA DOS DEPENDENTES E SEUS FAMILIARES.

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 30, INCISO III DA LEI 13.019/2014
Orleans, 29 de Agosto de 2017

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 1/10

Processo Nº.: 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2017

No dia 31 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 24/2017, Processo Licitatório nº. 53/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO E FABRICAÇÃO DE MOVEIS SOB MEDIDA, PARA UNIDADE DE SAÚDE SÃO FRANCISCO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1043	ELAINE CRISTINA VIEIRA 06963185980	
1041	NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME	1
1042	OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME	
852	ROCHA MOVEIS PROJETADOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME	
855	SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ELAINE CRISTINA VIEIRA 06963185980	19.978.908/0001-00	FLAVIO ILARIO	612.946.169-00
NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME	26.747.361/0001-90	RAQUEL RICKEN DE MATTIA	016.324.199-63
OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME	22.417.394/0001-10	EVERTON VARGAS DICK	070.503.229-97
ROCHA MOVEIS PROJETADOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME	14.009.437/0001-09	LAURI ROCHA	506.848.099-15
SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	04.563.256/0001-68	MARCIO RODRIGUES XAVIER	954.044.650-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO E FABRICAÇÃO DE MOVEIS SOB MEDIDA, PARA UNIDADE DE SAÚDE SÃO FRANCISCO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 2/10
 Processo Nº.: 53/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

Fornecedor: 1041 - NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>MOVEIS SOB MEDIDA UNIDADE SÃO FRANCISCO</p> <p>SALA 01 - RECEPÇÃO</p> <p>01 - BALCÃO EM MDF BRANCO 25MM, TIPO L MEDINDO 200X160 (LARGXPROF), TAMPO 80 ALT. E SOBRE TAMPO 113 ALT.</p> <p>SALA 02 - ADMINISTRATIVA</p> <p>01 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 220X210X48 (LARGXALTXPROF). COM 04 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 16 PRATELEIRAS INTERNAS.</p> <p>SALA 03 - DEMONSTRAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE</p> <p>01 - MESA EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 270X78X95 (LARGXALTXPROF). COM 03 BASES.</p> <p>SALA 04 - RECEPÇÃO E CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO</p> <p>01 - BANCADA EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 140X80X5 (LARGXALTXPROF). GAVETEIRO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 45X77,5X52 (LARGXALTXPROF) COM 03 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS.</p> <p>2 - APARADOR EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 120X80X35 (LARGXALTXPROF). COM 01 PRATELEIRA DE VIDRO INCOLOR TEMPERADO 10MM</p> <p>03 - NICHOS EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 100X30X15 (LARGXALTXPROF) - 02 PEÇAS.</p> <p>04 - GAVETEIRO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 60X90X45 (LARGXALTXPROF). COM 03 GAVETAS DE 11 ALT. E 03 GAVETAS DE 16 ALT. PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS E RODÍZIOS DE SILICONE.</p> <p>05 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 80X70X55 (LARGXALTXPROF). COM 02 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 01 PRATELEIRA INTERNA. TAMPO 04 ALT., RODAPÉ 10 ALT. E RODA BANCADA 30 ALT. EM GRANITO CINZA OCRE COM 01 CUBA DE LOUÇA.</p> <p>06 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, TIPO L MEDINDO 165/185X90X55 (LARGXALTXPROF). COM 02 PORTAS DE CORRER PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 01 PRATELEIRA INTERNA, 09 GAVETAS 11 ALT. E 06 GAVETAS 20 ALT. PUXADOR DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS. TAMPO 04 ALT., RODAPÉ 10 ALT. E RODA BANCADA 10 ALT. EM GRANITO CINZA OCRE COM 02 CUBAS DE LOUÇA.</p> <p>SALA 05 - PREPARO DE PACIENTES</p> <p>01 - BANCADA EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 90X80X55 (LARGXALTXPROF).</p> <p>02 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 236X90X55 (LARGXALTXPROF). COM 04 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS, 05 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 03 PRATELERIAS INTERNAS E TAMPO EM MDF BRANCO 25MM.</p> <p>SALA 06 - ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS</p> <p>01 - BANCADA EM MDF BRANCO 25MM, TIPO L MEDINDO 126X80X130 (LARGXALTXPROF).</p> <p>02 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 85X80X45 (LARGXALTXPROF). COM 04 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS, 01 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 01 PRATELERIAS INTERNAS E TAMPO EM MDF BRANCO 25MM.</p> <p>03 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 214X210X40 (LARGXALTXPROF). COM 06 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 21 PRATELEIRAS INTERNAS.</p> <p>04 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 115X210X40 (LARGXALTXPROF). COM 02 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 12 PRATELEIRAS INTERNAS.</p> <p>SALA 07 - CURATIVOS</p> <p>01 - BANCADA EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 70X80X54 (LARGXALTXPROF).</p> <p>02 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, TIPO L MEDINDO 160/170X90X55 (LARGXALTXPROF). COM 04 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS, 05 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 03 PRATELEIRAS INTERNAS. TAMPO 04 ALT., RODAPÉ 10 ALT. E RODA BANCADA 10 ALT. EM GRANITO CINZA OCRE COM 01 CUBA INOX.</p> <p>03 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 170X80X40 (LARGXALTXPROF). COM 04 PORTAS DE ABRIR PUXADOR</p>	un	NOVA CASA	1,000	29.800,0000	29.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/10

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Processo Nº.: 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

01 - BALCÃO AÉREO EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 195X80X65 (LARGXALTXPROF). COM 04 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 02 PRATELEIRAS INTERNAS, 03 GAVETAS 20 ALT. E 01 GAVETA 07,5 ALT. PUXADOR DE ALUMÍNIO, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS E TAMPO EM MDF BRANCO 25MM.

SALA 08 - COPA / COZINHA

01 - BANCADA EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 170X80X45 (LARGXALTXPROF).

02 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 183X90X55 (LARGXALTXPROF). COM 01 GAVETA 33 ALT. E 02 GAVETAS 20 ALT. PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS, 02 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 01 PRATELEIRAS INTERNA. TAMPO 04 ALT., RODAPÉ 10 ALT. E RODA BANCADA 10 ALT. EM GRANITO CINZA OCRE COM 01 CUBA INOX.

03 - NICHOS PARA GELADEIRA EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 71X210X60 (LARGXALTXPROF). COM 01 PRATELEIRA.

SALA 09 - DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA

01 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 127X90X55 (LARGXALTXPROF). COM 02 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 01 PRATELEIRAS INTERNAS. TAMPO 04 ALT., RODAPÉ 10 ALT. E RODA BANCADA 10 ALT. EM GRANITO CINZA OCRE.

02 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 70X210X48 (LARGXALTXPROF). COM 02 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 04 PRATELEIRAS INTERNAS E 01 PORTA VASSOURA.

SALA 10 - ESTERILIZAÇÃO

01 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 129X90X75 (LARGXALTXPROF). COM 01 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 01 PRATELEIRAS INTERNAS, 03 GAVETAS. TAMPO 04 ALT., RODAPÉ 10 ALT. E RODA BANCADA 10 ALT. EM GRANITO CINZA OCRE.

SALA 11 - UTILIDADES

01 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, TIPO L MEDINDO 130/130X90X55 (LARGXALTXPROF). COM 04 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 02 PRATELEIRAS INTERNAS. TAMPO 04 ALT., RODAPÉ 10 ALT. E RODA BANCADA 10 ALT. EM GRANITO CINZA OCRE COM 01 CUBA INOX.

SALA 12 - CONSULTÓRIO DIFERENCIADO

01 - BANCADA EM MDF BRANCO 25MM, TIPO L MEDINDO 140X80X140 (LARGXALTXPROF). GAVETEIRO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 80X77,5X45 (LARGXALTXPROF) COM 06 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS.

02 - NICHOS EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 60X30X25 (LARGXALTXPROF).

03 - BALCÃO AÉREO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 80X80X35 (LARGXALTXPROF). COM 02 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 02 PRATELEIRAS INTERNAS.

04 - BALCÃO MACA GINECOLÓGICA EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 140X80X80 (LARGXALTXPROF). COM 03 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 02 PRATELEIRAS INTERNAS, 01 APOIO PARA AS COSTAS ARTICULADO, 01 APOIO PARA AS PERNAS ARTICULADO, 02 APOIOS PARA PERNAS REGULÁVEIS E TAMPO EM MDF 25MM

05 - BALCÃO GAVETEIRO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 95X80X45 (LARGXALTXPROF). COM 06 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS E TAMPO EM MDF 25MM.

SALA 13 - CONSULTÓRIO INDIFERENCIADO 01

01 - BANCADA EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 140X80X55 (LARGXALTXPROF). GAVETEIRO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 45X77,5X52 (LARGXALTXPROF) COM 03 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS.

02 - NICHOS EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 120X30X25 (LARGXALTXPROF).

03 - BALCÃO AÉREO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 80X80X35 (LARGXALTXPROF). COM 02 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 02 PRATELEIRAS INTERNAS.

04 - BALCÃO MACA EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 195X80X65 (LARGXALTXPROF). COM 04 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 02 PRATELEIRAS INTERNAS E TAMPO EM MDF BRANCO 25MM.

05 - BALCÃO GAVETEIRO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 75X80X45 (LARGXALTXPROF). COM 04 GAVETAS PUXADOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 4/10

Processo Nº.: 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

EM MDF 25MM.

SALA 14 - CONSULTÓRIO INDIFERENCIADO 02

01 - BANCADA EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 140X80X55 (LARGXALTXPROF). GAVETEIRO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 45X77,5X52 (LARGXALTXPROF) COM 03 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS.

02 - NICHÔ EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 120X30X25 (LARGXALTXPROF).

03 - BALCÃO AÉREO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 80X80X35 (LARGXALTXPROF). COM 02 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 02 PRATELEIRAS INTERNAS.

04 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 195X210X48 (LARGXALTXPROF). COM 05 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 11 PRATELEIRAS INTERNAS.

05 - BALCÃO GAVETEIRO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 75X80X45 (LARGXALTXPROF). COM 04 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS E TAMPO EM MDF 25MM.

SALA 15 - IMUNIZAÇÃO

01 - BANCADA EM MDF BRANCO 25MM, MEDINDO 140X80X55 (LARGXALTXPROF).

02 - BALCÃO EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 242X90X55 (LARGXALTXPROF). COM 04 GAVETAS PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E CORREDIÇAS TELESCÓPICAS, 04 PORTAS DE ABRIR PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO, 02 PRATELEIRAS INTERNAS. TAMPO 04 ALT., RODAPÉ 10 ALT. E RODA BANCADA 10 ALT. EM GRANITO CINZA OCRE COM 01 CUBA INOX.

03 - BALCÃO MACA EM MDF BRANCO 15MM, MEDINDO 195X80X65 (LARGXALTXPROF). COM 02 PORTAS DE CORRER PUXADOR CALHA DE ALUMÍNIO E 02 PRATELEIRAS INTERNAS E TAMPO EM MDF BRANCO 25MM.

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 5/10

Processo Nº.: 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 6/10
Processo Nº.: 53/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 7/10
Processo Nº.: 53/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 8/10

Processo Nº.: 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 9/10
Processo Nº.: 53/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANSPágina: 10/10
Processo Nº.: 53/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 31 de Agosto de 2017.

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

ELAINE CRISTINA VIEIRA 06963185980	CNPJ: 19.978.908/0001-00	_____
NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME	CNPJ: 26.747.361/0001-90	_____
OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME	CNPJ: 22.417.394/0001-10	_____
ROCHA MOVEIS PROJETADOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME	CNPJ: 14.009.437/0001-09	_____
SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	CNPJ: 04.563.256/0001-68	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2017 PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/7

Processo Nº.: 98/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2017

No dia 31 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 46/2017, Processo Licitatório nº. 98/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (TAPA-BURACOS) EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ORLEANS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11734	JR CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JR CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP	05.895.635/0001-18	TIAGO AGUIAR MARCOLINO	923.945.909-04

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (TAPA-BURACOS) EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11734 - JR CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA, PARA TAPA BURACOS E REGULARIZAÇÃO DE RUAS, COM CAMINHÃO ESPECIAL E EQUIPAMENTOS. COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CAUQ (CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE), CONSIDERANDO: CORTE DO PAVIMENTO COM SERRA, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE MATERIAL CORTADO, PINTURA DE LIGAÇÃO, CAMADA CAUQ, ESPESSURA MÉDIA DE 5CM, COMPACTAÇÃO COM ROLO VIBRATÓRIO DE CHAPA E OU PLACA VIBRATÓRIA E LIMPEZA DO LOCAL.	t	J.R	500,000	549,6600	274.830,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/7
Processo Nº.: 98/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/7
Processo N°.: 98/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 46/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 98/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 98/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 98/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/7
Processo Nº.: 98/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 31 de Agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JR CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

CNPJ: 05.895.635/0001-18 _____

Ouro

PREFEITURA

LEI Nº 2.485

LEI Nº 2.485, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no orçamento vigente do Município, na seguinte programação orçamentária:

01. CÂMARA DE VEREADORES

01.01. ATIVIDADES LEGISLATIVAS

01.031.0001.1001. Conclusão da Sede do Legislativo

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
---	-----	-----------

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no art. 1º, é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o a anulação parcial de dotações, no montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte programação orçamentária:

01. CÂMARA DE VEREADORES

01.01. ATIVIDADES LEGISLATIVAS

01.031.0001.1002. Aquisição de Mobiliários e Equipamentos

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
---	-----	-----------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Ouro, 24 de agosto de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 058/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 058/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 079/2017

O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal/Fundo Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Contratação de pessoa física formada na área farmacêutica para prestação de serviço junto a Farmácia da Unidade Básica de Saúde do município de Ouro Verde - SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 15 de setembro de 2017. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h15min dia 15 de setembro de 2017. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 31 de agosto de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

CONTRATO FMS-14-2017

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº14/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142017

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PAIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 01.614.376/0001-59 com sede administrativa na Rua Goiás, 400, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal NÉVIO ANTONIO MORTARI, inscrita no CPF/MF sob o nº 674.496.629-49, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS LTDA ME, com sede em Palma Sola/SC, na Rua Gentil Cresrani, nº 132, Sala 02, CEP: 89985-000, CNPJ N.º 27.524.937/0001-12, neste ato representado pelo Sr. DOMINGOS LIRIO LOCATELLI, inscrito no CPF nº 295.487.999-87, doravante designada simplesmente por CONTRATADA, mediante as seguintes CLÁUSULAS e CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada prestadora de serviços, para a realização de Processo Seletivo para os seguintes cargos do quadro da Administração da CONTRATANTE: Psicólogo(a)/20 horas, e Enfermeiro(a), compreendendo a elaboração do edital, coordenação e execução das inscrições, elaboração das provas com questões inéditas, preparo, impressão, empacotamento de provas, coordenação das provas escritas, correção das provas, emissão de listagem do resultado do Processo Seletivo, resposta a eventuais recursos, contratação de fiscais, análise e parecer de recursos interpostos por candidatos e apoio técnico em todas as etapas do certame.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 - A título de contraprestação pelos Serviços Prestados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE pagará à mesma, a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencimento, mediante apresentação pela Contratada de Nota Fiscal/Fatura.

3.2 - O pagamento será efetuado em parcela única, na entrega do resultado final.

CLAUSULA QUARTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes deste Contrato serão processadas no orçamento do exercício de 2017.

☐ 3 Manutenção de atividades da Gerais da Saúde-3.3.90.39.99.00.00-00- Pessoas Jurídicas

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) análise técnico-jurídica à legislação e demais dados fornecidos pelo CONTRATANTE, objetivando subsidiar a elaboração do edital de abertura das inscrições;
b) elaboração do Edital de abertura das Inscrições e demais editais necessários ao certame, bem como seus extratos;
c) realização de reunião para discussão das cláusulas editalícias, a ser realizada na sede da CONTRATADA;
d) divulgação de editais, relatórios e demais atos administrativos decorrentes da realização do Processo Seletivo em site próprio;

e) apoio na elaboração de portarias a serem editadas pelo CONTRATANTE;
f) prestar informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e/ou por telefone em todas as fases do certame;
g) realização das inscrições via Internet, em site próprio;
h) apreciação de todas as inscrições e elaboração de edital de homologação das mesmas;
i) montagem de banco de dados com informações fornecidas pelos candidatos na ficha de inscrição;
j) elaboração, padronização de linguagem, revisão, diagramação e reprodução das Provas Objetivas e Cartões Óticos;
j.1) a Prova Objetiva constará de até 40 questões, com quatro alternativas, sendo 10 questões de Língua Portuguesa, 5 questões de Matemática, 05 questões de Conhecimentos Gerais e 20 questões de Conhecimentos Específicos;
k) elaboração de atas e listas de presença para todas as etapas do processo seletivo;
l) transporte e entrega das provas nos respectivos locais de aplicação;
m) sinalização do local de realização das provas a ser cedido pelo CONTRATANTE;
n) designação de Comissão Coordenadora dos trabalhos de aplicação das Provas Objetivas no município de Paial/SC, bem como banca de fiscalização;
o) fornecimento do gabarito após a realização das Provas Objetivas;
p) correção das provas;
q) recebimento e exame de eventuais recursos administrativos impetrados, com emissão de parecer;
q.1) o recebimento dos recursos será operacionalizado via site da CONTRATADA, ou via Correios em seu endereço;
r) recorção das provas e fornecimento de novos relatórios, por força de recursos interpostos;
s) realização de desempate de notas utilizando o resultado do Sorteio pela Loteria Federal;
t) apresentação de relatórios em todas as fases do certame, quais sejam, candidatos inscritos, relatório de notas por etapa e final, contendo, inclusive a classificação final dos candidatos;
u) entrega de dossiê contemplando todos os atos decorrentes da realização do processo; e,
apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

a) fornecimento de cópia da legislação necessária à realização do certame e demais dados necessários à montagem do edital;
b) custeio da publicação legal dos editais, cujos modelos serão fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com a legislação em vigor;
c) convênio de cobrança com instituição financeira para crédito do valor correspondente à taxa de inscrição e fornecimento dos arquivos de retorno de cobrança à CONTRATADA;
d) designação e pagamento de local para a realização da Prova Objetiva, bem como de pessoal de apoio para sua organização e manutenção (portaria e limpeza);
e) recebimento de Títulos e encaminhamento à CONTRATADA para avaliação;
f) realização de eventual ato de identificação de provas, se necessário e Sorteio Público, se este tiver que se dar de forma presencial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O presente contrato terá o prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento de todos os dados a que se refere a alínea "a" da Cláusula Sexta, podendo ser prorrogado por

igual período, desde que convencionado entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que, a qualquer momento, poderá fazer a análise dos serviços prestados, os quais devem ocorrer de modo a garantir sua eficiência e eficácia, reservando-se ainda, o direito de recusar o recebimento dos mesmos, caso não estejam sendo prestados nas condições avençadas.

8.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos sociais, taxas, encargos ou impostos, alvarás e qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o serviço, bem como qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, referentes ao pessoal, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda.

8.3 - Os serviços de que trata este contrato deverão ser prestados pela CONTRATADA, com observância das normas legais e éticas, bem como dos usos e costumes atinentes à matéria, de modo a resguardar sob qualquer aspecto, o sigilo, a segurança e os interesses do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - A inexecução total ou parcial do objeto contratual ocasionará a aplicação pelo CONTRATANTE, das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 atualizada pela Lei n.º 8.883/94.

9.2 - Em caso de infração de qualquer outra disposição deste contrato, será aplicável ao infrator durante a sua execução, multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA, qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se mostrarem cabíveis em processo administrativo regular.

11.2 - Em caso de inexecução contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

11.3 - O CONTRATANTE ressarcirá a CONTRATADA de imediato, pelas despesas decorrentes da realização do processo até a fase em que se encontra, se, por sua culpa não se realizar o Processo Seletivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itá, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII, do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Paial-SC, 31 de Agosto de 2017.

NÉVIO ANTÔNIO MORTARI

Prefeito Municipal

Contratante

RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS
LTDA ME

Contratada
Testemunhas:

Mirian Dargas
CPF: 060.796.419-76

Egomar Paulo Hartmann
CPF: 061.876.359-73

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN
Fiscal do Contrato

Analisado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMERENING
OAB 46461/SC

Palhoça

PREFEITURA

ATA DE HABILITAÇÃO CC 075-2016

ATA DE HABILITAÇÃO FINAL

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, REGULARIDADE TRABALHISTA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PARECER TÉCNICO (ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO) – PARA O PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 075/2016.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões, conforme as normas editalícias, a partir das 13h30min, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL - designada pela Portaria nº 3611/2017, sob a Presidência da servidora Jane das Dores da Silva, convocando a servidora Joana Schmidt para secretariar os trabalhos, a fim de realizar a contratação de empresa especializada para gestão, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Palhoça, conforme os anexos para o município de Palhoça - SC., tendo como critério de julgamento a conformidade das propostas com o edital e o MENOR PREÇO GLOBAL. Declarada aberta a reunião pela Presidente. Presentes a sessão os membros da Comissão Permanente de Licitações. Empresas participantes 01- ESAC EMPRESA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E CONCESSÕES LTDA, 02 – COSATEL CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA, 03 – ENOPS ENGENHARIA S.A., 04 – PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, 05 – PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA, 06 – CONASA INFRAESTRUTURA S.A., 07 – ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA E 08 – ÁGUA FORTE SANEAMENTO AMBIENTAL. Após análise pela Comissão Permanente de Licitação dos questionamentos apontados pelas licitantes, acusada em ata de recebimento e abertura dos envelopes de habilitação do dia 23 de agosto de 2017, a empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA apontou que a licitante CONASA INFRAESTRUTURA S.A.- Desatende o item 5.2.4 do edital. Possui objeto social incompatível com o objeto da licitação. A comissão de licitação realizou consulta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e verificou que a licitante CONASA INFRAESTRUTURA S.A. atende as normas do edital. A empresa ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA pediu para constar que a comissão averiguasse qual a empresa contratada pelo Município de Palhoça para a execução dos serviços descritivos no atestado apresentado, pois, acredita-se que a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA não poderia aproveitar-se do atestado de sua controladora – Veolia – para fim de comprovação de sua capacidade operacional. Após verificação por esta Comissão constatou-se que a licitante PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA encontra-se dentro das normas editalícias. Solicitou para constar em ata realizada no dia 23/08/2017 que a empresa COSATEL CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA: a) apresentou documento sem numeração entre páginas 232 e 233, em descumprimento ao edital. A Comissão verificou que licitante atende em conformidade com o item 19.10 do Edital. b) que a mesma apresentou o mesmo engenheiro que a empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA para a comprovação de capacidade técnica profissional. Após análise dos documentos de qualificação técnica do Consórcio COSATEL-SETA-SANETER esta comissão constatou que o atestado de capacidade técnica apresentado pelo consórcio, acervo técnico com o número 0354 de 2009, foi transferido para a empresa PNA CONSTRUÇÕES, de acordo com o contrato de compra e venda (página 2944 e 2945) e conforme o balancete registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

(página 2942). Apontou que a empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA apresentou atestado de capacidade técnica em nome de outra empresa e não em nome da licitante, descumprindo o edital. A Comissão constatou que a empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA adquiriu da empresa Saneter Construtora Ltda. parte da empresa no segmento de saneamento conforme o balancete apresentado e devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (página 2942 do processo licitatório) e contrato de compra e venda (página 2944 e 2945 do processo licitatório). A licitante ENOPS ENGENHARIA S.A. apontou em ata da sessão do dia 23/08/2017 que a empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA apresentou atestado técnico de profissional não pertencente ao quadro da empresa, e o mesmo não ter sido realizado pela empresa A Comissão verificou que a empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA adquiriu da empresa Saneter Construtora Ltda. parte da empresa no segmento de saneamento conforme o balancete apresentado e devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (página 2942 do processo licitatório) e contrato de compra e venda (página 2944 e 2945 do processo licitatório). A licitante PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA apontou em ata do dia 23/08/2017 que a ESAC EMPRESA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E CONCESSÕES LTDA desatende o item 5.2.4 do edital. A comissão de licitação realizou consulta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e verificou que a licitante atende a norma editalícia. Que no consórcio COSATEL CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA a empresa SANETER desatende o item 5.2.4 do edital. A Comissão comunica que a empresa atende os requisitos dispostos no item 5.3 (participação de consórcios) do Edital. Que a empresa COSATEL CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA. desatende o item 6.5.4 do edital. A comissão de licitação realizou consulta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e constatou que a licitante atende as normas do edital. A empresa CONASA INFRAESTRUTURA S.A. apontou que a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA apresentou documentos de habilitação mencionando três empresas, sendo estas Proactiva S.A; VEÓLIA, PROACTIVA BRASIL, solicitando a confirmação se a documentação apresentada possui o mesmo CNPJ da empresa participante. Após verificação constatou-se que a licitante PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA encontra-se dentro das normas do edital. E que a licitante ENOPS ENGENHARIA S.A. apresentou atestado técnico do mesmo profissional que a empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. e consórcio COSATEL CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA. Após verificação dos documentos a comissão constatou que o acervo técnico 00355/2009 pertence ao profissional indicado pela mesma. Após verificação dos documentos relativos a qualificação jurídica, regularidade fiscal, regularidade trabalhista e qualificação econômico-financeira por esta Comissão verificou-se que as licitantes apresentaram todos os documentos que comprovam a sua qualificação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira de acordo com as normas do edital 075/2016. De acordo com a análise dos documentos para qualificação técnica pela Comissão de fiscalização de contratos e análise técnica da SAMAE - portaria nº 2.894/2017, conforme a ATA DE PARECER TÉCNICO do dia 31/08/2017 (em anexo) constatou-se que as empresas: ÁGUA FORTE SANEAMENTO AMBIENTAL apresentou documentos em desacordo com o item 6.6.5 "a", sendo declarada inabilitada. CONASA INFRAESTRUTURA S.A. apresentou todos os documentos de acordo com as regras editalícias, sendo declarada habilitada. CONSÓRCIO COSATEL CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA. apresentou os documentos em desacordo com o item 6.6.5 "a",

6.6.5 "b", e no item 6.6.9 das normas editalícias. Após análise dos documentos de qualificação técnica do Consórcio COSATEL-SETA-SANETER esta comissão constatou que o atestado de capacidade técnico apresentado pelo consórcio: acervo técnico com o número 0354 de 2009 foi adquirido pela empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, de acordo com o contrato de compra e venda de 20 de setembro de 2016 (página 2944 e 2945) e conforme o balancete registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 18/08/2017 (página 2942), a comissão verificou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica que a empresa SANETER CONSTRUTORA LTDA. não apresenta o segmento de saneamento básico em seu CNPJ. A licitante foi declarada inabilitada. ENOPS ENGENHARIA S.A apresentou o acervo técnico de número 00355/2009 devidamente registrado no CREA (Consórcio Saneter Enops - profissional responsável Carlos Jose Teixeira Berenhauser comprovado pelo Instrumento Particular de Constituição de Consórcio), bem como apresentou a Certidão de Acervo Técnico de nº 02724/2012 do consórcio formado entre as empresas Enops Engenharia Ltda. E Saneter Construtora Ltda. A licitante apresentou todos os documentos de acordo com as regras editalícias, sendo declarada habilitada. ESAC EMPRESA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E CONCESSÕES LTDA a licitante apresentou documentos em desacordo com o item 6.6.5 "a", sendo declarada inabilitada. ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA apresentou todos os documentos de acordo com as regras do edital, sendo declarada habilitada. PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA apresentou os documentos em desacordo com o item 6.6.3, 6.6.5 "a", 6.6.5 "b" e 6.6.5 "d", e no item 6.6.9 das normas editalícias, sendo declarada inabilitada. PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA apresentou todos os documentos de acordo com as regras do edital, sendo declarada habilitada. A Comissão Permanente de Licitações informa que o resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Palhoça e oficializado às Licitantes participantes do certame, onde será aberto o prazo para interposição de recursos para a fase de Habilitação a contar da data de sua publicação. Os envelopes contendo as Propostas continuam em poder da Comissão de Licitações, devidamente lacrados e rubricados por todos os presentes na sessão de Abertura dos envelopes de Habilitação. Após o prazo para interposição de recursos ou de eventual julgamento dos recursos interpostos, esta Comissão convocará os Licitantes Habilitados no certame para abertura dos envelopes de Propostas, em sessão pública. Nada mais a relatar, foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada pela Comissão Permanente de Licitação.

Palhoça, 31 de agosto de 2017.

JANE DAS DORES DA SILVA Presidente da Comissão	JOANA SCHMIDT Membro da Comissão
LUCAS PEREIRA CARVALHO Membro da Comissão	

DECRETO Nº 2.216, DE 31 DE JULHO DE 2017

DECRETO Nº 2.216, DE 31 DE JULHO DE 2017.

REGISTRO DE PONTO. Estabelece regras administrativas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica incluído o Parágrafo Único ao art. 2º do Decreto nº 2.212, de 14 de julho de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

Parágrafo Único. As Secretarias, Autarquias e/ou Fundações que possuírem unidade própria de gestão de pessoas (recursos humanos) ficarão responsáveis pela aplicabilidade das regras deste Decreto, na pessoa dos titulares (superintendentes ou coordenadores)."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 31 de julho de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.238, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 2.238, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

LICENÇA-PRÊMIO. Regulamenta a fruição de licença-prêmio no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e o disposto na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica regulamentada o gozo de Licenças-Prêmios previstas na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º A licença-prêmio será preferencialmente usufruída no quinquênio subsequente ao da sua aquisição, no todo ou em parcelas não inferiores a um mês, mediante requerimento do interessado dirigido à Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas, com a autorização da chefia imediata, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 3º Em janeiro de cada exercício a Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas encaminhará aos titulares dos órgãos municipais pedido para apresentação de escala de licenças-prêmios dos servidores.

Parágrafo Único. As escalas das licenças deverão ser remetidas até o final do mês de março de cada ano à Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas.

Art. 4º O servidor público que estiver a 03 (três) anos de se aposentar, voluntaria ou compulsoriamente, deverá usufruir todas as licenças que tiver direito.

§ 1º A Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas do Município notificará os servidores de que trata o caput deste artigo, mediante ato próprio, para usufruir a licença-prêmio, antes do ato de aposentadoria.

§ 2º Compete à Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas a elaboração de relatórios e dados dos servidores públicos no que concerne a período aquisitivo de licenças.

§ 3º O servidor poderá renunciar ao direito de licença-prêmio, mediante assinatura em termo de opção.

Art. 5º Aqueles servidores que permanecerem silentes quanto ao

prazo e o gozo das licenças, antes da aposentadoria, serão imediatamente colocados em gozo de licença, mediante ato próprio da Administração.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 29 de agosto de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.530, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 4.530, de 29 de AGOSTO de 2017.

Estabelece o dia 24 de junho como o Dia Municipal do Policial e do Bombeiro Militares.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Policial e do Bombeiro Militares, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de junho.

Parágrafo único. A data ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de agosto de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.531, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 4.531, de 29 de AGOSTO de 2017.

Dispõe sobre a informatização do processo legislativo no Poder Legislativo de Palhoça Estado de Santa Catarina; e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos legislativos, comunicação de atos e transmissão de peças legislativas será admitido nos termos desta Lei.

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, à tramitação de Propostas de Emenda à Lei Orgânica, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Lei, Projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Resolução e todas as demais proposições previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

b) mediante cadastro de usuário no Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O envio de proposições, seja pelos membros do Poder Legislativo Municipal, seja pelo Poder Executivo Municipal, se darão por meio eletrônico, e serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no sistema do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º O credenciamento no Poder Legislativo será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado.

§ 2º Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

Art. 3º Consideram-se realizados os atos legislativos por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Legislativo, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Parágrafo único. Quando a proposição eletrônica for enviada para atender prazo, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

Art. 4º O Poder Legislativo Municipal poderá criar Diário Eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos legislativos e administrativos próprios, bem como comunicações em geral.

§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica.

§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

§ 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

§ 4º Os prazos terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação e intimação pessoal.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que for enviada ao destinatário, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º O prazo será contado no primeiro dia útil seguinte ao da intimação.

§ 3º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive do Poder Executivo Municipal, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

Art. 6º O Poder Legislativo Municipal poderá desenvolver ou adquirir sistema eletrônico de processamento de processos legislativos por meio de autos totalmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

Parágrafo único. Todos os atos legislativos do processo eletrônico

serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 7º No processo eletrônico, todas as intimações e notificações, inclusive do Poder Executivo Municipal, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

§ 1º As intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 2º Quando, por motivo técnico, devidamente atestado pela Presidência do Poder Legislativo, por meio de Portaria, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de intimação ou notificação, esses atos legislativos poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que poderá ser posteriormente destruído.

Art. 8º. O protocolo das proposições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos interessados, sem necessidade da intervenção do Setor Legislativo, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

§ 1º Quando o ato tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, se o Sistema do Poder Legislativo se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

§ 3º O Poder Legislativo Municipal deverá manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição das proposições.

Art. 9º. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos processos legislativos eletrônicos têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao Setor Legislativo no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após a averiguação.

§ 3º Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para o interessado e comunidade em geral.

Art. 10. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

§ 1º Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

Art. 11. O sistema a ser desenvolvido ou adquirido pelo Poder Legislativo Municipal deverá ser acessível ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores.

Art. 12. O Poder Legislativo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e implantará o sistema eletrônico no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da presente lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de agosto de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 082/2017 - RESULTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 082/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Licenças de Pacote Office e Windows 10 para uso do Setor de Informática do Centro Administrativo Municipal de Palhoça, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

PERFORM TECNOLOGIA LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 1 e 2, totalizando R\$ 101.710,00 (cento e um mil, setecentos e dez reais).

Palhoça, 31 de agosto de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

ALTERAÇÃO 04/2017-PP 26/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

ALTERAÇÃO Nº 04/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público que devido a questionamentos de algumas empresas, houve alteração na especificação do objeto do processo licitatório, Pregão Presencial nº 26/2017, que tem como objeto: aquisição de aparelho de ultrassonografia, para aprimorar os atendimentos aos munícipes e é essencial nas ações de saúde, que passa a ter a seguinte redação:

Aparelho de ultrassonografia para diagnóstico dedicado à área de Ginecologia, Mama, Abdominal, Obstetrícia, Musculoesquelético, Urologia, Pequenas Partes, Cardiologia e Vascular. Com seguintes características mínimas:

Aparelho composto por unidade básica sobre rodas e monitor de observação de alta resolução de no mínimo 15", teclado retro iluminado retrátil e totalmente ergonômico; 03 conexões ativas para transdutores, seleção eletrônica pelo painel de comando de transdutor e frequência; Software de Pós-processamento de imagem que permite trabalhar nas imagens já salvas de forma automática e manual, capacidade de magnificação da imagem, tanto em tempo real quanto com a imagem congelada; ferramentas e comandos para efetuar medições de distância, área e volume de uso amplo e mecanismo automático de medida da espessura das camadas íntima e média da artéria carótida comum; imagem harmônica tecidual; harmônica de pulso invertido; imagem trapezoidal; transdutores multi frequências e que permite seleção eletrônica de pelo menos 3 diferentes frequências para o modo bidimensional 2D, multi frequência em color e Doppler; capacidade para ajuste de imagem que permite a otimização do aparelho para cada tipo de exame; função cine loop, saídas de USB; Modos de Imagem: B-Mode, M-Mode, Color Doppler; Power Doppler; Parâmetros do Sistema: sistema de processamento totalmente digital baseado em PC, sistema de armazenamento de imagens em DVD-RW, compatível a comunicação padrão DICOM 3.0. Software. O equipamento deve possuir um sistema de gravação através de HD com capacidade mínima de 100GB, aproximadamente. O sistema deverá ser compatível com uma grande variedade de transdutores e fornecer ferramentas de medidas.

Transdutores (configurações mínimas): 01 Transdutor Endocavitário de 4 – 9 MHZ, com variação máxima de 1MHZ para - e 1 ou mais pra +, abertura mínima de 125o com quantidade mínima de 125 elementos (cristais) – acompanha Guia de Biopsia reutilizável; 01 Transdutor Convexo 2 - 6 MHZ, com variação máxima de 1MHZ para - e 1 ou mais pra +, abertura mínima de 60o; 01 Transdutor Linear de 5 a 12 MHZ, com no mínimo 125 elementos (cristais) e área de contato de aproximadamente 35 mm.

Sistema Operacional Windows (sem ônus para o município) ou Sistema Operacional software livre.

Acompanhar os seguintes acessórios: No Break e Impressora compatíveis com o equipamento proposto.

Possuir Manual de operação do equipamento em português.

Garantia total de 24 meses.

A empresa é responsável pela instalação, treinamento dos funcionários e suporte técnico dentro do período de garantia.

Demais itens permanecem inalterados.

Em virtude da alteração efetuada, de acordo com o artigo 21, § 4º da lei 8666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 15 de setembro de 2017 às 13:30 horas, a nova data para recebimento dos envelopes contendo as propostas, documentações, abertura dos envelopes contendo as propostas efetuação de lances verbais e abertura dos envelopes contendo as documentações.

Palhoça, 31 de agosto de 2017.

Eronete Gilda Gomes Oliveira
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

CREDENCIAMENTO Nº 38/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2017.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de CREDENCIAMENTO nº 38/2017, objeto: Credenciamento, seleção e possível contratação de entidades prestadoras de serviços de saúde para a realização de Procedimentos com finalidade diagnóstica - Grupo 02, Sub-Grupo 06 – Diagnóstico por Tomografia, discriminados no da "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", do dia 01 de setembro de 2017 à 02 de outubro de 2017, recebimento dos invólucros contendo as documentações e ofertas de serviços na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atilio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 31 de agosto de 2017.

Eronete Gilda Gomes Oliveira
Comissão Especial Contratualização

PORTARIA 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

PORTARIA N. 006, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERAÇÃO. Dispõe sobre a alteração da Portaria nº 006, de 13 de maio de 2016.

O SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Palhoça,
No uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Dá nova redação ao art. 2º da Portaria nº 006, de 13 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica instituída a Comissão de Recebimento e Fiscalização de Materiais de Saúde, que será composta por 4 (quatro) membros, sendo designada:

- I – Filipe Koerich,
- II – Rafael Calazans,
- III – Kellen Elisa Fappi (enfermeira),
- IV – Graziela Nazaré Nunes (enfermeira)." (N.R.)

Art. 2º Acrescenta o art. 3º à Portaria nº 006, de 13 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Compete a Comissão de Recebimento e Fiscalização de Materiais de Saúde:

- I – Planejar a aquisição de materiais médicos -hospitalar (consumo e permanente), visando a economia e o não desperdício.
- II – Analisar e realizar as especificações técnicas dos materiais médico – hospitalar.
- III – Realizar a exclusão e inclusão de material médico – hospitalar (consumo e permanente) de acordo com critérios técnicos, portarias interministeriais e demandas dos profissionais de Saúde.
- IV – Auxiliar a Superintendência Administrativa em todas as fases da licitação e as que a antecedem para dirimir dúvidas e adquirir o melhor produto pelo menor preço.
- V – Receber o material no almoxarifado de materiais, conferindo os dados e quantitativo dos materiais entregues com a Nota Fiscal e Ordem de Compra.
- VI – Promover a devolução dos produtos entregues quando em desacordo com a especificação técnica e informar a Superintendência de Administração da Saúde, imediatamente para aplicação das medidas administrativas atinentes ao caso bem como a contratada a restituição pela contratada no prazo 3 dias dos produtos licitados/contratados.
- VII - Atestar todas as notas fiscais de recebimento de materiais, certificando quantitativo, marca e qualidade para posterior encaminhamento à liquidação.
- VIII – Auxiliar no controle e planejamento de aquisição dos materiais médico – hospitalar." (N.R.)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 31 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIRDESCHEIDT
Secretária Municipal de Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 37/2017 – Registro de Preços, objeto: aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, no dia 18 de setembro de 2017, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas e no dia 21 de setembro de 2017, às 13:30h lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 31 de agosto de 2017.

Eronete Gilda Gomes Oliveira
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Prefeitura Municipal de Palma Sola

Aviso de revogação de Licitação – Pregão Presencial Edital nº 28/2017

O Município de Palma Sola - SC, através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Palma Sola, torna público que o Pregão Presencial nº 28/2017, tipo menor preço por item, tendo como objeto à aquisição de medicamentos, destinado para a Secretaria de Saúde do Município, publicado no dia 30/08/2017 de 2017 no DOE-SC e no dia 30/08/2017, no DOM/SC - Edição nº. 2330, pág. 466, foi REVOGADO. Motivo: Equívoco quanto disponibilidade orçamentária. Não havendo até o momento, data prevista para um novo Processo Licitatório.

Maiores informações entrar em contato com a administração municipal, setor de licitações, pelo telefone 49 3652-3200, em dias úteis das 08h:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou através do email: compras@palmasola.sc.gov.br.

Marines Fátima Sansigolo

Pregoeira

DECRETO 068/2017

Decreto n. 068, de 31 de Agosto de 2017.

Decreto Ponto Facultativo e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo, em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 08 de setembro de 2017, sexta feira após Feriado de 07 de Setembro.

Art. 2º A declaração de Ponto Facultativo de que trata o artigo primeiro, não se aplica à Secretaria Municipal de Saúde e aos setores cujas atividades são consideradas essenciais e estas não possíveis de postergação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 31 de Agosto de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2716, DE 23 DE JUNHO DE 2017 - ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº 2716, DE 23 DE JUNHO DE 2017.

Estabelece Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VI do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município, e
Considerando o Feriado Nacional da Independência do Brasil no dia 07 de setembro de 2017 – quinta-feira;

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais o dia 8 de setembro de 2017, sexta-feira.

Art. 2º. Excluem-se dessa medida as repartições públicas municipais que prestam serviços em escala de plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 23 de junho de 2017.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski
Secretária da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N. 007, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N. 007, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

MODIFICA DISPOSITIVO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Papanduva/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Inciso VI do Art. 20 da Lei Orgânica Municipal,

Faz saber a todos os habitantes deste Município de Papanduva, que a Câmara Municipal aprovou e a Mesa Diretora Promulga a seguinte alteração à Lei Orgânica:

Art. 1º. O Art. 14 da Lei Orgânica Municipal passa a constar e vigorar com a revogação do Inciso XVII:

“Art. 14...

....

XVII – revogado.”

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva, em 30 de agosto de 2017.

Altamir Glonek
Presidente

Esta emenda foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Adeniz Humenhuka
Vice-Presidente

James Michel Cerniak
1º Secretário

Tafarel Schons
2º Secretário

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 061/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 061 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

"NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DA EDUCAÇÃO - PAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o artigo 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal. DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os membros responsáveis pela elaboração do Plano de Ações Articuladas da Educação - PAR - necessário para habilitação nos programas desenvolvidos pelo Governo Federal na área da Educação:

Dirigente Municipal de Educação: ADILSON MOACIR MARTINS
Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares: MARIA ELOIZA VARGAS DA COSTA.

Representante dos Professores da Zona Rural: IOLANDA DA SILVA GOMES

Representantes dos Professores Municipais Zona Urbana: JOSANDRA DOS SANTOS HENRIQUE MAURICIO

Representante dos Diretores de Escola: CRISTIANO CARVALHO NUNES

Representante do Quadro Técnico Administrativo das Escolas: MAURA DAIANE BORGES MARTINS

Representante dos Conselhos Escolares: SIMARA PEREIRA LUMMERTZ

Representante do Conselho Municipal de Educação: JERENA MARIA LUCHETTA RYLL

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 22 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 22 de agosto de 2017.

Márcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 062/2017

DECRETO Nº. 062/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

"CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso IV da Lei Municipal Nº 1032 de 06 de Dezembro de 2016, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes

Orçamentárias do exercício de 2017 - Lei Municipal Nº 1027/2016, em especial o contido no artigo 46;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto: 1.006 – Aquisição de Veículos e Equipamentos
Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0159(182) Aplicações Diretas R\$ 3.046,92
TOTAL
..... R\$ 3.046,92

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Municipal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, creditados na conta corrente n.º 7.267-2 do Banco do Brasil, agência n.º 778-1, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 no montante de R\$ 3.046,92 (Três mil, quarenta e seis reais e noventa e dois centavos), no orçamento do Exercício de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 22 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

DEC 063/2017

DECRETO Nº. 063/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

"CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1032 de 06 de dezembro de

2016, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 - Lei Municipal Nº 1027/2016, em especial o contido no artigo 46;
Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), por conta do provável excesso de arrecadação proveniente de recursos de alienação de bens no montante de R\$ 122,86 (Cento e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), conforme abaixo especificado, a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto: 1.006 – Aquisição de Veículos e Equipamentos
Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0089(183) Aplicações Diretas R\$ 122,86
TOTAL R\$ 122,86

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Municipal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação, creditados na conta corrente n.º 7.267-2 do Banco do Brasil, agência n.º 778-1, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 no montante de R\$ 122,86 (Cento e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), no orçamento do Exercício de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 22 de agosto de 2017.
Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

DEC 064/2017

DECRETO Nº 064, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

“SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, da Lei Municipal n.º 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 02 - ENSINO REGULAR
Atividade: 2.010 - Manutenção do Ensino Regular
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0695 (41) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
TOTAL R\$ 300.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 02 - ENSINO REGULAR
Atividade: 2.010 - Manutenção do Ensino Regular
Mod. de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0695 (34) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
TOTAL R\$ 300.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 24 de agosto de 2017.
Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

DEC 065/2017

DECRETO Nº 065, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

“SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, da Lei Municipal n.º 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2017, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICA
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO ECONOMICO
Atividade: 2.047 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
Mod. de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0100 (118) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICA
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO ECONOMICO
Atividade: 2.047 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0100 (121) Aplicações

Diretas R\$ 30.000,00
TOTAL
..... R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 24 de agosto de 2017.
Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1053/2017

LEI Nº 1053 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

“INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art.1º. Esta lei institui o Plano Plurianual (PPA) do município para o exercício de 2018 a 2021, em cumprimento do disposto no §1º do art. 165 da Constituição Federal, combinado com o art. 67 da Lei Orgânica do Município de Passo de Torres.

Art.2º. O Plano Plurianual é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei, considera-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VI – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 3º. O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I – valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;

II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;

III – prioridade nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;

IV – a estrita observação dos princípios da administração pública na gestão, insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º. O Plano Plurianual reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas de Gestão,

Manutenção e Serviços, que constituem um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º. A cada meta são associadas ações orçamentárias:

§ 1º. As ações declaram as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias (atividades, projetos ou operações especiais) e de outras medidas de caráter não orçamentário.

§ 2º. As ações que se caracterizarem por projetos serão identificadas por subtítulos (localizador de gasto) utilizados especialmente para especificar a localização física da ação.

Art. 6º. As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 7º. Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I – Demonstrativo da previsão da receita para o quadriênio 2018-2021; e

II – Demonstrativo dos Programas de Governo para o quadriênio 2018-2021.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 8º. Os Programas constantes do Plano Plurianual estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 9º. Os Valores previstos no Plano Plurianual serão automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 10. O Plano Plurianual somente poderá ser alterado por lei específica para esta finalidade.

Art. 11. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I – incluir, excluir ou alterar:

a) ações não orçamentárias, previstas nos objetivos e diagnósticos dos programas.

b) os indicadores de desempenho;

c) as Metas;

d) o Órgão e a Unidade Responsável; e

e) os subtítulos (localizadores de gasto) que não sejam originados de emendas impositivas.

Parágrafo Único - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO

Art. 12. A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos Programas de Governo, conforme prevê a Lei Complementar n. 101, de 2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.

Art. 13. O município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 24 de Agosto de 2017.
Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1054/2017

LEI Nº 1054 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2018, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2018 extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021 e aprovadas em audiência pública;

III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura e dos Fundos Municipais;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativas a arrecadação;

VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º – As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, com base nos Anexos I e II que integram a presente Lei, serão elaboradas e disponibilizadas por meio do sistema informatizado que registra os dados contábeis relacionados aos orçamentos do Município, na forma estabelecida pelo Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – eSfinge – do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Parágrafo Único – O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º – As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas no ANEXOS II de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º – Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º – Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

XI – receita não financeira, receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos, quando existentes;

XII – despesa não financeira, despesa total do exercício, excluídas as despesas referentes a juros e amortização da dívida, reserva de contingência, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento (destinação de recursos) na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º – O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, os seus Fundos Municipais, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º – A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias: MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001-consolidada, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, Segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos

de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação, em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2018. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2018. (Art. 8º e 50 I da LRF).

§ 1º Os Anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados de forma individualizada ou agrupados numa mesma planilha, desde que evidenciem as informações relacionadas.

§ 2º O Orçamento Geral do Município será apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundo Municipal com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001-consolidada, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 5º O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 6º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal,

poderão integrar o orçamento geral da Prefeitura, apresentando em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º – A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e para a fixação das despesas.

Art. 9º – A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” – Ordinários do Orçamento Fiscal.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 – Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo e seus Fundos. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Parágrafo Único – O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais normas do Tribunal de Justiça.

Art. 11 – Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo, por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegados a servidores municipais.

§ 2º Nos casos em que a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal, a movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central.

Art. 12 – Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único – O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 – Se a receita estimada para 2018, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros, das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 – A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão adotados nesta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 – Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, na forma e limites previstos no PPA 2018/2021. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros vínculos, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recurso para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 21 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do Anexo I.a desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica,

voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, na forma que dispuser a legislação municipal pertinente. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado e outras modalidades análogas serão observados, no que couber, as disposições da Lei Federal 13.019/2014.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 14/12/2018, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único, da CF/88).

Art. 23 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 fazem parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo Único – As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados nos Anexos IV e V do artigo 2º desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 27 – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001, consolidada.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade/Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI, da CF).

Art. 28 – Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 29 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único – Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 – Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por

Ação – Anexo VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais, para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública, até o final dos meses de maio e setembro do mesmo exercício (1º e 2º quadrimestres) e fevereiro do exercício subsequente (3º quadrimestre), de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 – Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 – A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 – O poder Executivo e Legislativo, mediante lei autorizativa, poderá em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observado os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 36 – Somente nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 90% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

Parágrafo Único – Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

Art. 37 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF):

- I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38 – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Passo de Torres, ou ainda, atividades próprias da

Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada no complemento de elemento “36” (pessoa física) ou “39” (pessoa jurídica).

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês do exercício de 2018, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 – O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a pessoas jurídicas para ampliação e instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais, entre outras: a geração de emprego e renda, bem como, o incremento no retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 44 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, situações de emergência ou calamidade pública devidamente declarada e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 45 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018. Parágrafo Único – Os convênios assinados pelo Município com outros órgãos de governo serão remetidos ao Poder Legislativo em até 30 (trinta) dias contados da sua assinatura, para homologação e registros pertinentes, sob pena de serem considerados nulos.

Art. 46 – Por ato do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, em especial quando originárias

de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade.

Art. 47 – No exercício de 2018 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria 828/2011 e alterações posteriores, do Ministério da Fazenda.

Art. 48 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos até 31 de dezembro 2018.

Passo de Torres, 24 de Agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 037/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 037 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

“ESTABELECE A EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei, de acordo com o artigo 42-B da Lei nº 12.608/12 e de acordo com a Lei Complementar 13.

TÍTULO I

Da demarcação do perímetro

Art. 1º Fica estabelecida a expansão do perímetro urbano do Município de Passo de Torres conforme mapa constante no anexo 01 e memorial descritivo no anexo 02 desta lei.

Art. 2º A expansão do perímetro urbano tem por objetivo:

- Fomentar o desenvolvimento sustentável do Município;
- Garantir a função social da propriedade;
- Incentivar o crescimento ordenado;
- Favorecer a descompressão das áreas costeiras, tendo em vista a manutenção das condições salubres da água doce;
- Fornecer subsídios para proprietários e investidores, que, na impossibilidade de fazer uso de seu(s) lotes(s), por motivos determinados e localizados em área que a legislação não o permita, possam fazer uso de instrumentos jurídicos que ainda assim garantam que seu direito possa ser exercido de outra forma.

TÍTULO II

Da delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais

Art. 3º Para a correta interpretação da necessidade de restrição de urbanização, adota-se a definição de desastre natural como o resultado de um fenômeno natural extremo ou intenso sobre um sistema social, o qual causa sérios danos e prejuízos que excedem a capacidade dos afetados em conviver com o impacto causado.

Art. 4º Classificando o desastre natural quanto a sua natureza, temos:

- Biológicos: são epidemias, infestações por insetos e ataques animais;
- Geofísicos: são terremotos, vulcões e movimentação de massas (sem água);
- Climatológicos: são secas, temperaturas extremas e incêndios;
- Hidrológicos: são inundações, movimentação de massa (com água);
- Meteorológicos: são as tempestades.

Art. 5º A necessidade de restringir a urbanização tem por objetivo:

- Evitar desastres naturais;
- Evitar deslocamento populacional que implique no desfazimento de seu núcleo social;
- Reduzir ou extinguir possíveis prejuízos financeiros a terceiros e aos cofres públicos;

Art. 6º As áreas de risco do perímetro urbano expandido estão constantes no Mapa de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo que compõem os anexos 04 e 05 desta lei.

TÍTULO III

Da definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais

Art. 7º Ficam estabelecidas as novas diretrizes viárias de acordo com o mapa que compõe o anexo 03 desta lei, e as mesmas devem ser consideradas para a instalação de empreendimentos comerciais ou residenciais.

Art. 8º Além das definições e diretrizes constantes na Lei 11/2011, as diretrizes viárias e de infraestrutura para o perímetro urbano expandido têm por objetivo:

- Manter a continuidade da malha viária entre os trechos de maior e menor concentração, a fim de favorecer a ocupação ordenada;
- Estabelecer a hierarquia de vias, a fim de criar eixos que estabeleçam conexão com os já existentes de acordo com a Lei Complementar 11/2011, que trata do sistema viário;
- Incentivar a criação de uma estação rodoviária, a fim de fomentar a integração e mobilidade urbana, por meio de itinerários municipais, intermunicipais e interestaduais.

§ 1º. Para a Zona de Adensamento Urbano, fica facultado nas ruas de trânsito local caixa de rua com 11 metros, sendo eles: 7 metros de via e dois metros de passeio público para cada lado.

§ 2º. Para as Zonas Industriais, as diretrizes viárias contemplam, além de buscar o desenvolvimento dos eixos de tráfego, também visam buscar recursos para pavimentação e manutenção destas vias, bem como o uso de mecanismos que beneficiem a instalação das indústrias, por meio de criação de leis de incentivo fiscal.

Art. 9º Os eixos viários para o perímetro urbano expandido estão assim definidos:

- Eixo viário I – Compreende o trecho entre a Barra Velha e a Rodovia Intermunicipal SC 100;
- Eixo viário II – Compreende o trecho entre o início do eixo viário III, até encontra-se com a SC 100;
- Eixo viário III – Compreende no prolongamento da Avenida Tomaz Alcântara de Souza, no sentido Norte-Sul, até encontrar-se com o eixo secundário (Eixo de Integração Municipal) que dá acesso ao bairro Bellatorres pela BR-101;
- Eixo viário IV – Compreende o prolongamento da Rua Egídio Manoel Albino Rodrigues, no sentido norte-sul, até encontra-se com o eixo secundário (Eixo de Integração Municipal), que dá acesso ao bairro Bellatorres pela BR-101.

TÍTULO IV

Da definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda

Art. 10º A área de expansão do perímetro urbano fica subdividida em zonas, sendo estas delimitadas pelo Mapa de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, conforme anexos 04 e 05 que compõem esta lei, bem como os Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo ficam definidos de acordo com quadro da referida zona mapeada conforme quadros do anexo 06 desta lei.

Art. 11º As definições de uso são as constantes na Lei Complementar 008/2011 e na Lei Complementar 034/2017, devendo ainda observar dispositivos pertinentes no Plano Diretor.

Art. 12º As zonas ficam a seguir definidas:

ZONA RESIDENCIAL III

§ 1º. Esta zona tem por objetivo:

- Garantir as condições adequadas para o uso residencial, com baixa densidade;
- Estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a

manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental das habitações;

b) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso residencial à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas;

c) Garantir que os loteamentos aprovados nas décadas de 70,80 dentre outras, estejam em sua totalidade dentro do perímetro urbano.

§ 2º. Para esta zona propõe-se:

a) O uso predominantemente residencial;

b) Os usos comerciais e de serviços que atendam a demanda do uso predominantemente residencial;

ZONA DE ADENSAMENTO URBANO

§ 1º. Esta zona tem por objetivo:

b) Garantir as condições adequadas para o uso residencial, com média a alta densidade;

b) Estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental das habitações;

c) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso residencial à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas;

d) Incentivar a produção de lotes com infraestrutura a preço acessível para a população em geral.

§ 2º. Para esta zona propõe-se:

a) O uso predominantemente residencial, podendo ainda ser ocupado por condomínios horizontais de baixo e médio padrão;

b) Os usos comerciais e de serviços que atendam a demanda do uso predominantemente residencial.

ZONA DE EXPANSÃO URBANA II

§ 1º. Esta zona tem por objetivo:

Garantir as condições adequadas para o uso residencial, com baixa a média densidade;

b) Estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental das habitações;

c) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso residencial à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas;

d) Expandir o perímetro urbano de forma ordenada.

§ 2º. Para esta zona propõe-se:

a) O uso predominantemente residencial com incentivo a instalação de condomínios e loteamentos de padrões médio e alto em função da beleza do entorno;

b) Os usos comerciais e de serviços que atendam a demanda do uso predominantemente residencial;

EIXO DE COMÉRCIO E SERVIÇO SECUNDÁRIO III

§ 1º. Esta zona tem por objetivo:

a) Garantir as condições adequadas para o uso comercial e de serviços;

b) Estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental das habitações, comércio e serviços;

c) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso residencial à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas;

§ 2º. Para esta zona propõe-se:

a) O uso predominantemente comercial e de serviços, podendo ter habitações unifamiliares, multifamiliares e transitórias;

b) Os usos comerciais e de serviços que atendam a demanda do uso predominantemente residencial.

ZONA DE TRANSIÇÃO I

§ 1º. Esta zona tem por objetivo:

a) Garantir as condições adequadas para o uso residencial, com baixa densidade;

b) Estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental das habitações;

c) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso residencial, comercial, de serviços e industrial à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas;

d) Possibilitar a instalação de atividades que atendam a demanda

do corredor industrial localizado próximo a ela.

§ 2º. Para esta zona propõe-se:

a) O uso predominantemente residencial;

b) Os usos comerciais e de serviços que atendam a demanda do uso predominantemente residencial;

c) Instalação mediante licenciamento ambiental de atividades industriais de impactos ambientais leves.

ZONA DE TRANSIÇÃO II

§ 1º. Esta zona tem por objetivo:

a) Garantir as condições adequadas para o uso residencial, com baixa densidade;

e) Estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental das habitações;

f) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso residencial, comercial e de serviços à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas;

§ 2º. Para esta zona propõe-se:

a) O uso predominantemente residencial;

b) Os usos comerciais e de serviços que atendam a demanda do uso predominantemente residencial;

ZONA INDUSTRIAL I

§ 1º. Esta zona tem por objetivo:

a) Garantir as condições adequadas para o uso industrial de potencial poluidor baixo ou médio.

b) Estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental à vizinhança;

c) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso residencial à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas;

§ 2º. Para esta zona propõe-se:

a) O uso predominantemente industrial do tipo I;

b) O uso de atividades industriais de outro porte desde que não impactem potencialmente a área, comprovadamente por meio de estudos e licenciamento ambiental;

c) Os usos comerciais e de serviços que sejam compatíveis com a área;

d) O uso residencial se adequado;

e) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso industrial, comercial, de serviços e residencial à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas;

ZONA INDUSTRIAL II

§ 1º. Esta zona tem por objetivo:

a) Garantir as condições adequadas para o uso industrial de maior porte e potencial poluidor;

b) Estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental à vizinhança;

c) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso industrial, comercial/serviços e residencial à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas.

§ 2º. Para esta zona propõe-se:

a) O uso predominantemente industrial do tipo II e III;

b) Os usos comerciais e de serviços que sejam compatíveis com a área;

c) O uso residencial, se adequado.

ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – ZONA DE RISCO DE DESASTRES NATURAIS

§ 1º. Esta zona tem por objetivo:

a) Garantir as condições adequadas para efetiva proteção destas áreas;

b) Respeitar as legislações ambientais vigentes, no sentido de efetivar a não ocupação de áreas impossibilitadas para o uso.

§ 2º. Para esta zona propõe-se:

a) A não ocupação, sendo apenas as atividades licenciáveis passíveis a ocupar tais áreas.

TÍTULO V

Da previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido

Art. 13º As áreas destinadas para habitação de interesse social ficarão a ser aprovadas por meio de lei específica, mediante apresentação de projeto de interesse social, podendo ser demarcada em qualquer zona do município que o uso habitacional seja permitido.

Art. 14º As áreas a serem destinadas para a finalidade de habitação de interesse social ficarão regidas pelo quadro de uso e ocupação do solo de zona de interesse social constantes na Lei complementar 008/2011 e demais especificações pertinentes do Plano Diretor vigente.

TÍTULO VI

Da definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural

Art. 15º A proteção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, além dos dispositivos atuais constantes no Plano Diretor deverá considerar para as áreas que passam a integrar o perímetro urbano, e para as outras zonas, quando couber, os dispositivos desta Lei Complementar, a fim de promover a função social da cidade de forma a beneficiar o território municipal de forma abrangente.

Art. 16º A conservação dos fragmentos de mata atlântica constantes nas zonas do perímetro expandido e das zonas já existentes, podendo em função de sua caracterização:

a) Compor o índice de área verde das áreas públicas de novos empreendimentos, se não caracterizado como área de preservação permanente (APP);

b) Ser preservado, se caracterizado como área de preservação permanente (APP), não contando como índice para novos empreendimentos,

Art. 17º A regularização de atividades econômicas localizadas nas zonas do perímetro expandido, instaladas até que esta lei entre em vigor, devendo para isso adotar todas as medidas cabíveis, observando as legislações ambientais, o código de posturas vigente e demais legislações pertinentes.

Art. 18º Adoção do controle de construções em áreas frágeis, evitando deslocamento de populações que sofram com risco de desastres naturais, bem como a proteção destes ecossistemas.

Art. 19º A criação de programas de conscientização de forma multidisciplinar quanto a importância da preservação do patrimônio paisagístico, ambiental, histórico e cultural, bem como a sua ampla divulgação.

Art. 20º O uso do estudo de impacto ambiental a fim de reduzir os impactos causados por empreendimentos e adoção de medidas compensatórias quando necessário.

Art. 21º O uso do estudo de impacto de vizinhança a fim de reduzir os impactos causados por empreendimentos, adequá-los as questões urbanísticas e adoção de medidas compensatórias quando necessário.

Art. 22º Desenvolvimento de programas de incentivo fiscal a proteção do patrimônio ambiental e paisagístico do município.

TÍTULO VII

Da definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público

Art. 23º Serão aplicáveis, no intuito de garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliárias resultante da ação do poder público, extraem-se os instrumentos constantes no Estatuto da Cidade, e, de acordo com o Plano Diretor:

- a) Regularização fundiária;
- b) Usucapião especial de imóvel urbano;
- c) Concessão de direito real de uso;
- d) Outorga onerosa do direito de construir;
- e) Transferência do direito de construir;
- f) Direito de preferência (preempção);
- g) Direito de superfície;
- h) Operações urbanas consorciadas;
- i) Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

j) IPTU progressivo no tempo;

k) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública

l) Consórcio imobiliário

Art. 24º Aplicam-se todos os dispositivos constantes na Lei Complementar 013/2011, que trata do Plano Diretor aos instrumentos acima.

Art. 25º Referente à outorga onerosa do direito de construir, será permitida sua aplicação dentro de todas as zonas constantes nesta lei, exceto a Zona de Preservação Permanente e Zona de Risco, aplicando-se os limitantes a seguir:

a) Zona Residencial III: Altura máxima de 5 pavimentos ou 16 metros de altura;

b) Zona de Adensamento Urbano: Altura máxima de 5 pavimentos ou 16 metros de altura;

c) Zona de Expansão Urbana II: Altura máxima de 5 pavimentos ou 16 metros de altura;

d) Eixo de Comércio e Serviço Secundário III: Altura máxima de 5 pavimentos ou 16 metros de altura para atividades permitidas ou altura máxima de 9 pavimentos ou 28 metros de altura para atividades permissíveis;

e) Zona de Transição I: Altura máxima de 5 pavimentos ou 16 metros de altura;

f) Zona de Transição II: Altura máxima de 4 pavimentos ou 13 metros de altura;

g) Zona Industrial I: Altura máxima de 3 pavimentos ou 10 metros de altura;

h) Zona Industrial II: Altura máxima de 3 pavimentos ou 10 metros de altura.

Art. 26º A forma de aquisição por meio de outorga onerosa está constante na Lei Complementar 013/2011, devendo no caso do proponente preferir comprar por meio de contrapartida financeira, a mesma deverá ser exclusivamente ser depositada no Fundo de Planejamento Urbano, que determinará o uso de acordo com as permissões dispostas na Lei.

Art. 27º Referente a Transferência do Direito de Construir, aplicam-se além dos dispositivos constantes na Lei Complementar 013/2011, os seguintes:

a) A transferência será analisada pelos setores jurídico e de planejamento urbano, mediante de pedido formal e motivado protocolado junto ao setor responsável, devendo ainda, ser aprovada pelo Conselho Municipal da Cidade;

b) A transferência ou alienação só poderá ser efetuada uma única vez, obedecendo aos índices e taxas da zona em que estiver inserido;

c) A formalização deve ser feita, após aprovação por parte da administração pública, por meio de escritura pública e averbação do registro imobiliário competente, somente a partir deste momento tornando-se legalmente com efeito.

Art. 28º Estão revogados quaisquer dispositivos em contrário, especialmente a Lei 764 de 16 de setembro de 2011.

Art. 29º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 25 de agosto de 2017

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 25 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 200/2017

PORTARIA Nº 200, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JOELMA DOMINGOS LOPES HESPANHOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Joelma Domingos Lopes Hespanhol, referente ao período aquisitivo de 03/01/2008 à 02/01/2013.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 30/08/2017 com término em 27 /11/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 30 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 30 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

ATA 0083/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0083/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0061/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0046/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: CENTRO DE USINAGEM E MANUTENÇÃO PAZ

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0046/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 32.390,00 (trinta e dois mil trezentos e noventa reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 30 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 244, de 31 de agosto de 2017.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, Considerando o atestado médico para gestante, emitido pelo Dr. Lírio Barreto – CRM/SC 7428 – datado do dia 31/08/2017, que sugere o afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 180 dias a partir de 01/09/2017, haja vista sua gestação; Considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, que acresce 60 dias à duração da licença-maternidade, prevista nos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, destinada às servidoras públicas municipais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora LUCIANA APARECIDA RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professor, com carga horária 20 (vinte) horas semanais em caráter efetivo e 20 (vinte) horas semanais em caráter temporário, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01/09/2017 até o dia 27/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA 19/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017

Ata nº 19/2017
Processo nº 54/2017
Pregão Eletrônico nº 17/2017

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preço pelo período de 4 (quatro) meses para aquisição de Combustível (Gasolina comum e óleo diesel S10) de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, conforme quantidade, especificações, marca e preço constantes na proposta comercial apresentada no Pregão Eletrônico nº 17/2017, e especificações que seguem:

Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES;

Contratada:

FORNECEDOR:

1. AUTO POSTO VALTELINO LTDA

VALOR TOTAL: 244.925,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, noventa e cinco reais)

Data da Assinatura Ata: 28/08/2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA 20/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017

Ata nº 20/2017
Processo nº 53/2017
Pregão Eletrônico nº 16/2017

1. Objeto: O objeto da presente Ata é REGISTRO DE PREÇOS PARA O PERÍODO DE 12 MESES, visando a aquisição de cestas básicas com o objetivo de atender demandas de benefícios eventuais (subsídio alimentar) da Secretaria Municipal de Assistência Social deste Município, conforme quantidade, especificações, marca e preço constantes na proposta comercial apresentada no Pregão Eletrônico nº 16/2017, e especificações que seguem:

Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES;

Contratadas:

1. ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

VALOR TOTAL: 25.826,26 (vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e seis reais, vinte e seis centavos)

Data da Assinatura Ata: 30/08/2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 24/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 54/2017
PE 17/2017
Tipo:menor preço POR ITEM

1. Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preço pelo período de 4 (quatro) meses para aquisição de Combustível (Gasolina comum e óleo diesel S10) de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, conforme quantidade, especificações, marca e preço constantes na proposta comercial apresentada no Pregão Eletrônico nº 17/2017, e especificações que seguem:

FORNECEDOR

1. AUTO POSTO VALTELINO LTDA

VALOR TOTAL: 244.925,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, noventa e cinco reais)

Data de homologação:28/08/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 53/2017
PE 16/2017
Tipo:menor preço POR ITEM

1. Objeto: O objeto da presente Ata é REGISTRO DE PREÇOS PARA O PERÍODO DE 12 MESES, visando a aquisição de cestas básicas com o objetivo de atender demandas de benefícios eventuais (subsídio alimentar) da Secretaria Municipal de Assistência Social deste Município, conforme quantidade, especificações, marca e preço constantes na proposta comercial apresentada no Pregão Eletrônico nº 16/2017, e especificações que seguem:

FORNECEDORES:

1. ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

VALOR TOTAL: 25.826,26 (vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e seis reais, vinte e seis centavos)

Data de homologação: 30/08/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Penha

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO Nº 01/2017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

A Câmara de Vereadores de Penha através da Presidente Maria Juraci Alexandrino, no uso de suas atribuições legais RESOLVE:

Com fundamento ao inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93, posteriores alterações e no termos da Lei nº 10.520/2002, confirmar a ADJUDICAÇÃO do objeto licitado em favor da Empresa OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, CNPJ 22417394/0001-10, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), e HOMOLOGAR o Processo Licitatório Nº 01/2017, na modalidade Pregão Presencial Nº 01/2017, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE POLTRONAS PARA AUDITÓRIO, atendendo as especificações mínimas contidas no Anexo I do Edital correspondente, apreciado no dia trinta e um de agosto de dois mil e dezessete, às quinze horas na sede da Câmara de Vereadores de Penha.

Penha, 31 de agosto de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO

Presidente

ZAIRA CRISTINA DA SILVA HANEMANN

Pregoeira

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 80/2017 PREGÃO PRESENCIAL 32/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 80/2017 – Pregão Presencial 32/2017.

Objeto: Aquisição de fertilizante mineral misto com as seguintes características 9-33-12 (N=9; P=33; K=12), saca 50kg, para distribuição gratuita para os agricultores do município de Peritiba de acordo diretrizes dadas pela Lei 2096 de 30 de Novembro de 2016

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 18/09/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 18/09/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 31 de Agosto de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 81/2017 PREGÃO PRESENCIAL 33/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 81/2017 – Pregão Presencial 33/2017.

Objeto: Aquisição de um distribuidor de calcário e adubo orgânico sólido novo.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 10h do dia 18/09/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 09h45min do dia 18/09/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 31 de Agosto de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 07/2017

Edital de Notificação nº 07/2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI prefeita de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/06/2017 a 30/06/2017.

Rúbrica	Descrição	Valor R\$
417213300000001	Transferências SUS - PAB Fixo-Piso de Atenção Básica	6.396,00
417213300000003	Transferências SUS – PSF-Programa Saúde da Família	7.130,00
417213300000004	Transferências SUS – PACS- Agentes Com. de Saúde	7.098,00
417213300000005	Transferências SUS – FAR - Farmácia Básica	1.265,23
417213300000006	Transferências SUS – E.C.D. Vig. Epidemiológica	3.838,77

417213300000007	Transferências SUS – VS- Vig. Sanitária	0,00
417213300000008	Transferências SUS – PSB - Saúde Bucal	2.230,00
417213300000009	Transferências SUS – MAC- Média e Alta Complexidade	3.748,98
417213300000010	Transferências SUS – PMAQ- Prog. Melhoria no Acesso e Qualidade	7.000,00
417213300000011	Transferências SUS – NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família	8.000,00
417213300000014	Transferências SUS – CEO – Centro de Especialidade Odontológicas	0,00
417213300000015	Transferências SUS – BSOR-SM	7.500,00
417213300000016	Transferências SUS – INVAN – Alimentação e Nutrição	0,00
417213400000002	Transferências FNAS – IGD/BF	0,00
417213400000003	Transferências FNAS – PSB-Proteção Social Básica	0,00
417213414000000	Transferências FNAS – IGD – Suas	0,00
417213417000000	Transferências FNAS – BL GSUAS - FNAS	0,00
417213419000000	Transferências FNAS – BPC ESCOLA - FNAS	0,00
417213420000000	Transf. FNAS – SCFV Serviço de Fortalecimento de Vínculos	0,00
417213501000000	Transferências do Salário Educação	11.113,19
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Ensino Fundamental	1.144,80
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE- Pré - Escola	826,80
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Creche	2.140,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-AEE	31,80
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Médio	359,92
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Fundamental	1.452,08
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Infantil	210,99
417213506000000	Transf. do FNDE – Apoio a Creche	00,00

Total dos Recursos Recebidos no Período 71.486,56 (Setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122/3453-1132/3453-1142.

PERITIBA(SC), em 31 de Julho de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 08/2017

Edital de Notificação nº 08/2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI prefeita de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/07/2017 a 31/07/2017.

Rúbrica	Descrição	Valor R\$
417213300000001	Transferências SUS - PAB Fixo-Piso de Atenção Básica	6.396,00
417213300000003	Transferências SUS – PSF-Programa Saúde da Família	7.130,00
417213300000004	Transferências SUS – PACS- Agentes Com. de Saúde	7.098,00
417213300000005	Transferências SUS – FAR - Farmácia Básica	1.265,23
417213300000006	Transferências SUS – E.C.D. Vig. Epidemiológica	2.838,77
417213300000007	Transferências SUS – VS- Vig. Sanitária	494,36
417213300000008	Transferências SUS – PSB - Saúde Bucal	2.230,00
417213300000009	Transferências SUS – MAC- Média e Alta Complexidade	3.028,98
417213300000010	Transferências SUS – PMAQ- Prog. Melhoria no Acesso e Qualidade	7.000,00
417213300000011	Transferências SUS – NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família	8.000,00
417213300000014	Transferências SUS – CEO – Centro de Especialidade Odontológicas	0,00
417213300000015	Transferências SUS – BSOR-SM	7.500,00
417213300000016	Transferências SUS – INVAN – Alimentação e Nutrição	0,00
417213400000002	Transferências FNAS – IGD/BF	0,00
417213400000003	Transferências FNAS – PSB-Proteção Social Básica	0,00
417213414000000	Transferências FNAS – IGD – Suas	0,00
417213417000000	Transferências FNAS – BL GSUAS - FNAS	0,00
417213419000000	Transferências FNAS – BPC ESCOLA - FNAS	0,00
417213420000000	Transf. FNAS – SCFV Serviço de Fortalecimento de Vínculos	0,00
417213501000000	Transferências do Salário Educação	11.576,03

417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Ensino Fundamental	1.144,80
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE- Pré - Escola	826,80
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Creche	2.140,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-AEE	31,80
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Médio	359,92
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Fundamental	1.452,08
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Infantil	210,99
417213506000000	Transf. do FNDE – Apoio a Creche	00,00

Total dos Recursos Recebidos no Período 70.723,76 (Setenta mil, setecentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos).

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122/3453-1132/3453-1142.

PERITIBA(SC), em 31 de Julho de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 14-2017

CONVOCA Harto Teobaldo Finger

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 37, inciso XXI, do Regimento Interno desta Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o 2º suplente da Coligação SEMPRE EM FRENTE PERITIBA, Harto Teobaldo Finger, para assumir a vaga da vereadora Cristiane Salete Hoffmann da Costa, a partir de 1º de setembro, nos termos do artigo 47, VI da Lei Orgânica e conforme a Resolução Legislativa nº 5-2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 30 de agosto de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 15-2017

CONVOCA SUPLENTE LEONIR ALBINO MENEGAT

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 37, inciso XXI, do Regimento Interno desta Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o 1º suplente da Coligação PERITIBA, TRABALHO E PROGRESSO, Leonir Albino Menegat, para assumir a vaga da vereadora Ivete Francisca Finger, a partir de 1º de setembro, nos termos do artigo 47, VI da Lei Orgânica e conforme a Resolução Legislativa nº 5-2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 30 de agosto de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 16-2017

CONVOCA SUPLENTE CARME SALETE BRUSTOLIN BERTOTTI

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 37, inciso XXI, do Regimento Interno desta Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o 2º suplente da Coligação PERITIBA, TRABALHO E PROGRESSO, CARME SALETE BRUSTOLIN BERTOTTI, para assumir a vaga do vereador Lauri João Maltauro, a partir de 1º de setembro, nos termos do artigo 47, VI da Lei Orgânica e conforme a Resolução Legislativa nº 5-2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 30 de agosto de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 17-2017

CONVOCA SUPLENTE ROSELI GASTMANN

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 37, inciso XXI, do Regimento Interno desta Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o 3º suplente da Coligação SEMPRE EM FRENTE PERITIBA, ROSELI GASTMANN, para assumir a vaga do vereador Gilberto Maciel, a partir de 1º de setembro, nos termos do artigo 47, VI da Lei Orgânica e conforme a Resolução Legislativa nº 5-2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 30 de agosto de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 18-2017

CONVOCA SUPLENTE ELÁDIO SPIELMANN

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 37, inciso XXI, do Regimento Interno desta Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o 4º suplente da Coligação SEMPRE EM FRENTE PERITIBA, ELÁDIO SPIELMANN, para assumir a vaga do vereador Gilberto Maciel, a partir de 1º de setembro, nos termos do artigo 47, VI da Lei Orgânica e conforme a Resolução Legislativa nº 5-2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 31 de agosto de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 19-2017

CONVOCA SUPLENTE ADOLFO FRANCISCO PETTER

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 37, inciso XXI, do Regimento Interno desta Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o 5º suplente da Coligação SEMPRE EM FRENTE PERITIBA, ADOLFO FRANCISCO PETTER, para assumir a vaga do vereador Harto Teobaldo Finger, a partir de 1º de setembro, nos termos do artigo 47, VI da Lei Orgânica e conforme a Resolução Legislativa nº 5-2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 31 de agosto de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 046/2017

TERMO ADITIVO Nº 046/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES Nº: 208/2017

Primeiro Aditivo ao Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TRANSPORTES B.P. TUR LTDA, autorizado através do Processo n.º 152/2017, Licitação n. 048/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: TRANSPORTES B.P. TUR LTDA

CNPJ-MF nº. 04.412.628/0001-55

Endereço: Av. Mal. Castelo Branco ,868 – Pinheiro Preto/SC

Representada por: Alberto Antonio Brocardo

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL.

Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Processo de Licitação 152/2017, Pregão Presencial nº 048/2017; Processo Administrativo nº 062/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO

Prestação de serviços de transporte de ALUNOS - ano letivo de 2017, com o veículo MKZ 4728 para o(s) seguinte(s) itinerários:

a) APAE – VIDEIRA

QUILOMETRAGEM APROXIMADA: 63 KM/DIA – SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

Nº DE ALUNOS APROXIMADO: 10

PARTIDA: Da Cidade de Pinheiro Preto às 13h00, com destino final na APAE - Videira às 13h20min.

RETORNO: APAE – Videira às 16h30, com destino final na cidade de Pinheiro Preto às 17h00.

§1º O transportador, deverá no seu veículo, contar com pelo menos 1 (uma) poltrona preferencial, que maximize o conforto e a segurança dos estudantes com maior dificuldade motora, as quais devem possuir cinto de segurança com proteção subabdominal, complementado por 2 (dois) pontos de apoio superiores (colete torácico).

§ 2º A prestadora dos serviços deverá promover o embarque e desembarque dos alunos em suas residências, localizadas no perímetro urbano do Município, haja vista a necessidade de cuidados especiais, nos endereços fornecidos pela Secretaria competente.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

3.1 O Município, na data de 22/05/2017, firmou contrato com a empresa TRANSPORTES B.P. TUR LTDA, contrato nº 208/2017, cujo objeto visava a prestação de serviços de Transportes de alunos de Pinheiro Preto à APAE, licitação nº 048/2017, modalidade Pregão Presencial.

3.2 Após comprovado aumento no preço do combustível tipo óleo diesel, amplamente divulgado por diversos meios de comunicação, fica o contrato de fornecimento nº 208/2017, aditado, para fins de majorar o valor por km rodado, conforme descrito abaixo:

Itinerário 01 (Pinheiro Preto a APAE) - 8,50%;

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO

Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será de:

Itinerário 01 (Pinheiro Preto a APAE) – R\$ 3,52 (Três reais e cinquenta e dois centavos) por km rodado.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral

Programa:3 - Administração Geral

Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 99

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

CLAUSULA SEXTA: DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 As demais cláusulas do contrato nº 208/2017 permanecem inalteradas.

7.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 30 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TRANSPORTES B.P. TUR LTDA

ALBERTO ANTONIO BROCARDO

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010 / 2017 - SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 014 / 2017.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2017.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: ENGELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR SUBESTAÇÃO DE 112,5kVA, DEVIDAMENTE INSTALADO NA UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA HERMANN WEEGE, N.º 677 - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor total contratado: R\$71.136,05 (setenta e um mil, cento e trinta e seis reais e cinco centavos).

Prazo de Execução da Obra: 90 dias consecutivos – Prazo Final: 19/11/2017.

Ass.: Rafael Ramthun – Secretário Municipal de Saúde – Contratante / Roberto Carlos de Sousa – Engenheira Materiais Elétricos Ltda. EPP – Contratada.

Pomerode / SC, 18 de Agosto de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde de Pomerode

PORTARIA 22.260

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.260

SUBSTITUI A COMISSÃO PROCESSANTE DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 21.739.

O Prefeito de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere a lei,

Considerando o solicitado pelo Ofício Nº 001/2017/PAD 003/2017;

RESOLVE:

SUBSTITUIR, a Comissão Processante designada pela Portaria nº 21.739, de 13 de fevereiro de 2017, DESIGNANDO em substituição a Comissão Processante, ficando a composição da Comissão na ordem descrita abaixo:

Harriet Volkmann Imianowsky – Fiscal de Vig. Sanitária II – Nível I
Ilse da Fonseca de Mira – Recepcionista – Nível I
Catia Luana Hermann Siewert – Telefonista – Nível I

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos, a partir do dia 29 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 29 de junho de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

PREGÃO PRESENCIAL 013-2017

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 016/2017 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 013/2017.

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LOCAÇÃO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO COMERCIAL E SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS EM AMBIENTE WEB, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA O SAMAE DE POMERODE CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.

Entrega das propostas: Até as 09:00 horas do dia 15/09/2017

Início da sessão de disputa de Preços : 09:00 horas do dia 15/09/2017

Local Sede do SAMAE POMERODE Avenida 21 de Janeiro Nº 2233 Centro Pomerode SC.

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 - email: samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 30 de Agosto de 2017.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

RETÍFICA DE PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2017 PREGÃO PRESENCIAL 39/2017

AVISO PUBLICAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 72/2017

PREGÃO PRESENCIAL 39/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A Prefeitura Municipal de Ponte Serrada - SC torna pública a retificação: referente ao EDITAL do Processo Licitatório 72/2017 PREGÃO PRESENCIAL 39/2017, "RETIFICA ANEXO I" ONDE LÊ-SE: ÍTEM 151 TOMATE KG LEIA-SE: ÍTEM 151 VASSOURA DE NYLON, COM CABO DE MADEIRA, DE 1ª QUALIDADE, RESISTENTE. As demais informações permanecem sem alteração. Outras informações pelo fone (49) 3435-0122, pelo site <http://www.ponteserrada.sc.gov.br/> e e-mail: comprasps01@gmail.com. Ponte Serrada SC, 31 de Agosto de 2017. Alceu Alberto Wrubel Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 042/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço nº 042/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de tela em arame galvanizado revestido com PVC, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 15/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 15/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 01 de Setembro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 266/2017

DECRETO Nº 266, de 17 de agosto de 2017.

Dispõe sobre autorização para a concessão de diárias no âmbito do Município de Porto União (SC), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 4.464, de 31 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º As diárias para cobertura das despesas de viagens administrativas dos agentes políticos e dos servidores públicos da Administração Pública Direta, de Autarquias, Fundações e Fundos Municipais legalmente instituídos do Município de Porto União, serão concedidas pelo dirigente do órgão ou entidade a quem estiver subordinado o servidor, e autorizadas pelo Chefe de Gabinete do Município.

§ 1º Os valores das diárias serão os constantes das tabelas que constituem os Artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei Municipal nº 4.464, de 31 de maio de 2017.

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 149, de 30 de março de 2017, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 273/2017

DECRETO Nº 273, de 31 de agosto de 2017.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA IVO DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Consultor de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 274/2017

DECRETO Nº 274, de 31 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a Conferência de Saúde do Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º Fica convocada a V Conferência de Saúde do Município de Porto União, que acontecerá no dia 25 de outubro de 2017.

Art. 3º O tema central da Conferência será "ACESSIBILIDADE E ACOLHIMENTO NO SUS DE PORTO UNIÃO", abordando os seguintes eixos:

- I- Judicialização da Medicina;
- II- Ato Médico e suas Referências e Contrarreferências;
- III- Exame do SUS e Seus Sistemas Reguladores Municipais;
- IV- Atenção Farmacêutica e sua Informatização.

§ 1º O eixo será discutido em painéis centrais/mesas redondas, com coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, e a participação de expositores, indicados pela Comissão Organizadora, assegurando o debate com os delegados e convidados.

§ 2º Serão elaboradas ementas que orientarão as apresentações dos expositores nos painéis centrais.

Art. 4º A Conferência Municipal de Saúde será realizada no Centro Cultural 25 de Julho, sito na Rua Antiocho Pereira, nº 208 – Centro – Porto União – SC, no dia 25 de outubro de 2017, das 08:00 às 17:00 horas.

Art. 5º A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberada pelo Conselho Municipal de Saúde e publicada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º Revoga o Decreto nº 272, de 28 de agosto de 2017.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 31 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARIVALDO DOS REIS SANTA ISABEL
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 275/2017

DECRETO Nº 275, de 31 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para restituição do valor recolhido a título de inscrição no do Concurso Público nº 001/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado de 01 de setembro de 2017 a 30 de novembro de 2017, o prazo para restituição do valor recolhido a título de inscrição no Concurso Público nº 001/2015, anulado através do Decreto nº 208, de 24 de maio de 2017

Art. 2º A restituição de que trata o Artigo anterior será feita nos termos do Artigo 2º do Decreto nº 208, de 24 de maio de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2017 condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DISTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2016

DISTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2016

Distrato do Termo de Cessão de Uso nº 002/2016 firmado em 09 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, no dia 16 de novembro de 2016, Edição Nº 2122, Página nº 858, celebrado entre o Município de Porto União (SC) e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC.

CEDENTE: O Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situado na Rua Padre Anchieta, nº 126, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 23/R 1.331.349 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 501.086.709/53.

CESSIONÁRIO: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro – Florianópolis – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34.

As partes acima identificadas, de maneira justa e acordada, autorizadas pela Lei Municipal nº 4.477, de 30 de agosto de 2017, têm entre si o presente DISTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO, ficando desde já aceito, pelas Cláusulas abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA- Resolvem as partes, em comum acordo, extinguir quaisquer obrigações oriundas do Termo de Cessão de Uso celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA- Todos os dispositivos e condições contidas no Termo de Cessão de Uso anteriormente firmado entre as partes ficam desde já DISTRATADOS, dando ambas as partes quitação total de todas as condições e obrigações, cientes de não haver pendências recíprocas.

E por estarem as partes distratantes de pleno e inteiro acordo, as partes rubricam e firmam o presente DISTRATO, elaborado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 30 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH CEDENTE Prefeito Municipal de Porto União	ONIR MOCELLIN CESSIONÁRIO Comandante-Geral CBMSC
---	--

Testemunhas:

1.Nome: Miguel Chokailo Neto 2.Nome: Sofia Sydol
CPF nº 509.250.249-53 CPF nº 339.610.349-15

ERRATA - PORTARIA Nº 383/2017 - RH

ERRATA – Portaria nº 383, de 13 de fevereiro de 2017.

Na publicação da Portaria nº 383, de 13 de fevereiro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2213, de 17 de março de 2017, página 643,

Onde se lê:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de fevereiro a 19 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jessica Caroline De Oliveira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História), classificada em “2º” lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “01”, previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Isabel Caznok que desempenha a função de Diretora de Unidade Escolar.

Leia-se:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de fevereiro a 19 de dezembro de 2017, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jessica Caroline De Oliveira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História), classificada em “2º” lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “01”, previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Porto União SC, 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

ERRATA - PORTARIA Nº 856/2017 - RH

ERRATA – Portaria nº 856, de 08 de agosto de 2017.

Na publicação da Portaria nº 856, de 08 de agosto de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2317, de 11 de agosto de 2017, páginas 678 e 679,

Onde se lê:

Art. 1º ALTERAR, de 08 de agosto a 15 de setembro de 2017, a carga horária da professora contratada Norma Parastchuk Gibinski Fernandes, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Artes), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “001”, previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição a servidora efetiva Jóis da Trindade Viana que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Leia-se:

Art. 1º ALTERAR, de 08 de agosto a 15 de setembro de 2017, a carga horária da professora contratada Norma Parastchuk Gibinski Fernandes, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Artes), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “001”, previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição a servidora efetiva Jóis da Trindade Viana que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Porto União SC, 22 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4.477/2017

LEI Nº 4.477, de 30 de agosto de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal revogar o Termo de Cessão de Uso nº 002/2016, autorizado através da Lei Municipal nº 4.420, de 09 de novembro de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a revogar o Termo de Cessão de Uso nº 002/2016, autorizado através da Lei Municipal nº 4.420, de 09 de novembro de 2016, referente à cessão de uso de um veículo Mercedes Benz Modelo Sprinter ao Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM.

Art. 2º Revogam-se a Lei Municipal nº 4.420, de 09 de novembro de 2016, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 30 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 865/2017 - RH

PORTARIA Nº 865, de 10 de agosto de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 15 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora CELIA REGINA PLAUTZ BUCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 875/2017 - RH

PORTARIA Nº 875, de 15 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 15 de agosto a 19 de dezembro de 2017, a carga horária da professora efetiva Carmen Cristine Scheramp, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "012", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 1º segmento do município, junto à Escola de Educação Básica Coronel Cid Gonzaga.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 876/2017 - RH

PORTARIA Nº 876, de 15 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária, através de Processo Seletivo ACT/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de agosto a 19 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Luci Fátima Pereira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), classificado em "6º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017 EJA 2º Segmento, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 877/2017 - RH

PORTARIA Nº 877, de 16 de agosto de 2017.

Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 16 de agosto a 01 de setembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marcela Celeste Jeronymo Bachmann, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Odete Sass Fraga que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao CRAS – Bela Vista, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 878/2017 - RH

PORTARIA Nº 878, de 16 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 031/2017, no período de 08 de agosto a 03 de novembro 2017, de Beatriz Adelia Volkman Tonkio, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Rita de Cassia do Nascimento Pecharke que encontra-se em Licença Premial.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Favo de Mel, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 16 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 879/2017 - RH

PORTARIA Nº 879, de 16 de agosto de 2017.

Dispõe sobre suspensão de Portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, de 03 de agosto de 2017 a 29 de janeiro de 2018, a Portaria nº 030, de 24 de janeiro de 2017, que nomeia a servidora efetiva Lidiane Regina Schreiner, para desempenhar as funções de Diretora de Unidade Escolar, em razão da Licença Maternidade.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 16 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito MunicipalMIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA Nº 880/2017 - RH**

PORTARIA Nº 880, de 16 de agosto de 2017.

Dispõe sobre designação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Afonso Wasmann Neto para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Contador Geral do Município, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.446, de 18 de janeiro de 2017.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 16 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito MunicipalMIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA Nº 881/2017 - RH**

PORTARIA Nº 881, de 17 de agosto de 2017.

Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de agosto de 2017 a 16 de agosto de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cibele Terezinha Grein, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bela Vista, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito MunicipalMIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA Nº 882/2017 - RH**

PORTARIA Nº 882, de 23 de agosto de 2017.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea

“e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Mariely de Jesus da Silva, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 883/2017 - RH

PORTARIA Nº 883, de 23 de agosto de 2017.

Prorrogar Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 18 de agosto de 2017 a 28 de maio de 2018, ou até a realização de concurso público, o Contrato de Trabalho nº 118/2017, de Maria Andreiov do Nascimento, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 884/2017 - RH

PORTARIA Nº 884, de 23 de agosto de 2017.

Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 23 de agosto a 19 de dezembro de 2017, ou até a realização de concurso público, a carga horária da professora contratada Camila de Barros, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “001”, previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 885/2017 - RH

PORTARIA Nº 885, de 23 de agosto de 2017.

Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 16 de agosto de 2017 a 15 de agosto de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Teresinha Aparecida de Oliveira, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 886/2017 - RH

PORTARIA Nº 886, de 23 de agosto de 2017.

Dispõe sobre nomeação temporária de Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Licença Maternidade da Diretora de Unidade Escolar LIDIANE REGINA SCHREINER, nomeada pela Portaria nº 030 de 24 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR TEMPORARIAMENTE a servidora efetiva Kelly Cristina Soares Da Silva Do Amaral, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Berçário Maria Luiza Waldruff, na carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 15 de agosto de 2017 a 29 de janeiro de 2018, em razão da Licença Maternidade da Diretora de Unidade Escolar LIDIANE REGINA SCHREINER.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 887/2017 - RH

PORTARIA Nº 887, de 23 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Revogação de Portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 866, de 10 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM edição nº 2321 em 17 de agosto de 2017.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 888/2017 - RH

PORTARIA Nº 888, de 23 de agosto de 2017.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marilda Bonfleur Vogel, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do termino do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 889/2017 - RH

PORTARIA Nº 889, de 24 de agosto de 2017.

Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de agosto a 27 de outubro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Maria do Carmo Ribas dos Santos, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Fabiana de Oliveira Santos que encontra-se afastada em Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 24 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 890/2017 - RH

PORTARIA Nº 890, de 25 de agosto de 2017.

Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de agosto de 2017 a 24 de agosto de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alice Cristine Schnornberger, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 891/2017 - RH

PORTARIA Nº 891, de 25 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Revogação de Portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 024, de 03 de fevereiro de 2016, que altera a carga horária, da servidora contratada Luiza Aparecida de

Assis Oliveira.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 25 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 892/2017 - RH

PORTARIA Nº 892, de 28 de agosto de 2017.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 117/2017, no período de 25 de agosto a 22 de setembro de 2017, de Marlene dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Vanderléia Melnik Borges que encontra-se afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 28 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 893/2017 - RH

PORTARIA Nº 893, de 29 de agosto de 2017.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ana Maria Fidelis de Moraes, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 894/2017 - RH

PORTARIA Nº 894, de 29 de agosto de 2017.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 160/2017, no período 18 de agosto a 18 de setembro de 2017, de Aline Cristina Garcia Ribeiro, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Cirlei Maria Pacheco que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2017.

Porto União, SC em 29 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 895/2017 - RH

PORTARIA Nº 895, de 30 de agosto de 2017.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 163/2017, no período de 30 de agosto de 2017 a 02 de agosto de 2018, ou até a realização de concurso público, de Andreia Lourenço dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 896/2017 - RH

PORTARIA Nº 896, de 31 de agosto de 2017.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 157/2017, no período de 31 de agosto a 03 de novembro de 2017, de Rosangela Kinal, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão da readaptação da servidora Marlena Aparecida Pereira Pacheco, conforme resultado de exame médico pericial.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jangada do Sul, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 589/2017**

DECRETO Nº 589/2017

EMENTA: "Homologa Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº2016TR001461 – Processo nºSDR26 2529/2016, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica Homologado o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº2016TR001461 – Processo nºSDR26 2529/2016, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de julho de 2017.

Porto União - SC, em 30 de agosto de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Calikoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

Pouso Redondo

PREFEITURA

PORTARIA 20/2017 CMPR

CÂMARA DE VEREADORES DE POUSO REDONDO
Rua Querino Ferrari, 93 - Bairro Boa Vista
CNPJ 05.559.537/0001-00 - Fone/Fax 47 3545 2050
89.172-000 - POUSO REDONDO - S C

PORTARIA N.º 020/2017 DE 25.08.17

DESIGNA SERVIDOR DO QUADRO CONSTANTE NA LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2012 PARA A FUNÇÃO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO NESTA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ PROVIDÊNCIAS.

LAURI RIBEIRO GARCIA, Presidente da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 35, da Resolução nº 04/95, Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Redondo.

CONSIDERANDO a necessidade da comunicação pública no ambiente online, como forma de fortalecimento do direito do cidadão ao informação, como forma de impulsionar o diálogo entre o cidadão sobre as atividades legislativas...

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor ocupante do cargo de Chefe de Gabinete do quadro funcional da Câmara Municipal de Pouso Redondo, "FÁBIO ALVES DE CAMPOS", a partir desta data, para exercer as seguintes funções: Efetuar gravações e retransmissão via redes sociais ou mídias sociais; Publicações Oficiais; Rede de Internet; Promover e fornecer os dados necessários para implementação ao site e redes sociais do Legislativo; Divulgação das Ações e Atos do Legislativo; Agenda do Legislativo (utilização do Plenário).

Parágrafo Único – As atribuições das funções estabelecidas nesta Portaria não importa em aumento de remuneração ao servidor.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 25 de agosto de 2017.

LAURI RIBEIRO GARCIA
Presidente

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI
Diretor de Secretaria

PROCESSO 045 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público a inexigibilidade de licitação, em conformidade com a lei nº8.666/93, artigo 25, caput, em favor da Empresa AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA, CNPJ 02.144891/0001-85, com sede a Avenida Maria Coelho Aguiar, nº215, Centro Empresarial de São Paulo, Bloco E, 7º Andar Jardim São Luiz, Capital, CEP 05805-000, São Paulo/SP, no valor de R\$7.998,00 (Sete mil, novecentos e noventa e oito reais, referente a Locação de software de automação (Sistema Audatex - Versão Light), para avaliação de orçamento de peças e serviços automotivos, visando servir de ferramenta para o acompanhamento da manutenção da Frota Municipal, o representante Legal da supracitada fica, desde já, informado, para que no pra de 03 (três) dias úteis, realize a assinatura do contrato. Maiores informações serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-8700 pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, ou pelo site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 30 de Agosto de 2017.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 110 2017 PREFA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO Nº. 110/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE.

DO VALOR: R\$ 500,01

DA VIGENCIA: 25/08/2017 à 31/12/2017.

Praia Grande, 25 de Agosto de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Praia Grande

Aviso de Licitação

Processo Licitatório N.º 23/2017

Pregão Presencial N.º 05/2017

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GÁS VEÍCULAR NATURAL (GNV) PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA 2017

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 21/09/2017.

Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 21/09/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Irineu Bornhausen, 320, centro, nos dias úteis, de segunda à sexta, das 13:00 às 19:00 h ou pelo telefone 048 3532-0132.

Praia Grande-SC, 31 de agosto de 2017.

Henrique Matos Maciel

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 2017/02 - PM, AO CONTRATO Nº 21/2017 PM.

Extrato de Publicação de Termo Aditivo

Contratada: PAGNUSSATTI CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA EPP

Termo Aditivo: 02 ADT 21/2017-PM

Contrato Original: 21/2017-PM

Processo Licitatório: 21/2017-PM

Tomada de Preços: 02/2017-PM

Fundamento Legal: Lei Federal 8.666/93.

Objeto: Segundo Termo Aditivo ao Contrato 21/2017-PM, para supressão/acrécimo e prorrogação do prazo da execução da obra de "...

Contratação de Pessoa Jurídica para execução de projeto de REFORMA no Galpão da GARAGEM MUNICIPAL, com área de 34,65 m²."

Valor Total: R\$ 701,77 (setecentos e um reais e setenta e sete centavos).

Data da Assinatura: 31/08/2017

Data da Publicação: 01/09/2017

Vigência: 01/09/2017 a 15/09/2017.

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0050/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0050/2017 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0068/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0050/2017 - PMRA, tendo como Objeto: Registro de preço para contratação futura de mão de obra especializada para prestação de serviços roçada, incluindo mão de obra manual e com roçadeira e EPI's. Conforme edital completo. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 15/09/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22 em horário de expediente. Rio das Antas (SC), 31 de agosto de 2017/Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0051/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0051/2017 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0069/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0051/2017 - PMRA, tendo como Objeto: Registro de preço para aquisições futuras, com entregas parceladas de materiais de limpeza/higiene, proteção/segurança e copa/cozinha; destinados à manutenção da entidade Município de Rio das Antas nas diversas secretarias e a entidade participante Fundo Municipal de Saúde e demais órgãos vinculados do Município de Rio das Antas. Conforme edital completo. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 19/09/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22 em horário de expediente. Rio das Antas (SC), 31 de agosto de 2017/Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 6405, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6405, de 08 de agosto de 2017.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são prevista no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal do Plano Diretor, representando as respectivas entidades, os seguintes membros:

AMAVI

Titular: Gustavo Leonardo Wloch

Suplente: Fabiana Meurer

UNIDAVI

Titular: Guilherme Feijo

Suplente: Maristela Macedo Poleza

ACIRS

Titular: Antônio de Padua Botelho

Suplente: Eliane de Queiroz Gomes Castro

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Titular: Albano Luis Hammes

Suplente: Lauro Pereira da Costa

FATMA

Titular: Juliano Cesar Goral

Suplente: Marcio Guthjar

CDL

Titular: Daniel Emilio Tschumi

Suplente: Bruna Suzana Schlemper

OAB- subestação Rio do Sul

Titular: Cristiano Fernandes

Suplente: Marlos de Souza

DEFESA CIVIL

Titular: Moacir Cordeiro

Suplente: Dalton Alecxandro Dolzan

CRECI – SC

Titular: Eduardo Aragão Silva

Suplente: Urnolf Schotten

AEAVI

Titular: Valdomiro Avi Filho

Suplente: Sidnei Bosse

PREFEITURA

Secretário: Fábio Alexandrini

Assessor do Plano diretor: Kanauan Jasper

Representante da Secretaria: (seinfra) André Gustavo Wormsbecher

Diretora executiva de Planejamento: Carolina Fernanda Kuhl

Procuradoria Jurídica: Luiz Felipe Rocha de Athayde

Suplente: Carolina Cardoso Dutra

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

08 de agosto de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal de Rio do Sul

REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 12/09/2017

PAUTA DE JULGAMENTO

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –
LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 12/09/2017

HORA DA SESSÃO: 8 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

REQUERENTE	Nº ISENÇÃO	ANO	RELATOR
RUTE SCHLEMPER	3609	2017	JONNY SCHMIDT
ZILMA DILL	3787	2017	JONNY SCHMIDT
IGNES MAGNANTI	3680	2017	JONNY SCHMIDT
CLEUSA GIOVANELLA DE SOUZA	3127	2017	JONNY SCHMIDT
DAIANA DA SILVA	7223	2017	JONNY SCHMIDT
MARIA HELENA DA SILVA	2827	2017	JONNY SCHMIDT
ANDRE LUIS DA SILVA	7220	2017	JONNY SCHMIDT
MARCIA VIER GAMBETTA	3380	2017	JONNY SCHMIDT
FABIANA BORGHESAN	3385	2017	JONNY SCHMIDT
RAMON PABLO LAMIN	3055	2017	JONNY SCHMIDT
DENIS PERFOLL	5045	2017	JONNY SCHMIDT
IZABEL VIEIRA BORGES	2213	2017	JONNY SCHMIDT
CARME TAMBOSI ROSSA	10418	2017	JONNY SCHMIDT
MADALENA GOEDERT CHEQUETO	3457	2017	JONNY SCHMIDT
ARMELINO CATAFESTA	2759	2017	JONNY SCHMIDT
ABRAAO DOS SANTOS	2588	2017	JONNY SCHMIDT
BERTOLINA DO AMARAL	3510	2017	JOSE L NASCIMENTO

JAIRO BECKHEUSER	3643	2017	JOSE L NASCIMENTO
IVOLINO KOHL	3351	2017	JOSE L NASCIMENTO
VALDIR ELEUTÉRIO	2677	2017	JOSE L NASCIMENTO
ROSANGELA VELHO	2691	2017	JOSE L NASCIMENTO
NATALICIA PACHECO	2517	2017	JOSE L NASCIMENTO
GENTIL DOS SANTOS	3276	2017	JOSE L NASCIMENTO
ANITA CARDOSO DE OLIVEIRA	2975	2017	JOSE L NASCIMENTO
EDEMAR RADOLL	3081	2017	JOSE L NASCIMENTO
LAURECI DA SILVA	2959	2017	JOSE L NASCIMENTO
NADIR BILHIR	10423	2017	JOSE L NASCIMENTO
NOEMIA TOMASONI	6406	2017	JOSE L NASCIMENTO
IVONETE DE CAMPOS	10277	2017	JOSE L NASCIMENTO
IVANIR DE CAMPOS	10276	2017	JOSE L NASCIMENTO
MATILDE BERRI	3685	2017	JOSE L NASCIMENTO
GERTRUDES SCHIOCHET	6538	2017	JOSE L NASCIMENTO
MARIA APARECIDA SAIBERT	4053	2017	JOSE L NASCIMENTO
ERNESTO CHRISTOVÃO DA ROSA	2812	2017	JOSE L NASCIMENTO
SALVELINA MARIA DAS NEVES	1141	2017	JOSE L NASCIMENTO
OLGA DE OLIVEIRA	815	2017	JOSE L NASCIMENTO
ESTELINA RIBEIRO	10520	2017	JOSE L NASCIMENTO
RAFAEL MERTEN	10307	2017	RONALDO DA ROCHA
ANDREIA SCHEFER	10394	2017	RONALDO DA ROCHA
GILMARA PEREIRA	7235	2017	RONALDO DA ROCHA
ELISANGELA PEDROSO	4037	2017	RONALDO DA ROCHA
MARIA DIRCINHA PANDINI	10400	2017	RONALDO DA ROCHA
JONATAN STADNICK LAGUNA	4108	2017	RONALDO DA ROCHA
JANDEMIR SCHEFER	3961	2017	RONALDO DA ROCHA
ELIANA DE FATIMA	3988	2017	RONALDO DA ROCHA
TEREZINHA DE LOURDES WARMLING	1904	2017	RONALDO DA ROCHA
REGUITA LAURET	2582	2017	RONALDO DA ROCHA
CLAUDIO TOBIAS BRANDALIZE	3522	2017	RONALDO DA ROCHA
JAIME MARCELINO BARBOSA	10328	2017	RONALDO DA ROCHA
EVANIR ROSSETTI	4918	2017	RONALDO DA ROCHA
ELISANGELA GRASIELE RAYMUNDO	10414	2017	RONALDO DA ROCHA
IVANIRA TERESINHA PASTRE	3670	2017	RONALDO DA ROCHA
LUIZA LOSI WIEDEMER	3506	2017	SANDRO R SOFKA
MARIA TERESINHA GUCKERT	3071	2017	SANDRO R SOFKA
ELIZETE DUARTE	2548	2017	SANDRO R SOFKA
MARIA ROMOALDO CARVALHO	2546	2017	SANDRO R SOFKA
CELDO DO NASCIMENTO	2169	2017	SANDRO R SOFKA
DONARIA DOMINGO	2309	2017	SANDRO R SOFKA
VALMA HANG	2547	2017	SANDRO R SOFKA
SIMON BAUER	2525	2017	SANDRO R SOFKA
RAINILDES SCHMITT	3495	2017	SANDRO R SOFKA
MARIA SALETE DALCANALE	3809	2017	SANDRO R SOFKA
DAURA DE JESUS CRUZ ALBUQUERQUE	2643	2017	SANDRO R SOFKA
MARIA ORANDI DE MOURA	2628	2017	SANDRO R SOFKA
MARLENE MARCHI DA PAZ	2514	2017	SANDRO R SOFKA
ARLETE BILK	10429	2017	SANDRO R SOFKA
SANTINA COSTA	2338	2017	SANDRO R SOFKA
MARIA BLEMER	4368	2017	SANDRO R SOFKA
LUCÉLIA CLEMENTE PEREIRA	3021	2017	SANDRO R SOFKA
ALDO JOÃO KUHN	3530	2017	SANDRO R SOFKA
MARIA DE LOURDES CASTELLAIN	1371	2017	SANDRO R SOFKA
EVANI SILVA RIBEIRO	1498	2017	SANDRO R SOFKA

RONALDO DA ROCHA
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 31 de agosto de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 1007/2017**

PORTARIA No 1007, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

Altera o artigo 1º da Portaria nº 954, de 16 de janeiro de 2017, que "Nomeia membros para compor Comissão Permanente de Licitação".

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º Altera o art. 1º da Portaria nº 954, de 16 de janeiro de 2017, que "Nomeia membros para compor Comissão Permanente de Licitação" que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Em conformidade ao artigo 103 da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015, ficam nomeados para compor Comissão Permanente de Licitação, como titulares, os servidores, Fernando Guedes, Luis Fernando Schweder, Roberto Andrade Bastos e Thayná Fiamoncini. Como membro suplente, fica nomeado o servidor Leonardo Simon Rutzen".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de agosto de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Rio Rufino

PREFEITURA

ERRATA LEILÃO 01/2017

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2017

ERRATA

O Município de Rio Rufino-SC, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, inscrito(a) no CNPJ sob nº : 95.991.071/0001-00, com sede Rua José Oselame, 209 – Centro – Rio Rufino – Santa Catarina, CEP 88658-000, de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e as disposições contidas no Decreto nº 21.981/32, bem como no presente Edital e seu(s) anexo(s), sob a coordenação e condução do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E RURAL, BEL. ULISSES DONIZETE RAMOS, registrado na JUCESC, sob nº AARC- 309 e FAESC-041, CPF nº 102.471.938-36, estabelecido em Balneário Camboriú/SC, à Rua Nepal, 910 Pavimento Térreo - Nações - CEP 88.338-215, leva ao conhecimento dos interessados a publicação de ERRATA DO ANEXO I DO edital do Leilão 01/2017 , que se realizará . O Leilão realizar-se-á: DATA: 26 de setembro de 2017. HORÁRIO:.. 10:00H LOCAL.: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Rio Rufino.

Rio Rufino – SC, 31 de agosto de 2017.

Thiago Costa

Prefeito Municipal De Rio Rufino /SC

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.894/2017

DECRETO Nº 3.894/2017

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto fixado o horário de expediente da Secretaria de Obras e Transportes das 07h00min às 11h00min, e no período vespertino das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, 31 de agosto de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária de Administração e Fazenda

EDITAL DE CHAMAMENTO 01/2017

Edital de Chamamento Público 01/2017

A Secretaria Municipal de Administração, Educação Cultura e Esportes torna público o presente Edital e faz saber que estará recebendo propostas de patrocínio para a realização da GIMUR – Gincana Municipal de Romelândia, nos termos aqui estabelecidos.

PREÂMBULO

A I GIMUR – Gincana Municipal de Romelândia, é um evento promovido pelas Secretarias de Administração e Educação, Cultura e Esportes, com duração aproximada de 7 (sete) dias.

O evento busca, antes de tudo, promover a Integração dos Municípios Romelândinos.

1. DO OBJETIVO

1.1 O presente edital tem por objetivo selecionar empresas parceiras que manifestem interesse em colaborar com a Secretaria Municipal de Administração, Educação, Cultura e Esportes na realização da I GIMUR – Gincana Municipal de Romelândia, nos dias 18 (dezoito) a 23 (vinte e três) de setembro, na cidade de Romelândia/SC.

1.2 As empresas selecionadas nos termos deste Edital celebrarão termo de patrocínio com a Secretaria Municipal de Administração, Educação, Cultura e Esportes, no qual constará, especificamente, a forma de inserção do(s) nome(s) e/ou marca(s) de cada parceiro nos materiais relacionados à promoção, divulgação e programação da IGIMUR – Gincana Municipal de Romelândia, bem como as demais contrapartidas estabelecidas entre as Partes para a viabilização do pretendido patrocínio.

1.3 Os recursos captados a título de patrocínio, conforme o objeto deste Edital de Chamamento serão aplicados para custear todas as despesas da Gincana.

2. DAS CARACTERÍSTICAS DO EVENTO:

2.1 A I GIMUR – Gincana Municipal de Romelândia acontecerá na semana do Município, com provas esportivas, recreativas e culturais.

Para tanto, a busca de parcerias para o evento torna-se essencial para o sucesso nesta nova etapa, além de contribuir para a otimização do uso de recursos públicos municipais.

3. DO OBJETO DO PATROCÍNIO

3.1 A PROPOSTA DE PATROCÍNIO serão aplicados para custear as despesas decorrentes da GIMUR – Gincana Municipal de Romelândia

3.2 As PROPOSTAS DE PATROCÍNIO apresentadas deverão estar acompanhadas de termo(s) de compromisso de patrocínio emitido(s) em nome da(s) pessoa(s) jurídicas interessada(s), isoladamente ou em conjunto, ou em nome de terceiros interessados, que assegure(m) a exequibilidade do(s) valor(es) de patrocínio proposto(s).

3.3 O(s) termo(s) de compromisso de patrocínio referidos no item anterior devem estar assinados por representante legal da pessoa jurídica correspondente, discriminando o valor proposto, de maneira a demonstrar a respectiva capacidade financeira para a realização do objeto da parceria.

3.4 Cada proponente poderá manifestar interesse em patrocinar o evento oferecendo o valor de patrocínio correspondente

3.5 As proponentes deverão instruir sua PROPOSTA DE PATROCÍNIO com a seguinte documentação:

I – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – cópia dos atos constitutivos, devidamente registrados;

III - cópia dos documentos de identificação (RG e CPF/MF) do representante legal da proponente e respectivo comprovante de residência, e;

IV – termo de compromisso de patrocínio conforme item 5.1;

3.6 Os documentos solicitados no item anterior deverão ser apresentados em envelope fechado contendo cópias da documentação exigida, a ser identificado da seguinte forma:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

NOME DA PROPONENTE:.

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

4. DA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS DE PATROCÍNIO

4.1 Os interessados em participar do presente Chamamento deverão apresentar PROPOSTA DE PATROCÍNIO até às 14 horas do dia 06/09/2017, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Romelândia, situado à Rua 12 de Outubro, 242.

4.1.1 As PROPOSTAS DE PATROCÍNIO serão analisadas em sessão pública a ser realizada no dia 11/09/2017, na Sala de Licitações, pela Comissão de Licitações.

4.2 A seleção das PROPOSTAS DE PATROCÍNIO será processada e julgada pela Comissão de Licitações, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à sua realização.

4.3 Após o início da sessão pública, a Comissão de Licitações realizará a abertura dos envelopes de todos os proponentes, verificando o atendimento ao disposto no item 5 deste Chamamento.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Após a seleção do(s) proponente(s), a Comissão de Licitações encaminhará o resultado ao Secretário Municipal de Administração para a devida homologação do procedimento, o qual providenciará para que ocorra a sua publicação seguindo-se, então, a formalização dos ajustes correspondentes (conforme Anexo 2).

5.2 O(s) proponente(s) selecionado(s) cuja(s) proposta(s) envolva(m) patrocínio financeiro, terão o prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação da referida homologação para efetuar o depósito do valor correspondente ao patrocínio na conta bancária indicada pelo município posteriormente, sob pena de invalidação da respectiva PROPOSTA DE PATROCÍNIO e da eventual seleção da segunda melhor PROPOSTA DE PATROCÍNIO recebida, e assim sucessivamente.

5.3 Os interessados poderão obter informações adicionais ou maiores esclarecimentos a respeito do edital junto à Prefeitura Municipal de Romelândia.

5.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitações, que deverá interpretar as regras previstas neste Chamamento e basear suas decisões segundo as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública.

Romelândia, 29 de Agosto de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO 1723/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO 1775/2017

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 1723/2017, para Contratação de empresa especializada na execução de sondagem de solo e emissão de laudo de sondagem de solo. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Romelândia (SC), 29/08/2017. VALDIR BUGS – PREFEITO MUNICIPAL.

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2017, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO O KM, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 15/09/2017 até as 9h00min.

Abertura: 15/09/2017, às 9h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 31 de AGOSTO 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

ERRATA PORTARIA Nº 330/2017

Errata - Portaria Nº 330 de 17 de agosto de 2017.

ERRATA

Informamos que a "Portaria Nº 330 de 17 de agosto de 2017", foi publicada com erro na edição 2323, veiculada em 21 de agosto de 2017, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA Nº. 330, DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. DAIANE NERIS CAMPAGNIN, pelo período de 18/07/2017 a 16/08/2017, correspondente a 30 dias, conforme atestado médico e Perícia da Previdência Social, partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de agosto de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

EDITAL CMDCAN°003/2017"DISPÕESOBREAHOMOLOGAÇÃOODORESULTADOFINALDAELEIÇÃOOSUPLEMENTAR PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, SC"

EDITAL CMDCA N° 003/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, na forma do Edital 001/2017, torna pública a homologação do resultado final da Eleição Suplementar para o Conselho Tutelar do Município de Santa Rosa de Lima realizada no dia 20 de agosto de 2017.

Art. 1º - Fica homologado o resultado da eleição suplementar com a seguinte classificação:

Nome do candidato	Classificação
Ana Beatriz V. Kulkamp	2ª Suplente
Bianca S. Corrêa	3ª Suplente
Solange W. Heidemann	4ª Suplente
Mariza Vandresen	5ª Suplente

Art. 2º - Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa de Lima, 31 de agosto de 2017.

Luana Augusta Mendes Schmoeller

Presidente do CMDCA de Santa Rosa de Lima

CÂMARA MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Santa Rosa de Lima.

CONTRATADO: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA-ME.

OBJETO: SISTEMA DE GERENCIADOR DE DOCUMENTOS, PORTAL WEB CÂMARA E TRANSMISSÃO EM ÁUDIO E VÍDEOS.

VALOR DO ADITIVO: O valor total do presente aditivo é de R\$660,00(Seiscentos e Sessenta Reais), o valor do contrato após acréscimo é de R\$5.665,00(Cinco Mil, Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais). As demais Cláusulas do contrato 01/2017 de 01 de Fevereiro de 2017, permanecem inalteradas.

ADVOGADO: Dr. Laurimar Gross.

Santa Rosa de Lima, em 03 de Julho de 2017.

LEONICIO LAURINDO

Presidente da Câmara Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 088/2017 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 088/2017- PR 088/2017

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa ou pessoa física para aquisição de 01 veículo automotor usado, sedan, ano 2007 a 2009, para a Secretaria de Educação. Conforme especificações constantes no Edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 09h30min do dia 14 de Setembro de 2017, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 31 de Agosto de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 - DL

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO A OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.

DO VALOR: R\$ 2.036,10 (dois mil, trinta e seis reais e dez centavos).

BASE LEGAL: artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Santa Rosa do Sul, 25 de Agosto de 2017.

Ana Regina Paulo de Borba

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 085/2017 DL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2017 - DL

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.

Do Valor: R\$ 7.533,84 (sete mil, quinhentos e trinta e três reais e oitenta centavos).

BASE LEGAL: artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Santa Rosa do Sul, 25 de Agosto de 2017.

Ana Regina Paulo de Borba

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 14 AO 16/2017 SAMAE**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 1/1

CNPJ: 00.569.168/0001-12
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Agosto/2017.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001-67
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 9/2017 **Número do Processo:** 9/2017 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 14/2017
Fundamento Legal:
Objeto: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO A OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.

Data da Assinatura: 01/08/2017
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/08/2017
Vigência: 01/08/2017 a 31/08/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.036,10

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
CNPJ: 08.486.180/0001-75
Modalidade:
Número da Licitação: **Número do Processo:** **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 15/2017
Fundamento Legal:
Objeto: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS DA CONTRATANTE AO CONTRATADO PARA PROMOVER A CONSECUÇÃO DE SERVIÇOS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO PELO CONTRATADO EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

Data da Assinatura: 01/08/2017
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 01/08/2017 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 23.911,07

Forma de Pagamento: MENSAL

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001-67
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 10/2017 **Número do Processo:** 10/2017 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 16/2017
Fundamento Legal:
Objeto: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO A OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.

Data da Assinatura: 25/08/2017
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 01/09/2017 a 30/09/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.036,10

Forma de Pagamento: À Vista

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 147 AO 166_2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL		Folha: 1/7
CNPJ: 80.989.965/0001-98 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC		Mês/Ano da Assinatura: Agosto/2017.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001-67
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 77/2017 **Número do Processo:** 77/2017 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 147/2017
Fundamento Legal:
Objeto: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO A OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.

Data da Assinatura: 01/08/2017
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 01/08/2017 a 31/08/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.533,84 **Forma de Pagamento:** À Vista

Contratado: JONATAN SANTOS BERETA 01250517001
CNPJ: 14.249.154/0001-26
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 71/2017 **Número do Processo:** 71/2017 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 148/2017
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAR AULAS DE VIOLÃO, CANTO E VIOLINO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONVÊNIO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, OBJETIVANDO INCENTIVAR OS MESMOS A TEREM GOSTO PELA MÚSICA E PELO INSTRUMENTO, COM ÊNFASE EM VOZ E VIOLÃO, POSSIBILITANDO UM ESPAÇO DE CRESCIMENTO, CONHECIMENTO NA ÁREA DE MÚSICA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS SOCIAIS.

Data da Assinatura: 01/08/2017
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 01/08/2017 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 6.325,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

Contratado: JOSE JOAO COELHO
C.P.F.: 475.639.409-44
Modalidade:
Número da Licitação: **Número do Processo:** **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 149/2017
Fundamento Legal:
Objeto: LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL, LOCALIZADO À RUA AUGUSTO DANIEL RAUPP, Nº 96, CENTRO, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.

Data da Assinatura: 01/08/2017
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 01/08/2017 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.000,00 **Forma de Pagamento:** MENSAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 2/7

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PAULO RONEY DA SILVA SILVEIRA - ME**CNPJ:** 01.466.870/0001-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2017**Número do Processo:** 62/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 150/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E PARA OS ALUNOS DO SCFV, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.**Data da Assinatura:** 03/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 41.669,85**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MARIA CRISTINA COELHO MACHADO E CIA. LTDA-ME**CNPJ:** 83.709.493/0001-60**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2017**Número do Processo:** 62/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 151/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E PARA OS ALUNOS DO SCFV, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.**Data da Assinatura:** 03/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.878,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** POLPAS E SUCOS ROS - INDUSTRIA E COMERCIO DE FRUTA**CNPJ:** 09.815.662/0001-94**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2017**Número do Processo:** 62/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 152/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E PARA OS ALUNOS DO SCFV, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.**Data da Assinatura:** 03/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 29.152,85**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 3/7

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** COOPERATIVA AGROP. DE JACINTO MACHADO**CNPJ:** 85.667.947/0014-28**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2017**Número do Processo:** 62/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 153/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E PARA OS ALUNOS DO SCFV, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.**Data da Assinatura:** 03/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 91.065,60**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PORTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME**CNPJ:** 24.589.492/0001-60**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2017**Número do Processo:** 62/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 154/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E PARA OS ALUNOS DO SCFV, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.**Data da Assinatura:** 03/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.869,60**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SETA SERVICOS TECNICOS E AGRIMENSURA LTDA - EPP**CNPJ:** 05.624.307/0001-87**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 42/2017**Número do Processo:** 42/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 155/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É a realização de georreferenciamento da área de expansão urbana do município de Santa Rosa do Sul-SC, incluindo: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO, GEOPROCESSAMENTO, COBERTURA AEROFOTOGRAFIMÉTRICA, ORTOFOTOS, ELABORAÇÃO DA PLANTA GERAL DE VALORES, FORNECIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG), INTEGRAÇÃO DO SIG COM O SISTEMA TRIBUTÁRIO.**Data da Assinatura:** 07/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 07/08/2017 a 21/09/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 4/7

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME**CNPJ:** 13.442.044/0001-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 74/2017**Número do Processo:** 74/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 156/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE PISOS INTERTRAVADOS 16 FACES (PAVIESS), PAVER DE CONCRETO TÁTIL E MEIO - FIO PARA EXECUÇÃO DE CALÇADA NO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS.**Data da Assinatura:** 15/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 141.746,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA**CNPJ:** 11.333.186/0001-17**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 78/2017**Número do Processo:** 78/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 157/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL DE AREIA E VÔLEI, EDIÇÃO 2017.**Data da Assinatura:** 18/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 60.465,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ISAMED MATERIAS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME**CNPJ:** 05.948.061/0001-07**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 79/2017**Número do Processo:** 79/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 158/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E PARA USO NO SCFV, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.**Data da Assinatura:** 18/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.591,25**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 5/7

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** M.D.A ARMARINHOS LTDA - ME**CNPJ:** 06.541.303/0001-06**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 79/2017**Número do Processo:** 79/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 159/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E PARA USO NO SCFV, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.**Data da Assinatura:** 18/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.602,20**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME**CNPJ:** 18.619.082/0001-12**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 79/2017**Número do Processo:** 79/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 160/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E PARA USO NO SCFV, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.**Data da Assinatura:** 18/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.408,35**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** COOPERATIVA AGROP. DE JACINTO MACHADO**CNPJ:** 85.667.947/0014-28**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 79/2017**Número do Processo:** 79/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 161/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E PARA USO NO SCFV, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.**Data da Assinatura:** 18/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.495,95**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 6/7

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Agosto/2017.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ISAMED MATERIAS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME**CNPJ:** 05.948.061/0001-07**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 80/2017**Número do Processo:** 80/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 162/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO 2017.**Data da Assinatura:** 21/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 21/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 87.377,94**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 64/2016**Número do Processo:** 64/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 163/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, OAC, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS FERMINO PEDRO RAUPP, TOTAL 791,17M E LARGURA DE 7,00M E DA RUA VILA BITENCOURT TOTAL DE 624,36MT E LARGURA DE 7,00MT, NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC.**Data da Assinatura:** 22/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 22/08/2017 a 29/09/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - EPP**CNPJ:** 09.035.354/0001-46**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 50/2016**Número do Processo:** 50/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 164/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO MUNICIPAL DE EVENTOS, LOCALIZADO NA RUA SANTA CATARINA NO BAIRRO MOINHOS DE VENTO, Nº826, NESTE MUNICÍPIO. COM ÁREA A SER CONSTRUÍDA DE 1.009,72M².**Data da Assinatura:** 24/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 24/08/2017 a 20/09/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 7/7

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Agosto/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 85/2017**Número do Processo:** 85/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 165/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO A OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.**Data da Assinatura:** 25/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/09/2017 a 30/09/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.533,84**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** EDUCA GENESIS LTDA - EPP**CNPJ:** 09.637.610/0001-75**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 82/2017**Número do Processo:** 82/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 166/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ANÁLISE DO RENDIMENTO ESTUDANTIL, INCLUINDO PALESTRAS EDUCACIONAIS E A IMPLANTAÇÃO COM CAPACITAÇÃO, DE UM SISTEMA DE APOIO PEDAGÓGICO EM AMBIENTE ON-LINE, PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**Data da Assinatura:** 28/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/08/2017 a 30/11/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22.743,00**Forma de Pagamento:** À Vista

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 85/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 85/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME

Objeto: Aquisição de divisórias, móveis e equipamentos de informática para manutenção das atividades das diversas secretarias da administração municipal.

Processo Licitatório nº. 71/2017.

Pregão Presencial nº. 48/2017.

Valor: R\$ 6.130,00 (seis mil cento e trinta reais).

Vigência: 01 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 01 de setembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 86/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 86/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GESUL COMERCIAL LTDA - ME.

Objeto: Aquisição de divisórias, móveis e equipamentos de informática para manutenção das atividades das diversas secretarias da administração municipal.

Processo Licitatório nº. 71/2017.

Pregão Presencial nº. 48/2017.

Valor: R\$ 494,00 (quatrocentos e noventa e quatro reais).

Vigência: 01 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 01 de setembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 167/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 167/2017
MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que receberá até as 08h30min horas do dia 04/10/2017, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADO DIRETAMENTE À COMUNIDADE, DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, DE ACORDO COM O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3223 DE 14 DE AGOSTO DE 2013, EM CONFORMIDADE COM AS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E Nº 8.987/95, E CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E INFORMAÇÕES TÉCNICAS EM ANEXO (INCLUSO: PLACA DE OBRA).

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao, obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2017.

LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2017
MENOR PREÇO GLOBAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 19 de setembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO, PARA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E CÂMARA MUNICIPAL.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.
São Bento do Sul, 21 de agosto de 2017.

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira Municipal

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
Chefe de Gabinete

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS
Secretária de Finanças

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

TEODOSIO KACHUBA
Diretor Presidente EMHAB

EDIMAR GERALDO SALOMON
Presidente da Câmara Municipal

MARCIO BROSOWSKY
Diretor Presid. Interino Fundação Cultural

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ
Diretor Presid. Interino FMD

JOSE CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente IPRESBS

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017
MENOR PREÇO POR ITEM.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 22 de setembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS ZERO KM E UMA MOTOCICLETA ZERO KM PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.
São Bento do Sul, 30 de agosto de 2017.

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira Municipal

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

ERRATA PORTARIA Nº 2212/2017

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 2212/2017, no DOM nº 2323, de 21 de agosto de 2017, pág. 605, no local que se lê "período de 22/08/2017 a 20/09/2018" leia-se "período de 22/08/2017 a 20/09/2017".

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 012/2017

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL – EMHAB

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 012/2017

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 001/2016, firmado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL – EMHAB e a empresa SR CONSTRUÇÕES LTDA. ME., em 02 de março de 2016, conforme Edital de Concorrência Pública nº 016/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 001/2016, que consiste na contratação de empresa do ramo da construção civil para prestação de serviços para a construção de 05 (cinco) unidades habitacionais, geminadas, pré-fabricadas, com sistema construtivo composto por paredes moduladas estruturais em placas de concreto armado de alto desempenho, no terreno de matrícula nº 36.211, localizado à Rua Reinaldo Mallon, s/nº, Bairro Serra Alta, neste município, terreno com área total de 1.234,75 m², área construída individual de 40,94 m², área construída total de 204,70 m², conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo, orçamento estimativo, cronograma físico-financeiro e demais informações anexas, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações. O empreendimento é parte integrante do programa de regularização fundiária serra alta - FNHIS - termo de compromisso nº 301.579-56/2009, convênio Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e município de São Bento do Sul;

Considerando que, a demolição de uma edificação residencial implantada de forma irregular que invadia os limites do terreno objeto da obra contratada, problema de responsabilidade da EMHAB, foi resolvido apenas no final do mês de junho;

Considerando que os serviços de terraplenagem no terreno em questão (aterro, compactação e nivelamento), de responsabilidade da EMHAB, foram concluídos apenas na última quinzena do mês de julho;

Considerando que ainda faltam serem construídas duas casas/unidades, será necessária a prorrogação do prazo de execução da obra por mais 120 (cento e vinte) dias corridos, contados de 07 de setembro de 2017;

Considerando que todas as formalidades e trâmites burocráticos referentes à vistoria final da obra, medição final dos serviços,

tramitação e liberação da respectiva fatura e seu pagamento possam ser obedecidos, será necessária a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 120 (cento e vinte) dias corridos, contados de 26 de novembro de 2017;

Fica prorrogado o prazo de execução da obra por 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar de 07 de setembro de 2017 e com término em 05 de janeiro de 2018.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar de 26 de novembro de 2017 e com término em 26 de março de 2018.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de março de 2016 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de agosto de 2017.

Ass: TEODÓSIO KACHUBA, pela Empresa Municipal de Habitação – EMHAB

SR CONSTRUÇÕES LTDA.ME, como contratada

RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017 - FMS

No edital acima referenciado fica excluído do Termo de Referência o item 15 – Apresentar junto à proposta de preços Licença de Operação do fabricante dos produtos cotados.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, permanece a abertura do Edital de Pregão Presencial nº 54/2017 no dia 04/09/2017 às 09:00 horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 08:30 horas.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.

Edemilson B. de Assis

Pregoeiro Municipal

Manuel Rodriguez Del Olmo

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL IPRESBS.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do IPRESBS, torna público para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 13 de setembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO, CONVOCAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 DO IPRESBS, COM VALIDADE DE 2 ANOS, PARA OS CARGOS DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AUXILIAR DE SERVIÇOS, MÉDICO PERITO PREVIDENCIÁRIO E TÉCNICO EM INFORMÁTICA. Os

interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)3633-4466 ou retirar o Edital completo através do site www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e www.ipresbs.sc.gov.br

São Bento do Sul, 30 de agosto de 2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente do IPRESBS

DEBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 42/2017**

Pregão Presencial nº 42/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 42/2017

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 15 de setembro de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de projeto de Trabalho Técnico Socioambiental durante a obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário da Bacia do Rio São Bento/São Bento do Sul – SC, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO Nº 015/2017

Decreto nº 015/2017

Estabelece Ponto Facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Direta do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Ricardo de Souza Carvalho, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de sua competência que lhe confere o item III, do artigo 60, seção II, da Lei Orgânica de São Bonifácio, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º Em complemento ao disposto no Decreto nº 005/2017 de 19 de janeiro de 2017, excepcionalmente no dia 08 de setembro de 2017, sexta-feira, será considerado ponto facultativo nos Órgãos e nas Entidades da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, ressalvados os serviços e as atividades consideradas de natureza essencial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 31 de agosto de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 098/2017

DECRETO Nº 098/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada, por motivo de aposentadoria, a senhora ELIZA MARIA LEHNEN do cargo de Professor, com carga horária total de 40 horas semanais.

Art. 2º - Ficam revogados em seu inteiro teor os Decretos nº 079/2002 de 28 de fevereiro de 2002 e nº 030/2014 de 01 de abril de 2014.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2017.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 31 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

DECRETO 099/2017

DECRETO Nº 099/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada, por motivo de aposentadoria, a senhora NELCI ENDRES do cargo de Professor, com carga horária total de 40 horas semanais.

Art. 2º - Ficam revogados em seu inteiro teor os Decretos nº 066/2002 de 28 de fevereiro de 2002 e nº 136/2001 de 16 de julho de 2001.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2017.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 31 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

PORTARIA 116/2017

PORTARIA Nº 116/2017

Dispõe sobre a nomeação de Designação de Servidor para a função de Chefe de Serviço e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica designada a Senhora MARIA ODETE RUSCHEL, servidora de carreira, para a Função de Chefe de Serviços, com lotação na Secretaria de Educação com carga horária de 20 horas semanais, percebendo gratificação de 60%, constante no Anexo IV do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 010/2013, de 23 de setembro de 2013.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2017.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 24 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 011, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

RESOLUÇÃO Nº 011, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a criação e a composição da Comissão de Trabalho de Elaboração do Plano Plurianual de Assistência Social do Município de São Domingos – SC para vigência de 2018/2021.

Considerando que o Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento e gestão que vem organizar e consolidar a execução da Política Municipal de Assistência Social em âmbito municipal;

Considerando que no Plano Municipal de Assistência Social são estabelecidas as diretrizes, objetivos, prioridades e metas da Política de Assistência Social para um período de quatro anos;

Considerando que o processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social deve ser participativo, compreendido entre gestão municipal, trabalhadores, conselheiros e usuários da assistência social;

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São Domingos – SC, em conformidade com a Lei Municipal nº 1790, de 18 de agosto de 2016, representado por sua Presidente, Sr (a). Cristiane Ansolin, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a Comissão de Trabalho de Elaboração do Plano Plurianual de Assistência Social, quadriênio 2018 – 2021;

Art. 2º A Comissão será formada pelos seguintes membros:

1. Sandra Maria Fiorese – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social (Serviço de Proteção Social Básica);
2. Cristiane Ansolin – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social do (Serviço de Proteção Social Especial);
3. Eleni Aparecida de Abreu – representante da Secretaria Municipal de Saúde;
4. Crislene Mezzalira – representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º. A Comissão terá por atribuição coordenar o conjunto das atividades pertinentes ao processo de elaboração do Plano Plurianual de Assistência.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

São Domingos - SC, 31 de agosto de 2017.

Cristiane Ansolin

Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO Nº 3188/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3188/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 89.700,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.302.0004.2.045 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - MAC

3.3.90.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 89.700,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação do Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 25 de Agosto de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 25/08/2017

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 10.17 FMAS - AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a aquisição de gêneros alimentícios e de produtos de higiene e limpeza para o programa cidadão mirim e oportunidade do município de São João do Oeste, para os meses de setembro, outubro e novembro de 2017.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 18 de setembro de 2017 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 01 de setembro de 2.017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

TP 05.17 DESLOCAMENTO DE REDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 05/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para contratação em regime de empreitada global, para o deslocamento de rede elétrica na Rua Santos mártires das Missões, Linha Beato Roque, São João do Oeste.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 21 de setembro de 2017, e abertura e julgamento no dia 21 de setembro de 2017 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 01 de setembro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 24/2017 PARA PROFESSORES

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 24/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016
QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final. A chamada acontecerá no dia 04 de setembro de 2017 Segunda-Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

*****01 VAGA PARA PROFESSOR ANOS INICIAIS 20 HORAS:

LOCAL DE TRABALHO: CAIC FULVIO AMARANTE FERREIRA

VAGA VINCULADA: LICENÇA SAÚDE DA TITULAR

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

TURNO: MATUTINO

BAIRRO: JARDIM MINUANO

*****01 VAGA PARA PROFESSOR ANOS INICIAIS 20 HORAS:

LOCAL DE TRABALHO: E.B.M. JOÃO INÁCIO DE MELO

VAGA VINCULADA: LICENÇA INSS SAÚDE DA TITULAR

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

TURNO: VESPERTINO

LOCALIDADE: SANTA ISABEL

*****01 VAGA PARA 2º PROFESSOR:

LOCAL DE TRABALHO: CEI BOA VISTA

VAGA VINCULADA: LICENÇA INSS SAÚDE DA TITULAR

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

TURNO: VESPERTINO

BAIRRO: SUBSTAÇÃO

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE PROFESSORES;

- *Graduação na área;
- *Cursando na área;
- *Áreas afins pela vaga pretendida

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior Idade;

- Número de filhos;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Jader Geisler de Moura
Secretário Municipal da Administração

TP 03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº 69/2017
Tomada de Preço 03/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação do Centro de Eventos Newton Stélio Fontanella conforme contrato de repasse nº1030682-78/2016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Joaquim e o Ministério do Turismo/ Caixa Econômica Federal

Entrega dos Envelopes: 19/09/2017 até às 17:00horas
Abertura do certame: 20/09/2017 às 13:30 horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 31 de agosto de 2017

Departamento de Compras

.

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E DE JULGAMENTO DA PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2017

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6263/2017

PROCESSO DE COMPRAS Nº 438/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MUROS DE CONTENÇÃO EM PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, NO BAIRRO COLÔNIA SANTANA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- STC SERV. DE TERRAP. E CONST. LTDA;
- VINÍCIUS GOEDERT ME.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- STC SERV. DE TERRAP. E CONST. LTDA;
- VINÍCIUS GOEDERT ME.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME: R\$ 336.604,38 (trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e quatro reais e trinta e oito centavos).

2ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES LTDA ME: R\$ 381.786,71 (trezentos e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta e um centavos).

3ª Classificada: VINÍCIUS GOEDERT ME: R\$ 401.363,97 (quatrocentos e um mil, trezentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos).

4ª Classificada: STC SERV. DE TERRAP. E CONST. LTDA: R\$ 584.277,77 (quinhentos e oitenta e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do

Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 31 de agosto de 2017.

Cláudia Schweitzer	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	

Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior
Membro da CPL	Membro da CPL

CONTRATO/CT: Nº 062/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 062/2017 – TP 006/2017 – Processo 215/2017 – Proc. Adm. 2137/2017 - Contratado: AMANDA SAVULSKI RODRIGUES – ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, MUROS E PASTILHAS NA ÁREA EXTERNA DA UBS CENIRO MARTINS EM SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da sua assinatura. Valor: R\$ 105.429,59 (cento e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos). Data da Assinatura do Contrato: 02 de agosto de 2017.

DECRETO Nº 8619/2017

DECRETO Nº 8619/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado RAMON VITTO para exercer o cargo de Supervisor de Geologia – CCM-6, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 8623/2017

DECRETO Nº 8623/2017

REGULAMENTA AS PARCERIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 13.019, DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio de:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

§ 1º O termo de fomento será adotado para a consecução de planos de trabalhos cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

§ 2º O termo de colaboração será adotado para a consecução de planos de trabalho cuja concepção seja da administração pública municipal, com o objetivo de executar projetos ou atividades parametrizadas pela administração pública municipal.

Art. 3º Para fins deste Decreto considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

II - unidade gestora: órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, que representa o Município na celebração da parceria atinente a sua área institucional de atuação, a cujo titular o Chefe do Poder Executivo tenha delegado competência para tanto, correndo a despesa inerente à conta dos respectivos créditos orçamentários;

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade

ou de projeto expresso em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - administrador público: agente público revestido de competência para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda delegue competência a terceiros;

V - responsável pela unidade gestora: agente público o qual foi delegada a competência pelo administrador público para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação e ordenar as transferências financeiras para a organização da sociedade civil visando à consecução de finalidades de interesse público e recíproco;

VI - gestor: agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

VII - termo de referência: documento no qual a unidade gestora responsável pelo termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, estabelece os requisitos pelos quais o serviço deve ser prestado ou o produto deve ser entregue por potenciais contratados;

VIII - dirigente: pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil;

IX - atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

X - projeto: conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil.

Capítulo II

DAS MODALIDADES DE PARCERIA

Art. 4º Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias propostas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 5º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 6º Acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

§ 1º O acordo de cooperação poderá ser proposto pela Administração Pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

§ 2º O acordo de cooperação será firmado entre o administrador público permitida a delegação, com o dirigente máximo da organização da sociedade civil.

§ 3º O acordo de cooperação poderá ser prorrogado conforme o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

§ 4º São aplicáveis ao acordo de cooperação, naquilo que couber, as regras e os procedimentos dispostos na Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 7º As parcerias respeitarão, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.

Capítulo III

DOS PROCEDIMENTOS PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 8º A celebração de parceria entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

Parágrafo único. O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, se houver previsão no edital.

Art. 9º O procedimento para celebração de parceria será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado pela Unidade Gestora responsável.

Art. 10. O edital do chamamento público deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de abertura da sessão pública de julgamento, contendo as seguintes exigências:

I - a dotação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II - o tipo de parceria a ser celebrada;

III - o objeto da parceria;

IV - termo de referência;

V - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

VI - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VII - o valor previsto para a realização do objeto;

VIII - as condições para interposição de recurso administrativo

IX - havendo fundamento na impugnação, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município o motivo da revogação ou anulação do edital.

X - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; e

XI - as medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzidas e idosas.

Art. 11. É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida neste Município de São José; e

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

Art. 12. Poderá ser dispensável a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias realizadas no âmbito de parceria já celebrada;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, bem como, programas-serviços que acolhem pessoas em situação de vulnerabilidade social por determinação judicial; e

IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no pelo órgão gestor da respectiva política pública.

Art. 13. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica;

II - nos casos de autorização em lei que identifique expressamente, decorrente de emenda parlamentar, a entidade beneficiária ou que estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual, nas transferências de recursos a título de subvenção para organizações da sociedade civil.

Art. 14. Nas hipóteses dos arts. 12 e 13 deste Decreto, a ausência de realização do chamamento público será expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora:

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, o extrato da justificativa previsto no caput deste artigo deverá ser publicado na mesma data em que for efetivado, no Diário Oficial Eletrônico do Município, a fim de garantir ampla e efetiva transparência.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, por qualquer cidadão ou entidade interessada, desde que apresentada por protocolo na unidade gestora responsável pelo edital, em até 5 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor será analisado pela Unidade Gestora responsável pela parceria, em até 5 (cinco) dias, da data do respectivo protocolo.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado ou anulado, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a aplicação dos demais dispositivos deste Decreto.

Art. 15. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto neste Decreto.

**Capítulo IV
DA ATUAÇÃO EM REDE**

Art. 16. Desde que previsto em edital, será permitida a atuação em rede por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que possua:

I - mais de 5 (cinco) anos de inscrição no CNPJ; e

II - capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.

Art. 17. A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração ou termo de fomento deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, devendo a celebrante, no ato da respectiva formalização:

I - verificar, nos termos do edital, a regularidade jurídica e fiscal da organização não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas; e

II - comunicar ao responsável pela Unidade Gestora do termo de colaboração ou termo de fomento, em até 60 (sessenta) dias, a partir da formalização do termo de atuação em rede.

**Capítulo V
DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Art. 18. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse

Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao responsável pela Unidade Gestora diretamente vinculada com a área de atuação do projeto pretendido, para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Parágrafo único. O encaminhamento dos Procedimentos de Manifestação de Interesse de que trata este artigo deverão ocorrer, anualmente, no interstício compreendido entre o dia 1º e o dia 31 de agosto de cada exercício, ocasião em que o Município receberá cada manifestação de interesse e, num prazo de 30 dias, decidirá e fará publicar todos os atos deles decorrentes.

Art. 19. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade sobre ações de interesse público e recíproco, que não coincidam com projetos ou atividades que sejam objeto de chamamento público ou de parceria, em curso no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º A realização de chamamento público ou a celebração de parceria não depende da realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 2º A Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 3º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.

Art. 20. Para apresentação da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o interessado deverá apresentar a documentação elencada nos incisos I, II e XVII do art. 36, deste Decreto.

Art. 21. A avaliação da proposta de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I - análise de admissibilidade da proposta, com base nos requisitos previstos no art. 20 deste Decreto;

II - decisão sobre a instauração ou não do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, após verificada a conveniência e a oportunidade pela administração pública municipal;

III - se instaurado o Procedimento de Manifestação de Interesse Social, haverá oitiva da sociedade sobre o tema; e

IV - manifestação da administração pública municipal responsável sobre a realização ou não do chamamento público, proposto no Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 1º A partir do recebimento da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, apresentada de acordo com o art. 20 deste Decreto, a administração pública municipal terá o prazo de até seis meses para cumprir as etapas previstas neste artigo.

§ 2º As propostas de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município.

Capítulo VI DAS VEDAÇÕES

Art. 22. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; e

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c" do inciso VI, deste artigo;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;-

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em Comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n. 8.429, de 1992.

d) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do responsável pela Unidade Gestora, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3º Não serão considerados débitos os que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 4º A vedação prevista no inciso III, do art. 22 deste Decreto, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação

simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 5º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Art. 23. É vedada a celebração de parcerias previstas neste Decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

Art. 24. Não será firmado termo de colaboração, termo de fomento ou acordos de cooperação com as entidades inadimplentes com suas prestações de contas ou que aplicarem os recursos em desacordo com a legislação em vigor, tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos, ou dentro do prazo fixado no inciso VI do art. 60 deste Decreto, tenha deixado de atender a notificação do órgão de controle interno, para regularizar a prestação de contas.

Capítulo VII DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Art. 25. A Comissão de seleção indicada pela responsável da Unidade Gestora será nomeada por portaria, através da Secretaria Municipal de Administração, sendo composta por no máximo 5(cinco) membros, que deverá emitir parecer técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pela organização da sociedade civil.

§ 1º Será composta por 3/5 (três quintos) de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e deverá conter 2 (dois) membros da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º Na portaria de nomeação estará previsto quais membros serão o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 3º Serão impedidas de participar das comissões servidores que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º Cada Secretaria Municipal, Fundação Municipal ou Unidade Gestora terá sua própria comissão de seleção.

Capítulo VIII DA SELEÇÃO E JULGAMENTO

Art. 26. A seleção consistirá em duas etapas, na seguinte ordem:
I - julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho com preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios objetivos de seleção, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

II - abertura do envelope com os documentos da organização da sociedade civil selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas nos arts. 30 e 36 deste Decreto.

§ 1º Quando as instalações forem necessárias para a realização do objeto pactuado, as condições físicas e materiais da entidade devem ser validadas pela Comissão de seleção através de visita in loco, podendo solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais.

§ 2º Encerradas as etapas dos incisos I e II, deste artigo, será lavrada a ata contendo, no mínimo a pontuação, a classificação das propostas, a indicação da proposta vencedora e demais assuntos que entender necessários;

§3º O responsável pela Unidade Gestora homologará e divulgará o

resultado do julgamento no Diário Oficial Eletrônico do Município;
§ 4º As organizações da sociedade civil terão prazo de cinco dias para interpor recurso administrativo sobre o resultado do edital, a contar da publicação.

§ 5º Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o responsável pela Unidade Gestora deverá homologar e divulgar, no Diário Oficial Eletrônico do Município, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

§ 6º Na hipótese de a organização selecionada não atender aos requisitos exigidos, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração de parceria nos mesmos termos ofertados para a concorrente desclassificada e, caso a organização convidada nos termos do inciso VII deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos;

§ 7º Caso a Comissão entenda haver necessidade, por motivo de força maior, a sessão poderá ser suspensa e, de imediato, nova data e hora será marcada. Isto ocorrendo, será lavrada ata justificando a necessidade da suspensão, dispensando, portanto, a obrigatoriedade contida no Inciso III deste artigo.

Art. 27. O julgamento deverá avaliar:

I - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

II - o plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Decreto; e

III - emissão de parecer técnico da comissão de seleção, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso; e

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Art. 28. A assessoria jurídica da Unidade Gestora deverá emitir parecer acerca do plano de trabalho e da documentação, com observância das normas deste Decreto e da legislação específica, aprovando ou não a assinatura do termo de colaboração ou termo de fomento.

Art. 29. Caso o parecer técnico emitido pela Comissão de seleção ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela Unidade Gestora sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

Capítulo IX DOS PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DAS PARCERIAS

Art. 30. Para formalização das parcerias, as organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos:

I - comprovação de abertura ou de existência de conta corrente com a finalidade específica para movimentação dos recursos públicos em nome da organização da sociedade civil em instituição financeira pública; e

II - declaração assinada pelo Presidente atual da entidade responsabilizando-se pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da parceria, bem como os da devida contrapartida.

Art. 31. A formalização do termo de colaboração, termo de fomento

ou de acordo de cooperação, conforme o caso, terá como cláusulas essenciais:

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

IV - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

V - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VI - a forma de monitoramento e avaliação;

VII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Decreto;

VIII - a designação de um gestor representante da Unidade Gestora para efetuar o acompanhamento e fiscalização do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação;

IX - poderá determinar se for o caso, a titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

X - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XI - a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;

XII - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XIII - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XIV - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XV - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XVI - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução; e

§ 1º - Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento;

§ 2º Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

Seção I

DO PLANO DE TRABALHO E DA CELEBRAÇÃO

Art. 32. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou

projetos a serem executados;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Art. 33. A celebração do termo de fomento ou do termo de colaboração depende da indicação expressa de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

Art. 34. Para a celebração da parceria, a administração pública municipal convocará a organização da sociedade civil para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente seu plano de trabalho.

Art. 35. A Unidade Gestora poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, mediante termo aditivo ou por apostilamento.

I - nos casos de acréscimos de novos elementos, ampliação de até trinta por cento do valor global, redução do valor global, sem limitação de montante, prorrogação da vigência e alteração da destinação dos bens remanescentes será utilizado o termo aditivo;

II - nos casos de remanejamentos de recursos sem alteração do valor global, ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho ou utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria será utilizado o apostilamento.

III - os recursos devem ser utilizados para a consecução do objeto pactuado.

Parágrafo único. A Unidade Gestora deverá autorizar ou não o remanejamento de recursos do plano de trabalho, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 36. Além da hipótese prevista no art. 35 deste Decreto, o plano de trabalho poderá ter suas metas, etapas e valores ajustados após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, pelo motivo por ela identificado na execução ou pela Unidade Gestora durante as ações de monitoramento e avaliação da parceria, desde que não haja alteração de seu objeto principal, nas seguintes situações:

I - quando necessário ao aperfeiçoamento da execução e a melhor consecução do objeto pactuado por termo aditivo; ou

II - na ocorrência de ampliação dos recursos por suplementações orçamentárias, que não poderá ser superior ao valor inicial acordado, mediante celebração de termo aditivo.

Art. 37. Além da apresentação do plano de trabalho, a organização da sociedade civil selecionada, no prazo de que trata o caput do art. 33, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos exigidos neste Decreto, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

III - certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa conjunta da união; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e certidão de débitos trabalhistas - CNDT;

IV - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com cópias de comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

VIII - cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IX - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

X - comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

XI - apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas

XII - apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

XIII - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XIV - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XV - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas neste Decreto.

§ 1º Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

§ 2º As cópias deverão ser confrontadas com a documentação original e sua autenticação poderá ser feita pela própria unidade gestora a quem os documentos forem apresentados.

§ 3º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto na alínea "a" e "b", inciso IX, deste artigo;

Art. 38. A experiência prévia solicitada no inciso XI, art. 37 deste Decreto, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - relatório de atividades desenvolvidas;

III - notícias veiculadas na mídia em diferentes meios de comunicação sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V - currículo de profissional ou equipe responsável;

VI - prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

Capítulo X DAS PRORROGAÇÕES

Art. 39. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitado pela organização da sociedade

civil, devidamente formalizado e justificado, a ser apresentado na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único. O termo aditivo de que trata o caput poderá ser formalizado de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte da administração pública municipal, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.

Capítulo XI DO GESTOR DO TERMO

Art. 40. O responsável pela Unidade Gestora designará um Gestor, que será agente público da área vinculada ao termo de colaboração ou ao termo de fomento, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, devendo este:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais, provisórias e final, de acordo com o relatório técnico emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público-alvo; e

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

§ 1º Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o responsável pela Unidade Gestora deverá designar novo gestor que possua qualificação técnica equivalente à do substituído, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do anterior, com as respectivas responsabilidades;

§ 2º Será impedido de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes;

§ 3º A designação do Gestor será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Capítulo XII DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 41. A comissão de monitoramento e avaliação é a instância administrativa responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º O responsável pela Unidade Gestora deverá indicar a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por portaria, através da Secretaria Municipal de Administração, sendo composta por no máximo 5 (cinco) membros, que deverão monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

§ 2º Será composta por 3/5 (três quintos) de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e deverá conter 2 (dois) membros, sendo estes servidores efetivos, da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 3º Na portaria de nomeação estará previsto quais membros serão, o Presidente e o Secretário da Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 4º O monitoramento e a avaliação da parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 5º Cada Secretaria Municipal, Fundação Municipal ou Unidade Gestora terá sua própria comissão de monitoramento e avaliação, cabendo, a critério dos órgãos envolvidos e por ato da Secretaria Municipal de Administração, a reunião de dois ou mais órgãos para nomeação de uma única comissão, que atenderá igualitariamente a todos.

Art. 42. O membro da comissão de monitoramento e avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que:

I - tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil;

II - sua atuação no monitoramento e na avaliação configure conflito de interesse; ou

III - tenha participado da comissão de seleção da parceria.

Art. 43. As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias.

§ 1º As ações de que trata o caput contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

§ 2º O termo de fomento ou de colaboração deverá prever procedimentos de monitoramento e avaliação da execução de seu objeto a serem realizados pelo órgão ou pela entidade da administração pública municipal.

§ 3º As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

§ 4º O relatório técnico de monitoramento e avaliação será produzido na forma do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014.

Art. 44. O órgão ou a entidade da administração pública municipal deverá realizar visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

§ 1º Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado em plataforma eletrônica e enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

§ 2º A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pelo órgão ou pela entidade da administração pública municipal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 45. Nas parcerias com vigência superior a um ano, o órgão ou a entidade pública municipal realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação.

§ 1º A pesquisa de satisfação terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela organização da sociedade civil, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

§ 2º A pesquisa de satisfação poderá ser realizada diretamente pela administração pública municipal, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência

ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

§ 3º Na hipótese de realização da pesquisa de satisfação, a organização da sociedade civil poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

§ 4º Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

Capítulo XIII

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 46. A liberação de recursos será feita em conformidade com o respectivo cronograma de desembolso e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 1º Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública federal.

§ 2º Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, a organização da sociedade civil deverá, para o recebimento de cada parcela:

I - disponibilizar as certidões negativas, quando as inicialmente apresentadas estiverem vencidas, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

II - estar adimplente em relação à prestação de contas; e

III - estar em situação regular com a execução do plano de trabalho de acordo com a análise da prestação de contas.

Art. 47. O Município promoverá a retenção das parcelas até o saneamento das impropriedades apontadas no relatório competente, especialmente nos casos a seguir:

I - quando identificadas irregularidades na aplicação dos recursos e após a análise do contraditório e da ampla defesa;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou termo de fomento; e

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, no prazo definido em notificação.

Capítulo XIV

DA VEDAÇÃO DA DESPESA

Art. 48. As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

I - a contratação para prestação de serviços de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

III - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

IV - realizar despesa em data posterior à vigência da parceria.

Art. 49. É vedado o pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou a recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros.

Capítulo XV

DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 50. A Unidade Gestora manterá, em sua plataforma eletrônica,

no sítio oficial da Prefeitura Municipal de São José, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, com as seguintes informações:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade Gestora responsável;

II - nome da organização e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal - SRF;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

VI - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; e

VII - a prestação de contas e todos os atos que dela decorram, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Art. 51. A administração pública municipal deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

Art. 52. A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública municipal, contendo no mínimo as informações descritas nos incisos do artigo 49.

Parágrafo único. No caso de atuação em rede, caberá à organização da sociedade civil celebrante divulgar as informações de que trata o caput, inclusive quanto às organizações da sociedade civil não celebrantes e executantes em rede.

Capítulo XVI

DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 53. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;

b) sejam compatíveis com o valor de mercado da região metropolitana que o Município de São José é parte integrante e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do chefe do Poder Executivo Municipal;

c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetivo e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - os custos indiretos necessários à execução do objeto, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica.

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§1º caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração

da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública municipal, na hipótese de sua extinção.

§ 2º o pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público municipal.

§ 3º considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§ 4 não poderão fazer jus à remuneração de que trata o inciso I deste artigo pessoas naturais que tenham sido condenadas por crimes:

a) contra a administração pública ou o patrimônio público;

b) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; e

c) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 5º A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública municipal a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento ou restringir a sua execução.

§ 6º A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

Art. 54. O responsável pela Unidade Gestora somente poderá autorizar pagamento em data posterior ao término da vigência do termo de colaboração ou termo de fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante o prazo legal de vigência da parceria.

Parágrafo Único. Para efeitos do caput, fato gerador consiste na verificação do direito adquirido pelo beneficiário, fornecedor ou prestador de serviço, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.

Capítulo XVII

DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Art. 55. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública federal determinada pela administração pública municipal.

Parágrafo Único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 56. A organização da sociedade civil terá o prazo constante do instrumento de parceria para utilização do recurso financeiro.

Art. 57. Por ocasião da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública municipal no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da administração pública municipal.

Art. 58. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Parágrafo Único. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Capítulo XVIII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 59. A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias com organizações da sociedade civil, para demonstração de resultados das metas, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

Art. 60. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas, prazos e normas de elaboração constantes do instrumento de parceria;

§1º O instrumento de parceria pode estabelecer prestações de contas provisórias a título de fiscalização e acompanhamento.

§ 2º Ocorrendo a prestação de contas de forma provisória, o saldo remanescente será parte integrante da próxima prestação de contas.

Art. 61. As prestações de contas serão analisadas, quanto à sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes e seguindo as diretrizes abaixo:

I - após o recebimento pelo setor de prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, devendo emitir relatório técnico e podendo solicitar diligências, que deverão durar por no máximo 20 (vinte) dias, encaminhando posteriormente ao gestor;

II - o gestor, após apreciação do relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação e do relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto, terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência, podendo solicitar novas diligências, com prazo máximo de 10 (dez) dias para a emissão do parecer técnico.

III - Compete ao Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência analisar as prestações de contas, emitindo parecer de admissibilidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, podendo abrir diligência, quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho e, havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação.

IV - Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Chefe de Controle Interno e Transparência devolverá o processo ao Gestor, que terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias para as devidas providências.

V - Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser encaminhado a Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência.

VI - A organização da sociedade civil terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do recebimento da notificação expedida pelo Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência, prorrogável no máximo por igual período, para a correção da prestação de contas; não conseguindo saná-las tornar-se-á inatípico e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise, sujeitas à aplicação das sanções previstas no art. 74, deste Decreto.

VII - Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte da organização da sociedade civil, à Chefia de Controle Interno e Transparência certificará e encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

Art. 62. O processo de prestação de contas de responsabilidade

da organização da sociedade civil deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

I - ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil;

II - plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos;

III - declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados;

IV - relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;

b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;

c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;

d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal) com os devidos termos de aceite; e

e) comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

V - relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como lista de presença e fotografias, vídeos ou outros suportes.

Art. 63. O processo de prestação de contas de responsabilidade da Unidade Gestora deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

I - relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação;

II - parecer técnico emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento.

III - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas; e

IV - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho.

Art. 64. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.

Art. 65. As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário; e

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou anti-econômico; e
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Art. 66. Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas, ou não sendo aprovadas, sob pena de responsabilidade solidária, o responsável pela Unidade Gestora determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará a organização da sociedade civil em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado à Chefia de Controle Interno e Auditoria para as devidas providências.

Art. 67. A Chefia de Controle Interno e Transparência, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º Rejeitada a prestação de contas e não efetuada a devolução dos recursos públicos, será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º A instauração da Tomada de Contas Especial será solicitada pelo Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência e seguirá os termos da Instrução Normativa nº 13 de 2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina- TCE-SC.

§ 3º Se no transcurso das providências determinadas no § 1º deste artigo a entidade devolver os recursos ou sanar as contas, a Chefia de Controle Interno e Auditoria certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

§ 4º Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, a organização da sociedade civil envolvida ficará impedida de receber recursos públicos do Município.

Art. 68. Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora correspondente ao processo, assim como os servidores da Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência e do Tribunal de Contas de Santa Catarina, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Decreto, bem como aos locais de execução do objeto.

Art. 69. A organização da sociedade civil deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a Prestação de Contas pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do dia útil subsequente ao da sua apresentação.

Art. 70. O responsável pela Unidade Gestora responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação às autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

Capítulo XIX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71. A concessão de recursos públicos por meio de termo de colaboração ou de termo de fomento em desacordo com o presente Decreto, bem como o descumprimento dos prazos e providências nele determinados, sujeita à Unidade Gestora e à organização da sociedade civil às penalidades previstas na legislação em vigor e a devolução dos valores irregularmente liberados.

Art. 72. As Secretarias Municipais e Fundações estão autorizadas a expedir Instruções Normativas complementares exclusivamente às parcerias específicas de suas pastas, quando necessárias

à aplicação das disposições estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único: As Instruções Normativas de que trata o caput somente terão validade depois de avalizadas pela Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência.

Art. 73. Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às relações da administração pública com entidades qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regidas por termos de parceria.

Art. 74. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da lei 13.019/2014, o responsável pela Unidade Gestora, garantida a prévia defesa, aplicará à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência: a sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

II - suspensão temporária: a sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

§ 1º A sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 2º Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção.

§ 3º As sanções poderão ser aplicadas pelo Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência, cabendo recurso administrativo de reconsideração, no prazo de 15 dias.

§ 4º Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 5º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Art. 75. As organizações da sociedade civil suspensas ou declaradas inidôneas em razão da rejeição da prestação de contas de parceria da qual é celebrante terão seus registros, junto à Secretaria de Finanças do Município, classificados como pendentes de regularização enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida reabilitação, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

Art. 76. Os recursos transferidos através do termo de colaboração e do termo de fomento, quando a sua dotação orçamentária tiver origem vinculada a fundo constituído, a fiscalização também deve ser exercida pelo respectivo fundo e pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 77. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LÉDIO COELHO Secretário da Casa Civil	RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Geral do Município
GUSTAVO DUARTE DO VALLE PEREIRA Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência	VERA SUELY DE ANDRADE Secretária de Administração
SINARA REGINA LANDT SIMIONI Secretária de Saúde	MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG Secretária de Educação
ROSEMERI BARTUCHESKI Secretária de Assistência Social	FERNANDA VIEIRA DINIZ Superintendente da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
JULIANA GRACIOSA PEREIRA Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer	JOICE PORTO LUCA Superintendente da Fundação de Cultura e Turismo
CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO Presidente da Autarquia São José Previdência	ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN Superintendente da USJ
JULIANA GRACIOSA PEREIRA Superintendente da Fundação Municipal de Esporte Lazer	WALDEMAR BORNHAUSEN NETO Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação
MATSON LUIS CÉ Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos	MILTON BLEY JÚNIOR Secretário de Infraestrutura
RODRIGO DE ANDRADE Secretaria de Planejamento e As- suntos Estratégicos	ANDREA IRANY PACHECO RODRI- GUES Secretaria de Segurança, Defesa Civil e Trânsito
FABIANO MARQUES BATISTA Secretaria Executiva de Comunica- ção Social	

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 391/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 391/2017 - Proc. de Compras 548/2017 - Proc. Adm. 7993/2017. Contratado: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECONÔMICAS - FEPESE. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS AO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL E RELOTAÇÃO E/OU

AUMENTO DE CARGA HORÁRIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 293.719,23 (duzentos e noventa e três mil, setecentos e dezenove reais e vinte e três centavos). Fundamento Legal: art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

PORTARIA - SA - N.º 780/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 781/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) ROSILDA BERNADETE SANTANA, matrícula N.35738-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 19.06.2017 a 17.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de junho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 781/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 781/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) KARLA PEREIRA CARPES, matrícula N.13853-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 06.07.2017 a 04.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 782/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 782/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) SILVANA MARIA DOS SANTOS MARTENDAL, matrícula N.17025-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 10.07.2017 a 08.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 783/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 783/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) DENISE SCHROEDER, matrícula N.10904-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 19.06.2017 a 18.07.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de junho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 784/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 784/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) YLMARA CRUZ ALBERT, matrícula N.13570-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 10.07.2017 a 08.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 785/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 785/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) Nanci de Rocco, matrícula N.14952-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 21.07.2017 a 19.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 786/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 786/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) Fabiana de Oliveira, matrícula N.10875-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, Licença Saúde por 90 (noventa) dias de 21.07.2017 a 18.10.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 787/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 787/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) YARA DE LOURDES MARQUES, matrícula N.15194-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, Licença Saúde por 20 (vinte) dias de 05.07.2017 a 24.07.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 788/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 788/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) ROSINETE MACHADO, matrícula N.35719-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 03.07.2017 a 01.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 789/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 789/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) CRISTIANE DILMA KOENING, matrícula N.21695-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 12.07.2017 a 09.09.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 790/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 790/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VIVIAN DA CAS ENGELKE, matrícula n.º 41323-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 15 (quinze) dias, de 27.07.2017 a 10.08.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 791/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 792/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANDREIA MARTINS DOS SANTOS, matrícula n.º 39438-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 90 (noventa) dias, de 05.08.2017 a 02.11.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de agosto de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 791/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 791/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). PATRICIA IGNACIO LUCA PUGSLEY, matrícula n.º 426755-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 14.07.2017 a 12.08.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 793/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 793/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUANA REGINA PEREIRA, matrícula n.º 39492-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 90 (noventa) dias, de 16.08.2017 a 13.11.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de agosto de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 794/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 794/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). PRISCILA GODINHO, matrícula n.º 15741-4, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal , licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 15 (quinze) dias, de 30.07.2017 a 13.08.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 795/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 795/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MICHELLE MENEZES WEICKERT, matrícula n.º 13984-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 60 (sessenta) dias, de 17.07.2017 a 14.09.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 796/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 796/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 98, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que o (a) servidor (a) Sr (a). ROSANGELA DA SILVA PEDRO, matrícula n.º 13774-0, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), está apto para exercer suas atividades laborativas a partir de 04 de agosto de 2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 04 de agosto de 2017.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 797/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 797/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a).CARMEM LUCIA MEDEIROS LAUREANO, matrícula n.º 10785-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 07.07.2017 à 04.10.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 798/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 798/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a).ELIETE BEATRIZ NAGEL PEREIRA, matrícula n.º 13869-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 26.07.2017 à 23.09.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 799/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 799/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a).ELIETE BEATRIZ NAGEL PEREIRA, matrícula n.º 13869-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 26.07.2017 à 23.09.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 800/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 800/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CERES HELENA CAMPOS DOS SANTOS, matrícula n.º 21721-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 06.07.2017 à 03.09.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 801/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 801/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VICENTE ELPIDIO CURCIO, matrícula n.º 13506-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, readaptação funcional por 180 (cento e oitenta) dias, de 07.08.2017 à 02.02.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de agosto de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de Janeiro de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 802/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 802/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 106 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que a servidora CARMEM HELOISA DA SILVA, matrícula n.º 22689-0, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar em Enfermagem da Família, está apto para exercer suas atividades laborativas desde 26 de julho de 2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de julho de 2017

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 803/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 803/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Concede ao (a) servidor (a) Sr.(a) ISOLETE MARIA LEAL, matrícula n.º 39078-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 29.06.2017 a 27.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de junho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 804/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 804/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Concede ao (a) servidor (a) Sr.(a) MARCIA REGINA DE FARIAS, matrícula n.º 21393-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 22.07.2017 a 19.09.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 805/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 805/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Concede ao (a) servidor (a) Sr.(a) FABIANA SCHEIDT DE SOUZA, matrícula n.º 15758-9, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, readaptação funcional por 30 (trinta) dias de 19.07.2017 a 17.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 806/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 806/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Concede ao (a) servidor (a) Sr.(a) NILVA SOLANGE KUKERT, matrícula n.º 21482-5, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, readaptação

funcional por 90 (noventa) dias de 03.08.2017 a 31.10.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 807/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 808/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. MARIA FRANCISCA DA SILVA, matrícula n.º 41328-3, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo Agente Comunitário de Saúde, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 31.07.2017 a 26.01.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 808/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 808/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. MARIA FRANCISCA DA SILVA, matrícula n.º 41328-3, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo Agente Comunitário de Saúde, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 31.07.2017 a 26.01.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 809/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 810/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. ADRIANA RODRIGUES, matrícula n.º 22710-2, lotada na Secretaria de assistência, no cargo de Psicólogo, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 01.08.2017 a 27.01.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 810/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 810/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. ADRIANA RODRIGUES, matrícula n.º 22710-2, lotada na Secretaria de assistência, no cargo de Psicólogo, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 01.08.2017 a 27.01.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 811/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 811/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). RODRIGO PAES, matrícula n.º 15437-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 29.06.2017 à 27.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 29 de junho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 21 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 812/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 812/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). PAULO ROBERTO DE MELLO, matrícula n.º 15124-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 03.07.2017 à 01.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 21 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 813/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 813/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSE SERGIO COELHO, matrícula n.º 1377-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 03.07.2017 à 30.09.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 21 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 814/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 814/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIANA CORRALES, matrícula n.º 22228-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 15.06.2017 à 13.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de junho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 21 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 815/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 815/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). KARINA COELHO INACIO, matrícula n.º 41337-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 28.06.2017 à 27.07.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 28 de junho de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 21 de agosto de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 851/2017

PORTARIA Nº 851/2017/SMA

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelos artigos 62, II e 66, II da Lei Orgânica do Município de São José e a Lei Municipal nº 4.671/2008, alterada pelas Leis Municipais nº 4.823/2009 e nº 5.322/2013,

RESOLVE:

I- PRORROGAR o prazo de validade do Processo Seletivo – Edital de Processo Seletivo nº 0003/2015/SMA destinado à contratação de servidores, em caráter temporário, para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público de Motorista, bem como a formação de cadastro de reserva, realizado em conformidade com a Lei Municipal nº 4.243/2004, alterada pela Lei Municipal nº 4.398/2005, por mais 02 (dois) anos, a partir de 10 de setembro de 2017.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 005, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 005, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

Regulamenta a dosimetria das infrações ambientais por meio de multa simples aplicadas no âmbito da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José/SC.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José/SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.048/1997 que a instituiu, com atribuições alteradas pela Lei Complementar nº 14/2004, Lei Complementar nº 32/2009 e Decreto Municipal nº 30.431/2009, bem como nos moldes do Decreto Municipal nº 6.434/1997 que aprovou o seu Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º. Regulamentar a dosimetria das infrações ambientais por meio da aplicação de multa simples, de acordo com os precedentes para apuração de infrações ambientais por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente no âmbito da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José/

SC, previstos no Decreto Municipal nº 4054/2015 e demais normas ambientais aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 9605/1998 e Decreto Federal nº 6514/2008.

Art. 2º. As infrações administrativas ambientais terão grau de lesividade, de acordo com a gravidade dos fatos tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, estabelecidos em:

- I – Leve I;
- II – Leve II;
- III – Médio I;
- IV – Médio II;
- V – Grave I;
- VI – Grave II;
- VII – Gravíssimo.

Art. 3º. A situação econômica do infrator será determinada pelos seguintes critérios:

I – Micro infrator: serão considerados como inseridos no presente critério as pessoas físicas, as microempresas (ME), o micro empreendedor individual (MEI), as empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI), as entidades religiosas, os partidos políticos, as associações, as fundações privadas, as sociedades sem fins lucrativos e as cooperativas.

II – Pequeno infrator: presume-se pequeno infrator a empresa que esteja na forma de Empresa de Pequeno Porte (EPP), e os condomínios residenciais e/ou industriais.

III – Médio infrator: presume-se médio infrator, a empresa limitada (Ltda.) que não se enquadra como micro ou pequeno infrator.

IV – Grande infrator I: presume-se grande infrator I, aquelas empresas enquadradas como Sociedade Anônima (S.A.).

V – Grande infrator II: presume-se grande infrator II as atividades ou empreendimentos que possuam como investimento total o valor acima de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), independente do porte da empresa estabelecido nos incisos I, II, III e IV.

Parágrafo Único. No caso do infrator ser órgão público, municipal, estadual ou federal, respondendo direta ou indiretamente à administração pública, a situação econômica será considerada como sendo médio infrator, salvo em casos em que o infrator justifique a sua condição econômica como sendo inferior ou superior ao estabelecido neste parágrafo.

Art. 4º. Na aplicação da sanção de multa simples, o agente ambiental autuante deverá observar os seguintes parâmetros para o estabelecimento da referida sanção pecuniária:

I – A gravidade da infração, considerando os motivos da infração e suas consequências para o meio ambiente e para a saúde pública, verificando o nível de gravidade da infração, conforme Anexo I da presente Portaria;

II – Antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III – Situação econômica do Infrator, conforme Art. 3º.

§ 1º. O valor da multa das infrações tipificadas no Decreto Federal nº 6514/2008 será estabelecido com dosimetria baseado no Anexo II desta Portaria.

§ 2º. Mediante decisão justificada pelo agente ambiental autuante, a valor da multa poderá ser definida com base em outros critérios, desde que respeitando os valores mínimos e máximos previstos no Decreto Federal nº 6514/2008.

Art. 5º. Não tendo o agente ambiental autuante documentos ou informações que no ato da fiscalização identifiquem a capacidade econômica do infrator, fará a classificação pela capacidade aparente verificada no ato da autuação, relatando os critérios adotados no relatório de fiscalização.

Parágrafo Único – O autuado poderá, por ocasião da defesa, requerer a reclassificação da sua capacidade econômica, mediante comprovação por documentos.

Art. 6º. A decisão da autoridade julgadora não se vincula às sanções aplicadas pelo agente ambiental autuante, ou ao valor da multa, podendo, em decisão motivada, de ofício ou a requerimento do interessado, minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente.

Art. 7º. São circunstâncias agravantes e atenuantes de penalidade, praticados pelo infrator:

I – Agravantes:

- a) ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- b) ter cometido a infração coagindo outrem para execução material da infração;
- c) ter cometido a infração, concorrendo para danos à propriedade alheia;
- d) ter ocorrido dano atingindo Unidade de Conservação e/ou zona de amortecimento e/ou Áreas de Preservação Permanente (APP);
- e) ter cometido a infração à noite, em domingos ou feriados;
- f) infração cometida através do emprego de métodos cruéis na morte, abate ou captura de animais ou através de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa;
- g) infração cometida em período de defesa da fauna e ou da flora;
- h) infração cometida em épocas de seca ou inundações;

II – Atenuantes:

- a) baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;
- b) arrependimento do infrator, manifestado pela adoção espontânea e imediata de medidas para a correção, reparação ou limitação dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos;
- c) comunicação prévia pelo autuado do perigo iminente de degradação ambiental, à autoridade competente.

Art. 8º. O agente ambiental autuante ou a autoridade ambiental julgadora, verificando a existência de circunstâncias agravantes, deverá readequar o valor da multa, majorando-a justificadamente, considerando os seguintes critérios:

I – em até 10% (dez por cento), para as hipóteses previstas das alíneas "b", "c", "e", do inciso I do art. 7º;

II – em até 20% (vinte por cento), para as hipóteses previstas da alínea "g" do inciso I do art. 7º;

III – em até 35% (trinta e cinco por cento), para as hipóteses previstas da alínea "h" do inciso I do art. 7º;

IV – em até 50% (cinquenta por cento), para as hipóteses previstas das alíneas "a", "d", "f", do inciso I do art. 7º.

§ 1º – O reconhecimento das agravantes não poderá implicar na aplicação da multa além do limite máximo cominado para a infração.

§ 2º – Constatada mais de uma circunstância agravante, a autoridade julgadora deverá aplicar aquela em que o percentual de majoração seja maior.

Art. 9º. O agente ambiental autuante ou a autoridade ambiental julgadora, verificando a existência de circunstâncias atenuantes, deverá readequar o valor da multa, minorando-a justificadamente, considerando os seguintes critérios:

I – em até 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese das alíneas "a" do inciso II do art. 7º;

II – em até 50% (cinquenta por cento), na hipótese da alínea "b" do inciso II do art. 7º;

III – em até 10% (dez por cento), nas hipóteses da alínea "c" do inciso II do art. 7º.

§ 1º – O reconhecimento das atenuantes não poderá implicar na aplicação da multa abaixo do limite mínimo cominado para a infração.

§ 2º – Constatada mais de uma circunstância atenuante, a autoridade julgadora deverá aplicar aquela em que o percentual de minoração seja maior.

Art. 10. Para efeitos de reversibilidade sobre o meio ambiente, conforme Anexo I da presente Portaria, entende-se por:

I – Curto prazo: período de até 03 (três) meses para todas as atividades, exceto no caso de corte/supressão/desmatamento de vegetação quando considerado estágio inicial de regeneração natural;
 II – Médio prazo: período entre 03 (três) meses a 12 (doze) meses para todas as atividades, exceto no caso de corte/supressão/desmatamento de vegetação quando considerado estágio médio de regeneração natural;
 III – Longo prazo: período acima de 12 (doze) meses para todas as atividades, exceto no caso de corte/supressão/desmatamento de vegetação quando considerado estágio avançado de regeneração natural, bem como clímax ou vegetação primária.

Art. 11. Os demais ritos e procedimentos administrativos concernentes às infrações e sanções administrativas ao meio ambiente deverão estar de acordo com os previstos no Decreto Municipal nº 4054/2015 e demais normas ambientais aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 9605/1998 e Decreto Federal nº 6514/2008.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José/SC, 22 de agosto de 2017.

Fernanda Vieira Diniz Farias
 Superintendente da FMADS/SJ
 Decreto Municipal nº 6214/2016

ANEXO I INDICADOR DE GRAVIDADE DA CONDUTA LESIVA AO MEIO AMBIENTE

1) Deve-se conferir ao autuado uma nota em cada um dos três indicadores de gravidade da conduta (motivação da conduta; efeitos para o meio ambiente; e efeitos para a saúde pública).

2) Somados os 3 valores encontrados no item acima, será classificada a infração conforme o nível de gravidade (leve I; leve II; médio I; médio II; grave I; grave II; gravíssimo)

3) Conforme o nível de gravidade encontrado acima, deve ser aplicada a tabela correspondente ao artigo infringido (conforme tabelas a seguir no Anexo II), tendo em conta ainda a situação econômica do infrator, nos termos do art. 3º da presente portaria.

4) O valor encontrado no campo da tabela do artigo infringido (Anexo II) serve de indicativo, sobre o qual incidirão ainda agravantes e atenuantes previstos nos art. 8º e 9º, com base nos critérios do art. 7º da presente Portaria.

ANEXO II QUADRO DE VALORAÇÃO POR ARTIGO

A valoração da multa simples (dosimetria) aqui apresentado referem-se aos artigos correspondentes do Decreto Federal nº 6514/2008.

Art. 29.

Art. 31.

Art. 32.

Art. 33 e 34.

Art. 35 e 36.

Art. 37.

Art. 38.

Art. 39.

Art. 43.

Art. 44.

Art. 45.

Art. 55.

Art. 56.

Art. 59.

Art. 61 e 62.

Art. 63.

Art. 64.

Art. 65.

Art. 66.

Art. 66 Inciso II.

Art. 67.

Art. 68.

Art. 69.

Art. 71.

Art. 71-A.

Art. 72.

Art. 73.

Art. 74.

Art. 75.

Art. 77.

Art. 78.

Art. 79.

Art. 80.

Art. 81.

Art. 82.

Art. 83.

Art. 84.

Art. 85.

Art. 86.

Art. 87.

Art. 88.

Art. 89.

Art. 90.

Art. 91.

Art. 92.

PORTARIA Nº 019/2017/PGM

PORTARIA Nº 019/2017/PGM

Aprova a Reedição da Portaria nº 020/2016, de 08 de dezembro de 2016/PGM – Processo Administrativo Disciplinar nº 020/2016

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, reedita a Portaria nº 020/2016/PGM, convalidando todos os atos praticados no curso do Processo Administrativo Disciplinar nº 020/2016, em observância da Ata de Trabalho – Despacho de fls. 179, para:

I. Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2.248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora S. de M., matrícula 913, exercente do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria da Saúde, posto que, através das informações constantes na Comunicação Interna nº 157/2015/SMA e demais documentos inclusos no Processo de Instrução Preliminar nº 042/2015, em especial o Ofício nº 0001360-27.2015.8.24.0025-0016, oriundo da Vara Criminal da Comarca de Gaspar, a aludida servidora foi presa em flagrante, na Comarca de Gaspar, pelo cometimento da prática de crime hediondo, supostamente, durante o horário do seu expediente de trabalho; e, posteriormente, condenada a pena privativa de liberdade de mais de 12 (doze) anos de reclusão em regime fechado, fato que ofende, em tese, os deveres funcionais previstos no art. 146, incisos III, VI e XI, c/c o disposto nos arts. 147, inciso I, e 160, inciso IV, todos do “Estatuto do Servidor Público Municipal de São José”. II. Designar os servidores Ilson Elias, procurador municipal - matrícula nº 324, Juliana Graciosa Pereira, procuradora municipal - matrícula nº 25.628, Thais Farias de Souza, procuradora municipal - matrícula nº 22.715, William Ramos Moreira, procurador Municipal - matrícula 17.770 e Karina da Silva Graciosa - matrícula 22.716,

para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e, conseqüentemente, apurarem os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José (SC), 28 de agosto de 2017.

Atenciosamente,
William Ramos Moreira
Membro Relator

Rodrigo João Machado
Procurador Geral do Município

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2017 – Processo nº 371/2017 – Proc. Adm. 5903/2017. Fornecedores: HBJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – ME; VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI – EPP e PRIM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor Total: R\$ 77.383,67 – setenta e sete mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta e sete centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO - FASE DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº:05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO - FASE DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 05/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2017

OBJETO: A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, INCLUINDO MATERIAIS DE LIMPEZA (LOTE I), MATERIAIS DE COPA E COZINHA (LOTE II), MATERIAIS DE EXPEDIENTE (LOTE III) E MATERIAIS ELÉTRICOS (LOTE IV) E DE INFRAESTRUTURA, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

A Pregoeira da Câmara Municipal de São José científica aos interessados, para fins legais, especialmente às empresas licitantes, que aprovadas as amostras entregues para análise, conforme relatório conclusivo, que instrui os autos processuais, restaram classificadas em primeiro lugar:

LOTE I – MATERIAL DE LIMPEZA - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME
LOTE II – MATERIAL DE COPA E COZINHA - CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME
LOTE III – MATERIAL DE EXPEDIENTE - CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI – ME

Para o exercício da ampla defesa e do contraditório será conferido o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentação de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, ou através dos telefones: (48) 3029-1315, (48) 3029-1327 e (48) 3029-1355.

São José/SC, 31 de agosto de 2017

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
PREGOEIRA

**AVISO DE NOVA DATA DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
- PREGÃO PRESENCIAL Nº: 05/2017 – LOTE IV**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE NOVA DATA DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 05/2017 – LOTE IV
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2017

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, INCLUINDO MATERIAIS DE LIMPEZA (LOTE I), MATERIAIS DE COPA E COZINHA (LOTE II), MATERIAIS DE EXPEDIENTE (LOTE III) E MATERIAIS ELÉTRICOS (LOTE IV) E DE INFRAESTRUTURA, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

A íntegra do Edital, o programa para auto cotação e o respectivo manual serão disponibilizados para acesso no Portal Eletrônico da CMSJ no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/editais>

A Pregoeira da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados da NOVA DATA DE REABERTURA DO LOTE IV (MATERIAL ELÉTRICO E DE INFRAESTRUTURA) DO PREGÃO N.º 05/2017, com data período do recebimento dos envelopes de habilitação e proposta até o dia 15/09/2017 às 13h:30min. A sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada em 15/09/2017 às 14h00min.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, ou através dos telefones: (48) 3029-1315, (48) 3029-1327 e (48) 3029-1355.

São José/SC, 31 de agosto de 2017

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
PREGOEIRA

**RELATÓRIO E RESULTADO DA ANÁLISE DAS
AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 05/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RELATÓRIO E RESULTADO DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 05/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2017

1. DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, INCLUINDO MATERIAIS DE LIMPEZA (LOTE I), MATERIAIS DE COPA E COZINHA (LOTE II), MATERIAIS DE EXPEDIENTE (LOTE III) E MATERIAIS ELÉTRICOS (LOTE IV) E DE INFRAESTRUTURA, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

2. DA ENTREGA DAS AMOSTRAS:

LOTE I – Material de Limpeza : a empresa GT LIMP – SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME entregou em 28 de agosto último passado, dentro do prazo definido no edital, todos os itens

solicitados (3, 12, 15, 16, 17, 25, 26 e 27) a título de amostra.

LOTE II – Material de Copa e Cozinha: Em 29 de agosto último passado, dentro do prazo definido no edital, exceto o item 6 (escova/lavador de garrafa térmica), para o qual a empresa CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI – ME apresentou portfólio em conformidade com a marca indicada na sua proposta, de acordo com a permissão do subitem 15.1 do edital, os demais itens solicitados (1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11), foram todos entregues.

Lote III – Material de Expediente: Em 29 de agosto último passado, dentro do prazo definido no edital, exceto o item 67 (lixeira em aço esmaltado preta com tampa 5,5 litros), para o qual a empresa CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI – ME apresentou portfólio em conformidade com a marca indicada na sua proposta, de acordo com a permissão do subitem 15.1 do edital, os demais itens solicitados (2, 8, 9, 10, 11, 35, 41, 49, 50, 66), foram todos entregues.

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS
As amostras foram submetidas a avaliação objetiva da Diretoria Administrativa, no intuito de verificar:

I) A adequação dos produtos às especificações gerais exigidas no Anexo I - Quadro de Quantidades e Custos e Anexo - II Termo de Referência, em atendimento ao disposto no item 15.1 edital do Pregão Presencial n.º 05/2017.

II) A correspondência dos produtos às marcas indicadas pelas licitantes nas respectivas propostas de preços, em conformidade com alínea "c" do subitem 7.1.1 do edital.

III) Foram considerados os seguintes fatores de análise:

- a) Conformidade com as especificações e características técnicas;
- b) Dimensões, volumes e componentes (plástico, madeira, metais, polietileno, borracha, etc.)
- c) Registro em órgão competente, quando exigível;
- d) Funcionalidade imediata.

A saber que, a aprovação da amostra nos critérios definidos acima, não avaliza a entrega de produtos que se adquiridos, durante a utilização, demonstrem-se desconformes à funcionalidade, à qualidade e à durabilidade, atentando inclusive para as obrigações de substituição desses produtos, conforme previsões editalícias constantes no Termo de Referência (Anexo II).

4. RESULTADO:

I) Após a análise, foram aprovadas todas as amostras recebidas das licitantes:

- a) LOTE I – Material de Limpeza - GT LIMP – SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME
- b) LOTE II – Material de Copa e Cozinha - CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME
- c) LOTE III – Material de Expediente CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI – ME

É o relatório.

São José/SC, 30 de agosto de 2017.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
PREGOEIRA

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.105/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº105/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº105/2017, Edital de Pregão Nº105/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA NA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO PASEP, PAGOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 15/09/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2017 - SRP - PR Nº 103/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 15/09/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO TANQUE DE APLICAÇÃO DE HERBICIDAS CONFORME DESCRITO NO ANEXO I-A DESTE EDITAL, DE PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 1º de Setembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 008/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 008/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.708, de 18 de agosto de 2017.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Associação Protetora dos Animais de São Lourenço do Oeste - FÊNIX, CNPJ nº 21.433.751/0001-71.

Objeto: Permissão de Uso Gratuita do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, com relação aos seguintes espaços: copa; cozinha; praça de alimentação e churrasqueiras; em virtude da realização de evento, que consiste em jantar beneficente, a ser promovido no dia 07 de outubro de 2017, pela Permissionária, cuja finalidade é adquirir recursos financeiros para o custeio das atividades da entidade.

Valor: Permissão de Uso gratuita, conforme estabelecido no Decreto nº 5.708/2017.

Data de Assinatura 28/08/2017.

Vigência: de 06 a 09 de outubro de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Fernanda Majewsky - pela Permissionária.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO Nº 193/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário de Administração leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, Tipo Maior Oferta..

OBJETO: Concessão de serviço público, a título oneroso, para a prestação de serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso remunerado das vagas de estacionamentos rotativos em vias e logradouros públicos do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o edital e anexos que fazem parte deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h30min do dia 31 de outubro de 2017.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 31 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

LEI 7.433 - INSTITUI A SEMANA DA CULTURA

LEI N. 7.433/2017

INSTITUI A "SEMANA DA CULTURA" NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E RESOLUÇÃO Nº 04/92 (REGIMENTO INTERNO),

FAÇO saber a todos os habitantes do Município de São Miguel do Oeste, que o Plenário desta Corte aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Semana da Cultura", no Município de São Miguel do Oeste, SC, a ser celebrada todos os anos em data a ser escolhida pela Administração Municipal em conjunto com os grupos étnicos e culturais do Município.

Art. 2º A criação da Semana da Cultura tem por objetivo proporcionar um momento de reflexão sobre a situação das diversas etnias e manifestações culturais em São Miguel do Oeste, suas origens e as suas contribuições para o Município.

Art. 3º Fica a FUNCULTURA (Fundação Municipal de Cultura), ou órgão que venha a substituí-la, encarregada de promover ações públicas que envolvam todas as etnias estabelecidas no Município, oportunizando sua participação cultural, hábitos, costumes, culinária, musicalidade e desporto, demonstrando para a comunidade a importância de cada etnia quanto a sua organização, trabalho, festividades, danças, para fins de manutenção e identificação de cada uma delas.

Art. 4º As escolas municipais desenvolverão conteúdos e ações que contemplem e valorizem as manifestações étnico-culturais predominantes no município visando melhorar a concepção e aprimorar os conhecimentos a respeito.

Art. 5º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste, 30 de agosto de 2017.

Vereador Cláudio José Barp
Presidente

Vereador Gilberto Pedro Berté
1º Secretário da Mesa Diretora

Certifico que a presente Lei,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo
Secretário Administrativo do Legislativo

LEI 7.434 - DIVULGAÇÃO DAS LISTAGENS DE PACIENTES QUE AGUARDAM POR CONSULTAS

LEI N. 7.434/2017.

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS LISTAGENS DE PACIENTES QUE AGUARDAM POR CONSULTAS COM MÉDICOS ESPECIALISTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E RESOLUÇÃO Nº 04/92 (REGIMENTO INTERNO),

FAÇO saber a todos os habitantes do Município de São Miguel do Oeste, que o Plenário desta Corte aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A saúde, direito universal e igualitário de todos e dever do estado, deverá ser perseguida pelo Município de São Miguel do Oeste mediante políticas que persigam:

I - A busca constante da prestação de serviço público de saúde de qualidade e célere, mediante execução de política pública que vise a constante minoração de filas de espera, até sua extinção;

II - Os princípios da transparência, eficiência, razoabilidade e proporcionalidade;

III - A proteção à imagem e à intimidade dos usuários, na forma desta Lei.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal divulgará e atualizará, por meio eletrônico no site oficial do Município e com acesso irrestrito, bem como nas unidades de saúde do Município, as listagens dos pacientes que aguardam por consultas, exames, cirurgias e quaisquer outros procedimentos na rede pública de saúde do Município de São Miguel do Oeste.

§ 1º As listagens disponibilizadas devem ser específicas para cada modalidade de consulta (discriminada por especialidade), exame, intervenção cirúrgica ou procedimento e abranger todos os pacientes inscritos em quaisquer das unidades do SUS do Município de Chapecó, incluindo as unidades conveniadas e outros prestadores que recebam recursos públicos.

§ 2º A divulgação deverá garantir o direito de privacidade dos pacientes, sendo divulgado apenas o número identificador do paciente no SUS ou seu Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Art. 3º Todas as listagens serão disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá seguir a ordem de inscrição para a chamada dos pacientes, salvo os procedimentos emergenciais atestados por profissional competente ou de prioridade legal, sob pena de se responder por infração administrativa.

Art. 4º As listas de espera deverão ser de fácil consulta e compreensão, e deverão conter:

I - A data de solicitação da consulta, do exame, da intervenção cirúrgica ou outros procedimentos;

II - A posição que o paciente ocupa na fila de espera;

III - Tempo médio estimado para atendimento aos inscritos;

IV - Relação dos inscritos habilitados para o respectivo exame, consulta ou procedimento cirúrgico, observado o § 2º do artigo 2º;

V - Relação dos pacientes já atendidos, observado o § 1º do artigo

2º;

VI - A data do ingresso do paciente na fila de espera;

VII - Especificação do tipo de consulta, exame, intervenção cirúrgica ou outros procedimentos;

VIII - Apontamento dos casos de emergência ou de preferência legal.

Art. 5º As informações disponibilizadas deverão ser especificadas quanto ao tipo de exame, consulta ou cirurgia aguardada, de forma clara e organizada, e abranger todos os candidatos inscritos nas equipes de Estratégia de Saúde da Família - ESF, entidades conveniadas ou qualquer outra que preste serviço mediante recursos públicos municipais.

Art. 6º Publicadas as informações, a listagem será classificada pela data de inscrição e pela posição na fila, separando-se os pacientes inscritos dos já beneficiados, sem qualquer tipo de restrição, permitindo o acesso universal e igualitário, na forma desta Lei.

Art. 7º Todas as unidades de saúde do Município tornarão pública, semanalmente, a quantidade de pacientes atendidos, exames e cirurgias realizadas, por Estratégia de Saúde da Família e entidades conveniadas, bem como movimentará o número de inscrições das listagens e a situação atual de cada paciente em relação à lista.

Art. 8º Fica desde já autorizada a alteração da situação do paciente inscrito na listagem de espera com base no critério de emergência, gravidade ou agravamento do estado clínico, devidamente atestado por profissional competente, ou superveniência de preferência legal de atendimento.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela fiscalização da regularidade das listas de espera de todos os órgãos de saúde de que trata a presente Lei, devendo promover a publicação eletrônica única de todas as listagens do Município, mantidas todas as condições da presente Lei.

Art. 10. O paciente receberá, no ato da solicitação da consulta, exame ou cirurgia, um protocolo de inscrição, independentemente de solicitação, onde deverá constar impresso mecanicamente a numeração própria, a sua posição da respectiva listagem, tempo estimado de atendimento e as informações necessárias para consulta à lista.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste, 30 de agosto de 2017.

Vereador Cláudio José Barp
Presidente

Vereador Gilberto Pedro Berté
1º Secretário da Mesa Diretora

Certifico que a presente Lei,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo
Secretário Administrativo do Legislativo

PORTARIA 099/2017

PORTARIA 099/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DA COMPETÊNCIA QUE LHE CONFERE O ART. 46 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, DE 05 DE ABRIL DE 1990, C/C OS ARTS. 24 E 205 DA RESOLUÇÃO Nº 004 (REGIMENTO INTERNO), DE 1º DE DEZEMBRO DE 1992:

CONSIDERANDO o período de transição destinado para mudança da sede do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que os próprios servidores estão realizando as mudanças de materiais à nova sede;

CONSIDERANDO que os próprios servidores é que estão organizando as salas da nova sede;

CONSIDERANDO que a exigência de ponto causa transtornos aos servidores que estão realizando as mudanças e organização, uma vez que o aparelho está fixado ainda na atual sede;

CONSIDERANDO que os servidores estão laborando nas duas sedes e os deslocamentos e transporte de materiais muitas vezes são efetuados com veículos dos próprios servidores, torna-se necessário dispensar o controle de jornada através do ponto eletrônico daqueles que efetivamente estão realizando os serviços acima referidos, evitando transtornos de toda ordem, especificamente no período de transição da mudança.

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o expediente interno no Poder Legislativo Municipal no período de 01/09/2017 a 12/09/2017.

Art. 2º - Ficam dispensados do controle de ponto eletrônico no período acima indicado os servidores que estão realizando as mudanças e organização da nova sede.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 31 de agosto de 2017.

Vereador Cláudio José Barp
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo
Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 335/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 335/2017

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA DIONE TEREZINHA LOHN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar n.º. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

§ DIONE TEREZINHA LOHN – PROFESSORA III HORISTA – LETRA G.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 336/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 336/2017

Concede Licença Prêmio a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 111, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora III, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2009 a 2014.

Art. 2.º- A servidora fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 04/09/2017.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 337/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 337/2017

Concede Função Gratificada a servidora NEIVA MARIA HAAS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei 19/97, anexo III,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NEIVA MARIA HAAS, ocupante do cargo de Agente Administrativa, a Função Gratificada de FG 01 – Chefe de Serviço.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 338/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 338/2017

Concede férias a servidora CLEONICE PRIM.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CLEONICE PRIM, ocupante do cargo de Agente Administrativa, o saldo remanescente de 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, que gozará a partir de 04/09/2017 a 13/09/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 339/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
– Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 339/2017

Concede Licença Prêmio a servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 111, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2008 a 2013.

Art. 2.º- A servidora fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 19/09/2017.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 340/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R-222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA N.º 340/2017

NOMEIA MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear em substituição temporária no período de 19/09/2017 a 18/10/2017, como Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de São Pedro de Alcântara e equipe de apoio a Pregoeira, o Sr. FERNANDO MARTINS MEDEIROS, matrícula nº. 3290, inscrito no CPF/MF sob o nº. 035.976.119-40 no lugar de LUANA REGINA SCHMITZ, que se encontra afastada de

Licença Prêmio.

Parágrafo Único: Pelo exercício das funções de Presidente da Comissão de Licitações e equipe de apoio a Pregoeira, o servidor FERNANDO MARTINS MEDEIROS receberá gratificação específica de acordo com a Lei Complementar nº 053/2009, no período 19/09/2017 a 18/10/2017. A servidora Luana Regina Schmitz não receberá nenhuma gratificação, no período em que se encontra afastada de licença prêmio.

Art. 2.º-. Esta Portaria entrara em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 054/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR ANDRÉ BORGES SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR II - HORISTA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 054/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR ANDRÉ BORGES SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR II - HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ANDRÉ BORGES SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 845.938.229-04, residente e domiciliado a Rua Osni Cerqueira Lima, nº. 298, Praia Comprida - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 054/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 054/2017 até 18/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 01 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 030/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA BRUNA DE SOUZA SCHMITT OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA I – AUXILIAR DE SALA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 030/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA BRUNA DE SOUZA SCHMITT OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA I – AUXILIAR DE SALA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora BRUNA DE SOUZA SCHMITT, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 090.960.809-12, residente a Rua Geral , s/nº, Santa Filomena – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 030/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 030/2017 até 18/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 01 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO	CONTRATADO
-----------	------------

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 031/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA GISELE MATIAS JUNCES DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA I – AUXILIAR DE SALA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 031/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA GISELE MATIAS JUNCES DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA I – AUXILIAR DE SALA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 026.257.839-58, residente a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 158, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 031/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 031/2017 até 18/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 01 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO	CONTRATADO
-----------	------------

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SMS/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder em exercício, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GRACIELE DE MIRANDA FLORES, inscrita no CPF sob nº. 039.573.169-01, aprovada em 12º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS, para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 16:30h do dia 04 de setembro de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 11.3 e 11.4 do edital.

Schroeder (SC), 31 de agosto de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 - SECEL/PMS - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Processo Seletivo nº. 001/2017 - SECEL/PMS Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017

O Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

A homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 001/2017 SECEL/PMS para os cargos de Professores, Auxiliares de Sala, Auxiliares de Serviços Gerais I. Conforme lista de classificação abaixo:

CARGO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	TATIANE MARCELI DENEZ LIETZ	9,73	1º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	CAROLINE BRAZ RIBEIRO	9,29	2º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARIA DE FATIMA SANTANA	8,83	3º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	RAQUEL SALGUEIRO RIBEIRO	8,66	4º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	CARMEN LUZIA KUCARZ	8,66	5º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ALESSANDRA FISCHBORN	8,63	6º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	PATRICIA DE LIMA	8,59	7º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	PATRICIA HASSE ONOFRE	8,43	8º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSE MARLI TOMASELLI	8,43	9º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JAQUELINE APARECIDA DA SILVA	8,36	10º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MAGALI KUBNIK	8,33	11º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JULIANE CARINA DE SOUZA	8,33	12º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	THAISE LEITE COELHO	8,29	13º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LUCIANA RIBEIRO BUENO MARSCHNER	8,26	14º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROZANGELA BERGER FRANZAGUA	8,09	15º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DANIELE DE SOUZA	7,99	16º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARCIA DEISI FISCHER	7,99	17º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	HELENA IUNZKOVSKI	7,99	18º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELISANGELA MARIS PIRES DALLAGNOLO	7,83	19º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JESSICA FUCK DOS PASSOS	7,83	20º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DHYESSICA SANTOS DA COSTA	7,76	21º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DEBORA KURZAWSKI	7,76	22º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DENIELLE SOARES DE SENE	7,76	23º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELSINIRA PORATH BORGMANN	7,66	24º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	NATIELI APARECIDA DA SILVA	7,63	25º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	SUZANE ALVES CORREA	7,59	26º
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	CATIA CRISTINA STINGHEN	7,59	27º

Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JANAINA KAMMER	7,51	28°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LETICIA RECH	7,43	29°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	SIMONE JUSTEN	7,43	30°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	REGIANE RAQUEL DUTRA	7,40	31°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VANESSA GOTTEMMS	7,33	32°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	CLAUDIONOR SALERNO	7,33	33°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	HELAINE HERRMMANN	7,26	34°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JANY RAMOS BITTENCOURT RIBEIRO	7,19	35°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ARACI DA SILVA	7,13	36°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LERIDIANE DO PRADO	7,09	37°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	SONIA TEREZINHA MOMM OLDONI	7,09	38°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VANESSA DALRI RAMLOW	7,07	39°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	PRISCILA DE OLIVEIRA	7,05	40°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JULIANE FATIMA POSSER QUARESMA	7,05	41°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	TATIANE BIERNAZKI	7,04	42°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	SOLANGE STREIT DA SILVA	7,03	43°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	BEATRIZ STINGHEN	7,01	44°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	SONIA MARA GOMES FERREIRA KUFFEL	7,01	45°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSEMERI KUESTER DE BONFIM	6,99	46°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	GABRIELA BARBOSA RODRIGUES DOS SANTOS	6,99	47°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JUCIMARA CORREIA CALDURO	6,99	48°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	BRUNA MARIA MULLER	6,99	49°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	NADIA PERETTO SALERNO	6,99	50°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELAINE CRISTINA FERREIRA	6,99	51°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARIA ELIANE PEREIRA DE SOUZA	6,99	52°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LUCIANE ZAMBONI MOREIRA	6,99	53°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ANDREIA ELENA COPATTI DA SILVA	6,93	54°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	SABRINA KOLLROSS FERNANDES	6,86	55°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARIA IZAURA SEECHIS	6,86	56°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ADRIANA TABORDA RIBAS	6,79	57°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MIRIAN RAMOS	6,79	58°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELISANE DE LOURDES MORSCH	6,79	59°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	CLAUDINÉIA BREITKREITZ FERNANDES LOBATO	6,76	60°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DEBORA LUCIA PRESTINI HEIDEN	6,76	61°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELENIR CABRAL DO AMARAL TRAINOTI	6,76	62°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VANDERLEIA SCHULLER	6,73	63°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSEMERY MENDES ROLIM	6,69	64°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSEMEIRE APARECIDA DE ANDRADE	6,66	65°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LIANE MARIA KREUZ SCHMATZ	6,66	66°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DEISE KETLIN STIEGLER BALENA	6,66	67°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ANA LUIZA MULLER	6,63	68°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ASTA SCHROEDER KRETZER	6,63	69°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VANESSA STACK DO AMARAL	6,53	70°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VIVIANE APARECIDA DAMIAN BECK	6,53	71°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	TERESINHA PEREIRA PACHECO	6,49	72°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSANE STAVICKI	6,43	73°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELISANGELA VANTUIR DRAGER	6,43	74°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARCIANE CABRAL	6,43	75°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	GISELLE BAMBORA	6,43	76°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LISLEI REGIANE MARTINELLI BATISTA	6,43	77°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	GRAZIELA EHLKE	6,43	78°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LUCINEIA DE FRANCA DA SILVA	6,43	79°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VANDERLEIA BALSANELLI	6,43	80°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JANICE VOLKMANN DA SILVA	6,36	81°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARILDA QUIRINO DE ALMEIDA	6,33	82°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSSANA GOMES MILFORD	6,33	83°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ANDREIA STENGER	6,33	84°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LUCIANA DA SILVA JOAO	6,29	85°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	FABIANA GONÇALVES JACOMOLISKI	6,25	86°

Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	TATIANA CAETANO DOS SANTOS	6,11	87°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	SOLANGE DOS ANJOS PEREIRA KERBER	6,09	88°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LUCIANA PINZEGER	6,09	89°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JEFFERSON BARROS SOARES	6,09	90°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	HELLEN DE LOURDES CORREA LOPES	5,99	91°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARA CATIA NAIBO RIBAS	5,99	92°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VIVIANE LUCIA SANTANA MACHADO	5,99	93°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	BRUNA MACHADO	5,76	94°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	KELLY LUISA MUNDT GUCKERT	5,66	95°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DIONARA FILIPPI	5,53	96°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELAINE DE SOUZA TOMELIN	5,53	97°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	PAMELLA SUELLEN RIBEIRO	5,53	98°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	KATIA ADELAIDE ALBINO LOFFHAGEN	5,43	99°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	BRUNA JULIELI KLEIN FARI	5,33	100°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JOSIANE MIRELE BUSARELLO	5,33	101°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	GLADIS INES ULSENHEIMER	5,33	102°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	SILMARA DE FATIMA CORDEIRO NEUBURGER	5,33	103°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LUANA TRINOSKI	5,10	104°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARCELO GOMES DE SOUZA	5,10	105°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	BRUNA VERBINEN GRODISKY	5,10	106°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	GRACIELE DE MIRANDA FLORES	5,00	107°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	GIOVANA CAETANO DE OLIVEIRA	5,00	108°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSANGELA POTERIKO DE LIMA	5,00	109°
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ANELICE WELLER DE FRANÇA	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	CAROLINA DE SOUZA SILVA	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	CLAIR BELISKI	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	CHRISTIANE KARVAT	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DANIELE ESTHER DALCANALLE	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DANIELE JULIANA LOURENÇO	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	DILEUSA ROSANJALA PEZZATTO	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	EDINEIA SUSANE DA SILVA	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	EDNA BARBOSA DA SILVA MACHADO	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELIANE DE OLIVEIRA GOMES DE MOURA	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELISABETE APARECIDA EGGERT	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ELISABETH TERESINHA FAGUNDES ROSA	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JANAINA RUDA	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JOSIANE KWIECIEN	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	JOSY MARA THAIS LOPES	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LILIAN LOPES CABRAL	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	LUCIMAR ESSER	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARA LÚCIA HENTZ	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	MARY SALETE DOS SANTOS TIECHER	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	PATRICIA DE LIMA	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSA TEREZINHA INACIO	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSANA FERREIRA	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	ROSELI LOPES FRITZEN	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	SCHIRLENE ALBINO GOLDACKER	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	TATIANE APARECIDA DOS SANTOS ANDRADE	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VALQUIRIA FIRL MARIANO	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VANESSA HILLESHEIM WILL	-	-
Professor B para o Ensino Fundamental Anos Iniciais	VIVIANE CARLA BRAGA TAVARES	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MAITE ZANELLA LARGURA	9,99	1°
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ	9,16	2°
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	THAIS LENZ PSZYBILSKI	9,10	3°
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MARCICLEIDE MARIA DOS SANTOS	8,99	4°
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	JOSIANI MAIOLI DE ANEVÃO	8,93	5°
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	IVANE LEU	8,86	6°
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	ROSANA SCHNEIDER ARAUJO	8,70	7°

Professor A para o Ensino de Educação Infantil	LUCILENE PEREIRA	8,53	8º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	DEBORA MICHELLY OLIVEIRA DA SILVA BORTOLINI	8,49	9º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	LUCINEIA WOSNIACH SILVEIRA	8,49	10º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	EVANI SALETE CHAVES KLODZINSKI	8,39	11º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	GISELE SOARES DOS SANTOS	8,33	12º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	SHÁLLY KATLEEM PISKE	8,26	13º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	LUZIA DOS PASSOS CRISTOFOLINI	8,19	14º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	DANIELE MACHADO GOMES DOS SANTOS	8,16	15º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	FRANCISLEINE LOPES MAAS	8,09	16º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	EDSON STIEGELMAIER	8,09	17º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	CRISTIANE GISLERY MACHADO	7,99	18º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MARINA TROMM	7,99	19º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	ROSANA ADRIELI DIAS CAMILIO	7,99	20º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	NOENICE MASKE MUNDEL	7,86	21º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	PATRICIA BUENO	7,76	22º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	JANAINA FATIMA ANACLETO DUWE	7,76	23º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	GEOBETE FARIAS LEAL PODSKARBI	7,73	24º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	THALISSA LEITE	7,66	25º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	SHERLYNE APARECIDA SCHONS MOREIRA	7,66	26º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	LIDIA FERNANDA CORA	7,59	27º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	TANIA MARA MOHR	7,43	28º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	BRUNA RABUSKE	7,33	29º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MARCIA NOGUEIRA	6,99	30º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	DAIANA LILIAN DE OLIVEIRA	6,99	31º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE	6,86	32º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	VILMA DA APARECIDA BUENO	6,73	33º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	LINEIA FERNANDA CORA	6,53	34º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	FABIANA DO ROSARIO	6,47	35º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	SCHEILA GILVANA GNEWUCH PEREIRA	6,40	36º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MARIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA	6,39	37º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	EVANDRO LEMES DOS SANTOS	6,33	38º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	GISELE OLIVEIRA DA CRUZ RUTTER	6,33	39º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	CARLA STRICKER DE ABREU	6,33	40º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	CAROLINE GAEDTKE	6,29	41º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	VIVIANE FIEDLER	6,26	42º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	FERNANDA BETINA POFFO DONATH	6,19	43º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	CLAUDETE DUARTE	6,13	44º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MONIKI ALVES NETTO	6,09	45º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	ALESSANDRA ROSSONI	6,09	46º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	LEIA GERVA DA ROSA	6,09	47º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	ANTONIO CEZAR NOBRE DOS SANTOS CRISTOFOLINI	6,00	48º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	CARLA MICHELY UECKER	5,99	49º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	CAROLINA DA SILVA DE AVILA	5,99	50º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MICHELE SILVERIO DOS SANTOS	5,86	51º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	LAILA JAISZA MONTEIRO	5,76	52º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	GABRIELE APARECIDA FERREIRA	5,66	53º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	DRIELE JANINE NICHELATTI	5,66	54º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MARCELA LETICIA ALBRECHT	5,66	55º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MARILUCI ALVES DE LIMA	5,66	56º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	ROSANGELA ALMEIDA PAZ	5,63	57º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	JOSEANE CORREA FURTADO	5,40	58º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	VALDY RODRIGUES CAVALCANTE	5,40	59º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	ZENILDA MARIANO FERREIRA	5,20	60º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	SILVANA VOLLES	5,10	61º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	LUCINEIDE RAMOS DA SILVA	5,00	62º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	MARIA ANGELA DE TOLEDO	5,00	63º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	JOELMA MAIA BRANDÃO	5,00	64º
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	AGNES MARISTELA HUBNER	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	ANA PAULA DE LIMA	-	-

Professor A para o Ensino de Educação Infantil	ARNALDO XAVIER MATIAS	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	BARBARA LUIZA DA SILVA	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	CELENE VOSS AMORIM	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	DANIELE ALVES MARTINS	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	FERNANDA ELOIZA MOHR	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	FRANCIELI FABIANA DE MATTOS LACH	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	JANAINE JUREMA DZIECINNY FERREIRA	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	JOSIANE SANTOS BORDINHON	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	KAROLINE ODWAZNY ROCHA	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	NILSON FELICIANO	-	-
Professor A para o Ensino de Educação Infantil	VANESSA DA SILVA JUNKES	-	-
Professor B - Língua Estrangeira Alemã - para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais	PATRICIA DE ALMEIDA PAULI	-	-
Professor B - Língua Estrangeira Inglês - para o Ensino Fundamental Anos Finais	GERSON RUBEN MARQUES PEREIRA	7,66	1º
Professor B - Língua Estrangeira Inglês - para o Ensino Fundamental Anos Finais	FABIANE GUSE	6,99	2º
Professor B - Língua Estrangeira Inglês - para o Ensino Fundamental Anos Finais	REJANE DE CASSIA CORDEIRO	6,76	3º
Professor B - Língua Estrangeira Inglês - para o Ensino Fundamental Anos Finais	LISLAINE LEILA RISSO CORREIA	6,56	4º
Professor B - Língua Estrangeira Inglês - para o Ensino Fundamental Anos Finais	ANA CRISTINA DE SOUSA VIANA	-	-
Professor C - Língua Estrangeira Inglês - para o Ensino Fundamental Anos Finais	ELIZABETE CRISTINA CAVALHEIRO DA LUZ	6,33	1º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	DIOGO LUIS LOMBARDI	8,63	1º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	DENISE KURTEN	8,09	2º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	FERNANDA BISONI	8,09	3º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	KLEBER RANGEL CORREA JUNIOR	8,03	4º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	MARCIA KOSHINSKI DOS SANTOS	7,93	5º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	ANTONIO PAIVA DE MORAES	7,76	6º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	CASSIUS FERNANDO MOZZER	7,43	7º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	LUAN HENRIQUE PAZ	7,19	8º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	LUCAS JOHANN WILBERT DA SILVA	7,09	9º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	CLEYTON DE ALCANTARA NUNES	7,03	10º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	ALEXANDRA PATSCH	6,84	11º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	MAICON RODRIGO BOFF	6,66	12º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	RICHARD RUAN DE SOUZA	6,66	13º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	CELIO SEBASTIAO ROSA	6,43	14º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	JÉSSYCA ANDREZZA MENEZES CUNHA	6,33	15º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	KELLY VIEIRA	6,01	16º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	ELIETE RODRIGUES EUGENIO	5,76	17º

Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	CARLOS EDUARDO DE FREITAS	5,76	18º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	ELEANDRA WESTPHAL	5,66	19º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	FATIMA APARECIDA FILIPPI	5,33	20º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	DAIANE OLIVEIRA SILVA PEREIRA	5,33	21º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	HELOISA VOGEL	5,33	22º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	LUCAS HAMESTER MICHALUCI	5,10	23º
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	DANIEL LOPES NETO	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	DANIEL LUÍS JUNCES	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	EMANUELLE GONCALVES CUSTODIO	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	GABRIEL AFONSO MARTINI	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	JOHNNY VIEIRA DA ROSA	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	LUCAS ANTONIO UZEJKA	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	RAFAELA PETRY GILI	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	PATRICIA SECCO	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	THIAGO ROBERTO PEREIRA	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	TASCIANE COUTO LOPES	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	WILLIAN FERNANDO MALAQUIAS ZANAQUI	-	-
Professor B - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	WLADIMIR ALVES SOUZA	-	-
Professor C - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	ELETON DA SILVA JANICKI	7,79	1º
Professor C - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	TALITA MENESTRINA KESTRING PELLIS	7,61	2º
Professor C - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	CARLOS OSVALDO KANZLER	7,06	3º
Professor C - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	JAYSON LUCIAN CORREA	6,96	4º
Professor C - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	MARCIANO DOS SANTOS	6,69	5º
Professor C - Educação Física – para o Ensino de Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	LELIZ RAMONNY VOLSKI	-	-
Auxiliar de Sala	ROSICLEIA LANGE FINTA	8,33	1º
Auxiliar de Sala	LIGIA CAMILA DANIELAK	8,33	2º
Auxiliar de Sala	IVETE SIMÕES DOMINGUES MATHEUS	8,33	3º
Auxiliar de Sala	VANESSA DOS SANTOS	8,33	4º
Auxiliar de Sala	VANESSA FUCK	7,99	5º
Auxiliar de Sala	NADIA CRISTINA GAEDKE RAITER	7,99	6º
Auxiliar de Sala	MARISETE SILVANIA FRANZNER VARGAS	7,99	7º
Auxiliar de Sala	SIMONE APARECIDA TONELLO CAVALHEIRO	7,66	8º
Auxiliar de Sala	KETHLIN JUNG	7,66	9º
Auxiliar de Sala	BIANCA TAMARIS SCHUCHARDT	7,66	10º
Auxiliar de Sala	JESSICA TAIANE PESCHKE	7,66	11º
Auxiliar de Sala	SIMONE DO BELÉM DE SOUZA PADILHA	7,33	12º
Auxiliar de Sala	ANDREZZA VOLTOLINI DA SILVA WAGNER	7,33	13º
Auxiliar de Sala	ANGELA SIQUEIRA PRATES	7,33	14º

Auxiliar de Sala	SUELY DA SILVA VIEIRA	7,33	15°
Auxiliar de Sala	SHAIANE FRANCINE MARGUARDT LESCOWICZ	6,99	16°
Auxiliar de Sala	FRANCISCO KLEIN	6,99	17°
Auxiliar de Sala	KATIANA MINATTI	6,66	18°
Auxiliar de Sala	MARIA KAROLINA CAVALHEIRO HEGUEDICHI	6,66	19°
Auxiliar de Sala	IDALINA BEATRIZ MINELLI	6,66	20°
Auxiliar de Sala	KARINE CARLA DE MESQUITA PAULA DE ALMEIDA	6,66	21°
Auxiliar de Sala	ELIANE CZERVINSKI	6,66	22°
Auxiliar de Sala	SEMIRAMIS BAIER PUTTENDORF MUNDEL	6,66	23°
Auxiliar de Sala	TAINARA TERRA	6,66	24°
Auxiliar de Sala	BIANCA EGGERT	6,66	25°
Auxiliar de Sala	PRICILA LOURENÇO	6,66	26°
Auxiliar de Sala	BIANCA CARDOSO	6,33	27°
Auxiliar de Sala	MARIA DOMINIQUE GADOTTI	6,33	28°
Auxiliar de Sala	GISELE MALINSKI	6,33	29°
Auxiliar de Sala	THALITA GABRIELLA CIRILO QUEIROZ CONQUISTA	6,33	30°
Auxiliar de Sala	DEBORA CRISTINA BORCK	6,33	31°
Auxiliar de Sala	MARIA ANGELICA FRACASSO VIEIRA	6,33	32°
Auxiliar de Sala	FRANCIELE MARIA SCHILIPACKE	5,66	33°
Auxiliar de Sala	AGATHA WINTER RODRIGUES	5,66	34°
Auxiliar de Sala	MARLENE TEREZINHA LITVIN	5,66	35°
Auxiliar de Sala	IVANICE CERVELIN	5,66	36°
Auxiliar de Sala	MARISA APARECIDA DOS SANTOS VIANA	5,66	37°
Auxiliar de Sala	VANDERLEIA MARIA AUGUSTO	5,33	38°
Auxiliar de Sala	GREICE VIEIRA PROBST	5,33	39°
Auxiliar de Sala	VIVIANE BOLDUAN DA SILVA	5,33	40°
Auxiliar de Sala	STHEFANI LANA FURTADO	5,33	41°
Auxiliar de Sala	ALECSANDRA ANDRESA WALZ	5,33	42°
Auxiliar de Sala	BARBARA COSMO ROSTIROLLA	-	-
Auxiliar de Sala	DIANE EVANI WENDPAP DELFINO	-	-
Auxiliar de Sala	EDUARDA LUZIA DA SILVA KLEIN	-	-
Auxiliar de Sala	FRANCISNARA CARDOSO PORTELLA VIEIRA	-	-
Auxiliar de Sala	GIRLENE NASARIO NASCIMENTO COELHO	-	-
Auxiliar de Sala	GRAZIELE MARINA DA LUZ	-	-
Auxiliar de Sala	JANAINA VANESSA LUZ	-	-
Auxiliar de Sala	JENIFER REINKE	-	-
Auxiliar de Sala	KEILA MARIA SOUSA	-	-
Auxiliar de Sala	LUANA WULF FIEDLER	-	-
Auxiliar de Sala	MARIANA LOURENÇO GONÇALVES	-	-
Auxiliar de Sala	RAFAELA HELENA FORMONTE	-	-
Auxiliar de Sala	SANDRA DIAS DA COSTA DA SILVA	-	-
Auxiliar de Sala	SANDRA MARA BECKER DA SILVA	-	-
Auxiliar de Sala	SARA DA SILVA	-	-
Auxiliar de Sala	SIMONE CRISTINA PIRES DE OLIVEIRA	-	-
Auxiliar de Sala	TATIANE OLCZYK	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	JAIRO JOSÉ BARBOSA DE SOUZA	9,66	1°
Auxiliar de Serviços Gerais I	VIVIAN VIEIRA DO PRADO MARTINS	9,33	2°
Auxiliar de Serviços Gerais I	JUSSARA DA SILVA	9,33	3°
Auxiliar de Serviços Gerais I	EDEN LIAN RIBEIRO	9,33	4°
Auxiliar de Serviços Gerais I	EDUARDO DE SOUZA	8,66	5°
Auxiliar de Serviços Gerais I	THAISE GOES ATAIDE OLIVEIRA	8,66	6°
Auxiliar de Serviços Gerais I	ROLF LUTHER	8,66	7°
Auxiliar de Serviços Gerais I	SOLANGE DE FATIMA BLOEMER	8,66	8°
Auxiliar de Serviços Gerais I	NORÃO CLOVIS DE LIMA	8,66	9°
Auxiliar de Serviços Gerais I	ANDRESSA ZIPPERER	8,66	10°
Auxiliar de Serviços Gerais I	SANDRA DE BORGES COSTA	8,66	11°
Auxiliar de Serviços Gerais I	JULIANY REGINA DELMASCHIO DA SILVA	8,66	12°
Auxiliar de Serviços Gerais I	EDICLEIA APARECIDA DOS SANTOS VOTRI	8,33	13°

Auxiliar de Serviços Gerais I	LUIZ FELIPE CAMARGO	8,33	14°
Auxiliar de Serviços Gerais I	CESAR AUGUSTO DOS SANTOS	8,33	15°
Auxiliar de Serviços Gerais I	EDSÔNIA APARECIDA DA COSTA	8,33	16°
Auxiliar de Serviços Gerais I	ADRIANA KREIS	8,33	17°
Auxiliar de Serviços Gerais I	MARILENE DE ALMEIDA	8,33	18°
Auxiliar de Serviços Gerais I	MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DE SOUSA	8,33	19°
Auxiliar de Serviços Gerais I	JOSENIR DA SILVA	7,99	20°
Auxiliar de Serviços Gerais I	JOCELI GONÇALVES PEREIRA	7,99	21°
Auxiliar de Serviços Gerais I	MARLENE ROSALIN NASCIMENTO	7,99	22°
Auxiliar de Serviços Gerais I	ANDIARA DO PRADO	7,99	23°
Auxiliar de Serviços Gerais I	SUZAN CRISTINE GRITEN	7,99	24°
Auxiliar de Serviços Gerais I	ILAINE GEBHARDT PONATH	7,66	25°
Auxiliar de Serviços Gerais I	RITA DE CASSIA BARBOSA AMADOR	7,66	26°
Auxiliar de Serviços Gerais I	DEBORA LUZIA LEUTPRECHT	7,66	27°
Auxiliar de Serviços Gerais I	ELISÂNGELA EMIDIO DA SILVA VONS	7,33	28°
Auxiliar de Serviços Gerais I	NILCE MARIA FONSECA RODRIGUES	7,33	29°
Auxiliar de Serviços Gerais I	ROSEMILDA ZIPPERER	7,33	30°
Auxiliar de Serviços Gerais I	MARIA LUCIA DA SILVA TORESANI	7,33	31°
Auxiliar de Serviços Gerais I	SIRLEI APARECIDA BLOEMER LETIZIO	7,33	32°
Auxiliar de Serviços Gerais I	LUZIA APARECIDA ALVES CHAIA	7,33	33°
Auxiliar de Serviços Gerais I	JUCELIO SALVADOR	6,99	34°
Auxiliar de Serviços Gerais I	JAIR RABELLO	6,99	35°
Auxiliar de Serviços Gerais I	JURINÉIA DE SOUZA COSTA	6,99	36°
Auxiliar de Serviços Gerais I	KESSI DJHONI FRANZEN	6,99	37°
Auxiliar de Serviços Gerais I	DEBORA DANIELA EVANGELISTA	6,99	38°
Auxiliar de Serviços Gerais I	IRISMAR FERNANDES DA SILVA	6,99	39°
Auxiliar de Serviços Gerais I	TALITA DE SOUZA	6,99	40°
Auxiliar de Serviços Gerais I	SANDRA REGINA FAGUNDES MACHADO	6,99	41°
Auxiliar de Serviços Gerais I	MARIA LUCIANA ALVES DOS ANJOS	6,66	42°
Auxiliar de Serviços Gerais I	CLAUDIA LEONORA APARECIDA MACHADO CAROBA DA SILVA	6,66	43°
Auxiliar de Serviços Gerais I	NEIDE MARCILIA DOS SANTOS KRAWULSKI	6,66	44°
Auxiliar de Serviços Gerais I	RODRIGO MAAS	6,33	45°
Auxiliar de Serviços Gerais I	DOMINIQUE ARABEL DOS SANTOS	6,33	46°
Auxiliar de Serviços Gerais I	MEIRE LUCIANE CASTRO CHIQUELEIRO	5,99	47°
Auxiliar de Serviços Gerais I	MARIA JOSÉ ALVES DA SILVEIRA	5,99	48°
Auxiliar de Serviços Gerais I	INES ECCEL HECK	5,99	49°
Auxiliar de Serviços Gerais I	MARLENE RODRIGUES MORAES	5,66	50°
Auxiliar de Serviços Gerais I	MARGARET APARECIDA COELHO JUNG	5,66	51°
Auxiliar de Serviços Gerais I	RAQUEL FELICIO	5,66	52°
Auxiliar de Serviços Gerais I	ANTONIA TEREZINHA DE SOUZA RIBEIRO	5,00	53°
Auxiliar de Serviços Gerais I	BEATRIZ MIRIAM SILVEIRA	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	CLEIDIMAR GOLDHARDT	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	DAIANA MAIRA ULLER	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	EDER CARLOS VENTURINI	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	EIDE CRISTINA ROHDE	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	ELIEL DOS SANTOS MEDINA	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	FERNANDO HENRIQUE VENTURINI	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	GEOVANE HOEPERS	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	IMARISE BECK	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	IZABEL CRISTINA ROSCAMP MORETTI	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	JANETE LASKOSKI ALBANI SIMON	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	JEVERSON DA SILVA	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	JOAO ADILSON MUNIZ	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	JOAO ANTONIO SILVEIRA	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	JUDITE ALICE WERLANG	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	JUDITE MARIA PAPPEN	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	KETHLIN BATISTA	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	LUCIANA MENDES GUSMÃO	-	-

Auxiliar de Serviços Gerais I	MARIA SONIA DE OLIVEIRA VALERIO	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	MARLI TERESINHA WALTRIN	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	NATIELE STÉFANI DE OLIVEIRA RICARDO	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	NILCEIA TEREZINHA CUSTODIO	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	ODETE APARECIDA SILVEIRA	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	RICARDO DA CUNHA BRIESEMEISTER	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	RITA DE CASSIA MARIA	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	ROGERIO RUFINO	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	THIAGO DOS SANTOS	-	-

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 01 de Setembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Andréia Welter

Presidente

Comissão Organizadora do Processo Seletivo

ATA DA CHAMDA PÚBLICA Nº 01/2017-FMS SEQUENCIA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 1/2017 - OU
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 50/2017 Data do Processo: 11/08/2017
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 52/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de consultas especializadas em OFTALMOLOGIA (adulto/infantil) para atender a demanda reprimida da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC, oportunizando atender as necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de Schroeder

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelope de habilitação a empresa CLINICA DE OFTALMOLOGIA E CORRECAO DA VISAO LTDA - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital, referente à seleção e possível de contratação de consultas especializadas em OFTALMOLOGIA (adulto/infantil) para atender a demanda reprimida da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC, oportunizando atender as necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de Schroeder. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do MUNICÍPIO DE /SC. A empresa CLINICA DE OFTALMOLOGIA E CORRECAO DA VISAO LTDA - EPP, apresentou envelope de habilitação e após rubricado os mesmos foram abertos. Cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão. Considerando que o edital de chamada pública é um processo que vem formalizar um ato contratual com as empresas que prestam atendimento referente ao objeto especificado, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Constatando que empresa CLINICA DE OFTALMOLOGIA E CORRECAO DA VISAO LTDA - EPP, apresentou alvará sanitário sem autenticar, documento exigido no item 4.1.6. Alvará Sanitário" e item 4.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade", não atendendo assim as exigências do edital, resultando a empresa CLINICA DE OFTALMOLOGIA E CORRECAO DA VISAO LTDA - EPP inabilitada. De acordo com a Lei Feral nº 8.666/93, no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escorrimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 14 de setembro de 2017, às 16h30min, para apresentação nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. A presidente encerra a sessão e pede-se que a ata será repassada a empresa participante.

Schroeder, 31 de Agosto de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Eloir José Wendt	- - Membro
José Antonio Lourenço	- - Membro
Natália Kersten Brumuller	- - Secretária
Diego Guilherme Lasta	- - Membro Suplente

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

OUTRAS MODALIDADES**Nr.: 1/2017 - OU****Processo Administrativo:****Processo de Licitação: 50/2017****Data do Processo: 11/08/2017**

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 52/2017 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Rodrigo Aparecido Jesus Oliveira

- - Rrepresentante

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. ALTERMED

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na estrada Boa Esperança, nº. 2320, bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, neste ato representada pelo Sr. Maicon Cordova Pereira, brasileiro, casado, gerente, RG nº. 3.242.195, CPF nº. 015.886.939-70, residente e domiciliado na rua Henrique Munzfeld, nº. 130, bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 113.627,12 (cento e treze mil, seiscentos e vinte e sete reais e doze centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Maicon Cordova Pereira
Altermed Mat. Méd. Hospitalar Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. ANGAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Angaí Distribuidora de Medicamentos Ltda, CNPJ nº. 04.217.590/0001-60, estabelecida na rodovia da Uva, nº. 902, bairro Roça Grande, Colombo, PR, neste ato representada pelo Sr. Willian Diego Barreto de Costa, brasileiro, solteiro, RG nº 9.223.554-8, CPF nº 071.536.549-50, residente e domiciliado na rua Getúlio Vargas, 47, bairro São Miguel, Francisco Beltrão, PR, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 22.950,00 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Willian Diego Barreto de Costa
Angaí Distribuidora de Medicamentos Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. CENTERMEDI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ nº. 03.652.030/0001-70, estabelecida na BR 480, nº 795, Barão de Cotegipe, RS, neste ato representada pelo Sr. Ricardo Paulo Jatczak, brasileiro, solteiro, RG nº 4060986728, CPF nº 957.429.130-87, residente e domiciliado Barão de Cotegipe, RS para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 54.010,00 (cinquenta e quatro mil e dez reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Ricardo Paulo Jatczak
Centermedi Com. de Produtos Hospitalares Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. DIMASTER

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ nº. 02.520.829/0001-40, estabelecida na rodovia BR 480, nº 180, Barão de Cotegipe, RS, neste ato representada pelo Sr. André Trzcinski, brasileiro, solteiro, representante comercial, RG nº. 6073458017, CPF nº. 975.344.120-72, residente e domiciliado na rua Nicolau Copérnico, nº. 75, Barão de Cotegipe, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 47.365,00 (quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

André Trzcinski
Dimaster Com. de Produtos Hospitalares Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. EXTRA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada

por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Eireli, CNPJ nº. 06.035.038/0001-86, estabelecida na rua Rui Barbosa, 69, centro, Araranguá, SC, neste ato representada pelo Sr. Adroaldo Machado, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº. 6/R 3.019.989, CPF nº 910.323.859-87, residente e domiciliado na travessa Eng. Boa Nova, 44, apto. 203, centro, Criciúma, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 4.125,00 (quatro mil, cento e vinte e cinco reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Adroaldo Machado
Extra Distribuidora de Med.e Prod. Hospitalares Eireli
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. INOVAMED

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ nº. 12.889.035/0001-02, estabelecida na rua Rubens Derk, nº. 105, Distrito Industrial, Erechim, RS, neste ato representada pelo Sr. Ricardo Luiz Mucio, brasileiro, RG nº. 6074003135, CPF nº. 998.469.420-87, residente e

domiciliado na rua Jacinto Godoy, nº. 153, apto. 02, bairro José Bonifácio, Erechim, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 9.760,00 (nove mil, setecentos e sessenta reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Ricardo Luiz Mucio
Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. LIFE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Life Center Comércio e Distribuidora de Medicamentos Ltda, CNPJ nº. 21.227.039/0001-16, estabelecida na rua João Tonin, 50, sala 02, bairro Jabuticabal, Erechim, RS, neste ato representada pelo Sr. Jean Lucas Dassoler, brasileiro, solteiro, RG nº. 1090490069, CPF nº. 021.132.420-52, residente e domiciliado na cidade de Barão de Cotegipe, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 2.556,40 (dois mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Jean Lucas Dassoler
Life Center Com. e Distrib. de Medicamentos Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. MAURO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ nº. 794.894.169/0001-86, estabelecida na rua Samuel Kruschim, nº 200, bairro Patronato, Santa Maria, RS,, neste ato representada pelo Sr. Vinicius Rolim de Moura, brasileiro, solteiro, administrador, RG nº. 5.116.710-7, CPF nº. 012.999.330-17, residente e domiciliado na rua Prudente de Moraes, nº. 609 D, bairro São Cristóvão, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 17.235,00 (dezessete mil, duzentos e trinta e cinco reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais

cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Vinicius Rolim de Moura
Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. PROMEFARMA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, CNPJ nº. 81.706.251/0001-98, estabelecida na rua Prof. Leônidas Ferreira da Costa, nº. 847, bairro Parolin, Curitiba, PR, neste ato representada pelo Sr. Elcio Luis Bordignon, brasileiro, casado, economista, RG nº 5.591.020-0, CPF nº 972.234.769-15, residente e domiciliado na rua Cid Marcondes de Albuquerque, nº 552, bairro Pinheirinho, Curitiba, PR, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 67.370,00 (sessenta e sete mil, trezentos e setenta reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Elcio Luis Bordignon
Promefarma Representações Comerciais Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. RIOCLARENSE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, nº 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, CNPJ nº. 67.729.178/0004-91, estabelecida na rua da Saudade, nº. 45 – Letra A, Campo da Mogiana, Poços de Caldas, MG, neste ato representada pelo Sr. Gessé Bonfim, brasileiro, casado, vendedor externo, RG nº. 4.100.331 SSP/SC, CPF nº 009.296.149-50, residente e domiciliado na rua Panamá, nº. 39-D, bairro Passo dos Fortes, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 74.324,00 (setenta e quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Gessé Bonfim
Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. S&R

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS
Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS
Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, nº 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa S & R Distribuidora Ltda, CNPJ nº. 04.889.315/0001-92, estabelecida na rua Regente Diogo A. Feijó, nº. 451-D, bairro São Cristóvão, Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. Sergio Jacir Portela, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 3.450.055, CPF nº. 182.633.649-49 residente e domiciliado na rua Regente Diogo A. Feijó, nº. 451-D, bairro São Cristóvão, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 20.781,00 (vinte mil, setecentos e oitenta e um reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Sergio Jacir Portela
S & R Distribuidora Ltda
Contratada

DECRETO Nº 1288

DECRETO Nº 1288, de 31 de agosto de 2017.

Formaliza Termo de Credenciamento nº 012/2017-FMS para Consultas Psiquiátricas

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "IX" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 012/2017, de 25 de agosto 2017, Processo de Licitação nº 036/2017-FMS, Modalidade de Inexigibilidade nº 013/2017-FMS, de 25 de agosto de 2017,
DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 25 de agosto 2017, fica CREDENCIADA a empresa Clínica Catarinense de Dermatologia S/S Ltda, para atendimento aos habitantes do município de Seara, com consultas psiquiátricas, conforme especificados no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público nº 002/2017-FMS, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº. 036/2017, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação de nº 013/2017-FMS, datado em 25 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 31 de agosto de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 31 de agosto de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. DIMASTER

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2017 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 009/2017 - FMS

Pregão Presencial nº. 016/2017 - FMS

Gestor: Fundo Municipal de Saúde de Seara

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ nº. 02.520.829/0001-40, estabelecida na rodovia BR 480, nº 180, Barão de Cotegipe, RS, neste ato representada pelo Sr. André Trzcinski, brasileiro, solteiro, representante comercial, RG nº. 6073458017, CPF nº. 975.344.120-72, residente e domiciliado na rua Nicolau Copérnico, nº. 75, Barão de Cotegipe, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas e sais minerais, destinados a atender as necessidades do

Fundo Municipal de Saúde de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 47.365,00 (quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 31/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 016/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

André Trzcinski
Dimaster Com. de Produtos Hospitalares Ltda
Contratada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2017

Processo Licitatório nº 108/2017.

Edital de Pregão Presencial nº. 064/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 18/09/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de gêneros alimentícios. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 31 de agosto de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017

Processo Licitatório nº 109/2017.

Edital de Pregão Presencial nº. 065/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 14h30min do dia 18/09/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de transportes coletivos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 31 de agosto de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. CENTERMEDI

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017 Licitação: 16/2017 - PR Data da Homologação: 31/08/2017									
Fornecedor: 6487 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA									
12	38092	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML FRASCO 10 ML GOTAS	VITAMEDIC	UN	3.000,000	0,0000	2,2700	6.810,00	Venceu
25	1155	IBUPROFENO 300MG, COMPRIMIDO	MULTILAB	UN	100.000,000	0,0000	0,1270	12.700,00	Venceu
40	38137	BIPERIDENO 2MG COMPRIMIDO	UNIAO QUIMICA	UN	60.000,000	0,0000	0,1680	10.080,00	Venceu
41	3465	BROMAZEPAM 3MG, COMPRIMIDO	BRAINFARMA	UN	40.000,000	0,0000	0,1370	5.480,00	Venceu
44	3368	CARBAMAZEPINA 400 MG, COMPRIMIDO	CRISTALIA	UN	20.000,000	0,0000	0,3350	6.700,00	Venceu
45	38138	CARBAMAZEPINA 20MG/ML 2% ML SUSP 100ML	UNIAO QUIMICA	UN	1.200,000	0,0000	10,2000	12.240,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->								54.010,00	

Seara, 31 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. RIOCLARENSE

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017 Licitação: 16/2017 - PR Data da Homologação: 31/08/2017									
Fornecedor: 9935 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.									
15	38094	DIOSMINA + HESPERIDINA 450 + 50 MG COMPRIMIDO	NEO Q/HYP/BRAIN	UN	120.000,000	0,0000	0,3300	39.600,00	Venceu
20	331	ESPIRONOLACTONA 25 MG, COMPRIMIDO	ASPEN	UN	100.000,000	0,0000	0,1460	14.600,00	Venceu
46	57	CARBONATO DE LITO 300MG, COMPRIMIDO	HIPOLABOR	UN	80.000,000	0,0000	0,1550	12.400,00	Venceu
48	2897	DIAZEPAN 10MG COMPRIMIDO	CRISTALIA	UN	80.000,000	0,0000	0,0400	3.200,00	Venceu
49	239	DIAZEPAM 5MG, COMPRIMIDO	CRISTALIA	UN	20.000,000	0,0000	0,0400	800,00	Venceu
52	36279	VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML SUSPENSÃO 100ML	HIPOLABOR	UN	1.000,000	0,0000	2,5900	2.590,00	Venceu
59	3393118	PROMETAZINA CLORIDRATO SOLUÇÃO INJETAVEL 50ML/ML AMPOLA 2 ML 1.ML	SANVAL	UN	600,000	0,0000	1,8900	1.134,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			74.324,00	

Seara, 31 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. ALTERMED

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017 Fornecedor: 6094 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LT									
Licitação: 16/2017 - PR Data da Homologação: 31/08/2017									
2	1111	ÁCIDO ACETIL SALICILICO, 100 MG, COMP	Imec	UN	300,000,000	0,0000	0,0167	5,010,00	Venceu
4	266	ANLODIPINO 5MG COMPRIMIDO	Teuto	UN	80,000,000	0,0000	0,0200	1,600,00	Venceu
5	35670	BROMETO DE IPRATROPIO GOTAS 20ML	Hipolabor	UN	2,000,000	0,0000	0,6780	1,356,00	Venceu
6	38077	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI + AMPOLA DILUENTE 5ML	Teuto	UN	1,200,000	0,0000	9,9900	11,988,00	Venceu
7	38078	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI + AMPOLA DILUENTE 5ML	Teuto	UN	700,000	0,0000	11,9000	8,330,00	Venceu
10	38089	DEL TAMETRINA 0,02 SHAMPOO, FRASCO 100ML	Medquímica	UN	1,200,000	0,0000	6,2530	7,503,60	Venceu
13	32	DIGOXINA 0,25MG, COMPRIMIDO	Pharlab	UN	80,000,000	0,0000	0,0400	3,200,00	Venceu
27	333398609	IBUPROFENO 50MG/ML FRASCO 30 ML	Teuto	UN	4,000,000	0,0000	0,9300	3,720,00	Venceu
30	1135	METOCLOPRAMIDA 10MG, COMPRIMIDO	Hipolabor	UN	50,000,000	0,0000	0,0678	3,390,00	Venceu
33	3435	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO	Sanval	UN	40,000,000	0,0000	0,2360	9,440,00	Venceu
39	2438	AMITRIPTILINA, 25MG, COMP	Teuto	UN	180,000,000	0,0000	0,0350	6,300,00	Venceu
43	12	CARBAMAZEPINA 200MG, COMPRIMIDO	Teuto	UN	150,000,000	0,0000	0,0650	9,750,00	Venceu
50	38141	FLUOXETINA 20MG CÁPSULA	Hipolabor	UN	250,000,000	0,0000	0,0379	9,475,00	Venceu
51	66	LORAZEPAN 2MG, COMPRIMIDO	Teuto	UN	25,000,000	0,0000	0,0924	2,310,00	Venceu
53	1224	BACLOFENO, 10 MG, COMP.	União Química	UN	15,000,000	0,0000	0,2240	3,360,00	Venceu
54	3393126	DIAZEPAN SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 MG/ML ANPOLA 2 ML IV ou IM.	Teuto	UN	600,000	0,0000	0,5400	324,00	Venceu
55	3393122	FUROSEMIDA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10MG/ML ANPOLA 1 ML	Teuto	UN	600,000	0,0000	0,3900	234,00	Venceu
56	3393116	GLICOSE SOLUÇÃO 50%, 10 ML ANPOLA IV.	Farmace	UN	600,000	0,0000	0,2442	146,52	Venceu
58	3393114	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO (PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 MG + 4 ML AGUA PARA INJEÇÃO IV)	União Química	UN	600,000	0,0000	4,9700	2,982,00	Venceu
60	36522	TRAMADOL 50MG AMP 1ML	Hipolabor	CX	600,000	0,0000	0,7000	420,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017			Licitação: 16/2017 - PR			Data da Homologação: 31/08/2017			
Fornecedor: 6094			- ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LT						
61	333398608	ENOXAPARINA 40 MG/0,4ML SUBCUTÂNEA	Eurofarma	UN	1,200,000	0,0000	18,9900	22.788,00	Venceu
					Total do Fornecedor →			113.627,12	

Seara, 31 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. ANGAÍ

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017			Licitação: 16/2017 - PR			Data da Homologação: 31/08/2017			
Fornecedor: 11979			- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP						
3	23	AMIODARONA 200MG COMPRIMIDO	GEOLAB	UN	85.000,000	0,0000	0,2700	22.950,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			22.950,00	

Seara, 31 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. EXTRA

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017			Licitação: 16/2017 - PR		Data da Homologação: 31/08/2017				
Fornecedor: 12092			- EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS						
23	14	FUROSEMIDA 40MG, COMPRIMIDO	ONEFARMA/CIME	UN	150.000,000	0,0000	0,0275	4.125,00	Venceu
					Total do Fornecedor	150.000,000	→	4.125,00	

Seara, 31 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. INOVAMED

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017 Licitação: 16/2017 - PR									
Fornecedor: 11495 - INOVAMED COM DE MEDICAMENTOS LTDA									
29	1897	LORATADINA 10MG, COMP	CIMED	UN	80.000,000	0,0000	0,0460	3.680,00	Venceu
31	276	METFORMINA 500MG, COMPRIMIDO	MERCK	UN	80.000,000	0,0000	0,0600	4.800,00	Venceu
34	38122	RANITIDINA 150 MG COMPRIMIDO	MEDQUIMICA	UN	20.000,000	0,0000	0,0640	1.280,00	Venceu
				Total do Fornecedor →		180.000,000			
						9.760,00			

Seara, 31 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. LIFE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/1

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017 Licitação: 16/2017 - PR Data da Homologação: 31/08/2017									
Fornecedor: 12207 - LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENT									
57	36	GENTAMICINA, 80 MG, INJ. 2ML	HYPOFARMA	UN	800,000	0,0000	0,7130	570,40	Venceu
62	333398689	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO	VITAMEDIC	UN	10.000,000	0,0000	0,1986	1.986,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->								2.556,40	

Seara, 31 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. MAURO

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017			Licitação: 16/2017 - PR		Data da Homologação: 31/08/2017				
Fornecedor: 6527			- MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA						
16	1236	DOXAZOSINA, 2MG, COMP	APSEN	UN	150.000,000	0,0000	0,1149	17.235,00	Venceu
					Total do Fornecedor	150.000,000	----->	17.235,00	

Seara, 31 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. PROMEFARMA

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017 Fornecedor: 12091 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA									
Licitação: 16/2017 - PR Data da Homologação: 31/08/2017									
1	3351	AMBROXOL 30MG/5ML XAROPE FRASCO 120 ML	FARMACE	FRAS	3.000,000	0,0000	1,7000	5.100,00	Venceu
9	333398607	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG + VITAMINA D400 MG, COMPRIMIDOS	NATULAB	UN	200.000,000	0,0000	0,1350	27.000,00	Venceu
11	38091	DICLOFENACO POTÁSSIO 50MG COMPRIMIDO	HYPERMARCAS	UN	70.000,000	0,0000	0,0420	2.940,00	Venceu
14	4264	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML FRASCO 10ML	FARMACE	FRAS	3.500,000	0,0000	0,5600	1.960,00	Venceu
26	3393120	IBUPROFENO 600 MG COMPRIMIDO	PRATI	UN	100.000,000	0,0000	0,0750	7.500,00	Venceu
28	38107	LIDOCAINA 2% GELÉIA BISNAGA 30 GRAMAS	HYPERMARCAS	UN	1.500,000	0,0000	1,5800	2.370,00	Venceu
32	1134	METFORMINA 850MG, COMPRIMIDO	MERCK	UN	150.000,000	0,0000	0,0410	6.150,00	Venceu
35	3443	SINVASTATINA 10MG, COMPRIMIDO	SANDOZ	UN	100.000,000	0,0000	0,0550	5.500,00	Venceu
36	4272	SINVASTATINA 20MG, COMPRIMIDO	SANDOZ	UN	150.000,000	0,0000	0,0590	8.850,00	Venceu
Total do Fornecedor ———>								67.370,00	

Seara, 31 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 016/2017-FMS - PL 26/2017- FORN. S&R

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 26/2017 Fornecedor: 6539			Licitação: 16/2017 - PR - S & R DISTRIBUIDORA LTDA			Data da Homologação: 31/08/2017			
21	3406	ESPIRONOLACTONA 50MG, COMPRIMIDO	HIPOLABOR	UN	50,000,000	0,0000	0,2080	10.400,00	Venceu
22	38105	FLUNARIZINA 10 MG COMP.	BRAINFARMA	UN	40,000,000	0,0000	0,0689	2.756,00	Venceu
38	38129	TETRACICLINA + ANFOTERICINA B 100 + 50 MG/4G CREME VAGINAL 45 GRAMA S + APLICADOR	MEDLEY	UN	500,000	0,0000	15,2500	7.625,00	Venceu
				Total do Fornecedor		90.500,000	----->	20.781,00	

Seara, 31 de Agosto de 2017.

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 023/2017 REGISTRO DE PREÇOS- PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023 DE 01/09/2017

No dia 01 de Setembro de 2017, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 SSP/SC e CPF nº 430.332.889-87, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 034/2017, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa NEUZA INÊS BACK ME, inscrita no CNPJ 28.079.063/0001-02, com sede na Rua Hercílio Luz, nº 747, centro, Maravilha/SC, representada neste ato pela Srª. Neuza Ines Back, portadora do CPF nº. 039.679.529-32 e RG nº 3.668.223-3, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa NEUZA INÊS BACK ME, inscrita no CNPJ nº 28.079.063/0001-02, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Neuza Ines Back, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 034/2017 cujo objeto é a possível contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de ARBITRAGEM com profissionais habilitados na área esportiva, para atender as necessidades dos campeonatos municipais em diversas modalidades promovidos pelo Departamento de Esportes do Município de Serra Alta/SC, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível prestação dos serviços é o especificado abaixo:

ITEM	QUANT/UND. ESTIMADA	DESCRIÇÃO DO ITEM	PREÇO REGISTRADO
01	100 Jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL SUÍÇO MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes- DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 180,00 TOTALIZANDO R\$ 18.000,00
02	80 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL DE AREIA MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 180,00 TOTALIZANDO R\$ 14.400,00
03	350 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTSAL MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 175,00 TOTALIZANDO R\$ 61.250,00
04	50 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE VOLEIBOL DE AREIA, MASCULINO, FEMININO E MISTO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 180,00 TOTALIZANDO R\$ 9.000,00
05	60 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE VOLEIBOL DE QUADRA, FEMININO, MASCULINO E MISTO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 180,00 TOTALIZANDO R\$ 10.800,00
06	100 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL DE CAMPO, MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes- DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 340,00 TOTALIZANDO R\$ 34.000,00
		(Cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais).	
		TOTAL GERAL REGISTRADO ESTIMADO	R\$ 147.450,00

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3- Todo o trabalho prestado pelo detentor da ata de registro de preço será acompanhado pelo responsável do Departamento de Esportes, que deverá lhe fornecer todas as informações necessárias ao bom desempenho dos serviços profissionais objeto deste contrato.

2.4 – A forma de execução deste contrato é indireta.

2.5 - Os profissionais utilizados deverão ser educados, ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e serem responsáveis para com as atividades que executa.

2.6. A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes solicitará que seja afastado imediatamente o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender plenamente a execução dos serviços.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1 – A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea “d”, do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1- Será usuário do Registro de Preços a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, vinculada ao Município de Serra Alta/SC.

4.2- Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 034/2017, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3- Para cada serviço de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1– A prestação dos serviços constante no Termo de Referência - ANEXO “D” deste edital deverão ser executados conforme calendário de Competições Esportivas fornecido previamente pelo Departamento Municipal de Esportes, nos locais previamente indicados, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da NOTA FISCAL ELETRÔNICA.

5.2- A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe completa (árbitros, auxiliares, mesários) para arbitrar os jogos das modalidades desportivas constantes do calendário de Competições Desportivas confeccionado pelo Departamento Municipal de Esportes.

5.3– A CONTRATADA responsabiliza-se em manter em seu quadro de arbitragem, integrantes de qualidade técnica conceituada e comportamento ilibado, condizentes com os princípios basilares do esporte.

5.4- Para as modalidades de Futebol de Campo e Futebol de Salão, deverá a CONTRATADA apresentar equipe de arbitragem (árbitros e auxiliares) federada no respectivo órgão da modalidade.

5.5– A equipe de arbitragem deverá estar no local designado para a competição com antecedência mínima de 30 minutos e, em número de componentes exigidos à modalidade a ser arbitrada, sob pena de sofrer as sanções do art. 7º da Lei 10.502/02 e arts 77, 78, 79 da Lei 8.666/93.

5.6- A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.7- O Município receberá somente os serviços que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1- A prestação dos serviços só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3– Os serviços deverão ser prestados sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4– O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Educação de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 A Administração efetuará o pagamento dos serviços efetuados à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos de arbitragens efetivamente realizadas, no prazo de 30 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

7.2- A Nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA constando as seguintes informações:

* Nota Fiscal - No corpo da Nota deverá constar:
Processo licitatório Pregão Presencial nº034/2017
Ata Registro de Preços: 023/2017
Dados bancários da Contratada

7.3- O pagamento será precedido da apresentação dos documentos a seguir relacionados, que deverão estar anexados juntamente com as Notas Fiscais Eletrônicas emitidas:

a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da empresa;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;

7.4- Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.5- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.6- Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.7- As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2017 e 2018, conforme indicação na emissão da Autorização de Fornecimento e Empenho.

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.600 – Apoio ao Esporte Amador- 3.3.90.00 DR 0001

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 034/2017 e Edital de Pregão Presencial de nº034/2017 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 55, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 034/2017 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 01 de Setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

NEUZA INÊS BACK ME
NEUZA INÊS BACK
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI CPF: 029.867.439-43 Sec. de Administração	REGINA CELINA V. LINDEMANN CPF: 790.103.939-68 Sec. de Educação
---	---

EXTRATO CONTRATUAL Nº 048/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	048/2017

Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
	PADARIA SÃO JOSÉ LTDA ME
Contratada	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes ITENS: nº 48–Pão Mini Massinha Integral, Nº 50–Pão De Cachorro Quente, Nº 51– Pão Francês e Nº 52 – Pão De Milho, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares e Creche Municipal Primeiros Passos do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar.
Objeto	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 032/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 5.830,50 (Cinco mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta centavos).
Vigência....	01/09/2017 á 31/12/2017.
Dotação	Orçamento vigente: 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER 2.510 – Manutenção da Merenda Escolar/ Despesa 27 – 28 e 120 / DR 0001/ 0030/ 0075/ 3.3.90.00.
SERRA ALTA/SC, 01 de setembro de 2017.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 049/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	049/2017
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
	MERCADO BOLIS LTDA EPP.
Contratada	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes ITENS: nº 09 – Biscoito Caseiro, nº 16– Carne Bovina Sem Osso - Moída, nº 18– Carne Suína em Cubos, nº 21– Cuca Recheada, nº 24– Ervilha, nº 35– Iogurte de Frutas, nº 40– Manteiga, nº 44– Milho Verde, nº 47– Pão Mini para Hot Dog, nº 49– Pão de Forma Integral Fatiado, nº 54– Queijo Mussarela, nº 55– Requeijão Cremoso, nº 61– Aipim Congelado, nº 64– Alho e nº 84– Ovos referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares e Creche Municipal Primeiros Passos do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar.
Objeto	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 032/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 26.582,70 (Vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais e setenta centavos).
Vigência....	01/09/2017 á 31/12/2017.
Dotação	Orçamento vigente: 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER 2.510 – Manutenção da Merenda Escolar/ Despesa 27 – 28 e 120 / DR 0001/ 0030/ 0075/ 3.3.90.00.
SERRA ALTA/SC, 01 de setembro de 2017.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 050/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	050/2017

Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
	GILBERTO RIGO & CIA LTDA EPP.
Contratada	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes ITENS: nº 62– Alface, nº63 – Acelga, nº 65– Banana Catura, nº 68– Batata Doce, nº 70– Brócolis, nº 71- Cebola, nº 72– Cenoura, nº 73– Chuchu, nº 76– Mamão Formosa Doce, nº 79– Melancia, nº 80– Moranga Cabutiá, nº 81– Repolho, nº 82– Tempero Verde, nº 85– Pera e nº 86– Pimentão, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR.
Objeto	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 032/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 11.187,00 (Onze mil, cento e oitenta e sete reais).
Vigência....	01/09/2017 á 31/12/2017.
Dotação	Orçamento vigente: 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER 2.510 – Manutenção da Merenda Escolar/ Despesa 27 – 28 e 120 / DR 0001/ 0030/ 0075/ 3.3.90.00.
SERRA ALTA/SC, 01 de setembro de 2017.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 051/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	051/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.
Contratada	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes ITENS: nº 01– Acolchadado em Pó, nº 06– Arroz Parborizado Tipo 1, nº 08– Aveia em Flocos Finos, nº 22– Cereal Matinal Flocos de Milho com Açúcar, nº 25– Farinha de Trigo Especial, nº 29– Farinha de Mandioca Torrada, nº 39– Margarina, nº 42– Macarrão Tipo Parafuso, nº 45– Orégano Desidratado e nº 56– Sal Marinho, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares e Creche Municipal Primeiros Passos do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar.
Objeto	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 032/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 4.981,80 (Quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).
Vigência....	01/09/2017 á 31/12/2017.
Dotação	Orçamento vigente: 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER 2.510 – Manutenção da Merenda Escolar/ Despesa 27 – 28 e 120 / DR 0001/ 0030/ 0075/ 3.3.90.00.
SERRA ALTA/SC, 01 de setembro de 2017.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 052/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017	

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	052/2017
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	SCS COMÉRCIO LTDA EPP.
Objeto	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes ITENS: nº 02– Açúcar Cristal, nº 04- Amendoim, nº 05 –Amido de Milho, nº 10– Biscoito Doce Tipo Maria, nº 17– Carne Bovina em Iscas, nº 23– Doce de Frutas, nº 30– Feijão Preto, nº 32– Fermento Químico em Pó, nº 33– Filé Peito de Frango sem Osso e nº 34– Gelatina em Pó, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares e Creche Municipal Primeiros Passos do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 032/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 14.643,00 (Quatorze mil, seiscentos e quarenta e três reais).
Vigência....	01/09/2017 á 31/12/2017.
Dotação	Orçamento vigente: 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER 2.510 – Manutenção da Merenda Escolar/ Despesa 27 – 28 e 120 / DR 0001/ 0030/ 0075/ 3.3.90.00.
SERRA ALTA/SC, 01 de setembro de 2017.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 053/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	053/2017
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME.
Objeto	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes ITENS: nº 03– Açúcar Mascavo, nº 12– Café Solúvel Granulado, nº 13– Condimento Colorífico em Pó, nº14– Cravo da Índia, nº 15– Canela em Pó, nº 20– Coxa e Sobrecoxa, nº 28 – Farinha Láctea com Cereal Integral, nº 38– Louro, nº 43– Melado, nº 46– Óleo de Soja, nº 53– Pipoca, nº 57– Sagu, nº 59– Vinagre de Maça e nº 87– Polpa de Frutas, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares e Creche Municipal Primeiros Passos do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 032/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 7.417,10 (Sete mil, quatrocentos e dezessete reais e dez centavos).
Vigência....	01/09/2017 á 31/12/2017.
Dotação	Orçamento vigente: 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER 2.510 – Manutenção da Merenda Escolar/ Despesa 27 – 28 e 120 / DR 0001/ 0030/ 0075/ 3.3.90.00.
SERRA ALTA/SC, 01 de setembro de 2017.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 054/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	054/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.
Objeto	<p>A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes ITENS: nº 07– Arroz Branco, nº 11– Biscoito Cream Cracker Integral, nº 19– Cereal para Alimentação Infantil, nº 26– Farinha de Trigo Integral, nº 27– Farinha de Milho, nº 31– Feijão Carioca, nº 37– Lentilha, nº 41– Macarrão Miúdo para Sopa e nº 58– Suco de Uva Integral, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares e Creche Municipal Primeiros Passos do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 032/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.</p>
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 5.510,50 (Cinco mil, quinhentos e dez reais e cinquenta centavos).
Vigência....	01/09/2017 á 31/12/2017.
Dotação	<p>Orçamento vigente:</p> <p>05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER</p> <p>2.510 – Manutenção da Merenda Escolar/ Despesa 27 – 28 e 120 / DR 0001/ 0030/ 0075/ 3.3.90.00.</p>
SERRA ALTA/SC, 01 de setembro de 2017.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 055/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	055/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME.
Objeto	<p>A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens: nº 36– Leite Integral UHT com tampa de rosca, nº 60– Abacaxi, nº 66– Banana Prata, nº67– Batata Inglesa, nº69– Beterraba, nº 74– Laranja, nº 75– Maçã, nº 77– Manga, nº 78– Melão e nº 83– Tomate, referente a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA MERENDA ESCOLAR. Manutenção da alimentação escolar, com qualidade, em todas as Unidades Escolares e Creche Municipal Primeiros Passos do Município, atendendo o convênio de descentralização da Merenda Escolar.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 032/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.</p>
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 18.333,20 (Dezoito mil, trezentos e trinta e três reais e vinte centavos).
Vigência....	01/09/2017 á 31/12/2017.
Dotação	<p>Orçamento vigente:</p> <p>05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER</p> <p>2.510 – Manutenção da Merenda Escolar/ Despesa 27 – 28 e 120 / DR 0001/ 0030/ 0075/ 3.3.90.00.</p>
SERRA ALTA/SC, 01 de setembro de 2017.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 035/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2017

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 035/2017

Tipo: Menor valor global.

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO REFORÇO (CABECEIRAS) DE ESTRUTURA EXISTENTE PARA APOIO DE TABULEIRO (KIT TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS FORNECIDO PELA DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SC, conforme Termo de Compromisso Processo nº 1935/2017) PARA A PONTE LOCALIZADA NA LINHA SÃO ROQUE, MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 20 de Setembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 20 de Setembro de 2017.

O Edital e anexos se encontram disponíveis no site www.serraalta.sc.gov.br ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas/13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 01 de setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 088/2017

PORTARIA Nº. 088/2017, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 032/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos Contratos na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATOS Nº:	048/2017 / 049/2017 / 050/2017 / 051/2017 / 052/2017 053/2017/ 054/2017 e 055/2017		
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM CUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DO PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR), COMPREENDENDO O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2017. A REFERIDA AQUISIÇÃO VISA O FORNECIMENTO DE ALIMENTOS VARIADOS E SEGUROS, QUE CONTRIBUAM PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES DE ENSINO E DA CRECHE PRIMEIROS PASSOS DESTE MUNICÍPIO.		
EMPRESA:	MERCADO BOLIS LTDA EPP		
CNPJ Nº:	02.706.730/0001-38		
EMPRESA:	GILBERTO RIGO & CIA LTDA EPP		
CNPJ Nº:	08.395.320/0001-08		
EMPRESA:	SCS COMÉRCIO LTDA EPP		
CNPJ Nº:	13.995.853/0001-52		
EMPRESA:	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME		
CNPJ Nº:	12.144.365/0001-79		
EMPRESA:	PADARIA SÃO JOSÉ LTDA ME		
CNPJ Nº:	78.622.602/0001-78		
EMPRESA:	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP		
CNPJ Nº:	16.738.785/0001-34		
EMPRESA:	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP		
CNPJ Nº:	05.919.156/0001-94		
EMPRESA:	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME		
CNPJ Nº:	07.814.016/0001-87		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	DAMARIS VENTURA		
CARGO:	NUTRICIONISTA		
CPF:	007.100.739-33	MATRÍCULA:	845
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	REGINA CELINA VANZETTO LINDEMANN		
CARGO:	SECRETÁRIA MUNICIPAL		
CPF:	790.103.939-68	MATRÍCULA:	1065
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 089/2017

PORTARIA Nº. 089/2017, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal da ata de registro de preços, titular e substituto, referente ao Processo Licitatório nº. 034/2017, na modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, para acompanhar e fiscalizar a execução das referidas atas na forma e condições abaixo relacionadas:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº:	023/2017		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM COM PROFISSIONAIS HABILITADOS NA ÁREA ESPORTIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS EM DIVERSAS MODALIDADES PROMOVIDOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.		
EMPRESA:	NEUZA INÊS BACK ME		
CNPJ Nº:	28.079.063/0001-02		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	EVERSON PEREIRA CERISOLI		
CARGO:	DIRETOR DE DEPARTAMENTO		
CPF:	076.510.999-90	MATRÍCULA:	1094
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDORA:	REGINA CELINA VANZETTO LINDEMANN		
CARGO:	SECRETÁRIA MUNICIPAL		
CPF:	790.103.939-68	MATRÍCULA:	1065
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		

Art. 2º O serviço de fiscal da ata, titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2017 - PR
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 32/2017 Processo de Licitação: 32/2017 Data do Processo: 09/08/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 32/2017
b) Licitação Nr.: 32/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/09/2017
e) Data da Adjudicação: 01/09/2017 Sequência: 0

- f) Objeto da Licitação Aquisição de gêneros alimentícios em cumprimento a legislação do (Programa Nacional de Alimentação Escolar), compreendendo o período de (SETEMBRO A DEZEMBRO/2017). A referida aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 005702 - A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	14	0,0000	7.417,10
- 006171 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	10	0,0000	18.333,20
- 005015 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	10	0,0000	4.981,80
- 003969 - GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	15	0,0000	11.187,00
- 000835 - MERCADO BOLIS LTDA EPP	15	0,0000	26.582,70
- 006143 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	9	0,0000	5.510,50
- 000088 - PADARIA SÃO JOSÉ LTDA - ME	4	0,0000	5.830,50
- 005468 - SCS COMÉRCIO LTDA - ME	10	0,0000	14.643,00
	87		94.485,80

Serra Alta, 1 de Setembro de 2017.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Pregoeiro(a)

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SERRA ALTA

CNPJ: 80.622.319/0001-98
AV. DOM PEDRO II, 830
C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 32/2017 - PR

Processo Administrativo: 32/2017
Processo de Licitação: 32/2017
Data do Processo: 09/08/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.510.3.3.90.00.00.00.00.00 (27), 2.510.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.510.3.3.90.00.00.00.00.00 (120)

Serra Alta, 1 de Setembro de 2017.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Pregoeiro(a)

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017-RP

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2017 - PR
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 34/2017 Processo de Licitação: 34/2017 Data do Processo: 14/08/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 34/2017
b) Licitação Nr.: 34/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/09/2017
e) Data da Adjudicação: 01/09/2017 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS para a possível Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Arbitragem com profissionais habilitados na área esportiva, para atender as necessidades dos campeonatos municipais em diversas modalidades promovidos pelo Departamento de Esportes do Município de Serra Alta.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 006559 - NEUZA INES BACK ME	6	0,0000	147.450,00
	6		147.450,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 1 de Setembro de 2017.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Pregoeiro(a)

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 0179/2017

DECRETO Nº. 0179 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RUBIA TERESINHA DE MATTOS OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIRETOR DE ESCOLA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 385/2001 de 01.06.2001, 384 de 01.06.2001 e artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado em função de Aposentadoria a Servidora Pública Municipal RUBIA TERESINHA DE MATTOS, inscrito no CPF nº 430.139.459-15, a partir 01/09/2017, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil Diretor de Escola em Comissão, com Lotação na Secretaria de Educação no Município de Sul Brasil.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 31 de agosto de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 0180/2017

DECRETO Nº. 018, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 02/2015 de 12.11.2015, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada em função de termino de contrato a Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, Brasil-SC, a partir desta data, CEILA MARA VALMORBIDA portadora do CPF 052.122.729-12, ocupante do cargo PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADA, com Lotação na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes na data de 30/08/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correm por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 31 de agosto de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 181/2017

DECRETO Nº.181, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO E OS VALORES MÁXIMOS A SEREM COBRADOS POR HORA DE USO DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO DE SUL BRASIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do Inciso VII, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Ginásio Municipal de Esportes tem como objetivos atender a comunidade sulbrasiliense nos seguintes aspectos:

- I - prática de esportes, em suas várias modalidades;
- II - realização de competições esportivas de âmbito Municipal, Estadual, Nacional;
- III - atendimento às Escolas Municipais, Estaduais, Escolinhas entre outros;
- IV - realização de atividades de cunho artístico, cívico cultural, de re-criação e lazer da comunidade.

DA UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 2º O Ginásio Municipal funcionará das 07:30h às 24:00h, diariamente, para atendimento da comunidade, podendo ser alterado em eventos especiais mediante necessidade justificada.

Art. 3º O funcionamento obedecerá a seguinte distribuição de horário:

- I - das 7:30h às 17:30h, nos dias úteis, serão destinadas a atividades escolares, escolinhas municipais de variadas modalidades, projetos que tenham a parceria ou execução do Município de Sul Brasil/SC;
- II - das 17:30h às 24:00h, nos dias úteis, sábados, domingos e feriados o Ginásio será utilizado pela população em geral que tenham interesse da prática de algum esporte que necessite do espaço, obedecendo a calendário previamente agendado, salvo em dias que tenham algum projeto escolar ou municipal pelo qual se utilize do espaço;

DAS TAXAS

Art. 4º Com exceção de uso relacionado com treinos das equipes

das escolinhas municipais, campeonatos, torneios municipais e estaduais, festivais da canção, palestras, programas educativos, encontros religiosos, festividades municipais e

demaís que se fizerem necessários, toda e qualquer ocupação terá uma taxa de utilização por hora estabelecida através deste.

§ 1º Os interessados em utilizar a quadra esportiva deverão efetuar antecipadamente, junto a Secretaria de Tesouraria do Município o pagamento da taxa conforme segue:

I – Com os refletores de energia elétrica ligados o valor será de R\$15,00 (quinze) reais por hora.

II – Sem os refletores de energia elétrica ligados o valor será de R\$12,00 (doze) reais por hora.

Art. 5º Na ocorrência de causas supervenientes, suscetível de influenciar de maneira que os valores estabelecidos por este Decreto se mostrem desproporcional a manutenção do Ginásio Municipal de Esportes Centro Integrado de Educação de Sul Brasil, de ofício ou a requerimento, poderá rever os valores inicialmente previstos.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e esta vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 31 de agosto de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor da Administração

Tangará

PREFEITURA

DECRETO Nº 076, DE 23 DE AGOSTO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

DECRETO Nº 076, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/15, de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 2.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do município.

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.0149 – Transferências a Inst.

Privadas s/ fins LucrativosR\$ 2.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 23 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO AGOSTO 2017

AGOSTO DE 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 192/2017 Processo Licitatório: 112/2017 Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESPORTIVO PARA A ESCOLINHA DE FUTSAL, FUTEBOL E VOLEI DO MUNICÍPIO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: COR URBANA COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA. Valor: 12.700,00 (doze mil e setecentos reais). Centro Administrativo, 01 de Agosto de 2017.	Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 193/2017 Processo Licitatório: 102/2017 Objeto: CHAMADA PUBLICA PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 – PNAE. Contratante: Município de Tangará. Contratado: NATAL ALBERTI. Valor: 2.952,00 (dois mil novecentos e cinquenta e dois reais). Centro Administrativo, 01 de Agosto de 2017.
Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 194/2017 Processo Licitatório: 102/2017 Objeto: CHAMADA PUBLICA PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 – PNAE. Contratante: Município de Tangará. Contratado: DIRLENE STANGUERLIN VARIVIEIRA. Valor: 6.474,00 (seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais). Centro Administrativo, 01 de Agosto de 2017.	Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 195/2017 Processo Licitatório: 102/2017 Objeto: CHAMADA PUBLICA PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 – PNAE. Contratante: Município de Tangará. Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUCOS SÃO CARLO. Valor: 5.362,00 (cinco mil trezentos e sessenta e dois reais). Centro Administrativo, 01 de Agosto de 2017.

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 196/2017 Processo Licitatório: 102/2017 Objeto: CHAMADA PUBLICA PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRI-CULTURA FAMILIAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 – PNAE. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ALESSANDRA MORAIS CORDEIRO. Valor: 2.729,00 (dois mil setecentos e vinte e nove reais). Centro Administrativo, 01 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 197/2017 Processo Licitatório: 102/2017 Objeto: CHAMADA PUBLICA PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRI-CULTURA FAMILIAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 – PNAE. Contratante: Município de Tangará. Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL – COOPAFAT. Valor: 7.146,00 (sete mil cento e quarenta e seis reais). Centro Administrativo, 01 de Agosto de 2017.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 198/2017 Processo Licitatório: 110/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COM-BUSTIVEL DE OLEO DIESEL COMUM E S10 PARA ATENDER AS NECESSI-DADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS CONVENIO Nº2017 TR 001083. Contratante: Município de Tangará. Contratado: POSTO VENETO LTDA. Valor: 160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Centro Administrativo, 01 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 199/2017 Processo Licitatório: 106/2017 Objeto: AQUISIÇÃO DE NITROGENIO PARA ABASTECIMENTO DE BOTIJOES DOS BOVINOCULTORES. Contratante: Município de Tangará. Contratado: NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA. Valor: 10.950,00 (dez mil novecentos e cinquenta reais). Centro Administrativo, 04 de Agosto de 2017.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 183/2017 Processo Licitatório: 095/2017 Objeto: SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PUBLICA OU PRIVADA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL PARA CESSÃO ONEROSA DOS DIREI-TOS DE EFETUAR A CENTRALIZAÇÃO E PROCESSAMENTOS DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE 100% DA FOLHA DE PAGAMENTO GERADA PELO MUNICIPIO DE TANGARÁ E SUA AUTARQUIA. Contratante: Município de Tangará. Contratado: BANCO BRADESCO S/A. Valor pago á prefeitura: 261.000,00 (duzentos e sessenta e um reais). Centro Administrativo, 07 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 200/2017 Processo Licitatório: 111/2017 Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMERAS, MONITORES (TV´S) E MESA CONTRO-LADORA PARA ATENDER AS NECESSIDADES BASICAS DE MONITORAMEN-TO DAS RUAS DE NOSSO MUNICIPIO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: CONNECTILINE AUTOMAÇÃO LTDA – EPP. Valor: 24.760,00 (vinte e quatro mil setecentos e sessenta reais). Centro Administrativo, 11 de Agosto de 2017.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 201/2017 Processo Licitatório: 113/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E PRÁTI-CAS PARA FORNECIMENTO DE MECANISMO TECNOLÓGICO NO MODO LI-CENÇA DE USO, PARA AFERIÇÃO, DECLARAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN), INCIDENTES PELA CONSEQUENCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LOCALIZADAS NO MUNI-CIPIO, COM PLATAFORMA DE ATENDIMENTO DE EQUIPE ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA PARA APURAÇÃO DO ISSQN RELATIVO AO PRESENTE E PASSADO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: PORTAL PÚBLICO INFORMÁTICA LTDA – EPP. Valor: 30.000,00 (trinta mil reais). Centro Administrativo, 21 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 202/2017 Processo Licitatório: 109/2017 Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DESTINADOS AS UNIDADES ESCOLA-RES E CRECHES DO MUNICIPIO PARA O SEGUNDO SEMENSTRE DE 2017 E INICIO DE 2018. Contratante: Município de Tangará. Contratado: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME. Valor: 31.290,00 (trinta e um mil duzentos e noventa reais). Centro Administrativo, 18 de Agosto de 2017.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 203/2017 Processo Licitatório: 109/2017 Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DESTINADOS AS UNIDADES ESCOLA-RES E CRECHES DO MUNICIPIO PARA O SEGUNDO SEMENSTRE DE 2017 E INICIO DE 2018. Contratante: Município de Tangará. Contratado: TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Valor: 41.270,00 (quarenta e um mil duzentos e setenta reais). Centro Administrativo, 18 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 204/2017 Processo Licitatório: 117/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA MINISTRAR AULAS DE DAN-ÇA ALEMÃ E VIOLINO NA ESCOLA SIBYLLA AURÉLIA FORNAZZARI. Contratante: Município de Tangará. Contratado: PATRICIA SIMONE KASTELLER. Valor: 12.000,00 (doze mil reais). Centro Administrativo, 18 de Agosto de 2017.</p>

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 205/2017 Processo Licitatório: 117/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇA ALEMÃ E VIOLINO NA ESCOLA SIBYLLA AURÉLIA FORNAZZARI. Contratante: Município de Tangará. Contratado: CAROLINE KLOTZ Valor: 12.000,00 (doze mil reais). Centro Administrativo, 18 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 206/2017 - TOMADA DE PREÇOS: 002/2017. Processo Licitatório: 103/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL DE ESCADARIA EM CONCRETO ARMADO NO FINAL DA RUA JOÃO MENEZES, BAIRRO BELA VISTA NESTE MUNICÍPIO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: MITRA CONSTRUTORA LTDA – ME. Valor: 24.418,73 (vinte e quatro mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e três centavos). Centro Administrativo, 21 de Agosto de 2017.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 207/2017 Processo Licitatório: 115/2017 Objeto: AQUISIÇÃO DE 5.000 (cinco mil) PEDRAS DE ARDÓSIA NATURAL PARA MEIO FIO (1,00Mx30 cm X de 7 a 8 cm DE ESPESSURA). Contratante: Município de Tangará. Contratado: ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA. Valor: 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais). Centro Administrativo, 21 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 208/2017 Processo Licitatório: 118/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR. Contratante: Município de Tangará. Contratado: EXPRESSO PRIMAVERA LTDA – ME. Valor: 78.388,00 (setenta e oito mil trezentos e oitenta e oito reais). Centro Administrativo, 18 de Agosto de 2017.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 209/2017 Inexigibilidade nº: 130/2017 Objeto: SUBVENÇÃO SOCIAL À ORGANIZAÇÃO social CIVIL (MORRO AGUDO MOTO CLUBE) CONFORME LEI MUNICIPAL 2.335/17. Contratante: Município de Tangará. Contratado: MORRO AGUDO MOTO CLUBE. Valor: 3.000,00 (três mil reais). Centro Administrativo, 25 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 210/2017 Processo Licitatório: 122/2017 Objeto: PINTURA DE QUADRA ESPORTIVA EM MATERIAL EPÓXI INDUSTRIAL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: MARCELO PINTURAS MEI. Valor: 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Centro Administrativo, 29 de Agosto de 2017.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 211/2017 Processo Licitatório: 121/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA A CONFECÇÃO DE NOTAS E CAPAS DE PRODUTOR RURAL, DE ACORDO COM O PADRÃO DEFINIDO PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Contratante: Município de Tangará. Contratado: GRÁFICA CRUZEIRO LTDA – EPP. Valor: 1.520,00 (um mil quinhentos e vinte reais). Centro Administrativo, 30 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 212/2017 Processo Licitatório: 121/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA A CONFECÇÃO DE NOTAS E CAPAS DE PRODUTOR RURAL, DE ACORDO COM O PADRÃO DEFINIDO PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Contratante: Município de Tangará. Contratado: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA – ME. Valor: 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais). Centro Administrativo, 30 de Agosto de 2017.</p>
ADITAMENTOS	ADITAMENTOS
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato</p> <p>1º ADITIVO CONTRATO Nº 180/2017. Processo Licitatório: 029/2017 TOMADA DE PREÇOS: 002/2017.</p> <p>Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA GERAL DO POSTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE DE IRAKITAN E MARARI DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: MITRA CONSTRUTORA LTDA ME. Valor aditado: 2.421,24 (dois mil quatrocentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos). Centro Administrativo, 22 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato</p> <p>1º ADITIVO CONTRATO Nº 171/2017. Processo Licitatório: 090/2017</p> <p>Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PERFURAÇÃO E SONDAGEM DE POÇOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE DE ÁGUA DOS POÇOS, NA ÁREA DA PREFEITURA, SITA A RUA SÃO PAULO/VITORINO FORLIN. Contratante: Município de Tangará. Contratado: PAVIBRAS EMPREENDIMENTOS EIRELI ME Data aditada: 30 DIAS. (22/07/2017 até 21 de Agosto de 2017). Centro Administrativo, 21 de Agosto de 2017.</p>

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato</p> <p>1º ADITIVO CONTRATO Nº 172/2017. Processo Licitatório: 090/2017</p> <p>Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PERFURAÇÃO E SONDAGEM DE POÇOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE DE ÁGUA DOS POÇOS, NA ÁREA DA PREFEITURA, SITA A RUA SÃO PAULO/VITORINO FORLIN.</p> <p>Contratante: Município de Tangará. Contratado: TERRANALISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA ME.</p> <p>Data aditada: 30 DIAS. (22/07/2017 até 21 de Agosto de 2017). Centro Administrativo, 21 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato</p> <p>1º ADITIVO CONTRATO Nº 175/2017. Processo Licitatório: 115/2016</p> <p>Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SEGURO DE VEICULOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.</p> <p>Contratante: Município de Tangará. Contratado: GENTE SEGURADORA S/A.</p> <p>Data aditada: 60 DIAS. (09/07/2017 até 08 de Setembro de 2017). Centro Administrativo, 03 de Julho de 2017.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato</p> <p>2º ADITIVO CONTRATO Nº 171/2017. Processo Licitatório: 090/2017</p> <p>Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PERFURAÇÃO E SONDAGEM DE POÇOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE DE ÁGUA DOS POÇOS, NA ÁREA DA PREFEITURA, SITA A RUA SÃO PAULO/VITORINO FORLIN.</p> <p>Contratante: Município de Tangará. Contratado: PAVIBRAS EMPREENDIMENTOS EIRELI ME</p> <p>Data aditada: 60 DIAS. (21/08/2017 até 20 de outubro de 2017). Centro Administrativo, 18 de Agosto de 2017.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato</p> <p>2º ADITIVO CONTRATO Nº 172/2017. Processo Licitatório: 090/2017</p> <p>Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PERFURAÇÃO E SONDAGEM DE POÇOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE DE ÁGUA DOS POÇOS, NA ÁREA DA PREFEITURA, SITA A RUA SÃO PAULO/VITORINO FORLIN.</p> <p>Contratante: Município de Tangará. Contratado: TERRANALISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA ME.</p> <p>Data aditada: 60 DIAS. (21/08/2017 até 20 de outubro de 2017). Centro Administrativo, 18 de Agosto de 2017.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato</p> <p>2º ADITIVO CONTRATO Nº 175/2017. Processo Licitatório: 115/2016</p> <p>Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SEGURO DE VEICULOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.</p> <p>Contratante: Município de Tangará. Contratado: GENTE SEGURADORA S/A.</p> <p>Data aditada: 30 DIAS. (09/09/2017 até 08 de Outubro de 2017). Centro Administrativo, 29 de Agosto de 2017.</p>	

PORTARIA Nº. 454, DE 21 DE AGOSTO DE 2017. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº. 454, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a contratação de empresa para contratação de empresa para manutenção e melhorias do Estádio Municipal Júlio Fuganti, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes., no valor de R\$ 6.790,00 (seis mil, setecentos e noventa reais), da empresa ADEMIR LISBOA DA SILVA (MG ESQUADRIAS), CNPJ nº 21.291.024/0001-17, conforme orçamentos anexos.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 21 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 087/2017

DECRETO Nº. 087, DE 30 AGOSTO DE 2017.

REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS LOTADOS JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada a jornada de trabalho a ser desempenhada pelos Motoristas da Secretaria Municipal de Saúde conforme disposto nos Anexos I, II e III.

Art. 2º. O sobreaviso a ser prestado, conforme disposto na Lei Complementar nº 036 de 03 de novembro de 2015, devido a sua alternância, será organizado mensalmente pela Secretaria Municipal de Saúde seguindo, no que couber, o disposto no Anexo III.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 30 de agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

ANEXO I

MOTORISTA I	MOTORISTA II	MOTORISTA III	MOTORISTA IV	MOTORISTA V
Jonas Grass	Orides Brambilla	Clair José Backes	Marcelino Fedrizzi	Hederson Bonelli

ANEXO II

Jornada de Trabalho

MOTORISTA I	MOTORISTA II	MOTORISTA III
07:30 às 11:30 13:00 às 17:00	07:30 às 11:30 13:00 às 17:00	07:30 às 11:30 13:00 às 17:00
MOTORISTA IV	MOTORISTA V	
07:30 às 11:30 13:00 às 17:00	07:30 às 11:30 13:00 às 17:00	

ANEXO III

Escala de Sobreaviso

Dias	SOBREAVISO 1	SOBREAVISO 2
Equipe I Segunda-feira	JONAS GRASS	MARCELINO FEDRIZZI
Equipe II Terça-Feira	MARCELINO FEDRIZZI	CLAIR JOSÉ BACKES
Equipe III Quarta-feira	CLAIR JOSÉ BACKES	HEDERSON BONELLI
Equipe IV Quinta-feira	HEDERSON BONELLI	ORIDES BRAMBILLA
Equipe V Sexta	ORIDES BRAMBILLA	JONAS GRASS

*a equipe que ficará de sobreaviso nos finais de semana será alternada pela Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETO 088/2017

DECRETO Nº. 088/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.
AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A CONDUZIREM VEICULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS..

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com inciso VI do artigo 68, da lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º. Fica formalizada a autorização para que os servidores abaixo nominados possam fazer uso dos veículos da Frota Municipal, quando imprescindível a execução dos trabalhos inerentes a sua função devendo aqueles observarem, além das normas constantes no Código de Transito Brasileiro também o contido no Decreto Municipal nº 78/2014 e na Instrução Normativa nº 01/2017.

RELAÇÃO DE SERVIDORES QUE PODERÃO CONDUZIR VEICULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL

SERVIDOR	CARGO/SECRETARIA
Derli Antonio de Oliveira	Secretaria de Administração
Laine Terezinha Bottega Manfrin	Secretaria de Administração
Maicon Bruxel	Secretaria de Administração
Cleise Honaiser	Secretaria de Administração
Alderli Paulo Schafer	Secretaria de Administração
Milton José Hupples	Secretaria de Administração
Lilian Santin	Secretaria de Administração
Luciane Pissatto	Secretaria de Administração
Daniela Lapazzini	Secretaria de Administração
Deyse Katia Ferreira Pasqualotto	Secretaria de Administração
Gislaine Kobs	Secretaria de Administração
Cleiton Soethe	Secretaria de Administração
João Rafael Genesi	Secretaria de Administração
Gleidson Marcos Neu	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Ivonir Trindade Vargas	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Alecio Zappani	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Ernani Otavio Bruch	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Leandro da Silva	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Adão Cesar Ganzer	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Alécio Zappani	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Gilmar Stieler	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Guriel Marcelo Gotardo	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
José Odair Soares	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Celso Paulo Wollmann	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Maicon Nestor Heinsch	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
José Alair da Rosa Lucateli	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Antonio Braga	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura

Nelson da Silva	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
José Alair da Rosa Lucateli	Secretaria de Educação
Marizete Marafon Ganzer	Secretaria de Educação
Cleiton José Monteiro	Secretaria de Educação
Iara Gohlke	Secretaria de Educação
Daniel Lapazzini	Secretaria de Educação
Isaías Porfírio	Secretaria de Educação
Marcia Jappe Zappani	Secretaria de Educação
Cleiton da Silva	Secretaria de Educação
Vanir Stieler	Secretaria de Educação
Jaci de Oliveira	Secretaria de Educação
Márcia de Oliveira	Secretaria de Educação
Julio Duarte de Borba	Secretaria de Agricultura
Willian Pasqualotto	Secretaria de Agricultura
Volnei Arnaldo da Silva	Secretaria de Agricultura
Gilson Marcio Neu	Secretaria de Agricultura
Francisco Ferrari	Secretaria de Agricultura
Salete Teresinha Sausen	Secretaria de Assistência Social
Vera Lucia Baczinski	Secretaria de Assistência Social
Gilberto Cibulski	Secretaria de Assistência Social
Estela Regina de Lima Schafer	Secretaria de Assistência Social
Air Mauri Schitler	Conselho Tutelar
Solange Margarete Teske	Secretaria Municipal de Saúde
Jerry Adriani Schirmer	Secretaria Municipal de Saúde
Mari Adriani Perondi	Secretaria Municipal de Saúde
Julia Maria Spessato	Secretaria Municipal de Saúde
Daiane Kutzepa Brambila	Secretaria Municipal de Saúde
Clair José Backes	Secretaria Municipal de Saúde
Jonas Cleomar Grass	Secretaria Municipal de Saúde
Matheus Chitolina	Secretaria Municipal de Saúde
Janaina Raquel Provin Lowis	Secretaria Municipal de Saúde
Hederson Bonelli	Secretaria Municipal de Saúde
Orides Brambila	Secretaria Municipal de Saúde
Marcelino Fedrizzi	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º. Fica nomeada através deste, a servidora LAINE TEREZINHA BOTTEGA MANFRIN como responsável pelo controle de Frotas do Município de Tigrinhos/SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 30 DE AGOSTO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA 01

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 de 01 de agosto de 2017

ESTABELECE CONCEITOS, REGRAS E INSTITUI ROTINAS E PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA CONTROLE DE CUSTO DA FROTA NO AMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TIGRINHOS

A CONTROLADORIA INTERNA do Município de Tigrinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 333/2003 e no Decreto Municipal nº 35 /2009, em observância ao contido no Decreto Municipal nº 078/2014
RESOLVE:

CAPITULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa visa efetivar o gerenciamento e controle de custos das máquinas, caminhões, veículos e equipamentos em geral que fazem parte da frota municipal cujo objetivo é padronizar, uniformizar, controlar e disciplinar a identificação, guarda, conservação e utilização dos bens.

§ 1º As Secretarias onde os veículos, máquinas e equipamentos estão alocados serão responsáveis pelo gerenciamento, guarda, coordenação e organização dos serviços a serem executados com os mesmos.

§ 2º Todos os veículos da frota municipal deverão estar devidamente identificados na parte externa com o nome e o brasão do Município de Tigrinhos.

§ 3º As máquinas, caminhões e equipamentos deverão ser utilizados de acordo com as recomendações do fornecedor e da fábrica.

Art. 2º Todas as máquinas, caminhões, veículos e equipamentos que compõem o patrimônio público municipal somente poderão ser utilizados para execução de serviço público, sendo terminantemente proibida a utilização para outras finalidades e/ou interesses particulares.

Parágrafo único. O uso indevido destes equipamentos públicos é passível de aplicação de penas disciplinares e sanções civis e administrativas aos responsáveis/envolvidos, conforme cada caso.

Art. 3º A solicitação das máquinas, veículos, caminhões e equipamentos para serviços locais, dentro dos limites do Município, deverá ser efetuada, preferencialmente, com antecedência de 24 horas, através do responsável pela coordenação e organização dos serviços, por ordem de prioridade, informando data, itinerário, horário, tipo de serviço e permanência no local de destino.

CAPITULO II DO GERENCIAMENTO E CONTROLE DA FROTA DE VEICULOS, MAQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS EM GERAL

Art. 4º O deslocamento dos veículos, das máquinas, caminhões e equipamentos será efetuado mediante autorização do responsável, devendo constar o registro da movimentação no Diário de Bordo, com o nome legível do condutor e sua assinatura, a data e hora de saída e de chegada, destino, nome do solicitante e quilometragem de saída e chegada.

Parágrafo único. Os condutores deverão se limitar a executar o percurso preestabelecido pelo secretário, sendo proibido o desvio para qualquer outro, exceto em casos excepcionais, nos quais a mudança de itinerário ou de serviço deverá ser autorizada pelo responsável pela coordenação e organização de serviços, com a devida anotação no diário de bordo.

Art. 5º A autorização da saída das máquinas, automóveis, caminhões e equipamentos, somente poderá se dar por ordem do Secretário da pasta, ou por delegação formal do mesmo à servidor autorizado.

Parágrafo único. O não cumprimento do caput deste artigo configura crime de responsabilidade sujeitando o infrator à processo administrativo e as sanções dele decorrentes.

Art. 6º Dentro de cada veículo constará um Diário de Bordo que deverá ser preenchido pelo condutor do mesmo sempre que for utilizá-lo, e deverá ser entregue quando completo, preenchido e assinado ao responsável pelo Departamento de Frotas e Patrimônio.

Parágrafo único. Os condutores deverão também efetuar a verificação diária nos equipamentos sob sua direção ou responsabilidade, no início e final do expediente e comunicar falhas ou defeitos verificados, efetuando o registro de observação no Diário de Bordo visando providenciar em tempo hábil, o imediato ajuste e/ou conserto, com supervisão e orientação da Secretaria competente.

Art. 7º Fica vedada a troca de qualquer veículo, entre as secretarias, se a previa comunicação ao Departamento de Frotas e Patrimônio.

Art. 8º Qualquer manutenção e/ou compra de peça, equipamento ou acessório deverá ser requisitada ao Departamento de Compras

e Licitações e à Secretaria competente onde o veículo se encontra alocado.

Art. 9º Os dados e informações referentes aos gastos mensais com abastecimento, lavagem, substituição de pneus, óleo e peças serão registrados pelo Departamento de Compras e Licitações em programa específico para emissão de relatório mensal, que permita identificar o custo de manutenção de cada veículo, do km rodado e consumido ou hora trabalhada.

Art. 10 Nenhuma máquina, veículo, caminhão ou equipamento poderá deslocar-se sem a documentação legal e sem o perfeito funcionamento do hodômetro, luzes e freios.

Art. 11 Encerrada a circulação diária, os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da frota municipal, deverão ser recolhidos na garagem municipal obedecendo o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Tigrinhos.

Parágrafo único Somente com autorização do Secretário da pasta e dos Chefes imediatos, com a comunicação ao Departamento de Frotas e Patrimônio as máquinas, os caminhões e equipamentos poderão permanecer no local da obra ou serviço, desde que, comprovada sua necessidade.

Art. 12 A condução das máquinas, veículos, caminhões e equipamentos somente poderá ser realizada por motorista profissional ou servidor devidamente habilitado e autorizado mediante Decreto.

Parágrafo único. Os servidores públicos municipais, dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Municipal, no interesse do serviço e no exercício de suas atribuições, em caráter temporário e excepcional, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de motorista, poderão dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade a que pertencem.

Art. 13 A Carteira Nacional de Habilitação deverá ser compatível com o tipo de veículo que o condutor irá utilizar, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 14 Fica expressamente proibida a utilização das motocicletas, máquinas, caminhões, veículos e equipamentos.

I – em qualquer atividade de caráter particular;

II – no transporte de familiares de servidores públicos ou de pessoas que não estejam vinculadas às atividades da Administração;

III – aos sábados, domingos e feriados, salvo autorização do Secretário da pasta;

IV – desvio e guarda em residências particulares.

Parágrafo único. São exceções às regras dos incisos III e IV os veículos da Secretaria Municipal de Saúde que permanecem de Plantão.

Art. 17 Os condutores dos veículos do Município de Tigrinhos devem obedecer ao Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 18 Em caso de acidente fica o condutor, salvo motivo de força maior, a permanecer no local do acidente até a realização de perícia, bem como comunicar à Secretaria onde desempenha suas atividades sobre o sinistro e registrar ocorrência na Delegacia de Polícia.

§ 1º Será instaurada, quando necessário, sindicância ou processo administrativo disciplinar, caso o acidente resulte em dano ao erário ou a terceiros, com o fito de apurar a responsabilidade.

§ 2º Se o laudo pericial, sindicância ou processo administrativo disciplinar concluir pela responsabilidade (dolo ou culpa) de terceiro envolvido, o Município oficiará ao condutor ou proprietário do veículo, para o devido ressarcimento dos prejuízos causados.

CAPITULO III

DAS MULTAS DE TRÂNSITO DOS VEÍCULOS

Art. 19 Todos os Autos de Infrações dos veículos da Administração Municipal de Tigrinhos e seus Fundos deverão ser endereçados à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 20 O pagamento das multas advindas de infrações de trânsito praticadas por servidores quando da condução de veículos de propriedade do Município é de inteira responsabilidade do servidor que estiver conduzindo o veículo autuado;

Parágrafo único. Não sendo paga a multa de trânsito e não sendo indicado o condutor do veículo autuado o Município efetuará o pagamento dos valores devidos que deverá adotar todas as providências necessárias visando ao ressarcimento da despesa ao erário por parte do responsável pela infração.

Art. 21 A Secretaria Municipal de Administração tem a responsabilidade de comunicar e encaminhar os autos de infrações ao condutor, para que este, querendo, apresente Defesa Prévia e Recurso à Junta Administrativa de Recursos de Infração. (JARI)

Art. 22 O condutor que dispensar a Defesa Prévia e assumir diretamente a responsabilidade pela infração e o ônus da mesma, deverá efetuar o pagamento da multa no prazo de seu vencimento e apresentar o comprovante de quitação no prazo de 5 (cinco) dias após seu pagamento na Secretaria Municipal de Administração para a devida baixa.

Art. 23 O condutor que se recusar a pagar o Auto de Infração, tendo ou não, se utilizado de todas as garantias dos princípios do contraditório e da ampla defesa (Defesa Prévia e Recursos JARI) que lhe são cabíveis e tiver contra si a caracterização de infração, o pagamento da multa, responderá a Processo Administrativo disciplinar, até decisão final.

Parágrafo único. Fica o Município autorizado, no caso de não pagamento da infração de trânsito pelo condutor/infrator a proceder o desconto dos valores diretamente de sua folha de pagamento.

CAPITULO IV

DOS ABASTECIMENTOS

Art. 24 Todos os veículos que compõe a frota municipal devem ser cadastrados no sistema de Controle de Frota que será coordenado pelo Departamento de Frotas e Patrimônio.

Art. 25 O abastecimento dos veículos, bem como assim a troca de óleo deverão ser realizados em postos credenciados pela Administração Pública e vencedores de processo licitatório, cujo combustível devesse ser compatível com o licitado.

Art. 26 O Departamento de Frotas e Patrimônio emitirá relatórios mensais de consumo de combustível para conferência do documento fiscal emitido pela empresa fornecedora.

CAPITULO V

DA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO

Art. 27 Qualquer manutenção e/ou compra de peça, equipamento ou acessório deverá ser obrigatoriamente precedida, além das disposições da Lei nº 4.320/64 em relação ao prévio empenho e outras normas legais, de processo licitatório ou dispensa conforme o caso, sempre observando as normas constantes na Lei 8.666/93.

Art. 28 Os serviços de manutenção, compra de peças ou equipamentos de que trata o caput, somente serão autorizados se precedidos de avaliação do mecânico responsável, o qual emitirá documento que deverá acompanhar o orçamento encaminhado ao Departamento de Compras e Licitações, atestando a veracidade e a necessidade dos serviços indicados pela oficina, constantes do orçamento.

Art. 29 Os ocupantes do cargo de mecânico deverão ainda verificar/acompanhar/fiscalizar se os serviços foram executados adequadamente e se as peças utilizadas são originais, conforme consta no contrato celebrado com a empresa prestadora de serviços de manutenção da frota de veículos e máquinas do Município e atestarão a conformidade mediante carimbo e assinatura no verso das notas fiscais de prestação de serviços/fornecimento de peças.

CAPITULO VI

DAS COMPETENCIAS

Art. 30 Compete ao Departamento de Frotas e Patrimônio:

I – Acompanhar os orçamentos de compras e peças e serviços de mão de obra dos veículos da Frota do Município de Tigrinhos;

II – Fiscalizar e controlar os abastecimentos dos veículos da Frota de veículos do Município de Tigrinhos;

III – Fiscalizar o cumprimento desta Instrução Normativa, bem como outros dispositivos legais concernentes à matéria;

Art. 31 Compete aos condutores dos veículos:

I – Zelar pelo bom funcionamento do veículo, manter limpo e organizado;

II - Informar ao secretário da pasta sobre o vencimento da documentação do veículo;

III – Preencher o Diário de Bordo existente no interior do veículo, com letra legível indicando o nome do condutor e respectiva assinatura.

IV – Solicitar seu cadastramento no Departamento de Frotas e Patrimônio entregando ao servidor responsável a cópia de sua CNH.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 Os servidores designados a exercerem atividades relacionadas nesta Instrução Normativa, deverão obedecer as ordens do Secretário da pasta na qual estiverem lotados, observar as exigências do servidor responsável pelo Departamento de Frotas e Patrimônio, observando ainda as determinações desta Instrução Normativa e demais legislação aplicável à espécie.

Art. 33 Os Secretários, Coordenadores, Diretores, Motoristas e Servidores Públicos em geral, responsáveis pelos equipamentos públicos no âmbito do Poder Executivo Municipal, terão sua responsabilidade solidária no caso de negligência dos procedimentos desta Instrução Normativa.

Art. 34 Eventuais reclamações ou denúncias, no que diz respeito ao não cumprimento das determinações previstas nesta instrução normativa, poderão ser feitas de segunda à sexta feira, através do fone numero (49) 3658 0068.

Art. 35 O não cumprimento do preceituado nesta Instrução Normativa pelos motoristas/condutores e servidores públicos em geral implicará em sanções civis e administrativas, conforme dispositivos legais.

Art. 36 O anexo I é partes integrantes desta instrução normativa e define os servidores que poderão conduzir veículos públicos.

Art. 37 O anexo II define as rotinas a serem observadas e cumpridas pelo servidor responsável pelo Departamento de Frotas e Patrimônio Municipal sem prejuízo das demais atribuições do seu cargo.

Art. 38 A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação mantendo as disposições constantes no Decreto Municipal nº 078/2014 que disciplinou o uso da frota de veículos oficiais do Poder Executivo Municipal.

Tigrinhos, 23 de agosto de 2017.

LUCIANE PISSATTO

Controlador Interno

ANEXO I

RELAÇÃO DE SERVIDORES QUE PODERÃO CONDUZIR VEICULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL

SERVIDOR	CARGO/SECRETARIA
Derli Antonio de Oliveira	Secretaria de Administração
Laine Terezinha Bottega Manfrin	Secretaria de Administração
Maicon Bruxel	Secretaria de Administração
Cleise Honaiser	Secretaria de Administração
Alderli Paulo Schafer	Secretaria de Administração
Milton José Huppess	Secretaria de Administração
Lilian Santin	Secretaria de Administração
Luciane Pissatto	Secretaria de Administração
Daniela Lapazzini	Secretaria de Administração
Deyse Katia Ferreira Pasqualotto	Secretaria de Administração
Gislaine Kobs	Secretaria de Administração
Cleiton Soethe	Secretaria de Administração
João Rafael Genesi	Secretaria de Administração
Gleidson Marcos Neu	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Ivonir Trindade Vargas	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Alecio Zappani	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Ernani Otavio Bruch	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Leandro da Silva	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Adão Cesar Ganzer	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Alécio Zappani	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Gilmar Stieler	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Guriel Marcelo Gotardo	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
José Odair Soares	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Celso Paulo Wollmann	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Maicon Nestor Heinsch	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
José Alair da Rosa Lucateli	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Antonio Braga	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
Nelson da Silva	Secretaria de Transporte, Obras e Infraestrutura
José Alair da Rosa Lucateli	Secretaria de Educação
Marizete Marafon Ganzer	Secretaria de Educação
Cleiton José Monteiro	Secretaria de Educação
Iara Gohlke	Secretaria de Educação
Daniel Lapazini	Secretaria de Educação
Isaías Porfírio	Secretaria de Educação
Marcia Jappe Zappani	Secretaria de Educação
Cleiton da Silva	Secretaria de Educação
Vanir Stieler	Secretaria de Educação
Jaci de Oliveira	Secretaria de Educação
Márcia de Oliveira	Secretaria de Educação
Julio Duarte de Borba	Secretaria de Agricultura
Willian Pasqualotto	Secretaria de Agricultura
Volnei Arnaldo da Silva	Secretaria de Agricultura
Gilson Marcio Neu	Secretaria de Agricultura
Francisco Ferrari	Secretaria de Agricultura

Salete Teresinha Sausen	Secretaria de Assistência Social
Vera Lucia Baczinski	Secretaria de Assistência Social
Gilberto Cibulski	Secretaria de Assistência Social
Estela Regina de Lima Schafer	Secretaria de Assistência Social
Air Mauri Schitler	Conselho Tutelar
Solange Margarette Teske	Secretaria Municipal de Saúde
Jerry Adriani Schirmer	Secretaria Municipal de Saúde
Mari Adriani Perondi	Secretaria Municipal de Saúde
Julia Maria Spessato	Secretaria Municipal de Saúde
Daiane Kutzepa Brambila	Secretaria Municipal de Saúde
Clair José Backes	Secretaria Municipal de Saúde
Jonas Cleomar Grass	Secretaria Municipal de Saúde
Matheus Chitolina	Secretaria Municipal de Saúde
Janaina Raquel Provin Lowis	Secretaria Municipal de Saúde
Hederson Bonelli	Secretaria Municipal de Saúde
Orides Brambilla	Secretaria Municipal de Saúde
Marcelino Fedrizzi	Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO II

ROTINAS DE TRABALHO BÁSICAS A SEREM EXECUTADAS PELO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE FROTAS E PATRIMÔNIO

ROTINA	FREQUENCIA
1 – Manter organizado o ambiente de trabalho e permanecer em seu posto para atendimento da demanda	Diária
2 – Emitir autorizações de abastecimento, troca de óleo, lavação de veículos, máquinas e equipamentos, troca de pneus e outros	Conforme a necessidade
3 – Receber as notas fiscais de abastecimento, troca de óleo, lavação de veículos, máquinas e equipamentos, troca de pneus e outros e digitar todas as informações nelas constantes no programa informatizado de Frotas mantido pelo Município	Diária
4 – Exigir que todas as notas fiscais e de serviços de qualquer natureza estejam assinadas de forma legível	Diária
5 – Vistoriar os diários de Bordo da Frota Municipal para verificar o correto preenchimento dos dados e conferir se os dados constantes em referidos documento, especialmente quilometragem coincide com a quilometragem anotada	Mensal ou conforme a necessidade
6 - Recolher e substituir os Diários de Bordo em todos os veículos que integram a frota municipal e arquivá-los em caixas identificadas com o período a que se referem	Conforme a necessidade
7 – Efetuar o controle de CNH´s dos motoristas que conduzem veículos da frota municipal	Mensal
8 – Efetuar o controle de guarda dos veículos na garagem municipal Por exemplo: verificar se os veículos, máquinas e equipamentos se encontram sendo devidamente guardados na garagem municipal	Diária
9– Emitir Comunicação interna solicitando dos funcionários municipais o cumprimento de suas obrigações no que diz respeito ao controle de frotas, patrimônio e estoque	Sempre que houver necessidade

10 – Dar conhecimento formal ao controle interno municipal ou ao chefe do Poder Executivo sempre que tomar conhecimento de alguma irregularidade da qual tiver conhecimento no exercício de sua função	Quanto ocorrer uma situação de irregularidade que não possa ser sanada no departamento ou que cause prejuízo ao ente público ou a terceiro	11 – Exigir de cada funcionário municipal a obrigação de anotar corretamente a data de saída, horário e quilometragem do veículo que for conduzir assim como anotar referidos dados quando da chegada.	Sempre que houver necessidade
--	--	--	-------------------------------

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº053/17

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 053/17, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a retificação do número de vagas dos cargos constantes nos ANEXOS I E II da Lei Complementar nº 014/2010 de 13 de dezembro de 2010, a qual trata acerca do Plano de Cargos e Salários do magistério.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei Complementar.

Art. 1º. Fica retificado o número de vagas dos cargos do ANEXO I E II da Lei Complementar 014/2010:

Cargo	Carga horária	Nº de vagas	Local de Atuação	Vencimento
Professor II	20 horas	12	Unidades Escolares	R\$ 1.527,80
Professor III	20 horas	12	Unidades Escolares	R\$ 1.527,80
Professor IV Ed. Física	20 horas	02	Unidades Escolares	R\$ 1.527,80
Segundo Professor de Turma	20 horas	02	Unidades Escolares	R\$ 1.527,80

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 31 de Agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

LEI MUNICIPAL 885/17

LEI MUNICIPAL Nº 885/17, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal de TIGRINHOS– SC, efetuar despesas com as festividades programadas em comemoração ao 22º Aniversário do Município.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Tigrinhos – SC, autorizado efetuar despesas, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dentro da programação de eventos em comemoração ao 22º Aniversário do Município, no exercício 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação prevista no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tigrinhos, 31 de agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

LEI MUNICIPAL 886/17

LEI MUNICIPAL Nº. 886/17, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 8º, inciso III, da Lei Municipal nº. 849/2016, de 24 de Outubro de 2016 – Lei Orçamentária Anual, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 – PROMOÇÃO DE ANIVERSARIO DO MUNICIPIO E FESTA DO COLONO E MOTORISTA

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0183–Aplicações Diretas (XX) R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso: 0183– Superávit Recursos Livres

Modalidade Aplicação: 3.3.90.000–Aplicações Diretas (XX) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 000– Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) previstos no artigo 1º desta Lei, fica utilizada a receita proveniente do Superávit financeiro apurado no Balanço de 2016 na fonte 183 superávit financeiro Recursos Ordinários Livres.

Art. 3º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) previstos no artigo 1º desta Lei, fica anulada a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 – PROMOÇÃO DE ANIVERSARIO DO MUNICIPIO E FESTA DO COLONO E MOTORISTA

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.000–Aplicações Diretas (61) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários Livres

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art.5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 31 de agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

PORTARIA 172/2017

PORTARIA Nº. 172/2017. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA AO SERVIDOR MUNICIPAL SR. GILNEI JOSÉ DE BASTIANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos – LC 051/2017 de 22/08/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença-Prêmio para o Servidor Público Municipal Sr. GILNEI JOSÉ DE BASTIANI, efetivo, Professor IV Educação Física, com matrícula nº. 300/02, referente ao período aquisitivo vencido em Janeiro/2016, por 60 (sessenta) dias, a partir de 01 de Setembro à 30 de Outubro de 2017, retornando em 31 de Outubro de 2017, conforme Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos – LC 051/2017 de 22/08/2017; , que assim dispõe:

Art. 101 Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio, com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de setembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe

Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 173/2017

PORTARIA Nº. 173/2017.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. MARLEI KLEIN BADIA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE SAÚDE - PSF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera A PEDIDO da Servidora Pública, a Sra. MARLEI KLEIN BADIA, do cargo de Agente de Saúde - PSF, cadastrada sob matrícula nº. 583/12, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01/09/2017, conforme requerimento da mesma e seu deferimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de setembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

ATA N. 10-2017 PROCESSO LICITATÓRIO 011-2017

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIGRINHOS</p> <p>CNPJ: 11.396.412/0001-09 AVENIDA FELIPE BACZINSKI, 503 C.E.P.: 89875-000 - Tigrinhos - SC</p>	<p align="center">TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2017 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 11/2017 Processo de Licitação: 11/2017 Data do Processo: 25/07/2017</p>
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 10/2017 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS 1ª ETAPA, E EXECUÇÃO DO PROJETO DE ADEQUAÇÃO DA UNIDADE A ACESSIBILIDADE INTERNA, CONFORME PROJETOS ANEXOS AO PROCESSO LICITATÓRIO, SOB REGIME DE MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL.

Em razão da decisão de negar provimento aos recursos apresentados, a comissão designa a data de 04/09/2017 às 09h00min para abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas.

Tigrinhos, 1 de Setembro de 2017

COMISSÃO:

MAICON BRUXEL	-	- Presidente da Comissão de Licitação
CLEITON SOETHE	-	- MEMBRO
BERNARDETE DAS GRAÇAS A.T. HONNEF	-	- MEMBRO

Tijucas

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/FMAS/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 014/FMAS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/FMAS/2017
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 014/FMAS/2017

Objeto: Aquisição de material de expediente para o CRAS, o CREAS e o Cadastro Único, do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 14 de setembro de 2017, às 09h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 096/PMT/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/PMT/2017
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 096/PMT/2017

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de Coffe Break para as recepções, do Gabinete do Prefeito, do Município de Tijucas/ SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Data de Abertura: 14 de setembro de 2017, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 097/PMT/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/PMT/2017
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 097/PMT/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA PESADA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU/PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS S/C.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Data de Abertura: 15 de setembro de 2017, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 57/2017 PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 57/2017 - Pregão Presencial - menor preço por lote

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação das máquinas pesadas do município de Timbé do Sul.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 15/09/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 15/09/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h30min as 11h30 horas e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133. Roberto Biava

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

ATA JULGAMENTO CONCORRÊNCIA N.º 16 2017 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO Nº 16/2017 - FCT

Às nove horas, do trigésimo dia, do mês de agosto de dois mil e dezesete, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de janeiro de 2017, sob a presidência da Sra. Lourdes Moser, estando presentes os membros Ângela Preuss e Moacyr Cristofolini, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Concorrência nº 16/2017 – FCT.

Em análise dos documentos de Habilitação das empresas participantes, não atenderam às exigências do edital, como segue:

1 - TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA ME:

a) 6.1.3 - Certidão Negativa de Distribuidores

2 - CENTRO DE DIVERSÕES IMPERIAL LTDA ME:

b) 6.1.4.1 – e) Declaração

6.1.2 - e) Certidão Negativa de Débitos – Município de Timbó = POSITIVA

6.1.2 - b) Certidão Negativa de Débitos União = VENCIDA

3 – POINT PARK DIVER. E TRANSP. FEIRAS LTDA./ME:

a) 6.1.5 – b) Croqui de montagem

Da análise do item 6.1.5 – Qualificação Técnica, a Fundação Cultural entendeu que as Empresas TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA ME e CENTRO DE DIVERSÕES IMPERIAL LTDA ME atenderam as exigências do Edital e a Empresa POINT PARK DIVER. E TRANSP. FEIRAS LTDA ME não atendeu as exigências especificadas no Edital por não ter apresentado o croqui de montagem – item 6.1.5.

O Parecer Técnico Contábil elaborado pela Contadora Sra. Glétia de Souza aponta que as Empresas TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA ME e CENTRO DE DIVERSÕES IMPERIAL LTDA ME atenderam a todos os requisitos do Edital e a Empresa POINT PARK DIVER. E TRANSP. FEIRAS LTDA ME não atendeu ao requisito do item 6.1.3 do Edital, alegando estar desobrigada, estando assim em desacordo com a Orientação Técnica do IGAM nº. 22.411/2017.

Analizada toda documentação, decidimos pela INABILITAÇÃO das empresas TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA ME, CENTRO DE DIVERSÕES IMPERIAL LTDA ME e POINT PARK DIVER. E TRANSP. FEIRAS LTDA ME. No entanto, nos termos do item 5.2 do Edital, poderão os proponentes inabilitados, notificados que, querendo, no prazo de 8(oito) dias úteis, providenciarem os documentos escoimados dos vícios que geraram sua inabilitação, de acordo com o disposto no art. 48, parágrafo 3º, da Lei nº. 8666/1993 e suas alterações.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímese.

LOURDES MOSER

Presidente

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 03 2017 FMAS - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALMOÇO NA III GINCANA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 FMAS

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para a realização de almoço aos grupos Ações Sócio - Assistenciais do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV, que participarão da IIIª Gincana Municipal no dia 19/09/2017, no Centro de Convivência do Idoso em atendimento às necessidades das Secretarias de Saúde e Assistência Social. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 15 de setembro de 2017. ABERTURA: dia 15 de setembro de 2017 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó, 31 de agosto de 2017

DEISE A. N. MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 004/2017

Página 1/30

PUBLICAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 004/2017**

A **Fazenda Municipal de Timbó**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os arts. 114 ao 119, e art. 128, todos da Lei Complementar nº 142, de 21/12/98 – Código Tributário Municipal, **NOTIFICA** os contribuintes em débito com a Fazenda Municipal, da inscrição em dívida ativa de créditos tributários e não tributários, referente aos exercícios fiscais de 2010 a 2016.

Os créditos inscritos em dívida ativa estão acrescidos: **a)** Atualização monetária prevista nos arts. 137 e 434 da LC nº142/98, com redação da Lei Complementar nº193/2000 e art. 6º da Lei Complementar nº255/2003; **b)** Juros previstos no art. 73 da LC nº142/98; **c)** Multa prevista no art. 193 da LC nº142/98.

Os créditos inscritos em dívida ativa oriundos do Simples Nacional sujeitam-se-a à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda conforme art. 21 da Lei Complementar nº123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Desta forma, cientificamos o(s) contribuinte(s) quanto aos débitos inscritos em dívida ativa e quanto ao **prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital**, para: Pagamento integral da dívida, ou para pedido de parcelamento de débitos, e/ou para apresentação de Defesa ou Recurso, na sede da municipalidade, sita na Av. Getúlio Vargas, 700, neste Município.

Esgotado o prazo mencionado, a repartição competente providenciará a deflagração do processo judicial, para cobrança judicial, conforme art. 128 da LC nº142/98.

Notificação: 1209/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: A.C.B. INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA ME

CNPJ: 11.241.010/0001-35

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9266/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,28	10,10	1,35	17,52	86,25	A
9847/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	9,44	78,19	A
8918/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,83	13,55	1,35	25,60	94,33	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				174,52	27,64	4,05	52,56	258,77	

EM EXTENSO: duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos

Notificação: 1210/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: A.C.B. INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA ME

CNPJ: 11.241.010/0001-35

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3722/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	296,63	96,60	7,87	192,69	593,79	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				296,63	96,60	7,87	192,69	593,79	
EM EXTENSO: quinhentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos									

Notificação: 1318/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: A.C.B. INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA ME

CNPJ: 11.241.010/0001-35

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9848/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,30	43,94	A
9267/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	9,85	48,49	A
8919/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,39	53,01	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				98,09	15,53	2,28	29,54	145,44	
EM EXTENSO: cento e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos									

Notificação: 1319/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: A.C.B. INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA ME

CNPJ: 11.241.010/0001-35

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9846/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	23,87	197,75	A
9265/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	44,32	218,18	A
8917/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	64,78	238,67	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				441,48	69,92	10,23	132,97	654,60	
EM EXTENSO: seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos									

Notificação: 1320/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: A.C.B. INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA ME

CNPJ: 11.241.010/0001-35

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9849/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	15,91	131,83	A
9264/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	29,54	145,44	A
8916/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	43,19	159,12	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				294,32	46,62	6,81	88,64	436,39	
EM EXTENSO: quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos									

Notificação: 2223/2017 DE 05/07/2017

Contribuinte: ALVARO ANDRE RODRIGUES

CPF: 053.855.579-35

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4880/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	59,81	3,76	1,27	9,54	74,38	A
4879/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	102,43	6,44	2,18	16,33	127,38	A
4878/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	28,05	1,76	0,60	4,47	34,88	A
4769/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	23,82	6,00	0,60	11,93	42,35	A
4770/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	108,72	27,37	2,72	54,44	193,25	A

4771/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	46,47	11,70	1,16	23,27	82,60	A
4199/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	54,03	9,53	1,27	17,16	81,99	A
4198/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	115,68	20,40	2,72	36,74	175,54	A
4197/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	25,35	4,47	0,60	8,05	38,47	A
2200/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	171,87	55,97	4,56	113,93	346,33	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				736,23	147,40	17,68	295,86	1.197,17	

EM EXTENSO: um mil, cento e noventa e sete reais e dezessete centavos

Notificação: 1214/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ANDERSON PATRICIO

CPF: 029.848.319-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3447/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	335,04	109,11	8,90	217,64	670,69	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				335,04	109,11	8,90	217,64	670,69	

EM EXTENSO: seiscentos e setenta reais e sessenta e nove centavos

Notificação: 1215/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ANDERSON PATRICIO

CPF: 029.848.319-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8073/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	60,55	15,24	1,52	28,80	106,11	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				60,55	15,24	1,52	28,80	106,11	

EM EXTENSO: cento e seis reais e onze centavos

Notificação: 1216/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ANDERSON PATRICIO

CPF: 029.848.319-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8075/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,39	53,01	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				30,25	7,61	0,76	14,39	53,01	

EM EXTENSO: cinquenta e três reais e um centavo

Notificação: 1217/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ANDERSON PATRICIO

CPF: 029.848.319-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8076/2014 - 0	ISS - Fixo	18/02/2015	15/04/2014	217,90	54,85	5,46	103,65	381,86	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				217,90	54,85	5,46	103,65	381,86	

EM EXTENSO: trezentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos

Notificação: 1218/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ANDERSON PATRICIO

CPF: 029.848.319-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9019/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	256,62	16,14	5,46	38,19	316,41	A

TOTAL DAS PARCELAS EM R\$	256,62	16,14	5,46	38,19	316,41	
EM EXTENSO: trezentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos						

Notificação: 1219/2017 DE 02/06/2017
 Contribuinte: ANDERSON PATRICIO
 CPF: 029.848.319-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9021/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,30	43,94	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				35,64	2,24	0,76	5,30	43,94	
EM EXTENSO: quarenta e três reais e noventa e quatro centavos									

Notificação: 1220/2017 DE 02/06/2017
 Contribuinte: ANDERSON PATRICIO
 CPF: 029.848.319-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9022/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	71,28	4,48	1,52	10,61	87,89	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				71,28	4,48	1,52	10,61	87,89	
EM EXTENSO: oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos									

Notificação: 1221/2017 DE 02/06/2017
 Contribuinte: ANDERSON PATRICIO
 CPF: 029.848.319-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9020/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	7,55	62,54	A
8074/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,09	10,85	1,08	20,50	75,52	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				93,81	14,04	2,16	28,05	138,06	
EM EXTENSO: cento e trinta e oito reais e seis centavos									

Notificação: 3184/2017 DE 27/07/2017
 Contribuinte: ARLINDO CARDOSO
 CPF: 379.591.159-15

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4111/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	132,76	8,35	2,82	22,58	166,51	A
4110/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	68,18	4,29	1,45	11,60	85,52	A
4109/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	75,17	4,73	1,60	12,78	94,28	A
4019/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	30/05/2014	15,95	4,01	0,40	7,58	27,94	A
4020/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	30/05/2014	19,28	4,85	0,48	9,17	33,78	A
4021/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	30/05/2014	25,76	6,48	0,64	12,25	45,13	A
3382/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	119,97	21,15	2,82	39,51	183,45	A
3381/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	61,60	10,86	1,45	20,29	94,20	A
3380/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	67,92	11,97	1,60	22,37	103,86	A
1919/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	233,30	75,98	6,19	157,73	473,20	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				819,89	152,67	19,45	315,86	1.307,87	
EM EXTENSO: um mil, trezentos e sete reais e oitenta e sete centavos									

Notificação: 1998/2017 DE 27/06/2017

Contribuinte: AVELAR HABITZREITER (MEI)

CNPJ: 17.117.561/0001-78

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10130/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,84	13,55	1,35	26,28	95,02	A
10131/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	14,78	53,43	A
4071/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	79,42	25,87	2,11	52,65	160,05	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				163,53	47,04	4,22	93,71	308,50	
EM EXTENSO: trezentos e oito reais e cinquenta centavos									

Notificação: 1992/2017 DE 27/06/2017

Contribuinte: C.E.Z. IND. COM. CONFEC. LTDA ME

CNPJ: 80.978.869/0001-44

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8854/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,30	10,10	1,35	18,20	86,95	A
8522/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,29	95,04	A
9475/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9474/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,11	78,86	A
9473/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	25,57	199,45	A
8855/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8853/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,93	25,55	3,41	46,03	219,92	A
8523/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	14,78	53,43	A
8521/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	66,49	240,38	A
3593/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	210,87	68,68	5,60	139,79	424,94	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				925,05	181,78	22,16	363,17	1.492,16	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos									

Notificação: 2119/2017 DE 30/06/2017

Contribuinte: COLORTAG ETIQUETAS & TAG'S PARA AUTOMACAO LTDA EPP

CNPJ: 02.142.056/0001-06

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8762/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8761/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
8760/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8139/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8138/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,63	17,04	2,27	30,69	146,63	A
8137/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,63	17,04	2,27	30,69	146,63	A
7859/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	14,78	53,43	A
7858/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,81	22,86	2,27	44,33	160,27	A
7857/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,81	22,86	2,27	44,33	160,27	A
3380/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	202,92	66,08	5,38	134,51	408,89	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				889,75	174,88	21,28	349,34	1.435,25	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos									

Notificação: 2627/2017 DE 17/07/2017

Contribuinte: CORBARI CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA ME

CNPJ: 17.016.089/0001-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13007/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	17/07/2017	20/03/2015	633,81	0,00	12,68	186,85	833,34	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				633,81	0,00	12,68	186,85	833,34	
EM EXTENSO: oitocentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos									

Notificação: 2660/2017 DE 17/07/2017

Contribuinte: CORBARI CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA ME

CNPJ: 17.016.089/0001-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10566/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/06/2015	143,92	25,37	3,39	44,02	216,70	A
11079/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
11078/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	212,38	13,36	4,51	36,12	266,37	A
11077/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
10567/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/06/2015	32,20	5,68	0,76	9,85	48,49	A
10565/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/06/2015	72,45	12,77	1,70	22,16	109,08	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				603,51	66,15	13,39	136,39	819,44	
EM EXTENSO: oitocentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos									

Notificação: 1146/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ECATEX CONFECÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 00.354.706/0001-51

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5868/2012 - 0	ISS - Retido na Fonte - Economico	12/04/2017	15/12/2012	17,42	7,02	0,49	13,20	38,13	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				17,42	7,02	0,49	13,20	38,13	
EM EXTENSO: trinta e oito reais e treze centavos									

Notificação: 1147/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ECATEX CONFECÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 00.354.706/0001-51

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8637/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/06/2015	437,84	77,19	10,30	123,61	648,94	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				437,84	77,19	10,30	123,61	648,94	
EM EXTENSO: seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos									

Notificação: 1148/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ECATEX CONFECÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 00.354.706/0001-51

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8638/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/06/2015	21,40	3,77	0,50	6,04	31,71	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				21,40	3,77	0,50	6,04	31,71	
EM EXTENSO: trinta e um reais e setenta e um centavos									

Notificação: 1149/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ECATEX CONFECÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 00.354.706/0001-51

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8636/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/06/2015	96,60	17,03	2,27	27,27	143,17	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				96,60	17,03	2,27	27,27	143,17	

EM EXTENSO: cento e quarenta e três reais e dezessete centavos

Notificação: 1150/2017 DE 02/06/2017

Contribuinte: ECATEX CONFECÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 00.354.706/0001-51

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8635/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/06/2015	128,84	22,72	3,03	36,37	190,96	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				128,84	22,72	3,03	36,37	190,96	

EM EXTENSO: cento e noventa reais e noventa e seis centavos

Notificação: 2719/2017 DE 18/07/2017

Contribuinte: EDITORA SANTA TEXTIL LTDA - ME

CNPJ: 14.087.127/0001-02

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11757/2014 - 0	Simples Nacional	18/07/2017	20/03/2014	50,00	0,00	1,00	20,14	71,14	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				50,00	0,00	1,00	20,14	71,14	

EM EXTENSO: setenta e um reais e quatorze centavos

Notificação: 2475/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: EDUARDO ANTONIO ROMUALDO ME

CNPJ: 11.203.041/0001-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9838/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9837/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9836/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	52,82	3,32	1,12	8,42	65,68	A
9835/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8907/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	44,86	11,29	1,12	21,90	79,17	A
8908/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,78	53,44	A
8906/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
8905/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3719/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	245,20	79,86	6,50	162,54	494,10	A
12563/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	30,69	146,61	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				900,86	180,54	21,61	366,77	1.469,78	

EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos

Notificação: 2090/2017 DE 28/06/2017

Contribuinte: EGON FRIESE (+)

CPF: 379.652.559-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2364/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,25	36,56	3,64	72,72	258,17	A
1630/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	140,90	24,84	3,31	44,75	213,80	A

1632/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,10	29,81	3,98	53,71	256,60	A
1324/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	323,77	105,45	8,59	214,62	652,43	A
1631/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	66,26	11,68	1,56	21,04	100,54	A
2423/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	29,83	232,70	A
2422/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	91,60	5,76	1,95	14,60	113,91	A
2421/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	155,93	9,81	3,31	24,86	193,91	A
2362/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	132,40	33,33	3,31	66,29	235,33	A
2363/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	62,26	15,67	1,56	31,17	110,66	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.474,59	284,68	35,19	573,59	2.368,05	
EM EXTENSO: dois mil, trezentos e sessenta e oito reais e cinco centavos									

Notificação: 2091/2017 DE 28/06/2017

Contribuinte: EGON FRIESE (+)

CPF: 379.652.559-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
6941/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	24,52	1,54	0,52	3,91	30,49	A
6722/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	20,82	5,24	0,52	10,42	37,00	A
6723/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	49,82	12,54	1,25	24,94	88,55	A
6314/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	58,42	10,30	1,37	18,55	88,64	A
6313/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	22,16	3,91	0,52	7,04	33,63	A
3030/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	69,56	22,65	1,85	46,11	140,17	A
6942/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	64,65	4,07	1,37	10,31	80,40	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				309,95	60,25	7,40	121,28	498,88	
EM EXTENSO: quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos									

Notificação: 2633/2017 DE 17/07/2017

Contribuinte: ELVIRA MACHADO

CPF: 896.448.919-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3739/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	132,69	33,40	3,32	68,10	237,51	A
3102/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	50,70	8,94	1,19	16,70	77,53	A
3104/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	154,44	27,23	3,63	50,87	236,17	A
1816/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	374,30	121,90	9,92	253,07	759,19	A
3103/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	151,11	26,64	3,56	49,77	231,08	A
3831/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	170,93	10,75	3,63	29,07	214,38	A
3830/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	167,23	10,52	3,56	28,44	209,75	A
3829/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	56,13	3,53	1,19	9,55	70,40	A
3737/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	47,67	12,00	1,19	24,46	85,32	A
3738/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	213,00	53,61	5,33	109,31	381,25	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.518,20	308,52	36,52	639,34	2.502,58	
EM EXTENSO: dois mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e oito centavos									

Notificação: 2634/2017 DE 17/07/2017

Contribuinte: ELVIRA MACHADO

CPF: 896.448.919-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
6844/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	7,02	0,44	0,15	1,19	8,80	A
6649/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	8,96	2,26	0,22	4,60	16,04	A
6650/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	14,29	3,60	0,36	7,33	25,58	A
6225/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	16,78	2,96	0,39	5,53	25,66	A
6224/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	6,34	1,12	0,15	2,09	9,70	A

2996/2013 - 0	IPU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	24,81	8,08	0,66	16,77	50,32	A
6845/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	18,57	1,17	0,39	3,16	23,29	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				96,77	19,63	2,32	40,67	159,39	
EM EXTENSO: cento e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos									

Notificação: 2860/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EDIRAY LTDA ME

CNPJ: 07.365.300/0001-13

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9332/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	126,85	7,98	2,70	21,57	159,10	A
9331/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
8370/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	107,70	27,11	2,70	53,92	191,43	A
8700/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	114,63	20,21	2,70	37,76	175,30	A
9333/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
8701/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
8699/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,63	17,04	2,27	31,83	147,77	A
8371/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	15,16	53,81	A
8369/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,81	22,86	2,27	45,47	161,41	A
3541/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	218,88	71,28	5,81	147,98	443,95	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				960,53	188,75	23,00	388,54	1.560,82	
EM EXTENSO: um mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos									

Notificação: 2861/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EDIRAY LTDA ME

CNPJ: 07.365.300/0001-13

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
659/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	08/09/2015	07/07/2013	285,76	93,07	7,58	185,63	572,04	A
660/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	08/09/2015	17/08/2013	571,52	186,14	15,15	363,68	1.136,49	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				857,28	279,21	22,73	549,31	1.708,53	
EM EXTENSO: um mil, setecentos e oito reais e cinquenta e três centavos									

Notificação: 893/2017 DE 19/04/2017

Contribuinte: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA MONTE MORIA LTDA

CNPJ: 11.511.033/0001-12

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9924/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	14,77	130,69	A
3752/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	167,99	54,72	4,46	106,91	334,08	A
9925/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	8,76	77,51	A
4461/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	16/12/2013	210,00	68,40	5,57	114,14	398,11	A
4462/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	15/01/2014	163,44	53,23	4,33	86,67	307,67	A
11073/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	15/01/2015	652,50	164,24	16,33	228,69	1.061,76	A
10931/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	17/02/2014	210,00	52,86	5,26	102,52	370,64	A
10932/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	17/03/2014	432,00	108,74	10,81	205,48	757,03	A
10933/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	15/04/2014	675,00	169,90	16,90	312,61	1.174,41	A
10934/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	16/06/2014	153,51	38,64	3,84	67,25	263,24	A
10935/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	15/07/2014	630,00	158,58	15,77	268,12	1.072,47	A
10936/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	15/08/2014	597,00	150,27	14,95	246,60	1.008,82	A
10937/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	15/10/2014	300,00	75,51	7,51	116,41	499,43	A

10938/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	17/11/2014	215,58	54,26	5,40	80,95	356,19	A
10939/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	15/12/2014	450,00	113,27	11,27	163,35	737,89	A
9358/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	9,47	48,11	A
9356/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	28,41	144,33	A
9003/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,26	7,62	0,76	14,02	52,66	A
9001/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	42,05	157,98	A
9926/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,92	43,56	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				5.312,87	1.328,77	132,84	2.222,10	8.996,58	

EM EXTENSO: oito mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e oito centavos

Notificação: 894/2017 DE 19/04/2017
 Contribuinte: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA MONTE MORIA LTDA
 CNPJ: 11.511.033/0001-12

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9002/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	24,94	93,69	A
9357/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	57,29	10,10	1,35	16,85	85,59	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				111,14	23,65	2,70	41,79	179,28	

EM EXTENSO: cento e setenta e nove reais e vinte e oito centavos

Notificação: 1911/2017 DE 23/06/2017
 Contribuinte: ERILDA CAPISTRANO BRUNER DOS SANTOS (MEI)
 CNPJ: 15.835.542/0001-51

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4028/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	296,63	96,60	7,87	196,63	597,73	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				296,63	96,60	7,87	196,63	597,73	

EM EXTENSO: quinhentos e noventa e sete reais e setenta e três centavos

Notificação: 1626/2017 DE 16/06/2017
 Contribuinte: ERNA BRANDAO
 CPF: 948.553.159-15

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
6595/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	5.444,70	342,50	115,74	868,08	6.771,02	A
6411/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	4.623,45	1.163,77	115,74	2.314,89	8.217,85	A
5938/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	4.919,80	867,40	115,74	1.562,54	7.465,48	A
2880/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	4.368,25	1.422,71	115,82	2.895,49	8.802,27	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				19.356,20	3.796,38	463,04	7.641,00	31.256,62	

EM EXTENSO: trinta e um mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos

Notificação: 2636/2017 DE 17/07/2017
 Contribuinte: EUCLIDES ANTONIO TRAVAGLIA
 CPF: 460.674.189-91

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3818/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	157,18	9,89	3,34	26,73	197,14	A
3817/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	110,88	6,97	2,36	18,86	139,07	A
3816/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	85,54	5,38	1,82	14,55	107,29	A
3721/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	72,64	18,28	1,82	37,28	130,02	A
3722/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	94,17	23,70	2,36	48,33	168,56	A

3723/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	122,04	30,72	3,06	62,63	218,45	A
3085/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	142,02	25,04	3,34	46,78	217,18	A
3084/2015 - 0	IPU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	100,18	17,66	2,36	33,00	153,20	A
3083/2015 - 0	IPU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	77,28	13,63	1,82	25,45	118,18	A
1810/2013 - 0	IPU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	275,55	89,74	7,31	186,30	558,90	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.237,48	241,01	29,59	499,91	2.007,99	
EM EXTENSO: dois mil, sete reais e noventa e nove centavos									

Notificação: 2800/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: EZIQUEL MARCOS NUNES - ME

CNPJ: 12.382.618/0001-42

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9465/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,30	10,10	1,35	18,87	87,62	A
10031/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
10030/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
10029/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,78	79,53	A
10028/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
9165/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,96	95,71	A
9466/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
9464/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	31,82	147,72	A
9463/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	31,82	147,72	A
9166/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	15,16	53,82	A
9164/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
9163/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
3805/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	253,70	82,63	6,73	171,53	514,59	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.115,02	219,05	26,68	450,89	1.811,64	
EM EXTENSO: um mil, oitocentos e onze reais e sessenta e quatro centavos									

Notificação: 2821/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: FACHINI FORROS DIV. COM. DECOR. LTDA ME

CNPJ: 07.504.485/0001-08

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8651/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	91,68	16,16	2,16	30,20	140,20	A
8329/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	86,16	21,69	2,16	43,14	153,15	A
9291/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
9290/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	101,47	6,38	2,16	17,26	127,27	A
9289/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
8652/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
8650/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,63	17,04	2,27	31,83	147,77	A
8330/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	15,16	53,81	A
8328/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,81	22,86	2,27	45,47	161,41	A
3526/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	198,54	64,66	5,27	134,23	402,70	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				870,32	171,06	20,84	352,14	1.414,36	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e quatorze reais e trinta e seis centavos									

Notificação: 2357/2017 DE 10/07/2017

Contribuinte: FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DE JUDO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 11.984.387/0001-84

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9414/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	95,49	16,84	2,25	30,33	144,91	A
9992/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9991/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	105,68	6,65	2,25	16,85	131,43	A
9990/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9093/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	89,73	22,59	2,25	43,80	158,37	A
9415/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
9413/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,63	17,04	2,27	30,69	146,63	A
9094/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	14,78	53,43	A
9092/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,81	22,86	2,27	44,33	160,27	A
3785/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	201,90	65,75	5,36	133,84	406,85	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				885,27	174,00	21,20	347,58	1.428,05	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinco centavos									

Notificação: 2358/2017 DE 10/07/2017

Contribuinte: FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DE JUDO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 11.984.387/0001-84

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
644/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	08/09/2015	21/07/2013	571,52	186,14	15,15	363,68	1.136,49	A
643/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	08/09/2015	08/05/2013	285,76	93,07	7,58	193,20	579,61	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				857,28	279,21	22,73	556,88	1.716,10	
EM EXTENSO: um mil, setecentos e dezesseis reais e dez centavos									

Notificação: 1943/2017 DE 26/06/2017

Contribuinte: G.B. COM. MADEIRAS LTDA

CNPJ: 03.778.377/0001-64

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7971/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	86,17	21,69	2,16	42,07	152,09	A
8903/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8902/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
8901/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	101,47	6,38	2,16	16,18	126,19	A
8900/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8280/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	91,69	16,17	2,16	29,12	139,14	A
8281/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8279/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8278/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
7972/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,78	53,44	A
7970/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
7969/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3411/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	284,22	92,57	7,54	188,40	572,73	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.250,31	245,59	29,92	490,58	2.016,40	
EM EXTENSO: dois mil, dezesseis reais e quarenta centavos									

Notificação: 2286/2017 DE 07/07/2017

Contribuinte: GALTIM TRATAMENTOS SUPERFICIES LTDA

CNPJ: 01.451.153/0001-18

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10991/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	17/02/2014	51,58	12,98	1,29	26,47	92,32	A
10992/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	17/03/2014	91,20	22,96	2,28	45,66	162,10	A
10993/2014 - 0	ISS - Homologado	12/03/2015	15/04/2014	8,83	2,22	0,22	4,31	15,58	A
4301/2013 - 0	ISS - Homologado	17/02/2014	15/01/2014	1,80	0,59	0,05	1,00	3,44	A
4300/2013 - 0	ISS - Homologado	17/02/2014	16/12/2013	78,17	25,46	2,07	44,56	150,26	A
4299/2013 - 0	ISS - Homologado	17/02/2014	15/10/2013	60,42	19,68	1,60	36,05	117,75	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				292,00	83,89	7,51	158,05	541,45	
EM EXTENSO: quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos									

Notificação: 2288/2017 DE 07/07/2017

Contribuinte: GALTIM TRATAMENTOS SUPERFICIES LTDA

CNPJ: 01.451.153/0001-18

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8486/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	91,69	16,17	2,16	29,12	139,14	A
9117/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9116/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9115/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	101,47	6,38	2,16	16,18	126,19	A
9114/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8487/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8485/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8484/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				668,04	77,99	14,92	156,67	917,62	
EM EXTENSO: novecentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos									

Notificação: 3299/2017 DE 17/08/2017

Contribuinte: GEMINI CONFEC. LTDA ME

CNPJ: 04.159.106/0001-93

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8911/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	19,32	135,24	A
8910/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,44	45,08	A
8909/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	285,31	17,95	6,07	51,55	360,88	A
8908/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	28,98	202,86	A
8292/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	257,79	45,45	6,06	87,94	397,24	A
7983/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	242,25	60,98	6,06	124,32	433,61	A
8293/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,99	49,65	A
8291/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	49,43	223,29	A
8290/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	32,95	148,85	A
7984/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	15,52	54,14	A
7982/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	69,90	243,79	A
7981/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	46,59	162,49	A
3415/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	474,49	154,53	12,59	327,09	968,70	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.093,73	410,97	50,10	871,02	3.425,82	
EM EXTENSO: três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos									

Notificação: 1358/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: GENTIL BONATTI

CPF: 009.688.119-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2035/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	1.302,46	81,93	27,69	193,81	1.605,89	A
1999/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	1.105,98	278,39	27,69	539,90	1.951,96	A
1250/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	357,73	63,07	8,42	109,41	538,63	A
2000/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	336,18	84,62	8,42	164,11	593,33	A
1249/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	1.176,91	207,50	27,69	359,95	1.772,05	A
2036/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	395,90	24,90	8,42	58,91	488,13	A
1189/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	1.501,71	489,09	39,83	975,50	3.006,13	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				6.176,87	1.229,50	148,16	2.401,59	9.956,12	
EM EXTENSO: nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e doze centavos									

Notificação: 1359/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: GENTIL BONATTI

CPF: 009.688.119-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2038/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	128,66	8,09	2,74	19,15	158,64	A
1190/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	316,06	102,94	8,39	205,32	632,71	A
1252/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	116,25	20,50	2,74	35,56	175,05	A
2002/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	109,25	27,50	2,74	53,33	192,82	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				670,22	159,03	16,61	313,36	1.159,22	
EM EXTENSO: um mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos									

Notificação: 1360/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: GENTIL BONATTI

CPF: 009.688.119-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5435/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	501,06	126,12	12,54	244,60	884,32	A
4845/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	533,17	94,00	12,54	163,06	802,77	A
2458/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	613,12	199,69	16,26	398,28	1.227,35	A
5561/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	590,07	37,12	12,54	87,81	727,54	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.237,42	456,93	53,88	893,75	3.641,98	
EM EXTENSO: três mil, seiscentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos									

Notificação: 1361/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: GENTIL BONATTI

CPF: 009.688.119-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5547/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/06/2015	238,44	42,04	5,61	67,32	353,41	A
6077/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	336,18	84,62	8,42	164,11	593,33	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				574,62	126,66	14,03	231,43	946,74	
EM EXTENSO: novecentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos									

Notificação: 1362/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: GENTIL BONATTI

CPF: 009.688.119-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1251/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	51,71	254,58	A
2037/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	27,84	230,71	A

2001/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	70,91	256,37	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				501,46	78,14	11,60	150,46	741,66	
EM EXTENSO: setecentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos									

Notificação: 1363/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: GENTIL BONATTI

CPF: 009.688.119-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1253/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	260,85	45,99	6,14	79,78	392,76	A
2039/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	288,69	18,16	6,14	42,96	355,95	A
2003/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	222,45	55,99	5,57	108,59	392,60	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				771,99	120,14	17,85	231,33	1.141,31	
EM EXTENSO: um mil, cento e quarenta e um reais e trinta e um centavos									

Notificação: 1364/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: GENTIL BONATTI

CPF: 009.688.119-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5436/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	70,91	256,37	A
4846/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	51,71	254,58	A
5562/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	27,84	230,71	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				501,46	78,14	11,60	150,46	741,66	
EM EXTENSO: setecentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos									

Notificação: 1365/2017 DE 06/06/2017

Contribuinte: GENTIL BONATTI

CPF: 009.688.119-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5548/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/06/2015	112,72	19,87	2,65	31,82	167,06	A
6078/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	70,91	256,37	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				257,98	56,43	6,29	102,73	423,43	
EM EXTENSO: quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e três centavos									

Notificação: 1566/2017 DE 13/06/2017

Contribuinte: GERMER INDUSTRIAL S.A

CNPJ: 86.375.706/0015-59

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1861/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	265,72	86,54	7,06	172,62	531,94	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				265,72	86,54	7,06	172,62	531,94	
EM EXTENSO: quinhentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos									

Notificação: 2245/2017 DE 06/07/2017

Contribuinte: GESSICA MAIARA DE OLIVEIRA ME

CNPJ: 12.760.304/0001-36

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9506/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,28	10,10	1,35	18,19	86,92	A
10068/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
10067/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
10066/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,11	78,86	A
10065/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	25,57	199,45	A
9223/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,83	13,55	1,35	26,28	95,01	A
9507/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
9505/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	46,02	219,88	A
9504/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
9224/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
9222/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	66,49	240,38	A
9221/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3820/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	17/06/2013	176,19	57,39	4,68	114,45	352,71	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.184,60	217,10	28,05	429,85	1.859,60	
EM EXTENSO: um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos									

Notificação: 2560/2017 DE 14/07/2017

Contribuinte: GIOVANI ALBERTO NUNES (MEI)

CNPJ: 11.518.244/0001-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3748/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	167,99	54,72	4,46	111,37	338,54	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				167,99	54,72	4,46	111,37	338,54	
EM EXTENSO: trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e quatro centavos									

Notificação: 3180/2017 DE 27/07/2017

Contribuinte: GOTTFRIED HEIMANN

CPF: 093.193.449-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7218/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	147,52	9,28	3,14	25,09	185,03	A
7217/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	360,79	22,70	7,67	61,36	452,52	A
7216/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	43,70	2,75	0,93	7,43	54,81	A
6962/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	37,08	9,33	0,93	19,03	66,37	A
6963/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	306,39	77,12	7,67	157,24	548,42	A
6964/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	114,54	28,83	2,87	58,78	205,02	A
6628/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	133,30	23,50	3,14	43,90	203,84	A
6627/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	326,01	57,48	7,67	107,38	498,54	A
6626/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	39,48	6,96	0,93	13,00	60,37	A
3130/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	363,06	118,24	9,63	245,47	736,40	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.871,87	356,19	44,58	738,68	3.011,32	
EM EXTENSO: três mil, onze reais e trinta e dois centavos									

Notificação: 2147/2017 DE 03/07/2017

Contribuinte: GREYTON INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA ME

CNPJ: 05.517.416/0001-03

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9168/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9167/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A

9166/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	126,85	7,98	2,70	20,22	157,75	A
9165/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8537/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	114,63	20,21	2,70	36,41	173,95	A
8218/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	107,72	27,11	2,70	52,58	190,11	A
8538/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8536/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8535/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8219/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
8217/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
8216/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3491/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	304,67	99,23	8,08	201,96	613,94	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.340,60	263,30	32,08	525,97	2.161,95	
EM EXTENSO: dois mil, cento e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos									

Notificação: 1810/2017 DE 22/06/2017

Contribuinte: HAROLDT HASS

CPF: 356.679.589-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
957/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/09/2015	36,91	6,51	0,87	9,55	53,84	A
956/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/09/2015	24,15	4,26	0,57	6,25	35,23	A
958/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/09/2015	26,57	4,68	0,63	6,88	38,76	A
1695/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	136,20	34,28	3,41	68,19	242,08	A
1696/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	208,11	52,38	5,21	104,20	369,90	A
1697/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	136,98	34,48	3,43	68,58	243,47	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				568,92	136,59	14,12	263,65	983,28	
EM EXTENSO: novecentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos									

Notificação: 1811/2017 DE 22/06/2017

Contribuinte: HAROLDT HASS

CPF: 356.679.589-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5160/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	82,56	20,78	2,07	41,34	146,75	A
2350/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	230,04	74,92	6,11	152,49	463,56	A
5161/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	158,06	39,79	3,96	79,14	280,95	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				470,66	135,49	12,14	272,97	891,26	
EM EXTENSO: oitocentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos									

Notificação: 3053/2017 DE 21/07/2017

Contribuinte: HONORATO PEDRELLI

CPF: 216.903.089-15

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5612/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	31,82	234,69	A
5611/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	179,10	11,27	3,81	30,46	224,64	A
5610/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	177,35	11,16	3,77	30,16	222,44	A
5495/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	150,60	37,91	3,77	77,29	269,57	A
5496/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	121,95	30,70	3,05	62,59	218,29	A
5497/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	74,55	260,01	A
4907/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	55,69	258,56	A
4906/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	161,85	28,54	3,81	53,31	247,51	A
4905/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	160,26	28,26	3,77	52,79	245,08	A
2478/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	397,33	129,40	10,54	268,63	805,90	A

TOTAL DAS PARCELAS EM R\$	1.849,90	355,38	44,12	737,29	2.986,69	
EM EXTENSO: dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos						

Notificação: 1895/2017 DE 23/06/2017

Contribuinte: INCORPORADORA MAOTTE LTDA

CNPJ: 05.486.152/0001-60

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5967/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	17,14	1,08	0,36	2,73	21,31	A
5300/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	15,49	2,73	0,36	4,92	23,50	A
5298/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	2,80	0,49	0,07	0,89	4,25	A
5844/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	2,63	0,66	0,07	1,32	4,68	A
5845/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	12,80	3,22	0,32	6,41	22,75	A
5965/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	3,10	0,20	0,07	0,50	3,87	A
5966/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	15,08	0,95	0,32	2,40	18,75	A
5846/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	13,32	3,35	0,33	6,67	23,67	A
5299/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	13,62	2,40	0,32	4,33	20,67	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				95,98	15,08	2,22	30,17	143,45	
EM EXTENSO: cento e quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos									

Notificação: 1897/2017 DE 23/06/2017

Contribuinte: INCORPORADORA MAOTTE LTDA

CNPJ: 05.486.152/0001-60

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5981/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	290,08	18,25	6,17	46,25	360,75	A
5980/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	32,54	2,05	0,69	5,19	40,47	A
5321/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	162,65	28,68	3,83	51,66	246,82	A
5320/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	262,12	46,21	6,17	83,25	397,75	A
5319/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	29,43	5,19	0,69	9,35	44,66	A
5982/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	180,02	11,32	3,83	28,70	223,87	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				956,84	111,70	21,38	224,40	1.314,32	
EM EXTENSO: um mil, trezentos e quatorze reais e trinta e dois centavos									

Notificação: 1898/2017 DE 23/06/2017

Contribuinte: INCORPORADORA MAOTTE LTDA

CNPJ: 05.486.152/0001-60

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5860/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	270,99	68,21	6,78	135,68	481,66	A
5859/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	27,63	6,95	0,69	13,83	49,10	A
5985/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	180,02	11,32	3,83	28,70	223,87	A
5984/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	319,09	20,07	6,78	50,87	396,81	A
5983/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	32,54	2,05	0,69	5,19	40,47	A
5325/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	29,43	5,19	0,69	9,35	44,66	A
5326/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	288,33	50,83	6,78	91,57	437,51	A
5327/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	162,65	28,68	3,83	51,66	246,82	A
5861/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	139,74	35,17	3,50	69,96	248,37	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.450,42	228,47	33,57	456,81	2.169,27	
EM EXTENSO: dois mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos									

Notificação: 1900/2017 DE 23/06/2017

Contribuinte: INCORPORADORA MAOTTE LTDA

CNPJ: 05.486.152/0001-60

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5865/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	30,00	7,55	0,75	15,02	53,32	A
5986/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	35,36	2,22	0,75	5,64	43,97	A
2650/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	446,45	145,40	11,84	295,94	899,63	A
5867/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	72,73	258,19	A
5866/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	294,51	74,13	7,37	147,46	523,47	A
5988/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	29,83	232,70	A
5987/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	346,82	21,82	7,37	55,30	431,31	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.485,52	299,45	35,70	621,92	2.442,59	
EM EXTENSO: dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos									

Notificação: 2828/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: ISOLETE APARECIDA MARTINS (MEI)

CNPJ: 12.054.001/0001-06

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9097/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	44,88	11,30	1,12	22,47	79,77	A
9098/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	15,14	53,76	A
9096/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	45,45	161,35	A
9095/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	302,64	76,18	7,58	151,53	537,93	A
3786/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	445,29	145,02	11,81	301,06	903,18	A
12571/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	322,05	56,78	7,58	106,07	492,48	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.235,89	319,74	31,12	641,72	2.228,47	
EM EXTENSO: dois mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos									

Notificação: 1812/2017 DE 22/06/2017

Contribuinte: JOAO ANTONIO CAVALCA

CPF: 019.455.518-60

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1768/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/07/2016	93,57	5,89	1,99	11,94	113,39	A
1767/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/07/2016	381,30	23,99	8,11	48,63	462,03	A
1766/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/07/2016	30,06	1,89	0,64	3,83	36,42	A
1710/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	30/05/2014	51,03	12,84	1,28	23,63	88,78	A
1711/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	30/05/2014	323,76	81,49	8,11	149,94	563,30	A
1712/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	30/05/2014	72,63	18,28	1,82	33,64	126,37	A
1079/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	17/06/2013	566,14	184,38	15,01	367,76	1.133,29	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.518,49	328,76	36,96	639,37	2.523,58	
EM EXTENSO: dois mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos									

Notificação: 3118/2017 DE 26/07/2017

Contribuinte: JOAO BATISTA MARINS

CNPJ: 21.455.186/0001-43

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13241/2015 - 0	Simples Nacional	26/07/2017	20/10/2015	394,32	0,00	7,89	86,59	488,80	A
13242/2015 - 0	Simples Nacional	26/07/2017	20/11/2015	415,16	0,00	8,30	86,77	510,23	A
13243/2015 - 0	Simples Nacional	26/07/2017	21/12/2015	169,85	0,00	3,40	33,53	206,78	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				979,33	0,00	19,59	206,89	1.205,81	
EM EXTENSO: um mil, duzentos e cinco reais e oitenta e um centavos									

Notificação: 2868/2017 DE 19/07/2017
 Contribuinte: JOAO PAULO DE OLIVEIRA
 CPF: 036.367.269-94

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9724/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	213,85	13,45	4,55	36,37	268,22	A
9136/2015 - 0	ISS - Fixo	12/01/2016	15/04/2015	193,24	34,07	4,55	63,65	295,51	A
8786/2014 - 0	ISS - Fixo	18/02/2015	15/04/2014	181,60	45,71	4,55	90,92	322,78	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				588,69	93,23	13,65	190,94	886,51	
EM EXTENSO: oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos									

Notificação: 2869/2017 DE 19/07/2017
 Contribuinte: JOAO PAULO DE OLIVEIRA
 CPF: 036.367.269-94

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9134/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,82	8,08	1,08	15,09	70,07	A
8784/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,56	76,53	A
9726/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
9725/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,63	63,62	A
9135/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
8785/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	15,16	53,82	A
3680/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	243,51	79,31	6,47	164,63	493,92	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				481,22	116,96	11,99	241,74	851,91	
EM EXTENSO: oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos									

Notificação: 2671/2017 DE 18/07/2017
 Contribuinte: JONAS AUGUSTO KRAUSE (MEI)
 CNPJ: 17.246.616/0001-40

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10141/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,96	95,71	A
4075/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	167,99	54,72	4,46	113,58	340,75	A
10142/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,26	7,62	0,76	15,15	53,79	A
10140/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				342,90	98,75	8,84	201,15	651,64	
EM EXTENSO: seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos									

Notificação: 3121/2017 DE 26/07/2017
 Contribuinte: JOSE VALDIR DE SOUZA ME
 CNPJ: 12.596.232/0001-33

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13257/2015 - 0	Simples Nacional	26/07/2017	20/07/2015	10,20	0,00	0,20	2,58	12,98	A
13256/2015 - 0	Simples Nacional	26/07/2017	22/06/2015	7,00	0,00	0,14	1,85	8,99	A
11960/2014 - 0	Simples Nacional	26/07/2017	20/10/2014	17,00	0,00	0,34	5,79	23,13	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				34,20	0,00	0,68	10,22	45,10	
EM EXTENSO: quarenta e cinco reais e dez centavos									

Notificação: 2667/2017 DE 18/07/2017
 Contribuinte: JOSELIA DE RAMOS ME

CNPJ: 12.539.039/0001-60

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9472/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,83	8,08	1,08	15,09	70,08	A
10038/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
10037/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,63	63,62	A
10036/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
9190/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,07	10,84	1,08	21,56	76,55	A
9473/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
9471/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	31,82	147,74	A
9191/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,26	7,62	0,76	15,15	53,79	A
9189/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
3810/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	157,83	51,41	4,19	106,71	320,14	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				689,89	135,68	16,52	279,27	1.121,36	
EM EXTENSO: um mil, cento e vinte e um reais e trinta e seis centavos									

Notificação: 2337/2017 DE 10/07/2017

Contribuinte: LAILA RABAH KADER QASEM EL DAHLEN ME

CNPJ: 04.190.643/0001-04

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9067/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,82	8,08	1,08	14,55	69,53	A
8727/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,02	75,99	A
9659/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9658/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9657/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
9656/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9068/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
9066/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
9065/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8728/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,78	53,44	A
8726/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
8725/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3655/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	243,51	79,31	6,46	161,42	490,70	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.069,86	210,20	25,60	419,89	1.725,55	
EM EXTENSO: um mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos									

Notificação: 2807/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: LODEMAR BLOEDORN

CPF: 304.366.489-20

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3428/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	141,74	8,92	3,01	24,11	177,78	A
3427/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	190,57	11,99	4,05	32,41	239,02	A
3426/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	62,73	3,95	1,33	10,67	78,68	A
3298/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	53,25	13,40	1,33	27,33	95,31	A
3299/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	161,81	40,73	4,05	83,04	289,63	A
3300/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	110,03	27,70	2,75	56,47	196,95	A
2677/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	128,07	22,58	3,01	42,18	195,84	A
2676/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	172,21	30,36	4,05	56,72	263,34	A
2675/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	56,70	10,00	1,33	18,68	86,71	A
1670/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	309,84	100,91	8,21	209,48	628,44	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.386,95	270,54	33,12	561,09	2.251,70	
EM EXTENSO: dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e setenta centavos									

Notificação: 2691/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: MAICON RAFAEL SOARES (MEI)

CNPJ: 12.244.019/0001-62

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9104/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,96	95,71	A
9105/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,26	7,62	0,76	15,15	53,79	A
9103/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
3790/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	167,99	54,72	4,46	113,58	340,75	A
12572/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	31,82	147,74	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				439,52	115,78	11,11	232,97	799,38	
EM EXTENSO: setecentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos									

Notificação: 3190/2017 DE 27/07/2017

Contribuinte: MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ROOMAR LTDA - ME

CNPJ: 15.669.478/0001-86

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13279/2015 - 0	Simples Nacional	27/07/2017	20/03/2015	160,00	0,00	3,20	47,17	210,37	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				160,00	0,00	3,20	47,17	210,37	
EM EXTENSO: duzentos e dez reais e trinta e sete centavos									

Notificação: 2588/2017 DE 14/07/2017

Contribuinte: MARCOS PAULO FERREIRA COMIN ME

CNPJ: 11.841.169/0001-90

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9039/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,02	75,99	A
9958/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	285,13	17,94	6,06	45,46	354,59	A
9957/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9956/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
9955/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9384/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,81	8,08	1,08	14,55	69,52	A
9385/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
9383/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
9382/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	257,64	45,42	6,06	81,83	390,95	A
9040/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
9038/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	44,32	160,22	A
9037/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	242,10	60,94	6,06	118,19	427,29	A
3766/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	386,41	125,84	10,25	256,14	778,64	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.703,27	334,39	40,76	668,01	2.746,43	
EM EXTENSO: dois mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos									

Notificação: 2891/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: MARILEIA DE SOUZA (MEI)

CNPJ: 12.337.768/0001-34

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9136/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,96	95,71	A
9137/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,26	7,62	0,76	15,15	53,79	A
9135/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
3797/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	167,99	54,72	4,46	113,58	340,75	A

12574/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	31,82	147,74	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				439,52	115,78	11,11	232,97	799,38	
EM EXTENSO: setecentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos									

Notificação: 1671/2017 DE 19/06/2017

Contribuinte: MILTON SIMAS (MEI)

CNPJ: 15.090.540/0001-80

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9921/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,29	95,04	A
12641/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	644,10	113,56	15,15	204,57	977,38	A
9922/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
9920/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	66,49	240,38	A
9919/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	605,28	152,36	15,15	295,48	1.068,27	A
4020/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	782,34	254,80	20,75	518,58	1.576,47	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.252,02	576,16	56,57	1.126,18	4.010,93	
EM EXTENSO: quatro mil, dez reais e noventa e três centavos									

Notificação: 2144/2017 DE 03/07/2017

Contribuinte: NARA RUBIA BOMBASARO ME

CNPJ: 09.065.765/0002-65

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3618/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	243,51	79,31	6,46	161,42	490,70	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				243,51	79,31	6,46	161,42	490,70	
EM EXTENSO: quatrocentos e noventa reais e setenta centavos									

Notificação: 3219/2017 DE 28/07/2017

Contribuinte: PAULO CESAR MAUL ME

CNPJ: 13.007.298/0001-03

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9532/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	103,12	18,18	2,43	33,96	157,69	A
10098/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
10097/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
10096/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	114,12	7,18	2,43	19,41	143,14	A
10095/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	27,28	201,16	A
9533/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
9531/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	47,73	221,59	A
9530/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	31,82	147,72	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				793,88	92,68	17,74	195,05	1.099,35	
EM EXTENSO: um mil, noventa e nove reais e trinta e cinco centavos									

Notificação: 3220/2017 DE 28/07/2017

Contribuinte: PAULO CESAR MAUL ME

CNPJ: 13.007.298/0001-03

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13321/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/02/2015	50,00	0,00	1,00	15,26	66,26	A
13322/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/03/2015	50,00	0,00	1,00	14,74	65,74	A
13323/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/04/2015	50,00	0,00	1,00	14,27	65,27	A

13324/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/05/2015	50,00	0,00	1,00	13,77	64,77	A
13325/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	22/06/2015	50,00	0,00	1,00	13,24	64,24	A
13326/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/07/2015	50,00	0,00	1,00	12,65	63,65	A
13327/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/08/2015	50,00	0,00	1,00	12,09	63,09	A
13328/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	21/09/2015	50,00	0,00	1,00	11,54	62,54	A
13329/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/10/2015	50,00	0,00	1,00	10,98	61,98	A
13330/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/11/2015	50,00	0,00	1,00	10,45	61,45	A
13331/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	21/12/2015	50,00	0,00	1,00	9,87	60,87	A
13332/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/01/2016	50,00	0,00	1,00	9,34	60,34	A
11995/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/03/2014	50,00	0,00	1,00	20,14	71,14	A
11996/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	22/04/2014	50,00	0,00	1,00	19,73	70,73	A
11997/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/05/2014	50,00	0,00	1,00	19,29	70,29	A
11998/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/06/2014	50,00	0,00	1,00	18,88	69,88	A
11999/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	21/07/2014	50,00	0,00	1,00	18,41	69,41	A
12000/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/08/2014	50,00	0,00	1,00	17,97	68,97	A
12001/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/11/2014	50,00	0,00	1,00	16,62	67,62	A
12002/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	22/12/2014	50,00	0,00	1,00	16,14	67,14	A
12003/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/01/2015	50,00	0,00	1,00	15,67	66,67	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.050,00	0,00	21,00	311,05	1.382,05	

EM EXTENSO: um mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinco centavos

Notificação: 2865/2017 DE 19/07/2017
 Contribuinte: PISSETTI E SCHRAMN LTDA
 CNPJ: 05.002.939/0001-09

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3520/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	284,22	92,57	7,54	192,17	576,50	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				284,22	92,57	7,54	192,17	576,50	

EM EXTENSO: quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos

Notificação: 2866/2017 DE 19/07/2017
 Contribuinte: PISSETTI E SCHRAMN LTDA
 CNPJ: 05.002.939/0001-09

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
47/2014 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	19/02/2014	12/01/2014	571,52	186,14	15,15	325,79	1.098,60	A
46/2014 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	19/02/2014	07/07/2013	285,76	93,07	7,58	185,63	572,04	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				857,28	279,21	22,73	511,42	1.670,64	

EM EXTENSO: um mil, seiscentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos

Notificação: 2919/2017 DE 20/07/2017
 Contribuinte: RAFAEL ALBERTO PEREIRA ME
 CNPJ: 10.621.694/0001-38

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10184/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,28	10,10	1,35	18,87	87,60	A
10675/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitário	10/02/2017	15/04/2016	748,46	47,08	15,91	127,29	938,74	A
10674/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
10673/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,78	79,53	A
10672/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
10283/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,96	95,71	A

10185/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,61	49,27	A
10183/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	31,82	147,72	A
10182/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	676,32	119,24	15,91	222,76	1.034,23	A
10284/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	15,14	53,76	A
10282/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	45,45	161,35	A
10281/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	635,58	159,98	15,91	318,22	1.129,69	A
4097/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/07/2013	387,24	126,13	10,27	251,55	775,19	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				3.014,55	542,21	71,14	1.103,69	4.731,59	
EM EXTENSO: quatro mil, setecentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos									

Notificação: 2595/2017 DE 14/07/2017

Contribuinte: RENATO KOSLOWSKI

CPF: 004.071.349-05

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4557/2013 - 0	Cemiterio	26/03/2014	18/01/2013	169,01	68,13	4,75	128,06	369,95	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				169,01	68,13	4,75	128,06	369,95	
EM EXTENSO: trezentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos									

Notificação: 2327/2017 DE 10/07/2017

Contribuinte: ROSICLEIA FIRMINO DE ARAUJO ME

CNPJ: 08.099.950/0001-27

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9355/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	356,41	22,42	7,58	56,82	443,23	A
9354/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9353/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,11	78,86	A
9352/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8726/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,28	10,10	1,35	18,19	86,92	A
8391/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,29	95,04	A
8727/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
8725/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8724/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	322,03	56,78	7,58	102,28	488,67	A
8392/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
8390/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	44,32	160,22	A
8389/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	302,64	76,18	7,58	147,74	534,14	A
3550/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	453,77	147,78	12,04	300,78	914,37	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.001,80	392,94	47,92	784,94	3.227,60	
EM EXTENSO: três mil, duzentos e vinte e sete reais e sessenta centavos									

Notificação: 3138/2017 DE 26/07/2017

Contribuinte: ROSIMERI GOSAVA BONATTI

CPF: 508.098.229-20

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4471/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	31,82	234,69	A
4470/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	439,31	27,63	9,34	74,71	550,99	A
4469/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	181,73	11,43	3,86	30,91	227,93	A
4353/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	154,30	38,84	3,86	79,19	276,19	A
4354/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	373,02	93,89	9,34	191,43	667,68	A
4355/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	74,55	260,01	A
3762/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	55,69	258,56	A
3761/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	396,96	69,99	9,34	130,75	607,04	A

3760/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	164,20	28,95	3,86	54,08	251,09	A
2050/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	637,97	207,78	16,92	431,33	1.294,00	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.848,95	556,65	68,12	1.154,46	4.628,18	
EM EXTENSO: quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais e dezoito centavos									

Notificação: 2637/2017 DE 19/07/2017
 Contribuinte: SILVANA RODRIGUES (MEI)
 CNPJ: 13.798.013/0001-08

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9474/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	71,77	18,07	1,80	35,94	127,58	A
9475/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	15,14	53,76	A
9473/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	45,45	161,35	A
9472/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	181,62	45,72	4,55	90,94	322,83	A
3903/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	356,43	116,08	9,46	240,98	722,95	A
12597/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	193,23	34,07	4,55	63,64	295,49	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				924,08	244,40	23,39	492,09	1.683,96	
EM EXTENSO: um mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos									

Notificação: 3039/2017 DE 21/07/2017
 Contribuinte: SOC. DESP. RECR. UNIAO
 CNPJ: 83.793.133/0001-90

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8810/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	191,04	33,68	4,49	62,92	292,13	A
9433/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
9432/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	211,42	13,30	4,49	35,96	265,17	A
9431/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
8474/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	179,51	45,18	4,49	89,88	319,06	A
8811/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
8809/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	31,82	147,72	A
8475/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	15,14	53,76	A
8473/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
3573/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	286,72	93,38	7,60	193,85	581,55	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.261,10	247,69	30,16	509,88	2.048,83	
EM EXTENSO: dois mil, quarenta e oito reais e oitenta e três centavos									

Notificação: 2538/2017 DE 13/07/2017
 Contribuinte: SOLAN GABRIEL NARDELLI ME
 CNPJ: 13.550.811/0001-08

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3891/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	329,34	107,26	8,74	218,32	663,66	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				329,34	107,26	8,74	218,32	663,66	
EM EXTENSO: seiscentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos									

Notificação: 2539/2017 DE 13/07/2017
 Contribuinte: SOLAN GABRIEL NARDELLI ME
 CNPJ: 13.550.811/0001-08

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
597/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	28/08/2015	12/01/2014	571,52	186,14	15,15	325,79	1.098,60	A
596/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	28/08/2015	07/07/2013	285,76	93,07	7,58	185,63	572,04	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				857,28	279,21	22,73	511,42	1.670,64	
EM EXTENSO: um mil, seiscentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos									

Notificação: 2354/2017 DE 10/07/2017

Contribuinte: VIVENCIARRY AMBIENTE E DECORACOES LTDA ME

CNPJ: 18.749.678/0001-37

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10290/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,30	10,10	1,35	18,20	86,95	A
10779/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
10778/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
10777/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,11	78,86	A
10776/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
10469/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,29	95,04	A
4515/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	26/02/2014	15/10/2013	105,55	34,38	2,81	62,97	205,71	A
10291/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
10289/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
10288/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
10470/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,78	53,44	A
10468/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
10467/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				966,87	170,80	22,76	332,38	1.492,81	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavos									

Notificação: 3266/2017 DE 01/08/2017

Contribuinte: VIVENCIARRY AMBIENTE E DECORACOES LTDA ME

CNPJ: 18.749.678/0001-37

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13448/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/11/2015	50,00	0,00	1,00	10,45	61,45	A
13447/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/10/2015	50,00	0,00	1,00	10,98	61,98	A
13446/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	21/09/2015	50,00	0,00	1,00	11,54	62,54	A
13445/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/08/2015	50,00	0,00	1,00	12,09	63,09	A
13444/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/07/2015	50,00	0,00	1,00	12,65	63,65	A
13443/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	22/06/2015	50,00	0,00	1,00	13,24	64,24	A
13442/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/05/2015	50,00	0,00	1,00	13,77	64,77	A
13441/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/04/2015	50,00	0,00	1,00	14,27	65,27	A
13440/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/03/2015	50,00	0,00	1,00	14,74	65,74	A
13439/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/02/2015	50,00	0,00	1,00	15,26	66,26	A
12115/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/01/2015	50,00	0,00	1,00	15,67	66,67	A
12114/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	22/12/2014	50,00	0,00	1,00	16,14	67,14	A
12113/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/11/2014	50,00	0,00	1,00	16,62	67,62	A
12112/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/10/2014	50,00	0,00	1,00	17,04	68,04	A
12111/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	22/09/2014	50,00	0,00	1,00	17,52	68,52	A
12110/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/08/2014	50,00	0,00	1,00	17,97	68,97	A
12109/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	21/07/2014	50,00	0,00	1,00	18,41	69,41	A
12108/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/06/2014	50,00	0,00	1,00	18,88	69,88	A
12107/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/05/2014	50,00	0,00	1,00	19,29	70,29	A
12106/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	22/04/2014	50,00	0,00	1,00	19,73	70,73	A
12105/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	01/08/2017	20/03/2014	50,00	0,00	1,00	20,14	71,14	A

TOTAL DAS PARCELAS EM R\$	1.050,00	0,00	21,00	326,40	1.397,40
EM EXTENSO: um mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos					

Notificação: 3043/2017 DE 21/07/2017
 Contribuinte: WALDEMAR EICKENBERG
 CPF: 400.202.669-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
6557/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	31,82	234,69	A
6556/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	80,05	5,04	1,70	13,61	100,40	A
6390/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	67,98	17,11	1,70	34,89	121,68	A
6391/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	74,55	260,01	A
5897/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	55,69	258,56	A
5896/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	72,33	12,75	1,70	23,82	110,60	A
2868/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	168,63	54,92	4,47	114,01	342,03	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				890,45	167,96	21,17	348,39	1.427,97	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos									

Notificação: 2522/2017 DE 13/07/2017
 Contribuinte: WALDERI BUTKE ME
 CNPJ: 08.900.774/0001-80

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8991/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	45,81	8,08	1,08	14,55	69,52	A
8646/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	35,88	9,03	0,90	17,51	63,32	A
9580/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	285,13	17,94	6,06	45,46	354,59	A
9579/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9578/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
9577/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8992/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
8990/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8989/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	257,64	45,42	6,06	81,83	390,95	A
8647/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	25,23	6,35	0,63	12,32	44,53	A
8645/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	75,65	19,04	1,89	36,93	133,51	A
8644/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	201,76	50,79	5,05	98,49	356,09	A
3630/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	319,45	104,04	8,47	211,75	643,71	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.568,65	295,56	37,28	590,57	2.492,06	
EM EXTENSO: dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais e seis centavos									

Legenda de identificação dos tributos acima descritos e sua fundamentação legal:

ISS Simples Nacional ou Simples Nacional: Imposto sobre Serviço devido pelo regime de tributação Simples Nacional. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 10 a 13, 16 e 16-A da Lei Complementar Municipal nº389/2010; Arts. 262 a 297 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); Arts 13 e 18 ao 22 da Lei Complementar Nacional nº123/2006. Inscrição em dívida ativa e cobrança mediante Convênio PGFN.

ISS homologado: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pelo prestador do serviço. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 263, 265 ao 269, 275, 278 ao 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

ISS fiscalização: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza lançado mediante fiscalização. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 263, 265 ao 269, 275, 278 ao 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

ISS retido na fonte: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pelo tomador do serviço. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 265 ao 275, 278, 280, 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

ISS fixo ou ISS fixo anual: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido por profissional autônomo ou sociedade uniprofissional. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 267 ao 269, 276, 277, 279, 280 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

TAS ou Alvará Sanitário ou Taxa Alvará Sanitário: Taxa de Vigilância Sanitária. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 298 ao 300, 364 ao 414 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); Código Sanitário Municipal (LC nº466/2015).

TSOCD: Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº125/1997.

TL ou Taxa Licença ou T.L. Com. Eventual : Taxa de Licença para Localização e Funcionamento. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 301 ao 321 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

AL ou Alvará Localização ou Alvará Loc. Funcionamento: Alvará de licença para localização e Funcionamento. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 355, 356 e 357, item 3, "a", do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

DAM: Documento de Arrecadação Municipal. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 355, 356 e 357, item 1, "a", do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Art. 357, item 1, "a" revogado pela LC nº457/2014.

ISS/TL e/ou Taxas: quando contribuinte for profissional autônomo ou sociedade uniprofissional inclui além das taxas: TAS, TSOCD, TL e AL, o Imposto sobre Serviços: ISS fixo.

ISSQN – Pgto a menor: Diferença de pagamento de tributos após o vencimento. Dos Impostos - Título II do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº142/98), das Taxas Título III do Código Tributário Municipal e da Contribuição de Melhoria Título IV do Código Tributário Municipal. Juros: Art. 73 da Lei Complementar nº142/98. Multa: Art. 193 da Lei Complementar nº142/98. Atualização monetária: Arts. 137 e 434 da LC nº142/98, com redação da Lei Complementar nº193/2000 e art. 6º da Lei Complementar nº255/2003.

Multa Diversas Fiscalização Tributos: Multa por descumprimento de obrigação acessória. Arts. 120, 122, 165 ao 167, 197 e 198 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Multas de Licitações: Multa aplicada em processo administrativo de licitação. Art. 2º da Lei nº 6.830/1980, art. 39 § 2º da lei nº 4.320/1964 e art. 87, II da lei nº 8.666/93.

Certidões/Contratos: taxa de expediente. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 357, item 1, alíneas “b” e/ou “c” do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Certidões Decl. Ambientais Divers: taxa de prestação de serviços ambientais. Lei Complementar nº453/2014 e Arts. 38 e 39 da Lei Complementar nº336/2007.

Patrulha mecanizada: Preço público. Art. 435 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Decreto nº 632/2006, art. 1º.

Cemitério: Preço público. Art. 435 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Decreto nº 632/2006, art. 1º.

Taxa vistoria: taxa de expediente. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 357, item 2 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Taxa Licença/ ISS construção/ Alvará Construção: Lançamento do Imposto sobre serviços- ISS, e/ou taxa de Licença e/ou alvará devido pelos serviços de construção civil relativos a obras de propriedade de pessoas físicas e jurídicas. Art. 145. II e Art. 156, III da Constituição Federal; Art. 156 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre: III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em Lei Complementar; Arts. 289, 330 a 333 e 355 a 357 do Código Tributário Municipal (LC nº 142/1998)

Contribuição de Melhoria: Art. 145, III da Constituição Federal; Arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66); Art. 233, III e art. 415 a 430 do Código Tributário Municipal (LC. nº 142/98).

Imposto Territorial, Imposto Predial ou IPTU e/ou Taxas: Imposto Predial e Territorial Urbano. Art. 156, I da Constituição Federal; Arts. 32 a 34 do Código Tributário Nacional (LC nº5.172/66); Arts. 234 a 248 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); e/ou Taxa de Coleta de Lixo. Arts. 347 a 349 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Coleta de lixo: taxa de coleta de lixo. Arts. 347 a 349 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda e Administração – Divisão de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de agosto de 2017, 147º Ano de Fundação; 83º Ano de Emancipação Política.

Maria Angelica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

Daniela Rosalia Witthoeft Krambeck
Fiscal de Tributos – Matrícula 965-2

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 45 2017
PMT - AQUISIÇÃO DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de farinha de trigo especial, destinada aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental, para cumprimento do cardápio no período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Frontal Distribuidora Eireli - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 16.701,40 (dezesesseis mil setecentos e um reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/08/2018

Timbó, 31/08/2017

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

§1º. O adicional de função previsto no "caput" deste artigo somente será devido enquanto perdurarem as atividades e em nenhuma hipótese será incorporado para qualquer efeito, à remuneração do empregado público.

§2º. A percepção do adicional de que trata esse artigo exclui o adicional pela prestação de serviço extraordinário."

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de setembro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

LEI COMPLEMENTAR Nº 488, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 488, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a permuta de bem dominical com um imóvel particular, o qual passa a integrar o patrimônio do Município de Timbó.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Chefe do Executivo fica autorizado a realizar a permuta do bem dominical matriculado sob o nº 21.308, Livro 2, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com o imóvel de propriedade particular de HÉLIO WOLTER, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob o número 27.075.

§1º O imóvel urbano de propriedade do Município, matriculado sob o nº 21.308, a ser permutado com o imóvel do Sr. Hélio Wolter, possui as seguintes características:

"O terreno urbano, situado do lado ímpar da rua Benjamin Constant, distando pelo lado esquerdo (ponto PP) 436,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Guabiruba, nesta cidade e Comarca, contendo a área de 2.468,78m² (dois mil, quatrocentos e sessenta e oito metros e setenta e oito decímetros quadrados), sem edificações, com a seguinte descrição perimetral: partindo do ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel (ponto de referência), segue pela frente em linha curva em 32,14 metros confrontando com o lado ímpar da rua Benjamin Constant até o ponto 01; deste segue pelo lado direito, defletindo à direita com ângulo interno de 68º49'14" em 78,45 metros, sendo: em 41,78 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 17.332, Livro 2, de propriedade de Jenz Raddatz e em 36,67 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 15.672, Livro 2, de propriedade de Marilea Grether Sandri até o ponto 02; deste segue pelos fundos, defletindo à direita com ângulo interno de 84º58'37" em 37,00 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 666, Livro 2, de propriedade de Fabio Elizário Vassellai até o ponto 03; deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à direita em ângulo interno de 90º12'25" em 66,95 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 4988, Livro 2, de propriedade de Valdir Fachini até o ponto PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 107º11'39" com o início desta descrição; perfazendo o perímetro em 214,54 metros. Cadastro imobiliário nº 01.03.032.2508.001."

§2º O imóvel urbano de propriedade do Sr. Hélio Wolter, matriculado

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.95 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/95

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Geomais Geotecnologia Ltda.

OBJETO: Acréscimo ao objeto e ao preço com a inclusão do item "Conversão e adequação de dados Cartográficos e de atributos do Plano Diretor em função da aprovação da nova Legislação", no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 17/08/2017

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

LEI COMPLEMENTAR Nº 487, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 487, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Altera o art. 7º da Lei Complementar nº 409 de 16 de dezembro de 2011.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o artigo 7º da Lei Complementar nº 409, de 16 de dezembro de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Aos Servidores Públicos que executem a função específica de coleta de resíduos sólidos em logradouros públicos junto ao caminhão-lixo, tanto na condução do veículo como na coleta, será devido Adicional de Função em percentual de 20% (vinte por cento) calculado sobre a referência nº 52, da Tabela de Unidade de Vencimento, estabelecida em Referências Salariais, constante do anexo III da Lei Complementar nº 137/98 e atualizações.

sob o número 27.075, a ser permutado com o imóvel do Município, possui as seguintes características:

“O terreno urbano, situado nos fundos do alinhamento par da rua Quênia, nesta cidade de Timbó e Comarca, distando 62,82 metros desta (ponto PP), e 76,00 metros da esquina formada com o alinhamento par das ruas Quênia e Bolívia, contendo a área remanescente de 4.895,74m² (quatro mil, oitocentos e noventa e cinco metros e setenta e quatro décimos quadrados), sem edificações, com a seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto PP, de coordenadas N: 7.031.169,7000m e E: 671.964,9845m, localizado no início da interseção da frente com o lado direito do imóvel, desde segue pela frente, em 25,04 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 9.017, Livro 2, de propriedade de Márcio Luiz Gessner, até o ponto 01, de coordenadas N: 7.031.190,9119m e E: 671.951,6709m; deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à esquerda com ângulo interno de 92°59'33" em 147,12 metros, sendo: em 28,60 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 9.812, Livro 2, de propriedade de Loja de Conveniência JJ Ltda EPP, em 45,55 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 10.513, Livro 2, de propriedade da Prefeitura Municipal de Timbó, em 54,75 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 13.204, Livro 2, de propriedade da Prefeitura Municipal de Timbó, e em 18,22 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 10.510, Livro 2, de propriedade do Município de Timbó, até o ponto 02, de coordenadas N: 7.031.119,3140m e E: 671.823,1498m; deste segue pelos fundos, defletindo à esquerda em 59,04 metros, confrontando com a margem esquerda do Rio Benedito, até o ponto 03, de coordenadas N: 7.031.090,8383m e E: 671.874,3724m; deste segue pelo lado direito, defletindo à esquerda, em linha quebrada, em 49,60 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 4.161, Livro 2, de propriedade do Município de Timbó, até o ponto 04, de coordenadas N: 7.031.114,3619m e E: 671.918,0803m; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 86°29'21" em 26,55 metros confrontando com a área desapropriada, matriculada sob o nº 27.074, Livro 2, de propriedade do Município de Timbó, até o ponto 05, de coordenadas N: 7.031.136,9264m e E: 671.904,0897m; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 273°30'39" em 69,15 metros confrontando com a área desapropriada, matriculada sob o nº 27.074, Livro 2, de propriedade do Município de Timbó, até encontrar o ponto PP; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 86°10'30" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro de 376,63 metros. Coordenadas: Sistema UTM – DATUM SIRGAS. Cadastro imobiliário nº 01.03.015.0642.001.”

Art. 2º O imóvel descrito no parágrafo 2º do artigo anterior passará a integrar o patrimônio público municipal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de setembro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2904, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

LEI Nº 2904, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Doutor Pedrinho.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos

proprietários dos lotes com testada para a Rua Doutor Pedrinho, que não aderirem à pavimentação por mutirão.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 1.369,16 m² (um mil, trezentos e sessenta e nove metros e dezesseis décimos quadrados) e o custo total orçado de R\$ 123.999,19 (cento e vinte e três mil, novecentos e noventa e nove reais e dezenove centavos) do qual R\$ 25.118,45 (vinte e cinco mil, cento e dezoito reais e quarenta e cinco centavos) corresponde à contrapartida do Município em relação à infraestrutura e melhorias, conforme projeto, memorial e orçamento elaborados pela Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172, de 25 de Outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria o Município notificará o contribuinte através de publicação prévia de Edital contendo os seguintes requisitos:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV – Delimitação da área beneficiada pela obra com a relação dos imóveis nela compreendidos.

§1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal.

§2º A impugnação referida no parágrafo 1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de setembro de 2017, 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2905, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

LEI Nº 2905, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Expedicionário Pedro João Silva.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Expedicionário Pedro João Silva, que não aderirem à pavimentação por mutirão.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 3.162,87 m² (três mil, cento e sessenta e dois metros e oitenta e sete décimos quadrados) e o custo total orçado de R\$ 322.605,51 (trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e cinco reais e cinquenta e um centavos) do qual R\$ 42.849,66 (quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos) corresponde à contrapartida do Município, conforme projeto, memorial e orçamento elaborados pela Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que

possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria o Município notificará o contribuinte através de publicação prévia de Edital contendo os seguintes requisitos:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV – Delimitação da área beneficiada pela obra com a relação dos imóveis nela compreendidos.

§1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal.

§2º A impugnação referida no parágrafo 1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de setembro de 2017, 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de agosto de 2017, 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2906, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

LEI Nº 2906, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Caçador.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Caçador, que não aderirem à pavimentação por mutirão.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 4.670,45 m² (quatro mil, seiscentos e setenta metros e quarenta e cinco decímetros quadrados) e o custo total orçado de R\$ 487.936,77 (quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos) do qual R\$ 58.719,88 (cinquenta e oito mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos) corresponde à contrapartida do Município, conforme projeto, memorial e orçamento elaborados pela Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria o Município notificará o contribuinte através de publicação prévia de Edital contendo os seguintes requisitos:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV – Delimitação da área beneficiada pela obra com a relação dos imóveis nela compreendidos.

§1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal.

§2º A impugnação referida no parágrafo 1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 50/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

Procedimento Licitatório nº. 50/2017 - Edital Pregão nº. 44/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 15 de setembro de 2017, propostas para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (04 veículos tipo sedan; 01 veículo com sete lugares, 02 veículos tipo Station Wagon, 01 veículo tipo Van Minibus e 01 veículo tipo camionete utilitário, conforme as condições e especificações contidas no edital, os quais passarão a integrar a frota veicular do Município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 15 de setembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone “LICITAÇÕES ABERTAS”.

Três Barras - SC, 28 de agosto de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP Nº 90/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 90/2017 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação de forma parcelada de placas, suportes, tachões, faixa elevada e pinturas para sinalização de diversas ruas do município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 20/09/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2017

EXTRATO DE CONTRATO 71/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: CONNECTLINE AUTOMACAO LTDA - EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação, ativação, configuração, e manutenção em garantia, de sistemas, equipamentos e link óptico para monitoramento eletrônico de logradouros públicos à distância, por circuito fechado de televisão digital em alta definição, compatíveis com estrutura de comunicação em protocolo TCP/IP, para cidade de Treze Tílias – SC, de acordo com as especificações contidas no Anexo I e Anexo IV (termo de referência) do presente edital.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 05.03.2.206.44.90.00.00.00.00.00, através de recursos próprios.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 73/2017, conforme Anexo I.

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 12 meses.

DATA ASSINATURA: 28/08/2017

TREZE TÍLIAS, 28/08/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2017

EXTRATO DE CONTRATO 72/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: CONNECTLINE AUTOMACAO LTDA - EPP

OBJETO: Contratação empresa especializada para realizar a manutenção preventiva/corretiva do sistema de vídeo monitoramento do município de Treze Tílias, conforme especificações constantes no anexo I e no Termo de Referência no anexo IV do edital

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 05.03.2.206.33.90.00.00.00.00.00, através de recursos próprios.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) mensais, de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 80/2017, conforme Anexo I.

VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017 a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, ou até 60 (sessenta) meses, conforme lei 8.666/93, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes.

DATA ASSINATURA: 28/08/2017

TREZE TÍLIAS, 28/08/2017

PORTARIA Nº 156/2017

PORTARIA Nº 156/17 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER à pedido, a partir do dia 04 de setembro de 2017, a Sra. IVONE MARGREITER, o retorno as suas atividades normais a que foi concursada, visto que se encontrava em "licença sem vencimento" conforme Portaria de concessão nº 142/17 de 24 de julho de 2017.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 31 DE AGOSTO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 157/2017

PORTARIA Nº 157/17 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, licença prêmio a servidora municipal abaixo mencionada, ocupante do cargo efetivo de Cozinheira, conforme Art. 160 da Lei Complementar nº 40/2011 e respectivo requerimento protocolado sob o Nº 1033 Lv 05 Pág. 60.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Osimara Ap. Isler De Oliveira	07/12/2011 a 07/12/2016	01/09/2017 a 29/11/2017	90

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 31 DE AGOSTO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 57/2017 PMTC

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 96/2017

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 57/2017

A Prefeitura Municipal de Trombudo Central, por determinação da Prefeita Municipal Sraº Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 julho de 2002 e do decreto regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, fará realizar licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 57/2017, visando a formalização de REGISTRO DE PREÇOS. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. O Credenciamento dos representantes das empresas interessadas, abertura da Sessão Pública com recebimento dos envelopes com "proposta de preços" e documentos de habilitação e, a abertura dos envelopes de "proposta de preços" será no dia 14/09/2017 às 09:00 horas, no setor de licitações, nas dependências da Secretaria de Administração, Praça Arthur Siewerdt, nº01, Bairro Centro, cidade de Trombudo Central. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e ou das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (47)35440271 e ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo central, 30 de agosto de 2017.

Geovana Gessner – Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 58/2017 PMTC

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 97/2017

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 58/2017

A Prefeitura Municipal de Trombudo Central, por determinação da Prefeita Municipal Sraº Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 julho de 2002 e do decreto regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, fará realizar licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 58/2017, visando a formalização de REGISTRO DE PREÇOS. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MATERIAIS TIPO PAVER, LAJOSTAS, MEIO FIO, ÁREA E PEDRA ARDOSIA PARA BRITAGEM, PARA UTILIZAÇÃO EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO NAS ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. O Credenciamento dos representantes das empresas interessadas, abertura da Sessão Pública com recebimento dos envelopes com "proposta de preços" e documentos de habilitação e, a abertura dos envelopes de "proposta de preços" será no dia 14/09/2017 às 14:00 horas, no setor de licitações, nas dependências da Secretaria de Administração, Praça Arthur Siewerdt, nº01, Bairro Centro, cidade de Trombudo Central. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e ou das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (47)35440271 e ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo central, 31 de agosto de 2017.

Geovana Gessner – Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 1919/2017

Decreto nº 1919/2017 de 31 de agosto de 2017.
Dispõe sobre a declaração de utilidade pública, parte do Lote Rural nº 35 da Linha Tunas incorporada no perímetro urbano através da Lei Municipal nº 1286/2016 e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto em seu artigo 4º e 63,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, parte do lote rural nº 35 (trinta e cinco), com área de 570,00 m² (quinhentos e setenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Linha Tunas, conforme mapa, memorial descritivo e ART em anexo.

Art. 2º O Imóvel de que trata este decreto será destinado para a instalação de caixas de água para a rede de distribuição do sistema municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1855/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 31 de agosto de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4604/2017

PORTARIA Nº. 4.604/2017
Em 01 de Setembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER A THAISE MÁRCIA GÖTZ, no cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, progressão vertical do nível A-4 para o nível A-7, devido a comprovação de conclusão de curso pós-graduação em nível de especialização.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 01 de Setembro de 2017.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4605/2017

PORTARIA Nº. 4.605/2017
Em 01 de Setembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 011/2016;

- 1) Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2017, conforme Edital 011/2016 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário e vinculada ao afastamento sem prejuízo da remuneração da Professora Claci Maria Welter;
- 2) Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) MARIA ELISABETE SIGOLIN, com cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (Vinte) horas aula, para o período de 01 de Setembro de 2017 e enquanto perdurar o afastamento da Professora Claci Maria Welter, com licenciatura plena e pós graduação em nível de especialização, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, sem ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 01 de Setembro de 2017.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4606/2017

PORTARIA Nº. 4.606/2017
Em 01 de Setembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como

o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 011/2016;

1) Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2017, conforme Edital 011/2016 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário e vinculada ao afastamento sem prejuízo da remuneração da Professora Claci Maria Welter;

2) Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;

3) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) CAROLINA HOFER, com cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (Vinte) horas aula, para o período de 01 de Setembro de 2017 e enquanto perdurar o afastamento da Professora Claci Maria Welter, com licenciatura plena e pós graduação em nível de especialização, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, sem ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 01 de Setembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4607/2017

PORTARIA Nº. 4.607/2017

Em 01 de Setembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 013/2006 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR DE OFICIO, HILÁRIO KLEIN, do cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, neste município, pelo comunicado do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da concessão do benefício de Aposentadoria Especial sob nº 1786926153.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 01 de Setembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4608/2017

PORTARIA Nº. 4.607/2017

Em 01 de Setembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) MARCIANI DO NASCIMENTO, do cargo temporário de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 01 de Setembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 181/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 113/2017 DATA EMISSÃO: 31/08/2017

Processo de Compra Nº.: 181/2017

Pregão Presencial nº: 113/2017

Data Emissão: 31/08/2017

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 113/2017, do tipo Menor Preço Unitário por Item, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Municipal autorizativa nº 930/2009 de 11 de Março de 2009, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho nº111 - SC, CEP 89.898-000, até às 9h do dia 15 de setembro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS PARA O CONSUMO NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I, deste Edital e em conformidade com a Lei Municipal autorizativa nº 930/2009 de 11 de Março de 2009.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até 9h do dia 15 de setembro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de

Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 183/2017 PREGÃO
PRESENCIAL Nº: 114/2017 DATA EMISSÃO:
31/08/2017 FORMA DE JULGAMENTO: MENOR
PREÇO POR ITEM**

Processo de Compra Nº.: 183/2017

Pregão Presencial nº: 114/2017

Data Emissão: 31/08/2017

Forma de Julgamento: menor preço por ITEM

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio e, representada neste ato pelo seu Secretário, Sr. Pedro Baumgratz como órgão gerenciador, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 14h do dia 15 de setembro de 2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a aquisição de SÊMEN BOVINO, utilizado na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 14h do dia 15 de setembro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 31/08/2017
RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL PMT 38/2017

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 38/2017 - Pregão Presencial nº 38/2017

Objeto: Aquisição veículo automotor para Secretaria de Educação.

Entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 18/09/2017

Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 1/09/2017

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo /SC – 31 de agosto de 2017.

Nestor Reco

Pregoeiro

União do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 003/2017

CONTRATO Nº: 003/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADA: BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 05.749.407/0001-30

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a execução da Quinta Etapa da Sede da Câmara de Vereadores de União do Oeste, incluindo material e mão de obra, conforme projeto, memorial descritivo e orçamento.

VALOR: R\$ 144.459,00 (Cento e quarenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove reais)

BASE LEGAL: Tomada de Preços Nº. 001/2017.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/08/2017 à 28/11/2017

União do Oeste-SC, 30 de Agosto de 2017.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente

Urussanga

PREFEITURA

ERRATA REFERENTE A LEI Nº 2.811/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
GABIENTE DO PREFEITO

Lei nº 2.811, de 15 de agosto de 2017.

Desconsidera-se a publicação de 25 de agosto de 2017 da lei supracitada, passando a valer a publicação mais atual.

LEI Nº 2.811, DE 15 DE AGOSTO DE 2017 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º DA LEI Nº 1.863 - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENV. RURAL

LEI Nº 2.811, de 15 de agosto de 2017.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º, DA LEI N. 1.863, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2001.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º. O art. 2º, da Lei nº 1.863, de 7 de dezembro de 2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Urussanga terá sua composição definida através do seu Regimento Interno, assegurada a participação das entidades, órgãos e comunidades rurais que contribuam significativamente para o desenvolvimento Rural do Município.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de agosto de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos quinze dias do mês de agosto de 2017.

MARIANA BONETTI
Assistente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO - CONTRATO Nº 01/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 01/2017

Data da Assinatura: 01/09/2017

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Betha Sistemas Ltda

CNPJ da Contratada: 00.456.865/0001-67

Licitação: Pregão Presencial nº 01/2017

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Base Legal: Leis nº 8.666/93, nº 10.520/02 e nº 12.232/10 e Decreto Legislativo nº 003/09

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda às especificações técnicas, aos quantitativos e aos serviços técnicos correlatos descritos no Edital de Pregão Presencial nº 01/2017

Valor total: R\$ 35.817,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e dezessete reais)

Término: 31/08/2018

Dotação Orçamentária: 2.001 (Despesa) / 3.3.90.39.11.00.00.00.1000 (Elemento)

MOÇÃO Nº 08/2017**MOÇÃO**

A Câmara Municipal de Urussanga, por meio de proposição subscrita por todos os Vereadores, consignou em seus anais o envio ao atleta Bernardo Oliveira da Silva e ao Sensei Luiz Fernando Rodrigues da Silva, de MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS, com o seguinte teor:

"A CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, POR MEIO DE PROPOSIÇÃO SUBSCRITA POR TODOS OS VEREADORES, MANIFESTA CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS AO ATLETA DA EQUIPE ALPHA DE KARATÊ BERNARDO OLIVEIRA DA SILVA E AO SENSEI LUIZ FERNANDO RODRIGUES DA SILVA, EM RAZÃO DA IMPORTANTE CONQUISTA DO SEGUNDO LUGAR NA MODALIDADE KUMITE, CATEGORIA JÚNIOR 55KG, NOS JOGOS PAN-AMERICANOS 2017, REALIZADOS NA ARGENTINA, EM AGOSTO DE 2017, ELEVANDO O NOME DE URUSSANGA E DO BRASIL NO CENÁRIO ESPORTIVO."

Urussanga, 28 de agosto de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Vereador Jair Nandi

Vereador José Carlos José

Vereador Odivaldo Bonetti

Vereador Vanderlei Marcírio

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

MOÇÃO Nº 09/2017**MOÇÃO**

A Câmara Municipal de Urussanga, por meio de proposição subscrita por todos os Vereadores, consignou em seus anais o envio aos Policiais Militares Soldados Iara Crepaldi e Wanderson Ricardo de Carvalho e ao Senhor Leomar Sérgio Goulart, de MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS, com o seguinte teor:

"A CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, APROVANDO PROPOSIÇÃO SUBSCRITA POR TODOS OS VEREADORES, MANIFESTA CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS AOS POLICIAIS MILITARES DO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE URUSSANGA, SOLDADOS IARA CREPALDI E WANDERSON RICARDO DE CARVALHO, E AO SENHOR LEOMAR SÉRGIO GOULART, EM RAZÃO DE ATO DE BRAVURA EM OPERAÇÃO NA LOCALIDADE DE RIO CARVÃO, NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, EM SALVAMENTO A VÍTIMA DE AFOGAMENTO."

Urussanga, 28 de agosto de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Vereador Jair Nandi

Vereador José Carlos José

Vereador Odivaldo Bonetti

Vereador Vanderlei Marcírio

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI Nº 1116/2017

LEI Nº 1.116/2017, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

“INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO NO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA (SC).”

Art. 1º - Fica instituído o Dia Municipal da Conscientização do Autismo no Município de Vargem Bonita, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de abril.

Parágrafo único. Quando da elaboração do Calendário Oficial do Município, deverá ser incluído o dia a que se refere o caput deste artigo.

Art. 2º - O Município poderá realizar ações com o objetivo de conscientizar a população sobre o transtorno de espectro autista, promover campanhas educativas que visem eliminar qualquer forma de discriminação, ampliar medidas de inclusão social e a participação comunitária dos autistas.

Parágrafo único. Com o intuito de ampliar e fortalecer as atividades relacionadas no caput deste artigo, o Executivo Municipal poderá buscar apoio do Poder Judiciário, das instituições de ensino, das instituições religiosas e de assistência social, bem como das empresas e entidades prestadoras de serviço da sociedade de Vargem Bonita.

Art. 3º - O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 29 de Agosto de 2017.

Clóvis da Luz

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 31/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA N. 141/2017

PORTARIA N. 141/2017

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA”

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas a partir do mês de Agosto de 2017, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
425	Almir de Tomin	03/02/15 à 02/02/16	01/08/17 à 30/08/17
1271	Claudete Adriano Dalmagro	21/05/13 à 20/05/14	08/08/17 à 06/09/17
245	Débora Luciana Lazaroto	02/02/07 à 01/02/08	01/08/17 à 30/08/17
1365	Eduardo Roberto Korner Romani	19/08/15 à 18/08/16	01/08/17 à 30/08/17
248	Emilio Grossklaus	12/02/16 à 11/02/17	01/08/17 à 30/08/17
1417	Jozieli Inês Vanz	01/06/16 à 31/05/17	01/08/17 à 30/08/17
1570	Rodrigo Bandeira	01/07/16 à 30/06/17	01/08/17 à 30/08/17

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 01 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ
Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 142/2017

PORTARIA N. 142/2017

“NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA”

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear “MARINES ALBIERO CHINATO”, brasileira, casada, residente neste município, nascida em 14/10/1974, inscrita no CPF n. 001.039.069-32, carteira de identidade n. 3.347.146, título eleitoral n. 0312 4368 0914, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de “AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS”, nível 01, classe/referência “A”, anexo 3, cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público Edital FMS n. 001/2015 de 11 de novembro de 2015, homologado pelo Decreto n. 008/2016 de 27 de janeiro de 2016, com vencimentos de lei a partir de 01 de Agosto de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 01 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ
Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 143/2017

PORTARIA N. 143/2017

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora “TERESINHA DE FATIMA VIEIRA”, brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 18/02/1972, inscrita no CPF n. 014.551.349-10, carteira de identidade n. 11/R 3.155.147, título eleitoral n. 0312 4418 0914, ocupante do cargo efetivo de “PROFESSOR”, nível IV, classe/referência “J”, “LICENÇA PRÊMIO” pelo período de 89 (oitenta e nove) dias consecutivos, a contar de 01 de Agosto de 2017 à 28 de Outubro de 2017, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se aos seguintes períodos aquisitivos:

1º) De 13/02/1997 à 15/12/1997 = 10 meses e 03 dias;

2º) De 02/02/1998 à 22/12/1998 = 10 meses e 21 dias;

3º) De 08/02/1999 à 17/12/1999 = 10 meses e 10 dias;

4º) De 14/02/2000 à 15/12/2000 = 10 meses e 02 dias;

5º) De 01/03/2001 à 21/12/2001 = 09 meses e 21 dias;

6º) De 07/02/2008 à 09/11/2008 = 09 meses e 03 dias => 05 anos Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 01 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ
Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 144/2017

PORTARIA N. 144/2017

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "SANDRA QUECHIN", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 26/10/1978, inscrita no CPF n. 003.609.259-28, carteira de identidade n. 22/R 3.704.641, título eleitoral n. 0341 1931 0906, ocupante do cargo efetivo de "MOTORISTA", nível 13, classe/referência "A", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 58 (cinquenta e oito) dias consecutivos, a contar de 01 de Agosto de 2017 à 27 de Setembro de 2017, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se aos seguintes períodos aquisitivos:

1º) De 20/03/2003 à 01/09/2003 = 05 meses e 12 dias;

2º) De 09/01/2007 à 08/01/2010 = 03 anos;

6º) De 01/06/2011 à 18/12/2012 = 01 ano, 06 meses e 18 dias => 05 anos Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 01 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ

Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 145/2017

PORTARIA N. 145/2017

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o Contrato de Trabalho do servidor "ADEMAR DOS SANTOS", brasileiro, casado, residente neste Município, inscrito no CPF n. 594.637.409-53, carteira de identidade n. 1.880.171, título eleitoral n. 0078 8525 0930, ocupante do cargo efetivo de "OPERADOR MAQUINAS PESADAS", nível 16, classe/referência "A", conforme Art. 53, III do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita, nomeado através da portaria n. 522/2006 de 01/08/2006, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 02 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ

Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 146/2017

PORTARIA N. 146/2017

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular "Maria dos Santos Martins", que se encontra em benefício concedido pelo INSS;

Considerando a ordem de chamada;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "IVETE ANTUNES DE OLIVEIRA SANTOS", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 22/07/1970, inscrita no CPF n. 702.648.809-00, carteira de identidade n. 2.419.854, título eleitoral n. 0249 8863 0949, para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Processo Seletivo Simplificado n. 003/2017 de 13 de julho de 2017 e homologado pelo Decreto n. 046/2017 de 28 de julho de 2017, com vencimentos de lei a partir desta data até 20 de Dezembro de 2017, ou até o retorno da titular.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 07 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ

Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 147/2017

PORTARIA N. 147/2017

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular "Roseli de Fátima Rodrigues dos Santos", que se encontra em benefício concedido pelo INSS;

Considerando a ordem de chamada;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "SOLANGE RODRIGUES DA SILVA", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 20/06/1980, inscrita no CPF n. 081.346.839-67, carteira de identidade n. 3.777.550, título eleitoral n. 0378 3242 0957, para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Processo Seletivo Simplificado n. 003/2017 de 13 de julho de 2017 e homologado pelo Decreto n. 046/2017 de 28 de julho de 2017, com vencimentos de lei a partir desta data até 20 de Dezembro de 2017, ou até o retorno da titular.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 07 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ

Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 148/2017

PORTARIA N. 148/2017

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular "Iclaudete Aparecida Rodrigues", que se encontra em benefício concedido pelo INSS;

Considerando a ordem de chamada;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "VANESSA CRISTINA SECCO", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 07/09/1991, inscrita no CPF n. 075.764.169-55, carteira de identidade n. 5.780.492, título eleitoral n. 0512 2104 0973, para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Processo Seletivo Simplificado n. 003/2017 de 13 de julho de 2017 e homologado pelo Decreto n. 046/2017 de 28 de julho de 2017, com vencimentos de lei a partir desta data até 20 de Dezembro de 2017, ou até o retorno da titular.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 09 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ

Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 149/2017

PORTARIA N. 149/2017

"PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA QUE ESPECIFICA"

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar nº 003/1993, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Considerando a Ata n. 04/2017 de 11 de agosto de 2017 da Comissão de Sindicância Administrativa nomeada pela Portaria n. 112/2017 de 12/06/2017, solicitando prorrogação do prazo de conclusão da presente Sindicância,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo da conclusão da Sindicância Administrativa instaurada através da portaria n. 112/2017 de 12 de junho de 2017 para apurar fatos no ato de fiscalização por parte da servidora Jussara Aparecida da Cruz Semioni.

Art. 2º. O prazo de prorrogação da presente sindicância passa a ser de 60 (sessenta) dias, a contar de 11 de agosto à 09 de outubro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem Bonita-SC, 11 de agosto de 2017.

CLÓVIS DA LUZ

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se, Publique-se e Intime-se.

PORTARIA N. 150/2017

PORTARIA N. 150/2017

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal infra relacionada para ser gozada a partir do mês de Agosto de 2017, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1412	Lilian Pagnoncelli	01/06/15 à 31/05/16	25/08/17 à 23/09/17

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 25 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ
Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 151/2017

PORTARIA N. 151/2017

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA”

CLÓVIS DA LUZ, Prefeito Municipal em Exercício de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido “ELTON BRUNO FERREIRA”, brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 01/11/1968, inscrito no CPF n. 732.914.479-72, carteira de identidade n. 11/R 2.145.788, título eleitoral n. 0232 2290 0957, ocupante do cargo efetivo de “VIGIA”, nível 01, classe/referência “A”, nomeado através da portaria n. 013/2005 de 06 de Janeiro de 2005, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 31 de Agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

CLÓVIS DA LUZ
Prefeito Municipal em Exercício

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 83/2017

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 83/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para consertar caminhão Volvo VM 260 placa MIW 7293.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 83/2017, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 15 de setembro de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09h00min do dia 15 de setembro de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 31 de agosto de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ATA 003/2017-CMS

ATA 003/2017-CMS – Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, nas dependências do Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, nesse município de Videira, reuniram-se ordinariamente, os membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme a lista de presença, com a seguinte pauta: 1. Aprovação da Ata 002/2017-CMS; 2. Apresentação do novo Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde - Sr. Carlos Antônio Barzotto; 3. Aprovação dos Indicadores do SISPACTO - Enfª Rose; 4. Assuntos Gerais. Instalado o quórum. Iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Após, foi realizada a leitura da Ata 002/2017-CMS pela Sra. Andréa Berto, Diretora de saúde, a qual foi aprovada, sem ressalvas. Repassada a palavra ao Sr. Carlos Antonio Barzotto, informando que houve sua nomeação como Secretário Municipal de Saúde e, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho (art. 7º, §1º, I), como Presidente do CMS. Após os Conselheiros presentes apresentaram a sua representatividade. Dando sequência, passada a palavra a Sra. Fabiana Woitko Arndt, Conselheira do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, a qual expôs aos Conselheiros o projeto de prevenção que o COMAD irá realizar nas Escolas E.E.B. Inspetor Eurico Rauen e E.E.B.M. Fidélis Antonio Fantin que iniciará em Julho deste ano, bem como solicitou a parceria do Conselho Municipal de Saúde ao referido projeto, com representantes da área da saúde neste projeto. No momento houve a manifestação do Hospital Salvatoriano Divino Salvador para apoiar este projeto. No tocante aos Indicadores do SISPACTO, este item foi retirado da pauta devido ao Ministério da Saúde não ter disponibilizado o resultado dos indicadores do ano de 2016. Dando continuidade, o Presidente do CMS informou a situação atual da UPA, que está em fase de saneamento das irregularidades, e será necessário procedimento licitatório, pois haverá adequação da estrutura da unidade. A Sra. Andrea Berto comunicou aos Conselheiros da urgência do pedido já solicitado para vistoria da Vigilância Sanitária Estadual para adequação do espaço físico da UPA, o qual foi aprovado pela Plenária à reiteração deste pedido para apresentar a unidade como sendo de Pronto Atendimento Municipal. Ao final, a Sra. Andrea explanou aos Conselheiros sobre a Conferência Nacional de Saúde, que esta é elaborada por etapas: Conferência Municipal e Estadual. Considerando a reunião de colegiado de gestores, esse ano será realizado a Conferência Regional de Saúde, abrangendo 14 (quatorze) municípios, dentre eles: Videira, Fraiburgo, Rios das Antas, Pinheiro Preto, Tangará, Lebon Régis, Timbó Grande, Macieira, Caçador, Matos Costa, Ibiam, Iomerê, Calmon e Salto Veloso, e Videira município sede desta Conferência, cujo tema é “Saúde das Mulheres: desafios para a integralidade com equidade” e será realizada no dia 19/05/2017 das 09h00 às 16h00 no Instituto Federal Catarinense – IFC, e o município de Videira, contará com 40 (quarenta) vagas para participação, objetivando direcionar estas vagas à Entidades voltadas com o tema da Conferência. Após foi aberto para discussões, o qual foi aprovado pela Plenária que cada entidade do Conselho Municipal de Saúde irá realizar a indicação de no mínimo 01 (um) representante para participar da Conferência até a data de 05/05/2017. Neste tocante foi realizada eleição para o representante do CMS na Conferência Regional de Saúde, sendo deliberado pelas Sras. Janice Olivete de Bona e Mônica Vanz. Informado pela Sra. Janice Olivete de Bona, que a Assistente Social Sra. Bruna da Fonseca irá para representar o Hospital Salvatoriano Divino Salvador nesta Conferência. A Sra. Andrea Berto comunicou aos Conselheiros que as pessoas indicadas para participar deste evento serão convocadas para a pré-conferência a ser realizada na data de 10/05/2017 para discussão do eixo a ser abordado na

Conferência pelo município de Videira. Após houve a deliberação da plenária para a alteração da data das reuniões ordinárias do Conselho, o qual foi aprovado pelos conselheiros para que as reuniões passem a serem realizadas na última quinta-feira de cada mês. Posteriormente foi levantado a ausência de representante da entidade INSS, e após deliberação pela plenária foi decidido que haverá o desligamento da Entidade INSS no CMS e ainda que deverá ser convocada outra entidade para representação neste Conselho, o qual será decidido posteriormente. Encerradas as discussões às 20h40min, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do CMS agradeceu a presença de todos. Cientificou-se ao Conselho que a próxima reunião será na data de 25/05/2017. Eu, Carlos Antônio Barzotto, Presidente do CMS, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

ATA 004/2017-CMS

ATA 004/2017-CMS – Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, nas dependências do Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, nesse município de Videira, reuniram-se ordinariamente, os membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme a lista de presença, com a seguinte pauta: 1. Aprovação da Ata 003/2017-CMS; 2. Aprovação do Plano Plurianual de Saúde 2018-2021; 3. Farmácia Básica; 4. Índices de vacinação; 5. Assuntos gerais (Conferência Regional de Saúde: “Saúde das Mulheres: desafios para a integralidade com equidade”; I Simpósio Catarinense de Imagem Ativa). Iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Após, foi realizada a leitura da Ata 003/2017-CMS pela Sra. Andrya Fogte, a qual foi aprovada, sem ressalvas. Repassada a palavra ao Presidente do CMS, Sr. Carlos Antonio Barzotto, o qual informou que o Plano Plurianual de Saúde 2018-2021 será convocado uma reunião extraordinária, diante do baixo número de Conselheiros presentes. Em sequência, o Presidente informou do convênio realizado entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Hospital Salvatoriano Divino Salvador, o qual será repassado ao Hospital o valor de R\$ 779.400,00 (setecentos e setenta e nove mil e quatrocentos reais) para a realização de 720 (setecentos e vinte) cirurgias anuais. Após, foi explanado sobre a falta de medicamentos na Farmácia Básica Municipal. Neste tocante, o Presidente informou aos Conselheiros que já estão a disposição os medicamentos e os demais faltantes estarão disponíveis nas próximas semanas, pois devido a problemas, dentre eles de divergência de valores nas licitações, tudo se encaminhará para a resolução desta situação até o final do mês de Julho/2017. Passada a palavra à Andrya Fogte, esta informou sobre sua participação e da Enfermeira Rose Maria Baldo Pereira no I Simpósio Catarinense de Imagem Ativa, que ocorreu nas datas de 08/06/2017 e 09/06/2017 no Auditório da UNOESC - Videira, ministrada por Sonia Lyra. Continuando, a Sra. Andrya informou que ocorreu a 1ª Conferência Regional de Saúde, que foi sediada no município de Videira e contou com a presença de mais de 14 (quatorze) municípios, onde foram levantadas 40 (quarenta) propostas e eleitos 04 (quatro) Delegados do município de Videira: Mônica Roman Vanz, Rose Maria Baldo Pereira, Neusa Delazzari e Margarete Gomes Scalomini. Estas propostas foram levadas para a Conferência Estadual em Florianópolis, entretanto estas propostas serão levadas a Conferência Nacional, porém não haverá representante do município de Videira. Repassada a palavra ao Presidente, o qual apresentou o índice de 96,49 % da campanha de vacinação contra a gripe, e que o município cumpriu um índice acima da média. Também repassou informações sobre a vacina HPV e meningocócica que estão sendo aplicadas nas escolas pela equipe do

PAM - Posto de Assistência Médica. Após o Presidente apresentou o relatório mensal de atendimento médico (consultas), que totalizaram 10.020 (dez mil e vinte) consultas realizadas no mês de maio deste ano, informou ainda, que possui a pretensão de apresentar este relatório mensalmente nas reuniões do Conselho. Em seguida, foi repassada a palavra à Sra. Andrya Fogte e ao Diretor de Saúde Sr. Gustavo Oliveira Piva, onde expuseram sobre a Conferência de Vigilância em Saúde que será realizada no município de Chapecó, nos dias 17 e 18 de julho deste ano, na qual contará com até 08 (oito) Delegados. Neste momento, o Conselheiro Oclides Perazzoli manifestou interesse em participar desta Conferência, o qual foi aprovado pelos Conselheiros, explanou que também irá um representante da Vigilância Sanitária e outro da Vigilância Epidemiológica, sendo que as despesas com alimentação, transporte e hospedagem será por conta da Secretaria Municipal de Saúde. Ao final, foi aberto espaço para assuntos gerais, e o Conselheiro André Ragnini, Diretor do Hospital Salvatoriano Divino Salvador comunicou que o Hospital conta desde o dia 01/06/2017 com o plantão pediátrico, que atenderá emergência, acompanhar partos e internações. Encerradas as discussões às 20h20min, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do CMS agradeceu a presença de todos. Cientificou-se ao Conselho que a próxima reunião será na data de 27/07/2017. Eu, Carlos Antônio Barzotto, Presidente do CMS, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2017 – PMV

PROCESSO Nº 159/2017

HOMOLOGAÇÃO: 31/08/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA, PARA EFETUAR A REVISÃO E TROCA DE PEÇAS DO VEÍCULO FORD KA SE 1.5 SD, PLACAS QHL - 2964, UTILIZADO PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, TENDO EM VISTA A GARANTIA DO MOTOR DO VEÍCULO.

FORNECEDOR: MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA.

VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2017 até 31 de outubro de 2017.

VALOR: R\$ 503,68 (quinhentos e três reais e sessentas e oito centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 31 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017 – PMV

PROCESSO Nº 160/2017

HOMOLOGAÇÃO: 31/08/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "SPEEDT INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA EIRELI EPP", PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTUDO DE VIABILIDADE, PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET E TELEFONIA RURAL.

FORNECEDOR: SPEEDT INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA EIRELI EPP.

VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

VALOR: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 31 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 089/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 089/17

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. CLAUDIA WALBER NOVELLO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS	14.161/17, DE 24/08/2017

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 30 de agosto de 2017.
GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 090/17
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 090/17

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no INPREVID, à Rua Fiorindo Pires, nº 15, sala 01, Térreo, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2017:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. PATRICIA FRIZZO	CONTADOR	14.156/17, DE 23/08/2017

A convocada deverá apresentar no INPREVID, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 30 de agosto de 2017.
GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

PORTARIA Nº 0872/17
PORTARIA nº 0872/17

Nomeia Comissão de Avaliação de Bem Imóvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 237/2017, advinda da Secretaria de Planejamento;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto o exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 – Avaliação de Bens da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, ROMULO MACHADO DE SOUZA, FRANCK MAYER BRANDALISE e LUCIANO PASQUAL para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, o imóvel sob matrícula nº 24.399, espólio de Sebastião Ribeiro Alves.

§1º Os servidores integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de avaliação e elaboração do relatório final.

§2º As avaliações deverão considerar os encargos/restrições dos contratados, para embasar o valor a ser fixado a título de remuneração mensal.

§3º A comissão deverá fixar os valores a serem pagos a título de água e energia nos locais onde não houver medidores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0873/17
PORTARIA nº 0873/17

Nomeia Comissão de Avaliação de Bem Imóvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 236/2017,

advinda da Secretaria de Planejamento;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto o exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 – Avaliação de Bens da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, ROMULO MACHADO DE SOUZA, FRANCK MAYER BRANDALISE e LUCIANO PASQUAL para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, o imóvel sob matrícula nº 5.280, de propriedade de Delvino Oliari.

§1º Os servidores integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de avaliação e elaboração do relatório final.

§2º As avaliações deverão considerar os encargos/restrições dos contratados, para embasar o valor a ser fixado a título de remuneração mensal.

§3º A comissão deverá fixar os valores a serem pagos a título de água e energia nos locais onde não houver medidores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0874/17 PORTARIA nº 0874/17

Nomeia Comissão de Avaliação de Bem Imóvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 238/2017, advinda da Secretaria de Planejamento;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei

Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto o exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 – Avaliação de Bens da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, ROMULO MACHADO DE SOUZA, FRANCK MAYER BRANDALISE e LUCIANO PASQUAL para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, os imóveis da zona de intervenção pré estabelecida para cobrança de contribuição de melhoria da pavimentação das ruas Setembrino Comunello, João Mena Cardoso e Geovane Carelli, no bairro Cidade Alta.

§1º Os servidores integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de avaliação e elaboração do relatório final.

§2º As avaliações deverão considerar os encargos/restrições dos contratados, para embasar o valor a ser fixado a título de remuneração mensal.

§3º A comissão deverá fixar os valores a serem pagos a título de água e energia nos locais onde não houver medidores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 100/2017 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOTOCICLETA E EQUIPAMENTOS PARA CARACTERIZAÇÃO DE VIATURAS, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 18/09/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 31 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 008/2017/CMS

RESOLUÇÃO Nº 008/2017/CMS

Dispõe sobre a alteração do cronograma de reuniões do Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC para o ano de 2017.

O Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 343, de 05 de novembro de 1997, com suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, nos termos da Ata 003/2017 - CMS, de 03 de maio de 2017, o cronograma de reuniões do Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC para o ano de 2017.

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS DE VIDEIRA/SC PARA 2017			
ORDEM	DATA	HORA	LOCAL
[...]			
5	29 de junho de 2017 (quinta-feira)	19h	Auditório da Secretaria Municipal de Saúde
6	27 de julho de 2017 (quinta-feira)	19h	Auditório da Secretaria Municipal de Saúde
7	31 de agosto de 2017 (quinta-feira)	19h	Auditório da Secretaria Municipal de Saúde
8	28 de setembro de 2017 (quinta-feira)	19h	Auditório da Secretaria Municipal de Saúde
9	26 de outubro de 2017 (quinta-feira)	19h	Auditório da Secretaria Municipal de Saúde
10	30 de novembro de 2017 (quinta-feira)	19h	Auditório da Secretaria Municipal de Saúde
11	21 de dezembro de 2017 (quinta-feira)	19h	Auditório da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 03 de maio de 2017.

Carlos Antônio Barzotto

Presidente do CMS de Videira - SC

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0075/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC juntamente com os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0075/2017, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Bilhetes de Passagens Rodoviárias em linha regular destinados a pacientes do Município de Xanxerê, e usuários das Secretarias de Assistência Social e Educação. O recebimento das propostas será até às 8:45h, do dia 20/09/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 30 de agosto de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

CONVÊNIO 013/2017

Município de Xanxerê/SC

Termo de Convênio nº 013/2017

Cedente: Município de Xanxerê

Cessionário: Estado de Santa Catarina – Secretaria de Educação – ADR Xanxerê

Objeto: Cessão de Servidores públicos municipais.

Prazo: 31/12/2017

Xanxerê-SC, 30/08/2017.

Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0079/2014

Extrato de Rescisão Contrato nº 0079/2014

Contratante: O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: VALDINEI ZAPE

Objeto: Têm por objeto este contrato a locação de 01 (um) apartamento residencial com 07 cômodos, sendo 01 cozinha, 01 sala, 01 banheiro, 03 quartos, sacada e 01 vaga de garagem, com área privativa de 73,68 m² e área total de 80,868 m², localizado no Edifício São Bernardo, Apto nº 108, na Rua Ouro Preto, Bairro João Batista Tonial, na cidade de Xanxerê-SC, para acomodar uma médica do Programa Mais Médicos do Governo Federal.

Fica rescindindo, de comum acordo, a partir da presente data, o Contrato de Prestação de Serviços nº 0079/2014, firmado em 29 de Maio de 2014, conforme Ofício da Contratada e Ofício da Secretaria Municipal de Saúde em anexo.

Xanxerê-SC, 31 de Agosto de 2017. Jader Adriel Danielli – Secretaria Municipal de Saúde.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 0069/2017

Extrato de Contrato nº 0069/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Contratado: SÉRGIO CONRADO CASASOLA E LTDA-ME.

Objeto: Tem por objeto o presente Contrato a Reforma e Ampliação do Ginásio Municipal Poliesportivo Benjamim Menegolla, localizado a Rua Boaventura Correa Lemos, Bairro Matinho, no Município de Xanxerê, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma e Projetos anexos ao presente.

Valor total: R\$ 69.696,33 (sessenta e nove mil seiscentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos)

Prazo de Vigência: 28 de Fevereiro de 2018.

Xanxerê-SC, 29 de agosto de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0070/2017

Extrato de Contrato nº 0070/2017

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: EDICLEL CLÍNICA MÉDICA LTDA.

Objeto: Prestação de serviços Médicos para a realização de consultas/avaliação e procedimentos Anestésicos, com o Dr. Edimar Romano, CRM nº 007753/SC, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Valores:

Procedimentos	Qt. mês	Valor Unitário SUS	Valor Contrapartida	Valor Total
Consultas – Avaliação Anestésica	Até 30/mês	R\$ 10,00	R\$ 50,00	R\$ 1.800,00
Procedimento Anestésico	Até 20/mês	AIH	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00

Prazo de vigência: 12 meses a partir da publicação do Contrato.

Xanxerê-SC, 30 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA 039/2017 FM PNEUS LTDA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 040/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa FM PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.374.845/0001-49, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. EDUARDO MALDANER, portador do CPF nº 041.323.499-18, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 040/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina/SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
7	30,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1400 X 24 CONVENCIONAL	VIPAL	1.550,00	46.500,00
8	15,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/30	VIPAL	1.786,6005	26.799,01
15	20,00	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24 CONVENCIONAL	VIPAL	400,00	8.000,00
16	20,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/30	VIPAL	526,0546	10.521,09
23	20,00	UN	CONCERTO DE PNEU 1400 X 24 CONVENCIONAL	VIPAL	150,00	3.000,00
24	15,00	UN	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4 X 30	VIPAL	178,66	2.679,90
30	20,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.4/24	VIPAL	948,8815	18.977,63
31	20,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 14.9/24	VIPAL	994,0678	19.881,36
32	20,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/34	VIPAL	1.780,1538	35.603,08
33	5,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO RADIAL 23.1/26	VIPAL	2.355,9055	11.779,53
34	30,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL 205.75 ARO 16	VIPAL	322,8879	9.686,64
35	30,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU LISO 215.75/17.5	VIPAL	367,1622	11.014,87
41	20,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.4/24	VIPAL	306,7093	6.134,19
42	20,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 14.9/24	VIPAL	409,322	8.186,44
43	20,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/34	VIPAL	565,1282	11.302,56
44	5,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 23.1/26	VIPAL	736,2205	3.681,10
45	10,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU RADIAL 205.75 ARO 16	VIPAL	68,4914	684,91
46	10,00	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU LISO 215.75/17.5	VIPAL	125,6081	1.256,08
52	30,00	UN	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.4 X 24	VIPAL	162,9393	4.888,18
53	30,00	UN	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 14.9 X 24	VIPAL	214,4068	6.432,20
54	30,00	UN	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4 X 34	VIPAL	273,1453	8.194,36
55	10,00	UN	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 23.1 X 26	VIPAL	323,937	3.239,37
56	20,00	UN	CONCERTO DE PNEU RADIAL 205.75 ARO 16	VIPAL	48,9224	978,45
57	30,00	UN	CONCERTO DE PNEU RADIAL 215.75 X 17.5	VIPAL	67,6351	2.029,05
TOTAL						261.450,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 040/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Givanildo de Biasi.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 31 de Agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
EDUARDO MALDANER - Representante

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI – Fiscal da ata

ATA 040/2017 BORILLI PNEUS LTDA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 040/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa BORILLI PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº, nesta Ata representada pela sua Sócia Administradora, Sra. BRUNA BORILLI, portadora do CPF nº 012.750.140-11, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 040/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina/SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	20,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU LISO 1000 X 20 CONVENCIONAL.	VIPAL	576,178	11.523,56
2	30,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU LISO 1000 R 20 RADIAL	VIPAL	585,707	17.571,21
3	50,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 CONVENCIONAL	VIPAL	588,1866	29.409,33
5	10,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU LISO 275/80 X 22.5 RADIAL	VIPAL	573,7705	5.737,71
6	20,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU BORRACHUDO 275/80 X 22.5 RADIAL	VIPAL	593,946	11.878,92
9	20,00	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU LISO 1000 X 20 CONVENCIONAL	VIPAL	171,9241	3.438,48
10	20,00	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU LISO 1000 X 20 RADIAL	VIPAL	173,3694	3.467,39
11	40,00	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 CONVENCIONAL	VIPAL	173,2715	6.930,86
13	10,00	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU LISO 275/80 X 22.5 RADIAL	VIPAL	174,4262	1.744,26
14	10,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU RADIAL BORRACHUDO 275/80 X 22.5	VIPAL	178,2776	1.782,78
17	30,00	UN	CONERTO DE PNEU LISO 1000 X 20 CONVENCIONAL	VIPAL	92,9319	2.787,96
18	30,00	UN	CONERTO DE PNEU LISO 1000 X 20 RADIAL	VIPAL	93,7132	2.811,40
19	30,00	UN	CONERTO DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 CONVENCIONAL	VIPAL	93,6603	2.809,81
21	10,00	UN	CONERTO DE PNEU LISO 275/80 X 22.5 RADIAL	VIPAL	91,8033	918,03
22	10,00	UN	CONERTO DE PNEU BORRACHUDO 275/80 X 22.5 RADIAL	VIPAL	93,8303	938,30
TOTAL						103.750,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 040/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Givanildo de Biasi.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 31 de Agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
BRUNA BORILLI - Representante

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI – Fiscal da ata

ATA PL 049/2017 PMXV**ATA 001 - RESUMO**

Processo Licitatório nº. 049/2017 – Pregão Presencial nº 039/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para o fornecimento de Certa Básica e Leite em Pó Integral, destinados as famílias carentes do município de Xavantina, conforme lei municipal nº 896/2015, de acordo com as especificações do anexo "C" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:
<http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/101199>

Xavantina, 31 de agosto de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Equipe de Apoio: KEILA RENATA OLKOWSKI

ATA PL 050/2017 PMXV**ATA 001 - RESUMO**

Processo Licitatório nº. 050/2017 – Pregão Presencial nº 040/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto a registro de preço para possível contratação de empresa(s) objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina/SC, conforme especificações do anexo "C" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:
<http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/101199>

Xavantina, 31 de agosto de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

DECRETO 111/2017

DECRETO Nº 111/2017

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas municipais, na data de 08 de Setembro de 2017, em virtude do feriado nacional relativo ao Dia da Independência do Brasil comemorado em 07 de Setembro de 2017.

§ 1º Na Secretaria Municipal de Saúde fica estabelecido o regime de plantão/sobreaviso durante esta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 31 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

EXTRATO CONTRATUAL 08/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT 09/2017 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA Contratada.: LD HEALTH SERVICOS DE SAUDE LTDA - ME Valor : 28.788,00 (vinte e oito mil setecentos e oitenta e oito reais) Vigência : Início: 09/08/2017 Término: 09/08/2018 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017 Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (7) Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de forma continuada de serviços Assessoria e Consultoria em Saúde Pública, dando suporte no planejamento e execução das Políticas Públicas em Saúde, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme especificações constantes nos Anexos "C" e "E", deste Edital. Xavantina, 31 de Agosto de 2017

EXTRATO CONTRATUAL 08/2017 PREF.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT 058/2017 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA Contratada.: GIORGIA MIAZZO Valor : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 31/07/2017 Término: 30/09/2017 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (11) Objeto : PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NOTÓRIO SABER E ESPECIALIDADE PARA A REALIZAÇÃO DE PALESTRA E CURSO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL. CONFORME CONTRATO 058/2017 PMXV. Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº...: ATA 032/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: ADEVAL BYKE, PAPELARIA E BAZAR LTDA EPP
Valor : 9.880,00 (nove mil oitocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 31/07/2017 Término: 31/05/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2017
Objeto : A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de materiais para premiações (Troféus e medalhas), destinado para as competições promovidas pelo Departamento de Esportes do Município de Xavantina, conforme as especificações constantes do anexo "C" deste edital.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº...: ATA 033/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA
Valor : 75.650,00 (setenta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 31/07/2017 Término: 16/06/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2017
Objeto : POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) OBJETIVANDO A POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO (CBUQ), EMULSÃO PARA APLICAÇÃO EM ASFALTO E ASFALTO FRIO ENSACADO, PARA REPAROS E OBRAS EXECUTADOS EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº...: ATA 034/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: NACIONAL ASFALTOS LTDA - ME
Valor : 7.485,00 (sete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)
Vigência : Início: 31/07/2017 Término: 16/06/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2017
Objeto : POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) OBJETIVANDO A POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO (CBUQ), EMULSÃO PARA APLICAÇÃO EM ASFALTO E ASFALTO FRIO ENSACADO, PARA REPAROS E OBRAS EXECUTADOS EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº...: CT 060/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA
Valor : 7.860,00 (sete mil oitocentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 07/08/2017 Término: 31/10/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (3)
Objeto : PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PUBLICIDADE PARA A ELABORAÇÃO DE SLOGAN E LOGOMARCA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA. REFERENTE AO CONTRATO 060/2017 PMXV.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº...: ATA 036/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
Valor : 26.910,00 (vinte e seis mil novecentos e dez reais)
Vigência : Início: 09/08/2017 Término: 09/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2017
Objeto : A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, PARA A CONSERVAÇÃO DE SÊMEN BOVINO, CONFORME RELAÇÃO DE ITENS CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: CT 061/2017
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
 Contratada...: FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIP. AGRÍCOLAS LTDA ME
 Valor : 23.050,00 (vinte e três mil e cinqüenta reais)
 Vigência : Início: 14/08/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2017
 Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (113)
 Objeto : A presente licitação tem por objeto aquisição de Equipamentos Agrícolas novos para o município de Xavantina/SC, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital, referente ao contrato de repasse 814381/2014/MDA.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ATA 037/2017
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
 Contratada...: GIARETTA PNEUS LTDA
 Valor : 245.750,00 (duzentos e quarenta e cinco mil setecentos e cinqüenta reais)
 Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/08/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2017
 Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina-SC, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ATA 038/2017
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
 Contratada...: F. VACHILESKI & CIA LTDA.
 Valor : 180.600,00 (cento e oitenta mil seiscentos reais)
 Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/08/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2017
 Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina-SC, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ATA 039/2017
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
 Contratada...: FM PNEUS LTDA
 Valor : 261.450,00 (duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinqüenta reais)
 Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/08/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2017
 Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina-SC, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: ATA 040/2017
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
 Contratada...: BORILLI PNEUS LTDA
 Valor : 103.750,00 (cento e três mil setecentos e cinqüenta reais)
 Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/08/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2017
 Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina-SC, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 31 de Agosto de 2017

ATA 037/2017 GIARETTA PNEUS LTDA**Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE XAVANTINA****TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017PMXV****PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 040/2017 PMXV**

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ENOIR FAZOLO** e a empresa **GIARETTA PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 82.708.660/0001-96, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. **DORACI FRANCISCO GIARETTA**, portador do CPF nº 592.394.259-34, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 040/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina/SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
4	120,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 RADIAL	TIPLER	615,8945	73.907,34
12	40,00	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 RADIAL	TIPLER	162,5962	6.503,85
20	60,00	UN	CONERTO DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 RADIAL	TIPLER	68,9802	4.138,81
25	80,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	TIPLER	1.759,41	140.752,80
36	20,00	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	TIPLER	427,9646	8.559,29
47	50,00	UN	CONERTO DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	TIPLER	237,7581	11.887,91
TOTAL						245.750,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 040/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Givanildo de Biasi.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 31 de Agosto de 2017.

**MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito**

**EMPRESA DETENTORA DA ATA
DORACI FRANCISCO GIARETTA - Representante**

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI – Fiscal da ata

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

ATA 038/2017 F. VACHILESKI & CIA LTDA
Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE XAVANTINA
TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017PMXV****PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 040/2017 PMXV**

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ENOIR FAZOLO** e a empresa **F. VACHILESKI & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 93.388.031/0001-42, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. **FLORIANO VACHILESKI JUNIOR**, portador do CPF nº 532.179.930-04, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 040/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina/SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
26	20,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.5 X 80/18	RUZI	965,636	19.312,72
27	15,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO-RADIAL 17.5/25	RUZI	1.766,9173	26.503,76
28	20,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12 X 16.5	RUZI	920,6364	18.412,73
29	30,00	SER	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO RADIAL 19.5/24	RUZI	1.866,272	55.988,16
37	20,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.5 X 80/18	RUZI	222,0962	4.441,92
38	20,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 17.5/25	RUZI	574,2481	11.484,96
39	20,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12 X 16.5	RUZI	193,8182	3.876,36
40	20,00	SER	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 19.5/24	RUZI	653,1953	13.063,91
48	30,00	UN	CONERTO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.5 X 80/18	RUZI	144,8454	4.345,36
49	30,00	UN	CONERTO DE PNEU TASEIRO RADIAL 17.5/25	RUZI	300,3759	9.011,28
50	30,00	UN	CONERTO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12 X 16.5	RUZI	145,3636	4.360,91
51	30,00	UN	CONERTO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 19.5 X 24	RUZI	326,5976	9.797,93
TOTAL						180.600,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 040/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Givanildo de Biasi.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 31 de Agosto de 2017.

**MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito**

**EMPRESA DETENTORA DA ATA
FLORIANO VACHILESKI JUNIOR - Representante**

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI – Fiscal da ata

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 083/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 083/2017

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 045/2017

TIPO: Menor Preço/Por Item

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para uso dos servidores das diversas Secretarias do Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 15 de Setembro de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 15 de Setembro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 31 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 959/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº 959/2017.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o Ofício da Escola Básica Municipal CEIM Dom Bosco datado de 17 de julho de 2017, relatando a conduta perpetrada pela Servidora A. T. D. P., matrícula nº 6463, no exercício de suas atividades, incompatíveis com a Administração, entre elas saídas do labor sem justificativa, excesso de faltas injustificadas, desrespeito com os horários e turnos não cumpridos, animosidades entre os colegas de trabalho, desvio de atribuições;

CONSIDERANDO a documentação apresentada junto ao referido ofício, dando conta efetivamente das condutas incompatíveis;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, infração aos artigos 151, incisos I, III, IX, X e XI; artigo 152, inciso I da Lei 1.729/94. RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pela Servidora Municipal A. T. D. P., matrícula nº 6463, acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para atuar no processo Administrativo Disciplinar fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I- Pedro Rui Rodrigues;

II- Catiane Curtarelli Soccol;

III- Vanilse Bressan

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do Art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no pertinente à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de agosto 2017.

LÍRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 964/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº 964/2017.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna expedida pelo Setor de Recursos Humanos datado de 05 de junho de 2017, relatando a conduta perpetrada pela Servidora S. de O. D., matrícula nº 4278, no exercício de suas atividades, incompatíveis com a Administração, entre elas realização de tricô no ambiente de trabalho, demonstra pouco interesse nas atividades, recusa para realização de atendimentos a pacientes.

CONSIDERANDO a documentação apresentada junto ao referido ofício, dando conta efetivamente das condutas incompatíveis;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, infração aos artigos 151, incisos I, III e IX; artigo 152, inciso XVII da Lei 1.729/94. RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pela Servidora Municipal S. de O. D., matrícula nº 4278, acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para atuar no processo Administrativo Disciplinar fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I- Pedro Rui Rodrigues;

II- Ivanez Carla Zanella Negri;

III- Vanilse Bressan

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do Art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no pertinente à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de agosto 2017.

LÍRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Zortéa

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2017 - SEMENTES

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2017

O Município de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, torna público a quem possa interessar que se encontra aberto edital de credenciamento de empresas para fornecimento de sementes de milho melhorado, sorgo silageiro, milho dupla aptidão para os agricultores do município de Zortéa.

Os Documentos serão recebidos a partir do dia 01/09/2017, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2017, conforme condições a seguir:

I - OBJETO

Credenciamento de empresas para fornecimento de sementes de milho melhorado, sorgo silageiro, milho dupla aptidão para os agricultores do município de Zortéa.

O presente edital fica permanentemente aberto para novas adesões.

ENTREGA DE DOCUMENTOS: Os documentos serão recebidos a partir do dia 01/09/2017, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2017.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Rua Otaviano Oleari Francheschi, 53, Centro, Zortéa.

No site: prefeitura@zortea.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (49) 3557-2019

EXTRATO DE EDITAL PREGAO Nº 09/2017 - SERVIÇOS DE OPTOMETRIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0013/2017

Pregão Presencial Nº 009/2017

OBJETO: Contratação de empresa que forneça profissional para prestação de serviços de Optometria no Posto de Saúde do Município de Zortéa.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:00 horas do dia 11/09/2017 para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

Menor Preço por Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Sala de Licitações, Rua Otaviano Francheschi, nº 53, Centro, Zortéa/SC

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3557-2019

EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 023/2017 - AULAS DE DANÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0051/2017

Pregão Presencial Nº 0023/2017

OBJETO: Contratação de empresa que forneça profissional para prestação de serviços de didática de dança no Município de Zortéa, contemplando as modalidades de danças urbanas, balé, danças folclóricas, clássicas e dança criativa.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14:00 horas do dia 11/09/2017 para abertura da Seção às 14:05 horas do mesmo dia.

Menor Preço por Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Sala de Licitações, Rua Otaviano Francheschi, nº 53, Centro, Zortéa/SC

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3557-2019

Associações

EGEM

EDITAL Nº 57.2017- CHAMAMENTO SEMINÁRIO DA SAÚDE

EDITAL Nº 57/2017

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

I SEMINÁRIO ESTADUAL DE GESTORES DA POLÍTICA DE SAÚDE

1. OBJETIVO DO CURSO

Objetivo capacitar os profissionais que atuam na área de gestão da saúde, discutindo conceitos de gestão no setor; debates de casos estaduais de sucesso; otimização de recursos.

2. PÚBLICO-ALVO

Secretários de saúde dos municípios, prefeitos e demais gestores na área da saúde.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis - SC
Período das inscrições	Até 08 de novembro de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	09 de novembro de 2017
Período de realização	09 e 10 de novembro de 2017
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	350

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;

- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

I SEMINÁRIO ESTADUAL DE GESTORES DA POLÍTICA DE SAÚDE	
PRIMEIRO DIA 09 DE NOVEMBRO	
8h	Credenciamento
8h30	Abertura
9h	Palestra: Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS Palestrante: Milena Andersen Lopes Becher – Prefeita de Vargem/SC
10h	Palestra: Sistemas de Informação do SUS: SIOPS, e-SUS - abordar aspectos da gestão Palestrante: Marcelo Narvaes Fiadeiro Diretor da DATASUS – Departamento de Informática do SUS – a confirmar
11h	Palestra: Listas de consultas Palestrante:
12h	Intervalo para almoço
13h30	Palestra: Novo modelo de financiamento da política de Saúde Palestrante: a definir (Ministério Público da Saúde)
14h30	Palestra: Como otimizar a utilização dos sistemas e recursos de emendas parlamentares Palestrante: a definir (COSEMS - Conselho de Secretarias Municipais de Saúde/SC)
15h30	Mesa redonda - Judicialização da Saúde Palestrantes: - Carla Estefania Albert – Técnica em saúde de Confederação Nacional de Municípios (CNM) - Dra. Caroline Cabral Zonta - Promotora de Justiça do MPSC– a confirmar - Francieli Schultz - Secretária de saúde do município de Joinville/SC – a confirmar Representante do Núcleo de Judicialização da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC – a definir Prefeito de Cunha Porã – a confirmar
18h	Encerramento das atividades do dia
SEGUNDO DIA 10 DE NOVEMBRO	
9h	Palestra: Rede de Atenção Básica do SUS Palestrante: Angela Maria Blatt Ortiga
10h30	Os Consórcios Públicos Intermunicipais como instrumento de apoio a política municipal de Saúde Palestrante: Ana Maria Jansen, Presidente do Colegiado de Consórcios da FECAM – a confirmar
13h	Encerramento

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 58.2017 - CHAMAMENTO CURSO SOBRE O SIMPLES NACIONAL_SMO

EDITAL Nº 58/2017

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre os ASPECTOS GERAIS DO SIMPLES NACIONAL

E AS ALTERAÇÕES PARA 2018

1. OBJETIVO DO CURSO

Aprofundar e atualizar os conhecimentos sobre a tributação das empresas prestadoras de serviço optantes pelo Simples Nacional, visando qualificar os servidores municipais e demais profissionais que atuam na área tributária, associando o conhecimento teórico com a prática, proporcionando aos integrantes do curso, o aprimoramento e atualização de seus conhecimentos e técnicas.

2. PÚBLICO-ALVO

Na esfera municipal destina-se aos Fiscais Tributários e demais membros da equipe da Secretaria Municipal da Fazenda, os Procuradores Municipais e Assessores Jurídicos, os Secretários da Fazenda e demais servidores que de alguma forma tenham envolvimento com a área tributária.

Na iniciativa privada volta-se aos advogados, contadores, estudantes e demais profissionais interessados que atuem ou pretendam atuar ou conhecer a área fiscal-tributária e tenham interesse no aprendizado da tributação do MEI e das Micro e Pequenas Empresas optantes pelo Simples Nacional.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da AMEOSC R. Padre Aurélio Canzi, 1628 – Centro São Miguel do Oeste – SC CEP 89900-000
Período das inscrições	Até 16 de outubro de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	17 de outubro de 2017
Período de realização	17 e 18 de outubro de 2017
Carga horária total	15horas/aula

Quantidade de vagas	40
---------------------	----

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia	
13h30 às 17h30	1) Legislação do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas; 2) Classificação das ME e EPP no Estatuto; 3) Demais vedações para o ingresso no Estatuto; 4) Opção pelo regime do Simples Nacional; 5) Situações impeditivas para opção do Simples;
2º Dia	
08h30 às 12h	6) Apuração do valor devido no Simples Nacional; 7) Recolhimento dos impostos e contribuições pelo Simples Nacional; 8) Retenção na fonte no Simples Nacional; 9) Documento de arrecadação do Simples Nacional – DAS; 10) Obrigações acessórias no Simples Nacional; 11) Exclusões do Simples Nacional;
13h30 às 17h30	12) Fiscalização e lançamento de ofício; 13) Contencioso administrativo; 14) Consultas sobre o Simples Nacional; 15) Processos judiciais do Simples Nacional; 16) Procedimentos para a inscrição em dívida ativa e cobrança; e 17) Alterações da legislação a partir de 2018.

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site

7. PALESTRANTE

Johnny Bertoletti Racic

Agente Fiscal da Receita do Município de Porto Alegre há vinte e tres anos, lotado na Secretaria da Fazenda do Município de Porto Alegre, ocupando diversos cargos de chefia, assessoria e coordenação.

Exerceu a função de Assistente Técnico do Corpo Técnico para Fiscalização do ISS, responsável pelos controles eletrônicos de escrituração, de arrecadação e de fiscalização do Imposto Sobre Serviços no âmbito do Município de Porto Alegre.

Atualmente exerce a função de Coordenador do Simples Nacional na Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Porto Alegre.

Bacharelado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre ☐ PUC e acadêmico do curso de Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis ☐ UNIRITTER.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**8. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 59.2017 - CHAMAMENTO CURSO SOBRE SIMPLES NACIONAL _FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 59/2017

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre os ASPECTOS GERAIS DO SIMPLES NACIONAL

E AS ALTERAÇÕES PARA 2018

1. OBJETIVO DO CURSO

Aprofundar e atualizar os conhecimentos sobre a tributação das empresas prestadoras de serviço optantes pelo Simples Nacional, visando qualificar os servidores municipais e demais profissionais que atuam na área tributária, associando o conhecimento teórico com a prática, proporcionando aos integrantes do curso, o aprimoramento e atualização de seus conhecimentos e técnicas.

2. PÚBLICO-ALVO

Na esfera municipal destina-se aos Fiscais Tributários e demais membros da equipe da Secretaria Municipal da Fazenda, os Procuradores Municipais e Assessores Jurídicos, os Secretários da Fazenda e demais servidores que de alguma forma tenham envolvimento com a área tributária.

Na iniciativa privada volta-se aos advogados, contadores, estudantes e demais profissionais interessados que atuem ou pretendam atuar ou conhecer a área fiscal-tributária e tenham interesse no aprendizado da tributação do MEI e das Micro e Pequenas Empresas optantes pelo Simples Nacional.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da Aris Centro Executivo Imperatriz - 12º andar R. Gen. Liberato Bitencourt, 1885 - Canto, Florianópolis – SC CEP 88075-290
Período das inscrições	Até 03 de outubro de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	04 de outubro de 2017
Período de realização	04 e 05 de outubro de 2017
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	40

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia	
08h30 às 12h	1) Legislação do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas; 2) Classificação das ME e EPP no Estatuto; 3) Demais vedações para o ingresso no Estatuto; 4) Opção pelo regime do Simples Nacional; 5) Situações impeditivas para opção do Simples;
13h30 às 17h30	6) Apuração do valor devido no Simples Nacional; 7) Recolhimento dos impostos e contribuições pelo Simples Nacional; 8) Retenção na fonte no Simples Nacional; 9) Documento de arrecadação do Simples Nacional – DAS; 10) Obrigações acessórias no Simples Nacional; 11) Exclusões do Simples Nacional;
2º Dia	
8h30 às 12h	12) Fiscalização e lançamento de ofício; 13) Contencioso administrativo; 14) Consultas sobre o Simples Nacional; 15) Processos judiciais do Simples Nacional; 16) Procedimentos para a inscrição em dívida ativa e cobrança; e 17) Alterações da legislação a partir de 2018.

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Johnny Bertoletti Racic

Agente Fiscal da Receita do Município de Porto Alegre há vinte e tres anos, lotado na Secretaria da Fazenda do Município de Porto Alegre, ocupando diversos cargos de chefia, assessoria e coordenação.

Exerceu a função de Assistente Técnico do Corpo Técnico para Fiscalização do ISS, responsável pelos controles eletrônicos de escrituração, de arrecadação e de fiscalização do Imposto Sobre Serviços no âmbito do Município de Porto Alegre.

Atualmente exerce a função de Coordenador do Simples Nacional na Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Porto Alegre.

Bacharelado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre – PUC e acadêmico do curso de Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER.

Experiência como palestrante em diversos cursos, treinamentos, seminários, congressos e participações em diversas Prefeituras, Entidades Públicas e Privadas do Brasil.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

RESOLUÇÃO Nº 057-2017 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 057/2017

REGULAMENTA A CONVOCAÇÃO E INSCRIÇÃO DOS INTERESSADOS/ INDICADOS PARA A COMPOSIÇÃO DE MEMBROS DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017, e observadas as disposições da Cláusula 31 e seguintes do Novo Protocolo de Intenções da AGIR e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis;

RESOLVE:

Art. 1º. Expedir com fundamento na Cláusula 31 e seguintes do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, o Edital de Convocação dos interessados para concorrerem à indicação de Conselheiro do Comitê de Regulação da AGIR.

Art. 2º. Os Candidatos-Conselheiros que comporão o Comitê de Regulação devem ser indicados em número de 03 (três), nos seguintes termos: 01 (um) Conselheiro indicado pela sociedade civil organizada na área do transporte coletivo de passageiros, e 02 (dois) Conselheiros indicados pelos prestadores de serviços de transporte coletivo de passageiros.

Art. 3º. Cabe a equipe técnica da AGIR encaminhar cópia do Edital de Convocação para todas as organizações e instituições que representam a sociedade civil organizada na área do transporte coletivo de passageiros, e aos prestadores de serviços de transporte coletivo de passageiros, para que estes façam o encaminhamento dos nomes nos termos do edital, respeitados os limites do Novo Protocolo de Intenções da AGIR.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 30 de agosto de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

CIGA

Extrato de Contrato n. 316 - Prefeitura Municipal de Otacílio Costa

EXTRATO DE CONTRATO Nº 316/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Otacílio Costa

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Otacílio Costa

CNPJ: 75.326.066/0001-75

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 36/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.468,75 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 28 de julho de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 317 - Prefeitura Municipal de Nova Erechim

EXTRATO DE CONTRATO Nº 317/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Nova Erechim

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Erechim

CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.010,00 (um mil e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 03 de julho de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 318 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre

EXTRATO DE CONTRATO Nº 318/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Campo Alegre

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Alegre

CNPJ: 83.102.749/0001-77

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO 16/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.890,00 (um mil e oitocentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 14 de agosto de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 319 - Prefeitura Municipal de Vitor Meireles

EXTRATO DE CONTRATO Nº 319/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
CNPJ: 79.372.520/0001-85
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 51/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.270,00 (dois mil e duzentos e setenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 11 de agosto de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 321 - Prefeitura Municipal de Biguaçu

EXTRATO DE CONTRATO Nº 321/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Biguaçu
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Biguaçu
CNPJ: 82.892.308/0001-53
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.246,25 (onze mil, duzentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 01 de julho de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 322 - Prefeitura Municipal de Schroeder

EXTRATO DE CONTRATO Nº 322/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Schroeder
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Schroeder
CNPJ: 83.102.491/0001-09
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 378/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.095,00 (quatro mil e noventa e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 17 de agosto de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 323 - Município de Bom Jesus da Lapa

EXTRATO DE CONTRATO Nº 323/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Bom Jesus da Lapa
CONTRATANTE: Município de Bom Jesus da Lapa
CNPJ: 14105183000114
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: Contrato 289/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.132,50 (seis mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 12 de junho de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 324 - Prefeitura Municipal de Brusque

EXTRATO DE CONTRATO Nº 324/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Brusque
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Brusque
CNPJ: 83.102.343/0001-94
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.175,00 (cinco mil e cento e setenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 01 de agosto de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 325 - Prefeitura Municipal de Major Gercino

EXTRATO DE CONTRATO Nº 325/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Major Gercino
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Major Gercino
CNPJ: 82.845.744/0001-71
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 16 de agosto de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 326 - Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 326/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Catanduvas
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catanduvas
CNPJ: 82.939.414/0001-45
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.095,00 (três mil e noventa e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 15 de agosto de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 327 - Prefeitura Municipal de Gaspar

EXTRATO DE CONTRATO Nº 327/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Gaspar

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar

CNPJ: 83.102.244/0001-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 115/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.455,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 01 de setembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA N.º 23/2017, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017

Portaria n.º 23, de 1º de setembro de 2017.

Dispõe sobre a designação, para o desempenho de atividade especial de 'Coordenador de Operações', de empregado público permanente do quadro de pessoal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, e dá outras providências.

Considerando a deliberação de expedição de Portarias pela Diretoria Executiva, para a promoção e execução das ações necessárias ao integral e efetivo cumprimento da Resolução n.º 116, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre a aplicação imediata de todas as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público, bem como do novo Estatuto, ambos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, publicada na Edição de n.º 2286 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, em 30 de junho de 2017;

Considerando, então, a previsão, na estrutura organizacional do CIGA, de gratificações pelo desempenho de atividades especiais, a fim de remunerar a realização de encargos específicos, com diferente complexidade ou grau de responsabilidade, forte no artigo 28, §4.º, do Contrato de Consórcio Público e no artigo 69 do Estatuto, ambos do CIGA;

Considerando que, entre as atividades especiais estatuídas, previu-se a de 'Coordenador de Operações', destinada a levantar, identificar e priorizar as necessidades da equipe de trabalho; coordenar as ações que visem à atualização e à manutenção dos sistemas e projetos; fornecer suporte técnico aos usuários por telefone, online ou pessoalmente; coordenar a equipe técnica definindo escala, prioridade e organização dos atendimentos; pesquisar as necessidades dos usuários sobre as utilizações dos sistemas, seus principais problemas e sugestão de melhorias;

Considerando que compete à Diretoria Executiva a designação para o desempenho de atividades especiais, com base no §3.º do artigo 69 do Estatuto do CIGA;

Considerando que a Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA, a quem compete promover a execução das atividades e gestão do Consórcio, consoante disposto nos artigos 25 e 26 do Contrato de Consórcio Público do CIGA, bem como nos artigos 16 e 36 de seu Estatuto;

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
RESOLVE:

Art. 1.º. Designar o Senhor Wendel Fabiano Ribeiro da Silva, matrícula n.º 5, ocupante do emprego público permanente de Técnico em T.I., do quadro de pessoal do CIGA, para o desempenho da atividade especial de 'Técnico em T.I.', concedendo-lhe a gratificação equivalente, no valor correspondente a 25% do salário inicial do emprego de Classe 2 (Nível de Senioridade Júnior e Nível 1) da Tabela de Referências Salariais para Empregos Públicos Permanentes, nos termos do artigo 69, inciso I e parágrafos, do Estatuto do CIGA.

Art. 2.º. A referida gratificação trata-se de vantagem pro labore faciendo, a qual, pela sua própria natureza, somente será devida enquanto o empregado público se encontrar prestando o serviço específico a ela relacionado, em harmonia com o §4.º do artigo 69 do Estatuto do CIGA.

Art. 3.º. A concessão da gratificação pelo desempenho de atividade especial está condicionada à disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, em consonância com o §6.º do artigo 69 do Estatuto do CIGA.

Art. 4.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 1º de setembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CISAM

PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 15/2017

PORTARIA CISAM MO Nº – 0015/2017 DE 31/08/2017

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Lucimari Collet Rodrigues de Oliveira (Matr.0004), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 57, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2016 à 30/06/2017, para serem fruídas no período de 04/09/2017 à 03/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Capinzal/SC, 31 de agosto de 2017.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Superintendente

Ciente:

Servidor

CIAPS**RESOLUÇÃO Nº 46, DE 25/08/2017**

RESOLUÇÃO nº 46, de 25/08/2017.

Instaura Sindicância Administrativa para apurar irregularidades no CIAPS e designa Comissão Especial para condução dos procedimentos.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado nos Artigos 81 e 82 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14;

Considerando-se o apontamento de irregularidades envolvendo o servidor Fredy Richard Eichstaedt, donde o mesmo: a) está afastado do trabalho sem qualquer registro a respeito da sua situação junto ao INSS, se o mesmo está em auxílio-doença ou não, bem como se os dias que ultrapassam os primeiros 15 dias de atestado são de faltas ou não; b) possui ligação com o registrado no Boletim de Ocorrência nº 00292-2017-0000307 da Delegacia de Polícia de Apiúna, que informa a possível falsificação de documento do profissional médico do CIAPS; c) tem responsabilidade no sumiço de várias folhas de cheque das contas bancárias do Consórcio Público; Considerando-se a necessidade de apuração das denúncias, com respeito ao interesse público, ao contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR INQUÉRITO ADMINISTRATIVO destinado a apurar denúncias contra a atuação funcional do servidor FREDY RICHARD EICHSTAEDT, ocupante do emprego público de Psicólogo(a) e ex-Coordenador Executivo do CIAPS, que caracterizam, em tese, a infração aos artigos 72, I, III, VII e X, e 73, X e XV, cominados com as sanções estabelecidas nos artigos 75 e seguintes, todos do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores abaixo identificados para comporem COMISSÃO ESPECIAL encarregada de conduzir os Inquéritos Administrativos, na forma do § 3º do art. 181 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14, sob a presidência do primeiro e sem ônus para o Consórcio Público:

Nome servidor(a)	Emprego/Cargo Público
Gustavo Pintarelli	Enfermeiro
Roseli da Silva Peixe	Assistente Social
Etinéia Berkembrock Ceruti	Coordenadora Executiva

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 25 de Agosto de 2017.

Paulo Roberto Weiss Prefeito de Rodeio Presidente do CIAPS	José Gerson Gonçalves Prefeito de Apiúna
Lairton Antônio Possamai Prefeito de Ascurra	Luiz Cláudio Kades Assessor Jurídico da AMMVI / CIAPS (OAB/SC 17.692)

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 31/08/2017

Resolução nº 47, de 31 de agosto de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 20.000,00, no Orçamento-Programa do CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 28, de 16/12/2016 (Orçamento CIAPS 2017), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2017 do CIAPS no valor de R\$ 20.000,0 (vinte mil reais), à conta do Excesso de Arrecadação, conforme segue:

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3319000000000000 – Aplicações Diretas	
Vínculo: 1640117 – Transf. Convênio – Estado/Outros 2017	R\$ 20.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Apiúna - SC, em 31 agosto de 2017.

Paulo Roberto Weiss

Presidente do CIAPS